



CONGRESSO NACIONAL

ANAIIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 03ª SESSÃO À 06ª SESSÃO DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 34 Nº 02
04 DE FEVEREIRO A 08 DE FEVEREIRO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2010

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

(2009-2010)

PRESIDENTE	Senador	JOSÉ SARNEY (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador	MARCONI PERILLO (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE	Senadora	SERYS SLHESARENKO (PT-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador	HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO	Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO	Senador	MÃO SANTA (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO	Senadora	PATRÍCIA SABOIA (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	CÉSAR BORGES (PR-BA)
2º Senador	ADELMIR SANTANA (DEM-DF)
3º Senador	CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)
4º Senador	GERSON CAMATA (PMDB-ES)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
PTB - Osvaldo Sobrinho** (S)

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL			
Críticas à paralisação de diversas obras de aeroportos brasileiros, citando o Aeroporto Internacional de Macapá, no Estado do Amapá, com destaque para a apresentação de orçamentos e verbas liberadas para obras no referido estado. Senador Geovani Borges.....	203	Registro da matéria intitulada “Faltam trilhos”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 7 de fevereiro de 2010. Senador Adelmir Santana. .	473
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Comentários sobre a importância do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como apelo para que se valorize o trabalho e as informações coletadas pelo referido órgão. Senador Papaléo Paes.	452	Avaliação da atuação parlamentar de Sua Excelência, com base em alguns projetos importantes criados para contribuir com o desenvolvimento do País, principalmente o Estado da Bahia. Senador César Borges.....	2
Aparte ao senador Papaléo Paes. Senador Mazarildo Cavalcanti.	453	Registro da atuação parlamentar de Sua Excelência, no que se refere a diversos projetos e medidas importantes para o crescimento do Brasil e para o combate da crise econômica. Senador Renan Calheiros.	30
Aparte ao senador Papaléo Paes. Senador Marco Maciel.	455	BANCOS	
Aparte ao senador Papaléo Paes. Senador Antonio Carlos Valadares.	456	Avaliação da oferta de crédito por parte dos bancos para micro e pequenas empresas, bem como elogios aos trabalhos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia. Senador Valdir Raupp.	485
Aparte ao senador Papaléo Paes. Senador Alvaro Dias.....	456	Aparte ao senador Valdir Raupp. Senador Sadi Cassol.....	486
AGRICULTURA		Aparte ao senador Valdir Raupp. Senador Paulo Paim.....	486
Elogios à iniciativa e persistência dos produtores de vinhos de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo. Senador Gerson Camata.	106	CALAMIDADE PÚBLICA	
ARTIGO DE IMPRENSA		Alerta para a necessidade de mais recursos no combate à grave seca em Roraima e suas consequências, bem como para a necessidade de orientar os agricultores no sentido de um melhor manuseio da terra. Senador Augusto Botelho.	10
Registro da matéria intitulada “Empréstimo da CERR. TCE suspende licitações do Estado por suspeita de irregularidades”, publicada no jornal <i>Folha de Boa Vista</i> , edição de 6 de fevereiro de 2010, bem como da matéria intitulada “Debate Brasil-Venezuela sobre apagão é adiado”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 5 de fevereiro de 2010. Senador Mazarildo Cavalcanti.	457	Análise dos danos causados pelas fortes chuvas no Estado do Rio Grande do Sul, bem como considerações sobre as medidas do governo para a	

	Pág.		Pág.
reconstrução das cidades atingidas. Senador Paulo Paim.....	11	Elogios ao trabalho desenvolvido pelos prefeitos do interior do Estado do Acre, com destaque para a instalação de internet gratuita para a população do município de Mâncio Lima. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	119
Preocupação com as grandes enchentes nas cidades brasileiras, especialmente São Paulo, com destaque para o problema da ocupação de várzeas do rio Tietê e com a forma com que é tratado o lixo na capital paulista. Senador Romeu Tuma.	16	DISCRIMINAÇÃO	
Críticas à atuação do governador do Piauí, Wellington Dias, em função do tratamento dispensado às vítimas do rompimento da Barragem Algodões, bem como registro da correspondência do presidente da Associação das Vítimas e Amigos da Barragem Algodões, Senhor Cocino Medeiros dos Santos. Senador Heráclito Fortes.....	72	Reflexão a respeito do homossexualismo, questionando a atitude dos dois oficiais gerais candidatos a ministros do Superior Tribunal Militar, sabatinados no Senado, quanto à aceitação de homossexuais nas Forças Armadas brasileiras. Senador Eduardo Suplicy.	18
CONSTITUIÇÃO FEDERAL		Registro da necessidade de esclarecimentos, por parte dos dois oficiais gerais candidatos a ministros do Superior Tribunal Militar, sobre a possibilidade ou não do ingresso de homossexuais nas Forças Armadas brasileiras. Senador Eduardo Suplicy.....	80
Apelo para que se conclua o trabalho de elaboração e aprovação das leis que regulamentam dispositivos constitucionais ainda pendentes. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	119	Repúdio ao Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, que dispõe sobre a criminalização da homofobia. Senador Magno Malta.....	82
Aparte ao senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Marco Maciel.....	122	Aparte ao senador Magno Malta. Senador Mozarildo Cavalcanti.	83
Aparte ao senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Adelmir Santana.....	122	DROGA	
Aparte ao senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	123	Registro da atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico, bem como preocupação com o crescimento do número de usuários de crack e repúdio à possibilidade de legalização do uso de drogas. Senador Magno Malta.....	82
CORRUPÇÃO		EDUCAÇÃO	
Questionamento sobre o suposto desvio de dinheiro público, no Estado do Piauí, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), bem como apelo para que o Tribunal Eleitoral (TRE) do Piauí investigue a questão. Senador Heráclito Fortes.	114	Reflexão sobre o investimento na educação e sua importância para sanar muitos dos problemas sociais existentes no Brasil. Senador Marco Maciel.	136
Aparte ao senador Heráclito Fortes. Senador Mão Santa.	115	Aparte ao senador Marco Maciel. Senador Mozarildo Cavalcanti.	137
Aparte ao senador Heráclito Fortes. Senador Marco Maciel.	116	ELEIÇÃO	
Críticas ao suposto uso indevido de dinheiro público, no Estado do Piauí, para comemorações promovidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Senador Heráclito Fortes.....	487	Críticas à conduta do Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente em relação às atitudes dos membros do referido partido em época de eleições. Senador Mão Santa.....	24
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		Reflexão a respeito do papel do eleitor em época de eleições, bem como sobre a democracia e a necessidade de reforma política e tributária no Brasil. Senador Adelmir Santana.....	128
Registro da participação de Sua Excelência em eventos de inauguração, acompanhando comitiva do presidente Lula, de obras no Estado do Rio Grande do Sul, bem como registro de investimentos do Governo Federal no referido estado. Senador Paulo Paim.....	11		

	Pág.		Pág.
			III
			Pág.
Aparte ao senador Adelmir Santana. Senador Marco Maciel.	129	HOMENAGEM	
Aparte ao senador Adelmir Santana. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	131	Homenagem a Macapá, pelos seus 252 anos, e um breve relato histórico sobre a cidade. Senador Geovani Borges.	29
Apelo para o voto consciente nas eleições, em função da corrupção existente na política brasileira. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	229	Elogios ao cronista político e jornalista Villas-Boas Corrêa e a grandes figuras políticas institucionais: Gustavo Capanema, Rui Ramos e Afonso Arinos. Senador Paulo Duque.....	205
ENSINO SUPERIOR		Homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros e felicitações pelo Dia do Aposentado, comemorado em 24 de janeiro. Senador Papaléo Paes.....	239
Apresentação de projeto de lei que amplia o abatimento do saldo devedor do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) a estudantes de todos os cursos universitários, com a Bolsa Qualificação. Senador Renan Calheiros...	202	Homenagem e felicitações aos aposentados e pensionistas pelo Dia Nacional do Aposentado, bem como indignação pelo baixo salário para o sustento de suas famílias e defesa do aumento do salário mínimo. Senador Augusto Botelho.....	242
GOVERNO ESTADUAL		Homenagem aos aposentados e pensionistas pelo Dia Nacional do Aposentado. Senadora Rosalba Ciarlini.....	245
Críticas ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Estado do Piauí. Senador Mão Santa.	470	Homenagem aos aposentados e pensionistas pelo Dia Nacional do Aposentado, bem como saudações aos representantes da referida classe na luta por melhorias na previdência social. Senador José Nery.....	247
GOVERNO FEDERAL		Homenagem aos aposentados e pensionistas pelo Dia Nacional do Aposentado. Senador Roberto Cavalcanti.	256
Elogios ao desempenho do governo do presidente Lula, citando projetos como o de Inclusão Bancária dos Beneficiários do Bolsa Família, ação conjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Caixa Econômica Federal. Senador Sadi Cassol.....	117	Lembrança da passagem, a ocorrer no ano de 2022, do bicentenário da Independência do Brasil. Senador Marco Maciel.....	446
Aparte ao senador Sadi Cassol. Senador Augusto Botelho.	118	Aparte ao senador Marco Maciel. Senador José Nery.....	448
Leitura de artigo com críticas ao governo do presidente Lula, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Senador Alvaro Dias....	463	Felicitações ao Ministério Público de Roraima pelos seus 18 anos de existência. Senador Augusto Botelho.	480
Aparte ao senador Alvaro Dias. Senador Marco Maciel.....	463	Aparte ao senador Augusto Botelho. Senador Mozarildo Cavalcanti.	480
Aparte ao senador Alvaro Dias. Senador Mão Santa.	466	Homenagem ao arcebispo Alberto T. Corrêa. Senador Sadi Cassol.....	481
Aparte ao senador Alvaro Dias. Senador Adelmir Santana.	468	HOMENAGEM PÓSTUMA	
Críticas ao governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, analisando os erros cometidos durante seu mandato em comparação com o governo do presidente Lula. Senador Antonio Carlos Valadares.....	478	Homenagem a Dona Zilda Arns, responsável pela Pastoral da Criança e da Pessoa Idosa, e aos dezoito militares brasileiros que morreram no terremoto no Haiti. Senador Renato Casagrande..	8
Avaliação do governo do presidente Lula, destacando as obras sociais realizadas durante seu mandato. Senador Paulo Paim.....	482	Aparte ao senador Renato Casagrande. Senador Eduardo Suplicy.....	9
Aparte ao senador Paulo Paim. Senador Sadi Cassol.....	483		

	Pág.		Pág.
Homenagem ao falecido Petrônio Portella, importante figura política e social do Estado do Piauí. Senador Mão Santa.	132	mais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo. Senador Cristovam Buarque.	192
Aparte ao senador Mão Santa. Senador Marco Maciel.	133	Parecer nº 9, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática) sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2007 (nº 206/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tucunaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso. Senador Valter Pereira.	259
LEGISLAÇÃO PENAL			
Discussão sobre a venda de bebidas alcoólicas para menores, destacando o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2009, que dispõe sobre a tipificação do crime de venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes. Senadora Serys Slhessarenko.	20	Parecer nº 10, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2008 (nº 489/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poconé, Estado de Mato Grosso. Senador Valter Pereira.	264
Aparte à senadora Serys Slhessarenko. Senador Augusto Botelho.	23	Parecer nº 11, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2009 (nº 1.219/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristovão, Estado de Sergipe. Senador Marco Maciel.	269
Discussão a respeito da situação dos menores infratores e da redução da maioria penal. Senador Magno Malta.	82	Parecer nº 12, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2009 (nº 1.428/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Rio Acimense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Acima, Estado de Minas Gerais. Senador Eliseu Resende.	274
Alerta em relação às consequências da legalização dos bingos e outros jogos de azar no Brasil. Senador Gerson Camata.	233	Parecer nº 13, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 607, de 2009 (nº 99/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Independente de Toledo (Acitol) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado do Paraná. Senador Flávio Arns.	278
MULHER			
Comentários sobre o Dia Internacional da Mulher e apresentação do trabalho de Sua Excelência como gerente junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em que discute o papel da mulher na sociedade. Senadora Serys Slhessarenko.	124	Parecer nº 14, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 633, de 2009 (nº 1.523/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística de Rádio Livre e	
Aparte à senadora Serys Slhessarenko. Senador Marco Maciel.	126		
PARECER			
Parecer nº 6, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Recurso Inominado interposto pelo senador Magno Malta em face da rejeição da indicação do Senhor Paulo Rodrigues Vieira ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). Senador Demóstenes Torres.	47		
Parecer nº 7, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008 (nº 795/99, na Casa de origem), que estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo. Senador Renato Casagrande.	188		
Parecer nº 8, de 2010 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional) sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008 (nº 795/99, na Casa de origem), que estabelece normas for-			

Pág.	Pág.		
<p>Jornal Comunitário Vitória dos Moradores do Bairro Cachoeira do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais. Senador Eliseu Resende.</p> <p>Parecer nº 15, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 655, de 2009 (nº 1.197/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Santana do Paraíso Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais. Senador Eliseu Resende.</p> <p>Parecer nº 16, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 732, de 2009 (nº 1.609/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária de Iaciara (RCI) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaciara, Estado de Goiás. Senador Demóstenes Torres.</p> <p>Parecer nº 17, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 802, de 2009 (nº 1.543/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araras, Estado de São Paulo. Senador Marcelo Crivella.</p> <p>Parecer nº 18, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 809, de 2009 (nº 1.725/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores de Palestina de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina de Goiás, Estado de Goiás. Senador Demóstenes Torres.</p> <p>Parecer nº 19, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática) sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 822, de 2009 (nº 1.712/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Clube de Natércia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natércia, Estado de Minas Gerais. Senador Wellington Salgado de Oliveira. ...</p> <p>Parecer nº 20, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 823, de 2009 (nº 1.714/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à</p>	<p>283</p> <p>288</p> <p>293</p> <p>298</p> <p>303</p> <p>308</p>	<p>Associação de Radiodifusão Comunitária Planalto de Itapiúna para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiúna, Estado do Ceará. Senador Roberto Cavalcanti.</p> <p>Parecer nº 21, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 829, de 2009 (nº 996/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária A Voz do Povo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Maranhão. Senador Lobão Filho.</p> <p>Parecer nº 22, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 830, de 2009 (nº 997/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Matões do Norte - MA, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matões do Norte, Estado do Maranhão. Senador Lobão Filho.</p> <p>Parecer nº 23, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 831, de 2009 (nº 1.002/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Entre Rios de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais. Senador Wellington Salgado de Oliveira.</p> <p>Parecer nº 24, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 823, de 2009 (nº 1.014/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Habitacional de Alfenas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais. Senador Wellington Salgado de Oliveira.</p> <p>Parecer nº 25, de 2010 (da Comissão da Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 833, de 2009 (nº 1.097/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção Artística e Cultural de Novo Oriente de Minas (Apacnom) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente de Minas, Estado de Minas Gerais. Senador Wellington Salgado de Oliveira.</p> <p>Parecer nº 26, de 2010 (da Comissão da Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo</p>	<p>313</p> <p>318</p> <p>322</p> <p>327</p> <p>332</p> <p>337</p>

Pág.	Pág.		
<p>nº 835, de 2009 (nº 1.243/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Canto do Rio (Amcar) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais. Senador Eduardo Azeredo.</p> <p>Parecer nº 27, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 856, de 2009 (nº 1.597/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais. Senador Eduardo Azevedo.....</p> <p>Parecer nº 28, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2009 (nº 1.636/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Centro Social de Monte Grave para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará. Senador Efraim Morais...</p> <p>Parecer nº 29, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 878, de 2009 (nº 1.687/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Paraíso dos Balneários para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaara, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi..</p> <p>Parecer nº 30, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 881, de 2009 (nº 1.699/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pão de Açúcar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco. Senador Marco Maciel....</p> <p>Parecer nº 31, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 885, de 2009 (nº 1.719/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Isabel Ernestina Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte. Senador José Agripino.</p> <p>Parecer nº 32, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo</p>	<p>342</p> <p>347</p> <p>352</p> <p>357</p> <p>362</p> <p>367</p>	<p>nº 886, de 2009 (nº 1.732/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Praia Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Norte, Estado do Tocantins. Senador João Ribeiro.</p> <p>Parecer nº 33, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 888, de 2009 (nº 1.760/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Educadora de Itanhaém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo. Senador Renato Casagrande.</p> <p>Parecer nº 34, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2009 (nº 1.767/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Gazeta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. Senador Gilberto Goellner.</p> <p>Parecer nº 35, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2009 (nº 1.771/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajati, Estado de São Paulo. Senador Eduardo Azeredo.</p> <p>Parecer nº 36, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 897, de 2009 (nº 1.783/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação do Município de Itupiranga - Sociedade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga, Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro.....</p> <p>Parecer nº 37, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 898, de 2009 (nº 1.787/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Saraiva Leão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba. Senador Roberto Cavalcanti.</p> <p>Parecer nº 38, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº</p>	<p>371</p> <p>375</p> <p>379</p> <p>385</p> <p>390</p> <p>395</p>

Pág.	Pág.
<p>903 de 2009 (1.694/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portel, Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Parecer nº 39, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 908, de 2009 (1.726/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marau para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.</p> <p>Parecer nº 40, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 922, de 2009 (nº 1.722/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Laurentino para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino, Estado de Santa Catarina. Senador Sérgio Zambiasi.</p> <p>Parecer nº 41, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 932, de 2009 (nº 1.254/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Arco-Íris FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.</p> <p>Parecer nº 42, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 933, de 2009 (nº 1.318/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à EZR Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.</p> <p>Parecer nº 43, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 934, de 2009 (nº 1.633/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.</p> <p>Parecer nº 44, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2009 (1.747/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo. Senador Renato Casagrande.</p> <p>Parecer nº 45, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2009 (nº 1.310/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Conselho Cultural Educativo Comunitário (Concec) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.</p> <p>Parecer nº 46, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2009 (nº 1.329/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Radiofônica.com Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.</p>	<p>400</p> <p>406</p> <p>411</p> <p>416</p> <p>421</p> <p>426</p> <p>431</p> <p>436</p> <p>441</p> <p>124</p> <p>475</p> <p>94</p> <p>20</p>
	<p>PESCA</p> <p>Comentários sobre a abertura de mais de quinze frigoríficos de pescado no Estado de Mato Grosso. Senadora Serys Slhessarenko.</p>
	<p>POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO</p> <p>Aparte ao senador Adelmir Santana. Senador Mão Santa.</p>
	<p>POLÍTICA ENERGÉTICA</p> <p>Análise a respeito da importância da Petrobras no contexto da política energética brasileira, bem como homenagem a todas as pessoas que passaram pela presidência da referida empresa desde a sua criação. Senador Paulo Duque.</p>
	<p>POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE</p> <p>Apresentação de dados sobre a situação ambiental no Brasil, principalmente em relação ao desmatamento de florestas, bem como alerta sobre a necessidade de medidas eficazes para combater o referido problema. Senadora Serys Slhessarenko.</p> <p>Apresentação dos índices de redução no desmatamento da Amazônia e controle desse desmatamento, evidenciando que o Brasil é, de acordo com</p>

VIII

	Pág.		Pág.
Sua Excelência, um país altamente comprometido com a preservação do meio ambiente. Senador Valdir Raupp.	200	elogios ao programa de renda básica do referido país. Senador Eduardo Suplicy.....	18
Aparte ao senador Valdir Raupp. Senador Geovani Borges.	201	POLÍTICA INDIGENISTA	
Aparte ao senador Valdir Raupp. Senador Augusto Botelho.....	201	Denúncia das condições habitacionais e da possível expulsão dos indígenas da reserva Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.	80
Registro da diminuição do desmatamento na Amazônia, bem como alerta para a necessidade de medidas eficazes para reduzir ainda mais a devastação da floresta e garantir o bem-estar e a qualidade de vida dos povos da região. Senador José Nery.....	449	POLÍTICA INTERNACIONAL	
Aparte ao senador José Nery. Senador Marco Maciel.	450	Reflexões a respeito da queda do Muro de Berlim, relacionada às mudanças na configuração dos países, especialmente na Europa. Senador Gerson Camata.	489
POLÍTICA DE TRANSPORTES		POLÍTICA PARTIDÁRIA	
Discussão a respeito da criação de rodovias federais, principalmente a BR-421, tendo em vista os benefícios para a exportação brasileira, bem como apelo no sentido de viabilização da construção da ferrovia continental. Senador Valdir Raupp.....	33	Análise relativa ao desenvolvimento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), bem como sobre as alianças partidárias nas eleições presidenciais, com a indicação de Michel Temer para o cargo de vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff. Senador Renan Calheiros.	30
Aparte ao senador Valdir Raupp. Senador Mozarildo Cavalcanti.	34	POLÍTICA SOCIAL	
POLÍTICA ENERGÉTICA		Questionamentos sobre a falta de proteção à criança e ao adolescente e sobre a negligência das autoridades no caso do desaparecimento de seis garotos em Luziânia, Estado de Goiás, explicitando a importância da criação de uma Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente. Senador Cristovam Buarque.....	6
Agradecimento ao ministro José Jarde, presidente do Conselho Nacional de Desestatização, por ter atendido ao pedido de retirada das empresas federalistas do setor elétrico do Plano Nacional de Desestatização (PND). Senadora Fátima Cleide. .	5	PROJETO DE LEI DA CÂMARA	
POLÍTICA EXTERNA		Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2010 (nº 6.720/2010, na Casa de origem), que concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto ocorrido no Haiti, em janeiro de 2010.....	36
Apelo ao governo brasileiro para que contribua na reconstrução do Haiti após o terremoto ocorrido em janeiro de 2010. Senador Renato Casagrande.....	8	PROJETO DE LEI DO SENADO	
Considerações sobre o terremoto que devastou o Haiti em janeiro de 2010, com destaque para a demonstração de solidariedade do governo brasileiro para com os haitianos, lembrando o papel importante de Zilda Arns e dos militares que lá morreram. Senador Paulo Paim.....	11	Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2010, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dispor sobre a alienação antecipada de coisas apreendidas. Senadora Ideli Salvatti.....	41
Lamento pela morte de brasileiros no terremoto que devastou o Haiti em janeiro de 2010, bem como comentários a respeito da situação social e estrutural do referido país após o desastre. Senador Romeu Tuma.....	16	Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010, que dispõe sobre a qualificação profissional dos bene-	

	Pág.		IX Pág.
ficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), pelos Estados e Municípios. Senador Renan Calheiros.	99	27, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2009, por regularem a mesma matéria. Senador Papaléo Paes.....	446
Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2010, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Vigilante. Senador Paulo Paim.	104	SAÚDE	
Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2010, que altera o § 2º do art. 30 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer que, em relação à variação cambial, a opção pelo regime de apuração da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para o PIS/ PASEP e COFINS e da determinação do lucro da exploração, quando da liquidação da correspondente operação, poderá ser feita a qualquer tempo, dentro do exercício financeiro.	143	Análise do desempenho e apresentação dos resultados do trabalho do governo do Tocantins na área da saúde. Senador Sadi Cassol.	85
Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2010, que regulamenta o procedimento licitatório simplificado para contratação de obras, serviços, aquisições e alienações, no âmbito do Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), nos termos do inciso III, §1º, do art. 173 da Constituição Federal.....	149	Pronunciamento sobre a importância do agente comunitário de saúde, com destaque para a promulgação da Emenda Constitucional nº 63, de 2010, que dispõe sobre o piso salarial profissional nacional e as diretrizes para os planos de carreira de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias. Homenagem à Doutora Zilda Arns, que criou a figura do agente comunitário de saúde, por meio da Pastoral da Criança. Senadora Rosalba Ciarlini.	88
REQUERIMENTO		Aparte à senadora Rosalba Ciarlini. Senador Marco Maciel.....	89
Requerimento nº 32, de 2010, que solicita voto de pesar às vítimas fatais das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.....	45	Aparte à senadora Rosalba Ciarlini. Senador José Agripino.	91
Requerimento nº 33, de 2010, que solicita voto de pesar pelo falecimento do professor e ex-vereador Jacinto Catelan Júnior, ocorrido em 29 de janeiro de 2010. Senador Renato Casagrande.	46	Alerta quanto ao crescimento do número de pessoas acometidas pela dengue, causada pelo mosquito <i>Aedes aegypti</i> . Senador Acir Gurcacz. ...	97
Requerimento nº 34, de 2010, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 282, de 2006, de autoria de Sua Excelência. Senador Valdir Raupp.....	46	Elogios ao serviço médico do Município de Boa Vista, em especial o alto índice de acompanhamento de mulheres gestantes em 2009 e a proposta de se construir um grande hospital para a população. Senador Augusto Botelho.....	138
Requerimento nº 35, de 2010, que solicita que o Período do Expediente da Sessão Ordinária do dia 10 de fevereiro de 2010, quarta-feira, seja dedicado a marcar a mobilização e as atividades do 1º Dia e 1ª Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, estabelecidos pela Lei 12.064, de 29 de outubro de 2009. Solicita também que sejam convidadas para a referida sessão as autoridades e representantes de entidades ligadas aos direitos humanos no Brasil. Senador José Nery.	92	Aparte ao senador Augusto Botelho. Senador Mozarildo Cavalcanti.	139
Requerimento nº 36, de 2010, que solicita a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 19 de abril de 2010, destinada a homenagear o Dia Nacional dos Vigilantes. Senador Paulo Paim.	105	Aparte ao senador Augusto Botelho. Senador Marco Maciel.....	139
Requerimento nº 37, de 2010, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº		SEGURANÇA PÚBLICA	
		Discussão sobre os altos índices de violência no entorno do Distrito Federal, como consequência do baixo investimento em segurança pública na região. Senador Renato Casagrande.....	8
		SOLIDARIEDADE	
		Solidariedade às mães de Luziânia, no Estado de Goiás, pelo desaparecimento de seus filhos. Senadora Fátima Cleide.	5
		Solidariedade às famílias dos militares falecidos no terremoto que devastou o Haiti em janeiro de 2010. Senador Romeu Tuma.	16
		Solidariedade à família do pastor Silas Malafaia pela morte de seu sogro. Senador Magno Malta.....	82

Ata da 3ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 4 de fevereiro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Srª Serys Slhessarenko, e dos Srs. Mão Santa,
Paulo Paim e Augusto Botelho

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 1 minu-
to, e encerra-se às 19 horas e 53 minutos)

É o seguinte o registro de compareci-
mento:



Senado Federal

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 4/2/2010 07:14:17 até 4/2/2010 20:35:03

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ		X					
DEM	DF	ADELMIR SANTANA		X					
PSTB	PR	ALVARO DIAS		X					
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR		X					
3loco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X					
3loco-PR	BA	CÉSAR BORGES		X					
PSTB	PB	CÍCERO LUCENA		X					
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X					
3loco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL		X					
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
3loco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X					
DEM	PB	EFRAIM MORAIS		X					
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X					
PSTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X					
3loco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X					
PSTB	AL	FERNANDO COLLOR		X					
PSTB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
PSTB	AP	GEOVANI BORGES		X					
PSTB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X					
PSTB	ES	GERSON CAMATA		X					
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER		X					
PSTB	DF	GIM ARGELLO		X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES		X					
3loco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X					
PSTB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X					
DEM	MT	JAYME CAMPOS		X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X					
PSTB	AL	JOÃO TENÓRIO		X					
PSTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO		X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
PSTB	PA	JOSÉ NERY		X					
PSTB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
PSTB	MA	LOBÃO FILHO		X					
PSTB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
3loco-PR	ES	MAGNO MALTA		X					
PSTB	PI	MÃO SANTA		X					
DEM	PE	MARCO MACIEL		X					
PSTB	GO	MARCONI PERILLO		X					
PSTB	MS	MARISA SERRANO		X					
PSTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X					
PSTB	SC	NEUTO DE CONTO		X					
PDT	PR	OSMAR DIAS		X					
PDT	CE	PATRICIA SABOYA		X					
PSTB	RJ	PAULO DUQUE		X					
3loco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
PSTB	AL	RENAN CALHEIROS		X					
3loco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X					
PSTB	RR	ROMERO JUCÁ		X					
PSTB	SP	ROMEU TUMA		X					
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI		X					
3loco-PT	TO	SADI CASSOL		X					
PSTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X					
3loco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X					
PSTB	CE	TASSO JEREISSATI		X					
PSTB	RO	VALDIR RAUPP		X					
PSTB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X					

Compareceram: 56 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Quero fazer uma comunicação parlamentar, mas acho que cheguei depois do Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela ordem.) – Sr^a Presidente, solicito também a minha inscrição para uma comunicação inadiável. Posso falar em primeiro lugar, mas, se o Senador Paulo Paim tiver alguma necessidade, posso também ceder-lhe o meu lugar.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O primeiro inscrito para uma comunicação inadiável é o Senador César Borges; o segundo, o Senador Paulo Paim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Também gostaria, Sr^a Presidente, de fazer a minha inscrição para uma comunicação inadiável e gostaria muito de agradecer a presença, que tanto honra o Senado Federal, do nosso grande cineasta Sílvio Tendler, autor de um extraordinário documentário, o filme sobre João Goulart, denominado *Jango*.

Ele há pouco me falava que está para ser lançado o filme *Utopia e Barbárie*, que recorda todos os episódios do ano de 1968, entre os quais, a Guerra do Vietnã. Ele entrevistou, em 2003 – isso é parte desse filme –, o General Giap, aos 94 anos – está se aproximando, portanto, dos cem anos.

Ele veio hoje a Brasília para entrevistar inúmeras pessoas, e eu me sinto honrado de ser um dos que vai prestar depoimento sobre Tancredo Neves no filme *A Travessia*, entre outros que ele fez.

Sílvio Tendler aqui se encontra acompanhado da produtora Lara Velho, filha do ator Pereio.

Portanto, agradeço a presença de vocês, que muito nos honra.

Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável em terceiro lugar, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O terceiro inscrito para uma comunicação inadiável é o Senador Eduardo Suplicy.

Esta Presidência gostaria também de saudar o Sr. Sílvio Tendler e a Sr^a Lara. Sejam bem-vindos ao

nosso Congresso Nacional, ao nosso Senado da República.

Pela ordem de inscrição, o primeiro a fazer uso da palavra será o Senador Cristovam Buarque. Logo após, para uma comunicação inadiável, o Senador César Borges.

Senador Cristovam Buarque com a palavra. (Pausa.)

O Senador Cristovam Buarque nos autoriza a fazer uma permuta: o Senador César Borges usará da palavra em primeiro lugar para uma comunicação inadiável, ficando o Sr. Senador Cristovam Buarque para falar em segundo, pela inscrição.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Senadora Serys, Srs. Senadores, eu quero, em primeiro lugar, saudar aqui o início desta nova Sessão Legislativa. Venho hoje pela primeira vez à tribuna neste ano de 2010 e gostaria de elencar pontos importantes, desafios que o Congresso Nacional, em particular o Senado, terá de enfrentar este ano. Esses desafios são enormes.

Acredito que o Senado está devidamente preparado para enfrentar e vencer esses desafios. A pauta legislativa se apresenta com matérias extremamente relevantes. Senão, vejamos:

Os projetos relativos ao Marco Regulatório do Pré-Sal devem ser alvo de intenso debate nesta Casa. Já está tramitando na CCJ o projeto de criação da Petro-Sal, a empresa que vai capitanear os trabalhos de exploração dessa riqueza que deve ser de todo o País. E virão ainda este ano para o Senado – já estão em discussão na Câmara – as demais proposições: a que trata da partilha e da divisão dos **royalties**, a do Fundo Social e a da capitalização da Petrobras.

É preciso muita reflexão, muita responsabilidade e serenidade na escolha do aparato regulatório que poderá ser, no futuro próximo, uma das principais alavancas do desenvolvimento do País. Defendo que os frutos das reservas de petróleo possam ser usufruídos, de forma equilibrada e justa, por todas as regiões do País, principalmente para combater a desigualdade regional, que está na base da desigualdade social, mas que grande parte desses recursos possa servir para priorizar a educação no Brasil, Senador Cristovam Buarque – e V. Ex^a é o defensor-mor da educação. É preciso que a educação seja realmente interpretada como prioridade em nosso País e que se entenda que, sem educação para todos, educação de qualidade, dificilmente nós conseguiremos ser um País mais justo.

Outros projetos são fundamentais para a modernização e a eficiência do nosso País, principalmente no setor judiciário. Eu me refiro à votação e à aprovação de um novo Código de Processo Penal e um

novo Código de Processo Civil para o País. A Justiça brasileira está hoje atravancada por conta desses processos que não têm um deslinde, não têm um final. São recursos sobre recursos, impedindo que se faça a verdadeira justiça. Como já dizia Rui Barbosa, justiça tardia não é justiça, é injustiça. O País clama por uma Justiça mais ágil e mais acessível para todos os brasileiros, que possa inibir, antes de tudo, a impunidade e a criminalidade.

Falo ainda de projetos importantes, como o Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2010, que regulamenta dispositivo constitucional e fixa normas para cooperação entre os entes federativos nas ações relativas à proteção das paisagens naturais e do meio ambiente, combate à poluição e preservação de nossa fauna e flora. Esse projeto também foi definido como prioritário pela Presidência da Casa. Não podemos abrir mão do desenvolvimento econômico formado em bases sustentáveis.

Destaco ainda o projeto do Cadastro Positivo. Que ele possa vir para que o consumidor brasileiro tenha condições de acesso a crédito, inclusive com juros menores, com possibilidade de acelerar o desenvolvimento da nossa economia e da produção brasileira, com o incremento do consumo de que o País tanto necessita para gerar emprego, gerar renda.

Também, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, tenho a expectativa sincera de que projetos de minha autoria, que estão tramitando hoje nas Comissões, possam chegar a este plenário rapidamente, porque os considero justos e, portanto, devem ser aprovados. Isso para que aqui não fiquemos apenas na análise de projetos do Executivo, não apenas na análise de medidas provisórias. E que aqueles projetos de origem dos parlamentares possam tramitar nas Comissões rapidamente e venham a plenário, porque temos a possibilidade – e vejo centenas de projetos que têm condições de estar aprovados – de auxiliar o País a combater a desigualdade social e a alavancar seu desenvolvimento cultural, econômico e social.

Apresentei a Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2009, que visa fortalecer o Sistema de Defesa Nacional – o sistema civil de defesa. A proposição prevê fonte de recursos do Fundo Nacional de Defesa Civil, que seria um percentual mínimo, cerca de 0,5% do IPI, do Imposto de Renda, que estabelece atendimento às vítimas de desastres naturais e a reconstrução da infraestrutura urbana. Calamidades como a que assistimos recentemente, no início deste ano, em Estados importantes de nosso País – São Paulo, Rio de Janeiro e, agora, no Paraná; no ano retrasado, em Santa Catarina – demonstram que o País carece de um mecanismo de rápida mobilização, bem

como os episódios das secas no Nordeste, as secas periódicas que assolam o Nordeste brasileiro, inclusive o meu querido Estado da Bahia, que ficam sempre à míngua de recursos que vêm de última hora, vêm por meio de medidas provisórias, de forma intempestiva. Nós queremos que o fundo esteja aí, pronto para garantir e atender as regiões, os Estados e os Municípios que sejam assolados por essas intempéries. Também é preciso atuar não somente na reparação dos danos, mas sobretudo na construção de obras estruturantes e de prevenção que protejam as populações dos desastres naturais.

A matéria está pronta para ser pautada na CCJ, com parecer favorável do Senador Marconi Perillo.

Na Comissão de Assuntos Econômicos estão tramitando também dois projetos de grande alcance social: o PLS nº 301, de 2008, que visa repartir os lucros obtidos com as operações do FGTS. O ano passado foi marcado por uma baixíssima remuneração do FGTS nas contas individuais dos trabalhadores brasileiros. A TR, em 2009, ficou em apenas 0,7%. Como o FGTS remunera a TR mais 3%, somente restou aos trabalhadores receberem o ganho de 3,7%, ou seja, abaixo da inflação. Essa remuneração não cobriu sequer a inflação, que, medida pelo IPCA, foi de 4,3%. O aumento da remuneração do FGTS é uma questão de justiça com os trabalhadores. Espero que o Senador Garibaldi Alves Filho, Relator da matéria, tenha a sensibilidade necessária para encaminhar o parecer favorável para a tramitação mais rápida dessa matéria.

Já o PLS nº 194, de 2009, Sr^a Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – (...) que autoriza a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física dos pagamentos efetuados em plano de saúde, contratados em benefício de empregado doméstico. A matéria já recebeu parecer favorável em duas Comissões desta Casa... O projeto é altamente meritório, com grande alcance social, pois tem benefício potencial de quase sete milhões de pessoas neste País. A imensa maioria são mulheres, 94% do total. Entre os empregados domésticos, 70% são afrodescendentes, pardos e mestiços; e 94% mulheres.

O primeiro efeito será o de incentivar a formalização de massa significativa de trabalhadores com repercussão direta nas finanças da Previdência Social, contribuindo para diminuir o déficit crônico da nossa Previdência Social. É importante mencionar que 73% dos trabalhadores domésticos ainda estão hoje, lamentavelmente, na informalidade.

O segundo efeito, não menos importante, será o de aliviar a pressão sobre o Sistema Único de Saúde, que poderá dedicar mais atenção aos seus demandantes.

Infelizmente, estamos dependendo da votação de um requerimento neste plenário, que solicita apensamento a outras matérias, o que é uma medida procrastinatória. Espero que isso possa ser evitado, pois o projeto, além de dar melhores condições de atendimento à saúde dos trabalhadores domésticos, gera justiça social e não causa danos físicos para o território nacional em sua integralidade.

Para o meu querido Estado da Bahia, que me coloco aqui como defensor intransigente e para isso fui eleito pelo povo da Bahia e continuarei assim, propugnando pela defesa e pelo desenvolvimento da Bahia, estarei vigilante quanto ao andamento de obras estruturantes que viabilizarão o crescimento econômico do Estado, interiorizando o desenvolvimento, além da geração de milhares de empregos diretos e indiretos.

Nesse particular, resalto:

1) A aceleração dos trechos, que devem ser construídos e cuja licitação está em andamento, da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, que é fundamental para o desenvolvimento da mineração e da agricultura, na região de Tanhaçu e Caetitê, do extremo oeste da Bahia, da região de Barreiras, São Desidério, Luís Eduardo e tantos Municípios, com vistas ao escoamento da produção de grãos e farelos do oeste da Bahia.

2) A recuperação da malha rodoviária da Bahia. Em 2010, esperamos a conclusão de mais de 900 quilômetros de estradas espalhadas por todo o Estado. Estamos certos de contar por mais um ano com o apoio do Ministério dos Transportes. São várias estradas, como a BR-135, no oeste; a BR-235, antigo sonho da região de Jeremoabo, Uauá até Juazeiro; a BR-101 que será duplicada na divisa de Sergipe até a BR-324; a BR-030 que também será concluída no trecho que vai da cidade de Boa Nova até o litoral.

3) Queremos também a garantia da aprovação da Medida Provisória nº 471, de 2009, que assegura, até 2015, investimentos de R\$2,5 bilhões somente na Bahia, com a presença da Ford, a única indústria automobilística de todo Norte e Nordeste.

Os recursos serão usados na modernização e adaptação do maquinário, visando aumentar a competitividade e permitindo aumentar a produção de ve-

ículos dos atuais 250 mil para 300 mil por ano. Serão gerados 11 mil novos empregos no Estado: mil postos diretos e 10 mil postos indiretos. É a consolidação da cadeia produtiva automobilística que foi duramente conquistada há quase uma década pela Bahia, quando eu era Governador do Estado.

Portanto, Sr^a Presidente, a agenda parlamentar está repleta de desafios. É preciso dedicação e muito trabalho para que os objetivos possam ser alcançados.

Certamente, o Senado e este Senador aqui, neste momento, está se comprometendo a colaborar com as soluções dos problemas nacionais e apontar caminhos para melhorar a vida dos brasileiros e, em particular, a vida de todos os baianos.

Eu agradeço a V. Ex^a a compreensão e a tolerância de prorrogar o nosso tempo.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador César Borges.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Antes de passarmos a palavra, pela ordem, à Senadora Fátima Cleide e, logo após, pela inscrição, ao Senador Cristovam Buarque – primeiro passaremos a palavra à Senadora –, eu gostaria de dizer às senhoras mães cujos filhos estão desaparecidos em Luziânia que o Senado da República está atento e que realmente este é o caminho: deve haver mobilização. Eu também sou mãe – tenho quatro filhos –, e nós, mães, temos que estar extremamente atentas. Essa questão tem que ser resolvida, e ser resolvida com urgência. O Senado da República está com essa preocupação. Alguns Senadores, inclusive, já se dirigiram até lá.

Com essa mobilização, a polícia realmente terá que agir e agir com rapidez. Não podemos permitir que não se saibam o paradeiro e o destino dessas crianças e jovens.

Se esse caso não evoluir com a rapidez necessária junto ao Governo de Goiás, com certeza terá que ser reivindicada ao nosso Governo Federal a ação da Polícia Federal. Não podemos permitir que crianças e jovens desapareçam e não se tenha uma resposta com o imediatismo necessário.

Estamos aqui. Contem comigo. Eu sou Senadora por Mato Grosso e tenho certeza de que todos os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que estão aqui são solidários às mães cujos filhos estão desaparecidos em Luziânia.

Com a palavra, a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senadora Serys, apenas para pedir um registro, mas também queria aqui deixar minha solidariedade às mães de Luziânia.

Somos solidários também à luta que está sendo encampada pelo Senador Cristovam no sentido de dar respostas, de fazer com que tanto o Governo do Estado de Goiás, quanto o Governo Federal ajudem a dar uma solução a esse caso. Nossa solidariedade também! Faço minhas a suas palavras, Senadora Serys, que neste momento preside os nossos trabalhos.

Queria pedir, Senadora Serys, que seja dado como lido pronunciamento que faço, agradecendo ao Ministro José Jorge, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Presidente do Conselho Nacional de Desestatização, que atendeu a uma reivindicação nossa, por meio da Resolução nº 1, de 21 de janeiro de 2009, que encaminha ao Presidente da República a sugestão de, por decreto, retirar as empresas federalizadas do setor elétrico do Plano Nacional de Desestatização.

Então gostaria de pedir à Mesa que seja dado como lido este pronunciamento, até para que o Senador Cristovam possa falar o mais rápido possível.

Meu muito obrigada, Senadora Serys.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr. Senadores, faço uso da tribuna para informar sobre o conteúdo da primeira resolução deste ano baixada pelo Conselho Nacional de Desestatização, presidido pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge.

A Resolução nº 1, de 21 de janeiro, propõe ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a edição de um decreto para excluir do Programa Nacional de Desestatização, PND, as empresas federalizadas de distribuição de energia de Rondônia, Acre, Boa Vista, Piauí, Manaus e Alagoas.

Considero essa decisão uma importante vitória do meu mandato, e certamente de outros senadores, como o senador Antonio Carlos Valadares, que com muita firmeza relatou projeto de minha autoria – o PLS 51/2004 – que trata justamente da exclusão dessas empresas do PND.

Depois de audiência pública realizada na CCJ para debater este meu projeto, eu e o deputado Eduardo Valverde, companheiro de partido e de Rondônia, estivemos com o ministro Miguel Jorge em novembro passado para solicitar seu apoio a esta iniciativa de ex-

cluir as empresas por meio de decreto. Ele nos apoiou, e agora cumpre o prometido.

Tenho absoluta convicção de que a assinatura desse decreto significará novo momento para as distribuidoras. Hoje, por conta da possibilidade de privatização prevista no PND, há uma insegurança jurídica nessas empresas, impedidas de buscar investimentos por iniciativa própria.

Quem perde, certamente, é a população, que necessita de novos serviços, de eficiência e apresenta demandas constantes.

Quando aqui estiveram para debater o PLS 51, em agosto, o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann e o diretor de Distribuição da Eletrobrás, Flávio Decat, confirmaram o interesse do governo em fortalecer essas empresas, retirando-as do PND.

Outros representantes do governo federal, e o presidente da Federação dos Urbanitários, Franklin Moreira, também apontaram as vantagens da medida.

Infelizmente, boa parte dos senadores da CCJ considera o projeto inconstitucional, e defende radicalmente a privatização dessas empresas, mesmo sabendo da realidade das regiões em que se encontram. Realidade que enseja uma ação estatal mais incisiva.

Acredito firmemente que o decreto proposto pelo CND terá o acolhimento do Presidente Lula. Mas gostaria muito de que o projeto de minha autoria, desde agosto passado parado na CCJ, continuasse em debate nesta Casa.

Evidente que um outro governo, com outra concepção de Estado e sobre setor estratégico como o de energia, tem todo o direito de decidir sobre o que deve fazer com suas empresas.

A privatização pode ocorrer, não tenho posição radical sobre isso. Há atividade em que o Estado pode entrar e atividade em que o Estado pode sair. O fundamental é a transparência absoluta sobre o processo – o que, convenhamos, não foi o que ocorreu em período ainda muito recente no Brasil.

No setor elétrico, estratégico, acho que o Estado precisa de cautela redobrada, não dá para sair privatizando geradoras e distribuidoras. Sabemos o dano que foi para os consumidores do país a política de se cassar concessões de hidrelétricas concedidas a estatais federais e estaduais.

Quem não se lembra aqui o que foi a política nefasta de encaminhar Furnas, Eletronorte, Eletrosul e Cesp para a privatização? Se não fossem políticos firmes e o movimento social não teríamos mais a Eletronorte agindo na Amazônia, desempenhando função social de relevância.

A Ceron (Rondônia), Cepisa (Piauí), Ceal (Alagoas) Ceam (Amazonas) e Eletroacre (Acre) são as distribuidoras de energia que queremos ver excluídas do PND. O Conselho Nacional de Desestatização propõe ainda a BV Energia, de Roraima.

Eu felicito muito o ministro Miguel Jorge e todos os membros do Conselho Nacional de Desestatização pela iniciativa da Resolução nº 1, e muito em breve espero anunciar para a população do meu Estado a edição do decreto que irá retirar do PND a Centrais Elétricas de Rondônia, Ceron.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senadora Fátima Cleide, a sua solicitação será encaminhada de acordo com o que prevê o nosso Regimento; será acatada.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque pela inscrição. Logo após, falará pela liderança o Senador Renato Casagrande.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu quero, de início, fazer um cumprimento muito especial às mães, irmãos, irmãs, tios, tias que aqui estão chorando o desaparecimento de seus filhos, irmãos, sobrinhos, primos, amigos na cidade de Luziânia.

Seis, Senadora Serys, seis saíram de casa e não voltaram, alguns há um mês. Lembro, Senadora, que, quando, neste País, os aviões começaram a atrasar duas ou três horas para decolar, o Brasil inteiro se levantou para resolver o problema dos atrasos dos aviões porque os passageiros chegavam atrasados aonde iam. Agora o atraso é de um mês.

Antes sabia-se que os passageiros estavam nos aeroportos esperando. Agora não se sabe onde estão essas crianças.

Quando os aviões atrasaram, o Presidente agarrou o telefone e telefonou para a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a responsabilizou. Havia uma pessoa a quem responsabilizar. Como aquela pessoa não resolveu, o Presidente ligou para o Ministro da Defesa, que era o chefe. O Ministro da Defesa renunciou porque os aviões atrasavam. Neste País, as crianças não chegam de volta a suas casas e ninguém é “renunciado”, ninguém é demitido, não se tem nem mesmo a quem reclamar no plano federal.

E essas mães estão aqui desde a manhã, circulando na Esplanada dos Ministérios, com seus outros filhos, com seus irmãos e irmãs, tentando nos sensibilizar, nós que somos os responsáveis por este País, para tomarmos uma medida além daquelas que estão sendo tomadas pela Polícia do Estado de Goiás.

Elas querem saber onde estão os filhos! Elas querem saber quem levou esses filhos. Elas querem saber as razões pelas quais esses filhos foram levados. Elas querem, sobretudo, o resgate desses filhos. E a gente não está fazendo o que devia por três razões, Senador.

A primeira. Eu acho que essas crianças teriam corrido menos risco se ficassem na escola o dia inteiro, se as escolas fossem boas. Mas as escolas que temos não seguram essas crianças. Todas são matriculadas, mas não há condições de uma assiduidade. Não é o dia inteiro a escola. Elas têm que trabalhar parte do dia.

A segunda razão. Vamos falar com franqueza: é porque são mães pobres. Se fossem filhos de um Senador, de um Deputado, de um Governador, a Polícia Federal já teria ido atrás e certamente já teria descoberto.

Eu fui Governador desta cidade. A filha de um Senador desta cidade foi sequestrada. E tudo parou para que descobríssemos e resgatássemos aquela menina. Por que a gente não está fazendo o mesmo com os filhos dessas mães que aqui estão? Há, sim, no Brasil, um tratamento diferenciado conforme a renda da família. Nós temos a vergonha de que nossas crianças não são protegidas e a vergonha ainda, talvez maior, de que algumas são protegidas, outras não.

E a terceira razão é o fato de que o Governo Federal, Senadora, não tenha uma Agência de Proteção da Criança e do Adolescente. Não existe isso. Nós temos Agência de Proteção da Água, da Energia, da Aviação, nós temos diversas agências de proteção daquilo que interessa à economia. Nós não temos uma Agência de Proteção da Criança e do Adolescente.

Nós temos um Ministério da Educação, que é para cuidar da educação. Nós temos um Ministério da Saúde, que é para cuidar da saúde. Mas da criança, nós não temos. Sabe que se essas crianças fossem indígenas o Presidente tinha a quem recorrer: Funai. Existe uma agência para cuidar do povo indígena neste País. Felizmente. E que devia funcionar até melhor do que está funcionando. Mas haveria uma instância a qual o Governo reclamar. Com relação às crianças, não há uma instância. E, desde 2005, corre no Congresso um projeto de criação da Agência Nacional da Proteção da Criança e do Adolescente. Projeto que sofreu pressões imensas aqui no Senado para não ser aprovado, finalmente foi aprovado e foi enviado à Câmara, onde está adormecido, porque há pressões contra.

O próprio Governo diz que não quer mais uma agência. Eu mesmo, quando defendo essa agência, recebo muita pressão de pessoas, através de **blogs**, **do twitter**, dizendo que não cabe mais agências. Mas

agências para proteger a aviação a gente quer; agência para proteger a água a gente quer; agência para proteger gás a gente quer; para petróleo a gente quer; para proteger energia a gente quer. Agência para proteger criança a gente não quer?

O Presidente da República, se hoje ele quiser ligar a alguém para resolver isso, a única pessoa seria o Ministro da Justiça, para pedir a intervenção da Polícia Federal. Mas aí não é para proteger, e sim para resgatar.

Para proteger todos aqueles problemas que surgem para a criança, desde a alimentação na primeira infância, desde o atendimento em creches na infância logo imediatamente à primeira, na pré-escola, mas olhando não na ótica da educação e sim da criança, o Brasil não tem a quem recorrer. O Presidente Lula não tem a quem recorrer para dizer: “Eu quero saber o que está acontecendo com as crianças do Brasil”. Não tem!

Espero que, um dia, um Presidente da República, neste País, tenha na sua mesa, no computador, o nome de todas as crianças do Brasil, não que ele vá ficar acompanhando uma por uma, mas basta, um dia, ele colocar o nome de uma delas e ligar para a família, a fim de saber como vai estar fulano de tal. A situação já vai mudar. Ou então, que ele, tendo os nomes de todas as crianças deste País e escrevendo o nome de Divino Luiz Lopez da Silva vai descobrir que ele desapareceu. Ele, colocando o nome de Paulo Victor Vieira de Azevedo Lima, vai dizer: esse desapareceu. Ele, colocando o nome de Flávio Augusto dos Santos, vai dizer: esse desapareceu. Ele, colocando o nome de Diego Alves Rodrigues, vai dizer: esse desapareceu. Ele, colocando o nome de Márcio Luiz de Souza Lopes, vai dizer: esse desapareceu. Ele, colocando o nome de George Rabelo dos Santos, vai sentir: esse desapareceu.

Nesse dia, o Presidente sente algo diferente. Eu senti, Senadora. Fui Governador e consegui colocar no computador, na minha mesa, o nome dos meninos e das meninas que estavam em situação de risco, depois de uma pesquisa para identificá-los. E, um dia, li no jornal que uma criança havia falecido, assassinada na rua. Coloquei o nome dessa criança, e o nome da criança estava lá.

Pensei: essa criança faleceu ontem, e tive a sensação de que era um parente muito próximo. Deixou de ser uma estatística. Passou a ser um nome, passou a ser uma pessoa, e senti, naquele momento, a responsabilidade da perda de uma criança que estava sob minha guarda, porque eu era Governador desta cidade, e ela tinha falecido nas ruas desta cidade.

Mas, para que um presidente faça isso, não é ele que vai colocar o nome das 60 milhões de crianças no computador. Ele tem que ter alguém encarregado, tem que ter uma agência. Por que tanta resistência do próprio Conanda à criação dessa agência? O Conselho Nacional da Criança e do Adolescente resiste à criação disso. O Conselho faz um belo trabalho, mas é um trabalho de assessoria, é um trabalho de cérebro, não é um trabalho de braço, não é um trabalho de mão, não é um trabalho executivo; e, por isso, não consegue resolver o problema.

Por isso, nessa crise toda, a gente não ouve falar no Conanda. A gente não está ouvindo falar nos conselhos tutelares, porque o Governo Federal tem suas agências para cuidar da água, da energia, do gás, do avião, mas não tem uma agência para proteger as crianças brasileiras. Daí sermos o País campeão de assassinato de crianças, de abandono de crianças, abandono físico de crianças que não têm quem as acompanhe e abandono discreto daquelas que até têm suas famílias, mas não têm uma escola boa onde ficar o dia inteiro.

Senadora, temos, hoje, no Brasil – e isso orgulha todos nós – um filme chamado “Filho do Brasil”, com a vida maravilhosa do Presidente Lula.

Presidente Lula, existem também os filhos de Luziânia! O Brasil não é só feito do filho do Brasil, que nos orgulha com sua Presidência, com sua história. Presidente, existem filhos de Luziânia, e as mães estão aqui, as avós estão aqui, sofrendo, sem saber onde eles estão. Por favor, não dá para continuarmos esperando com a lentidão com que o processo se desenrola. Fosse o filho de um Senador, até a polícia americana já estava sendo convocada para saber se ele não tinha sido sequestrado para o exterior. São os filhos dessas mães aqui. E aí a gente não mobiliza todos os esforços.

Faço um apelo ao Governador de Goiás para que ele solicite à Polícia Federal entrar nas investigações. Solicito ao Ministro que converse com o Governador e ofereça – não precisa impor – esse trabalho, porque não dá para esperar mais um mês, não dá para esperar mais uma semana, não dá para esperar mais um dia, até porque a gente sabe que, a cada hora que passa, aumenta o risco de que essas crianças não possam ser mais recuperadas.

Este é o discurso, Sr^a Senadora Presidenta, que eu queria fazer, diante dessas mães, irmãos, tios, tias que aqui estão, chorando, sentindo, desesperadas, mas com calma ainda assim, diante de algo tão grave: não saber onde está o próprio filho adolescente.

Por favor, este Senado precisa descobrir essas visitas que aqui estão e, em nome delas, apelar para

que aqueles que são autoridades, como nós, deem uma resposta o mais rapidamente possível.

Não esqueçamos os filhos de Luziânia. Este é meu apelo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra, pela Liderança do PSB, ao Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Serys Slhessarenko.

Cumprimento todos os Senadores presentes, as senhoras e os senhores, os familiares e amigos das crianças e dos adolescentes que desapareceram em Luziânia. Tive a possibilidade de visitar Luziânia ontem, juntamente com diversos Senadores. O Senador Cristovam Buarque esteve presente. Fizemos uma reunião com o Secretário de Estado de Segurança Pública, com o Delegado Chefe do Estado de Goiás, com o Delegado Regional, com os investigadores, com o setor de inteligência. A Polícia de Goiás apresentou as linhas das investigações que estão sendo desenvolvidas no Estado de Goiás. Oferecemos à Polícia de Goiás todo o apoio do Senado com relação às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que funcionam no Senado, porque uma CPI pode, rapidamente, quebrar sigilo telefônico ou sigilo bancário e tomar medidas urgentes para ajudar no processo de investigação.

Essa mobilização de vocês é importante, porque foram nove adolescentes, nesse último período, que desapareceram. Três foram encontrados, e seis estão ainda sem paradeiro. E, de fato, somente a mobilização é que vai pressionando todos nós, da administração pública, em todos os níveis, para que a investigação possa ser feita com rapidez. A investigação não tem prazo, e é importante que saibamos disso, para que sejamos fieis à visita que, ontem, fizemos lá. Sabemos que uma investigação, às vezes, não termina exatamente na hora em que o policial deseja que termine. O policial, muitas vezes, não pode passar todas as informações para as pessoas, porque isso pode atrapalhar a investigação, mas a mobilização ajuda na pressão e na busca de uma solução mais rápida.

Então, nossa presença lá serviu para oferecer ajuda e para, ao mesmo tempo, manifestar a importância do caso, porque são pessoas, são crianças e adolescentes que desapareceram. E a vinda de vocês aqui mostra também a importância que a comunidade está dando para esse fato em Luziânia.

Há um problema sério na região do Entorno do Distrito Federal – ontem, o Secretário de Segurança falava sobre isso –, e temos a necessidade de esta-

belecer uma correção no repasse dos recursos, para que os problemas sociais do Entorno sejam enfrentados com mais facilidade. São muitas as pessoas que se deslocaram para essa região, e muitas dessas pessoas, muitas vezes, não contam com o mínimo de infraestrutura urbana, não contam com calçamento, com emprego, com atendimento na área de saúde e na área de saneamento básico.

É fundamental que isso não seja encarado somente como um problema de Brasília ou de Goiás, mas como um problema do Brasil. É preciso que seja dado atendimento a essa região do Entorno. Uma parte do Entorno está em Brasília, onde há mais recursos, e outra parte do Entorno está em Goiás, onde há menos recursos, mas a população não tem de ficar preocupada se Brasília tem mais recursos ou se Goiás tem menos recursos; o que a população quer é o atendimento das suas carências.

No caso da segurança pública, o Entorno também vive seu dilema, vive seus altos indicadores de violência, que atingem as famílias e, nesse caso específico, crianças que ainda são inocentes, adolescentes que não têm ainda formação psicológica, da sua personalidade, e que merecem todo o nosso apoio e toda a nossa proteção.

Então, meu apoio à presença de vocês no Senado da República. Ontem, naturalmente, com nossa visita, quisemos mostrar que faremos aquilo que for necessário, para que possamos ajudar no processo da investigação, para descobrir o paradeiro dessas crianças.

Sr^a Presidente, hoje, também quero fazer um registro sobre o papel do Brasil na reconstrução do Haiti. Julgo ser extremamente necessária essa reflexão, até porque o Haiti vive um momento de extrema tristeza. Os países precisam fazer uma profunda reflexão sobre o destino de uma população inteira, como é o caso da população do Haiti.

No dia 12 de janeiro, o mundo foi abatido pela triste notícia do terremoto no Haiti, que devastou o país e deixou mais de duzentas mil pessoas mortas e quase trezentas mil pessoas feridas. Entre as perdidas, estão 21 brasileiros, dezoito militares e três civis. Uma dessas perdas foi a da nossa querida Zilda Arns. Expresso a tristeza por termos perdido Zilda Arns, de quem sempre fui um grande admirador, pelo trabalho social que ela desenvolveu no Brasil e em outros países. Então, é o momento de lamentarmos. É a primeira semana de atividade do Congresso, e quero lamentar a perda de Zilda Arns, uma figura que conquistou o respeito de todos neste Brasil, pela sua luta em favor das crianças. Estamos falando, aqui, de crianças desaparecidas, e Zilda Arns é uma referência no trabalho

de proteção às crianças. Perdemos uma figura, uma liderança e uma referência muito importante. Quero, aqui, deixar minha lembrança, minha solidariedade à família e minha homenagem à vida de Zilda Arns. Todos os brasileiros morreram honrando suas profissões. A Dr^a Zilda Arns, conhecida por sua magnífica atuação à frente da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, faleceu logo após ministrar uma palestra a religiosos, dentro de uma das igrejas atingidas pelo tremor de terra.

O outro civil morto era o chefe-adjunto civil da missão da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, Luiz Carlos da Costa, que realizou um grande trabalho junto ao país mais pobre das Américas. Então, também presto minha homenagem a Luiz Carlos da Costa, que chefiava a parte civil da missão da ONU.

Além deles, exalto a **performance** dos dezoito militares brasileiros que estavam no Haiti, por integrarem a missão de paz da ONU, comandada pelo Brasil desde 2004, após a queda do então Presidente Jean Aristides. Esses homens foram verdadeiros heróis e merecem todo o nosso respeito. Aqui, saúdo seus familiares, solidarizo-me com seus familiares, faço minha homenagem a esses homens que perderam a vida numa luta humanitária, que eram soldados não na frente de uma batalha de guerra, mas na frente de uma batalha de atendimento, de atenção e de solidariedade a pessoas que nem são do Brasil, que são de outro país. Nosso Exército, nossas Forças Armadas têm essa característica humanitária. Quero, aqui, fazer minha homenagem a essas pessoas que perderam a vida, mas faço também minha homenagem às Forças Armadas brasileiras.

Pois não, Senador Eduardo Suplicy, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Caro Senador Renato Casagrande, quero também solidarizar-me com o pronunciamento de V. Ex^a, de homenagem aos brasileiros que perderam sua vida em missão heroica, ajudando o povo sofrido do Haiti diante do terremoto que matou cerca de duzentas mil pessoas, exatamente num dos países, infelizmente, mais pobres das nossas três Américas. Entre essas pessoas vitimadas, estão o Embaixador Luiz Carlos da Costa e a querida Sr^a Zilda Arns. Ela, numa missão muito bonita, nos seus 75 anos de vida, ali tinha acabado de proferir uma palestra para os haitianos, quando uma parte do telhado da igreja caiu sobre sua cabeça. Ouvi o depoimento da irmã religiosa que estava a seu lado, quando da vinda do seu corpo e do seu enterro em Curitiba. Numa homenagem em que esteve presente, o próprio Presidente Lula ouviu o depoimento dessa irmã, falando da bonita vida que a Sr^a Zilda Arns teve, como

um exemplo maravilhoso para todos nós, brasileiros – não apenas para as mulheres, mas para todos nós –, de coragem e dedicação ao próximo. Todas essas pessoas e os dezoito militares perderam suas vidas. Quero também cumprimentar, no mesmo espírito com que V. Ex^a aqui se pronuncia, os membros do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal que, hoje, voltaram do Haiti e que também realizaram operações de grande ajuda e solidariedade e todos aqueles que têm realizado ações de solidariedade ao povo do Haiti. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento e peço à Sr^a Presidente que me conceda mais alguns minutos, para eu concluir meu pronunciamento.

Expresso meus profundos sentimentos em relação à dor que as famílias brasileiras estão sentindo, pois nunca se está preparado para lidar com a morte, principalmente quando ela chega de maneira tão bruta e inesperada.

Em relação ao Haiti, as cenas da tragédia são de grande devastação e sofrimento. Porto Príncipe, a capital do Haiti, foi arruinada. A cidade tem o cheiro da morte e a cor do caos: faltam comida, água, dinheiro; sobram desemprego, violência e desespero. Famílias inteiras estão destruídas, desagregadas. Pessoas ficaram perdidas devido ao terremoto, muitas vezes sem expectativa alguma.

A solidariedade internacional é fundamental neste momento, e, nesse aspecto, o Brasil tem um forte papel no rearranjo do Haiti. Por estar chefiando a missão de paz da ONU há seis anos, o País tem tido grandes responsabilidades no âmbito diplomático e militar.

Ao mesmo tempo, o Senado brasileiro deve-se colocar à disposição do povo haitiano e das tropas brasileiras. Não se deve ignorar o trabalho árduo dos militares que lá estão e as dificuldades que enfrentam por intermediarem uma situação caótica, de revolta e de violência, ao mesmo tempo tendo de manter um espírito de solidariedade, um espírito humanitário.

Quem esteve no Haiti e pôde testemunhar o que restou de Porto Príncipe enfatiza a miséria da população. Se antes do terremoto o país já era considerado o mais pobre das Américas, agora a situação está ainda pior. Não basta apenas levar alimentos, remédios e mantimentos. É preciso criar uma estratégia de reconstrução, que dê emprego à população e condições mínimas de sobrevivência, sem contar que é necessário controlar os abusos. Nesta semana, o mundo se surpreendeu com a informação de que dez missionários americanos foram presos ao tentarem passar pela fronteira da República Dominicana levando, ilegalmente,

33 crianças haitianas. Os americanos se justificaram, afirmando que estavam tentando arrumar novas famílias para os órfãos, mas todas as crianças tinham famílias. A Polícia suspeita de tráfico infantil.

Diante de todo esse caos, a responsabilidade do Brasil aumenta demasiadamente, até porque o País vem se tornando, cada vez mais, um grande líder internacional. Essa é uma ótima oportunidade – se podemos assim fazer essa reflexão – de a Nação exercer essa liderança, de forma solidária, fazendo articulações com outros países para ampliar a ajuda humanitária ao Haiti.

Além de agir em direção à convergência externa, o Brasil também atua internamente em benefício dos haitianos. Nos próximos dias, o Presidente Lula deve lançar um pacote de ajuda às vítimas. Entre as ações, estão projetos de reciclagem de lixo, de construção de moradias com a população local, de instalação de escolas, além de programas de produção agrícola.

Finalizo, Sr^a Presidente, ressaltando que o Brasil é um País que tem um papel de liderança no Haiti e que, por essa posição de liderança hoje exercida, tem a função de buscar a colaboração de outros países, para recuperar o que sobrou depois do terremoto e também para dar melhores condições de vida aos haitianos.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Casagrande.

Pela inscrição, na ausência do Senador Jayme Campos, o Senador Augusto Botelho fará uso da palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^a Sr^a Presidente Serys Shlessarenko, Senador Mão Santa, Sr^s e Srs. Senadores, o Brasil é complexo em relação ao clima. São Paulo está-se afogando e o meu Estado, Roraima, está com o prenúncio de uma seca bastante grave.

Lá, cresci ouvindo a minha avó falar em “verões de fumaça”. Em 1998, foi a primeira vez em que vi um “verão de fumaça” no meu Estado. “Verão de fumaça” porque o tempo fica fosco, lusco-fusco, em decorrência dos incêndios, pois os campos e as florestas sofrem com as queimadas, e realmente tudo fica enfumaçado, deixando o ambiente dessa forma.

Há dois fins de semanas, saía de Tepequém – uma região serrana, bonita e alta, de Roraima – por volta das 11 horas, e começamos a descer a serra. Fiquei preocupado com o que vi, porque para todos os lados em que eu me virava, só via fumaça. A gente não conseguia visualizar as serras nem os campos distantes, porque o tempo estava dessa forma. Vim de Roraima na segunda-feira e, nesse final de sema-

na, novamente detectei o “verão de fumaça”. Isso na região oeste de Roraima. Na região leste, detectei a mesma coisa, já que estive na Serra da Lua, no final da semana passada.

Sr^a Presidente, a situação está-se agravando. Vários Municípios já se declararam em situação de emergência, o que foi reconhecido e anunciado pelo Governo Federal. Refiro-me aos Municípios de Rorainópolis, São João da Baliza, Caroebe e São Luís do Anauá, localizados ao sul do Estado; os Municípios de Bonfim e Uiramutã, localizados mais ao norte do Estado, também já estão em situação de emergência.

O Coronel Paulo Sérgio, Coordenador de Defesa Civil de Roraima, do Corpo de Bombeiros, anunciou que o Governo Federal já disponibilizou R\$15 milhões para as medidas emergenciais nesses Municípios. Além disso, está-se priorizando a construção de cacimbões em pontos onde pode haver água, para que as propriedades possam ter água e também para salvar os animais, pois já estão morrendo animais em Mucajaí; estão também construindo pontes, que foram destruídas pelas queimadas, como também poços artesianos.

Há quinze dias o Governador do Estado, Anchieta Júnior, anunciou que queria fazer um poço artesiano na comunidade de Raposa – Raposa é a maloca simbólica, que sempre existiu lá, não foi fabricada, desde o tempo do Rondon –, onde a água também já está escassa. Poços artesianos estão sendo feitos nas comunidades. São Luís, por exemplo, está com dificuldade de água, mas já está sendo construído um poço artesiano lá também.

O Comitê Estadual de Prevenção e Controle das Queimadas e Combate aos Incêndios de Roraima, juntamente com a Secretaria de Meio Ambiente e Tecnologia, participaram dessa reunião, onde tomaram algumas providências e algumas decisões. Combinaram com os produtores rurais – os agricultores familiares que continuam derrubando, queimando, plantando e colhendo; eles derrubam uma pequena área, passam dois ou três anos naquela área e depois se mudam para outra área – que eles só queimassem suas roças depois de comunicar aos comitês municipais, para que eles fossem até lá para ajudar na queimada, evitando-se, assim, que as queimadas se transformassem em incêndios naquelas regiões. Esses Municípios do sul do Estado estão todos dentro da floresta. Uiramutã e Bonfim têm mais área dentro dos campos; somente algumas estão dentro da floresta.

É preocupante a situação. Em 1998, houve aquela queimada. Nós nos alarmamos lá em Roraima, mas ninguém ligou. Quem chegou primeiro para nos auxiliar foi a Argentina, que mandou uma brigada de fogo, que nos ensinou a combatê-lo. Nós nunca tínhamos

nos organizado para combater fogo em grande escala, depois chegaram o Exército e a Aeronáutica, que nos cobriram bem, e conseguimos controlar o fogo. Fomos realmente salvo porque São Pedro fez chover e o nosso fogo se apagou. Porém, houve muita destruição.

Havia uma região, pela qual eu sempre passava – era uma distância de vinte quilômetros, quando eu andava nesse pedaço –, em que eu sempre via muitos tamanduás, sete, oito, dez tamanduás; certa vez, cheguei a ver dez de uma vez. Mas, depois daquela queimada, parei de vê-los. Já estou começando a ver de novo, quando eu passo lá, os tamanduás-bandeira. Mas estou preocupado. Se esse fogo for se disseminar dessa forma, vamos ter de novo uma catástrofe no meu Estado.

Faço este pronunciamento para alertar para a necessidade de mais recursos. Esses R\$15 milhões já vão dar um impulso, vão ajudar, mas precisamos de mais recursos, principalmente de transferência de conhecimento para os agricultores familiares; transferência de conhecimento e recursos para financiar a sua produção, para que eles mudem a maneira de fazer as suas roças.

Os agricultores familiares, com essas ameaças de multas – às vezes o Ibama chega a multar uma propriedade que vale R\$40 mil, R\$50 mil em R\$150 mil –, estão assombrados. Alguns passam por dificuldade de produzir alimentos porque têm medo de fazer as suas queimadas. Mas acho que, se a gente se organizar, se todo mundo cooperar, poderemos fazer as pequenas queimadas para que haja alimentação...

(A Srª Presidente faz soar a campanha.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – ... para que produzam seus alimentos e utilizem o excedente para manter as suas famílias.

Srª Presidente, acho que tenho 10 minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – *(Fora do microfone.)*

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Eu sei. Mas eu não vou usar os 10 minutos, não. Apenas para defender os meus direitos. Eu não gosto que os direitos das pessoas sejam violados, principalmente os meus.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – *(Fora do microfone.)*

Eu lhe dei cinco minutos, agora mais cinco.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Está bom, Presidente.

Então, é o alerta que faço às autoridades. Foi o Ministério da Integração Nacional que conseguiu os R\$15 milhões. Então, esperamos que mais recursos cheguem ao Estado para que possamos melhorar as

condições de água nas propriedades, principalmente nas pequenas propriedades, porque os que têm mais recursos alugam uma máquina, vão lá, fazem um buraco na terra, fazem um poço, mas quem não tem recursos é que sofre. Quem tem pouco é que sofre mais com essa seca.

Fico triste quando vejo o pessoal do Nordeste dizer que lá, às vezes, no inverno todo, chove 400 milímetros. Lá em Roraima, às vezes, em cinco dias chove 400 milímetros – na época do inverno, não agora; agora, estamos na fase de estiagem, apesar de o tempo estar se fechando, dando a impressão de que vai chover, mas continua tudo seco e enfumaçado.

Então, era isso que eu queria falar, Srª Presidente, e fazer esse alerta para que as entidades sejam mais bondosas e mais urgentes no socorro, antes que se instale o caos por causa das queimadas no meu Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Augusto Botelho. Eu queria pedir desculpas ao senhor. O senhor tinha razão mesmo. O senhor estava falando pela inscrição, o senhor teria 10 minutos, mas o senhor falou sete minutos, quer dizer, ainda sobrou tempo.

Para uma comunicação inadiável, com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, informo à Casa que, embora convidado para estar aqui amanhã – sessão tão importante para mim – para a sessão de debate das sextas-feiras, eu não comparecerei, porque vou integrar a comitiva do Presidente Lula e da Ministra Dilma, que vai ao Rio Grande do Sul. Lá, participaremos de três eventos.

O primeiro evento será a inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto, localizada no bairro Feitoria, em São Leopoldo, região do Vale do Sino. Esta obra vai possibilitar o tratamento de 50% dos esgotos do Município; ela foi realizada com verbas do PAC, com investimento de R\$10 milhões. No mesmo bairro, dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, serão entregues as chaves das primeiras seiscentas casas populares. Meus cumprimentos ao Prefeito de São Leopoldo, Ary Vanazzi, do PT, que tem uma aceitação na cidade de mais de 80%. À tarde, estaremos em Porto Alegre, onde o Presidente e a Ministra vão inaugurar o Centro Nacional de Excelência em Tecnologia Eletrônica, Ceitec, projetado para sediar a mais importante indústria de *chips* da América Latina.

No sábado, Senadora, estarei no Auditório Dante Barone, na Assembleia Legislativa, onde a Ministra Dilma e o Ministro Tarso Genro vão falar sobre o PAC,

o futuro do Brasil, programas da área do Ministério da Justiça. Vão estar presentes também nesse evento, além da Ministra-Chefe da Casa Civil, como eu dizia, o Ministro da Justiça, Tarso Genro; o Ministro das Cidades, Márcio Fortes; e o Ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, e, naturalmente, Deputados Estaduais e Federais. O plenário será composto de Prefeitos de todo o Estado, Vereadores e também Secretários de Governo, além de setores da sociedade que entendo importantes. Estarão presentes as centrais sindicais, para debater temas de interesse do mundo do trabalho e do conjunto da população.

Quero destacar ainda, para terminar, Sr^a Presidente, este informe: o Governo Federal tem investido no Estado do Rio Grande do Sul, somente no PAC, em torno de R\$33 bilhões.

Destaco ainda outras iniciativas: o Polo Naval do Rio Grande; a construção das plataformas P-53 e P-55; a ampliação dos molhes de Rio Grande; as universidades Unipampa, Universidade da Fronteira e Pronasci; a ampliação das escolas técnicas, que mais que dobraram no Governo Lula; a indústria do *biodiesel*, que também avança no Rio Grande; a duplicação da BR-101; a ampliação das farmácias populares; Territórios de Paz – já participei de diversos; e também a rodovia do PAC, que resolverá toda a questão da chegada a Porto Alegre vindo por Esteio, São Leopoldo, Canoas e, naturalmente, a capital.

Sr^a Presidente, a exemplo de outros Estados, as chuvas e os ventos atingiram de forma contundente o Estado do Rio Grande do Sul. Segundo boletim divulgado pela Defesa Civil, 81 Municípios foram atingidos. Infelizmente, casas foram destruídas, pessoas faleceram, animais morreram, pontes foram destruídas, barreiras caíram em estradas, um gasto, com certeza, Sr^a Presidente, segundo cálculos preliminares, que vai ultrapassar R\$400 milhões.

No ano passado foram editados 740 decretos de emergência em municípios do Rio Grande devido às chuvas.

Lamentavelmente, o ano de 2010 começou no mesmo ritmo. Só neste início de ano, 76 decretos foram editados. No Município de Agudo, por exemplo, a ponte sobre o rio Jacuí desabou matando cinco pessoas, entre elas o Vice-Prefeito da cidade, Sr. Hilberto Boeck.

As enchentes provocaram no Estado 16 mortes. Cinco mil habitantes ficaram desabrigados e 60 mil sem luz.

De acordo com as informações obtidas junto à Defesa Civil – eu já encaminhei voto de pesar à Casa –, onze pessoas faleceram devido às chuvas. Cito aqui os nomes, numa homenagem a eles: Harry Kappaun;

Ronaldo Alexandre Rodrigues; Jair Dias da Rosa; Renato Camargo; Adão Vitório dos Santos; Hilberto Boeck, o Vice-Prefeito; Lori Ello Niemayer Dunke; Nelo dos Santos; Denizi Dumke; José Tino Barbieri e mais ainda um jovem de 16 anos.

Quero dizer, Sr^a Presidente, que eu estava de férias, no recesso parlamentar. Estava fora do Estado, mas logo tomei conhecimento da tragédia. Quero agradecer aqui à Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que de imediato colocou em contato com este Senador o Ministro Interino, o companheiro Giles, que de pronto me deu todas as informações e contribuiu para que as demandas mais urgentes no Estado fossem atendidas.

Quero agradecer também ao Ministério das Cidades, ao Ministério dos Transportes e à Secretaria Nacional de Defesa Civil, porque todos se manifestaram rapidamente a partir de contatos feitos não somente por este Senador, mas como também por toda a Bancada do Rio Grande, inclusive o coordenador da Bancada, Deputado Beto Albuquerque.

De acordo com informações do Ministro interino da Casa Civil, Giles Azevedo, o Presidente Lula determinou que fossem tomadas todas as providências para o atendimento das famílias e dos Municípios atingidos. O Ministro das Cidades, Marcio Fortes, tão logo soube do acontecido, ligou não só para mim, como para outros Parlamentares, para dizer que os investimentos do PAC no Rio Grande dariam prioridade para cidades atingidas pelas chuvas.

A Defesa Civil demonstrou também um esforço sobre-humano para o atendimento rápido das famílias.

Quero dizer também que o Presidente Lula editou uma medida provisória com recursos extraordinários da ordem de R\$200 milhões. Esse mesmo atendimento foi dado para os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo.

Todos nós acompanhamos, infelizmente, não só o desastre no campo, das casas, plantações, escolas, que foram atingidas, derrubadas, mas como vidas que foram perdidas. Podemos lembrar o caso de Santa Catarina, lembro do Paraná, lembro do Rio de Janeiro – Angra – e de São Paulo, onde até hoje, Senador Romeu Tuma, depois de 47 dias, as cidades continuam alagadas.

Uma MP encaminhada pelo Presidente da República vai garantir recursos para a compra de máquinas e equipamentos que possam melhorar as condições dos municípios atingidos e permitir a reabertura e a recuperação das estradas, bem como providenciar a construção de pontes naquilo que for de responsabilidade do Governo Federal e, em parceria, naquilo que for

responsabilidade dos Estados. O mais importante é isto: o atendimento emergencial às famílias atingidas.

Quero também dizer que ainda vamos caminhar, segundo informações que recebi do Governo Federal, na expectativa de refinanciamento das dívidas agrícolas e de mais recursos para recuperação das lavouras destruídas. Quer dizer, o Rio Grande do Sul está inteiramente mobilizado. Há uma solidariedade entre todos, para que a gente possa ir recuperando a situação de desastre acontecido em inúmeras cidades. Como a gente fala, é a hora de arregaçar as mangas.

Sr^a Presidente, se me permitir, quero ainda registrar que, hoje pela manhã, recebi no meu gabinete a visita do Secretário Estadual da Juventude do PT do Rio Grande, o jovem Maurício Piccin, que me entregou um convite para que eu participe do Encontro Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores, que será amanhã, no sábado e no domingo, aqui em Brasília. E eu disse a ele que, embora esteja no Rio Grande, farei o possível para estar domingo no encontro. Lá, me comprometi a falar um pouco sobre a PEC da Juventude, proposta que está pronta para ser votada aqui no Plenário do Senado; já foi aprovada na Câmara e já foi aprovada na CCJ.

A PEC da Juventude trabalha na área da nossa juventude, na área da saúde, da alimentação, da educação, do emprego, do ensino técnico, da cultura. Enfim, a aprovação da PEC da Juventude, no meu entendimento, tem que ser prioridade nos próximos meses, espero eu, agora mesmo, em março, aqui no Senado.

Por fim – não vou me alongar, Sr^a Presidente –, eu que falei tanto no que aconteceu no Rio Grande – passei por São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul –, não tenho como deixar de mais uma vez demonstrar que o nosso olhar foi também para o Haiti. Ainda hoje, pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos, discutíamos a questão do meio ambiente. É incrível que lá no Rio Grande – estou aqui praticamente chorando os mortos e falando dos desastres da chuva –, ontem, em Porto Alegre, Senador Romeu Tuma, o calor ultrapassava os 40°.

Então, o que acontece hoje no Sul, no Nordeste, no Sudeste, enfim, no planeta, de fato, é de assustar a todos. É a questão do meio ambiente. Nós todos temos que cerrar fileiras na defesa do meio ambiente. A natureza está respondendo, de forma forte, toda a agressão que vem recebendo.

Quero, rapidamente, dizer que o chefe interino da missão da ONU no Haiti, Sr. Edmond Mulet, afirmou que os esforços da reconstrução do país depois do terremoto não serão só de dez anos. Segundo ele, serão décadas. Diz ele:

Acredito que serão necessárias muitas décadas, em vez de apenas dez anos. Este foi um enorme retrocesso no desenvolvimento e na reconstrução que vínhamos fazendo do Haiti, que vem sofrendo, com certeza, desde as guerras civis, há muito tempo. Não vamos começar do zero, vamos começar [segundo ele] a partir desta catástrofe, abaixo do zero.

Disse, ainda, que a logística dos trabalhos de resgate e a ajuda humanitária do país são como um “pesadelo”, mas afirmou que os funcionários da ONU estão conseguindo superar os obstáculos.

Disse mais: os arredores de Porto Príncipe estão sendo preparados para a construção de grandes acampamentos para os desabrigados. Os acampamentos serão capazes de receber cerca de trinta mil pessoas. E ainda diz ele que temos pela frente o enfrentamento da estação das chuvas, que deve chegar lá dentro de quatro meses, e, como se não bastasse isso, existe no Haiti a temporada de furacões. Ou seja, o que vem aí não será fácil.

O país tem um milhão de desabrigados. E o Presidente o Haiti anunciou que a Companhia Nacional de Equipamento já retirou praticamente 170 mil mortos das ruas, e a projeção é que poderá ultrapassar os 200 mil mortos.

O Brasil também perdeu lá nossa gente. E em meio a tanto sofrimento, nosso País tem mostrado uma solidariedade ímpar para com o Haiti.

Deixo aqui o meu abraço ao Exército brasileiro. O Exército informa, ainda, que o reforço de 900 militares brasileiros para integrarem a missão humanitária da ONU no Haiti deve desembarcar lá agora, entre o fim do mês e o início de março.

Mas, como eu disse antes, o Brasil chora por todos aqueles que deixaram suas vidas naquele lugar. Foram civis, militares, nosso diplomata, Luiz Carlos da Costa, Chefe-Adjunto da Missão da ONU no Haiti, e não há como aqui não lembrar da nossa querida médica e mestre, Zilda Arns – o que já comentei aqui na segunda-feira –, que, há 26 anos, fundou a Pastoral da Criança. Ela, de fato, ficará sempre na memória de todos nós.

Sr^a Presidente, não vou repetir o que já disse na segunda-feira. Quero só dizer que é um momento de dor para todos. Sei que o Senado fará uma grande sessão de homenagem a todos que morreram no Haiti, tendo como eixo a nossa querida Zilda e os dezoito militares que lá faleceram, infelizmente.

Sr^a Presidente, quero cumprimentar o Presidente Lula pela forma como está interagindo na ajuda da reconstrução do Haiti, inclusive encaminhando a última decisão ao Congresso, para que cada família receba R\$500 mil, e ainda interagindo para que, cada vez mais, o mundo todo olhe para o Haiti e faça as suas

contribuições, como ele pediu lá no Fórum Social Mundial – e eu estava lá.

Era isso, Sr^a Presidente.

Peço que considere na íntegra os meus pronunciamentos, porque aqui eu fiz apenas um resumo.

Obrigado, Sr^a Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil tem sofrido muito com as fortes chuvas que inundam os rios que, por sua vez, arrastam tudo que vem pela frente. As regiões Sul e Sudeste tem sido castigadas de forma violenta pelas chuvas.

Pessoas estão ilhadas em suas próprias casas há 15, 20 dias. Água que se soma aos esgotos corre pelas ruas trazendo doenças e infecções diversas.

Há muito tempo não se via tanta água assim cair do céu. O povo gaúcho se assusta diante dessa intempérie e São Paulo nem parece mais a mesma São Paulo de antes.

Tento imaginar o quão indefesas se sentem essas pessoas. Deve ser uma sensação terrível. A chuva que normalmente é considerada uma benção torna-se, de repente uma vilã impiedosa.

Nossa gente precisa de ajuda. Precisamos dar todo apoio e suporte necessários para que sua dignidade e integridade sejam preservadas.

Ao mesmo tempo, volto meu olhar para os horrores enfrentados pelo Haiti com esse terremoto de proporções gigantes.

Tenho me perguntado quanta dor e quantas lágrimas já foram derramadas pelo povo haitiano. Essa tragédia que vitimou tanta gente não será nada fácil de superar.

O chefe interino da missão da ONU no Haiti, Edmond Mulet, afirmou que os esforços de reconstrução do país depois do terremoto vão levar várias décadas.

Suas palavras foram: “Acredito que serão necessárias muitas décadas, em vez de apenas dez anos, este foi um enorme retrocesso no desenvolvimento do Haiti. Não vamos começar do zero, vamos começar abaixo do zero”.

Mulet disse ainda que a logística dos trabalhos de resgate e ajuda humanitária no país são como um “pesadelo”, mas afirmou que os funcionários da ONU estão conseguindo superar os obstáculos.

Áreas nos arredores de Porto Príncipe estão sendo preparadas para a construção de grandes acampamentos para os desabrigados. Os acampamentos serão capazes de receber cerca de 30 mil pessoas.

E isso que eles ainda tem pela frente o enfrentamento da estação das chuvas que deve chegar lá dentro de quatro meses e, como se não bastasse isso, existe no Haiti a temporada de furacões. Ou seja, o que se avizinha não é nada fácil.

O país tem 1 milhão de desabrigados e o presidente do Haiti, René Préval, anunciou que a Companhia Nacional de Equipamento já retirou praticamente 170 mil mortos das ruas e removeu grande parte dos escombros para facilitar a circulação.

O Brasil também perdeu cidadãos naquela tragédia. E, em meio a tanto sofrimento, nosso País tem demonstrado uma solidariedade ímpar para com o Haiti.

O Exército informou que o reforço de 900 militares brasileiros para integrarem a missão humanitária da ONU no Haiti deve desembarcar por lá até o início de março.

Mas, como eu disse antes, o Brasil também chora por todos aqueles que deixaram suas vidas naquele lugar, foram civis, militares, o nosso diplomata Luiz Carlos da Costa, chefe-adjunto civil da missão da ONU no Haiti.

E outra dessas pessoas foi a nossa querida médica Zilda Arns que, há 26 anos, fundou a Pastoral da Criança. Ela contribuiu em muito para que a saúde na infância se tornasse tema prioritário na política pública brasileira.

E a intenção dela era fazer o mesmo com a Pastoral da Pessoa Idosa, projeto que ela, com seu coração imenso, pensou e colocou em ação. Um projeto que encontrava dificuldades que ela vinha lutando para superar. Os assessores dela disseram que o motivo para as dificuldades é a falta de políticas públicas voltadas para o idoso.

A imprensa divulgou que em novembro passado, “a muito custo”, segundo Clóvis Bouffleur, gestor de relações institucionais da pastoral, Zilda fechou um convênio de R\$ 600 mil com o Ministério da Saúde, que ajudará a manter a instituição por um ano.

Os idosos precisam e merecem que essa questão seja levada muito a sério. O legado de Zilda Arns não pode desaparecer, ele precisa frutificar e alcançar os bons resultados que ela certamente almejava.

Zilda viajava pelo mundo com seus sonhos e sua luta para melhorar a vida das pessoas. Ela certamente sofria pelo povo do Haiti, que já enfrentava grandes dificuldades antes do terremoto.

Na verdade o Haiti e o Brasil se assemelham em alguns problemas que os acometem. Isso inclusive foi motivo de debate hoje pela manhã na Comissão de Direitos Humanos, onde ficou determinado que haverá uma audiência pública para tratar de um grave

problema que vem acontecendo: a adoção e o tráfico de órgãos.

Todos sabem que o Haiti enfrenta sérias dificuldades em relação à adoções indevidas e que, tanto lá quanto no Brasil, o tráfico de órgãos tem causado preocupações muito grandes. Tenho certeza que será um debate muito importante!

Para finalizar, quero lembrar que a Câmara aprovou ontem o projeto de lei que assegura indenização de R\$500 mil às famílias dos 18 militares brasileiros mortos pelo terremoto. Para que o projeto se torne Lei é necessário que nós o aprovemos aqui no Senado e tenho certeza de que é isso que será feito!

Muito Obrigado!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as chuvas e ventos fortes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul no início deste ano deixaram para trás um cenário trágico.

Segundo boletim divulgado pela Defesa Civil estadual, 81 municípios foram atingidos por ventos, enchentes, chuvas acima da média, deslizamento, barreiras em estradas e, ainda, queda ou danificação de pontes.

No ano passado, foram editados 740 decretos de emergência em municípios do Rio Grande do Sul devido às intempéries que assolaram o estado.

Lamentavelmente, o ano de 2010 começou no mesmo ritmo: nos primeiros 15 dias foram editados 76 decretos.

No município de Agudo, a ponte sobre o Rio Jacuí desabou matando 5 pessoas, entre elas o vice-prefeito Hilberto Boek.

As enchentes provocaram 16 mortes, cinco mil desabrigados e 60 mil habitantes sem luz.

De acordo com as informações obtidas junto à Defesa Civil 11 pessoas vieram à óbito no Estado:

- 1) HARRY KAPPAUN
- 2) RONALDO ALEXANDRE RODRIGUES,
- 3) JAIR DIAS DA ROSA,
- 4) RENATO CAMARGO,
- 5) ADÃO VITÓRIO DOS SANTOS,
- 6) HILBERTO BOECK (Vice-Prefeito de Agúdo)
- 7) LORI ELLO NIEMAYER DUNKE,
- 8) NELO DOS SANTOS,
- 9) DENIZI DUMKE,
- 10) JOSÉ TINO BARBIERI,
- 11) um jovem de 16 anos.

Tão logo tomei conhecimento da tragédia firmei contato com a Casa Civil, o Ministério das Cidades, Ministério dos Transportes e a Secretaria Nacional de

Defesa Civil, solicitando apoio para as vítimas, pois o cenário era doloroso.

Conversei pessoalmente com as respectivas áreas.

De acordo com informações do ministro interino da Casa Civil, Giles Azevedo, o presidente Luis Inácio Lula da Silva estaria tomando providências para que fossem tomadas todas as medidas necessárias ao atendimento das famílias e dos municípios atingidos.

O Ministro das Cidades, Marcio Fortes, tão logo soube da minha preocupação, me ligou informando que os investimentos do PAC para o Rio Grande do Sul darão prioridade para as cidades afetadas.

A Defesa Civil disse que todos os esforços seriam feitos para atendimento rápido e eficaz, a fim de encontrar soluções de caráter decisivo para as famílias.

Na oportunidade ficou garantida a edição de uma medida provisória com recursos extraordinários na ordem de R\$ 200 milhões. Os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo também receberão recursos.

Uma MP garantirá recursos para a compra de máquinas e equipamentos que possam melhorar as condições dos municípios atingidos e permitir a reabertura e recuperação de estradas, bem como para implementar programas de recuperação e de atendimento emergencial às famílias atingidas.

Existe ainda a expectativa de refinanciamento das dívidas agrícolas e mais recursos para recuperação das lavouras destruídas.

O Estado está mobilizado no sentido de que tudo possa voltar à normalidade com a maior brevidade.

É hora de “arregaçar as mangas”, como se diz lá no Rio Grande e estender as mãos aos nossos irmãos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje pela manhã, recebi em meu gabinete, a visita do Secretário Estadual da Juventude do PT do Rio Grande do Sul, Mauricio Piccin, que me entregou um convite para participar do Encontro Nacional da Juventude do PT, que acontece amanhã, no sábado e no domingo, aqui em Brasília. Infelizmente, eu estarei no Rio Grande do Sul cumprindo uma extensa agenda com o presidente Lula e a ministra Dilma. Mas, farei o possível para no domingo comparecer ao evento levar um forte abraço aos companheiros.

Outro assunto discutido foi a PEC da Juventude (Proposta de Emenda à Constituição 42/2008) que já foi aprovada na Câmara dos Deputados e está pronta para ser votada no plenário do Senado.

A proposta amplia os direitos da juventude e assegura na Constituição prioridade no acesso à saúde,

alimentação, educação, emprego, profissionalização, cultura. A aprovação da PEC da juventude é uma necessidade e uma das nossas prioridades para 2010.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta sexta-feira, à convite da Presidência da República, estarei integrando a comitiva do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estará no Rio Grande do Sul participando de três atividades.

O primeiro evento será a inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto, localizada no bairro feitoria, em São Leopoldo, na região metropolitana. Esta obra possibilitará o tratamento de 50% do esgoto do município e foi realizada com verba do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Saneamento, com investimento de R\$ 10 milhões. No mesmo bairro será entregue simbolicamente as chaves de 600 casas populares.

Pela parte da tarde, em Porto Alegre, haverá a inauguração do Centro Nacional de Excelência em Tecnologia Eletrônica (Ceitec), projetado para sediar a mais importante indústria de chips (circuitos integrados) da América Latina.

Já no sábado, dia 6, estarei no auditório Dante Barone, da Assembléia Legislativa, participando de uma atividade com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, sobre o PAC e o futuro do Brasil.

Sr. Presidente, também estarão na comitiva presidencial a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, o ministro da Justiça, Tarso Genro, o ministro das Cidades, Márcio Fortes, e o ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Resende, além de deputados.

Para finalizar, destaco que o Governo Federal tem feito fortes investimentos no Estado do Rio Grande do Sul. Somente em obras do PAC são mais de R\$ 33 bilhões.

Destaco outras iniciativas como o Pólo Naval, construção de plataformas P-53 e P-55, ampliação dos molhes de Rio Grande, Unipampa, Universidade da Fronteira Pronasci, várias escolas técnicas e profissionalizantes, indústrias de biodiesel, duplicação da BR 101, farmácias populares, Territórios da Paz, Rodovia do Parque.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Com a palavra, pela inscrição, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Senador Paulo Paim, ouvi com atenção o discurso de V. Ex^a se referindo a alguns assuntos importantes a

respeito do Haiti e de problemas que vêm ocorrendo nas cidades brasileiras. Eu, como o Senador Suplicy, estive no Vale do Paraíba, em São Paulo, onde São Luiz do Paraitinga e outras cidades sofreram quase que uma devastação total. São Luiz do Paraitinga por pouco não desaparece do mapa. E são grandes as dificuldades dos prefeitos em tentar recuperar ou, pelo menos, dar um pouco de tranquilidade à população local, que não tem nem como sair de uma área para outra porque as pontes foram todas destruídas. O Presidente Lula baixou uma medida provisória e a Defesa Civil está analisando cada pedido com o relatório do impacto, do prejuízo da destruição, para tentar recompor a vida na cidade e trazer um pouco mais de tranquilidade às populações.

Ainda anteontem, a Prefeita de São Luiz do Paraitinga – eu falei aqui também – disse que o Estado prorrogou e dividiu o pagamento de ICMS, já que o comércio paralisou por inteiro porque as águas invadiram e destruíram os estoques; houve um empréstimo da Caixa Econômica para recompor o capital de giro; e ela pediu que os impostos federais, PIS e outros, também o Governo Federal pudesse, através do Ministério da Fazenda, fazer uma prorrogação ou divisão em prestações para que o comércio volte à atividade naquelas cidades.

É claro que no Haiti a destruição foi pior.

Ontem, por ocasião da sabatina do Almirante e do General que vão para o Superior Tribunal Militar, o Senador Suplicy e outros fizeram algumas perguntas sobre o Haiti, visto que um era Comandante das Forças Navais e o outro Comandante das Forças Terrestres, que, por mais de uma vez, estiveram no Haiti e descreveram a miséria que encontraram no trabalho de infraestrutura que o Brasil lá colocou para coordenar as operações da ONU, primeiro, para impor, dentro do possível, a regularização da segurança dos cidadãos com as quadrilhas que se formaram logo após a revolução sangrenta que houve naquele país, e conseguiram restabelecer a dignidade das pessoas em convivência.

Então, foi estendida a mão amiga, não a mão de força, disse o general, para poder, com a confiança ganha dos haitianos, recompor a dignidade, a sobriedade e a tentativa de recuperação daquele país, pelo menos no que diz respeito a cada um dos cidadãos.

Infelizmente, o terremoto praticamente trouxe uma terrível desgraça para os haitianos e para todos que lá trabalhavam. O Brasil sofreu as consequências, se não me engano, com dezesseis mortos, inclusive com a morte de Dona Zilda, que lá estava para pregar um trabalho em favor das crianças, que era um trabalho bonito que ela vinha desenvolvendo no Brasil e levando

para o exterior também. Infelizmente, foi atingida dentro daquilo em que ela se dispôs a trabalhar. Infelizmente, Deus achou que chegou a hora do seu destino, e nós só temos que lamentar a sua perda. Assim como o representante da ONU, brasileiro, que lá também nos representava, junto com os soldados e oficiais do Exército, que vieram a falecer.

Senador Paim, na semana passada, falei com o Presidente Sarney para, em nome do Senado, levar as condolências ao Quartel de Lorena, ao 5º Batalhão de Infantaria, e hoje falei com o General-Comandante das Forças Terrestres, que é Comandante do Exército em São Paulo, até abril, e ele pediu para adiar para amanhã, em razão de que ele quer estar presente.

Então, estou levando uma mensagem e os votos de condolências aos familiares dos militares falecidos no evento, os heróis brasileiros que deram suas vidas, porque são voluntários que lá foram para tentar ajudar o próximo, e esse amor ao próximo eles demonstraram com a entrega da própria vida no desastre ocorrido, o que, infelizmente, não temos como controlar.

V. Ex^a diz bem: ou nós cuidamos do meio ambiente ou o meio ambiente devolve o que dele está sendo retirado. Vemos, em São Paulo, as enchentes permanentes nesses 47 dias. Ontem, ainda, caiu um temporal enorme, com um vento de mais de 80km. Eu vi na televisão, falei com a minha esposa. Foi terrível, com a derrubada de árvores, morte de pessoas dentro de automóveis, e aquelas enchentes em que os carros viraram quase que barcos, saíram flutuando porque não conseguiam, com o seu peso, permanecer no solo.

Às vezes, fazem aquela campanha: “Cidadão, jogue o lixo no lixo”, o que eu acho correto, porque temos que fazer uma campanha, temos que nos disciplinar para evitar que os esgotos sejam saturados com o lixo. Mas também, Senador, há aqui uma coisa que me amargura um pouco. Eu andei pela cidade, corri a cidade. Há lugares onde são depositados vários sacos daqueles pretos de lixo, para que seja recolhido. Se não o recolhem em tempo hábil, o temporal vem, carrega, e ele vai sendo destruído ao longo do caminho. Por isso se vê um monte de lixo nas ruas que recebem a enchente, Senador.

Então, essa questão de haver horário de entrega de lixo ou não é uma coisa difícil nas favelas. Fui visitar várias favelas. Senador Augusto Botelho, V. Ex^a é um homem de bem e tem um coração humano: não entra lixeiro, não se consegue levar o carro para recolher. Então, ficam jogando nos cantos o lixo, para não ficar dentro de casa. Quanto a essa parte de se conscientizar a população, tem de haver a responsabilidade de a autoridade saber como recolher esse lixo, para que ele normalmente seja levado para o local

previamente designado, dentro da parte de respeito à saúde pública.

Sem dúvida nenhuma, não podemos exigir só da população um comportamento que às vezes as autoridades não têm. A questão do lixo é difícil. Já vi muita luta na reformulação de contratos de recolhimento de lixo. São valores enormes. Outro dia, o Prefeito de São Paulo reclamava que estava sofrendo pressão de empresas que recolhem o lixo. Então, são coisas que talvez não sejam um problema jurídico do Senado, são municipais, mas não podemos ficar alheios a isso, de costas para o que vem acontecendo no País, com sofrimento.

Só São Paulo teve mais de 35 mortes pelas enchentes, com árvores caindo sobre a cabeça de cidadãos e sobre veículos, e as invasões de residências que não dão salvar. Algumas crianças dificilmente são salvas, quando há essa desgraça. Esses desastres vêm ocorrendo com intensidade enorme, batendo-se praticamente o recorde, que, em São Paulo, era de 1947. E se repetiu.

A ocupação das várzeas do rio Tietê – e há uma crítica enorme sobre isso. Então, o que o rio está fazendo? O rio tem um leito que sobrou; agora, a várzea, Senador Paim, era a reserva de ocupação do rio, quando ele tinha enchente, e ela não existe mais. Então, o que ele faz? Joga para fora a água, devolve-a para a cidade. O esgoto não tem mais a capacidade de receber e fazer com que flua no mar ou onde ele deságue; então, volta para a cidade. E o sofrimento é enorme.

Quero agradecer, Presidente – meu tempo esgotou –, mas não poderia deixar de dizer isto e de cumprimentar as famílias dos soldados que morreram. Amanhã estarei lá, no quartel de Lorena, acompanhando o General de Caçapava e, provavelmente, o Comandante da Força Terrestre, visto que inclusive o batalhão que foi aprovado durante o recesso – o Senador Heráclito deve ter estado presente aqui, quando aprovaram o batalhão que vai completar a força brasileira no Haiti. Estão escolhendo aqueles que já serviram no Haiti, para levar experiência e, sem dúvida nenhuma, colaborar imediatamente, aqueles que já não precisam mais de adaptação, para minorar um pouquinho o sofrimento daquele povo.

Como V. Ex^a disse, não é mais uma década. Dizem que não é a força militar que vai recuperar o país. Se não houver o consenso internacional de todos os países em colaborar com uma decisão política de quem tem de reconstruir o Haiti, ele não sairá do lugar, e esse sofrimento continuará.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Pois não, Senador, se a Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – É um aparte ou o senhor quer falar?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, gostaria de apartear-lo, porque estou trazendo ao plenário uma delegação e tenho certeza de que V. Ex^a a acolherá com muita honra, como também a nossa Presidente Serys Slhessarenko.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Pois não.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Trata-se de uma delegação parlamentar da Namíbia, que visita Brasília neste momento. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muito alegria e satisfação que esta Casa recebe essa delegação, que é composta dos seguintes Parlamentares: Idda Hoffman, Eunice Ipinge e Alfred Chilinda. Eles estão aqui na companhia do Embaixador da Namíbia no Brasil, Hopelong Ipinge – parece até que são parentes...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Então, quero fazer esse registro e dizer-lhes que é motivo de muita alegria e satisfação para nós, brasileiros, poder recebê-los no Senado da República. Estamos abertos para o estreitamento das nossas relações. Já temos alguns acordos bilaterais, inclusive com a participação da Marinha Brasileira no que diz respeito ao treinamento de militares namíbios. De forma, Sr^a Presidente, que faço esse registro com muita alegria e, acima de tudo, com orgulho de, como brasileiros, podermos estreitar, cada dia mais, essas relações. Vale salientar, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, no momento, o Presidente Mundial da União Interparlamentar é, exatamente, um conterrâneo deles: é um parlamentar da Namíbia, o que mostra a importância desse país no campo das relações parlamentares entre os países do mundo. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu agradeço a V. Ex^a e me incorporo às boas-vindas aos parlamentares da Namíbia. Quero dizer de nossa satisfação de poder recebê-los dentro do Senado Federal. Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Romeu Tuma.

Nós gostaríamos, nesta Presidência, Senador Heráclito Fortes, de nos juntar a sua homenagem, a sua saudação, as suas referências a essa missão da Namíbia. Que, cada vez, nossos laços – Brasil e Namíbia – se estreitem mais e mais. Esse é o desejo, com certeza, deste Parlamento – do Parlamento brasileiro

–, do Congresso Nacional de nosso País e, especialmente, neste momento, do Senado da República.

Obrigada, Senador Heráclito Fortes, por ter acompanhado essa missão.

Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Sim, prezada Presidente, Senadora Serys Slhessarenko.

Gostaria de informar ao Embaixador da Namíbia e aos Parlamentares da Namíbia, que muito nos honram com suas presenças: recentemente, recebi um convite do Bispo Joseph Kameeta, para conhecer a experiência pioneira de uma renda básica de cidadania em Omitara Otiviero, a 100 quilômetros de Windhoek, na Namíbia. Desde janeiro de 2008, portanto há 24 meses, pagaram-se a cada um dos membros daquela vila rural, ou seja, para todos os seus habitantes, 100 dólares da Namíbia, equivalentes a 12 ou 13 dólares norte-americanos, uma experiência que foi objeto de recente reportagem da BBC e também da revista *Der Spiegel* de agosto do ano passado, em que se coloca que a experiência está sendo altamente positiva. O título da matéria da *Der Spiegel* é “*How a basic income program saved a Namibian Village*” –, porque se demonstrou que houve uma melhoria muito grande do nível da atividade econômica e do emprego, redução da pobreza absoluta, diminuição da mortalidade infantil, aumento da autoestima, além de inúmeras atividades.

Então, tem sido altamente positiva. É uma experiência que teve a colaboração não apenas da Coalizão da Namíbia por uma Renda Básica, da qual o Bispo Joseph Kameeta faz parte. Muito conhecido na África e também aqui no Brasil, em 2004 participou da reunião do Conselho Mundial das Igrejas e, na ocasião, a meu convite, fez até uma palestra na Fundação Getúlio Vargas.

E aqui tenho o convite do Bispo Joseph Kameeta, que quero atender.

So, I'm going to Namibia very soon and I hope to be there with you.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Suplicy. Obrigada, mais uma vez, à missão da Namíbia, na pessoa do Sr. Embaixador, pela presença no nosso plenário, no plenário do Senado da República do nosso País.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, ontem, durante a sabatina dos dois

oficiais gerais que postulam integrar o Superior Tribunal Militar como ministros julgadores, ocorreram alguns fatos que merecem a nossa reflexão.

Após todos os Senadores já terem votado, o Presidente da Comissão, Senador Demóstenes Torres, formulou um derradeiro questionamento que, por julgar oportuno, procurei qualificar melhor. A pergunta para os dois futuros juízes versava sobre o ingresso e a permanência de homossexuais nas Forças Armadas.

O Almirante de Esquadra Álvaro Luiz Pinto afirmou que não tem nada contra, mas impõe condicionantes no sentido de que o homossexual “mantenha a dignidade da farda, do cargo, do trabalho que executa”.

O General de Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho julga ser incompatível a presença de homossexuais nas Forças Armadas. Segundo ele, “o indivíduo não consegue comandar”. Diz ele que “a tropa não vai obedecer”, isto estaria provado. Para o General Cerqueira Filho, os homossexuais só devem ser aceitos pelas Forças Armadas se “mantiverem a opção sexual em segredo”.

Nesse ponto, torna-se importante lembrar o texto constitucional. A Constituição da República, no seu art. 1º, inciso III, afirma que o Brasil tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana e como um de seus objetivos fundamentais, inscritos no art. 3º, inciso IV, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. O art. 5º da Constituição, que trata dos direitos e garantias fundamentais, diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.

Assim, Sr. Presidente, considerando que se pode inferir um viés discriminatório nas declarações de ambos os oficiais, entendo que tal postura poderá influenciar nas decisões futuras que eles terão que tomar como Ministros do STM.

Dessa forma, peço a V. Exª que não coloque na pauta do Plenário as duas mensagens de indicação de autoridade, concedendo aos dois oficiais a oportunidade de explicar melhor as suas declarações. Como os Ministros do STM não podem pautar suas posições em flagrante desacordo com o texto constitucional, entendo que não devemos votar matérias dessa natureza sem os devidos esclarecimentos.

Assim, Srª Presidente, eu, além dessa manifestação aqui em plenário, encaminharei à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania um requerimento para que os dois oficiais possam novamente comparecer àquela Comissão.

Sei que o processo foi concluído e a votação realizada; porém, avalio que deveria ter, naquele momento que aconteceu, inclusive após o meu próprio

voto... E quero ressaltar que eu inclusive avaliei como muito positivo e expressei ao Almirante Álvaro Luiz Pinto, assim como também ao General de Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, que a vida de ambos, sobretudo na Marinha e no Exército e a colaboração que ambos tiveram em inúmeras fases de suas carreiras militares, muito contribuíam para que todos tivéssemos uma avaliação muito positiva da contribuição que poderão dar como Ministros no Superior Tribunal Militar.

A resposta que ambos deram foi realizada após a votação dos 22 Senadores – e a votação foi 22 a zero. Não estou querendo com isso aqui modificar o resultado, mas avalio que são importantes esses esclarecimentos; daí por que ingressarei com requerimento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além desta manifestação, para que ambos possam novamente ser convidados para esclarecer este ponto.

Noto que, quando o Presidente Demóstenes Torres formulou a sua pergunta, ele lembrou que o próprio Código Penal Militar prevê que o homossexualismo é crime penal militar, o que, claramente, não tem mais nenhuma aplicação em função da vigência da nova Constituição, que justamente esclarece que não pode haver discriminação de qualquer natureza.

Portanto, é relevante que possam o Almirante Álvaro Luiz Pinto e, em especial, o General de Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, ambos, esclarecer que, de maneira alguma, agirão, em qualquer oportunidade, de maneira contrária à letra e ao espírito da Constituição, que, com muita clareza, afirma que o Brasil tem, como um de seus fundamentos, a dignidade da pessoa humana e, como um de seus objetivos fundamentais, inscrito no art. 3º, inciso IV, “promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, e que o art. 5º da Constituição, que trata dos direitos e garantias fundamentais, diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.

Ora, o General Raymundo Nonato de Cerqueira Filho expressou que ele conheceu casos, na Guerra do Vietnã, em que oficiais das Forças Armadas dos Estados Unidos deixaram de ser respeitados na sua voz de comando pelo fato de serem homossexuais. Na verdade, são muitos os casos ao longo da história. Há, por exemplo, a história de um general importante, muito homenageado na Áustria – e pessoas que visitam a Áustria me relataram sobre isso – que era uma pessoa reconhecidamente homossexual e que, ao longo de sua vida, foi um dos generais de importância histórica e de maior vulto na história da Áustria.

Certamente haverá, no histórico das Forças Armadas do Brasil, pessoas que tenham eventualmente

comportamento homossexual sem que isso tenha eliminado a hipótese ou a possibilidade de serem muito respeitadas no seu histórico de atuação nas Forças Armadas Brasileiras.

Com muito respeito pelo Almirante de Esquadra Álvaro Luiz Pinto e pelo General de Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, avalio que será importante que nós possamos ouvi-los novamente, não para qualquer nova votação, mas para o esclarecimento de que ambos estão completamente cientes de que a Constituição Brasileira não permite, de forma alguma, discriminação de qualquer natureza para qualquer pessoa, sobretudo no que diz respeito a seu comportamento sexual, seja homem ou mulher.

Assim, Sr^a Presidente, encaminho à Presidência do Senado esta reflexão e o apelo. Aqui estão anexas as notas taquigráficas da reunião da CCJ, ocorrida em 3 de fevereiro de 2010, referentes ao diálogo havido naquele momento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Pela inscrição, sou eu que devo usar a palavra.

Passo a Presidência ao Senador Mão Santa. (Pausa.)

A Sra. Serys Slhessarenko, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nós registramos, agora, quando assumimos a Presidência dos trabalhos, o documento que nasceu do pronunciamento do nosso Senador Eduardo Suplicy. Nós o recebemos e vamos encaminhá-lo à Mesa Diretora.

Convidamos agora, para usar da palavra, a Senadora Serys Slhessarenko, que representa o Estado do Mato Grosso e tem vida parlamentar brilhante. Várias vezes Deputada Estadual, foi Presidente da Assembleia, mas seu encanto maior foi como professora. Ela representa com grandeza a classe de professoras do nosso Brasil.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos ouvem e que nos vêem.

Hoje, aqui, já foi falado por vários dos Srs. Senadores dessa questão do meio ambiente, da questão das mudanças climáticas, em síntese. Muitas pessoas não acreditam que isso seja realidade. Começaram a acontecer katrinas, *tsunamis*, e, agora, estão aí enchentes em alguns locais, secas em outros lugares, geleiras gigantescas descongelando, temperaturas al-

tíssimas em alguns lugares, temperaturas baixíssimas em outros, como nunca dantes visto. Talvez, a gente fique achando que isso nada tem a ver com nossos procedimentos no planeta, com nosso dia a dia. Já foi falada aqui da questão do lixo. Enfim, cada vez mais, está mais claro que somos nós, seres humanos, que estamos sendo os promotores dessa série de intempéries. Quanto a isso não há dúvida, há estudos já mais do que comprovados. A gente pode ver o saquinho plástico: bilhões são jogados, dia a dia, nos lixões. São latas, papéis, plásticos, principalmente, e a natureza vai respondendo, e respondendo com ferocidade. Digo sempre: “Não maltrate a natureza, porque ela responde de forma muito brava”. Infelizmente, a gente não está tendo a cautela devida e necessária.

Há grandes projetos em nível internacional, como o do desmatamento evitado, e um dos principais problemas do nosso País é a questão do desmatamento. Há também uma contrapartida interessante: hoje, somos os que têm a maior perspectiva de fabricação de biocombustível de modo geral, de biodiesel, de H-Bio, de etanol e de outros. Com certeza, essa é a grande contribuição que nosso País está dando, e vai dar mais ainda, ao mundo em termos de emissões de CO₂, gás carbônico, principalmente na área do transporte.

Mas isso não é o suficiente. Precisamos de educação, de muita educação nas nossas escolas, nas nossas famílias. Realmente, cada um precisa assumir a parte que lhe toca. Às vezes, até é uma parte pequena, mas, juntando, no conjunto, dá uma parte muito significativa.

Por isso, hoje, vou fazer uma fala bem breve – aliás, é para ser breve – sobre a questão do desmatamento na floresta amazônica e, em especial, no meu Estado de Mato Grosso. Foi divulgado, no início de fevereiro, pelo Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), ligado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que, em Mato Grosso, apresentou-se uma queda no desmatamento de praticamente de 80% – foram 79,97% – em novembro de 2009, se comparado com outubro desse mesmo ano. Os dados apontaram ainda a tendência de decréscimo do desflorestamento no Estado no comparativo com 2008. De acordo com os dados, em Mato Grosso, os satélites registraram 8,33km² de desmate durante o mês de novembro contra 41,6km² em outubro. Quer dizer, caiu bem, mas tem de cair mais. A queda de quase 80% na devastação da floresta também é percebida na análise de novembro de 2009, comparada à do mesmo mês de 2008.

Esse é um grande avanço para meu Estado, que sempre esteve, infelizmente, entre os primeiros lugares em desmatamento no Brasil, sem perspectiva alguma

– à época, era o que parecia – de queda nos números. Nos doze meses compreendidos de dezembro de 2008 a novembro de 2009, o Inpe registrou 998Km² desmatados no Estado. Houve uma queda muito significativa, mas ainda temos de batalhar muito para melhorarmos cada vez mais e chegarmos, se possível, o quanto antes, ao desmatamento zero.

Os dados nacionais seguiram a mesma tendência animadora de declínio dos quantitativos. O desmatamento na Amazônia, em outubro e em novembro de 2009, atingiu 247Km² de floresta. Na comparação com os mesmos meses de 2008, houve queda de 72,5%. Isso é algo a se comemorar, sim, já que as ações do Governo Federal, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Governo do Estado de Mato Grosso e dos Governos dos Estados da Amazônia e de muitas entidades têm dado resultados positivos em prol do nosso País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estive no maior fórum de mudanças climáticas dos últimos anos, a COP 15, em Copenhague, em dezembro do ano passado, e posso atestar com veemência que esses números são resultado de um trabalho que o Brasil vem fazendo em favor da preservação da floresta, em prol de um bem maior: o combate ao aquecimento global. Isso foi dito lá. Essa foi uma promessa. Estamos cuidando de nossas florestas, preservando e fazendo ações de combate ao desmatamento, mas queremos mais: fiscalização, conscientização e mais preservação. Para este ano, a expectativa será ainda maior, já que a conscientização está se tornando cada vez mais significativa.

Em Mato Grosso, nosso Município de Marcelândia, não faz muito tempo, há bem pouco tempo, foi tido como o maior desmatador, etc e tal. E, no ano passado, no segundo semestre, juntamente com uma comissão de praticamente cinquenta pessoas da área do Judiciário e do Executivo – vereadores, prefeitos, vices, juízes, lideranças da sociedade de um modo geral do nosso querido Município de Marcelândia, em Mato Grosso –, estivemos reunidos com o Ministro Minc. Sabem os senhores para quê? Não foi para justificar que ele é o maior desmatador por isso e por aquilo. Foi para dizer que ele superou esse problema. Em praça pública, em um pequeno Município de dez, quinze mil habitantes, começaram a se reunir trezentas, quinhentas, mil pessoas e decidiram: “Aqui, vamos tratar a coisa de forma diferenciada”. Traçaram programas, traçaram projetos e estão buscando condições de desenvolvimento realmente com sustentabilidade para o nosso querido Município de Marcelândia.

Mudou completamente a figura: hoje, não há mais desmatamento lá! Então, basta determinação, vontade, integração, basta o juntar de forças. Pôde-se

recuperar, inclusive, uma pequena vertente que havia quase no centro da cidade e que estava entupida de lixo. De repente, aquilo ali foi restaurado, foi plantado, está conservado, está bonito, as pessoas estão indo lá. Enfim, mudou-se a fisionomia da cidade graças à vontade e à determinação daquela população hospitaleira, daquela população que realmente se conscientizou e que, junto com suas crianças e com seus jovens, está transformando completamente a fisionomia do nosso Município. Esse é apenas um exemplo, e alguns podem dizer: “É pequeno”. Mas, se isso aconteceu com um Município como Marcelândia, com certeza poderá acontecer com todos os outros, grandes, médios ou pequenos.

Ressalto aqui, Sr Presidente, que nosso objetivo é alcançar o desmatamento ilegal zero, porque, hoje, cerca de 85% daquele que ainda existe são ilegais. É claro que isso é algo almejado, mas pode ser alcançado. Precisamos de políticas cada vez mais eficientes de conscientização de agricultores, de pecuaristas, de empresários, de trabalhadores, da população como um todo.

Responsabilizar e impor multas, isso não basta. É preciso que medidas saiam do papel. Não adianta só punir, é preciso estimular a população a mudar seus procedimentos. Com esse espírito, governos municipais e estaduais e o nosso Governo, o Governo Federal, precisam contribuir para que os programas que venham a emergir por elaboração e produção da sociedade, seja ela municipal ou de qualquer instância, sejam estimulados, para que se concretizem políticas diferenciadas, com orientação, com educação. Trata-se de achar saídas realmente para obtermos resultados eficazes e positivos.

Nosso Governo Federal comemorou mais um resultado em queda e atribuiu esses novos índices de desmatamento às operações de fiscalização e de controle, realizadas pelo Ibama, pela Polícia Federal, pela Polícia Rodoviária Federal e pela Força Nacional de Segurança – são atividades de operação das mais variadas formas – e às atividades da Operação Arco Verde, na busca conjunta de alternativas econômicas ao desmatamento ilegal.

Não adianta punir e multar sem oferecer alternativa. Digo sempre que nenhuma mulher e nenhum homem vão ficar protegendo uma árvore se estiverem passando fome embaixo dessa árvore, se seus familiares e seus filhos estiverem passando fome embaixo dessa árvore. Nessas condições, essa árvore está sujeita a cair imediatamente. Mas, se forem oferecidas alternativas econômicas de sobrevivência, inclusive dentro de um programa de desmatamento evitado, com certeza esse homem e essa mulher vão ficar embaixo

dessa árvore e impedir que ela seja derrubada, porque ela os ajudará a obter seu sustento e sua sobrevivência com dignidade.

Então, não adianta achar que o desmatamento pode ser erradicado se não forem implementados programas que contribuam, de forma decisiva, de forma determinada, para a redução dos muitos índices de pobreza existentes, principalmente nas localidades mais distantes, mais interioranas do nosso País e do nosso Estado de Mato Grosso. Não combina querer proteger e deixar as pessoas em situação de necessidade.

Então, temos de juntar essas coisas, de achar programas e alternativa que superem a pobreza. Não temos de acabar com os pobres, não, senhores e senhoras, temos de acabar com a pobreza, fazer com que as pessoas que hoje não têm cidadania e condições dignas de vida possam gradualmente alcançar melhores condições, para automaticamente ajudarem nessa proteção.

Sabemos todos que o Governo do nosso Presidente Lula e nossos Ministérios vêm batalhando, todos, nesse sentido, mas ainda há muito o que fazer. É claro que nosso País é grande, que são muitos os Estados e que muitas são as dificuldades que temos de encarar e enfrentar, mas estamos avançando.

Queremos alcançar a meta prometida de redução do desmatamento em 80%, que é a meta prometida pelo nosso Presidente Lula – o País vai conquistá-la, com certeza –, chegando a 3,5 mil quilômetros quadrados até 2020, conforme a Política Nacional de Mudanças Climáticas. No entanto, queremos alcançar esses números muito antes do prazo. Esse é um compromisso que todos nós devemos buscar alcançar o quanto antes.

O Estado de Mato Grosso está contribuindo e vai continuar a contribuir para isso, vamos continuar nossas ações. Conversamos sempre com os prefeitos e com as prefeitas, com os vereadores e com as vereadoras que vêm ao nosso gabinete em Brasília e quando vamos aos Municípios. Percebemos a vontade e a determinação de todos, para que se busque concretizar e conquistar, cada vez mais, o desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental. Muitas vezes, achamos que são ações pontuais e que isso não vai ajudar muito, mas ajuda, sim, e passa também, principalmente, pela questão da educação.

Para complementar essa questão, quero dizer que todos esses dados de que falamos aqui, sobre conquistas e dificuldades, refletem o acerto das ações do nosso Ministro Minc, que conseguiu instituir um novo modelo para a vigilância contra o desmatamento, usando o satélite do Inpe e o satélite japonês Alos, que conseguiram, em uso conjunto, acabar com os

chamados pontos-cegos da Amazônia ocasionados pela grande quantidade de nuvens. Agora, podemos acompanhar em tempo real e descobrir onde está havendo desmatamento ilegal.

Não tenho dados aqui, agora, porque eu não ia falar sobre esses dados, mas temos a certeza – esses dados existem, e nós os conhecemos – de que as terras que já estão desmatadas no País – posso falar mais pelo meu Estado de Mato Grosso – são absolutamente suficientes para duplicarmos ou quadruplicarmos a plantação de soja, de algodão, de eucalipto, de teca. Basta que, na criação do boi, na produção da carne, tenhamos condições e tecnologia diferenciadas em relação às que usamos hoje. Hoje, por exemplo, a criação do boi em Mato Grosso ocupa 23% das terras já desmatadas. Produzimos lá a melhor carne. Deixe-me contar essa prosa, não é? Cada um vai contar aqui que seu Estado produz a melhor carne, mas acho que esse é Mato Grosso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tenho quase certeza de que empata com o Rio Grande.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Empata com o Rio Grande, não é, Senador Paim? É por aí, cada um de nós vai dizer que, no mínimo, empata, não é, Senador Geovani Borges?

Mas, realmente, podemos, com a metade da terra que hoje está desmatada e sendo usada para a produção do boi, criar muito mais boi. Podemos, usando a metade da terra e restaurando a outra metade, produzir mais grãos e outros bens para a alimentação. E também temos outras alternativas à proteína bovina. A criação do peixe estraga muito menos o meio ambiente e ele é uma proteína fantástica para a nossa alimentação, dos nossos filhos, dos brasileiros, para o mercado interno e também para exportação, para o mercado externo. Então, vamos começar a buscar, cada vez mais, alternativas nesse sentido.

Eu já falei bastante, mas ainda tenho um tempinho e queria falar rapidamente sobre o PLS nº 68/2009, que é de autoria... Eu gosto sempre de salvaguardar isto, porque eu fui relatora desse projeto e fiz um substitutivo integral, mas o autor do projeto original é o Senador Tasso Jereissati, do PSDB do Ceará, e, se não tivesse essa autoria, talvez ele não estivesse na altura em que já está, em termos de avanço.

E o que diz, em resumo, esse projeto? É um projeto de lei que altera a Lei nº 8.069, de julho de 1990, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996 – revoga alguns incisos e alguns artigos –, que é a Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a crianças e adolescentes.

Esse projeto, que é de autoria do Senador Tasso Jereissati e do qual fui relatora, diz o seguinte: “Vender, fornecer, servir ou entregar bebida alcoólica a criança ou adolescente será crime sujeito a pena de seis meses a quatro anos de detenção, punível ainda com multa”. Isso é o que está previsto no projeto. Ele foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na quarta-feira passada, dia 3, e visa incluir esse tipo de pena no Estatuto da Criança e do Adolescente, no ECA, para quem vender bebida alcoólica para crianças e adolescentes, ou fornecer, ainda que gratuitamente, servir ou entregar de qualquer forma a criança ou adolescente bebida alcoólica agora vai dar... Ele ainda não está finalmente aprovado. Foi aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senadora Serys.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Augusto Botelho, um aparte.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Gostaria de fazer um aparte a seu pronunciamento e elogiá-la, porque realmente a nossa sociedade e as nossas famílias são muito tolerantes com a bebida. E também para contar um fato que ocorreu comigo lá em Roraima, recentemente. Fiquei admirado e até parabeneizei o dono daqueles bares que existem perto do posto de gasolina, na saída para Venezuela, em Roraima. Eu estava comprando gelo e vi o dono da loja se recusar a vender uma lata de cerveja para um garoto de uns 13 ou 14 anos, que estava comprando cerveja para o pai, que estava dentro do carro. Então, eu fiquei feliz de ver aquilo, porque as pessoas estão tomando consciência de que não podemos ser tolerantes. Dentro das famílias, não devemos permitir que nossos filhos fiquem bebendo. Deixemos que eles completem 18 anos; aí, se eles quiserem beber, eles podem. Mas, antes, temos que ser rigorosos. Então, essa lei, vindo agora para punir quem vende medida alcoólica para menor, é importante para o País. Nos Estados Unidos, não se consegue comprar bebida, nem que seja eu, adulto, para dar para um menor; eu não posso fazer isso nos Estados Unidos, porque a lei é rígida. Então, parabéns a V. Ex^a!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Esperamos que o Brasil faça com que essa lei de bebidas para menores seja aplicada da mesma forma como está sendo feito com a Lei Seca, do trânsito.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador.

Então, a detenção será de seis meses a quatro anos, ainda sujeito, claro, à multa. O art. 2º dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas nos termos do §4º, art. 220, da Constituição Federal e passa a vigorar com as seguintes alterações...

Só mais dois minutos, Senador, para que eu possa ler somente três itens.

Um deles diz que os rótulos das embalagens de bebidas alcoólicas conterão advertências nos seguintes termos: “Evite o consumo excessivo de álcool”. Eu acho que isso tem de ser evitado, inclusive, pelos adultos, ao máximo que se puder. Abominar tanto o fumo quanto a bebida. Aquela brincadeira dentro de casa, aparentemente tão inocente, com a criançinha tão bonitinha, tão linda, pequetito, o pai está tomando uma cerveja, a criança vem, ele encosta a espuma da cerveja na boca da criança e todo mundo acha aquilo bonito, lindo. Não se faz isso com as crianças! Não se faz isso! É realmente um ato totalmente permissivo, algo que um pai e uma mãe não devem permitir jamais.

Então, deverá vir nos seguintes termos: “Evite o consumo excessivo de álcool” e “Venda proibida a menores de dezoito anos”. Em todos os recintos, isso deverá estar escrito. Na parte interna dos locais em que se vende bebida alcoólica, deverá ser afixada esta advertência escrita, de forma legível e ostensiva, de que são crimes punidos com detenção dirigir sob a influência de álcool, vender bebida alcoólica a criança ou adolescente, para os casos de violação da proibição de venda a menores de 18 anos de bebidas alcoólicas, produtos fumíferos e outros cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.

Então, essas questões – e tenho de terminar minha fala, está terminando meu tempo –, temos que levar, realmente, muito a sério. A proteção de nossas crianças, nossos jovens, nossos adolescentes é obrigação nossa, como mãe, como pai, como tio, como irmão mais velho, como avó, como avô. Toda família tem que ter, realmente, uma força conjunta para fazer com que nossos adolescentes – que tomam um pouquinho aqui hoje... Ah, já tem 15 anos, já tem 16 anos, um pouquinho não faz mal. Daqui a pouco, estará se envolvendo com drogas mais pesadas, porque aquilo ali já não está satisfazendo. Então, vamos cuidar, vamos proteger, vamos amar nossas crianças, vamos amar nossos jovens. As pessoas, antes de 18 anos, precisam ser protegidas! Protegidas, como disse o Senador. Depois de 18 anos, também o carinho e a atenção se fazem necessários, para que a pessoa consiga se portar diante da sociedade com civilidade etc., e ter educação e outras condições mais. Mas,

antes disso, é obrigação nossa! E temos de agir com a responsabilidade, que é de nossa competência. Não adianta fazer leis e fazer leis!

Estamos fazendo leis, o relatório é meu, foi aprovado. O projeto original – já o disse aqui e registro de novo – é de autoria do Senador Tasso Jereissati; a relatoria é minha, foi aprovado ontem pela CCJ. Espero que seja, nos trâmites que se seguem, aprovado rapidamente. Mas não basta! Precisamos que haja vontade e determinação da sociedade como um todo e, muito especialmente, das famílias.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Mão Santa. Vamos dar a S. Ex^a o mesmo tempo que demos à Senadora Serys Slhessarenko: em torno de 20 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, Parlamentares presentes na Casa, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal, eu acho que a democracia foi a grande vitória da civilização.

Paulo Paim, temos que entendê-la e acabarmos com as nossas vaidades, acabarmos com este negócio: Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo. Isso foi de Montesquieu, mas nós entendemos muito bem. O poder é o povo. O povo é soberano, é o povo que decide. Abraham Lincoln já disse: “A democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo”. É o povo. E assim começou. Começou na Grécia. A democracia se reunia diretamente com o povo. Consegui Péricles, muito e muito antes de Cristo, fazer a primeira Constituição diretamente com o povo. Evidentemente, as cidades eram menores e a praça, a Ágora, a confusão era grande, todo o povo queria falar, opinar. As coisas vão melhorando e lá, em Roma, consolida-se. O povo saiu da praça, da Ágora da Grécia, para estar presente e representar o povo.

Daí um dos grandes líderes da História, Augusto Botelho, Cícero, que falava, e posso dizer a mesma coisa: o Senado e o povo de Roma. Eu posso dizer, nós podemos dizer: o Senado e o povo do Brasil. Nós somos o povo.

Nos regimes absolutistas, o governante quase sempre era o rei, que podemos simbolizar, Senador Augusto Botelho, pela frase **L’etat c’est moi**, do poderoso e inteligente Rei Luis XIV: o Estado sou eu.

Era bom para ele, era bom para os que moravam no palácio do rei; e o povo, insatisfeito, sofrido, foi às ruas e gritou: liberdade, igualdade, fraternidade. Dividiu-se, então, o poder, que era absoluto, que era único, que era quase um deus na Terra. E Montesquieu apelidou-os. Que hoje eu os transformo, melhorada... A civilização tem que melhorar. Leonardo da Vinci, o líder do Renascimento disse que mau discípulo é o que não suplanta o mestre.

Nós somos bons discípulos. Nós temos de superar. Então, vamos mudar essa palavra de poder. Nós somos instrumentos da democracia. O poder é o povo: é o povo que trabalha, é o povo que paga a conta através dos sofridos impostos, que no Brasil são muitos. Essa é a verdade.

E nós aqui orgulhosos somos do poder, porque nós somos povo. É longo e sinuoso estarmos aqui, estarmos nesta tribuna. Este Poder, em instante nenhum, é menor do que o Poder Judiciário, embora entenda, e entenda bem, que a Justiça é uma inspiração divina, de Deus. Deus entregou a seu líder Moisés as leis, mas elas são feitas por homens. E o homem-Deus que aqui esteve não tinha, como eu tenho agora, uma televisão, uma rádio AM/FM, ondas curtas, a Hora do Brasil, mas bradou, atentai bem: a ignorância é audaciosa, a humildade une os homes, o orgulho divide os homens. Mas o Filho de Deus, ô Cristovam, bradou: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça; eles serão saciados”. Mas ele foi adiante, ô Cristovam, atentai bem: “Bem-aventurados os perseguidos da justiça; eles terão o reino do céu”.

Então, o filho de Deus deu essa visão que a ignorância não entende. Ela é uma inspiração divina, mas é feita por homens. Os latinos diziam: **Errare humanum est**. E como erram! Essa é a verdade, ô Cristovam. E como erram, como erram!

E aqui a democracia temos que entendê-la e respeitá-la. É um olhando para o outro, um freando o outro. Eu estou aqui para frear o Executivo e frear o Judiciário. É o meu dever, é a minha missão, eu sou o povo, o povo não pode.

O Poder Judiciário é forte, ele pune, ele cassa, ele multa. Poder Executivo é forte, ele tem o dinheiro, nós vivemos num mundo materialista, ele tem o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica. E nós somos fortes.

Ô Cristovam, quis Deus V. Ex^a estar aqui. Um quadro vale por dez mil palavras. Nós temos aquilo que está no Livro de Deus, a sabedoria. A sabedoria deve valer, Cristovam, mais do que ouro e prata. Nós devemos ter aqui isso, é longo...

Está também no livro de Deus: “Muitos são chamados, poucos são escolhidos”. Nós é que fomos

escolhidos. Atentai a diferença! E somos julgados a cada instante e a cada dia. Agora, não podemos ser humilhados, porque nós somos o povo, o povo é para ser exaltado.

Entendam, aprendam!

Rui Barbosa está ali. Eu estudei muito o que ele fez e o que ele disse. Pode até ser, ô Cristovam, que o Rui Barbosa tenha atingido mais do que nós. Mas também ele tinha mais idade, ele saiu daqui com 74 anos. Nós temos a mesma história dele, a mesma responsabilidade: nós representamos o povo do Brasil.

Se nós não frearmos o Judiciário, quem vai frear? Intimidar-nos? Ô Cristovam, intimidar-nos?

Atentai bem! O povo sofrido não pode. Nós somos o povo. Nós apresentamos, às vezes, manifestações de indignação, trememos de indignação por injustiça. Tem que se entender que a Justiça, ô Professor Cristovam, tem que ser casada com a verdade. Ela não pode ser casada com mentira. Processos forjados que nascem casados com a mentira e acalentados? Não é isso o que a civilização nos ensinou.

Aristóteles disse que a Justiça deve brilhar mais do que a coroa dos reis, estar mais alta, ô Cristovam, do que a coroa dos santos. Outro filósofo, Montaigne, diz que é o pão de que mais a humanidade necessita. É isso. Ela é divina e bem real.

Nesta Casa, não precisamos estudar a história toda. Aqui nós somos exemplo. Um grande homem que foi do Executivo e do Legislativo, homem de muita coragem, como todos nós nordestinos temos – nós nordestinos aprendemos a Canção do Tamoio, de Gonçalves Dias, que diz, ô Cristovam, que um covarde não pode nascer de um homem forte. E nós somos do Nordeste, de homens fortes:

Não chores, meu filho;
 Não chores, que a vida
 É luta renhida: viver é lutar.
 A vida é combate,
 Que os fracos abate,
 Que os fortes, os bravos,
 Só pode exaltar.

Nós somos esses – não é, Cristovam – nordestinos. Quanto sofrimento o nosso, hein, Cristovam? Deus sabe. Deus sabe das pedras que nos atiraram, e também sabe que soubemos sempre perdoar, mas nunca nos faltou firmeza, nunca nos faltou a ciência de que a verdade vence a mentira.

Queria dizer que nós pudemos aqui...

O Senado, outro dia, muito recentemente, deu um exemplo: um Senador fez uma CPI do Judiciário.

O Brasil conheceu que existem os “Lalaus”. Todo mundo sabe. E o que eu quero dizer é que estamos aqui

para o aperfeiçoamento da democracia. Entendemos que o Executivo deve ser forte, que acerte e seja feliz. Que o Judiciário seja aquele pão da humanidade. Mas que nunca, nunca, nunca homem nenhum desobedeça a Rui Barbosa, que disse que o homem que não luta pelos seus direitos não merece viver.

O Senado da República merece respeito. Nós não podemos ser vítima de processos que nasceram com a mentira, acobertados pelas ambições dos poderosos. Não podemos! Isso não é uma garantia minha, pessoal. Serei já, já julgado pelo meu povo do Piauí. E temos coragem para isso, não é Cristovam? Não é Augusto? Pensem nisso. Nós queremos ser julgados. Nós queremos. Então respeitem isso. Respeitem a nossa história, a nossa luta e o que significamos. Eu sou pai da Pátria! O Senado é isso.

Cristovam, Moisés, o líder de Deus, pegou as leis; e o povo, desobediente, nas farras, nas falcatruas, nos bezerras de ouro, ele quis desistir. Naquele tempo, havia o privilégio de Deus falar com seus líderes: “Busque os mais velhos e os mais sábios, e eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo”. Aí nasceu a ideia de Senado.

A ignorância é audaciosa. Cheguei aqui acreditando em Deus, acreditando que Deus é amor, o amor é Deus, que do amor nasce a instituição sagrada, a família, que tem que ser preservada por nós.

Vimos, hoje, o Cristovam chorar pela infelicidade de algumas famílias que sofrem. E o amor é o cimento dessas famílias.

Cheguei aqui, ó Renan, porque acredito no estudo. O estudo leva à sabedoria, Cristovam, que vale mais do que ouro e prata. E o trabalho faz as riquezas. Rui Barbosa disse: “A primazia é do trabalho e do trabalhador, ele vem antes”.

É por isso que estamos aqui. Não é para sermos humilhados por processos nascidos da indignidade e da mentira. A Justiça tem que ser casada com a verdade, poltrões!

Cristovam, eu sou vítima, porque fiz carreato no dia da eleição, de três, quatro carros. Eu, o maior líder da história do Piauí, Renan! Ninguém lá já teve mais voto do que eu, na história. É, Renan, aí bolaram esse PT. Afaste-me dele como o diabo se afasta da cruz!

Olha, inventaram agora... Nasci na minha Paranaíba, de Evandro Lins e Silva – aprendam, homens da justiça! –, onde começou a grandeza. Peguei um avião, às três horas da tarde, para chegar às quatro e dez. Tinha três ou quatro amigos me recebendo. O maior líder da história do Piauí! O que teve mais votos fui eu. Cheguei depois de quatro horas, Renan, no dia da eleição. Entramos num colégio onde havia votação. Três, quatro pessoas: Carlos, um irmão meu; minha

mulher; meu cunhado e um Deputado, Ciro Nogueira. Aí, houve uma discussão do Ciro com um caboclo lá, que disse ser advogado. Era do PT – e recebe DAS do Palácio, é ligado ao Governo. Aí, inventou um processo, alegando que nós fazíamos carreatas no dia da eleição, Renan. Às cinco horas da tarde, do domingo já terminado no Estado. V. Ex^a disputava. Quanta indignidade!

Renan, Renan! E aí os oficiais de justiça... Ainda ameaçam a gente! É interessante mesmo! Com um único intuito: “Mão Santa está sendo processado”. Vai para o STF, e ele diz: “Está sujo!”.

Olhem aí a trama dessa gente!

Ô Renan, Cristovam, peço uma CPI da minha vida. Peço uma CPI. Quero ser julgado todos os dias da minha vida. Já ganhei eleição, já perdi eleição. Nunca a dignidade.

Acusado de fazer carreatas em Teresina. Quatro carros, Renan! Teresina sabe que nunca fiz, e fiz muito, já ganhei eleição lá. Outro dia, minha mulher foi candidata a prefeita. Quase ganha. Foi para o segundo turno. Quatro carros, Renan! Fiz muitas carreatas em Teresina. Nunca com menos de mil carros.

Processado! Para essas bandidagens botarem no jornal: “Mão Santa é processado”. Aí, vai para o STF, Internet. Está no STF, está sujo!

É interessante, é interessante este País, este País que vai mal!

Uma pesquisa da **Folha de S.Paulo** – atentai bem, ô Cristovam – mostra que a maior credibilidade do País é dos católicos, 27%; os evangélicos, 21%. A média dá uns 24% para 25%. Depois, vêm os militares. Olhem onde nós estamos! Poder Judiciário, Poder Legislativo, Exército, Aeronáutica e Marinha. A imprensa, uns 16%; nós, 8%; e a Justiça, 8%.

Isso é credibilidade? Isso é País seguro? Está aí a violência! Está aí a corrupção! Estão aí as famílias, com meninos desaparecendo, Cristovam! É aquilo que você diz: a educação, o cérebro...

E eu, sendo processado! Fiz uma passeata, carreatas... E ainda fui humilhado por oficial de justiça – que negócio é esse, Renan? – no meio da rua! Onde é que nós estamos?

Olha, atentai bem: não tenho medo do Luiz Inácio, Presidente da República, da Justiça. Só temo Deus. Só, só, Renan! Só Deus. E a intenção dessa gente é essa, porque, de repente, estamos numa situação muito boa, de respeito e de credibilidade no País e no meu Piauí, e aí entra um negócio desse para, amanhã, os jornais publicarem: “Mão Santa está sendo processado”. Internet, STF, e como é que se vai explicar, Renan, se não for aqui?

Mas vou dizer o seguinte: entendo, entendo mesmo e sei.

Ô Renan, Rui Barbosa está ali, com todo o respeito, mas ele está ali com 74 anos, e ainda não cheguei lá. Espero chegar lá com mais sabedoria do que Rui Barbosa. Eu acredito em Deus. Ele não era filho mais querido do que eu de Deus, não. Está ouvindo, Renan? Essa é a verdade.

Aqui está a “Oração aos Moços”, que li para ensinar. Ele morreu com 74 anos. Ó Senador Borges, e aqui é para ensinar. O meu dever é esse, de pai da Pátria, Paim:

Porque o ódio ao mal é amor do bem, e a ira contra o mal, entusiasmo divino. Vêde Jesus despejando os vendilhões do templo, ou Jesus provando a esponja amarga no Gólgota. Não são o mesmo Cristo, esse ensangüentado Jesus do Calvário e aqueloutro, o Jesus iroso, o Jesus armado, o Jesus do látigo inexorável? Não serão um só Jesus, o que morre pelos bons, e o que açoita os maus?

O Padre Manuel Bernardes pregava [aqui, cita Rui Barbosa] [...]:

‘Bem pode haver ira, sem haver pecado:

[...] E às vezes poderá haver pecado, se não houver ira: porquanto a paciência, e silêncio, fomenta a negligência dos maus, e tenta a perseverança dos bons. [...] Nem o irar-se nestes termos é contra a mansidão: porque esta virtude compreende dous atos: um é reprimir a ira, quando é desordenada: outro excitá-la, quando convém. A ira se compara ao cão, que ao ladrão ladra, ao senhor festeja, ao hóspede nem festeja, nem ladra: e sempre faz o seu ofício. E assim quem se agasta nas ocasiões, e contra as pessoas, que convém agastar-se, bem pode, com tudo isso, ser verdadeiramente manso. [...]

Nem toda ira, pois, é maldade; porque a ira, se, as mais das vezes, rebenta agressiva e daninha, muitas outras, oportuna e necessária, constitui o específico da cura. Ora deriva da tentação infernal, ora de inspiração religiosa. Comumente se acende em sentimentos desumanos e paixões cruéis; mas não raro flameja do amor santo e da verdadeira caridade. Quando um braveja contra o bem, que não entende, ou que o contraria, é ódio iroso, ou ira odienta. Quando verbera o escândalo, a brutalidade, ou o orgulho, não é agrestia rude, mas exaltação virtuosa; não é soberba, que explode, mas in-

dignação que ilumina; não é raiva desaçaimada, mas correção fraterna.

Então, eu faço minhas as palavras de Rui Barbosa:

Ei-la aí a cólera santa! Eis a ira divina! Deus me é testemunha de que tudo tenho perdoado.

Então, o que queremos dizer é o seguinte. Posso aqui dizer como o apóstolo Paulo – eu, que sou líder do Partido Social Cristão – que disse: eu sou a verdade, o caminho e a vida. A verdade, atentai bem!

A justiça tem que nascer da verdade, tem que se casar com a verdade e não com a mentira, e não com interesses escusos! Esse é o nosso pensamento. E como o apóstolo Paulo, eu posso aqui dizer: “Combati o bom combate, terminei a minha corrida, conservei a fé.”.

E para terminar, quero aqui ler, Paim, isso que tem feito do meu Piauí. Esta é a verdade. Então, eu tenho lido alguns artigos. Ontem, eu li um de um portal G1, que mostrava obras inexistentes que o Governador anunciava no Piauí, com fotos, provava. Li, depois, outro portal da crônica do jornalista Zózimo Tavares, que é o nosso Carlos Castello Branco. E, hoje, vou ler aqui a verdade. Isso ofende com o Governo do Piauí. Esse que contrata esses processos que nascem da mentira, pensando que vão me intimidar.

Tomaz Teixeira, ô, Renan, Tomaz Teixeira, João Goulart, ô, Paim, foi herdeiro de Getúlio? Tomaz Teixeira é herdeiro de Alberto Silva. Eu e Paim não somos herdeiros. Nós fizemos história, nós merecemos respeito do povo pela nossa luta e as nossas conquistas. Esse aqui herdou do Alberto Silva, é o herdeiro, foi Líder do Alberto Silva, Presidente do PMDB e é um grande jornalista. Aí eu trago aqui: Tomaz Teixeira, Deputado Estadual, Secretário de Comunicação, já foi de governo, é o herdeiro político de Alberto Silva. Então, ele publica Jogo Aberto. Aí o Governo lá do Piauí, o que paga esses processos para tentar nos difamar, olha aí, Paim, Tomaz Teixeira. Eu trago. Bota aqui. Bota bonitinho, o Tomaz. Ele é vaidoso também. Ele é boa pinta. Tomaz Teixeira. A verdade doa em que doer. Jornalista: Jogo Aberto. As diferenças de atitudes entre Lula e o Governador Wellington Dias.

Esse aí que é o artífice desses processos contra mim. A diferença de atitude entre Lula e o Governador Wellington Dias, do Piauí.

Paim, Paim, é ele que diz o Tomaz Teixeira. Eu fiz minhas palavras algumas de Cícero, de Rui Barbosa. Agora essa é do Tomaz Teixeira. Não é minha, não. Agora, que ele é competente, é; que ele é um grande jornalista, é.

Olha aí, o Renan conhece quem é Tomaz Teixeira, não conhece? Olha aí, olha o que ele diz: “Ligo a tele-

visão e vejo a notícia de que o Presidente Lula estava no seu apartamento de São Bernardo do Campo, o mesmo em que ele morava antes de ser Presidente e para onde sempre vai quando está em São Paulo.”

Está aqui o retrato dos dois: Lula e Wellington.

Olha aí, bota lá. Ó como é interessante. Ele é do seu PMDB. Tomaz Teixeira, você é delegado? O Raupp veio me pedir o voto ontem. Eu dizia: Infelizmente, o meu coração ficou lá, mas os desígnios de Deus... Aí, graças a Deus, eu fui para o Partido de Jesus, o Partido Social Cristão, mas não tem nada estou de coração partido. Está ouvindo, Renan. Hoje foi o almoço e vocês não me convidaram. Se fosse, eu tinha ido, do PMDB. “Foi por isso que resolvi fazer um análise de comportamento entre o Presidente Lula e o Governador Wellington Dias.” É o jornalista, é ele que está fazendo.

Lula continua morando no mesmo apartamento onde sempre viveu com a família.

Wellington jamais voltará a morar na sua casa Morada do Sol.

Lula não comprou um bom sítio ou uma boa chácara no interior da grande São Paulo.

Wellington, no seu primeiro governo, construiu um mega sítio, com quadras, campo de futebol, piscina e muito luxo, a melhor da estrada de Cacimba Velha.

Lula não está construindo uma mansão em São Paulo ou no cobijado Guarujá.

Wellington [Paim, presta atenção, homem] está construindo uma mansão na entrada da cidade, no mais luxuoso condomínio da Capital piauiense.

Não se tem notícia de que o Presidente Lula tenha construído alguma casa para parentes ou para membros da família de Dona Marisa.

É o Tomaz Teixeira.

Wellington fez uma mansão para a sogra em São João do Piauí, com direito a uma bela praça na frente do casarão.

Lula, quando tiras férias, viaja para o interior do Brasil, praias da Bahia, Pernambuco e, de preferência, no Nordeste.

Wellington, às vezes em que tirou férias, viajou para a Europa para ficar perto da Realeza como o Rei Juan Carlos, de Espanha, e Rainha Elizabeth, da Inglaterra.

Lula constrói novas obras em todo o País: em Teresina mesmo está fazendo o elevado do metrô e mandando dinheiro para a ponte

do Sesquicentenário, [diz o Jornalista Tomaz Teixeira, do PMDB.]

Wellington adora reformar as obras dos outros, como: Zoobotânico, Albertão, Centro de Convenções, poticabana, HGV, Maternidade E. Rosa, por isso, já está sendo chamado de governo da meia sola.

Lula, sempre que pode, visita os companheiros do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, inclusive participando de comemorações e de eventos.

Wellington nunca mais visitou o Sindicato dos Bancários do Piauí, de onde surgiu para a política. E sequer alguma vez visitou o Sindicato dos Professores, o mais fiel ao PT, especialmente na sua primeira eleição.

Lula continua comendo o que sempre comeu antes de ser Presidente. Gosta de feijoada, panelada e a tradicional buchada do Nordeste e churrasco, dia de sábado, e uma cachacinha de vez em quando.

Wellington só gosta de degustar camarão grande e lagosta, lula ao molho e adora um bom vinho francês ou scotch, de preferência com malte escocês.

Luiz Inácio Lula da Silva é o Presidente da República Federativa do Brasil.

Wellington Dias é Governador do Estado do Piauí.

Agora faça o seu julgamento sobre o comportamento e a mudança entre essas duas personalidades ilustres do PT o ex-Partido dos Trabalhadores.

Isto é uma crônica do jornalista do PMDB, ex-Presidente e herdeiro político de Alberto Silva. É isto aqui que quero então pregar. Está sujo! Vamos ver o povo do Piauí, na sua coragem cívica, na sua força que me trouxe para cá. Na sua coragem, o Piauí vai dar o ensinamento. Nós é que tivemos a coragem de fazermos uma batalha sangrenta e expulsar os portugueses deste Brasil.

Então, estas são as nossas palavras, mas as palavras finais são de esperança. Acabou de chegar o nosso Geraldo Mesquita, intelectual. Geraldo Mesquita, V. Ex^a leu **O Velho e o Mar**, de Ernest Hemingway? Renan, ele diz o seguinte: a maior estupidez é perdermos a esperança. É um pecado. O homem não é para ser derrotado. Ele pode até ser destruído, e nós, no Piauí, nós vivemos com essa esperança, esperança na coragem de liberdade do Piauí e de uma alternância do Governo.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, por ordem de inscrição, o Senador Geovani Borges. Em seguida, Senador Renan Calheiros, pela Liderança.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Senador José Nery não se encontra, mas ele encaminhou à Mesa, mediante acordo feito com o Presidente Sarney, um requerimento para que, na próxima quarta-feira, a primeira hora da sessão seja transformada num debate sobre o trabalho escravo.

O requerimento está na mesa. Como já são quase dezessete horas, a pergunta que faço é se está assegurada, na Ordem do Dia, a votação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PR – RR) – Sr. Senador, a Ordem do Dia ainda não abriu, mas vai ser aberta logo.

O requerimento já se encontra sobre a mesa e está aguardando apenas a manifestação do Presidente Sarney. Provavelmente, o requerimento vai ser votado hoje, mas não posso lhe afirmar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PR – RR) – Está bom, Senador?

Com a palavra o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente,...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Senador Geovani?

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Permite.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PR – RR) – Senador Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Juntamente com o Senador Valdir Raupp, nós gostaríamos de saudar a presença, que muito nos honra, aqui, no Senado, dos Vereadores de Campo Novo, dos Vereadores Valdecy, Presidente da Câmara dos Vereadores, Vivaldo Jesus, Marcio Rozano, Gerson de Souza Lima, Silva Júnior; todos de Rondônia, e também do Vereador Tales do PT.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O Prefeito Marquinhos...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Prefeito Marquinhos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – ..., de Campo Novo, do Deputado Amauri, do Estado de Rondônia...

Aqui está a relação de todos os nomes dos Vereadores. Só ajudando o Senador Suplicy, estão presentes o Presidente da Câmara, o Valdecy, o Márcio, o Gerson, o Vivaldo, o Silva Júnior, o Talles, a Vereadora Valdenice, o Vereador Nivaldo Rosa, o Vereador Tadeu, o Prefeito Marquinhos, que já citamos, e o Deputado Amauri.

Agradeço pela referência e pela compreensão do Senador Geovani Borges, do Estado do Amapá, que, com muita honra, está representando aqui o nosso querido Senador Gilvam Borges, e também pela compreensão do Presidente. Quero dizer que eles estão nessa caravana para pedir que o traçado de um BR federal, que iria passar por fora da cidade de Campo Novo, passe pela cidade de Campo Novo, um Município histórico do Estado de Rondônia, que merece ter o traçado dessa rodovia federal, que é a 421, que futuramente vai ser um corredor de exportação, passando por Nova Mamoré e Guajará-Mirim e indo também para os portos do Chile, passando por dentro do território boliviano.

Então, agradeço aqui por toda essa comitiva de Vereadores de vários Partidos e também pela presença do Prefeito e do Deputado Estadual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com a palavra o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, primeiramente, cumprimentar aqui a caravana lá do Estado de Rondônia, liderada por nosso Líder, Senador Valdir Raupp, que nos brinda com a sua presença no plenário do Senado Federal.

Mas, Sr. Presidente, hoje, 4 de fevereiro de 2010, Macapá, capital do meu Estado, completa exatamente 252 anos. Dois séculos e meio se passaram desde aquele ano de 1758, quando foi fundada a capital do Amapá, a única cidade brasileira localizada à margem esquerda do rio Amazonas e sobre a Linha do Equador, o que permite aos habitantes e visitantes mudarem do Hemisfério Sul para o Norte e vice-versa no momento em que desejarem, como num passe de mágica.

Localizada a 14,4 metros acima do nível do mar e a 345 quilômetros de Belém, capital do Estado do Pará, a cidade é cortada pela linha imaginária do Equador e seu acesso só é possível via aérea ou de barco, por ser um porto fluvial.

O nome Macapá tem origem tupi e é uma variação do termo “macapaba”, que significa “lugar de muitas bacabas”. Bacaba é o fruto da bacabeira, uma espécie de palmeira, cujo fruto se transforma em um vinho muito apreciado no meu Estado, a exemplo do açai.

Antes disso, porém, Macapá recebeu dois nomes. Foi batizada como Adelantado de Nueva Andaluzia, em 1544, pelo então Rei da Espanha, Carlos V, e recebeu mais tarde, na época de sua fundação, o nome de São José de Macapá.

A cidade teve início a partir de um destacamento militar criado em 1738. Vinte anos depois, no dia 4 de fevereiro, o Governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, fundava Macapá, habitada nos seus primórdios por casais de açorianos que lá aportaram.

O Governador chegou com a missão de demarcar fronteiras na região Amazônica, através do Tratado de Madri, assinado em 1750, aproveitando para transformar o povoado em cidade. Aliás, Mendonça Furtado deu nome a uma das mais bonitas avenidas da cidade, a Av. Mendonça Furtado, que começa no Largo dos Inocentes, onde está sediada a Confraria Tucuju.

Naqueles idos do século XVIII, Macapá era considerada um dos maiores centros urbanos do Norte, contando com cerca de 500 habitantes. Isso mesmo, dava para contar um por um os moradores da cidade e, quando havia festa, todo mundo comparecia para ver. Nesse caso, o Governador marcou a data com o levantamento do Pelourinho, símbolo das franquias municipais, e passou a palavra para o Ouvidor-Geral do Estado, Desembargador Paschoal Abranches Madeira Fernandes, que fez a declaração solene da elevação à categoria de vila.

Segundo o pesquisador Edgar de Paula Rodrigues, alguns historiadores indicam esses fatos como ocorridos no ano de 1757, mas a maioria se refere a 1758. Sendo assim, a data ficou fixada conforme informa a maioria, o que determina também a idade cronológica da cidade.

São 252 anos desde aquele dia, diante dos quinhentos habitantes. De lá até os dias de hoje, a cidade cresceu e se desenvolveu, sob as bênçãos do padroeiro São José e com o esforço de cada pioneiro, seus descendentes e daqueles que a adotaram para viver. Os dados apresentados pelo pesquisador constam da obra **Amapá – Perfil Histórico**, de Artur César Ferreira Reis.

Em 1943, Macapá passou a ser capital do Território do Amapá, o qual só ganharia *status* de Estado em 1988, com a promulgação da nossa Constituição. Eu, juntamente com o Senador Mozarildo Cavalcanti, na qualidade de Constituintes, contribuimos para que

Amapá passasse de Território de Roraima à categoria de Estado.

A maior vocação da capital do Amapá é o comércio, uma vez que sua posição geográfica favorece as transações com a América Central, a América do Norte e a Europa.

Outra vocação importante da cidade é o turismo, destacando-se como atrações a Fortaleza de São José, o Teatro das Bacabeiras e o Parque Meio do Mundo, onde ficam o Marco Zero do Equador e o Estádio Zeirão. Neste último, curiosamente, um time sempre joga no Hemisfério Norte, e o outro, no Hemisfério Sul.

Sei que a tribuna desta augusta Casa não é o melhor palco para que falemos sobre afetos, benquerenças, memórias e homenagens. Estamos aqui para discutir os caminhos do Brasil que perseguimos e a legislação que precisamos implementar.

Mas tenho certeza, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que V. Ex^{as} haverão de relevar a emoção de um ribeirinho que fala do Brasil e para o Amapá com os olhos úmidos, como se fossem as águas dos nossos igarapés.

Também por isso, permito-me pedir licença, uma espécie de licença poética, para declamar alguns poucos versos do Senador Gilvam Borges, na emocionante homenagem que escreveu à cidade, especialmente para comemorar o aniversário de Macapá. Diz o Senador Gilvam Borges:

É a hora de orgulhar-se pelo nosso chão...

De continuar a luta
E seguir em frente
Com muito mais amor
E mais disposição.
Macapá é a força,
De tudo o que sou...
Da minha esperança,
Da minha certeza,
De São José,
Que nunca me abandonou.

Faço minhas as palavras dele, porque sei que esses versos captam a verdadeira emoção de quem cresceu conhecendo cada pedacinho da cidade e que hoje acompanha atento a sua expansão.

Talvez eu devesse pedir desculpas aos meus queridos Pares, por um discurso mais emocionado do que os habituais. Mas nós amapaenses somos sentimentais como a lua que beija o rio Amazonas quando o sol se esconde e a noite cai. A noite cai sobre o rio, com seu manto preto repleto de estrelas brilhantes, cheias de mistérios e esperanças.

Parabéns, Macapá, alfa e ômega de nossa história!

Parabéns, brancos, negros, índios e pardos, toda essa miscelânea de raças, fruto de amores, que deu origem ao nosso povo forte e aguerrido!

Que Deus nos abençoe a todos, hoje e sempre!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de tempo que V. Ex^a nos proporcionou para registrar esse fato histórico da capital do Estado, da minha cidade, que é Macapá.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senador, para exaltar Macapá, V. Ex^a tem o tempo que for necessário.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Antes de passar a palavra ao Senador Renan Calheiros, pela Liderança do PMDB, eu gostaria de registrar a presença de dois prefeitos da nova geração de Roraima – peço que se levantem: Domingos Santana e James Batista. Domingos Santana é Prefeito de Bonfim, que é uma zona de exportação agora, uma área de livre comércio, e o James é Prefeito de São Luiz do Anauá, que foi fundado pelos maranhenses.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. *Fora do microfone.*) – Eu pediria mais uma tolerância, quebrando o protocolo...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Fale, Senador.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Eu gostaria de registrar a presença de dois jornalistas do meu Estado que estão aqui na tribuna de honra: o Sílvio de Souza e o Patrick.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Presenças registradas.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros, pela Liderança do PMDB.

A seguir, o Senador Valdir Raupp, pela ordem de inscrição.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta primeira semana de reabertura dos trabalhos do Senado Federal, dos trabalhos legislativos de 2010, não poderia deixar de vir a esta tribuna para, em breves palavras, tocar em alguns temas que julgo oportunos. Não pude estar aqui no início da semana, já que tive de cumprir uma agenda em Municípios de Alagoas. Estive visitando Passo de Camaragibe, terra de Aurélio Buarque de Holanda; Arapiraca, importante Município

do nosso Estado, participando da festa da padroeira, Nossa Senhora do Bom Conselho; e Olivença, no mesmo dia, participando das festas de emancipação política da cidade, que completava 51 anos de emancipação.

Mas eu, Sr. Presidente, não posso deixar de dizer, neste início de trabalho aqui, no Senado Federal, algumas palavras. Ainda que muitos padeçam da “TPE”, que é a conhecida “tensão pré-eleitoral”, hoje eu vi algumas declarações do Deputado Ciro Gomes, cada vez mais preocupado com essa sua candidatura, que é incrível como se parece com a candidatura da Senadora Heloísa Helena, na eleição passada. Durante a campanha, ela tinha 11%, 10%; depois acabou com 6% dos votos. Acho que isso tem deixado o Ciro Gomes em um estado de nervosismo permanente. Só vejo isso para explicar todos os dias as suas descontraídas declarações. Mas essa “TPE”, essa “tensão pré-eleitoral” do Deputado Ciro Gomes, Sr. Presidente, é compreensível.

Aqui no Senado Federal deveremos tratar da atualização inadiável dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil, que, enfraquecidos na sua eficácia, precisam de aperfeiçoamento o quanto antes.

Estive ontem também com o Ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça, que preside, Senador Mão Santa, a comissão de juristas criada pelo Senado para elaborar o novo Código de Processo Civil, e conversamos demoradamente sobre o assunto.

Quando estive na Presidência do Senado, V. Ex^a se recorda, adotei aqui no Senado Federal como prioridade a rápida tramitação dos projetos relacionados ao pacto de Estado em favor de um Judiciário mais ágil e republicano.

Também são urgentes a reestruturação administrativa do Senado Federal e as propostas que dispõem sobre a exploração do pré-sal, essas últimas ainda tramitando na Câmara dos Deputados.

São temas candentes, Senador Mão Santa, que envolvem todo Brasil, e o Senado Federal, mais uma vez, há de demonstrar o seu equilíbrio para debater as demandas que envolvem todos os Estados da Federação.

O ano de 2009 foi muito difícil para o País. Graças a ações internas, o Brasil conseguiu ultrapassar a grave crise econômica com menos desconforto do que várias nações ricas do mundo.

O Governo atuou de maneira adequada, mas deve-se reconhecer que o Congresso Nacional teve e tem grande responsabilidade na construção dessa economia interna mais robusta e mais sólida.

Com a colaboração da Oposição, claro – e nada aqui se fez sem que contássemos com a decisiva co-

laboração da Oposição –, aprovamos aqui, no Senado Federal, em dois turnos, a Reforma Tributária, que, lamentavelmente, não andou na Câmara dos Deputados. Essa reforma que aprovamos aqui tem organicidade, tem lógica interna, tem começo, meio e fim.

Aqui, também aprovamos, Sr. Presidente, a PEC Paralela da Previdência; a vital Lei de Responsabilidade Fiscal; a Super-Receita; a Lei de Falências; avilizamos o *status* de Ministério ao Banco Central; discutimos e votamos marcos regulatórios importantes, como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, o que significou, Sr. Presidente, mais empregos formais, desoneração da produção e desoneração também da exportação.

Votamos também a renegociação das dívidas rurais; a reforma infraconstitucional do Poder Judiciário, que precisa de permanente aprimoramento; a Súmula Vinculante; a Lei da Repercussão Geral; o Fundeb; o Super Simples; o Microcrédito; as PPPs; e aqui, no Senado, o orçamento impositivo e até mesmo, Sr. Presidente, a reforma política, que, embora precisasse ser mais ousada e possa não sugerir, é importante dizer que a reforma política que deveria ser feita, Senador Geraldo Mesquita, tem um forte impacto também na economia, na representatividade do País e na própria formação da maioria, o que significa dizer na construção da sustentabilidade do Governo.

Poderia gastar horas apenas relembando projetos que representam agilidade diante das crises, economia para os cofres públicos, racionalização, mais emprego, maior arrecadação, renda e estabilidade econômica. Mas, Sr. Presidente, o tempo é de avançar. Agora, em 2010, Senador Mão Santa, a sociedade vai fazer uma opção em um ambiente totalmente democrático. Será, penso eu, uma questão pragmática: a continuidade ou não de algo que tem êxitos, que tem resultados – resultados sentidos pela população e que tirou milhões da miséria, distribuiu renda, aumentou salários, criou empregos e nos tirou da crise, fundamentalmente nos tirou da crise.

Vencemos a crise, como eu dizia, através do fortalecimento do mercado interno, com aumento do salário mínimo. E eu tenho muita honra, toda vez que falo nisso, de dizer que foi exatamente esta Casa que inspirou a recuperação do salário mínimo, porque aqui, juntamente com o Senador Paulo Paim, nós designamos, Senador Mozarildo, uma comissão, que levou ao Presidente Lula, juntamente com as centrais sindicais, uma proposta, uma fórmula para a recuperação do poder de compra do salário mínimo: a inflação do ano que passou mais o crescimento da economia.

Com isso, nós tivemos, claro, a expansão da massa salarial, com políticas pontuais de desoneração e aportes

de crédito também. Este Congresso teve um papel fundamental na elevação do crédito. Quando o Presidente Lula assumiu o Governo, nós tínhamos apenas 19% do Produto Interno Bruto de crédito no Brasil. Hoje, essa expansão de crédito já beira os 40% do Produto Interno Bruto. Mesmo tendo o vento contra, geramos milhões de empregos e, desde 2003, 19,4 milhões de pessoas saíram da situação de pobreza absoluta.

A sociedade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, aprova, o mundo reconhece, conferindo múltiplos prêmios, e todos os indicadores socioeconômicos confirmam que teremos um ano extraordinário pela frente. Foi feita, no Brasil – é importante que se diga – uma verdadeira revolução, uma revolução social, uma revolução silenciosa.

O PMDB, Sr. Presidente, teve a honra de contribuir com este projeto. Fomos governo, ajudamos a aprovar e realizar as políticas hoje vitoriosas. O eleitor não entenderia e não entenderá do PMDB outra posição que não dar continuidade a tudo isso. A outra opção significaria contrariar a sociedade, que, em repetidas pesquisas, mais do que aprovar o Presidente Lula, mostrou que confia nele. E todos nós sabemos o quanto é precioso, Sr. Presidente, e raro o conceito da confiabilidade. O Presidente Lula, sem dúvida nenhuma, será a cara desta eleição de 2010.

O PMDB amadureceu – todos acompanham – e não vive mais as hesitações de outrora, a antropofagia e as ambiguidades. Ao contrário, Sr. Presidente, experimenta uma unidade feita em cima de um projeto concreto.

Convivemos democraticamente com o divergente. Temos unidade. Não temos – claro – unanimidade dentro da nossa pluralidade. Mas, na convenção que se avizinha, Sr. Presidente – vamos fazer uma convenção no próximo sábado – teremos a chancela da expressiva maioria do partido para continuar o que ajudamos a construir, tanto em formulação quanto em votações e nos Ministérios que o PMDB teve a honra e o cuidado de administrar.

Todos se recordam que, em 20 de outubro do ano passado... E fiz aqui – quero aproveitar a oportunidade para lembrar isso – o comunicado desta tribuna no dia seguinte. O PMDB firmou um pré-compromisso para a eleição presidencial. Fomos convidados a indicar o nome do candidato a Vice-Presidente, o que faremos, Sr. Presidente, sem assombro, alheios às pressões de fora e aos ataques especulativos no momento legalmente adequado.

A atual direção do PMDB tem demonstrado coerência na condução da legenda. Nas últimas eleições municipais e estaduais, o partido cresceu e demonstrou cada vez mais a sua vitalidade eleitoral.

O partido tem o maior número de Governadores, as maiores bancadas no Congresso Nacional – tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal – a maior quantidade de Deputados estaduais, de Vereadores e de Prefeitos.

Em votos absolutos recebidos, o PMDB também aparece à frente de outras grandes legendas. Isso representa conhecimento, aceitação, credibilidade, capilaridade e expressão nacional. Será sobre essa responsabilidade de parte expressiva da sociedade que vamos decidir.

O nome do Presidente Michel Temer para Presidente do PMDB derivou, Sr. Presidente, de uma decisão partidária, fruto de muitas negociações. Ele dá um caráter institucional à legenda, à própria aliança, e Michel, por seus reconhecidos méritos de homem público, reúne as pré-condições para representar o PMDB.

Não temos, evidentemente, objeção a ninguém, aversão ou vetos a nenhum outro nome, a nenhum outro peemedebista. Temos, Sr. Presidente, felizmente, excesso de quadros, de bons quadros qualificados e vamos, sem crises e com responsabilidade, indicar, no momento adequado, o nome para a Vice-Presidência da República.

No que depender do PMDB, como eu dizia no início, os terapeutas matrimoniais ficarão ociosos, a união no PMDB está cada vez mais madura, cada vez mais serena.

Quero cumprimentar V.Ex^a, quero cumprimentar os Senadores e dizer da minha satisfação de estar aqui. Nós vamos ter apenas uma sexta-feira, a convenção acontecerá apenas no sábado, amanhã é um dia muito importante ainda no prolongamento da semana, e eu quero reafirmar o compromisso que tenho com V. Ex^a de amanhã às 9 horas, estarmos todos aqui para avançarmos na discussão desses temas, fazendo com que o Senado possa se desincumbir, no seu dia a dia, nesse debate, que, cada vez, será mais profícuo e insubstituível da sua tarefa, do seu papel, da sua responsabilidade.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Expediente.

A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se dia 9 de fevereiro do corrente, terça-feira, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de mensagem presidenciais e apreciação de vetos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Continuando a lista de oradores, Valdir Raupp está inscrito.

Chegou um documento do Senador Heráclito Fortes, representando o DEM, como Líder.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já falei rapidamente ali, pela ordem, juntamente com o Senador Eduardo Suplicy, agradecendo a presença dos Vereadores de Campo Novo, também do Prefeito Marquinho, do Deputado Amaury, que vieram a Brasília reivindicar o traçado de uma rodovia federal, a BR-421, que vai passar por Monte Negro, Campo Novo, próximo a Buritis, saindo de Nova Mamoré e chegando a Guajará-Mirim. E vai fazer parte, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de um corredor de exportação via Bolívia e o porto de Arica, no Chile. Esse talvez seja o traçado mais curto que o Norte, o Mato Grosso, Rondônia e outros Estados do Norte, da Amazônia, poderão ter para escoar os seus produtos para os portos do Oceano Pacífico.

Temos um outro traçado também, que é esse que já vai ser inaugurado agora em outubro, pelo Peru. Já foi acertada a data da inauguração, com o Presidente Lula e o Presidente Alan García. Esse é um corredor de exportação da rodovia bioceânica. É uma obra importantíssima também, mas essa outra é uma segunda alternativa e talvez até com mais vantagens para os exportadores, para os transportadores de soja, de carne, de todos os produtos daquela região. Então, vamos ter dois corredores de exportação para o Oceano Pacífico: um via Guajará-Mirim, porque quem sai do sul passa por essa BR-421, como já falamos, passando por aquela de região de Campo Novo e Monte Negro; e outro que vai por Porto Velho e Estado do Acre.

Mas, além desses corredores, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria falar também da BR-319. É uma BR importante, que vai para Manaus, vai para o Caribe, Venezuela, e está um pouco emperrada devido à licença ambiental. Uma rodovia já implantada, Senador Mozarildo, há mais de 30 anos. Ela ficou um pouco abandonada, sem recuperação, sem restauração, e agora foram retomadas as obras. O Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, tem-se empenhado, tem-se desdobrado, tem brigado para que saia o projeto, a licença ambiental, para que ele possa concluir, porque ele já começou nas duas pontas, de Manaus a Porto Velho e de Porto Velho a Manaus, chegando até Humaitá, um trecho de quase 200 quilômetros. E agora foi licitada a ponte de Porto Velho, que faz parte dessa rodovia tão importante para o Norte do Brasil, para o Estado de Rondônia, para o Estado do Amazo-

nas, para o Estado de Roraima, para o Amapá, enfim, para toda a Amazônia Ocidental.

Outra obra importante também que está para sair é a ponte de Guajará-Mirim, uma ponte binacional, uma dívida de 107 anos, porque, em 1903, o Brasil assinou um acordo chamado Tratado de Petrópolis, que o Presidente Sarney, que assume a Presidência neste momento, conhece muito bem porque foi Presidente da República. O Tratado de Petrópolis dava à Bolívia uma saída para o Oceano Atlântico, já que havia uma briga. As guerras da Bolívia com o Peru e com o Chile impediam a Bolívia de sair para o Oceano Pacífico. Então, ela queria, naquela oportunidade, uma saída para o Atlântico, mas, até hoje, essa integração não foi concretizada. Essa ponte, com 107 anos de dívida, ainda não saiu.

O Presidente Lula, agora, determinou que o projeto executivo seja feito, e o Dnit Nacional está trabalhando nesse projeto e disse que, em março, o projeto ficará pronto, em junho poderá sair a licitação e, se possível, a obra começará ainda neste ano para colocar no PAC essa ponte de 1.200 metros entre Guajará-Mirim e Guayaramerin, integrando o Brasil com a Bolívia e fazendo parte dessa rota de exportação pela BR-421 ou pela BR-425.

Outra obra importante também que está saindo neste momento é a BR-429, mais uma BR federal que já está no PAC e em execução. Há muitas obras na região de Alvorada, São Miguel, Terra Boa, Seringueiras, São Francisco, São Domingos e Costa Marques. Trata-se de uma obra autorizada pelo Presidente Lula, pela Ministra Dilma, pelo Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e pelo Diretor do Dnit, Dr. Pagot. E já está em franco desenvolvimento o asfaltamento da BR-429.

Por último, eu queria falar da BR-364, que é a nossa BR. O Presidente Sarney, quando Presidente, inaugurou o trecho de Porto Velho a Rio Branco no Acre.

O Presidente Figueiredo inaugurou até Porto Velho, e o Presidente Sarney depois continuou a obra e a tocou até Rio Branco, passando inclusive um pouco de Rio Branco. E hoje faz parte, Presidente Sarney, da Rodovia do Pacífico, a rodovia bioceânica, que vai ser inaugurada, como já falei aqui, em outubro pelo Presidente Lula e o Presidente Alan García.

Então, tudo tem seu tempo. Não custa sonhar. Sonhamos com esse corredor de exportação via Pacífico e a BR-364, que passou por vários Presidentes. O Presidente Sarney foi também fundamental na continuidade dessa obra tão importante para o Brasil. Agora, vem a restauração. Como foi um asfalto de “tratamento duplo”, como se diz, e não um asfalto usinado, ela já se

deteriorou em alguns trechos e o recapeamento nunca foi feito de modo geral. Então, está sendo terminado agora um projeto executivo pelo Ministério dos Transportes, que vai restaurar toda a BR-364, de Cuiabá até o Acre, passando pelo Mato Grosso, Rondônia e o Estado do Acre, até Rio Branco.

É uma obra de mais de R\$600 milhões, que vai entrar no PAC também. É toda de asfalto usinado, recapeamento usinado com terceira faixa nas subidas, dando assim maior fluxo, porque a quantidade de caminhões e carretas é muito grande em razão do escoamento da soja de quase todo o Mato Grosso do Sul e de Rondônia, que vai para os portos de Porto Velho e Itacoatiara, rumo também aos mercados mundo afora.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a já foi Governador de Rondônia, é Senador há muito tempo e se bate permanentemente por essas questões do seu Estado, que, na verdade, são questões da Amazônia. V. Ex^a explicou muito bem: a BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, é uma estrada que já está aberta há bastante tempo. Portanto, não vai ser derrubada nenhuma árvore mais. Estamos vivendo uma época de ecoterrorismo. Hoje em dia, são mais importantes uma árvore e um animal do que um ser humano. Mas, no caso dessa BR, que é vital para a interligação da Amazônia e já está aberta, há sucessivas manobras de protelação. Uma hora, uma ONG entra com uma ação; outra hora, um Procurador resolve entrar. As usinas do seu Estado, que também são importantíssimas para o Brasil, vêm sofrendo sucessivos adiamentos. Felizmente, uma já está em processo adiantado. Agora, no Pará, a de Belo Monte, depois de mais de décadas de estudos e de vai-e-vem, o Governo libera. Então, começam as contestações e as procrastinações. Parece até que é impossível, por exemplo, compatibilizar a questão dos índios e da floresta com o desenvolvimento. Parece que há uma incompatibilidade. Isso eu considero realmente um terrorismo ecológico que se implantou no País. Felizmente, o Presidente Lula está dando demonstração de que não vai ficar refém. Embora já tenha ficado sete anos refém dessas questões de ecoterrorismo, ele está dando demonstrações de que realmente o País precisa se libertar disso. E a Amazônia não vai se acabar se fizermos Belo Monte, Jirau, Santo Antônio, o asfaltamento da 319 e tantas outras. Veja no meu Estado: a usina hidrelétrica do Cotinho, em Roraima, tem duas serras que poderiam estar hoje gerando energia; e estamos comprando energia da Venezuela, porque lá se faria a reserva indígena Raposa Serra do Sol. A reserva foi feita. Agora, é possível fazer a hidrelétrica, porque a

Constituição permite. Já aprovamos o projeto aqui no Senado, e está na Câmara. E aí vem uma entidade, uma ONG, e diz: “Nós não aceitamos que construam a usina dentro da terra indígena”. Por quê? Não vai causar impacto ambiental, os índios vão ganhar dinheiro com isso, portanto, vão ter condição de investir no seu desenvolvimento. E, no entanto, há essa dicotomia, uma dicotomia falsa entre preservar a Amazônia brasileira e desenvolver em benefício dos 25 milhões de brasileiros que lá estão. Eu quero, portanto, cumprimentar V. Ex^a. Não poderia deixar de dar este testemunho da sua luta e da luta da Bancada da Amazônia aqui no Senado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – V. Ex^a tem absoluta razão. Agradeço pela contribuição. O Brasil não pode parar com o crescimento do PIB acima de 5 pontos percentuais. Deve crescer este ano em torno de 5,5 a 6 pontos. Já crescemos em 2007 e 2008 em ritmo bem forte. Demos uma parada, em 2009, devido à crise global, mas já retomamos com muita velocidade, com muita força a partir deste ano.

Então, se crescermos nesse patamar, de 5 a 6% ao ano, até 2015, 2020, nós vamos ter sérios problemas de racionamento de energia elétrica. Nós precisamos construir Madeira, Santo Antônio e Jirau, precisamos construir Belo Monte, precisamos fazer parceria com a Bolívia e o com o Peru, para construir hidrelétricas na Bolívia – já há um projeto, cachoeira Esperança, uma binacional, e uma outra no rio Beni. O Peru também está disponibilizando aproveitamentos importantes para a Eletrobrás, para o Governo brasileiro fazer parceria. Nós vamos precisar de tudo isso, dos aproveitamentos do Brasil e dos países vizinhos para sustentar o crescimento da economia brasileira, que até 2020 deve chegar a quinta economia do mundo. Precisamos de energia farta para poder sustentar esse crescimento.

Mas, concluindo, Sr. Presidente, o meu pronunciamento, eu queria falar rapidamente sobre a BR-174, que liga Vilhena às cidades de Juína, Aripuanã, Castanheira, Cotriguaçu, na região do Mato Grosso também. Uma BR federal que, há muito tempo, desde quando fui Governador e fiz 20 km de asfalto, por via delegada dessa rodovia, nunca mais avançou um palmo de asfalto; há 15 anos que não se coloca um palmo de asfalto nessa rodovia. No início do mês de março, haverá uma reunião em Vilhena, onde vai ser reunida toda a região de Rondônia e Mato Grosso, com as autoridades, para discutir o asfaltamento dessa BR.

E, por fim, eu queria falar rapidamente, e volto a falar sobre este tema daqui a uns dias, sobre a Ferrovia Transcontinental, essa ferrovia que vai sair do Rio de Janeiro, passar por Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia e vai até o Peru também. Futuramente, mais um projeto importante

para o Brasil e para a nossa região, a Região Norte. Não custa sonhar: nós sonhamos com a BR-264, e conseguimos; sonhamos com a Rodovia do Pacífico, e conseguimos; sonhamos com as usinas do Madeira, e também conseguimos; sonhamos lá, há quase 30 anos, com a criação do Estado de Rondônia, com a emancipação, com a questão do Estado, e conseguimos também; por que não sonhar com a Ferrovia Transcontinental, que vai cortar todo o Brasil e vai ser um grande corredor de exportação para os portos do Pacífico, via mercados asiáticos?

Era o que eu tinha, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS

- Nº 1, de 5 de janeiro último, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.411, de 2009, do Senador Eduardo Suplicy;
- Nº 9, de 18 de janeiro último, do Ministro de Estado da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.358, de 2009, do Senador Tasso Jereissati;
- Nº 38, de 22 de janeiro último, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.431, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;
- Nº 39, de 22 de janeiro último, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.416, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e
- Nºs 959 e 962, de 22 de dezembro último, do Ministro de Estado do Meio Ambiente, encaminhando informações em resposta aos Requerimentos nºs 1.346, de 2007, e 654, de 2009, respectivamente, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – As informações referentes ao **Requerimento nº 1.358, de 2009**, encontram-se à disposição do requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

As informações relativas aos **Requerimentos nºs 1.346, de 2007, e 654, 1.411, 1.416 e 1.431 de 2009**, foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes. Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

- Nº 14, de 20 de janeiro último, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.344, de 2009, do Senador Gilberto Goellner.
- Nº 17, de 25 de janeiro último, do Ministro de Estado de Minas e Energia, solicitando dilatação de prazo para encaminhamento das informações em resposta ao Requerimento nº 1.505, de 2009, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

O **Requerimento nº 1.505, de 2009**, ficará na Secretaria-Geral da Mesa, aguardando as informações solicitadas. O Requerimento nº 1.344, de 2009, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 2, de 2010-CN** (OF. 069/2010-BNDES GP, na origem), do Presidente do BNDES, encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2009.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Ofício 069/2010 – BNDES GP

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2010

A Sua Excelência o Senhor

José Sarney

Senado Federal

Edifício Principal, Praça dos Três Poderes

70165-900

Brasília-DF

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, encaminho, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2009.

Atenciosamente, – **Luciano Coutinho**, Presidente .

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o Ofício nº 14, de 2010, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2010 (nº 6.720/2010, naquela Casa), de iniciativa do Presidente da República, que *concede auxílio especial*

e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti.

O Projeto vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É o seguinte o Projeto recebido:

PROJETO DE LEI DA CAMÃRA
Nº 4, DE 2010
(nº 6.720/2010, na Casa de origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

Concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos durante o terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti.

Art. 2º Fica concedido auxílio especial aos dependentes dos seguintes militares das Forças Armadas falecidos durante o terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti:

I - General-de-Brigada Combatente João Eliseu Souza Zanin;

II - General-de-Brigada Combatente Emilio Carlos Torres dos Santos;

III - Coronel Marcus Vinicius Macêdo Cysneiros;

IV - Tenente-Coronel Francisco Adolfo Vianna Martins Filho;

V - Tenente-Coronel Márcio Guimarães Martins;

VI - Capitão Bruno Ribeiro Mário;

VII - 2º Tenente Raniel Batista de Camargos;

VIII - Subtenente Davi Ramos de Lima;

IX - Subtenente Leonardo de Castro Carvalho;

X - 2º Sargento Rodrigo de Souza Lima;

XI - 3º Sargento Arí Dirceu Fernandes Júnior;

XII - 3º Sargento Douglas Pedrotti Neckel;

XIII - 3º Sargento Washington Luis de Souza Seraphin;

XIV - Cabo Antonio José Anacleto;

XV - Cabo Felipe Gonçalves Julio;

XVI - Cabo Kleber da Silva Santos;

XVII - Cabo Rodrigo Augusto da Silva; e

XVIII - Cabo Tiago Anaya Detimermani.

Parágrafo único. O auxílio especial será concedido sem prejuízo dos demais benefícios decorrentes da condição de militar das Forças Armadas.

Art. 3º O auxílio especial será no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por militar, dividido entre seus dependentes, em parcelas iguais nos termos desta Lei.

Art. 4º A bolsa especial de educação, no valor de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), será concedida ao dependente estudante do ensino fundamental, médio ou superior até os 18 (dezoito) anos ou, em se tratando de estudante universitário, até os 24 (vinte e quatro) anos de idade, destinada ao custeio da educação formal, e será atualizada nas mesmas datas e pelos mesmos índices dos benefícios do regime geral de previdência social.

Parágrafo único. O Ministério da Defesa editará as normas complementares necessárias para a execução do disposto neste artigo, inclusive quanto ao cadastramento dos dependentes estudantes e da comprovação da matrícula, frequência e rendimento escolar.

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se dependente:

I - o cônjuge;

II - o companheiro ou companheira designada ou que comprove união estável como entidade familiar;

III - os filhos e o menor sob guarda ou tutela até os 21 (vinte e um) anos de idade ou até 24 (vinte e quatro) anos de idade se estudantes em curso de nível superior;

IV - os filhos inválidos, desde que a invalidez seja anterior à maioridade.

§ 1º Na ausência dos dependentes referidos nos incisos I a IV deste artigo, o auxílio especial será devido à mãe e ao pai do militar.

§ 2º O disposto neste artigo prescinde da efetiva dependência econômica ou dos critérios constantes na legislação militar.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.720, DE 2010

Concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti.

O CONGRESSO NACIONAL, decreta:

Art. 1º Esta Lei concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos durante o terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti.

Art. 2º Fica concedido auxílio especial aos dependentes dos seguintes militares das Forças Armadas falecidos durante o terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti:

- I - General-de-Brigada Combatente João Eliseu Souza Zanin;
- II - General-de-Brigada Combatente Emilio Carlos Torres dos Santos;
- III - Coronel Marcus Vinicius Macêdo Cysneiros;
- IV - Tenente-Coronel Francisco Adolfo Vianna Martins Filho;
- V - Tenente-Coronel Márcio Guimarães Martins;
- VI - Capitão Bruno Ribeiro Mário;
- VII - 2º Tenente Raniel Batista de Camargos;
- VIII - Subtenente Davi Ramos de Lima;
- IX - Subtenente Leonardo de Castro Carvalho;
- X - 2º Sargento Rodrigo de Souza Lima;
- XI - 3º Sargento Ari Dirceu Fernandes Júnior;
- XII - 3º Sargento Douglas Pedrotti Neckel;
- XIII - 3º Sargento Washington Luis de Souza Seraphin;
- XIV - Cabo Antonio José Anacleto;
- XV - Cabo Felipe Gonçalves Julio;
- XVI - Cabo Kleber da Silva Santos;
- XVII - Cabo Rodrigo Augusto da Silva; e
- XVIII - Cabo Tiago Anaya Detinermani.

Parágrafo único. O auxílio especial será concedido sem prejuízo dos demais benefícios decorrentes da condição de militar das Forças Armadas.

Art. 3º O auxílio especial será no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por militar, dividido entre seus dependentes, em parcelas iguais nos termos desta Lei.

Art. 4º A bolsa especial de educação, no valor de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) será concedida ao dependente estudante do ensino fundamental, médio ou superior até os dezoito anos ou, em se tratando de estudante universitário, até os vinte e quatro anos de idade, destinada ao custeio da educação formal, e será atualizada nas mesmas datas e pelos mesmos índices dos benefícios do regime geral de previdência social.

Parágrafo único. O Ministério da Defesa editará as normas complementares necessárias para a execução do disposto neste artigo, inclusive quanto ao cadastramento dos dependentes estudantes e da comprovação da matrícula, frequência e rendimento escolar.

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se dependente:

- I - o cônjuge;
- II - o companheiro ou companheira designada ou que comprove união estável como entidade familiar;
- III - os filhos, e o menor sob guarda ou tutela até os vinte e um anos de idade, ou até vinte e quatro anos de idade se estudantes em curso de nível superior;

IV - os filhos inválidos, desde que a invalidez seja anterior à maioridade.

§ 1º Na ausência dos dependentes referidos nos incisos I a IV deste artigo, o auxílio especial será devido à mãe e ao pai do militar.

§ 2º O disposto neste artigo prescinde da efetiva dependência econômica ou dos critérios constantes na legislação militar.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Mensagem nº 42, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti".

Brasília, 26 de janeiro de 2010.



E.M. Interministerial nº 00035/MD/MP

Brasília, 25 de janeiro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que dispõe sobre a concessão de auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto ocorrido em janeiro de 2010 na República do Haiti.

2. Essa tragédia causou gravíssimos danos àquele país e à sua população. A infraestrutura foi toda comprometida, com grande número de pessoas feridas ou mortas, inclusive civis e militares brasileiros a serviço na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH.

3. Do Exército Brasileiro, que possui o maior efetivo da Força de Paz no Haiti, dezoito militares faleceram, sendo cinco oficiais superiores, um tenente, quatro graduados, oito cabos/soldados, fato que trouxe sofrimento e dificuldades aos seus familiares.

4. Assim, afigura-se razoável a concessão de auxílio aos dependentes dos militares falecidos.

5. Nesse sentido, reconhecendo o caráter de urgência e a relevância da matéria submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência o projeto de lei em anexo concedendo auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares falecidos no terremoto ocorrido no Haiti em janeiro do corrente ano.

6. Os recursos destinados ao pagamento do auxílio e da bolsa correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Defesa em ações específicas. Em 2010, será encaminhado ao Congresso Nacional projeto de lei propondo a abertura de crédito especial para essa finalidade.

Respeitosamente,

Assinado por: Julio Soares de Moura Neto, Paulo Bernardo Silva

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência, de acordo com a indicação da Liderança do PT e Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal (Ofício nº 3/2010-GLDBAG), designa o Senador Paulo Paim, como suplente para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de “apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária”.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício recebido:

Ofício nº 3/2010-GLDBAG

Brasília, 2 de fevereiro de 2010

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador Paulo Paim para integrar, como membro suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 24, de 2009-CN, destinada a apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFGSJAYM nº 194/2010-H

Brasília, 06 de janeiro de 2010

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, comunico a V.Ex^a, que no dia 02 de janeiro do ano em curso, expirou a licença que protocolei em 26 de agosto de 2009, e que a partir do último dia 03, reassumi o mandato de Senador da República, como representante do Estado de Mato Grosso, retornando assim aos trabalhos desta Casa.

Na ocasião, renovo-lhe protestos de elevada consideração e apreço.


Senador JAYME CAMPOS
DEM-MT

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSE SARNEY**
Presidente do Senado Federal
Brasília-DF

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntada ao processado do Requerimento nº 1.041, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, ofício da Liderança do PMDB que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 205/2010

Brasília, 4 de fevereiro de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Geovani Borges PMDB/AP, como membro titular, nas seguintes Comissões CAS, CCJ, CE, CMA, CDH, CI e também como membro suplentes das Comissões CAE, CRE, CCT em substituição ao Senador Gilvam Borges.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2010

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dispor sobre alienação antecipada de coisas apreendidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 119 e 120 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 119. As coisas a que se refere o art. 91, II, do Código Penal não poderão ser restituídas, mesmo depois de transitar em julgado a sentença final, salvo se pertencerem ao lesado ou a terceiro de boa-fé.

§ 1º Após a instauração da ação penal, se houver risco de deterioração ou depreciação, ou dificuldade de manutenção das coisas referidas no caput, o Ministério Público, mediante petição autônoma, requererá que se proceda à sua alienação, a fim de evitar prejuízo à Fazenda Pública, podendo indicar, alternativamente, os bens que, em razão do interesse público, serão colocados sob uso e

custódia da autoridade policial, de órgão de inteligência ou de corporação militar com atuação nas ações de prevenção do crime.

§ 2º Comprovado o interesse público na utilização de qualquer dos bens mencionados neste artigo, a autoridade policial, o órgão de inteligência ou a corporação militar poderá deles fazer uso, sob sua responsabilidade, e com o objetivo de conservação da coisa, mediante autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

§ 3º O requerimento de alienação deverá conter a relação de todas as coisas apreendidas, com a descrição e a especificação de cada uma delas, e informações sobre quem as tem sob custódia e o local onde se encontram.

§ 4º Autuado o requerimento de alienação, os autos serão conclusos ao juiz, que, verificada a plausibilidade do pedido, determinará a avaliação das coisas relacionadas, intimará o interessado, se for o caso, por edital, para que seja instaurado o contraditório, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 5º Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o respectivo laudo, o juiz homologará, por sentença, o valor atribuído aos bens e determinará sejam alienados em leilão, por valor não inferior a 75% da avaliação.

§ 6º Realizado o leilão, permanecerá depositada em conta judicial a quantia apurada, até o final da ação penal respectiva, quando será transferida ao Tesouro Nacional, ou destinada ao ressarcimento a quem de direito, se extinta a punibilidade ou absolvido o réu.

§ 7º Terão apenas efeito devolutivo os recursos interpostos contra as decisões proferidas no curso do procedimento previsto neste artigo.

§ 8º Quanto aos bens colocados sob custódia na forma do § 1º deste artigo, recaindo a autorização sobre veículo, embarcação ou aeronave, o juiz ordenará à autoridade competente a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento em favor da autoridade de polícia judiciária ou órgão ao qual tenha deferido a posse e uso da coisa, ficando estes livres do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, até o trânsito em julgado da decisão que decretar o seu perdimento em favor da União.

§ 9º O juiz, ouvido o Ministério Público, pode determinar a contratação de seguro dos bens para evitar perdas futuras.” (NR)

“Art. 120.

§ 5º Tratando-se de coisas fungíveis ou facilmente deterioráveis ou depreciáveis, serão avaliadas e levadas a leilão público, depositando-se em conta judicial o dinheiro apurado, ou entregues ao terceiro que as detinha, se este for pessoa idônea e assinar termo de responsabilidade.” (NR)

Art. 2º O Decreto-Lei nº Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigor acrescido dos seguintes artigos:

“Art. 120-A. Quando as circunstâncias o aconselharem, o juiz, ouvido o Ministério Público, nomeará pessoa qualificada para a administração dos bens, direitos e valores apreendidos ou sequestrados, mediante termo de compromisso.”

“Art. 120-B. O administrador dos bens:

I – fará jus a uma remuneração, fixada pelo juiz, que será satisfeita com o produto dos bens objeto da administração;

II – prestará, por determinação judicial, informações periódicas da situação dos bens sob sua administração, bem como explicações e detalhamentos sobre investimentos e reinvestimentos realizados.

Parágrafo único. Os atos relativos à administração dos bens apreendidos ou sequestrados serão levados ao conhecimento do Ministério Público, que requererá o que entender cabível.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A dificuldade de gerenciamento dos bens apreendidos no curso do processo tem causado grandes perdas econômicas para o Estado e, às vezes, também para o réu.

Desde a vigência da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, e permite alienação antecipada desses bens, o Ministério da Justiça tem alertado sobre as dificuldades de seu gerenciamento no curso do processo penal.

Essa afirmação vem ao encontro das recentes notícias veiculadas nos meios de comunicação, que indicam um volume excessivo de apreensões de bens e valores de acusados de outros crimes. A conservação de tais bens é dispendiosa para o Poder Judiciário, principalmente devido à falta de espaços adequados para mantê-los em depósito. Alguns desses bens ne-

cessitam, ademais, de conservação constante, pois são passíveis de deterioração.

Hoje, a antecipação da alienação de bens objeto de crimes, que não sejam produto de “lavagem de dinheiro” ou de tráfico de drogas, quando adotada, viola os direitos fundamentais do acusado, notadamente o devido processo legal. Os magistrados, quando permitem a alienação, têm utilizado na fundamentação da sentença anteprojetos de leis, sugestões ou propostas da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

Dessa forma, na tentativa de diminuir os prejuízos que os bens apreendidos causam aos cofres públicos, principalmente em virtude da falta de espaço para o devido acondicionamento e dos gastos despendidos com sua conservação, é que elaboramos o presente projeto de lei. Baseamo-nos nas disposições que já tratam, especificamente, da alienação antecipada: art. 62 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata da “Lei Antidrogas”; e arts. 5º e 6º da referida Lei nº 9.613, de 1998. Alteramos, também, o art. 120 do Código de Processo Penal, para incluir entre as coisas restituíveis as fungíveis ou facilmente depreciáveis.

De acordo com a presente proposição, estará resguardado o interesse do Estado, com a alienação antecipada dos bens não restituíveis, depositando-se o valor apurado na conta à disposição do juízo. Ao cabo do processo penal, esse valor será transferido ao Tesouro Nacional ou, em caso de extinção da punibilidade ou absolvição, será destinado ao ressarcimento do proprietário do bem, inclusive o acusado, evitando-se a depreciação ou deterioração do bem.

Diante dessas considerações, conclamamos os ilustres Pares para aprovação deste projeto, que, transformado em lei, certamente, legalizará as ações dos juízes e evitará muitos prejuízos.

Sala das Sessões, – Senadora **Ideli Salvatti**.

LEGISLAÇÃO CITADA

PLS Nº , de 2010, que “Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dispor sobre alienação antecipada de coisas apreendidas”.

.....
DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

CAPÍTULO V

Da Restituição das Coisas Apreendidas

Art. 119. As coisas a que se referem os arts. 74 e 100 do Código Penal não poderão ser restituídas, mesmo depois de transitar em julgado a sentença final, salvo se pertencerem ao lesado ou a terceiro de boa-fé.

Art. 120. A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

§ 1º Se duvidoso esse direito, o pedido de restituição autuar-se-á em apartado, assinando-se ao requerente o prazo de 5 (cinco) dias para a prova. Em tal caso, só o juiz criminal poderá decidir o incidente.

§ 2º O incidente autuar-se-á também em apartado e só a autoridade judicial o resolverá, se as coisas forem apreendidas em poder de terceiro de boa-fé, que será intimado para alegar e provar o seu direito, em prazo igual e sucessivo ao do reclamante, tendo um e outro dois dias para arazoar.

§ 3º Sobre o pedido de restituição será sempre ouvido o Ministério Público.

§ 4º Em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro dono, o juiz remeterá as partes para o juízo cível, ordenando o depósito das coisas em mãos de depositário ou do próprio terceiro que as detinha, se for pessoa idônea.

§ 5º Tratando-se de coisas facilmente deterioráveis, serão avaliadas e levadas a leilão público, depositando-se o dinheiro apurado, ou entregues ao terceiro que as detinha, se este for pessoa idônea e assinar termo de responsabilidade.

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 62. Os veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte, os maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza, utilizados para a prática dos crimes definidos nesta Lei, após a sua regular apreensão, ficarão sob custó-

dia da autoridade de polícia judiciária, excetuadas as armas, que serão recolhidas na forma de legislação específica.

§ 1º Comprovado o interesse público na utilização de qualquer dos bens mencionados neste artigo, a autoridade de polícia judiciária poderá deles fazer uso, sob sua responsabilidade e com o objetivo de sua conservação, mediante autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

§ 2º Feita a apreensão a que se refere o caput deste artigo, e tendo recaído sobre dinheiro ou cheques emitidos como ordem de pagamento, a autoridade de polícia judiciária que presidir o inquérito deverá, de imediato, requerer ao juízo competente a intimação do Ministério Público.

§ 3º Intimado, o Ministério Público deverá requerer ao juízo, em caráter cautelar, a conversão do numerário apreendido em moeda nacional, se for o caso, a compensação dos cheques emitidos após a instrução do inquérito, com cópias autênticas dos respectivos títulos, e o depósito das correspondentes quantias em conta judicial, juntando-se aos autos o recibo.

§ 4º Após a instauração da competente ação penal, o Ministério Público, mediante petição autônoma, requererá ao juízo competente que, em caráter cautelar, proceda à alienação dos bens apreendidos, excetuados aqueles que a União, por intermédio da Senad, indicar para serem colocados sob uso e custódia da autoridade de polícia judiciária, de órgãos de inteligência ou militares, envolvidos nas ações de prevenção ao uso indevido de drogas e operações de repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, exclusivamente no interesse dessas atividades.

§ 5º Excluídos os bens que se houver indicado para os fins previstos no § 4º deste artigo, o requerimento de alienação deverá conter a relação de todos os demais bens apreendidos, com a descrição e a especificação de cada um deles, e informações sobre quem os tem sob custódia e o local onde se encontram.

§ 6º Requerida a alienação dos bens, a respectiva petição será atuada em apartado, cujos autos terão tramitação autônoma em relação aos da ação penal principal.

§ 7º Atuado o requerimento de alienação, os autos serão conclusos ao juiz, que, verificada a presença de nexos de instrumentalidade entre o delito e os objetos utilizados para a sua prática e risco de perda de valor econômico pelo decurso do tempo, determinará a avaliação dos bens relacionados, cientificará a Senad e intimará a União, o Ministério Público e o interessado, este, se for o caso, por edital com prazo de 5 (cinco) dias.

§ 8º Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o respectivo laudo, o juiz, por sentença,

homologará o valor atribuído aos bens e determinará sejam alienados em leilão.

§ 9º Realizado o leilão, permanecerá depositada em conta judicial a quantia apurada, até o final da ação penal respectiva, quando será transferida ao Funad, juntamente com os valores de que trata o § 3º deste artigo.

§ 10. Terão apenas efeito devolutivo os recursos interpostos contra as decisões proferidas no curso do procedimento previsto neste artigo.

§ 11. Quanto aos bens indicados na forma do § 4º deste artigo, recaindo a autorização sobre veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade de trânsito ou ao equivalente órgão de registro e controle a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento, em favor da autoridade de polícia judiciária ou órgão aos quais tenha deferido o uso, ficando estes livres do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, até o trânsito em julgado da decisão que decretar o seu perdimento em favor da União.

LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 5º Quando as circunstâncias o aconselharem, o juiz, ouvido o Ministério Público, nomeará pessoa qualificada para a administração dos bens, direitos ou valores apreendidos ou seqüestrados, mediante termo de compromisso.

Art. 6º O administrador dos bens:

I – fará jus a uma remuneração, fixada pelo juiz, que será satisfeita com o produto dos bens objeto da administração;

II – prestará, por determinação judicial, informações periódicas da situação dos bens sob sua administração, bem como explicações e detalhamentos sobre investimentos e reinvestimentos realizados.

Parágrafo único. Os atos relativos à administração dos bens apreendidos ou seqüestrados serão levados ao conhecimento do Ministério Público, que requererá o que entender cabível.

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

Art. 91 – São efeitos da condenação: ([Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984](#))

II – a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé: ([Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984](#))

a) dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito;

b) do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.

(*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O projeto que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 32, DE 2010

Nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, **REQUEIRO** voto de pesar às vítimas fatais das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul, a saber:

1. **HARRY KAPPAUN**, 53 anos, em Candelária, encontrado em 04-01;
2. **RONALDO ALEXANDRE RODRIGUES**, 39 anos, em Espumoso, encontrado em 05-01,
3. **JAIR DIAS DA ROSA**, 25 anos, Barros Cassal, localizado em 06-01 no Rio Pardo;
4. **RENATO CAMARGO**, 32 anos, resgatado pelo Grupo de Busca e Salvamento da Brigada Militar, em torno de 500 metros abaixo da ponte ruída na RSC 287, em 07-01 - Agudo;
5. **ADÃO VITÓRIO DOS SANTOS**, 71 anos, em Barros Cassal, tentou cruzar o arroio Marcelino a cavalo em 06/01 e caiu nas águas, encontrado em 07-01;
6. **HILBERTO BOECK**, Vice Prefeito de Agudo, resgatado pelo Grupo de Busca e Salvamento da Brigada Militar, em 07-01 - Agudo;
7. **LORI ELLO NIEMAYER DUNKE**, 56 anos, resgatada pelo Grupo de Busca e Salvamento da Brigada Militar, em 07-0 - Agudo;
8. **NELO DOS SANTOS**, resgatado pelo Grupo de Busca e Salvamento da Brigada Militar, em 15-01 - Agudo.
9. **DENIZI DUMKE**, 31 anos, regatado pelo Grupo de Busca e Salvamento da Brigada Militar, em 16-01 - Agudo.
10. Jovem de 16 anos em Caxias do Sul, atingido por um raio quando recolhia o gado a cavalo no distrito de Vila Oliva, em 03-01;
11. **JOSÉ TINO BARBIERI**, 67 anos, em Faxinal do Soturno, foi vítima de choque elétrico, em 04-01, ao encostar-se em máquina de sua oficina que estava alagada.

Para tanto, gostaria que o presente voto fosse enviado para os endereços das prefeituras do quadro abaixo vinculados aos respectivos nomes, a fim de que este faça chegar às mãos dos familiares.

Município	Prefeito	CEP	Endereço
Agudo	Ari Alves da Anunciação	96540000	Av. Tiradentes, 1625
Candelária	Lauro Mainardi	96930000	Av. Pereira Rego, 1665
Barros Cassal	Adelar Jandrey Soares	99360000	Av. Mauricio Cardoso, 1177
Espumoso	Zelindo Signor Neto	99400000	Praça Borges De Medeiros, S/Nº
Caxias do Sul	José Ivo Sartori	95020460	Rua Alfredo Chaves, 1.333
Faxinal Soturno	Clovis Alberto Montagner	97220000	Rua Júlio De Castilhos, 609

Sala das Sessões, em 04 de fevereiro de 2010.


Senador **PAULO PAÍM**

REQUERIMENTO Nº 33, DE 2010**Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Professor e ex-Vereador Jacinto Catelan Júnior, ocorrido em 29 de janeiro de 2010.**

Requeiro, nos termos dos arts. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Professor e ex-Vereador Jacinto Catelan Júnior, ocorrido no dia 29 de janeiro de 2010, em grave acidente na BR-262, que liga os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Requeiro, ainda, nos termos do art. 221 do Regimento Interno, que a Mesa apresente condolências à família do professor natural do Estado do Espírito Santo.

Justificação

O Professor Jacinto Catelan Júnior, natural do Município de Marechal Floriano, no Estado do Espírito Santo, nasceu 31-10-1960. Foi casado com Liane Maria Bravim Catelan, teve 3 filhos, Felipe Bravim Catelan, Hugo Bravim Catelan e Giovana Bravim Catelan.

Foi Professor da Escola de Ensino Fundamental e Médio Victorio Bravim, e dedicou boa parte de sua vida ao magistério, sempre empenhado na formação de jovens capixabas.

Elegeram-se Vereador do Município de Marechal Floriano para o período de 2001 a 2004, reelegendo-se em 2005, quando presidiu a Câmara Municipal até 2006.

Em 2007 foi indicado ao cargo de Secretário da Educação, onde realizou excelente trabalho até o ano de 2008.

É com o sentimento de pesar, experimentado, especialmente, pelo povo capixaba, que rendemos nosso reconhecimento e homenagens a esse homem público que tanto dedicou ao Estado do Espírito Santo.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2010. – Senador **Renato Casagrande**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 34, DE 2010

Requeiro, nos termos do Artigo 256 do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 282, de 2006, de minha autoria.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2010. – Senador **Valdir Raupp**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência deferiu o requerimento, nos termos do art. 256, §2º, inciso I, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 6, DE 2010

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Recurso Inominado interposto pelo Senador Magno Malta em face da rejeição da indicação do Sr. Paulo Rodrigues Vieira ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Inominado interposto ao Presidente do Senado, que o encaminhou a esta Comissão para análise da sua viabilidade ao caso em questão, tendo em vista os fatos que seguem.

Alega o Senador Magno Malta que o processo de votação que apreciou a indicação do Sr. Paulo Rodrigues Vieira para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA foi aprovado por doze votos, em um total de catorze votantes, na sabatina realizada em 15/12/2009 na Comissão Permanente de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Afirma, ainda, que, no Plenário, no momento da votação, em 16/12/2009, foi amplamente divulgado que o indicado teria agredido verbalmente Sua Excelência a Senadora Marisa Serrano durante o período da sua participação na referida sabatina.

Noticia, também, o ilustre autor, que, conforme divulgado na imprensa, vários Senadores afirmaram ter votado pela rejeição do indicado em solidariedade a Sua Excelência a Senadora Marisa Serrano, fato posteriormente negado pela própria Senadora na imprensa e que pode ser facilmente verificado a partir da gravação da referida sessão.

Além disso, argumenta o Senador Magno Malta que a votação em Plenário transcorreu em ambiente de grande tensão, em que circulou a versão caluniosa da suposta agressão verbal, o que, em sua opinião, induziu o Plenário desta Casa a erro, resultando na rejeição da indicação do Sr. Paulo Rodrigues Vieira.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal estabelece em seu art. 52, inciso III, alínea *f*, a competência do Senado Federal para *aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de outros cargos que a lei determinar.*

Trata-se de competência exclusiva do Senado Federal com o objetivo de controlar as nomeações de agentes públicos para exercer as elevadas funções da administração pública no âmbito da União. Configura-se tal poder de aprovação de autoridades importante instrumento próprio de controle político ou insito do sistema de freios e contrapesos, propício a conduzir ao equilíbrio a correlação de forças entre os Poderes Executivo e Legislativo, no caso em exame.

O Regimento Interno do Senado Federal não prevê esse tipo de instrumento recursal. São possíveis, segundo o RISF, somente os recursos previstos nos artigos 31, parágrafo único; 48, XI; 91, § 4º; 101, § 1º; 254 e 405.

Porém, há precedentes na Casa, quando, por reconhecimento de “equivoco político”, foi repetida a votação da indicação do Sr. Alexandre de Moraes para ocupar o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como a do Sr. Diaulas Costa Ribeiro para ocupar o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

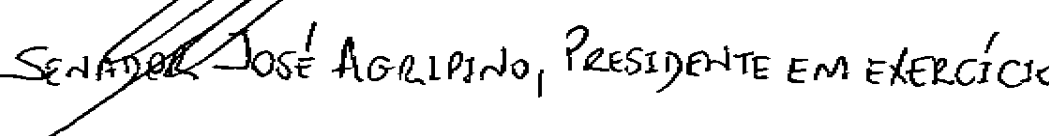
Assim, mesmo sem previsão regimental, há a possibilidade de que o nome do Sr. Paulo Rodrigues Vieira seja novamente submetido ao plenário do Senado Federal, como ocorreu em outras duas oportunidades, desde que os senhores senadores aprovelem a pretensão.

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, voto pelo improvimento do recurso apresentado pelo Senador Magno Malta, por absoluta falta de previsão legal, enfatizando, contudo, que o Plenário desta Casa é soberano para decidir a questão, amparado nos precedentes citados.

Sala da Comissão. 3 de fevereiro de 2010.


Senador DEMOSTENES TORRES, RELATOR


SENADOR JOSÉ AGRIPINO, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: *Resolução* Nº DE
Memorando

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/02/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Atual: Senador José Agripino</i>	
RELATOR: <i>Senador Demóstenes Torres</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PPS)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE <i>[assinatura]</i>
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO <i>[assinatura]</i>
EDUARDO SUPLYC <i>[assinatura]</i>	3. MARCELO CRIVELLA <i>[assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES <i>[assinatura]</i>
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCA <i>[assinatura]</i>
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS <i>[assinatura]</i>
GILVAN <i>[assinatura]</i>	3. GERALDO MESQUITA <i>[assinatura]</i>
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA <i>[assinatura]</i>	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	2. ADELMIR SANTANA
VAGO	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL <i>[assinatura]</i>	4. JOSÉ AGRIPINO <i>[assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI <i>[assinatura]</i>	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS <i>[assinatura]</i>	1. PATRÍCIA SABOYA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

TRECHO DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS -- HORAS E -- MINUTOS.

SR. PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres com a palavra.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Também é um recurso interposto pelo senador Magno Malta em face da rejeição da indicação do Sr. Paulo Rodrigues Vieira ao cargo de diretor da Agência Nacional de Águas, Ana. O senador Magno Malta expõe uma série de razões para que a votação seja repetida. E não há como acolher o recurso do senador Magno Malta, a votação do Senado foi perfeita, foi acabada, aconteceu com quorum, a votação foi tranquila, não houve qualquer alteração, não houve qualquer questionamento. Então o parecer é pela improcedência do recurso inominado, todavia eu alerto que já há precedente na casa em que os líderes por unanimidade decidiram repetir a votação, no caso do Alexandre Moraes, e mesmo agora no final do ano passado quando presidia a mesa o senador Marconi Perillo, ele mesmo por um ato próprio, também decidiu que poderia e fez a votação, se não me engano do doutor de aulas, então não é matéria para ser discutida na Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que há a legalidade do ato. Se a mesa quiser anular, se os líderes quiserem repetir a votação, o regimento admite que isso seja feito. Agora a Comissão de Constituição e Justiça não pode usurpar a função de Mesa Diretora e do próprio presidente do Senado Federal. É um ato que tem que ser discutido lá, tem que ser discutido com os líderes, a votação não tem qualquer vício, portanto, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela improcedência desse recurso. Mas ressaltando que casos Srs. líderes decidam repetir a votação, caso o presidente da casa decida anulo al por algum motivo já há precedentes na casa para nessa direção, todavia, a Comissão de Constituição e Justiça não pode dar o parecer pelo provimento do recurso porque não houve nenhuma falha, nenhum erro formal durante aquela votação. Foi feito com um quorum próprio, se obedeceu a Constituição Federal, o Senado pode aprovar ou rejeitar a quem quiser, de sorte o que parecer é pela improcedência do recurso.

SR. PRESIDENTE: A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, o parecer está em votação. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado o parecer do senador Demóstenes Torres a quem devolvo a presidência.

À Comissão de Constituição, Justiça
e Cidadania.

EM

18.12.2009
F. Almeida
(Marista)

RECURSO INOMINADO

Excelentíssimo Senhor Senador José Sarney

Senhor Presidente,

Venho nos termos regimentais, solicitar análise do presente **RECURSO** no sentido de anular a votação do Plenário do Senado Federal, realizada em 16.12.2009, referente à rejeição da indicação do **Sr. Paulo Rodrigues Vieira** para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA, com base nas seguintes questões fáticas:

- a) O Sr. Paulo Rodrigues Vieira foi aprovado por 12 votos, em um total de 14 votantes, na sabatina realizada em 15.12.2009 na Comissão Permanente de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- b) No Plenário, no momento da votação, em 16.12.2009, foi amplamente divulgado que o Sr. Paulo Rodrigues Vieira teria agredido verbalmente a Exma. Sra. Senadora Marisa Serrano durante o momento da sua

sabatina na Comissão Permanente de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;

- c) Conforme divulgado na imprensa, vários Senadores afirmaram que votaram pela rejeição do indicado em solidariedade a Exma. Sra. Senadora Marisa Serrano. Fato negado posteriormente pela própria Senadora, também veiculado na imprensa (Jornal Correio Braziliense) e que pode ser facilmente repellido a partir da gravação do vídeo da sabatina do Sr. Paulo Rodrigues Vieira;**
- d) A votação no Plenário transcorreu em ambiente de grande tensão, circulando a versão da caluniosa agressão, o que induziu o Plenário do Senado Federal ao erro, resultando na rejeição da indicação do Sr. Paulo Rodrigues Vieira, pela irrisória margem de apenas 1 (um) voto. Sendo proclamado o resultado de 26 votos pela rejeição e 25 pela aprovação e 1 abstenção;**

e) A anulação de votação de indicação de autoridades devido a questões fáticas erradamente divulgadas aos Senhores Senadores já foi enfrentada por este Senado Federal, por ocasião da votação do nome do Sr. Alexandre de Morais para o cargo de Membro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (recurso inominado interposto pelo Exmo. Sr. Senador Romeu Tuma) e deferido pelo E. Senado Federal.

Diante do exposto, e considerando a Constituição Federal, e o Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a **ANULAÇÃO** da votação do Plenário do Senado Federal, referente à rejeição do Sr. Paulo Rodrigues Vieira para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA, realizada em 16.12.2009, e providências no sentido de pautar nova votação.

Nestes Termos Pede Deferimento,
Brasília, 17 de dezembro de 2009.


Senador Magno Malta

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, avisos do Ministro de Estado da Justiça que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

- nº 17, de 14 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.430, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;
- nº 20, de 18 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.374, de 2009, do Senador Mozarildo Cavalcanti;
- nº 22, de 18 de janeiro último, solicitando dilatação de prazo para encaminhamento das informações em resposta ao Requerimento nº 1.405, de 2009, do Senador Marconi Perillo;
- nº 37, de 26 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.480, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;
- nº 40, de 2 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.340, de 2009, dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os **Requerimentos nºs 1.405 e 1480, de 2009**, ficarão na Secretaria-Geral da Mesa, aguardando as informações solicitadas. Os demais Requerimentos vão ao Arquivo.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Quero anunciar a Ordem do Dia.

Transcorre, hoje, a segunda sessão em que a Medida Provisória nº469, de 2009, consta da pauta, conforme acordo de lideranças.

Assim, declaro encerrada a Ordem do Dia. As demais deliberações legislativas permanecem sobrestadas em face do que dispõe a Constituição, e as matérias constantes da pauta de hoje ficam transferidas para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

Sendo assim, está encerrada a Ordem do Dia e voltamos à lista de oradores.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 469, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 469, de 2009, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais, para os fins que especifica.

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Geovani Borges (Sobrestando a pauta a partir de: 20-11-2009)

Prazo final prorrogado: 15.03.2010

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências.

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello (Sobrestando a pauta a partir de: 28-11-2009)

Prazo final prorrogado: 23-03-2010

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 17.02.2010)

Prazo final: 03.03.2010

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo

VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e

dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tríplexes do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima),

que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para

reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de

Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras provi-

dências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

37**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria

da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363 e 381, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

48

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 175, DE 2003– COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008–Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

49

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar, 341, de 2004-Complementar; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008–Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

50

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316, de 2004-Complementar; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008–Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

51

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

52

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas

eleições subseqüentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

53

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de

maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar, 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008- Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141 e 231, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008- Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141 e 231, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 684, de 2007-Complementar; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epiácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390; de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265, de 2007-Complementar; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano

antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea “g” do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea *¿b¿* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209 e 236, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes

que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e – de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 17, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos

Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

74

REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).

75

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

76

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões

constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

77

REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno) Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

78

REQUERIMENTO Nº 1.313, DE 2009

Requerimento nº 1.313, de 2009, do Senador Flávio Arns, solicitando voto de rejúbi-lo ao embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, e ao Instituto Goethe de Curitiba, por ocasião do centésimo octogésimo aniversário da primeira imigração alemã recebida no Estado do Paraná, comemorado em 30 de setembro de 2009.

Parecer favorável, sob nº 2.772, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares.

79

REQUERIMENTO Nº 1.443, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).

80

REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de

Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).

81

REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2009, do Senador Álvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, por regularem a mesma matéria (regularizar a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas).

82

REQUERIMENTO Nº 1.516, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.516, de 2009, do Senador Lobão Filho, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 355, de 2004; 8 e 18, de 2005; 45, de 2006; 42, de 2007; 54, de 2009; e com os Projetos de Lei da Câmara nºs 106, de 2007; 55 e 75, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (prestadoras de serviços públicos).

83

REQUERIMENTO Nº 1.549, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.549, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 465, de 2008; e 194, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; 138, de 2008; e 115, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (deduções na base de cálculo do imposto de renda de pessoas físicas).

84**REQUERIMENTO Nº 1.576, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.576, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 318, de 2003; e 64, de 2005, por regularem a mesma matéria (reintegração de posse).

85**REQUERIMENTO Nº 1.580, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.580, de 2009, do Senador João Tenório, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 86, de 2004; e 345, de 2006, por regularem a mesma matéria (inseção de impostos sobre instrumentos musicais).

86**REQUERIMENTO Nº 1.582, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.582, de 2009, do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera o art. 192 da CLT para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade).

87**REQUERIMENTO Nº 1.590, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.590, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 149, de 2008; e 251, de 2009, por regularem a mesma matéria (denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará).

88**REQUERIMENTO Nº 1.591, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.591, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça

e Cidadania (utilização de recursos arrecadados pela União das indústrias que exploram o fumo e as bebidas alcólicas para utilização na saúde).

89**REQUERIMENTO Nº 1.596, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.596, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2009, a fim de aguardar documentação prevista na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal (outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada).

90**REQUERIMENTO Nº 1.628, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1628, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi, que solicitando a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008 (permissão de porte de arma de fogo a carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal).

91**REQUERIMENTO Nº 1.629, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1629, de 2009, do Senador Renato Casagrande, que solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 201, de 2003; 475, de 2007; e 342, de 2008; por regularem a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).

92**REQUERIMENTO Nº 1.630, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1630, de 2009, do Senador Antonio Carlos Valadares, que solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 158 de 2002; nº 201 de 2003; e nº 475 de 2007, com o de nº 107 de 2009, por versarem sobre a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).

93

REQUERIMENTO Nº 1.631, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.631, de 2009, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (arrendamento das retransmissoras de televisão na Amazônia Legal).

94

REQUERIMENTO Nº 1.633, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.633, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (divulgação de lista de material escolar antecipada).

95

REQUERIMENTO Nº 1.635, DE 2009

Votação do Requerimento nº 1.635, de 2009, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 2004; 123, de 2007, e 252, de 2008, que já se encontram apensados por regularem a mesma matéria (práticas de telemarketing).

96

REQUERIMENTO Nº 1.641, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.641, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 131, 142 e 304, de 2007; e 34, 64, 65 e 78, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (incentivo fiscal pela preservação florestal).

97

REQUERIMENTO Nº 1.643, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.643, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição,

seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro por meio eletrônico).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, peço a atenção especial do Senador Mão Santa para a leitura que vou fazer agora de correspondência que recebi do Presidente da Associação das Vítimas e Amigos das Vítimas da Barragem Algodões, Sr. Cocino Medeiro dos Santos:

Sr. Senador Heráclito Fortes, vimos à presença de V. Ex.^a para expor e solicitar o seguinte:

1º) é conhecida de todo o País a tragédia do rompimento da Barragem Algodões I, nos Municípios de Cocal e Buriti dos Lopes, no Estado do Piauí de que fomos vítimas;

2º) nos primeiros dias, após a tragédia, quando toda a Imprensa escrita e televisionada estava documentando os fatos, não faltou atenção, inclusive o Governador Wellington Dias, deu uma entrevista na sede da Prefeitura de Cocal prometendo resolver todos os problemas criados com o rompimento da barragem;

3º) com a queda do avião da Air France, descviou-se a atenção da Imprensa daquela de Cocal, então sumiram os repórteres dos canais de televisão e com eles se foram as autoridades;

4º) a Defesa Civil fez um cadastro chamado Avadan, com erros, é verdade, mas fez e, a partir dele, organizou-se um sistema de distribuição de cestas básicas;

5º) As vítimas, cerca de 1.500 famílias, compondo um contingente humano superior a cinco mil pessoas, esperavam ser ouvidas em algum momento sobre o encaminhamento das soluções para os graves problemas causados pelo rompimento da barragem Algodões.

6º) Para nossa surpresa, o Governador com o seu Secretário de Defesa Civil decidiu sem ouvir sequer uma das vítimas de que todos os problemas ficavam resolvidos com indenização de R\$5 mil, pagos da seguinte maneira: R\$500 em dinheiro e R\$4.500 pagos pelo banco, mediante apresentação de notas fiscais, Senador Mão Santa, preste atenção a isso aqui, de notas fiscais da compra de imó-

veis e eletrodomésticos e, mais, a construção de 380 casinhas em agrovilas.

7º) Os problemas não foram resolvidos, pois, comprando os móveis, não tínhamos onde colocá-los porque as nossas casas foram levadas pelo Tsunami da barragem Algodões. Por outro lado, as casinhas não foram entregues à população vitimada e, quando o for, haverá um problema maior: nas casas não cabem os móveis adquiridos que estão nas lojas que os venderam. Vejam que absurdo.

8º) Na planilha do Secretário da Defesa Civil, as casas têm 54 metros quadrados de área cada uma, mas, na realidade, não têm 40 metros quadrados de área interna. É um absurdo, é um escândalo, Senador Mão Santa. Por outro lado, foram construídas de péssima qualidade, ele acrescenta aqui, em agrovilas, sem sequer levar em conta as necessidades, os hábitos e cultura das vítimas para os quais são destinados.

9º) – As vítimas são principalmente agricultores e familiares que têm em sua terra o seu roçado, plantação de milho, mandioca e feijão. Agora não têm cercado, não têm roçado e não poderão ter suas galinhas, seus porcos e suas cabras e ovelhas. Tudo porque a agrovila, construída num modelo ultrapassado, é uma favela na zona rural que criará um grave problema social com o aumento da violência, da prostituição e do alcoolismo, para não dizer também de drogas; 10º) essas casinhas serão entregues às vítimas no valor de R\$24 mil reais.

Senador Mão Santa, vamos prestar atenção para isso.

Mas o seu valor de mercado não ultrapassa R\$6 mil. Na região, uma casa popular, um pouco maior e melhor do que aquelas, financiada pela Caixa Econômica Federal, custa entre R\$7mil e R\$8 mil; 11) o Governador do Estado informou que o Governo Federal fez um repasse de R\$ 35 milhões para resolver os problemas criados com o rompimento da barragem, mas o dinheiro sumiu e os problemas continuaram; 12) hoje, oito meses depois do rompimento da barragem, tem famílias vivendo embaixo de lonas, em escolas, sem luz, sem água, sem estradas e sem esperança. Em consequência da desilusão e da desesperança, as pessoas, sobretudo as mais velhas, estão caindo em depressão e morrendo de ataque cardíaco, derrame ou ainda com o

agravamento de qualquer outra doença, uma vez que as defesas de seus organismos baixam terrivelmente.

Além das nove pessoas que morreram levadas pelas águas da Barragem, outras tantas já morreram e continuarão morrendo se não receberem uma atenção especial. Quando se fala nisso, o Governo responde que tem psicólogo e técnicos dando assistência. Efetivamente, às vezes, saem duplas de funcionários visitando as comunidades. Chegam às localidades e dizem: sou psicólogo, como está o senhor? Ora, a maioria das vítimas é de gente simples que não sabe sequer o que é um psicólogo e nem para que serve e muito menos sabe o que é uma depressão. Era preciso uma assistência real e permanente, o que não vem ocorrendo. Fala-se, Senador Mão Santa, que o PAC, Programa coordenado pela Ministra Dilma Rousseff, destinou sessenta milhões de reais para a construção de uma nova barragem, cujas obras iniciarão ainda no primeiro semestre do corrente ano. Queremos nova barragem, sim. Mas, antes de iniciar as obras, deverá haver a mobilização de recursos do Ibama ou do Instituto Chico Mendes para limpeza e realinhamento do canal do Rio Pirangi. A nova barragem deverá vir acoplada a um projeto de irrigação e de abastecimento de água para a cidade de Cocal. A barragem terá que contribuir eficazmente para o desenvolvimento econômico e social da região, como já ocorre em outras localidades do País. Se não for assim, ela se transformará em outra armadilha contra o povo.

”Estamos pedindo ao Governo do Estado para que assuma, de vez, a responsabilidade e negocie com as vítimas uma proposta de indenizações a fim de que possam ter condições de retomar as suas vidas de pequenos produtores e viverem com dignidade.

Por acreditar na sua bondade e no seu interesse na solução dos mais graves problemas do País, tomamos a liberdade de vir à sua presença para pedir a sua interferência no encaminhamento das seguintes questões: 1º) nós, as vítimas do rompimento da Barragem Algodões, somos tão pobres quanto os haitianos e como eles perdemos tudo que fizemos uma vida inteira. Por isso, por uma questão de direitos humanos, pedimos mais que uma cesta básica, pedimos justiça e com ela as condições de reconstruirmos as nossas vidas com dignidade. Pedimos também o reconhecimento de que somos seres humanos e como tais queremos reconstruir os nossos sonhos e a nossa esperança. 2º) Pedimos que o Governo do Estado do Piauí procure, numa

prática democrática, ouvir as vítimas e a partir daí negociar uma proposta de indenização de acordo com as perdas que teve cada família. 3º) Pedimos que se dê conhecimento e se discuta com a população o projeto de construção da nova barragem com seus anexos. 4º) Pedimos que a aplicação dos recursos liberados pelo Governo Federal seja fiscalizada pelos órgãos de fiscalização e controle da União. Do mesmo modo, que todos os recursos liberados para os Municípios de Cocal e Buriti dos Lopes tenham a sua aplicação rigorosamente fiscalizada.

Contando, desde já, com o apoio e boa vontade de V. Ex^a, antecipamos os nossos agradecimentos e aproveitamos o ensejo para apresentar os nossos protestos da mais alta estima, respeito e igual consideração.

Atenciosamente, Corsino Medeiros dos Santos, Presidente da Associação das Vítimas e Amigos das Vítimas da Catástrofe Causada pelo Rompimento da Barragem Algodões.”

O Corsino acrescenta aqui, Sr. Presidente, um e-mail ou um ofício que ele mandou no dia 18 de janeiro para o Governador do Estado. Com vossa permissão, farei a sua leitura.

Sr. Governador José Wellington Barroso de Araújo Dias,

Prezado Senhor:

A Associação das Vítimas da Barragem Algodões I, por intermédio do seu presidente, vem à presença de V. Ex^a para solicitar [preste atenção, meu caro Senador magno Malta] uma audiência a fim de que sejamos ouvidos no encaminhamento de soluções para os problemas causados pelo rompimento da referida Barragem.

Até esta data V. Ex^a não encontrou espaço para ouvir as reivindicações das vítimas, o que nos parece incompatível com a sua brilhante carreira política. Devemos dizer a V. Ex^a que a situação em que nos encontramos, no momento, não é boa para nós, mas também não é boa para o Governo nem para os futuros candidatos. Por isso, em vez de criticar somente, tomamos a liberdade de sugerir para essa audiência uma pauta mínima de reivindicações que está anexa.

Cientes do seu bom senso e humanitária administração, aguardamos a gentileza de sua atenção. Por outro lado, aproveitamos a oportunidade para reiterar a V. Ex^a os nossos protestos de alta estima e não menor consideração.

Atenciosamente,
Corsino Medeiros dos Santos.

As sugestões são as seguintes, Senador Mão Santa:

I – O Governo não deve suspender a liminar que concede pensão às vítimas enquanto se espera o julgamento do mérito da matéria

II – O Governo do Estado deve assumir a responsabilidade pela tragédia e negociar com as vítimas, caso a caso, um acordo de indenização.

III – Queremos a reconstrução da barragem, mas somente integrada a um projeto de irrigação e abastecimento para a cidade de Cocal.

A simples construção de uma barragem, como a destruída, que funcionará como armadilha, o povo não permitirá. Antes disso, o Estado, com a mobilização de recursos do Ibama e do Instituto Chico Mendes, deverá promover a limpeza e o realinhamento do canal do rio Pirangi.

Senador Mão Santa, que preside esta sessão, senhoras e senhores, essa foi, nas últimas décadas, a maior tragédia que se abateu sobre o nosso Estado, o Estado do Piauí.

Faço questão de transcrever esse documento para que fique registrado nos Anais desta Casa e pedir a V. Ex^a que determine ao setor competente da Casa que remeta cópias ao Ministro da Integração, Geddel Vieira Lima, e ao Ministro encarregado da AGU, para que apurem os fatos. Aqui está dito pelo Presidente da associação que a Casa, anunciada como de 54 metros, só tem 40 metros na realidade e que os recursos, anunciados em prosa e verso, não chegaram a sua origem.

Daí por que, Sr. Presidente, essa tragédia que privou a família de dezenas de piauienses de suas casas, alguns, inclusive, com vítimas fatais, seja levada com tanto descaso e desprezo pelo governo do Estado do Piauí.

Eu acho, Sr. Presidente, que é inaceitável e inconcebível que um governador que estava no local, que assumiu um compromisso, que prometeu soluções rápidas, não queria sequer neste momento receber as lideranças dessa Associação para discutir o futuro dessas infelicitadas famílias.

Daí por que trago a esta Casa este assunto, pedindo a transcrição, pedindo que providências sejam tomadas e lamentando que o Governo do Estado, em verdadeira campanha, em desbragada campanha pelo interior do Estado a prometer obras que, com certeza, não irá realizar, não honre pelo menos o compromisso de atender às famílias que foram vitimadas por essa catástrofe.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela paciência, como aos demais colegas Senadores, e cumpro aqui o dever, como Senador da República, de, atendendo à solicitação do Corsino, trazer um alerta à Nação pelo descaso e pelo desprezo com que o Governador do Estado do Piauí vem tratando as vítimas da catástrofe da Barragem Algodões I.

Exmo. Sr.
Dr. Heráclito Fortes
DD. Senador da República
Senado Federal
Brasília-DF.

Prezado Senhor;

Vimos á presença de V. Exa. para expor e solicitar o seguinte: 1º) é conhecida de todo o país a tragédia do rompimento da Barragem Algodões I, nos municípios de Cocal e Buriti dos Lopes, no Estado do Piauí de que fomos vítimas; 2º) nos primeiros dias após a tragédia, quando toda imprensa escrita e televisionada estava documentando os fatos, não faltou atenção e inclusive o Governador Wellington Dias deu uma entrevista, na Prefeitura de Cocal prometendo resolver todos os problemas criados com o rompimento da Barragem; 3º) a queda do avião da Air France desviou a atenção da imprensa daqui de Cocal, então sumiram os repórteres dos canais de televisão e com eles foram as autoridades; 4º) A Defesa Civil fez um cadastro (AVADAN), com erros, é verdade, mas fez e a partir dele, organizou-se o sistema de distribuição de cestas básicas; 5º) as vítimas, cerca de 1.500 famílias, compondo um contingente humano superior a 5.000 pessoas esperavam ser ouvidas, em algum momento, sobre o encaminhamento de soluções para os graves problemas causados pelo rompimento da Barragem Algodões; 6º) para a nossa surpresa, o Governador, com seu Secretário de Defesa Civil, decidiu sem ouvir sequer uma das vítimas, que todos os problemas ficavam resolvidos com uma indenização R\$ 5.000 (cinco mil reais) pagos da seguinte maneira: quinhentos reais em dinheiro e quatro mil e quinhentos reais pagos pelo Banco mediante apresentação de notas fiscais da compra de móveis e eletrodomésticos e mais a construção de 385 casinhas em agrovilas; 7º) os problemas não foram resolvidos, pois comprando os móveis não tínhamos onde colocá-los porque nossas casas foram levadas pelo tsunami da barragem Algodões. Por outro lado, as casinhas não foram entregues á população vitimada e quando for haverá um problema maior. As casas não cabem os moveis adquiridos que estão nas lojas que os venderam; 8º) na planilha do Secretário da Defesa Civil, Deputado Fernando Monteiro, as casas tem 54m² de área cada, mas na realidade não tem 40m² de área

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM
SEU DISCURSO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

interna. Por outro lado foram construídas (de péssima qualidade) em agrovilas sem levar em conta as necessidades, os hábitos e cultura das vítimas para quais são destinadas; 9º) as vítimas são principalmente agricultores e familiares que tem a sua terra, o seu roçado, plantação de milho, mandioca e feijão. Agora não tem cercado, não tem roçado e não poderá ter suas galinhas, seus porcos e suas cabras e ovelhas. Tudo porque agrovila, construída num modelo ultrapassado, é uma favela na zona rural que criará um grave problema social, com o aumento da violência, da prostituição e do alcoolismo para não dizer também das drogas. 10º) estas casinhas serão entregues as vítimas no valor de R\$ 24.000,00 reais (vinte quatro mil reais cada). Mas o seu valor de mercado não ultrapassa R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Na região, uma casa popular, um pouco maior e melhor do que aquelas, financiada pela Caixa Econômica Federal custa entre R\$ 7.000,00 a 8.000,00 (de sete á oito mil reais); 11º) o Governador do estado informou que o governo Federal fez um repasse de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) para resolver os problemas criados com o rompimento da Barragem, mas o dinheiro sumiu e os problemas continuaram; 12º) hoje, oito meses depois do rompimento da Barragem, tem famílias vivendo em baixo de lonas, em escolas, sem luz, sem água, sem estrada e sem esperança. Em consequência da desilusão e da desesperança, as pessoas, sobretudo as mais velhas estão caindo em depressão e morrendo de ataque cardíaco, derrame ou ainda com o agravamento de qualquer outra doença, uma vez as defesas de seus organismo baixam terrivelmente. Além das nove pessoas que morreram levadas pelas águas da Barragem, outras tantas já morreram e continuarão morrendo se não receberem uma atenção especial. Quando se fala nisso o Governo responde que tem psicólogo e técnicos dando assistência. Efetivamente as vezes sai duplas de funcionários visitando as comunidades. Chegam nas localidades e dizem: sou psicólogo, como está o Senhor? Ora, a maioria das vítimas é de gente simples que não sabe o que é um psicólogo e nem para que serve e muito menos sabe o que é uma depressão. Era preciso uma assistência real e permanente, o que não vem ocorrendo. Fala-se que o PAC, programa coordenado pela Ministra Dilma Rousseff destinou R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para a construção de uma nova Barragem, cujas obras iniciarão ainda no primeiro semestre do corrente ano. Queremos nova Barragem, sim. Mas antes de iniciar as obras, deverá haver a mobilização de recursos do IBAMA e ou do Instituto Chico Mendes para limpeza e realinhamento do canal do Rio Pirangi. A nova Barragem deverá vir acoplada a um projeto de irrigação e de abastecimento de água para a cidade de Cocal. A Barragem terá que contribuir eficazmente para o desenvolvimento e econômico social da região, como já ocorreu em outras localidades do país. Se não for assim, ela se transformará em outra armadilha contra o povo.

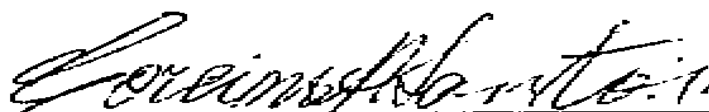
Estamos pedindo ao Governo que assuma, de vês, a responsabilidade e negocie com as vítimas uma proposta de indenizações, afim de que possam ter condições de retomar as suas vidas de pequenos produtores e, viverem com dignidade.

Por acreditar na sua bondade e no seu interesse na solução dos mais graves problemas do país, tomamos a liberdade de vir à sua presença para pedir a sua interferência no encaminhamento das seguintes questões: 1º) nós, as vítimas do rompimento da Barragem Algodões somos tão pobres quanto os haitianos e como eles perdemos tudo que fizemos uma vida inteira. Por isto, por uma questão de direitos humanos, pedimos mais que uma cesta básica, pedimos justiça e com ela as condições de reconstruirmos as nossas vidas com dignidade. Pedimos também o reconhecimento de que somos seres humanos e como tais queremos reconstruir os nossos sonhos e a nossa esperança.

2º) Pedimos que o Governo do Estado do Piauí, procure, numa pratica democrática, ouvir as vítimas e a partir daí negociar uma proposta de indenização, de acordo com as perdas que teve cada família. 3º) Pedimos que se dê conhecimento e se discuta com a população, o projeto de construção da nova Barragem com seus anexos. 4º) Pedimos que a aplicação dos recursos liberados pelo Governo Federal seja fiscalizada pelos órgãos de fiscalização e controle da união. Do mesmo modo, que todos os recursos liberados para os municípios de Cocal e Buriti dos Lopes tenham a sua aplicação rigorosamente fiscalizada.

Contando, desde já, com o apoio e boa vontade de V. Exa.; antecipamos os nossos agradecimentos e aproveitamos o ensejo para apresentar os nossos protestos da mais alta estima, respeito e igual consideração.

Atenciosamente.



Associação das Vítimas e Amigos de vítimas da Catástrofe Causada pelo Romp. da Barragem Algodões
(AVABA)
Corcimo Medeiros dos Santos
Presidente

D. Leticia, querida!

Sou o Presidente da Associação das Vítimas da Barragem Algodões, aquele de quem o Marcos Magalhães lhe falou. Por telefone falei algumas vezes com a Sra.

Neste momento estou lhe mandando um documento para que faça o favor de colocar nas mãos do nosso ilustre Senador. Por volta do dia 10 de fevereiro do ano fluente deverei estar em Brasília, ocasião em que a procurarei.

Muito obrigado.

Corcino

Leticia Almeida Borges

D. Leticia, bom dia!

A Senhora recebeu o meu E-mail de ontem? Agradeço a sua especial atenção.

Estou lhe mandando agora para passar às mãos do Senador uma cópia do meu pedido de audiência ao Governador. Como nas vezes anteriores até hoje não se manifestou.

Muito obrigado

Corcino

Cocal, 18 de Janeiro de 2010

Exmo. Senhor

José Wellington Barroso de Araújo Dias

D.D. Governador do Estado do Piauí

Prezado Senhor:

A Associação das Vítimas da Barragem Algodões I, por intermédio do seu presidente, vem à presença de V. Exa. para solicitar uma audiência afim de que sejamos ouvidos no encaminhamento de soluções para os problemas causados pelo rompimento da referida Barragem.

Até esta data V.Exa. não encontrou espaço para ouvir as reivindicações das vítimas, o que nos parece incompatível com a sua brilhante carreira política. Devemos dizer a V. Exa. que a situação em que nos encontramos, no momento, não é boa para nós mas também não é boa para o governo nem para os futuros candidatos. Por isso, ao invés de criticar somente, tomamos a liberdade de sugerir para essa audiência uma pauta mínima de reivindicações que está anexa.

Cientes do seu bom senso e humanitária administração, aguardamos a gentileza de sua atenção. Por outro lado, aproveitamos a oportunidade para reiterar a V. Exa. os nossos protestos de alta estima e não menor consideração.

Atenciosamente.

Corcino Medeiros dos Santos
Presidente

Sugestões da AVABA para a solução dos problemas decorrentes do rompimento da Barragem Algodões I

- I. O governo não deve suspender a liminar que concede pensão às vítimas, enquanto se espera o julgamento do mérito da matéria.
- II. O governo do Estado deve assumir a responsabilidade pela Tragédia e negociar com as vítimas (caso a caso) um acordo de indenização.
- III. Queremos a reconstrução da barragem, mas somente integrada a um projeto de irrigação e ao abastecimento de água para a cidade de Cocal.
A simples construção de uma barragem, como a destruída que funcionará como armadilha, o povo não permitirá. Antes disto, o Estado, com a mobilização de recursos do IBAMA e do Instituto Chico Mendes, deverá promover a limpeza e realinhamento do canal do Rio Pirangi.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento, na solicitação de encaminhar o pronunciamento ao Ministro da Integração e à AGU.

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a propósito da comunicação que hoje fiz relativa às declarações do Almirante de Esquadra Álvaro Luiz Pinto e do Comandante do Exército e do General do Exército Raimundo Nonato de Cerqueira Filho, ponderei que será importante que eles esclareçam melhor as declarações que fizeram sobre o possível ingresso de pessoas homossexuais nas Forças Armadas. Ambos poderão esclarecer, através de ofício, ao Presidente Demóstenes Torres e aos Senadores em geral a respeito de como avaliam que, em qualquer circunstância, como Ministros do Superior Tribunal Militar sempre estarão

...cumprindo a Constituição que, no seu art. 1º, inciso III, e no art. 3º, inciso IV, esclarece sempre que o Brasil tem como um dos seus fundamentos a dignidade da pessoa humana. Um dos seus objetivos fundamentais é promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. E o art. 5º, que trata dos direitos e garantias fundamentais, diz que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza.

Na medida em que ambos os oficiais designados para serem membros do Tribunal Superior Militar esclarecerem que sempre estarão ali cumprindo o que está na Constituição, avalio que isto será adequado. O Líder, Senador Aloizio Mercadante, do Partido dos Trabalhadores, há pouco me telefonou, perguntando-me se eu considerava que essa seria uma solução adequada se realizada antes da votação em plenário do nome de ambos os oficiais aqui pelo Senado. Eu respondi que avalio que sim. Uma carta ao Senador Demóstenes Torres, Presidente da CCJ, para ser do conhecimento de todos os Senadores, seria um passo adequado.

Então, gostaria de prestar este esclarecimento que, inclusive, acabo de dar ao próprio Presidente José Sarney, do Senado, complementando, portanto, a solicitação que havia feito, na tarde de hoje, Sr. Presidente Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com a palavra, como orador inscrito, Mozarildo Caval-

canti, em seguida, como Líder do PR, Magno Malta e, como último orador – nós estamos aqui, ele é 17º inscrito, que isso é um prêmio, mostra o esforço que ele está tendo de se comunicar e defender o seu Estado do Tocantins – o Sadi Cassol.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Mão Santa, que brilhantemente preside esta sessão de hoje, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, durante todo o ano passado e aliás, durante dois anos ou três anos atrás, debatemo-nos com a questão da discussão da demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Terminou com a decisão do Supremo, que por sinal balizou como é que deveria ser o comportamento das futuras demarcações e, nem bem as quase 400 famílias foram desalojadas da Reserva Raposa Serra do Sol, não foram todas indenizadas, não foram todas reassentadas em outras terras equivalentes, como manda a Lei. E hoje recebo uma denúncia, Sr. Presidente, de que uma ação da Polícia Federal, possivelmente requerida pela Funai ou pelo Incra – não sei, tanto que estou pedindo informações a respeito formalmente – está retirando pessoas de – veja bem – um assentamento do Incra onde foram colocadas pessoas que foram desalojadas lá da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, misturando, portanto, pessoas que foram retiradas, que tinham suas terras e que foram depois consideradas terras indígenas, misturando essas pessoas com pessoas do Movimento Sem Terra, que é uma outra categoria de pessoas. Nem tanto, mesmo assim, essas pessoas estavam aceitando esses lotes sem nenhuma infraestrutura e lá se estabelecendo, começando – vamos dizer assim – uma nova vida depois do desterro que tiveram.

Agora tenho notícias de que eles estão sendo expulsos. Quero, portanto, registrar isso aqui, porque vou pedir informações formalmente à Polícia Federal, ao Incra e a Funai, para me interar do que de fato está acontecendo. Mas, desde, já faço a denúncia da tribuna do Senado.

Sr. Presidente, eu fico realmente me perguntando o que o Governo Lula quer de Roraima, porque demarcou essa reserva indígena Raposa Serra do Sol, contra o parecer do Senado, contra o parecer da Câmara, demarcou. O Supremo convalidou com ressalvas. Mal a gente digeriu essa questão, ele vai e inventa uma reserva ecológica da Serra da Lua entre duas reservas indígenas e enquanto se começa a discutir essa questão, porque é 100% assim feito “na moita”, na calada da noite, e, de repente, se tem notícia de que vai surgir mais uma reserva lá em Roraima.

Enquanto está se discutindo a reserva ecológica da Serra da Lua, e veja bem Senador Cassol, tomaram

a Serra do Sol e agora querem tomar a Serra da Lua. É o mote que está se usando lá em Roraima agora. Não sei o que falta mais o Presidente Lula fazer. Mas enquanto está-se discutindo isso, ele já demarcou mais duas reservas lá me Roraima. Agora esses dias, a Reserva Indígena do Anaro, no norte do Estado de Roraima, praticamente unindo duas outras reservas indígenas e a Reserva Trombetas/Mapuera, lá no Sul do Estado, pegando alguns Municípios lá no sul do nosso Estado, Do Sul, do Sudeste, e, principalmente, os ecoterroristas como Al Gore e outros dos Estados Unidos, da Europa, do Canadá, enfim, do exterior, mas sacrificando uma Unidade da Federação do Brasil.

E, nisso, infelizmente, Roraima é quem tem pago o maior pato nessa história, que é, disparadamente, o Estado que tem o maior número de reservas indígenas, maior número e maior extensão, e somos o terceiro Estado em termos de população indígena. Existe, em Roraima, cerca de 30 mil índios, segundo o IBGE. Desta população, não tenho medo de errar, 80% vivem nas cidades, não vivem nas aldeias, porque não tem estrutura nas aldeias para viver, esta é que é a verdade. No entanto, agora, recebo esta denúncia, recebi por telefone, portanto, não tenho maiores detalhes, mas me apressei em registrar na tribuna do Senado, avisando que vou pedir hoje mesmo, formalmente, informações da Polícia Federal, do Incra, da Funai, e vou também me dirigir ao Presidente da República. Não é possível. Roraima não é o quintal da República. Roraima não está sendo tratada nem como quintal, mas como se fosse uma terra de ninguém. E onde é Roraima? Na fronteira com a Venezuela e com a Guiana, numa fronteira litigiosa em que a Venezuela contesta – não é a Venezuela do Chávez, agora, não, mas a Venezuela de muito tempo – a existência de, pelo menos, 2/3 da Guiana como sendo da Venezuela, quer dizer, há uma área de contestação, justamente nessa área onde está a Raposa Serra do Sol.

Portanto, não há uma preocupação com o País, porque é um pedaço do País no extremo norte, que faz fronteira com dois países estrangeiros, e o Brasil está trabalhando contra o desenvolvimento daquele Estado, o desenvolvimento daquelas pessoas. Mas, de um modo geral, o Governo Lula tem trabalhado contra a população da Amazônia. Eu tenho repetido aqui e é muito fácil de entender. Por quê? Embora sejamos 25 milhões de habitantes, temos, portanto a mesma população da Venezuela e comparativamente com a Guiana, onde ele está querendo construir uma usina hidrelétrica e que tem 800 mil habitantes, Roraima praticamente se equivale e teria que valer mais porque somos 500 mil brasileiros que estão lá. No entanto, fico vendo essas ações repetidas e confesso que nunca me canso e nunca vou me cansar de ficar denunciando não. Nem vou me cansar de ficar recla-

mando, tomando providências, indo à Justiça, mas me causa uma indignação muito grande ver como é que um Presidente, que veio da classe mais pobre, trata a Amazônia e principalmente o meu Estado dessa forma tão ruim e tão ridícula.

Quero aqui encerrar, Sr. Presidente, dizendo que vou encaminhar hoje ainda os ofícios às autoridades que mencionei, ao Presidente do Incra, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, ao Ministro da Justiça, e à Polícia Federal para obter informações reais, além de que vou acionar também advogados para assistir a esses que já foram desterrados da Raposa Serra do Sol e que, agora, estão sendo desterrados de um assentamento que o próprio Incra quer colocá-los.

Então, quero fazer esse registro e dizer que as providências estarão sendo tomadas. Portanto, quero dizer ao povo de Roraima que estou aqui na defesa permanente e intransigente dos interesses das pessoas que realmente vivem em Roraima e que amam Roraima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos, agora, o Senador Magno Malta.

Magno Malta é baiano como Rui Barbosa. Na Bahia, há mulheres excepcionais. A mulher mais bela da história deste País foi Marta Rocha, para não ficar só falando de homens.

E ele saiu de lá. Dona Dadá, baiana, é a mãe dele. Ele devia escrever um livro sobre os ensinamentos de Dadá. Ela foi lavadeira, lutadora, trabalhadora, e o filho está aí.

Tenho uma gratidão muito grande por Magno Malta. Quando governei o Estado do Piauí, lá havia o crime organizado. Era muita confusão. Acho que só no Acre o crime foi mais intenso do que no Piauí. Como era o nome do chefe do crime organizado no Acre?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Hildebrando Pascoal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Acho que o Piauí tirou a medalha de prata. Lá, era o Correia Lima. Foi muito violento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas eles tinham ligação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – E Deus me deu a coragem de dar ordem de prisão administrativa ao Coronel Correia Lima. Ainda hoje, ele está lá, graças a um bravo Deputado Federal, Afonso Gil, que honra a Justiça e os promotores, porque a prisão administrativa só era de 30 dias e eu estava muito preocupado, com medo mesmo, porque temos medo, de se passarem os 30 dias e ele ser solto.

Mas Afonso Gil, que está no céu, homem de muita firmeza, continuou o processo jurídico.

Quando eu governava o Piauí, chegou lá o Presidente da Comissão contra o Crime Organizado: o novo, o novinho Magno Malta. Ele nos ajudou. Então, o Piauí agradece. E no Senado da República nós nos encontramos. Magno Malta traduz a coragem. Sem coragem, faltam todas as outras virtudes, disse isso Ulysses Guimarães. Com sua coragem, ele iniciou uma campanha e deixou de ser do Espírito Santo; é conhecido em todo o Brasil e em todo o mundo pelo combate à pedofilia. Só isso já o dignifica e o engrandece.

Quanto aos Partidos – o Senado é para isso –, aí está o exemplo dos Estados Unidos. Eu saí do PMDB, que vive do passado, da lembrança de Ulysses ,encantado no mar. Ulysses candidatou-se em 1974. Há um bocado de anos, são 35 anos! Tem o maior número de Vereadores, Prefeitos e não tem um para se candidatar. O seu também está seguindo. Ele está fazendo escola, porque seu Partido também tem bons nomes como o Ministro dos Transportes e V. Ex^a. Acho que a V. Ex^a deveriam ter sido permitidas as primárias. V. Ex^a poderia surgir como surgiu Barack Obama.

Barack Obama surgiu porque pela democracia o Partido possibilitou as primárias.

E ele... Eu já li os dois livros de Barack Obama. Ele entrou, Magno Malta, para perder da candidata oficial, que era Hillary Clinton, e oito anos depois ele seria presidente dos Estados Unidos. Ele foi deputado e senador, como nós. Mas aí o povo fez Barack Obama. E eu entendo que V. Ex^a, numas primárias, se o seu partido tivesse tido oportunidade de fazer primárias, com o seu nome que está aí no país todo, com essa campanha de combate à pedofilia... E solicitado em todos os dramas do País. Agora mesmo... Eu assisti ontem... Hoje eu vi a esperança daquelas mães cujos filhos desapareceram, que traduzem o nosso Brasil, virem pedir a sua presença lá. Então, ainda está em tempo de o partido de V. Ex^a pensar e ter novos nomes para o povo, que é soberano, no Brasil ter opções de escolha.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa. Eu fico lisonjeado e muito feliz e honrado. Já me honra muito isso, Senador Mozarildo, de o Senador Mão Santa, primeiro, fazer, mais uma vez, como tem feito, de forma carinhosa, referência a minha mãe, D. Dadá, que significou tudo na minha vida. Dela eu herdei tudo, graças a Deus. Essa mulher que viveu mais de joelho do que em pé, que amou a Deus sobre todas as coisas. Viveu de joelho orando, buscando em Deus. Uma mulher simples, que era faxineira, ganhava meio salário mínimo por mês, mas que nunca conheceu a miséria, porque miséria é desonra; pobreza, não.

Prosperidade ela tinha muita porque prosperidade é receber de Deus o privilégio de não conhecer a

miséria. E minha mãe ganhava meio salário mínimo por mês, mas era uma mulher próspera porque não conheceu a miséria. Era uma mulher que amava Deus. Então eu agradeço a V. Ex^a todas as vezes que pode fazer referência elogiosa a minha mãe, Dona Dadá, essa figura maravilhosa de quem eu herdei as melhores coisas da minha vida.

E agradeço a V. Ex^a pelo reconhecimento do nosso trabalho, desde a CPI do Narcotráfico, e que nós pudemos ser úteis lá no Piauí. V. Ex^a foi muito corajoso – V. Ex^a é um homem corajoso, um homem determinado – ao ter, naquela ocasião, prendido administrativamente Correia Lima, que tinha uma indústria de notas fiscais. Tantas outras coisas desgraçadas ele fazia e obrigava os prefeitos de todo o Estado, amedrontava todos. Tinha uma indústria de empresas para vender nota fiscal e cometer ilícitos. E fazia outras coisas também. Senador Mozarildo, Correia Lima chegava a fazer seguro de vida em nome de um mendigo, que, então, doava 60%, 70% do seguro de vida à esposa dele. Depois ele mandava matar o mendigo. E V. Ex^a teve coragem de prendê-lo. É bom que o Brasil saiba disso. Ouvimos o depoimento dele na CPI do Narcotráfico, na Câmara – eu era Deputado Federal e ele estava a meu lado –, transmitido ao vivo para o Piauí, para o povo do Piauí, que não esquece disso. Lá V. Ex^a me recebeu. Eu tinha muita sede de justiça e continuo tendo, e isso me mantém vivo. Eu fui para lá, com o Deputado Biscaia e com o Deputado Cabo Júlio, que era integrante da CPI, e V. Ex^a prendeu administrativamente Correia Lima. E o Ministério Público, que tem sido uma referência boa para o Brasil, e o Afonso Gil, que foi muito corajoso, apresentou uma peça bem feita, acatada pelo Judiciário e Correia Lima foi recolhido e está preso até hoje.

Todos os que nós prendemos na CPI do narcotráfico estão presos até hoje. Então, é um pouco do que eu podia fazer pelo Piauí, um Piauí que fez muito pelo meu irmão que faleceu lá aos quarenta e cinco anos de idade.

Eu agradeço a V. Ex^a essas lembranças todas. Eu sou tão pequeno, filho de uma faxineira do interior da Bahia e V. Ex^a usa os meios de comunicação desta Casa para dizer que se eu estivesse um partido com projeto de poder me lançaria candidato à Presidência da República. Eu me sinto honrado só de ouvir V. Ex^a fazer essa referência e me sinto honrado pela fala de V. Ex^a, que é uma pessoa tão querida e respeitada no Brasil inteiro. Tão querido que em alguns Estados V. Ex^a tem fã clube. Eu sou testemunha disso. Tem fã clube em São Paulo como também na cidade onde nasci, na Bahia, cidade pequena, onde é Vice prefeito um primo meu, Wilson Lima, radialista, que deve estar assistin-

do esta sessão. Se lá que é uma cidade pequena V. Ex.^a tem fã clube, imagina – em São Paulo eu sei que tem – em outras cidades do Brasil em que as pessoas gostam de ouvir V. Ex.^a.

Agradeço muito a referência feita a minha mãe e a referência feita a meu trabalho. Eu sou cumpridor de missão, Senador Mão Santa. Sou cumpridor de missão e tenho recebido de Deus a missão de lutar pela vida, pelos interesses da vida, pelos interesses da família. Falando em família, quero abraçar uma família enlutada: a família do Pastor Silas Malafaia, conhecido no Brasil inteiro. Esse renomado pregador,

Esse renomado pregador, lutador pelos interesses da causa e da família, um dos grandes guerreiros no enfrentamento ao PL 122, essa excrescência, contra o que temos lutado juntos, que cria, Senadores, um império homossexual no Brasil, com direitos que não foram dados aos negros nem aos índios nem aos portadores de deficiência. Um império! Aliás, esse decreto que o Presidente Lula assinou – e depois voltou atrás – trata dos direitos humanos, inclui aborto e inclui de forma sutil o PL 122, já sabendo que vai morrer nesta Casa, vai morrer lá na Comissão. E nós vamos enfrentar o assunto até o final. O decreto mexe em feridas do passado de forma desnecessária para um País que vive um momento democrático tão importante. E eu sou absolutamente contra. Acho que o Presidente Lula está dando um tiro no pé.

Hoje ouvi um Senador dizer que isso foi discutido com a sociedade do Brasil. Faço parte da sociedade do Brasil e de uma parte que é contra aborto, que é contra o PL 122, que é contra uma série de coisas e que não discutiu isso nem foi chamada para isso. E dizia mais: isso não foi feito por uma cabeça iluminada do governo. E não foi uma não – que fosse meia dúzia! Acho que não passam de seis mesmo que, em nome daquilo que pensam, acham que por estarem no Governo podem fazer a sociedade engolir aquilo que eles querem que engula.

Mas estou trabalhando uma grande reação a esse decreto, uma frente contra esse decreto. Vamos chamar essa frente, principalmente onde confesso a minha fé. Votamos hoje um pedido, um requerimento para uma audiência pública na CBH, convidando a sociedade islâmica, a sociedade espírita, a sociedade judaica, as religiões afro do Brasil, católicos evangélicos, ateus e intelectuais para debater aquilo que o Governo não chamou ninguém para debater. Um assunto tão emblemático como esse nós haveremos de enfrentar. O Malafaia é um dos grandes guerreiros desse enfrentamento. Aliás, eu o relaciono nesse grande debate que nós temos de fazer. Nada contra os homossexuais. Não há nada de discriminação nas nossas atitudes. Isso é

criminoso. É nefasto discriminar. Temos de fazer uma grande campanha de respeito neste País às pessoas e àquilo que decidem para suas vidas. Se Deus lhes deu livre arbítrio não sou eu que vou mudar aquilo para o que Deus deu livre arbítrio. Mas não sou obrigado a concordar. E discordo de um projeto de lei que está eivado de inconstitucionalidade e de sutilezas. Não tinha prestado atenção, Senador Mozarildo, mas o art. 266 da Constituição, §3º, diz que união estável é entre homem e mulher. Agora vamos fazer uma lei que vai ficar maior do que a Constituição? Ou a nossa Carta Maior é a Constituição? Então, com todo o respeito às pessoas, muito respeito mesmo – até porque estou a cavaleiro para isso –, sou contra o projeto, sou contra a inconstitucionalidade, contra as sutilezas.

Concedo um aparte a V. Ex.^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Quero parabenizá-lo pela abordagem que faz especificamente sobre esse decreto chamado Programa de Direitos Humanos. Realmente, fiquei perplexo ao ver como, conforme V. Ex.^a falou, existem sutilezas.

Na verdade, existem espertezas nesse decreto que mexe com religião, que mexe com liberdade de imprensa, que mexe com o direito da propriedade quando, por exemplo, diz que, de uma terra invadida, a Justiça não poderá determinar a sua desocupação sem antes fazer audiência com quem invadiu. Enfim, é uma série...É uma salada russa, retrógrada. Já que eu falei na palavra russa, nem a Rússia do tempo de Stalin tinha tantas espertezas para cercear a liberdade de expressão, a liberdade de religião e liberdade de propriedade. Enfim, todas essas coisas que estão aí são verdadeiramente um monstro. E já dizem que, na verdade, não é um Programa de Direitos Humanos, mas sim um *Programa de Derechos de los Hermanos*.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Não, com certeza. E é minha intenção criar uma frente parlamentar específica contra esse decreto – sei então que vou contar com a assinatura de V. Ex.^a. Uma frente parlamentar contra esse decreto e uma frente parlamentar muito ampla, com muitas assinaturas – na Câmara, aliás, com a maioria absoluta, a maioria absoluta desta Casa também. Nós não vamos engolir essa sutileza.

O PL 122, que trata da homofobia – e eu não sou homofóbico – é um projeto que já começou errado. Homofóbico é o sujeito desgraçado da cabeça que vê um indivíduo homossexual e quer matá-lo, quer sangrá-lo no meio da rua, desmoralizá-lo, espezinhá-lo. Ninguém pode fazer isso com ninguém. Ninguém pode fazer isso com um nordestino, ninguém pode fazer isso com um negro, com um índio, ...

(Interrupção do som)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ... com um portador de deficiência. Ninguém pode fazer isso com religião de ninguém, com as pessoas de forma individual. Com ninguém, com ninguém.

Então já começou errado. Quer dizer, nós precisamos é repudiar esse tipo de atitude. O que o Brasil precisa é de uma grande campanha de conscientização, de educação, de respeito, nessa questão e em outras questões, em outras questões.

O meu Partido lá, no Espírito Santo, tem homossexuais. Há um que é candidato a Deputado, Vereador e Presidente de Câmara, o Moa, que tem todo o meu respeito – aliás, quando fez campanha, usou as nossas fotografias, sem qualquer tipo de discriminação – e por ele eu mantenho o maior respeito, respeito e respeito e respeito. Então, nós vamos criar essa frente para poder enfrentar.

E sei, realmente, que eles deram o projeto ao Presidente Lula para assinar no calor. O Presidente Lula, que está trabalhando, correndo para cima e para baixo, assinou. Quando veio a reação dos militares é que houve uma reflexão. E olha: nós não vamos arrefecer. Então, dentro desse grande debate, de ateu a católico e evangélico, de pessoas que professam religiões afros a pessoas que nada professam e que também não concordam, nós estaremos fazendo esse debate.

Mais uma vez, eu gostaria de voltar a minha solidariedade, neste momento, à família enlutada do pastor Silas Malafaia, à sua esposa querida, a quem perdeu o pai, Senador Mozarildo, Senador Mão Santa, um homem de Deus, pregador do Evangelho, pastor da igreja Assembléia de Deus da Vila da Penha de tantos anos, professor, mestre, homem que orou por este País, que conduziu milhares de pessoas. Há mais do que uma mudança de vidas a serem lavadas pelo sangue de Jesus, porque mudança de caráter se dá, mas quando a mudança começa de dentro para fora é que é interessante. E essa é a proposta do Evangelho. E esse homem foi um grande militante, sogro do pastor Silas Malafaia, na causa do Evangelho. E tem uma família enlutada hoje, que são os evangélicos do Brasil, da Assembléia de Deus do Brasil, os “assembleianos” do Rio de Janeiro, os evangélicos do Rio de Janeiro.

E aqui fica o meu abraço ao Silas Malafaia. Meu abraço a sua esposa, aos outros filhos, aos netos, à Igreja, à Assembléia de Deus da Vila da Penha, no Rio de Janeiro, que perde o seu obreiro. Quer dizer, na verdade, a Bíblia diz que aqueles que conhecem a Jesus não morrem. Eles passam da morte para a vida. E ele passou da morte para vida hoje, porque o mistério da morte física todos vamos enfrentar. Precisamos conhecer Jesus até para não enfrentarmos o drama da morte espiritual, porque essa é eterna, não é? Mas essa opção se faz quando se tem vida, porque

ninguém pode nos recomendar. Esse homem a vida inteira fez a sua opção. Amou a Jesus. Pregou o Evangelho. Lá se foi o obreiro, esse guerreiro, pastor, mestre da Assembléia de Deus da Vila da Penha, no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, quero louvar o trabalho que tem sido feito contra as drogas e a pedofilia no verão no meu Estado. Grupos de jovens, de homens, de mulheres estão, nas praias do meu Estado, desde o final de semana próximo passado, distribuindo material que tenho tido o privilégio de fazer parte, chamado “verão sem droga e sem pedofilia”.

Estamos diante de um monstro adolescente chamado crack, que ainda não cresceu tudo que vai crescer – infelizmente ele vai crescer muito mais – e que vem produzindo a degradação da família e da juventude.

Hoje tinha uma matéria no *Jornal Hoje*: lá em Mato Grosso o Delegado, o Ministério Público mostrando jovens infratores indo às *lans houses* postar os seus crimes, as suas armas, o *modus operandi*. Dizia o promotor, e é o que eu creio: “Eles não são incentivados por adultos. Eles são os próprios adultos que cometem os crimes.

Eles mesmos programam os seus crimes, daí a necessidade de discutirmos a redução da maioridade penal neste País. Um indivíduo de 17 anos que estupra, mata e assalta não é uma criança. É um homem, e é preciso que saibamos entender o sofrimento da sociedade e saíamos desse discurso fantasioso, porque não estamos no País de Alice. Não estamos em um País de Alice, estamos em um País que vive o seu grande drama da violência, adubado pelas drogas e por conta desse discurso protetor de adultos que abusam, que estupram, que matam, que sequestram e que agora começaram a rir, postando na Internet os seus crimes. E postando também as suas apologias, e apologia é crime.

Eu me lembrei de quando o promotor foi para falar e disse: “Eles fazem apologia, e apologia é crime”. O repórter da Globo disse: “É crime com pena de até 3 anos reclusão”. Apologia ao crime é crime, não é isso, Senador e Advogado Mozarildo? É crime.

Mas o Brasil tem um Ministro que ninguém merece. O Ministro do Meio Ambiente ninguém merece! Apologia ao crime. O Ministro vai para a rua fazer apologia à legalização das drogas. Para ele, ninguém diz que vai pegar 3 anos de cadeia, mas, se é um pobre qualquer, estaria preso. Esse ministro está falando em nome de quem? Esse cara está em um manto de Governo. Ele é um Ministro, e vai para a rua passear, fazer passeata, encabeçar passeata de legalização das drogas! Ninguém merece isso, em um País de mães sofridas, chorosas, de famílias degradadas por causa da droga! Ministro de Estado... Ninguém merece!

É por isso que eleição para Presidente está vindo aí, e nós precisamos ouvir desses candidatos a Presidente o que eles pensam sobre a legalização das drogas. Precisamos ouvir a Dilma, o Serra. Precisamos ouvir sobre a violência, sobre as fronteiras, do uso e do abuso das drogas, qual é o plano para isso. Porque, uma coisa é você dizer que o pré-sal é para a educação e saneamento básico. Sem problema, acho legal. Mas ninguém falou que o pré-sal vai financiar a segurança pública, que é o grande drama do Brasil.

Precisamos ouvir isso. E também não é só ele não, viu! Fernando Henrique andou indo para a rua também e fazendo apologia às drogas e legalização de droga, pregando legalização de droga, o que mostra que ele nem conhece o país que ele governou. As fronteiras abertas deste país. O homem que criou a Senad – Secretaria Nacional Antidroga – fazer discurso de legalização antidroga! Prova que dentro do gabinete, ele não sabe qual é o país que ele governou, não conhece o tamanho a violência, não conhece os portos, os nossos aeroportos, as nossas fronteiras secas, e não tem conhecimento de que nós somos o entreposto para o crime internacional. A droga que passa pelas nossas fronteiras, os nossos vizinhos mandam pelos nossos portos, para matar a sociedade do mundo, e para o consumo interno, para matar as famílias aqui no Brasil.

Sr. Presidente, essa campanha que está sendo feita nas praias, desde Piúma, Anchieta, Marataízes, Praia de Marobá, nos Caçães, e aí abraço a minha amiga Dilcéia, meu amigo Dr. Jander, o nosso querido Prefeito Neucimar Fraga, lá de Vila Velha, pelo trabalho. Aliás, em Vila Velha, a redução da violência é de 84%. Parabéns ao Neucimar, parabéns ao Ledir; lá na Serra, o Vidigal, fazendo também um grande trabalho. De ponta a ponta, Amadeu Boroto, lá em São Mateus, na praia de Guriri, fazendo um grande trabalho nessa campanha de combate à droga e combate à pedofilia, porque no Brasil tem mais gente usando criança do que usando droga.

É por isso que V. Ex^a fazia referência, há alguns minutos, Senador Mão Santa, às mães de Luziânia.

Gostaria de pedir a elas um pouquinho de paciência, porque a Polícia de Goiás está no caminho certo, esta no rumo certo. Tem três vertentes, ali, Senador Mão Santa: tráfico de órgãos, trabalho escravo e abuso, e abuso.

Mas nós, da CPI da Pedofilia, estamos à disposição, na Polícia de Goiás, na Secretaria de Segurança, para entrarmos com os instrumentos que a CPI possui para ajudarmos na elucidação da barbaridade do desaparecimento dessas crianças.

Encerro, Sr. Presidente, o meu pronunciamento dizendo que protocolei, nesta Casa, hoje, um pedido de

uma sessão solene para homenagearmos os mortos, no Haiti, os nossos mortos, os nossos militares mortos, no Haiti, as suas famílias, aqueles que pagaram com a vida, agindo na ação humanitária.

E V. Ex^a citou minha mãe. Minha mãe, Dona Dadá dizia, Senador Mão Santa, que a vida só tem um sentido. E o único sentido que a vida tem é quando a gente investe a vida da gente na vida dos outros. E eles morreram assim, como a Dona Zilda Arns, investindo a vida na vida dos outros. E nada melhor, nada mais digno do que uma sessão solene para receber aqui as suas famílias, receber o Exército brasileiro, receber os seus entes queridos. Para nós, aqui, reverenciarmos a memória daqueles que, em nome deste País, em nome do povo brasileiro, prestaram uma ajuda humanitária significativa aos nossos irmãos do Haiti que, neste momento, continuam precisando de nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos, agora, para usar da palavra o nosso orador inscrito, que representa o Tocantins, Senador Sadi Cassol.

Anunciamos, como último orador, este nosso grande representante do PMDB do Rio de Janeiro, Paulo Duque.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Estimado Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu venho à tribuna esta tarde para levar ao conhecimento de nossos ouvintes, através da *TV Senado* e de outros meios de comunicação, os grandes investimentos que estão acontecendo na nossa capital na área da saúde.

A iniciativa privada de todo o País parece que está chegando a Palmas, investindo nessa área tão importante. E eu quis buscar alguns números aqui para levar ao conhecimento de todos e, ao mesmo tempo, me orgulhar desses investimentos que estão sendo feitos na capital de Palmas, onde os números asseguram uma das melhores capitais do País, com investimento na área da saúde, tanto na iniciativa pública como privada.

Ocupo esta tribuna para registrar, com muita satisfação, o alto nível de serviços de saúde que estão sendo prestados à população do Tocantins, em particular à nossa capital, Palmas.

A Organização Mundial da Saúde indica a necessidade de existência de um médico para cada mil habitantes de uma cidade ou de uma região. Pois bem, Palmas possui quase 500 médicos entre os seus 200 mil habitantes, portanto o dobro daquilo que é recomendado.

Mas, além da quantidade, contamos também com a qualidade. No Brasil, 20% dos médicos são especializados.

Mas em Palmas 90% dos médicos são especializados. Olha a diferença de números que nós temos. E tem mais: por recomendação do Conselho Regional de Medicina, Tocantins não faz concurso ou contrato de médicos SM que seja solicitada a especialização!

Não é apenas isso. Os palmenses contam com 84 instalações hospitalares e clínicas. O Governo Federal e o Ministério da Saúde inauguraram, em agosto de 2005, em Tocantins, o Hospital Geral de Palmas – HGP. Para equipar essa unidade, o Ministério da Saúde investiu 3,5 milhões de reais. São 200 leitos, seis salas de cirurgia, UTI com capacidade para 18 leitos e 25 especialidades, inclusive clínica médica, clínica cirúrgica e clínica ortopédica. O HGP propiciou um grande salto para a saúde pública do Tocantins, destacando-se por ser referência para todo o Estado e para a Região Norte do País, especialmente para o Mato Grosso, sul do Pará, sul do Piauí, entre outros estados, por realizar procedimentos de média e alta complexidade e por possuir um corpo técnico especializado, equipamentos de última geração e todas as comissões de acordo com o que preconiza o Ministério da Saúde.

No ano passado, a HGP implantou o serviço de cirurgias cardíaca. Este tipo de cirurgia é realizado quase que apenas em grandes centros médicos do Brasil e do mundo. Segundo um relatório da Organização Mundial da Saúde, divulgado em 2008, as doenças cardiovasculares representam a principal causa de morte no mundo.

Nos países de baixa renda, as doenças valvares do coração de origem reumática afetam muitos jovens, que, se não tratados cirurgicamente no tempo devido, podem até necessitar de transplante cardíaco. Daí a importância da realização desse tipo de cirurgia no nosso hospital.

Contamos, ainda, com o Instituto Ortopédico de Palmas, o IOP, referência estadual, com um amplo e moderno hospital recentemente inaugurado. O Instituto recebe, além de clientes da região do Tocantins, diversos encaminhamentos feitos por profissionais do Pará, do Maranhão e de Goiás, entre outros.

Possui um corpo clínico de 11 ortopedistas com segmentações diversas em um dos altos padrões de excelência. E está sendo implantado em nossa capital, Palmas, o Medical Center, que também propiciará atendimento de alto nível.

Eu gostaria de destacar, ainda, a atuação benéfica, no setor da Saúde, da administração do Prefeito Raul Filho. As políticas públicas de saúde em Palmas estão no caminho certo e os funcionários estão com-

prometidos com os usuários do Sistema Único de Saúde. Na capital do Tocantins, o médico, a enfermeira, o dentista são mais que profissionais da saúde. Eles têm um compromisso de atendimento humano, criativo. Passaram pelas Unidades do Pronto Atendimento da Prefeitura, em dezembro de 2009, 4.268 pacientes. No mesmo mês de janeiro deste ano, foram registrados 11.441 atendimentos.

A Unidade de Saúde da Família Novo Horizonte, por exemplo, conta com consultórios de atendimento médico, odontológico e vacinal e abriga duas equipes de saúde da família, compostas por médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde.

São oferecidos, gratuitamente, todos os procedimentos realizados na atenção básica de saúde, estabelecidos pelo Ministério da Saúde, bem como consultas médicas, pré-natal, realização de atendimentos odontológicos, vacinal, curativos, além de visitas e atendimento em domicílio de pacientes que tenham algum tipo de dificuldade de locomoção.

A ação da Prefeitura é integrada. Tanto assim que o Prefeito Raul Filho lançou, no ano passado, o maior programa de erradicação do analfabetismo de jovens, adultos e idosos da nossa capital, o “Educando com Saúde”. Através desse programa, os 461 agentes comunitários de saúde participaram do levantamento sobre quem são, onde estão e como vivem os 3.548 analfabetos do Município. Com essas informações, estão sendo planejadas ações que incluem essas pessoas em todas as políticas públicas, benefícios e serviços sociais oferecidos pelo poder público, inclusive, é claro, os de saúde.

Em parceria com os Ministérios da Saúde e da Educação e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Prefeitura de Palmas fez, em 2009, o acompanhamento da primeira Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar, para planejar políticas públicas de saúde de prevenção e controle de fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes, câncer, osteoporose e outras mais. Os alunos foram pesquisados e avaliados em seu hábitos alimentares, físicos, culturais e sexuais, além de ser traçado o perfil dos estudantes.

Essas ações levaram em conta que os adolescentes são expostos ao tabagismo, consumo de álcool, alimentação inadequada e sedentarismo, fatores que contribuem para o desenvolvimento das chamadas doenças crônicas. A prevenção, além de diminuir a mortalidade, reduz também os gastos públicos na área da medicina curativa. Em Palmas existem 51.800 adolescentes entre 10 e 19 anos, segundo estimativa do Censo 2007.

O programa municipal Saúde na Escola trabalha na construção e aplicação de políticas públicas integradas de saúde no ambiente escolar, considerando que uma boa saúde é uma garantia de melhor desempenho educacional dos alunos. Educar, avaliar, prevenir e promover as condições de saúde de crianças e adolescentes de 6 aos 19 anos de idade são as principais ações desenvolvidas nas escolas através desse programa. São avaliadas as condições clínicas, auditivas, nutricionais e de saúde bucal, visando diagnósticos para a recuperação da saúde e prevenção de doenças como hipertensão, diabetes, obesidade, doenças sexualmente transmissíveis e aids. Estão sendo beneficiados cerca de 7.300 alunos.

A Prefeitura também está implantando uma Caderneta de Saúde do Adolescente, um instrumento que será utilizado para o acompanhamento da saúde dos alunos beneficiados. São 50 páginas com informações e acompanhamento da saúde sexual e reprodutiva, alimentação saudável, o perigo das drogas e todos os cuidados que requer essa faixa etária da população. Também em 2009 foi realizado o Programa Prefeitura nos Bairros, oferecendo à comunidade serviços como pediatria, clínico geral e nutricionista, assim como cartão SUS, coleta de sangue, agendamento de exames e aferição de pressão arterial.

Os profissionais de saúde também reforçam a utilização da Caderneta do Idoso, um instrumento para auxiliar na identificação das pessoas idosas frágeis ou em risco de fragilização. A caderneta possibilita o planejamento, organização das ações e um melhor acompanhamento do estado de saúde dessa população. Para as pessoas idosas, é um instrumento de cidadania onde têm em mãos informações relevantes para um melhor acompanhamento da sua saúde.

A Prefeitura ainda capacitou 360 agentes comunitários de saúde para informar a população sobre como identificar e se prevenir contra as doenças transmitidas por alimentos e bebidas. A ingestão de alimentos e bebidas que não estão apropriadas para o consumo humano pode causar infecções e intoxicações alimentares e até mesmo hepatite, cólera, febre e outros.

É da Prefeitura, igualmente, a campanha da "Amamentação em todos os momentos: mais carinho, saúde e proteção", com palestras e orientações médicas e sociais sobre o tema. Amamentar traz inúmeros benefícios para o bebê e para a mãe. A amamentação gera saúde, previne doenças infecciosas, diarreias, pneumonias e alergias nas crianças e previne câncer de mama, anemia e diabetes nas mães, além de fortalecer os laços afetivos. Estão envolvidos na campanha profissionais como nutricionistas, enfermeiros, odontólogos e assistentes sociais do Município.

Esse conjunto de ações, das quais cito apenas alguns exemplos, levou o Secretário Municipal de Saúde de Palmas, Samuel Braga, a receber o prêmio **Integración Latinoamericana 2009**, da Câmara Internacional de Pesquisas e Integração Social para a América Latina.

Esse prêmio agracia os que incentivam, promovem e fortalecem ações e programas de atenção e vigilância à saúde.

Quero ainda ressaltar a ação da primeira-dama de Palmas, Deputada Estadual Solange Duailibe, que está sempre atenta à maneira como a população palmense vem sendo atendida nas 34 Unidades de Saúde da Família. Ela tem por costume ouvir reclamações, sugestões e conversar com a população que aguarda atendimento e depois encaminhar para a Prefeitura indicações de como superar os problemas detectados. Suas visitas a essas unidades de saúde fazem parte de seu programa social, o Sempre Amiga, que também realiza outras atividades, como o bazar solidário e outras.

A primeira-dama dá atenção especial ao Hospital Dona Regina, uma maternidade que, dentre outros serviços, conta com uma van, enfeitada com os escritos "Mãe a Bordo", que leva do hospital para casa os recém-nascidos com a mãe, junto com seus familiares, que recebem um **kit** com artigos de primeira necessidade. Trata-se de um trabalho generoso, cativante, que, por sua importância, desperta o interesse mais próximo da Deputada Solange.

Estes os motivos de satisfação e orgulho do meu Estado do Tocantins e da nossa capital que me trouxeram a esta tribuna hoje para levar ao conhecimento das Sr^{as} e Srs. Senadores e dos nossos ouvintes do Tocantins e do Brasil.

Eu quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que estive em Portugal há três anos e que me chamaram a atenção vans que passavam com motivos infantis, todas plotadas, com a sirene ligada e algumas músicas de crianças.

E, mesmo nos semáforos, Presidente Mão Santa, todos paravam, com o sinal verde, e deixavam essa Van passar. Isso me chamou a atenção, e eu procurei saber o que estava acontecendo. Era realmente esse trabalho que a nossa Primeira-Dama implantou agora – até foi sugestão nossa, e ela atendeu –, dessa Van que busca as crianças recém-nascidas, nas maternidades, nos hospitais, e as leva para casa. E todos respeitam a passagem dessa criança. Mesmo com o sinal aberto, deixam a preferência, porque ali vai uma criança recém-nascida.

Considero um projeto muito bom, muito interessante, e foi adotado pela nossa prefeitura através da Primeira-Dama, Solange. Por isso, sou muito grato e

muito orgulhoso de ver que as nossas autoridades realmente fazem aquilo que há de melhor em benefício dos nossos palmenses e dos nossos tocantinenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Aqui, nós temos o inscrito que tinha sido anunciado, o Paulo Duque, o Marco Maciel, que também está inscrito, e a Rosalba Ciarlini. Ela tem que pegar um avião.

Como é, Marco Maciel? V. Ex^a, que tem a sabedoria salomônica, o que devo fazer? Os dois sábios estão aqui. O Senador Paulo Duque já tinha sido anunciado, mas ele, cavalheirescamente, Rio de Janeiro, lembrando a sua encantadora esposa... Como é o nome? Consuelo. Olha, mas, a bem da verdade, eu vos digo: outro dia, eu estava ali com o nosso Paulo Duque – aliás, devia ser arquiduque, naquela hierarquia do império, promovido –, ele vendo uma revista do tempo de Getúlio Vargas, o enterro, o suicídio. Daí havia um retrato do Getúlio com uma moça danada de bonita, secretária de Getúlio – eu li na revista. Eu perguntei: quem é essa? Ele disse: minha esposa. Dona Consuelo, encantadora mulher carioca.

Por isso, ele tinha que ceder a vez a V. Ex^a, Senadora Rosalba, em respeito a Consuelo. V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Mão Santa, que preside a sessão; obrigada ao Senador Paulo Duque e ao Senador Marco Maciel, que cederam seus espaços para que eu pudesse fazer este pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Peço permissão, porque, regimentalmente, o nosso assessor de grande importância disse que temos que prorrogar a sessão.

Prorrogo por uma hora para quem quiser usar da palavra.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Vou continuar.

Como faço toda semana, também estou me preparando para retornar ao Estado, porque é de lá do nosso Estado, da nossa terrinha, ouvindo as pessoas, que trazemos idéias, sugestões para que possamos, acompanhando os trabalhos do Senado, apresentar projetos e defender ações como essa, Senador Mão Santa. Hoje volto a falar ao Brasil e a este Senado sobre a importância do trabalho do agente comunitário de saúde.

Ao meio-dia, nós tivemos uma sessão conjunta do Congresso, com o Presidente Sarney presidindo e com a presença do Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, da Senadora Patrícia, do Senador Mão Santa e de mais alguns tantos Deputados e Senadores. Nessa sessão, ao meio-dia, foi promulgada a Emenda Constitu-

cional nº 63, que abre caminho, na Constituição Federal, para que seja fixado o piso nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. Ela é oriunda da PEC nº 54, de 2009, de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Em resumo, o que cria essa emenda constitucional? Que benefícios trará aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de endemia? Essa emenda estabelece que uma lei federal fixará o seguinte: o regime jurídico desses trabalhadores, o piso salarial nacional da categoria, as diretrizes para o plano de carreira dos agentes e a regulamentação das atividades desses agentes.

A Emenda Constitucional nº 63, que foi hoje promulgada, define ainda que a União deverá prestar assistência financeira complementar a Estados, Distrito Federal e Municípios para que o piso salarial seja implantado.

Com essa emenda sancionada, criamos agora as condições para a aprovação do projeto de lei, que é o PLS nº 196, do qual fui relatora tanto na comissão como no plenário aqui desta Casa, que é exatamente o projeto de autoria da Senadora Patrícia, defendido por todos nós – principalmente por nós, Senador Mão Santa, tantas e tantas vezes, por entendermos a importância do agente comunitário e do agente de endemia – que vai consolidar a questão do piso nacional para esses trabalhadores, em um valor próximo ao dos dois salários mínimos, que é de R\$930,00.

O que mais nos preocupava – e essa era a preocupação dos prefeitos – era exatamente o pagamento, caso esse projeto do piso nacional fosse aprovado, visto que eles já passaram por uma série de dificuldades, principalmente no ano de 2009 e no início deste ano de 2010, quando, sabemos, as prefeituras tiveram grandes perdas nos repasses do Fundo de Participação e com as arrecadações em função da crise que se abateu sobre os Municípios. Então, muitos já estavam nos perguntando como fazer, no caso da aprovação do piso nacional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemia; como seria o pagamento, já que muitos Municípios não teriam condições, Senador Marco Maciel. Mas a Emenda Constitucional nº 63, que foi promulgada hoje, já define que caberá à União o repasse, fundo a fundo (Fundo Nacional de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Estadual de Saúde). Claro, serão os Municípios, porque quem arca com a ação dos agentes comunitários de saúde e dos agentes comunitários de endemias são os Municípios. Então, será feita a complementação pela União, por meio dessa *per capita*, que é passada a cada Município para as ações básicas de saúde.

Isto é fundamental: trazer para os milhares de agentes comunitários de saúde e de agentes de en-

demia a dignidade, o respeito em seu trabalho – eles saberem que vão ter o regime jurídico definido, um piso nacional definido –, e também trazer exatamente a regulamentação da categoria a esses trabalhadores, que prestam um serviço extraordinário.

Concederei já um parte ao Senador Marco Maciel.

Mas aqui há algo que me toca muito, de uma forma assim que nos emociona. Lembro que toda essa ação do agente comunitário de saúde começou pela ideia de uma mulher, uma grande mulher, uma pediatra brasileira que fez a sua parte, a sua responsabilidade social de ajudar aqueles que mais precisavam, combatendo a desnutrição e a mortalidade. Refiro-me à Dr^a Zilda Arns, que criou a figura do agente comunitário de saúde, por meio da Pastoral da Criança. Tudo começou por aí. Eu, como participei da Pastoral da Criança e tive nessa entidade, quando prefeita, uma parceira nas ações de apoio, de atenção à criança, tive a oportunidade de, muitas vezes, estar em encontros com a Dr^a Zilda Arns. Ela, inclusive, é cidadã noroeste-grandense, cidadã natalense, e eu estava presente nesse momento, que foi muito importante.

Era uma forma de agradecermos o muito que a sua ideia, a sua ação na Pastoral tinha feito ao abrir os olhos para salvar milhares de crianças na nossa cidade, no nosso Estado, na nossa Natal.

Eu lembro que, quando fui a Cuba para participar de um encontro sobre saúde da criança, foi a primeira vez que eu encontrei a Dr^a Zilda Arns, coincidentemente já no avião, em São Paulo. Nós fomos vizinhas de viagem. A partir daí, eu sempre recebi muitas informações e orientações. E ela sempre foi uma orientadora e uma figura que nos iluminava nessa questão da atenção à criança, atenção que foi estendida à mulher, à saúde da mulher. De repente, da Pastoral da Criança formou-se a Pastoral da Família. Enfim, foi algo que realmente teve essa marca da Dr^a Zilda Arns.

Concedo, com muito prazer, um aparte a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senadora Rosalba Ciarlini, antes de mais nada, eu quero cumprimentá-la pelo discurso que faz neste início da noite. Devo começar chamando a atenção pela homenagem que V. Ex^a presta, a todos os títulos, a Zilda Arns. Eu tive oportunidade de conhecê-la, talvez há duas ou três décadas, visto que ela era irmã de Dom Evaristo Arns, que foi Cardeal Arcebispo de São Paulo. Acredito que a obra que ela deixou vai merecer a devida continuidade.

E vou mais além: acho que ela deixou um exemplo que vai permitir que as ações que foram deflagradas em favor da mulher e da criança sejam devidamente desenvolvidas, daí por que não tenho dúvida em afirmar que ela, como V. Ex^a chamou a atenção, cumpriu

a missão que Deus lhe delegou aqui na Terra. Por isso, sei que ela, a essa altura, está em bom lugar. Não tenho dúvida disso, mesmo porque a caridade, como dizia o Apóstolo São Paulo, é, talvez, a maior virtude. Entre fé, esperança e caridade, a caridade é a maior, é a primeira. Zilda Arns foi justamente essa pessoa que se empenhou dedicadamente à causa dos mais carentes, sobretudo dos mais frágeis na condição social, envolvendo não somente os jovens e as crianças, mas também uma preocupação muito grande com a condição da mulher. Aproveito também, já que V. Ex^a festeja grandes conquistas para as nossas comunidades, para lembrar que não podemos deixar de estar atentos à questão da receita dos Municípios, porque, na realidade, como o Governo adotou o critério de reduzir o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre vários setores da atividade produtiva, isso teve como consequência uma perda muito grande de receita por parte dos Prefeitos.

É lógico que, em 2009, os impactos foram muito mais significativos. Naturalmente, isso fez com que alguns Prefeitos tivessem dificuldades até para pagar a folha de pessoal. Mas é bom lembrar que começamos 2010, e alguns desses cortes na cobrança de tributos, sobretudo o IPI, vão continuar a incidir sobre a receita dos Municípios. Vi uma notícia hoje...

(Interrupção do som.)

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – ... pesquisas nas quais (*Fora do Microfone*) fica evidente que neste trimestre os Municípios deverão ter uma redução de 14,1%. Ora, para os Municípios que já não estão muito bem contemplados com as transferências, agora, com esse corte neste primeiro trimestre, mais uma vez será afetada a prestação de serviços sociais, porque muitos deles foram transferidos para os Municípios.

Para concluir, eu gostaria de lembrar o seguinte: a primeira Constituição brasileira pós República, de 1891, definiu que nós éramos um Estado federal: União, Estados e Municípios. E, a partir daí, estabeleceu alguns princípios que, de alguma forma, ajudam a vida dos Municípios, sobretudo dos menores.

(Interrupção do som.)

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Mas o fato é que, até hoje, os Municípios foram considerados pela Constituição de 88 entes federativos. Daí que Miguel Reale disse, com propriedade, como grande jurista que o era, que o Brasil começou a adotar um federalismo trino. Mas o fato é que – temos de dizer, porque é a expressão da verdade – os Municípios são entes federativos mais do ponto de vista gráfico, mais do ponto de vista legal ou constitucional, mas não o são na prática, porque as transferências são muito reduzidas

para os Municípios. Então, ainda somos uma federação incompleta; somos uma federação inacabada, e é uma obra que precisamos concluir, e concluiremos, certamente, na medida em que regulamentemos alguns dispositivos da Constituição...

(Interrupção do som.)

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – ... que transfiram recursos adequados (*Fora do Microfone.*) para os Municípios. Eu encerro o meu aparte, portanto, cumprimentando V. Ex^a e fazendo votos de que continue na sua luta, que é uma luta extremamente importante em favor da descentralização do ato de governar que se opera através da primeira instância política, que é o Município. Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel, pela sua experiência, o senhor que já foi Vice-Presidente da República, já assumiu a Presidência algumas vezes, tem experiência como Senador, como ex-Governador, Secretário de Educação. O senhor aqui é, para todos nós, realmente um marco, alguém que sempre está nos orientando e ajudando. Eu quero, inclusive, agradecer, pois, quando cheguei, sem muita experiência no Legislativo, o senhor teve a paciência de nos ensinar um pouco mais. Eu vou aprender cada dia mais.

Mas, por falar...

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ... nisso – e a sua experiência nos fala – nós somos uma República Federativa (*Fora do Microfone.*), mas ainda não somos uma república federativa de verdade, para valer, até porque uma das questões, hoje, de repasse aos Municípios é muito a questão de que o Governo Federal retém, de todos os impostos e contribuições que nós, brasileiros, os trabalhadores, o povo brasileiro paga, mais de 60%, e deveria ser o inverso. E além do mais, o agravante é que, para o cálculo do Fundo de Participação dos Municípios, não entram as contribuições. O Governo criou imposto chamando de contribuição para que não entrasse exatamente nessa distribuição.

O que acontece se falta lá no Município? Quando falta no Município, falta na Nação como um todo, Senador Mão Santa. O senhor foi Prefeito, foi prefeitinho, como o senhor gosta de falar, lá da sua Paranaíba, foi Governador. Aí falta para toda a Nação.

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Se as cidades estiverem (*Fora do Microfone.*) fortes, se estiverem estruturadas, tendo assistência à saúde, uma boa educação, tendo condições de gerar oportunidades, ah, meu Deus do céu, esse Brasil realmente

seria o Brasil que todos nós sonhamos: forte, seguro, com saúde, com os direitos do cidadão realmente assegurados!

Mas para falar em direitos, eu quero aqui, para finalizar, Senador Mão Santa, dizer que a promulgação da Emenda Constitucional n^o 63 – eu espero que tenha ficado bem claro – criou as condições exatamente para o PLS n^o 196, do qual eu fui Relatora aqui, no Senado, que dá condições a que realmente possamos ter a definição do piso nacional para os agentes comunitários. Agora, onde é que está esse PLS? Passou no Senado, passou nas Comissões e está na Câmara desde setembro de 2009.

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Nós aqui queremos fazer um apelo (*Fora do Microfone.*) ao Presidente Michel Temer, da Câmara: que agilize a votação na Câmara para que ele possa realmente vir a valer. e, com isso, o PLS n^o 196, que estabelece o seguinte: o piso nacional, que será de R\$930,00, praticamente dois salários mínimos, será implantado progressivamente no decorrer de 12 meses; o piso salarial será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, pelos índices oficiais de inflação do ano anterior; a União deverá prever no Orçamento o repasse financeiro aos Estados e Municípios, para garantir o piso salarial, e a jornada de trabalho será de no máximo 40 horas semanais.

A formação dos agentes comunitários de saúde, dos agentes comunitários de endemias deverá ser de nível médio, não se aplicando essa exigência àqueles que já estão no exercício da profissão, porque aqueles que já estão há nove, dez, doze anos no exercício da profissão já estão assegurados, mesmo que não tenham o 2^o grau. Mas, a partir de agora, com a lei sendo aprovada lá na Câmara e entrando em vigor, será necessário que tenha o 2^o grau.

Por que o 2^o grau? Porque são pessoas que estão em contato na sua comunidade com pessoas que necessitam de atenção especial e de orientação com relação à saúde. Então, quanto mais essas pessoas estiverem capacitadas e tendo o 2^o grau – muitos que têm o curso de Auxiliar de Enfermagem, porque só pode fazer Técnico de Enfermagem com o 2^o grau – poderão também ser agentes comunitários com um salário digno, dando a grande contribuição, fundamental para a saúde da população como um todo e, principalmente, fundamental para a saúde da criança, começando com os cuidados da criança ainda no ventre materno. Porque esse é um trabalho que o agente comunitário de saúde faz, acompanhando as gestantes nas suas comunidades, dando-lhes informações impor-

tantes e também acompanhando o desenvolvimento das crianças.

Era isso que eu queria colocar neste dia que foi de muita alegria, porque ainda não vencemos a guerra, mas já vencemos mais uma batalha, uma batalha que, tenho certeza, será fundamental para a valorização, o reconhecimento e a dignidade do agente comunitário de saúde, a quem eu quero aqui trazer as minhas homenagens, o meu reconhecimento, porque fui prefeita três vezes. E, como prefeita, eu sei o quanto foi importante o trabalho que eles tinham dentro da equipe do Programa Médico de Família, até porque foi implantado o primeiro grupo de agentes comunitários de saúde, Senador Mão Santa. Ainda não existia o programa nacional, mas, com a visão da pediatra de periferia, de quem via necessidade nos bares e conhecendo a experiência que tinha sido implantada no Ceará, pela Universidade Federal do Ceará, eu copieei, sim, essa idéia e trouxe para a minha cidade e lá implantei o primeiro grupo com 50 agências totalmente às custas do Município. E é um grande benefício, porque, quanto mais nós fizermos saúde preventiva, quanto mais nós tivermos atenção materno-infantil, mais ganha o Brasil, porque nós vamos ter uma população mais forte e mais saudável e o custo saúde será cada vez menor, com certeza, porque as doenças serão evitadas, serão reduzidas, serão detectadas precocemente.

Então, era isso que eu queria aqui colocar, dizendo, mais uma vez, da importância que é, Senador Mão Santa, esse trabalho que nós, médicos, aqui no Senado, e V. Ex^a tem sido fundamental na defesa também de todas essas questões ligadas à saúde, ao lado dos demais colegas médicos.

Senador José Agripino, concedo, com a sua permissão, Senador Mão Santa, porque vi que o tempo aí já estourou algumas vezes, e V. Ex^a tem sido paciente, ao Líder do nosso partido, ao grande Líder do Rio Grande do Norte, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senadora Rosalba, quem fez o trabalho que V. Ex^a fez, como Relatora dessa matéria a que se refere, e que diz respeito aos agentes comunitários de saúde e que, a partir da matéria aprovada, estão com o horizonte aberto para o estabelecimento de um patamar salarial, tem direito a estourar o tempo que quiser porque foi um trabalho duro, longo, que só foi obtido por pertinácia de alguns, entre os quais V. Ex^a. E eu não poderia deixar de estar aqui para, como seu conterrâneo, como Líder do nosso partido, manifestar o nosso orgulho pela presença de V. Ex^a nos nossos quadros partidários, dar essa contribuição aos agentes comunitários de saúde, que são figuras importantíssimas dentro da estrutura administrativa do País, principalmente no que diz respeito à

saúde preventiva do povo brasileiro, no combate à mortalidade infantil, no combate às doenças endêmicas, no combate às doenças que vitimam o povo do Brasil. São figuras simples, modestas e que trabalham com muita dedicação. São servidores públicos exemplares.

V. Ex^a, como eu, conhece muitos deles porque tem contato direto com a ação individual de cada um deles e tem apreço pessoal pela categoria e por essas figuras que significam para o Brasil uma coisa muito importante. O agente comunitário de saúde é um servidor público que, ao longo do tempo, conquistou um espaço que teve, ao final, pela lei que foi promulgada, mas pela sua capacidade de mostrar serviço. E quem ganhou essa parada foi a capacidade de mostrar serviço pelo que fez pelo Brasil o agente comunitário de saúde. Parabéns a V. Ex^a e aos agentes comunitários de saúde do Brasil.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito obrigada, Senador José Agripino. V. Ex^a sabe que, como eu vinha falando, nós já ganhamos uma batalha. Para que possamos dizer que ganhamos essa guerra de valorização e de reconhecimento do agente comunitário é preciso que a Câmara vote um projeto que nós já aprovamos aqui, por unanimidade, quando foi terminativo aqui no Senado e que eu relatei, a Câmara vote, está lá desde setembro de 2009. Quero pedir ao senhor, como Líder, e também aos demais Líderes dos outros partidos desta Casa para que possamos fazer com que se agilize essa aprovação. É importante, é algo fundamental e que nós vamos continuar aqui, permanentemente, na defesa, para que possamos ver os agentes com a tranquilidade do seu salário e do reconhecimento da sua profissão.

Só para finalizar, Senador Mão Santa.

Senador Paulo Duque, estou terminando. Muito obrigada a V. Ex^a, que me cedeu o seu espaço. Estou terminando em um minuto.

Ontem, na Comissão, na qual o senhor estava presente, nós tratávamos da mortalidade materna. O Brasil tem essa mancha. Não entendo por que o Governo Federal, o Ministério da Saúde não implanta um programa, de forma decisiva mesmo, com vontade de resolver e dar apoio à questão do acompanhamento do parto, da estruturação das maternidades, com mais maternidades pelo interior, porque há uma deficiência imensa que faz com que o Brasil seja um dos países onde o índice de mortalidade materna é um dos maiores. Isso é vergonhoso! Isso é algo que nos deixa indignados! Uma mulher morrer de parto, Mão Santa, uma mulher morrer como consequência de uma complicação pós-parto é algo que dói na gente. Não se admite mais isso no mundo moderno, num País em que o Governo fica anunciando que tudo está melho-

rando. Basta levantar essa questão, porque o aceitável não é o ideal.

Pela Organização Mundial de Saúde, são 20 mortes para cada 100 mil crianças nascidas vivas. No caso das mulheres, a cada 100 mil partos no Brasil, o número de mortes passa de 70. Para ser mais exata, se não me engano, em 2006, chegava a 73. Isso é algo que dói. Esta Nação tem recursos para a saúde, sim, e a saúde começa quando a vida começa. Começa na gestação, começa exatamente nesse momento divino, sagrado. A primeira esposa do Presidente Lula morreu de parto. Então, não se admite mais que, neste Brasil, até pela experiência, pela experiência, pela sensibilidade e pela dor que ele passou, que não se coloquem mais recursos na saúde. Recursos na saúde,

Senador Paulo Duque, não são gastos, mas investimentos, porque investir na vida e defender a vida é o mais importante para fazer que esta seja a Nação de um povo forte e dinâmico, porque esse povo é bom e merece ser respeitado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Meus votos de boa viagem para Rosalba Ciarlini. Ontem, ela presidiu a Comissão de Assuntos Sociais; e fui Relator dessa lei que vai minimizar a mortalidade infantil em nosso País.

Agora, o Secretário Executivo João Pedro nos apresenta o expediente.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 35, DE 2010

Nos termos do Art. 160 cumulado com o Art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Período do Expediente da Sessão Ordinária do dia 10 de fevereiro de 2010, quarta-feira, seja dedicado a marcar a mobilização e as atividades do 1º Dia e 1ª Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, estabelecidos pela Lei 12.064, de 29 de outubro de 2009.

Requeiro ainda sejam convidadas para a referida Sessão as autoridades e representantes de entidades ligadas aos direitos humanos no Brasil, cuja lista segue em anexo.

Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 2010

Senador JOSÉ NERY - PSOL-PA

JUSTIFICATIVA

No último dia 29 de outubro, foi sancionado o Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2007, de nossa autoria, que deu origem à Lei 12.064/2009, a qual cria o Dia e a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, instituindo o dia 28 de janeiro como marco do primeiro.

Nossa motivação para a proposição da referida matéria foi a necessidade de chamar a atenção de toda a sociedade brasileira para esse gravíssimo problema, essa vergonha nacional, que, inconcebivelmente, ainda persiste em nosso país, vitimando milhares de trabalhadores, submetidos a condições totalmente desumanas de trabalho. Lamentavelmente, apesar do aumento de denúncias feitas ao Ministério do Trabalho e Emprego, à Comissão Pastoral da Terra e a outras entidades de defesa dos trabalhadores, e inobstante o aumento da fiscalização dos órgãos competentes, não temos constatado o recuo da prática desse crime gravíssimo, que atenta contra os mais elementares direitos do ser humano. Além de chamar atenção, pretendíamos, durante essa semana, que fossem discutidas e buscadas soluções efetivas para a erradicação desse terrível flagelo.

Dessa forma, como resultado da união de várias autoridades e entidades de defesa dos direitos humanos, entidades jurídicas, sindicais e associativas, foram realizadas várias atividades em todo o país para marcar a semana de mobilização em favor dessa causa. Apenas para citar alguns exemplos de atividades envolvendo esse tema, foi realizada uma Oficina no Fórum Social Mundial Temático de Porto Alegre, que contou com a presença do Ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria dos Direitos Humanos; foi realizado um Ato em frente ao Supremo Tribunal Federal, organizado pelo SINAIT e com a participação de várias outras entidades, com vistas a sensibilizar as autoridades judiciárias para a impunidade no processo de julgamento dos fiscais assinados em serviço há seis anos na Chacina de Unai; em Belém, foi realizado um grande Ato com a presença de várias autoridades e artistas locais para conclamar a sociedade a se engajar na campanha de assinaturas pela aprovação da PEC 438/2001, que visa expropriar as terras onde, comprovadamente, forem constatados casos de trabalho escravo.

Dessa forma, considerando a importância do tema e a necessidade de obter mais adesões e, especialmente, de engajar os senhores senadores e senadoras, deputados e deputados, nessa árdua, porém necessária e urgente luta, propomos a realização da presente sessão especial, na expectativa de que este importante tema faça parte da agenda prioritária do Congresso Nacional do ano de 2010, para que consigamos finalmente reverter essa tragédia que desumaniza tantos trabalhadores e envergonha a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Vamos colocar em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 20, de 2010, do Senador Paulo Paim e de outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a comemorar o Dia do Comerciante, a realizar-se no dia 22 de março de 2010.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo à mão do Secretário Executivo João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 23, de 2010, do Senador Inácio Arruda e de outros Senhores Senadores solicitando a realização de sessão especial destinada a comemorar o centenário do nascimento do cantor e compositor Noel Rosa, a realizar-se no dia 13 de dezembro de 2010.

Em votação o requerimento do Senador Inácio Arruda para comemorarmos o centenário de Noel Rosa.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo à mão do Secretário Executivo João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Na lista de oradores inscritos, chamamos com muita satisfação o Senador Paulo Duque; depois, como último inscrito, nós temos o Senador de Rondônia Acir Gurgacz.

O Senador Paulo Duque traduz a grandeza deste Senado. Ele é um dos Parlamentares mais experientes deste Brasil. Ele, desde Vereador, quando iniciou a sua vida política, hoje é, sem dúvida nenhuma, um dos Senadores da República mais influentes e preside, com muita firmeza, muita competência, a Comissão de Ética do Senado da República.

V. Ex^a poderá usar pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Luiz Fernando Souza, meu querido Mão Santa, eu quero, primeiro, cumprimentar o nosso Senador de Rondônia que está fazendo aqui a sua estreia, acho, hoje, o Senador Acir Gurgacz, que tive o prazer de conhecer agora, neste momento, cumprimentá-lo, saudá-

lo e desejar a S. Ex^a uma grande atuação parlamentar. E tenho certeza que irá conseguir.

Os assuntos são tantos, Sr. Presidente, e V. Ex^a, com aquela paciência e sabedoria que Deus lhe deu, são tantos que as vezes fico pensando: mas será que vou cansar tanto ainda o meu amigo Presidente? Mas ele resiste, ele mostra ao País, o País todo estava nos ouvindo, milhares de homens, mulheres que gostam da política, e estão nos acompanhando neste momento, que eu vou impor esse sacrifício a V. Ex^a.

la falar hoje sobre a Petrobras que está tão atacada, tão falada, tão em evidência, tão levemente dita não só aqui, mas fora, na Câmara também, Câmara de Vereadores, essa empresa. Onde V. Ex^a estava em 1954, Presidente? V. Ex^a deveria ser um estudante e estaria no Piauí em 54. Pois foi em 54 exatamente que a Lei 2004, que criou a Petrobras, foi sancionada pelo Presidente Getúlio Vargas que enviou para o Congresso uma mensagem que foi muito debatida, muito questionada e que, no final, foi um

Deputado da UDN antiga, Bilac Pinto, foi um grande Deputado por sinal, de Minas Gerais, em que apresentou um substitutivo que foi aprovado, e criou-se, então, a Petrobras, rígida, depois de uma campanha séria, da estudantada do Rio de Janeiro, porque a capital era no Rio de Janeiro. Depois de uma campanha no Clube Militar, no Clube Naval, com o General Heitor de Carvalho, General Hildebrando Horta, e, sobretudo, chefiada por um ex-Presidente da República chamado Artur Bernardes, que era Deputado Federal e que governou este País de 1922 a 1926.

Estamos dando uma pequena volta no passado, que V. Ex^a terá certamente que fechar os olhos, lentamente, pausadamente a fim de mergulhar no passado, que estou tentando incumbir a Mesa Diretora.

Mas, constituída por lei a grande empresa a Petrobras, Getúlio estava muito desgastado na época, muito atacado pela imprensa, ele escolheu para presidir o órgão um antigo tenente de Realengo, da Escola Militar de Realengo, que à época já estava reformado, já era Coronel. Foi Deputado, Governador da Bahia. Nasceu no Ceará, mas fez toda a campanha política dele na Bahia, que foi Juracy Magalhães. Juracy Magalhães presidiu a Petrobras de abril de 54 até setembro de 54, 9 meses, por aí. Por que setembro? Porque em agosto de 54 Getúlio, dramaticamente, deu um tiro no coração. Tivemos, então, na América do Sul o segundo Presidente que se suicidou. Primeiro, Balmaceda, no Chile, depois Getúlio, em 1954.

Então, a Petrobras nasceu assim. De lá para cá, ela já teve 33 presidentes. E eu quero homenagear essas pessoas que deram a sua inteligência, seu suor,

seu sangue e sua luta em favor da Petrobras e que hoje já se foram, não estão mais entre nós.

O segundo presidente foi Artur Levy, já aí no Governo Café Filho e Nereu Ramos.

Café Filho foi deposto, V. Ex^a lembra, e em seguida assumiu a Presidência Nereu Ramos, que era o Presidente do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – De Santa Catarina.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – De Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Governou por 90 dias e garantiu a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Exatamente. Veja V. Ex^a como os nossos pensamentos estão se entrecrocando aqui, em favor do Senado.

Juracy foi Senador muito tempo, Nereu Ramos foi Senador muito tempo. Depois entra Juscelino, escolhe Janari Nunes, se não me engano, lá do Amapá, lá do norte, V. Ex^a conhece melhor do que eu. Depois de Janari vem Idálio Sardenberg, e, com Jânio Quadros, Geonísio Barroso. Já estou em Jânio Quadros. Já a capital estava aqui.

João Goulart assume porque Jânio Quadros renuncia no Dia do Soldado, 25 de agosto de 61. Jânio renuncia e o Vice-Presidente estava na China. Hoje em dia todo mundo vai à China. Agora mesmo o Senador, meu querido colega, falou: estive dez dias na China. Mas, naquela época, ir à china e voltar era uma parada.

E dizem que Jânio, diabolicamente, teria dado uma missão ao seu Vice-Presidente, João Goulart, para ir à China negociar empreendimentos para o País, e renunciou no dia 25 de agosto, depois da cerimônia. Chamou o Oscar Pedroso Horta, mandou uma cartinha para o Senado, aqui mesmo, presidido por...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Auro de Moura Andrade aceitou de imediato.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Auro de Moura Andrade, em vez de esconder a carta, rasgá-la, guardá-la no bolso, porque a crise de um país cujo Presidente renuncia é uma coisa muito séria, é como se fosse um suicídio sem ser um suicídio. Mas, imediatamente, quando o Senador de São Paulo viu aquilo ali – poxa, estamos com um Presidente novo aí –, leu logo a renúncia, que é um ato unilateral. Presidência vaga, empossou imediatamente Ranieri Mazzilli, que era o Presidente da Câmara Federal. Foi assim. V. Ex^a sabe disso. E aqui, palco histórico, o Auro de Moura Andrade devia estar sentado na sua cadeira e deve ter lido daí a renúncia de Jânio Quadros. Veja como a coisa funciona.

Nomeou. Houve aquela grande negociação que só os políticos é que podem fazer, sabem fazer e que devem fazer quando está em jogo a pátria. Transformou-se o País em uma espécie de regime parlamentarista, e pôde assumir o Sr. João Goulart. Isso em 1962.

Confesso a V. Ex^a... Onde estava V. Ex^a naquela época? Já governava?

O Sr. Presidente (Mão Santa. PSC – PI) – Eu estudava Medicina no Ceará.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Estudava medicina no Ceará. Eu já era Deputado. O Governador do meu Estado, Carlos Lacerda, sem dúvida nenhuma o maior orador político que o País já teve.

Pois bem, João Goulart escolheu acho que um parente desse Mangabeira, que esteve há pouco aí, Francisco Mangabeira, irmão do João Mangabeira. Depois escolheu Albino Silva. Depois escolheu Osvino Ferreira Alves, general que comandava o 3º Exército, lá no sul, e que ajudou a garantir a posse dele na Presidência.

Mas aí vem 64. Muitos negam. Dizem que foi golpe. Eu não acredito em golpe. Acredito que foi mesmo uma revolução.

Eu acredito mesmo que tenha sido uma revolução, pois eu estava lá no Rio de Janeiro e vi de perto isso. E muda tudo. Sai Osvino Alves, mas entra outro militar para a Petrobras, o Marechal Adhemar de Queiroz, militar respeitabilíssimo, grande figura.

Demitido em 66, com Castelo Branco, Presidente, assume Irnac Carvalho de Amaral, que era diretor da Petrobras. Um técnico, arqueólogo, que conhecia o assunto.

Já com Costa e Silva, após a saída do Presidente Castelo Branco, em 69, assume Arthur Candal da Fonseca. Depois, o Marechal Levy Cardoso.

Veja que eu já estou no 12º Presidente da Petrobras!

Veio uma junta governativa provisória em 69, quando Costa e Silva faleceu. V. Ex^a, que é médico, sabe que houve aquela complicação cardiovascular. O fato é que ele morreu.

E, para não criar um grande clima de luta que há sempre entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, uma junta assumiu por um certo tempo e concordou em chamar para presidir o País o General Médici, que, imediatamente, chamou o General Ernesto Geisel, em quem ele confiava muito para ser o Presidente da Petrobras. Até agora, vejam só, eu só tenho citado nomes de alta responsabilidade, alta respeitabilidade. A Petrobras foi dando certo, teria que dar certo, não poderia falhar de forma alguma, quanto menos se falar na Petrobras, em irregularidade, em CPI de Petrobras, e pá, pá, pá... Isso não adianta nada, porque nada vai

segurar a grandeza e a prosperidade dessa empresa, uma das maiores do mundo, de valor incalculável, Sr. Presidente.

Eu estou fazendo uma homenagem a esse pessoal. Ela não nasceu de repente. Ela foi crescendo, crescendo, crescendo. Depois de Geisel na Petrobras, vem aí o Floriano Peixoto Faria de Lima, que, posteriormente, veio a ser o primeiro Governador da fusão dos dois Estados, da Guanabara e do antigo Estado do Rio; Araken de Oliveira substituiu Faria Lima; um nome em japonês, complicado, que eu não sei pronunciar – Shigeaki Ueki – e V. Ex^a também não sabe. Ueki foi Presidente da Petrobras; Thelmo Dutra de Rezende – isso tudo com João Figueiredo como Presidente.

Finalmente, quando José Sarney assumiu a Presidência, o nosso atual Presidente do Senado, teve o bom senso de chamar para lá Hélio Beltrão, que foi uma grande figura, um Ministro de grande sabedoria, carioca, um dos poucos cariocas que a Petrobras teve.

Nessa fase de Sarney, foram Presidentes da Petrobras Ozires Silva, Armando Coelho, Orlando Galvão Filho e Carlos Sant'Anna. Aí entrou na Presidência da República, por uma votação espetacular, nosso colega Fernando Collor de Mello, que teve a ocasião de nomear para a Petrobras quatro pessoas diferentes, quatro técnicos, todos muito bons. Vou citá-los: Luís Octavio Carvalho da Motta Veiga – mas não é esse Luís Otávio aí não –, Eduardo de Freitas Teixeira, Alfeu de Melo Valença, Ernesto Teixeira Weber. Todos engenheiros. Estamos ainda na Presidência de Fernando Collor. Já citei quatro que ele nomeou.

Mas vou citar o 33º, que é o último: Sérgio Gabrielli. É bom o Sérgio Gabrielli? É eficiente o Sérgio Gabrielli? Sem dúvida alguma. Tem feito grandes realizações, sobretudo no meu Estado. Começou lá atrás na Petrobras, com uma refinaria, duas. Hoje nós já temos 13 refinarias de petróleo. E estamos construindo no momento quatro, tudo isso na administração do Sérgio Gabrielli, com Lula, porque, diante do Sérgio Gabrielli foi o Dutra, que também foi um bom Presidente da Petrobras. Foi Senador por Sergipe e hoje foi escolhido novo Presidente do PT, José Eduardo Dutra. É o nome dele.

Como V. Ex^a já está me aturando há algum tempo, com essa sua paciência de Maomé, dos sábios, dos pensadores, eu que tinha uma grande vontade de terminar o discurso, falando mais sobre a Petrobras, sobre o famoso relatório Walter Link.

Em homenagem a V. Ex^a, só em homenagem a V. Ex^a, que sei que tem compromissos talvez com avião, sei que tem compromissos talvez com Dona Adalgisinha, a bela Adalgisinha, a delicada Adalgisinha, eu vou começar me despedir desta tribuna. Mas já me

comprometo com V. Ex^a que amanhã, se V. Ex^a me garantir pelo menos uma hora de tempo aqui nesta tribuna, eu estarei aqui às nove horas. E faço um pacto com V. Ex^a: termino com a Petrobras e amanhã estarei aqui sem cansar mais ninguém, dando liberdade aos funcionários e depois quando se quer falar ...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ – ...quando se quer falar em pagar e quando se quer classificar um pouquinho os funcionários porque trabalham depois da hora, às vezes, fazem vigília, somos criticados, a imprensa mete o pau, tem sempre aqueles que acham que é exagero, e não é não, porque o Senado é um órgão diferente.

Quando V. Ex^a diz que aqui no Senado estão os pais da Pátria, V. Ex^a tem razão. Isto aqui não é emprego, estamos de passagem rapidamente, de passagem, e, para conquistar o mandato no Senado, são eleições majoritárias, diretas, difíceis, daí por que, Presidente Mão Santa, daí...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – ...por que eu e V. Ex^a, na hora de defender o atual Presidente da Casa, não hesitamos em dar todo o nosso esforço, porque não se pode cassar um Senador da República que chegou aqui, conquistou o mandato pelo seu Estado não por meras firulas, nhem, nhem, nhem e coisas menores.

Muito obrigado a V. Ex^a. Não vou usar as quatro horas de que V. Ex^a há pouco tempo me falou. Muito teria ainda a discorrer, mas estou curioso e estou ansioso para ouvir o nosso querido Senador Acir, de Roraima, veio de longe...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Rondônia.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Rondônia, olha só, na fronteira da Venezuela. Não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Ele tem uma empresa de transporte que anda toda a Amazônia.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Então, é uma beleza. Tínhamos que nomeá-lo logo Presidente da companhia que vai fazer o trem-bala.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância, pela delicadeza de ter me concedido o tempo indispensável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Acabamos de ouvir o Senador da República Paulo Duque. Ele representa o Rio de Janeiro. É uma das vidas políticas mais belas do Brasil. Começou como Vereador,

em 1954. Quando o Brasil perdeu o Presidente Getúlio Vargas em agosto, era secretária dele uma encantadora brasileira, Consuelo, que veio a se casar com o então Deputado Estadual e hoje Senador Paulo Duque. Ele é o PMDB e nesta Casa é o Presidente da Comissão de ética e Decoro Parlamentar. Pela sua sabedoria e firmeza, este Senado cada vez mais se aprimora e é, sem dúvida, a instituição mais séria do País.

Aqui nós somos um povo. Esses três Poderes apelidados por Montesquieu, eu os transformo, na minha humildade, em instrumentos da democracia, entendendo que o poder é o povo, que tem de ser respeitado.

E nós somos a Casa desse povo, que não pode, nessa modernidade democrática... que deixou de ser a democracia direta da Grécia, da Praça Ágora, para ser a democracia representativa. E nós somos o povo. São equipotentes os Poderes. Aqui é a Casa da sabedoria. A outra é a da Justiça, que é uma inspiração divina, mas é feita por homens que podem errar e, às vezes, erram, e o Poder Executivo constrói as obras.

Passamos a palavra ao Senador que representa o Estado de Rondônia Acir Gurgacz. Um empresário de sua construiu por meio do trabalho...

Nunca antes ninguém descreveu tão bem a Petrobras, os sonhos dos antepassados, as ações, citando um por um os 35 Presidentes da Petrobras. Então, V. Ex^a, Senador Paulo Duque, ensinou ao País a grandeza e o amor que temos que ter pela Petrobras.

Com a palavra o Senador de Rondônia.

O SR. ACIR GURCACZ (PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, colega Senador Paulo Duque, após a sua manifestação sobre democracia, Presidente, ressalto que muito me honra fazer parte desta Casa, que é muito importante para a nossa democracia, para a democracia brasileira, para o desenvolvimento do Brasil, para o desenvolvimento do nosso País. Só por meio da democracia vamos conseguir fazer com que o Brasil chegue aonde queremos que ele chegue: ao Primeiro Mundo.

E que chegue forte.

É lamentável vermos o ano de 2010 começar com várias enchentes e desmoronamentos nas Regiões Sudeste e Sul do nosso País.

No meu Estado, Rondônia, estamos vivendo uma epidemia de dengue como nunca tínhamos visto antes. Desde 1997, quando os primeiros casos de dengue começaram a ser notificados no Estado, temos vivenciado situações críticas, configurando-se uma enorme preocupação dos agentes sanitários do meu Estado. Segundo o último boletim divulgado pela Secretaria de Estado de Saúde de Rondônia, observamos que

existe uma intensa infestação do mosquito *aedes aegypti*. Em comparação com as três primeiras do ano anterior, o mês de janeiro de 2010 supera muito a incidência de pessoas infectadas. Neste ano, já foram registrados 8.597 casos contra 511 do ano passado, com 16 óbitos até dois de fevereiro, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Temos observado que o Governo Federal tem investido milhões de reais para projetos de combate à malária e à dengue em Rondônia e em todo o País sem, contudo, reverter esse triste quadro. Cada vez mais, temos observado um número maior de casos de dengue pelo país afora, principalmente nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia e Acre. Diante disso, Sr. Presidente, urge que o Governo Federal, por meio do seu órgão próprio, do Ministério da Saúde, promova uma ação descentralizada, um programa de combate à dengue. Isso em conjunto com o Estado e os Municípios, aportando recursos e meios operacionais que viabilizem o pleno combate à doença.

No Estado de Rondônia, Srs. Senadores, Sr. Presidente, sobretudo porque a rede hospitalar pública e particular não vencem a demanda. Trata-se de verdadeira epidemia. Sem o esforço conjunto do Governo Federal, estadual e municipal, e da própria população, o mosquito vencerá essa batalha, o que precisa ser evitado. O povo do nosso Estado é sofrido devido à malária, às endemias próprias da selva amazônica, e agora devido à dengue, que também está matando a população.

Assim, conclamo o Ministério da Saúde a determinar ações de ajuda a Rondônia, para que possa ocorrer um combate ostensivo ao mosquito transmissor da dengue, bem como a capacitação e o aumento do número de médicos e enfermeiros na rede hospitalar pública e de leitos nos nossos hospitais.

Trata-se, Sr. Presidente, Sr. Senador, de uma emergência. Vidas humanas estão em risco constante. É o terremoto do mosquito transmissor da dengue, que acomete a população sofrida e trabalhadora de Rondônia. A ação é emergencial, a ação é para já, mas ação efetiva e duradoura. O programa de combate tem que se estender continuamente. Não podemos, em todo ano chuvoso,

ficar à mercê da epidemia. Precisamos trabalhar para banir esse mal que assola a população do nosso Estado de Rondônia.

Esse era o assunto importante, Sr. Presidente, que eu tinha para abordar, que realmente está afetando a população do nosso Estado e que precisa realmente de uma atenção especial do Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, juntamente com as

prefeituras municipais. Também é importante o apoio da população, porque grande parte do combate ao mosquito transmissor da dengue depende do modo de vida, da qualidade de vida, da população, tem muito a contribuir para o combate a esse mal que preocupa a própria população.

Portanto, Sr. Presidente, muito obrigado, mais uma vez. Espero continuar os nossos trabalhos na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É com grande satisfação que registro a presença na tribuna de honra do grande líder do PMDB do Piauí. Ele, por duas vezes, presidiu o PMDB Jovem e é hoje do PMDB Sindicato. É filho do extraordinário homem público Dr. Magno Pires. É advogado, servidor do nordeste, foi ligado à Sudene, à Procuradoria-Geral, é escritor e é da Academia de Letras. Tive a honra de tê-lo como Secretário de Administração do meu governo, com muito orgulho. Hoje ele serve no Estado do Maranhão, dinamizando e modernizando a Prefeitura de Timon, junto a Prefeita, a professora Socorro, do PMDB, cujo esposo é o brilhante Deputado Federal Sétimo, também do MDB.

Quanto ao Henrique Pires, eu sei que ele veio à Convenção do Partido, do PMDB, que eu com muita angústia, com o coração partido, tive que deixar, porque ele estava entregue ao Partido dos Trabalhadores no meu Estado e não foi assim que eu sonhei o PMDB. Eu sonhei junto com Ulysses Guimarães, que está encantado no fundo do mar. Ele dizia: “Faltando a coragem, faltam todas as virtudes”. E ele teve a coragem, em 1974, de ser candidato a Presidente da República. Atentai bem: 1974. Trinta e cinco anos depois, esse Partido de tantos sonhos, esse Partido vive de sonhos de Ulysses, de Tancredo que se imolou, de Ramez Tebet que aqui também se imolou defendendo-o. Teotônio Vilela, que nos inspira, disse que o Parlamento deve resistir falando e falar resistindo. Então, nós, que também em 1972 empunhávamos uma bandeira do PMDB junto com Elias Ximenes do Prado, em 72, antes de Ulysses, na ditadura, conquistávamos a Prefeitura de Parnaíba.

Então, o Henrique é um irmão camarada e eu tenho a gratidão de muitos combates. Por esse grandioso Partido, o povo do Piauí me fez duas vezes governar aquele Estado e me mandou para cá, para o Senado da República.

Amanhã também é o dia do Piauí. Dia 6 de fevereiro faz trinta anos que este País perdeu Petrônio Portella. Eu amanhã farei um pronunciamento e quero dizer que fui recrutado para a política por Petrônio Portella e por seu irmão Lucídio Portella. O meu gabinete só tem retrato de três falecidos: um é o santo, o Papa

João Paulo, quando me abençoava e à Adalgisa, em 1995, convidado pelo Padre Toninho representando a Igreja Católica; o outro é Petrônio Portella, eu muito novo e ele, vamos dizer, persuadindo-me para que eu ingressasse na política. E eu vi Petrônio Portella fazer a transição democrática, a anistia – isso que querem conturbar – a anistia sem truculência, na paz e que garantiu a redemocratização. Seria Presidente da República Tancredo Neves. Ia ser seu Vice-Presidente. Ele era meu confidente. Seria, num colégio eleitoral, o PDS junto com o PP, e ganharia o PMDB e ele seria, mas Deus o levou para o céu, e o mesmo bom Deus o trouxe aqui para representá-lo na grandeza e na bravura do povo do Piauí. Amanhã, dia 6, trinta anos de morte de Petrônio, amanhã, em nome do Piauí grandioso, em nome do Piauí de vergonha, em nome do Piauí de coragem, eu farei o meu pronunciamento em homenagem a Petrônio Portella, que foi do

Poder Executivo com muito brilho, deste Poder Legislativo – que duas vezes presidiu – e do Poder Judiciário, que é um exemplo para todo o Piauí e para o Brasil.

Deste Senado da República, que presido neste instante, quero dizer que temos muito a comemorar. Estão aqui os dois brilhantes Secretários Executivos: José Roberto e João Pedro. Tivemos a quarta sessão legislativa ordinária da 53ª Legislatura. A democracia tem de ser equípote. Enganam-se os outros que pensam que passarão como um trator por aqui. Somos o povo, somos filhos do voto e da democracia. Nós é que representamos o povo, nós é que somos julgados pelo soberano povo. Quero dizer, então, com a emoção de presidir esta Casa, que hoje o Congresso Nacional, ao meio-dia, realizou uma sessão conjunta. Aqui se trabalha, e muito. Cheguei a esta Casa às 8h30min. Paulo Duque estava lá na Secretaria de Infraestrutura, presidida pelo ex-Presidente Collor. Depois, fomos à Comissão de Direitos Humanos, na qual relatei um projeto de melhoria de vida para o Brasil, presidida pelo Senador Cristovam Buarque.

Sem almoçar aqui estivemos, convidado pelo Presidente da Mesa – eu não sou da Mesa do Congresso, mas pela confiança que hoje adquiri, estava secretariando, hoje, a Mesa do Congresso. E, orgulhoso, quero dizer que, às 12:00 horas, o plenário do Senado Federal aprovou a Emenda Constitucional nº 63, de 2010, que altera o §5º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional e diretrizes para os planos de carreira de agentes comunitários de saúde e agentes de combate à endemias.

Importante conquista.

E nós estivemos juntos, juntos, e quero dividir os louros dessa conquista dos agentes de saúde do Brasil, que conquistaram um piso salarial de dois salários mínimos, eles que vão promover a saúde aos mais necessitados, aos mais sofridos, com os outros deste Senado grandioso.

É preciso ressaltar que o primeiro Senado da República tinha 42 membros, Paulo Duque. Atentai bem: eram 22 da área da Justiça. Desde lá, fizeram leis boas para eles. Quanto ganha um da área de Justiça, quanto ganha a minha professorinha, o meu soldado, o meu trabalhador de salário mínimo, o médico, o engenheiro? Dez militares, Duque de Caxias. Sete religiosos, Padre Feijó. Dois médicos e dois ligados ao campo.

Hoje nós somos, pela força do povo do Brasil, seis médicos, que agiram e fizeram nascer essa conquista do agente de saúde: Rosalba Ciarlini, Mão Santa, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, Tião Viana e Augusto Botelho.

E, mais ainda, orgulhoso, quero dizer que, nesta sessão de hoje, a da Emenda à Constituição nº 64, de 2010, que altera o art. 6º da Constituição Federal, ao introduzir alimentação como direito social. A Constituição, beijada por Ulysses Guimarães, que disse que desobedecê-la é rasgar a Bandeira, em 5 de outubro de 1988, deu grandes conquistas sociais, mas nós demos hoje um passo. Atentai bem, brasileiras e brasileiros, o que é o Senado, que presido, neste instante, em nome da democracia deste País.

E, diante de Paulo Duque, que está dando um exemplo, porque está na Casa desde as 8 horas e 30 minutos – são 19 horas e 48 minutos –, sem interrupção de trabalho. Quantas horas? Atentai bem. Mas nós mudamos. Nós avançamos.

A bela Constituição cidadã – não foi assim? – de tantos homens e livros, o que dizia o Capítulo II, Dos Direitos Sociais? Eram direitos sociais. Houve muitas conquistas. Toda a Nação agradece aos constituintes. Ela dizia no seu art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Hoje nós colocamos que é direito, para introduzir alimentação como um direito social. Hoje é um direito do brasileiro. Toda brasileira e todo brasileiro, idoso e criança, hoje – respeitemos a Constituição – não pode ficar nesse Brasil sem direito à alimentação.

Com esses passos, como Senadores da República, podemos dizer e repetir aqui o que Cícero, o símbolo do Parlamento da Itália, do Renascimento, dizia: “O Senado e o povo de Roma”. Eu posso, nós podemos dizer “O Senado e o povo do Brasil”.

Para terminar e encerrar esse dia de grandeza, termino com o nosso patrono, Rui Barbosa. Ele teve a coragem de dizer isso quando Senador e tenho de fazer reviver:

“De tanto ver triunfar as nulidades,
de tanto ver prosperar a desonra,
de tanto ver crescer a injustiça,
de tanto ver agigantarem-se os poderes
nas mãos dos maus,
o homem chega a desanimar da virtude,
a rir-se da honra,
a ter vergonha de ser honesto.”
Rui Barbosa

Montaigne disse que “a Justiça é o pão que mais a humanidade necessita”. Aristóteles, no nascedouro da democracia, disse que “a coroa da Justiça [atentai bem!] brilhe mais do que a coroa dos reis.”

Esteve acima da coroa dos santos.

E eu, Senador da República que preside o Senado digo a justiça tem que nascer da verdade. Tem que ser casada com a verdade. A notícia não pode nascer da mentira.

Cristo soube dizer “bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. “Bem-aventurados os perseguidos da justiça, pois eles terão o reino dos céus”.

E eu digo: a justiça tem que nascer da verdade, porque o próprio Cristo, do Partido Social Cristão, que eu represento nesta Casa, disse: “Eu sou a verdade, o caminho e a vida”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 9, DE 2010**

(Do Senador Renan Calheiros)

Dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelos Estados e Municípios.

Art. 1º Os Estados e Municípios poderão firmar convênio com a União visando à qualificação profissional de estudantes do ensino superior beneficiários do FIES, que não estejam no mercado de trabalho, nos termos de decreto do Poder Executivo.

Art. 2º A qualificação profissional compreenderá atividades estritamente relacionadas aos objetivos do curso superior, em períodos de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, a critério da Administração.

Art. 3º A participação nos programas de qualificação profissional será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme as necessidades e prioridades da Administração.

Art. 4º O FIES, na forma do regulamento, abaterá mensalmente 1% (um por cento) do saldo devedor consolidado dos participantes no programa de qualificação, incluídos os juros devidos no período e independentemente da data de contratação do financiamento.

Parágrafo único. Não será permitido o abatimento a que se refere este artigo, quando o participante do programa de qualificação for beneficiário de outra modalidade de redução do saldo devedor do FIES prevista em lei.

Art. 5º Os participantes do programa de qualificação farão jus a bolsa qualificação, em valor equivalente:

I – a um salário mínimo, na hipótese de jornada de 20 (vinte) horas semanais;

II – a dois salários mínimos, na hipótese de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 6º A União poderá efetuar transferências financeiras aos estados e municípios, destinadas ao pagamento da bolsa qualificação de que trata essa lei.

Parágrafo único. Os estados e municípios poderão, por meio de complementação com recursos próprios, adotar valores superiores aos estabelecidos no artigo 6º desta lei.

Art. 7º O número de participantes do programa de qualificação não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de servidores ativos do ente federado.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Criado em 1999 para financiar os estudos de quem pretendia fazer faculdade e não dispunha de recursos para pagar, o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) da Caixa Econômica Federal acabou se transformando num impasse para os profissionais formados. Como nem todos conseguem emprego, imediatamente, após a conclusão do curso superior, surgem dificuldades para o pagamento das mensalidades do empréstimo contraído.

No sistema do FIES, o estudante começa a pagar o financiamento estudantil quando ainda está na universidade. A parcela é de, no máximo, R\$ 50 a cada três meses. O problema é que, mesmo com juros de 3,5% ao ano, esse valor não é suficiente para abater os juros, o que resulta no aumento do saldo devedor. É por isso que 22% dos beneficiados com o Fies estão inadimplentes.

Foi nesse contexto que o Senado Federal aprovou, em dezembro de 2009, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) n. 184, de 2009, do Deputado Gilmar Machado, que deu origem à Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010. Entre outros pontos, a Lei nº 12.2040 permite que professores em efetivo exercício na rede pública de educação básica com jornada de, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais, graduado em licenciatura e médicos integrantes de equipe de saúde da família, com atuação em áreas e regiões com carência e dificuldade de retenção desse profissional, possam abater mensalmente 1% o saldo devedor do FIES.

O objetivo da presente proposição, portanto, é possibilitar aos estudantes dos demais cursos superiores, que ainda não estejam inseridos no mercado de trabalho, a participação em programa de qualificação profissional, por meio do exercício de atividades profissionais nas administrações estaduais e municipais.

Conforme o interesse de cada Estado ou Município, a participação asseguraria uma bolsa qualificação equivalente a um salário mínimo (nas jornadas de 20 horas semanais) e de dois salários mínimos (nas jornadas de 40 horas semanais). Além disso, o participante poderá abater mensalmente 1% do saldo devedor do FIES, durante a participação no programa de qualificação profissional.

Considerando que os estados e municípios mais pobres teriam dificuldades financeiras para arcar com os custos do programa de qualificação, o projeto admite que, nos termos do regulamento, a União colabore, por meio de transferências, com o pagamento das bolsas. Os estados e municípios também poderão adotar valores acima dos definidos neste projeto, desde que utilizem recursos próprios de seus orçamentos.

Levando-se em conta que o objetivo da proposta é ampliar a qualificação dos concludentes do ensino universitário e permitir o abatimento do saldo devedor do FIES, sem comprometer a renovação dos quadros da administração pública dos estados e municípios, a proposição estabelece o limite máximo de 20% dos servidores ativos do ente, para fins de admissão dos bolsistas do programa de qualificação.

A aprovação do projeto irá beneficiar a prestação de serviços públicos relevantes para a sociedade, em razão da participação desses bolsistas de nível superior nas tarefas associados a esses serviços. Além disso, permitirá ao participante o aperfeiçoamento profissional, já que estará exercendo atividades diretamente relacionadas com sua área de formação. Por fim, colaborará para a redução das dívidas dos estudantes beneficiados pelo FIES, na mesma linha da lei nº 12.202, de 2010.

Por tudo isso, solicitamos a participação de todos os parlamentares na discussão dessa importante matéria, com vistas ao seu aperfeiçoamento e célere aprovação.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 12.202, DE 14 DE JANEIRO DE 2010

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências).

O Presidente da República Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 9º, 10, 11, 12 e 13 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria.

§ 1º O financiamento de que trata o caput poderá, na forma do regulamento, ser oferecido a alunos da educação profissional técnica de nível médio, bem como aos estudantes matriculados em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva, desde que haja disponibilidade de recursos, observada a prioridade no atendimento aos alunos dos cursos de graduação.

I – (revogado);

II – (revogado);

III – (revogado).

§ 2º São considerados cursos de graduação com avaliação positiva, aqueles que obtiverem conceito maior ou igual a 3 (três) no Sistema Nacional de Avaliação da Educa-

ção Superior – SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

§ 3º Os cursos que não atingirem a média referida no § 2º ficarão desvinculados do Fies sem prejuízo para o estudante financiado.

§ 5º A participação da União no Fies dar-se-á exclusivamente mediante contribuições ao Fundo instituído por esta Lei, ressalvado o disposto nos arts. 10 e 16.

§ 6º É vedada a concessão de novo financiamento a estudante inadimplente com o Fies ou com o Programa de Crédito Educativo de que trata a Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992.” (NR)

“Art. 2º

§ 1º

I – (Revogado);

§ 3º As despesas do Fies com os agentes financeiros corresponderão a remuneração mensal de até 2% a.a. (dois por cento ao ano), calculados sobre o saldo devedor dos financiamentos concedidos, ponderados pela taxa de adimplência, na forma do regulamento.

I – (revogado);

II – (revogado);

III – (revogado);

IV – (revogado).

§ 4º (Revogado).

.....” (NR)

“Art. 3º

II – ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, na qualidade de agente operador e de administradora dos ativos e passivos, conforme regulamento e normas baixadas pelo CMN.

§ 1º

IV – aplicação de sanções às instituições de ensino e aos estudantes que descumprirem as regras do Fies, observados os §§ 5º e 6º do art. 4º desta Lei.

.....” (NR)

“Art. 4º São passíveis de financiamento pelo Fies até 100% (cem por cento) dos encargos educacionais cobrados dos estudantes por parte das instituições de ensino devidamente cadastradas para esse fim pelo Ministério da Educação, em contraprestação aos cursos

referidos no art. 1º em que estejam regularmente matriculados.

§ 1º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

.....” (NR)

“Art. 5º

II – juros a serem estipulados pelo CMN;

III – oferecimento de garantias adequadas pelo estudante financiado ou pela entidade mantenedora da instituição de ensino;

V –

a) nos 12 (doze) primeiros meses de amortização, em valor igual ao da parcela paga diretamente pelo estudante financiado à instituição de ensino no último semestre cursado, cabendo ao agente operador estabelecer esse valor nos casos em que o financiamento houver abrangido a integralidade da mensalidade;

b) parcelando-se o saldo devedor restante em período equivalente a até 3 (três) vezes o prazo de permanência do estudante na condição de financiado;

VI – risco: as instituições de ensino participarão do risco do financiamento, na condição de devedores solidários, nos seguintes limites percentuais:

a) (revogado);

§ 1º Ao longo do período de utilização do financiamento, inclusive no período de carência, o estudante financiado fica obrigado a pagar os juros incidentes sobre o financiamento, na forma regulamentada pelo agente operador.

§ 3º Excepcionalmente, por iniciativa do estudante, a instituição de ensino à qual esteja vinculado poderá dilatar em até um ano o prazo de utilização de que trata o inciso I do caput, hipótese na qual as condições de amortização permanecerão aquelas definidas no inciso V também do caput.

§ 10. A redução dos juros, estipulados na forma do inciso II deste artigo, incidirá sobre o saldo devedor dos contratos já formalizados.” (NR)

“Art. 6º Em caso de inadimplemento das prestações devidas pelo estudante financiado, a instituição referida no § 3º do art. 3º promove-

rá a execução das parcelas vencidas, conforme estabelecida pela Instituição de que trata o inciso II do caput do art. 3º, repassando ao Fies e à instituição de ensino a parte concernente ao seu risco.

§ 1º Nos casos de falecimento ou invalidez permanente do estudante tomador do financiamento, devidamente comprovados, na forma da legislação pertinente, o saldo devedor será absorvido conjuntamente pelo Fies e pela instituição de ensino.

§ 2º O percentual do saldo devedor de que tratam o caput e o § 1º, a ser absorvido pela instituição de ensino, será equivalente ao percentual do risco de financiamento assumido na forma do inciso VI do caput do art. 5º, cabendo ao Fies a absorção do valor restante.” (NR)

“Art. 9º Os certificados de que trata o art. 7º serão destinados pelo Fies exclusivamente ao pagamento às mantenedoras de instituições de ensino dos encargos educacionais relativos às operações de financiamento realizadas com recursos desse Fundo.” (NR)

“Art. 10. Os certificados de que trata o art. 7º serão utilizados para pagamento das contribuições sociais previstas nas alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, bem como das contribuições previstas no art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

§ 1º É vedada a negociação dos certificados de que trata o caput com outras pessoas jurídicas de direito privado.

§ 2º (Revogado).

§ 3º Não havendo débitos de caráter previdenciário, os certificados poderão ser utilizados para o pagamento de quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e respectivos débitos, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, exigíveis ou com exigibilidade suspensa, bem como de multas, de juros e de demais encargos legais incidentes.

.....” (NR)

“Art. 11.

Parágrafo único. O agente operador fica autorizado a solicitar na Secretaria do Tesouro Nacional o resgate dos certificados de que trata o caput.” (NR)

“Art. 12. A Secretaria do Tesouro Nacional fica autorizada a resgatar antecipadamente, mediante solicitação formal do Fies e atestada pelo INSS, os certificados com data de emissão até 10 de novembro de 2000 em poder de instituições de ensino que, na data de solicitação do resgate, tenham satisfeito as obrigações previdenciárias correntes, inclusive os débitos exigíveis, constituídos, inscritos ou ajuizados e que atendam, concomitantemente, as seguintes condições:

.....
 Parágrafo único. Das instituições de ensino que possuam acordos de parcelamentos com o INSS e que se enquadrem neste artigo poderão ser resgatados até 50% (cinquenta por cento) do valor dos certificados, ficando estas obrigadas a utilizarem os certificados restantes, em seu poder, na amortização dos aludidos acordos de parcelamentos.” (NR)

“Art. 13. O Fies recomprará, no mínimo a cada trimestre, ao par, os certificados aludidos no art. 9º, mediante utilização dos recursos referidos no art. 2º, ressalvado o disposto no art. 16, em poder das instituições de ensino que atendam ao disposto no art. 12.” (NR)

Art. 2º O Capítulo II da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 6º-B:

“Art. 6º-B. O Fies poderá abater, na forma do regulamento, mensalmente, 1,00% (um inteiro por cento) do saldo devedor consolidado, incluídos os juros devidos no período e independentemente da data de contratação do financiamento, dos estudantes que exercerem as seguintes profissões:

I – professor em efetivo exercício na rede pública de educação básica com jornada de, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais, graduado em licenciatura; e

II – médico integrante de equipe de saúde da família oficialmente cadastrada, com atuação em áreas e regiões com carência e dificuldade de retenção desse profissional, definidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde, na forma do regulamento.

§ 1º (VETADO)

§ 2º O estudante que já estiver em efetivo exercício na rede pública de educação básica com jornada de, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais, por ocasião da matrícula no curso

de licenciatura, terá direito ao abatimento de que trata o caput desde o início do curso.

§ 3º O estudante graduado em Medicina que optar por ingressar em programa credenciado Medicina pela Comissão Nacional de Residência Médica, de que trata a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e em especialidades prioritárias definidas em ato do Ministro de Estado da Saúde terá o período de carência estendido por todo o período de duração da residência médica.

§ 4º O abatimento mensal referido no caput será operacionalizado anualmente pelo agente operador do Fies, vedado o primeiro abatimento em prazo inferior a 1 (um) ano de trabalho.

§ 5º No período em que obtiverem o abatimento do saldo devedor, na forma do caput, os estudantes ficam desobrigados da amortização de que trata o inciso V do caput do art. 5º.

§ 6º O estudante financiado que deixar de atender às condições previstas neste artigo deverá amortizar a parcela remanescente do saldo devedor regularmente, na forma do inciso V do art. 5º.”

Art. 3º O Capítulo IV da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 20-A:

“Art. 20-A. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE terá prazo de até 1 (um) ano para assumir o papel de agente operador do Fies, cabendo à Caixa Econômica Federal, durante este prazo, dar continuidade ao desempenho das atribuições decorrentes do encargo.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados o inciso I do § 1º e o § 4º do art. 2º, os §§ 1º e 3º do art. 4º, a alínea a do inciso VI do art. 5º e o § 2º do art. 10 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Brasília, 14 de janeiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva – Nelson Machado – Fernando Haddad – José Gomes Temporão.**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15-1-2010

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2010**Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Vigilante.**

O Congresso Nacional:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Vigilante, que será celebrado no dia 20 de junho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O dia 20 de junho já é uma data de grande expressividade para a categoria uma vez que esta é a data em que foi sancionada a Lei nº 7.102/83 a qual regulamentou a atividade profissional de vigilante.

O que buscamos alcançar é a valorização desta profissão e, portanto, do profissional que a exerce com o respeito crescente da sociedade com este cidadão que, em muitas localidades, tem a nobre tarefa de complementar a atividade de segurança pública.

Como todos sabem, temos pautado nossa atividade parlamentar pela valorização do trabalhador, seja pela busca de melhores condições e direitos do trabalho, seja pelo implemento de maior dignidade ao exercício das atividades laborais legalmente instituídas.

Quando peço o apoio de meus pares a instituição deste dia nacional do vigilante não inovo meu procedimento, mas tão somente busco conceder a esta categoria profissional o mesmo tratamento concedido aos demais trabalhadores deste nosso Brasil.

Entendo que realizo um sonho almejado pelos valorosos vigilantes que, empresta a própria vida em

defesa das nossas vidas e de nosso patrimônio, sabendo que a maioria dos estados já instituíram este dia estamos unificando, nacionalmente, este sentimento profissional.

Propondo o presente projeto encarecendo os bons préstimos dos meus pares no sentido de aprová-lo.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2010. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983

Regulamento

Vide texto compilado

Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 36, DE 2010

Senhor Presidente,

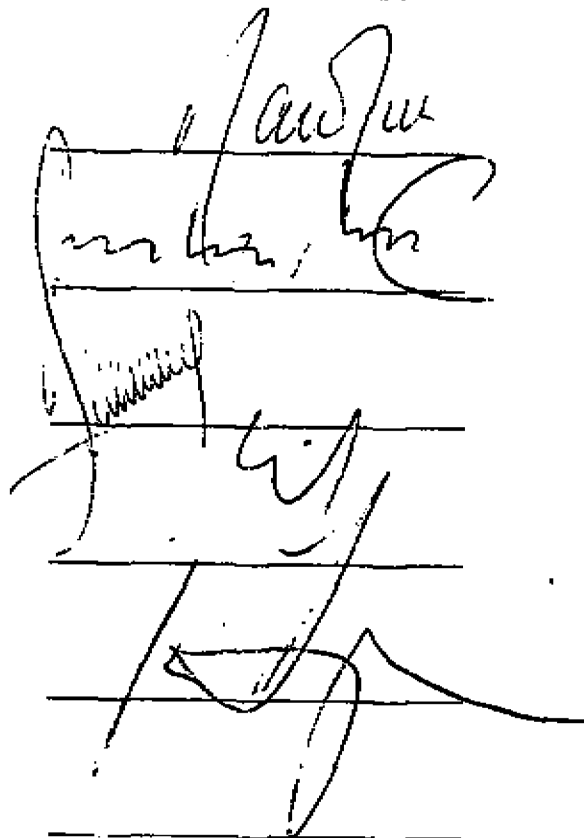
Nos termos do art. 199 do RISF, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 19 de abril do corrente ano, destinada a homenagear o Dia Nacional dos Vigilantes.

Sala das Sessões,


Senador PAULO PAIM

ASSINATURA

SENADOR



Paulo Durque
(MARCOS MAGIEL)

Leir Guzzalz

Guim Fabelo

JTC AERIPINO

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Sr. Gerson Camata enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB –ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o espírito empreendedor, a criatividade e a persistência de um grupo de produtores rurais do Espírito Santo fizeram com que se materializasse algo que, até alguns anos atrás, parecia improvável em terras capixabas: surgiu este ano o primeiro vinho varietal produzido no Estado, com a uva Cabernet Sauvignon, a chamada “rainha das uvas tintas”.

Originário do Vale do Tabocas, situado a 12 quilômetros da sede do município de Santa Teresa, o vinho, que leva o nome da região, deve-se ao empenho de 3 produtores, Divanir Zotelle, Sandro Salvador e Vinicius Corbellini.

Considerada o berço da imigração italiana no Brasil, por ter sido a primeira cidade fundada no Brasil por imigrantes provenientes da Itália, Santa Teresa deve a estes pioneiros a tradição do cultivo da uva e da produção do vinho. As primeiras mudas, segundo relatos colhidos anos atrás, foram trazidas em navios, com os ramos das videiras fixados em batatas, para garantir sua sobrevivência. Destes ramos, ainda sobrevivem videiras centenárias na região.

Cercada pelas montanhas da região serrana, Santa Teresa possui uma biodiversidade e beleza natural inigualáveis. A Mata Atlântica ainda domina 40 por cento de seu território. Localizada no Vale do Canaã, a menos de 100 quilômetros da capital, a “Cidade dos Colibris”, como se tornou conhecida, é a terra natal do cientista Augusto Ruschi, que nela catalogou dezenas de beija-flores, orquídeas e bromélias. Foi o Vale que inspirou, no início do século 20, o escritor Graça Aranha a escrever o romance Canaã.

E foi nessa região privilegiada pela natureza que nasceu o Cabernet Sauvignon Vale do Tabocas, com uma produção inicial de 1.300 garrafas e uma expectativa de 3 mil para a próxima safra. Mas, até que pudesse ser engarrafado e consumido, os produtores percorreram uma longa e laboriosa trajetória, que começou ainda no final dos anos 1980.

Na época, os agricultores iniciaram experimentos com o cultivo da uva de mesa Niágara Rosada. A Avist, Associação dos Vitivinicultores de Santa Teresa, criada a partir de uma mobilização espontânea, promoveu seminários e cursos de capacitação técnica, por meio de parcerias com a Embrapa Uva e Vinho e

com o Sicoob, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, entre outras entidades.

Criado em 2005, o Projeto Pólo de Uva de Mesa e Vinho de Santa Teresa deu impulso decisivo à vitivinicultura. Quando começou, as 17 propriedades participantes tinham 11 hectares de plantação de uva. Hoje são 71 propriedades, somando 43 hectares. O Vale do Tabocas destaca-se por ser o pioneiro no Estado na produção de uva durante o ano inteiro.

O projeto está em franca expansão, já que o Espírito Santo tem potencial expressivo para o cultivo de uvas destinadas à produção de vinho, em microrregiões com clima e solo favoráveis. Em agosto de 2007, com a participação da Secretaria estadual da Agricultura, do Incaper, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, da Prefeitura de Santa Teresa e do Sebrae, foi lançado um Pólo de Uva que abrange, além de Santa Teresa, mais 7 municípios: Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Domingos Martins, Marechal Floriano, Venda Nova do Imigrante, Conceição do Castelo e Alfredo Chaves. Entre todos,

Santa Teresa é o maior produtor de uva e vinho do Estado, com mais de 30 toneladas de uvas comercializadas no ano passado na Ceasa.

O incentivo à produção de variedades de uva e ao desenvolvimento de vinhos de qualidade proporciona uma contribuição inestimável à consolidação da agricultura familiar, além de abrir novas frentes de trabalho geradoras de renda, como o agroturismo e o enoturismo.

O exemplo do Cabernet Sauvignon já estimulou 2 outros produtores do Vale do Tabocas, Giovanni Grotteschi e Sergio Sperandio, da Cantina Vale do Caravaggio, a produzirem um vinho espumante com a uva Prosecco, que deve ser lançado até março do ano que vem.

O velho ditado segundo o qual a união faz a força não é uma expressão desgastada, mas uma verdade inquestionável. No caso dos vitivinicultores de Santa Teresa, mais uma vez ficou provado que a força vem do conjunto, do coletivo, e que a recompensa do êxito aguarda quem persiste em seus objetivos, sem desanimar diante de eventuais obstáculos.

Se depender deles, e dos agricultores de outros municípios que se dedicam à mesma atividade, em breve o Espírito Santo poderá orgulhar-se de produzir muitas variedades de vinhos de qualidade, dignos de competir no mercado nacional. Os agricultores do Vale do Tabocas são merecedores de aplausos e do reconhecimento dos capixabas por seu esforço e pioneirismo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está encerrada a sessão do Senado da República.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 52 minutos.)

**ATA DA 1ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
EM 2 DE FEVEREIRO DE 2010**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 003, de 3 de fevereiro de 2010)

RETIFICAÇÃO

Nas páginas 624 a 629, REPUBLIQUE-SE, NA ÍNTEGRA, o Convênio nº 3/2010, por omissão gráfica da página 6:

CONVÊNIO Nº 0003/2010'
(Processo nº 021.847/09-6)

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O SENADO FEDERAL E O BANCO BONSUCCESSO S.A, PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, HAROLDO FEITOSA TAJRA, e, do outro lado, o BANCO BONSUCCESSO S.A, inscrito no CNPJ sob o nº 71.027.866/0001-34, com sede na Rua Alvarenga Peixoto, 974, 7º e 8º andares, Santo Agostinho, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.180-120, telefone: (31) 2103-7900, fax: (31) 2103-7899, doravante designado CONVENIADO, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, dos Decretos nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao CONVENIADO, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do Senado Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 6º do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do CONVENIADO.

PARÁGRAFO ÚNICO - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o **SENADO FEDERAL** compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do **SENADO FEDERAL** por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será cobrada mensalmente a quantia fixada em Ato do Diretor-Geral do Senado Federal, vigente à época da assinatura do contrato, por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONVENIADO** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **CONVENIADO** se obriga a fornecer aos consignados extrato e documentos relativos à consignações mensais, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Nona deste Instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O **CONVENIADO** se obriga a entregar ao servidor a segunda via do contrato de empréstimo no prazo de 15 (quinze) dias após a sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo **SENADO FEDERAL**.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados de suas responsabilidades administrativa, civil e penal, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O **SENADO FEDERAL** obriga-se a reconstituir ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, em sua conta corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o **SENADO FEDERAL** se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece a Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 60 (sessenta) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações previstas no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, e neste Convênio, o sujeitará às sanções no parágrafo segundo desta cláusula, sem prejuízo das estabelecidas no art. 87 da Lei 8.666/93, garantido o direito de defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os valores referentes a descontos considerados indevidos deverão ser integralmente ressarcidos ao prejudicado no prazo máximo de 30 (trinta)

dias contados da constatação da irregularidade, na forma pactuada entre o consignatário e o consignado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O descumprimento do disposto no parágrafo primeiro implica, assegurado o devido processo legal:

I – suspensão do repasse dos valores mensais previstos no respectivo contrato;

II – suspensão temporária do credenciamento da entidade consignatária, com suspensão do repasse dos valores mensais que lhe foram consignados;

III – descredenciamento definitivo da entidade consignatária, com suspensão do repasse da totalidade dos valores que lhe foram consignados, até que se proceda a liquidação definitiva.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará na suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação relativa à amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO

A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não excederá a trinta por cento da respectiva remuneração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando o limite previsto no parágrafo anterior for extrapolado, mediante acordo entre consignatário e consignado, o saldo devedor poderá ser refinanciado por prazo superior ao prazo de amortização fixado por Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, desde que o valor das prestações mensais seja idêntico ao valor máximo da margem consignável do servidor, ressalvada a última parcela de valor residual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Considera-se remuneração para fins deste Instrumento, a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas a fixada no art. 6º da Resolução nº 42, de 1993, à razão de 1/12 (um doze avos) do valor anualizado, as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, ou outra paga sob o mesmo fundamento, sendo excluídas:

- I - diárias;
- II - ajuda-de-custo
- III - indenização da despesa do transporte quando o servidor, em caráter permanente, for mandado servir em nova sede;
- IV - salário-família;
- V - gratificação natalina;
- VI - gratificação pela participação em comissão especial ou similar;
- VII - auxílio-natalidade;
- VIII - auxílio-moradia;
- IX - auxílio-funeral;
- X - auxílio-alimentação;
- XI - auxílio-creche;
- XII - adicional de férias;
- XIII - adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- XIV - adicional noturno;
- XV - adicional de insalubridade;
- XVI - vantagem ou benefício reconhecido a título de exercício anterior; e
- XVII - qualquer outro auxílio ou adicional estabelecido por lei e que tenha caráter indenizatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO- A soma das consignações facultativas com as compulsórias não poderá exceder a setenta por cento da remuneração do consignado, apurada na forma do § 1º do art. 6º do Ato nº 61, de 2009 do Primeiro-Secretário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

PARÁGRAFO ÚNICO. Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, e no Ato do Primeiro-Secretário n.º 61, de 2009, aplicando-se ainda a norma prevista no Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.ºs 8.666/93 e 8.078/90.

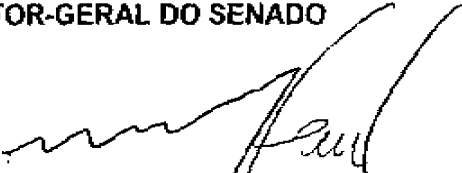
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

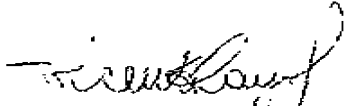
E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 1^o de FEVEREIRO de 2010.


HÁROLDO FEITOSA TAJRA
DIRETOR-GERAL DO SENADO


FREDERICO PENIDO DE ALVARENGA
CI n.º M-3.836.596 SSP/MG
CPF: 762.409.326-04
BANCO BONSUCCESSO S.A.


Diretor da SADCON


Diretor da SSPLAC

Secretaria de Administração de Contratações - SADCON
Subsecretaria de Planejamento e Controle de Contratações – SSPLAC
Serviço de Planejamento e Controle - SEPCO


Carlos Eduardo Pereira de Oliveira
Chefe de Gabinete
Diretoria-Geral

Brasília, 01 de fevereiro de 2010.

Senhora Diretora,

Informamos a V. S^a que o Senado Federal celebrou convênio com o **PARANÁ BANCO S.A.**, com a finalidade de possibilitar ao conveniado, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do Senado Federal.

Conforme regem os termos pactuados, o referido convênio deverá ser publicado no Diário do Senado Federal, como condição de eficácia dos atos.

Desta forma, incumbiu-me o Sr. Diretor da SSPLAC de solicitar-lhe os préstimos no sentido de proceder a supracitada publicação, de acordo com as informações a seguir:

OBJETO:

Possibilitar ao Conveniado, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimos mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do Senado Federal.

REPRESENTANTE PELO SENADO FEDERAL

Diretor Geral
Haroldo Feitosa Tajra

CONVENIENTE:

PARANÁ BANCO S.A
Convênio nº CN20090016
Processo nº 019.481/09-8
Representantes: ANDRÉ LUIZ MALUCELLI.

Atenciosamente,


MARCOS ANDRÉ DE MELO
Chefe do SEPCO

Ilustríssima Senhora
MARIA AMALIA FIGUEIREDO DA LUZ
Diretora da Secretaria de Ata / SSATA
Senado Federal

Ata da 4ª Sessão Não Deliberativa em 5 de fevereiro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko, dos Srs. Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho, Geovani Borges e Paulo Duque.

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 1 minuto, e encerra-se às 13 horas e 28 minutos)

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Srª Presidente, solicito a V. Exª que me conceda a palavra para uma comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Antes de conceder a palavra a V. Exª para uma comunicação inadiável, como o Senador Geraldo Mesquita é o primeiro inscrito, consulto S. Exª se podemos passar a palavra, inicialmente, ao primeiro inscrito para uma comunicação inadiável. Logo após será S. Exª. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tem se discutido muito aqui, Senador Mão Santa, a questão das caravanas pelo Brasil afora comandadas pelo Presidente da República e por sua candidata. Questiona-se o uso da máquina governamental em benefício dessa candidatura. Quero crer que o Superior Tribunal Eleitoral (STE) esteja atento a esses fatos e esteja apurando denúncias que ali chegam a todo instante. Mas quero, Senador Mão Santa, ater-me ao que vem ocorrendo no Estado do Piauí. Sob a argumentação de que o Partido dos Trabalhadores está comemorando trinta anos, monta-se uma caravana, com carros de luxo percorrendo cidades, como foi o caso de Picos, de Oeiras e, mais recentemente, de Parnaíba, terra de V. Exª. Aviões transportam os militantes do Partido, numa dicotomia estranha, porque diferencia muito daquele Partido que andava, Senadora Serys Slhessarenko, de Fusca e de Kombi. O Partido de V. Exª, agora, é o maior freguês dessas luxuosas caminhonetas a *diesel*, como a Hilux e por aí afora. Há até esse Volkswagen importado, o Beetle, na comitiva. Hoje, o Partido é um

partido exótico. É preciso que a Justiça Eleitoral examine isso de maneira atenta.

Há outro fato grave, Senador Mão Santa: nessas viagens, S. Exª o Governador fica prometendo a construção de novos trechos de estradas e outras obras, embora, como se anuncia, S. Exª vá deixar o Governo em abril. Ora, as estradas do Piauí, as iniciadas nas duas eleições passadas – e S. Exª prometeu fazê-las –, ou estão paralisadas ou nem sequer começaram, e fica S. Exª a prometer, criando expectativas, que vai construir novas estradas e novas obras. Senador Mão Santa, as construtoras que trabalham com o Governo do Estado do Piauí estão apavoradas, estão recebendo pressão e ameaça para continuar trechos de estradas ou outras obras, mas não recebem desde outubro. Houve uma cena no final do ano de uma greve dos trabalhadores da reforma do Centro de Convenções. Eles paralisaram suas obras por falta de pagamento. O que se vê no Estado do Piauí é isto: os empregados das empresas ameaçam paralisar as obras, porque não estão recebendo o salário, e os empresários ficam a correr atrás do Governo para receber o atrasado. E o pior, Senador Mão Santa, cá para nós – que ninguém nos ouça! –, é que há empresário reclamando que, para receber um dinheirinho, tem de pagar um pedágio, o que é uma coisa incrível. Não sei se é verdade. Esse pessoal pode até aumentar, mas não inventa. Isso é um absurdo.

Portanto, quero fazer um apelo ao Tribunal Eleitoral do Piauí no sentido de que investigue de maneira profunda o que está sendo feito no Estado. Não é possível que essas caravanas continuem de maneira excessiva, como estão sendo feitas, com promessas, com o uso da máquina pública e, acima de tudo, com o gasto do dinheiro público.

Seria preciso, Senador Mão Santa, que fossem fiscalizados, por exemplo, os alugueis de carro por parte do Governador, do Governo do Estado. As locadoras, no Piauí, hoje, estão ganhando dinheiro a rodo. É preciso ver o quanto isso está custando, é preciso que seja visto o quilômetro voado pago pelo Governo do Estado e o que se pratica no mercado. O Tribunal

Eleitoral, se fizer um cruzamento desses números, vai ver o tamanho do escândalo que se comete hoje no Piauí com recurso público.

Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a é o grande líder municipalista do Piauí. Agora, eu queria, a bem da verdade, ver a repercussão disso. Outro dia, eu trouxe umas fotos de umas obras de ficção, de obras fantasiosas, que o Governador lançou numa revista, num boletim daquela indústria gráfica Halley. É muito bom. São lindas as coisas, mas elas são feitas no computador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É virtual.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – É virtual. Inclusive, há o aeroporto de São Raimundo Nonato, que é mais bonito do que o Charles De Gaulle, da França.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É verdade.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – E Há o Posto Tatu, que está mais bonito do que Miami. Por aí, V. Ex^a vê as coisas. É tudo mentira. Recebi tantos *e-mails*! Na hora, são tantos os portais!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – E aquela obra, Senador Mão Santa, de Cristino Castro, ao redor do Poço Violeta?

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – E o hotel de três andares, com seiscentos apartamentos, em Pedro II? Por aí, pode-se ver. Mas recebi uns *e-mails* e, na hora, eu me enganei. São tantos os portais eficientes! Ele é o do portal 180 graus. Não é jornalista. É o Helder Eugênio. E troquei e coloquei GP1. São tantos! Então, já reclamaram. Aquelas fotos, a reportagem... O portal merece. Ele buscou a verdade, vale pelo que diz. Então, V. Ex^a está aí traduzindo nossas preocupações. E estou sendo processado porque dizem que, no dia, naquela eleição em que fui candidato a Governador, fiz carreta em Teresina com três ou quatro carros. E todo o mundo sabe, graças a Deus, que vim de avião. A mentira tem perna curta. Então, é comprovado que cheguei a Teresina depois das 16 horas. Aí havia uma zona eleitoral ali, e nela entramos e conversamos com algumas pessoas. Houve um diálogo do Deputado Ciro com um caboclinho lá – depois, eu soube que era advogado, mas que era do Palácio e recebia DAS. Aí forjou. Mas a mentira é curta, porque toda Teresina sabe que não fiz isso. Eu já fiz muitas carreatas lá. Foram muitas carreatas! Já ganhei eleição e perdi eleição. Minha mulher compareceu. Eram mais de mil carros, não três carros. Dizem: “É só um processo”. É uma farsa!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Mão Santa, carreta às quatro horas da tarde,

com o processo eleitoral se encerrando às 17 horas, é uma coisa inócua.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – É inócua. É só para dizer que o Senador Mão Santa está sendo processado. Entra no STF. E aí, depois, Internet é suja, e se diz que está no STF. Então, é isto: nossa brancura é OMO, é Rinso. Eu peço uma CPI, Senador Heráclito Fortes, para analisar todos os dias da minha vida. Mas quero me congratular com V. Ex^a. V. Ex^a enriquece a política do Piauí e, sobretudo, o Partido de V. Ex^a. O DEM é muito forte no Brasil – conheço, aqui, as lideranças –, mas, no Piauí, sob sua Liderança, ele tem crescido. Quero dizer que estou andando, não sou dele. Mas quero dizer que ele chegará aqui com a maior bancada federal, com quatro Deputados Federais entre os dez, na minha previsão. Então, esse é o Partido de V. Ex^a, que é o maior líder no Estado do Piauí, respeitando as outras lideranças.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa. V. Ex^a está sendo vítima, nesse episódio engendrado pelo PT, de algo parecido com que fui vítima na eleição municipal de 2004. Não sei se V. Ex^a se lembra. E meu fato, Senadora Serys Slhessarenko, foi mais grave: fui vítima de uma escuta telefônica, quando me deslocava do aeroporto de Teresina para a cidade de Barreirinha, e lá fui intimidado por um Juiz do Maranhão – a mando de um candidato do PT – que, inclusive, está complicado com grilagem de terras na cidade de Barreirinha. Esse processo está aí e, até hoje, deu em nada. É uma coisa muito esquisita, porque, quando saí de Teresina, decidi para onde ir quando o avião já estava taxiando. Eu tinha duas opções. Quando cheguei lá, o cenário estava todo armado com a acusação de que eu estaria – imagine V. Ex^a! – levando dinheiro para uma campanha no Maranhão. Falaram que eu, que sou Senador pelo Piauí, estava fazendo isso! Fizeram o flagrante, houve um escândalo, V. Ex^a se lembra como aconteceu. Esse pessoal age dessa maneira. É isso.

Vamos nos preparar para essa eleição, Senador Marco Maciel. V. Ex^a é um político sereno. Esse pessoal vai jogar com as armas que possui e com as que não possui. Os aloprados estão de volta. Uns, inclusive, estão recuperados legalmente, já estão aí participando de caravana, já estão presidindo e comandando partido, já estão recuperando poder. E essa sensação de impunidade – com certeza, é de impunidade – dá a eles fôlego para ações mais arrojadas.

Para concluir meu compromisso com os colegas, vou apenas lembrar a V. Ex^a um fato: o aeroporto de Floriano, que tinha aquela casinha de passageiro nostálgica, que, nas décadas de 40, 50, 60, recebia os aviões comerciais que ali desciam, foi derrubado pelo

Governador no período eleitoral. Havia a promessa de se recuperar o aeroporto de Floriano, mas a obra está lá parada há quatro anos aproximadamente. E o mais grave é que há recurso federal disponibilizado para a obra, mas fizeram uma concorrência com recursos do Estado. Não sei que engenharia fez S. Ex^a. A verdade é que está lá a obra. Posso, inclusive, trazer fotografia – vou trazer fotografia, para registrar nos Anais desta Casa –, para mostrar a irresponsabilidade com que a coisa pública vem sendo tratada no Piauí.

Antes de finalizar, ouvirei o Senador Marco Maciel, com muita honra.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do parteante.) – Nobre Senador Heráclito Fortes, estou ouvindo atentamente a fala de V. Ex^a e devo dizer que este é um ano em que vamos ter eleições gerais. Ou seja, de Presidente da República a Deputado Estadual. Só ficam fora do espectro dessas eleições para prefeito, vice-prefeito e vereador. Então, é natural que haja uma grande tensão em nosso País. É lógico que o Brasil já consolidou as suas instituições, praticando uma democracia sem adjetivos. Ou seja, o País tem uma grande estabilidade política. Graças, inclusive, ao êxito do Plano Real desfrutamos de uma grande estabilidade fiscal e econômica, o que o faz merecedor de grande reconhecimento no campo internacional. Acho que fora do Brasil, não somente nos países vizinhos, mas também na Europa, na Ásia, na América do Norte, todos reconhecem os avanços que o Brasil teve nos últimos anos, sobretudo a partir do Plano Real, como frisei. Mas V. Ex^a adverte, com razão, que precisamos estar atentos ao processo eleitoral, para que a lei seja observada e cumprida. E ela é igual para todos; ninguém deve estar isento de cumprir aquilo que determina o Código Eleitoral e a legislação partidária. Por isso, nós que estamos na Oposição, devemos estar atentos ao desenvolvimento do processo eleitoral, inclusive ao desdobramento da campanha, para que elas se façam sob o primado da lei e da ordem e para que a Oposição possa se manifestar, o que é um princípio básico do processo democrático, em toda a sua plenitude, sem restrições, a não ser aquelas determinadas pela lei.

Por isso, V. Ex^a ao suscitar um tema que vai marcar todo nosso período eleitoral, mas isso serve de uma advertência para nos preparemos para os embates que virão nos próximos meses e, de modo especial, a partir do início da campanha eleitoral, sobretudo, do mês de agosto ao mês de outubro. Então, eu quero cumprimentá-lo pelas palavras e dizer que, como estamos na Oposição, devemos cumprir o nosso dever, inclusive denunciando aquilo que não estiver confor-

me as regras estabelecidas pelo processo democrático brasileiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a. O que me surpreende, Senador Marco Maciel, é a vocação ditatorial de alguns setores do Partido dos Trabalhadores – digo que são alguns setores, quero ser bem claro com isso, não estou generalizando, Sr^a Presidente – de querer massacrar os adversários, de querer impedir qualquer ação dos adversários.

Senador Geraldo Mesquita, no Piauí, acontece uma coisa engraçada. O Prefeito de Teresina, Silvano Mendes, é falado como um possível candidato a Governador. Não decidi sobre isso, mas, como Prefeito de Teresina e como Líder maior do seu Partido, outro dia, foi, na cidade de Uruçuí, à convenção do seu Partido, que é um compromisso político. No dia seguinte, a oposição disse que o Tribunal precisava investigar por que o Prefeito tinha ido a Uruçuí. O Prefeito foi a Uruçuí por conta própria, o Prefeito foi a Uruçuí num fim de semana, o Prefeito foi a Uruçuí cumprir um programa político. Mas eles fazem isso para contrapor o que está sendo feito na realidade, inclusive agora com essas caravanas, com bolo de vela, com tudo. São caravanas completas com carros a *diesel*, com carros de luxo. E, segundo um jornalista me disse, em dados já levantados, 60% dos carros das carreatas são de locadoras. Senador Mão Santa, por que esses carros das locadoras estão ali? Que locadoras são essas, quem as paga, por que as paga? É preciso que esses fatos sejam investigados.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Geraldo Mesquita.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sadi Cassol.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, gostaria de fazer a inscrição para fazer uma comunicação inadiável, por favor.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Shhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Senador já está inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr^a Presidente Serys, hoje é um dia diferenciado neste plenário. Há vários Colegas que estão com viagem marcada em pouco tempo, e um deles é o Senador Sadi Cassol, que acaba de se inscrever para fazer uma comunicação inadiável. Seria razoável que permitíssemos que S. Ex^a assumisse a tribuna de imediato e que nós, que não vamos viajar, ficássemos por aqui, sem prejuízo da nossa ordem de inscrição.

Eu concederia isso com o maior prazer, se V. Ex^a autorizasse.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Diante de sua solicitação, Senador Geraldo Mesquita – V. Ex^a, realmente, é o primeiro inscrito –, concederemos a palavra, para fazer uma comunicação inadiável, ao Senador Sadi Cassol. Logo de imediato, pela ordem de inscrição, falará o Senador Geraldo Mesquita, e, em seguida, num segundo momento, também pela inscrição, falará a minha pessoa.

Tem a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Sadi Cassol.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Estimada Presidenta, demais Senadores e Senadoras, agradeço a oportunidade ao Senador Mesquita, tendo em vista que, no fim de semana, todos temos nossas viagens para nossos Estados.

Eu gostaria, rapidamente, de comentar aqui a inclusão bancária de um projeto de lei do Governo Federal que vem beneficiar muita gente nesta área.

Vou ler aqui os dados que fazem com que muitos brasileiros possam avançar na condição de qualidade de vida.

Um dos aspectos mais positivos do Governo do Presidente Lula, na minha avaliação, é o forte viés social presente em suas iniciativas. Com efeito, os avanços conseguidos nessa área estão transformando a realidade do nosso País.

Durante décadas, ouvimos como verdadeiras afirmações dos economistas de plantão, dando conta de que “primeiro era preciso fazer crescer o bolo para depois reparti-lo”. Enquanto isso, intensificam-se os efeitos devastadores da histórica má distribuição de renda e das desigualdades regionais, condenando milhões de brasileiros à condição de miséria absoluta. Contrariando essa lógica perversa, o Governo do Presidente Lula provou que é possível aliar crescimento econômico com distribuição de renda e estabilidade econômica com inclusão social.

Os números da economia e os indicadores sociais atestam o acerto dessa política, que tem proporcionado expressivo salto na qualidade de vida do povo brasileiro. São milhões de famílias que migram para classes de renda superiores e que passaram a ter acesso ao mercado de consumo.

Dentre as várias iniciativas de cunho social do Governo do PT, quero destacar, nesta oportunidade, o Projeto de Inclusão Bancária dos Beneficiários do Bolsa Família. Trata-se de ação conjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Caixa Econômica Federal, para incentivar a abertura

e a utilização de contas bancárias pelos beneficiários do programa.

É forçoso reconhecer o empenho demonstrado pelos bancos, notadamente os bancos oficiais, para ampliar o acesso a serviços financeiros, por meio da ampliação da oferta dos canais de pagamento, como as lotéricas e os correspondentes bancários. Na contramão desse esforço, pode-se constatar também sinais de baixa inclusão social, de um lado porque houve redução do número de bancos em operação e queda no número de agências, aumentando a aglomeração da população por postos de atendimento; de outro lado porque grande parcela da sociedade brasileira está fora do sistema bancário.

Estudo recente do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) aponta 505 Municípios brasileiros sem agência bancária e revela grande desigualdade na oferta de serviços entre regiões, Estados e Municípios no interior, quando comparados com as capitais dos Estados. O estudo conclui que, mesmo havendo argumentos quanto à existência de um número importante de postos e correspondentes bancários, o atendimento à população e a disponibilidade de serviços não possui a mesma abrangência e magnitude.

Entre os anos de 2001 e 2007, registrou-se no País um aumento de 57,5% no número de contas-correntes, o qual evoluiu de 43 milhões para 62 milhões. No mesmo período, o número de contas poupança cresceu 39%, passando dos 51 milhões, em 2001, para 71 milhões, em 2007.

Apesar desse importante crescimento no número de contas-correntes, estimativas indicam que um grande número de cidadãos continua excluído do sistema bancário. Apenas 15% de pessoas de baixa renda possuem conta bancária, em contraste com 64% daqueles que têm renda superior. No caso do acesso ao crédito, ele está indisponível para 92% dos cidadãos com renda inferior, sendo que esse percentual cai para 74% entre aqueles que possuem maior nível de renda. Apenas 5% das pessoas com renda inferior possuem cartão de débito, contra 40% das que têm renda mais elevada. Com relação aos cartões de crédito, somente 7% das pessoas com renda inferior possuem, contra 34% das que têm maior renda. Ao se analisar a questão do gênero, as estimativas são de que metade dos homens possui conta bancária, contra aproximadamente um terço das mulheres.

Os números e as estimativas são reveladores da má distribuição dos serviços financeiros no território brasileiro, fato que sempre repercutiu nas desigualdades regionais, com grande concentração de serviços nas áreas mais ricas, assim como nos segmentos da população de alta renda.

Foi dentro desse contexto que nasceu o Projeto de Inclusão Bancária dos Beneficiários do Bolsa Família, que busca promover o acesso da população de baixa renda aos serviços financeiros. A medida se constitui numa das mais importantes mudanças no modelo de pagamento de benefícios do programa e fortalece os esforços governamentais em direção à inclusão cidadã das famílias atendidas pelo Bolsa Família, que, em sua maioria, nunca tiveram possibilidade de acesso aos sistemas de serviços bancários existentes no País, como poupança, seguro e crédito.

O Projeto de Inclusão Bancária foi concebido para ser implantado em três fases, tendo se iniciado em março de 2008, em projeto-piloto, no Município de Belo Horizonte. Cerca de 4.200 beneficiários que já possuíam conta-corrente Caixa Fácil passaram a receber o benefício na própria conta. A Caixa Fácil é uma modalidade simplificada de conta bancária criada pela Caixa Econômica Federal, destinada a correntistas que possuam movimentação mensal de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), cujas principais características são a isenção de tarifas e a ausência de talões de cheque.

Com o sucesso obtido nessa fase experimental em Belo Horizonte, que teve a aprovação de 97% dos usuários, o projeto foi expandido a partir de junho de 2008 para os beneficiários que já eram titulares de contas bancárias na Caixa em todo o Brasil. Naquela fase, 433 mil famílias que já tinham conta bancária receberam os benefícios do Bolsa Família diretamente nas suas contas.

A partir de outubro de 2009, iniciou-se a terceira e última fase do projeto, quando a Caixa passou a incentivar a abertura voluntária de conta bancária nos seus estabelecimentos credenciados para os beneficiários do Bolsa Família que utilizam os correspondentes bancários identificados com a marca Caixa Aqui ou as lotéricas.

Vale ressaltar que, ao incentivar a abertura voluntária de contas bancárias simplificadas, o Governo Federal também disponibiliza uma Cartilha de Educação Financeira, contendo orientações práticas para evitar o endividamento e o descontrole no uso dos recursos. Trata-se de medida da maior importância, pois as dicas são bastante úteis para que os novos titulares de conta-corrente saibam utilizar corretamente os serviços bancários.

Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Projeto de Inclusão Bancária tem o grande mérito de proporcionar à população de baixa renda seu acesso a uma conta corrente no sistema financeiro nacional.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Cassol.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO) – Pois não!

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Eu gostaria de ter um aparte, se V. Ex^a permitir.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO) – Pois não.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Eu vinha ouvindo o discurso de V. Ex^a quando para cá me dirigia e estou ouvindo agora sua conclusão. Acho que as medidas que V. Ex^a está relatando aí significam inclusão das pessoas na cidadania. Acaba aquela história daquela fila para receber aquele vale, receber aquele papel, receber aquele objeto. Então, mostra o foco do Governo do PT, de melhorar as condições, de respeitar os cidadãos, todos igualmente, tanto o mais rico quanto o mais pobre. Ter uma conta bancária era uma coisa muito distante para as pessoas mais pobres. Com as medidas que foram adotadas, hoje as pessoas podem ter uma conta bancária. O Bolsa Família ser entregue através de conta bancária aumenta a dignidade dessas pessoas mais pobres, que nunca tinha nem entrado em banco. São coisas da mudança, sem considerar o alimento que está na mesa todo tempo, a melhoria e as 20 milhões de pessoas, que nesses últimos oito anos, saíram da faixa de pobreza extrema, melhoraram de vida. Tenho certeza de que isso melhorou a autoestima das pessoas e, nesta Casa, nós temos de trabalhar justamente para melhorar a qualidade de vida de todos, focando nos que estão mais desamparados. O discurso de V. Ex^a faz uma análise bem sucinta desses fatos que ocorreram ultimamente, principalmente em relação aos bancos – gostei dessa parte –, porque o pobre não tinha conta bancária. Essa é uma diferença do que está acontecendo, agora, no Brasil. Essa é uma diferença da mudança pela qual o Brasil está passando.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO) – Muito obrigado, Senador Botelho. Lembro, também, que isso evita o roubo do dinheiro dos aposentados, pensionistas. Também no caso do Bolsa Família, depois que eles sacavam seu dinheiro, podiam ser roubados.

Para concluir, Sr^a Presidente, com o benefício depositado na conta Caixa Fácil, o beneficiário do Programa Bolsa Família passa a contar com diversas vantagens:

– maior comodidade, pois poderá sacar somente o valor que precisar;

– maior segurança, já que os saques poderão ser parciais;

– isenção de tarifas para compras com cartão, consulta de saldo, depósitos e manutenção da conta;

– isenção de tarifa para até quatro saques mensais e um extrato semanal;

- possibilidade de realizar pagamentos com o cartão nos locais onde tem a placa Caixa Aqui, nas lotéricas e nos terminais de autoatendimento nas agências da Caixa;

- possibilidade de efetuar compras em estabelecimentos que tenham a mesma marca do cartão da conta – Maestro ou Visa Eletron;

- facilidade de efetuar saque na conta com o cartão Bolsa Família;

- acesso à conta-corrente pela Internet.

Para divulgar as facilidades da conta-corrente simplificada e estimular a adesão dos beneficiários do Bolsa Família, o Governo Federal está encaminhando aos gestores municipais um guia contendo informações detalhadas sobre o Projeto de Inclusão Bancária, onde são destacadas as facilidades que o programa propicia.

A implantação completa do projeto viabilizará a inserção financeira, de forma responsável e qualificada, de quase 50 milhões de brasileiros, ou um quarto da população, em um processo cuja efetivação exitosa contribuirá mais ainda para a redução permanente da desigualdade social no Brasil.

Por todo o exposto, Sr^a Presidente, quero manifestar o meu reconhecimento pela feliz iniciativa do Governo Federal, que, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Caixa Econômica Federal, leva mais esse benefício à camada mais humilde da população brasileira.

Era isso o que eu tinha para registrar, desejando a todos os brasileiros um bom fim de semana.

Obrigado pela tolerância.

Obrigado, Senador Mesquita, pela oportunidade de falar antes de V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Sadi Cassol.

Com a palavra, pela inscrição, o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys, Srs. Senadores presentes, cumprimento todos com muita alegria neste retorno aos nossos trabalhos.

Normalmente, assumimos esta tribuna para falar de temas objetivos, alguns dos quais de interesse direto e imediato da população dos nossos Estados, enfim, do nosso País.

Recentemente, por ocasião do recesso, dei um giro pelo interior do meu Estado para rever amigos, cumprimentar as pessoas, saber o que está acontecendo. Enfim, o parlamentar precisa estar bem informado sobre os acontecimentos no seu Estado, no seu País.

Fiz isso com muito prazer, Senador Adelmir, e colhi algumas surpresas.

Estive em uma festa belíssima, em um novenário, no Município de Marechal Thaumaturgo, no extremo do nosso Estado, um pequeno Município com uma população carinhosa, admirável. O padroeiro do Município é São Sebastião e a população comemora a data de 20 de janeiro com um grande novenário, como eles chamam lá. Por vários dias, as pessoas saem do interior, muita gente, para uma festa maravilhosa. Fiquei extasiado. Da outra vez, o Prefeito Randinho havia me convidado e não tive a oportunidade de ir, mas, neste ano, obriguei-me a ir, prazerosamente, e gostei demais.

Estive em Cruzeiro do Sul também, com o Prefeito Vagner Sales e muitos amigos e amigas, um Município organizado, limpinho, com iluminação pública, uma coisa muito interessante.

Em Feijó, com o Prefeito Dindinho e o Vice-Prefeito Pelezinho, recentemente eleitos, porque o Prefeito de lá, do PT, havia sido cassado, também me surpreendi positivamente. Vi a cidade retomando a sua vida normal, a limpeza pública sendo operada, enfim.

Mas o que mais me surpreendeu nesse périplo foi o que eu pude colher no Município de Mâncio Lima. Senadora Serys, o Prefeito do Município de Mâncio Lima, nosso correligionário do PMDB, um educador como V. Ex^a, instalou Internet grátis no Município. Todos os habitantes do Município, hoje, podem acessar a Internet. Pode parecer uma coisa muito simples, mas não é. Eu comparo essa medida à situação hipotética de um Município completamente murado nos seus limites, em que, de repente, chega um prefeito e derruba esses muros. É essa a imagem que eu faço, porque as pessoas passam a ter, imediatamente, acesso ao conhecimento universal propiciado pela Internet. Eu diria até, sem sombra de dúvida, que o Prefeito do Município de Mâncio Lima justificou a sua eleição só com esse ato. Priorizou a educação, porque o acesso à informação é base do processo educacional. Portanto, meus parabéns pela iniciativa, que poderia passar despercebida, mas fiz questão de, aqui, me referir a ela, porque achei a medida excepcional!

Ele poderia, com recursos limitadíssimos como tem uma prefeitura dessa, adotar outras medidas – e as está adotando, inclusive, ele está limpando a cidade, arrumando tudo direitinho, com as coisas funcionando –, mas resolveu investir na instalação de Internet grátis no Município. Parabéns ao nosso Prefeito! Parabéns à população de Mâncio Lima!

O tema principal que me traz, hoje, aqui... Normalmente, falamos sobre coisas objetivas, que dizem respeito, mais proximamente, à população de nossos

Estados e Municípios, mas, hoje, eu vou-me permitir tocar num tema considerado um pouco árido, mas acho que é necessário. Por sorte, encontra-se aqui o Senador Marco Maciel, que é estudioso da questão e tem dado uma contribuição expressiva ao tema e às questões sobre as quais eu vou-me debruçar neste momento.

Eu quero dizer, Sr^a Presidente, que a Constituição de 1988 é, sem dúvida, uma obra ciclópica. Eu vou falar aqui, hoje, a respeito da necessidade de o Congresso Nacional concluir, Senador Marco Maciel, o trabalho de elaboração e aprovação das leis que regulamentam dispositivos constitucionais ainda pendentes de regulamentação.

A nossa Constituição é mesmo uma obra ciclópica. Não no sentido etimológico, segundo a mitologia grega, mas no sentido figurado, por abranger um mundo de disposições e prescrições em boa parte não materializadas, não cumpridas ou não regulamentadas. Trata-se, seguramente, de um trabalho monumental, já que é o texto mais extenso da nossa história. Os que a elaboraram estavam imbuídos de um elogiável sentido salvacionista, depois do mais longo período discricionário já vivido pelo País. Essa circunstância explica o afã de construir uma democracia estável, duradoura e imune a crises, como as que levaram ao suicídio do Presidente Vargas, em 1954, e ao movimento militar de 1964, que pôs fim à democracia liberal de 46. Não é obra perfeita, logicamente, pois pecou pela circunstância de ter acolhido dispositivos como o art. 192, que entre seus oito incisos, três parágrafos e duas alíneas, dispunha no seu o §3º que “as taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano”. E dizia mais: que “a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido em todas as suas modalidades nos termos que a lei determinar”.

Quer dizer, Senador Marco Maciel, a Constituição determinava que os juros não poderiam passar de 12% ao ano, e a agiotagem financeira de nosso País sempre praticou e continua praticando taxas mais de uma dezena de vezes maior. Assim, para a Constituição não continuar sendo desmoralizada no tocante a esse assunto, o Congresso precisou aprovar as Emendas Constitucionais n.ºs 13, de 1996, e 40, de 2003, que revogaram os onze dispositivos citados, permanecendo apenas o *caput* do art. 192, que trata do Sistema Financeiro Nacional.

Isso não impede de reconhecermos que o fundamental da obra é inovador em muitos sentidos e em sua maior parte almejado pelo País, já que sua decla-

ração de direitos é a mais completa, a mais abrangente e a mais adequada às nossas condições materiais e às nossas expectativas intelectuais. Em meu modesto julgamento, é um documento que possui inúmeras virtudes e muitos pontos críticos, o que é natural, tratando-se de obra humana, sujeita, portanto, à falibilidade a que estamos todos os mortais condenados. Temos de reconhecer, por outro lado, que aqueles que a elaboraram atuaram com espírito público, discernimento, equilíbrio e com sentido histórico de grandeza, no afã de fazerem obra duradoura, estável e progressista, como efetivamente é. Mas também não é lícito ocultar que o corporativismo cevou-se em muitas de suas disposições.

Muito já se fez no sentido de aprimorá-la. Isso se evidencia nas 62 emendas promulgadas em seus 21 anos de vigência, o que dá a média de uma a cada quatro meses, diligência que sem dúvida honra a preocupação do Congresso Nacional com o desejo de modernizar institucionalmente o País.

O que me traz a esta tribuna, porém, é constatação que transcende a todas essas considerações. A atual Constituição, como algumas das outras que a antecederam, é, como diziam os romanos, uma obra *in fieri*, isto é, em elaboração e, portanto, ainda inacabada, já que há muito o que fazer para transitarmos, relativamente a muitas de suas disposições, da condição de simples promessas, sempre fáceis de fazer, para o terreno da realidade, sempre difícil de concretizar.

Refiro-me a dois aspectos em especial: um depende do Judiciário, já que, assinala o art. 102, objeto de nada menos de quatro emendas constitucionais, que “Compete ao Supremo Tribunal, precipuamente, a guarda da Constituição...”. Mais do que isso, Sr^a Presidente, é a Corte Suprema sua legítima intérprete, já que as decisões definitivas de mérito por ela proferidas – e aqui cito – “Produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública Direta e Indireta, nas esferas federal, estadual e municipal”.

É aplicação prática de um princípio há muito vigente nos Estados Unidos em relação à constituição daquele País, por sinal, o mais antigo texto constitucional escrito vigente no mundo, segundo o qual, ela “é aquilo que os juízes dizem que é”.

Pois bem, o Supremo Tribunal Federal disponibilizou em sua página na Internet, no fim do ano passado, um texto denominado “O Supremo e a Constituição”. São 1396 páginas de decisões em matéria constitucional. A conclusão que se tira dessa iniciativa é a demonstração mais cabal de que a Corte Suprema vem cumprindo, com eficiência e dinamismo, uma de suas mais importantes missões, qual seja a de interpretar o

texto constitucional, dando-lhe a dimensão e o alcance adequados à sua efetiva e correta aplicação. Deixo aqui registrada a importância do cumprimento desse dever cívico pela instância suprema do Judiciário brasileiro. Não há o que reclamar, portanto, da eficácia da atuação e da diligência do Supremo Tribunal Federal nessa matéria, quando cumpre o texto constitucional, exercendo o dever de interpretá-la.

Entretanto, há aspectos que não podem ser esquecidos ou ignorados. Como um texto longo em extensão, complexo na aplicação e amplo na dimensão material, a Constituição ainda carece de complementação. Em outras palavras, há um sem-número de dispositivos que, passadas duas décadas, continuam reclamando regulamentação.

Ainda nesta semana, na Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Marisa protocolou projeto de lei que regulamenta – ou pretende regulamentar – um dos dispositivos constitucionais. Para que tenhamos ideia de quanto ainda precisamos avançar nessa questão.

Essa é, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma tarefa e um desafio que cabe a nós resolver. Pode ainda haver dúvidas, incertezas e insegurança quanto a esse aspecto de nossa incontestável responsabilidade. Nossa obrigação, contudo, se sobrepõe a todas essas dúvidas, sobreleva todas nossas incertezas e transcende a cautela que deve nos mover na superação desse desafio.

No ano seguinte à promulgação do texto constitucional, a Secretaria de Estudos e Acompanhamento Legislativo do Ministério da Justiça editou uma publicação com o título *Leis a elaborar*, em que estão compendiados 269 dispositivos carentes de legislação integrativa, expressamente requerida pelo texto constitucional, e 97 outros que, tacitamente, também exigem regulamentação. Um total, portanto, de 366 leis, número superior ao conjunto de 245 artigos que compõem o texto original da Constituição, excluídos os 70 das Disposições Transitórias. Essa é uma demonstração cabal de que a Constituição, em sua plenitude, não depende apenas de seu texto, mas de sua interpretação, tarefa do Supremo Tribunal Federal – STF –, já cumprida, e de regulamentação, já iniciada, mas não concluída.

A matéria suscita controvérsias e constitui um desafio que ainda não fomos capazes de superar. Ao examinar ponderadamente essa esfinge que nos afronta, solicitei, em outubro do ano passado, a colaboração da Consultoria Legislativa do Senado, providência proficientemente atendida poucos dias após pela Nota Informativa 3.830, de novembro, firmada pelo Consultor Legislativo Dr. Marcos Santi. Nesse expediente, o autor esclarece tratar-se de levantamento realizado pela Consultoria naquele mesmo ano, elaborado a

pedido de nosso eminente colega Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com base nesse levantamento, esclarece a nota informativa que recebi, S. Ex^a determinou a criação de um grupo de trabalho no âmbito daquele órgão técnico para examinar as proposições relativas ao assunto e, se fosse o caso, propor novas. Acompanha o texto um quadro comparativo que faz referência a cinco estudos, um dos quais elaborado pela Ministra Carmen Lúcia, do STF, que lamentavelmente não constou do documento.

São, Sr^a Presidente, nada menos de 106 diferentes dispositivos. Corretos, como acredito que estão, esses dados somam 28,96% dos dispositivos levantados pelo Ministério da Justiça em 1989. Há, porém, uma diferença em relação à apuração feita pela Consultoria da Câmara e constante de sua página na Internet, que aponta o total de 352 dispositivos, 210 dos quais já regulamentados e 142 carentes dessa providência.

Sobre o art. 192, que constitui o Capítulo IV do Título VII, a que já aludi, há nada menos de 48 proposições tramitando no Congresso. Quaisquer que sejam os dados precisos, uma conclusão é inevitável: duas décadas depois de promulgada, nosso ordenamento constitucional em vigor é uma Constituição inacabada, que ainda está para ser consumada em toda a sua extensão. Se essa qualificação for muito contundente, poderíamos pelo menos afirmar que é uma Constituição incompleta. E a questão reside, Senador Marco Maciel, em que é nosso dever completá-la se quisermos dar eficácia jurídica às suas disposições que há 21 anos aguardam complementação, um dos muitos deveres do Congresso Nacional.

De acordo com o portal da Câmara dos Deputados, na publicação *Dispositivos Constitucionais Pendentes de Regulamentação*, dos 142 dispositivos até 2008 não regulamentados, 64 deles tinham proposições com esse objetivo em tramitação na Câmara, mas 78 deles sequer eram objeto de propostas naquela Casa do Congresso.

Minhas ponderações não constituem uma crítica e muito menos um julgamento. É apenas a constatação de uma lacuna que cabe a nós do Legislativo suprimir. Em outras palavras, um dever que ainda não cumprimos.

Sei que, em ano eleitoral, as decisões são mais difíceis de serem tomadas e os desafios mais cheios de obstáculos a serem superados. Não proponho aqui metas inatingíveis nem medidas que não estejam ao nosso alcance. Quero crer que – e aqui é o foco da minha provocação –, dando prioridade regimental à inclusão na Ordem do Dia das proposições que visem

a regulamentar dispositivos constitucionais em tramitação, tanto na Câmara como no Senado, estaríamos dando um passo decisivo, se não para sanar, ao menos para amenizar nosso débito.

Esta é a minha provocação principal nesta manhã de sexta-feira. Enfim, darmos prioridade regimental à inclusão na Ordem do Dia das proposições que visem a regulamentar dispositivos constitucionais em tramitação.

Senador Marco Maciel, com muito prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do apartante.) – Nobre Senador Geraldo Mesquita, ao apartá-lo, pretendo inicialmente cumprimentá-lo pelo belo discurso que produz hoje, na sessão matutina do Senado Federal. V. Ex^a fere uma questão que, a meu ver, é essencial ao fortalecimento institucional do País, qual seja a de regulamentar os dispositivos da Constituição de 1988 que ainda não foram regulamentados. Ou seja, como V. Ex^a expendeu com muita proficiência o assunto, eu gostaria de mencionar, para usar uma expressão de V. Ex^a, que a Constituição de 88 ainda é uma obra inacabada, posto que muitos dos seus dispositivos, alguns essenciais à boa governabilidade, estão carentes de regulamentação. Daí por que concordo com V. Ex^a que talvez o que devemos fazer neste instante é dar prioridade a dispositivos constitucionais que estão pendentes, carentes de regulamentação. Dessa forma, estaríamos dando eficácia plena ao texto constitucional. Espero, como V. Ex^a sugere e eu subscrevo o ponto de vista que V. Ex^a defende, para isso, darmos prioridade na Ordem do Dia a essas matérias que, pela sua hierarquia, por serem matéria constitucional, merecem a devida prioridade, a devida urgência. Daí por que eu quero dizer a V. Ex^a que me associo às suas palavras e, dentro das minhas limitações, procurarei ajudá-lo no desempenho dessa tarefa, que é uma tarefa sá-fara, é uma tarefa difícil, mas que eu acho que vale a pena. Mesmo porque a Constituição de 88, de alguma forma, atendeu às aspirações do povo brasileiro, que estava desejoso de que nós retornássemos ao Estado Democrático de Direito. Isso aconteceu e foi muito importante, mas não quer dizer que a missão já tenha sido cumprida. Pelo contrário, ainda há muito que fazer, e o que falta a implementar, certamente, exige que nós dediquemos uma atenção mais prioritária à regulamentação desses dispositivos. Acho que, assim fazendo, o texto constitucional terá sua eficácia plena e poderemos entender melhor o futuro do nosso País. Portanto, V. Ex^a merece o nosso reconhecimento por suscitar essa questão aqui, no Senado, nesta sessão matutina. Ao mesmo tempo, devo dizer a V. Ex^a que o que V. Ex^a acaba de manifestar pelo seu discurso é, a

meu ver, um sentimento generalizado do povo brasileiro. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Marco Maciel, eu é que agradeço.

Aqui, inverto a questão posta por V. Ex^a: eu é que estaria à disposição de V. Ex^a, já que V. Ex^a lidera no Congresso Nacional, há muito tempo, essa campanha, esse processo de tentarmos complementar a obra constitucional, como V. Ex^a disse, inacabada ainda. Os constituintes tiveram o mérito de dar início a esse processo e elaborar um texto, como disse V. Ex^a, que condiz com as expectativas maiores da população brasileira. Mas precisamos concluí-lo. Nesse sentido, eu é que me coloco ao lado de V. Ex^a, do Senador Demóstenes e de tantos outros que aqui têm essa preocupação.

Como eu disse, é um assunto que não diz respeito, talvez, até às necessidades imediatas da população brasileira, mas é algo que precisa ser feito. É o papel nosso de parlamentar botar o pé nessa tarefa e concluí-la, sem dúvida.

Senador Adelmir, com muito prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Geraldo, depois eu gostaria de me inscrever também para um aparte.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com o maior prazer, Senador.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Geraldo Mesquita, eu queria me associar às colocações de V. Ex^a, que faz em boa hora. Aliás, os próprios constituintes já preceituavam um tempo para a reformulação de alguns pontos da própria Constituição. Muitos aspectos, artigos inteiros, parágrafos, sistemas, principalmente o sistema financeiro, por exemplo – V. Ex^a começou seu discurso falando sobre isto, sobre taxas de juros, sobre o sistema financeiro –, não foram totalmente regulamentados. Eu concordo com as colocações nessa mesma linha que fez o Senador Marco Maciel. Além dessas questões da própria complementação de dispositivos constitucionais, torna-se necessário que nós avancemos nas reformas. Entre elas, por exemplo – também o Senador Marco Maciel, extremamente empenhado, faz parte de um grupo de Senadores que trabalha nessa direção –, a questão da reforma política, aliás, tema que pretendo abordar nesta manhã. É uma reforma importante, que eu diria que é a mãe de todas. Então, há coisas sobre as quais precisamos voltar a discutir. Acho que é um papel importante desta Casa federativa, em qualquer momento, fazer essas discussões, como a que V. Ex^a levanta nesta manhã. Portanto, quero me associar e dizer que, em boa hora, esses pontos são levantados

e merecem de todos nós uma atenção especial, por se tratar da Carta Magna, das regras básicas que regem os destinos tanto da política como da economia, enfim, de todo o nosso País e da sociedade como um todo. Meus parabéns a V. Ex^a!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Adelmir. V. Ex^a falando e eu lembrando aqui, quando V. Ex^a referiu-se à parte do meu pronunciamento que trata do sistema financeiro, da sua preocupação permanente com relação aos juros do cartão de crédito. Enfim, é um assunto que precisamos trazer para dentro do Congresso Nacional com muito vigor e equacioná-lo definitivamente.

Senador Mozarildo, concedo a V. Ex^a o aparte para que possamos nos encaminhar para a conclusão deste pronunciamento.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Geraldo Mesquita, quero dizer a V. Ex^a que concordo com o enfoque que V. Ex^a dá. Aliás, o Senador Marco Maciel disse muito bem: a Constituição que nós temos hoje – e tive a honra de ser constituinte – foi fruto de um momento que vivíamos, após um período longo, um período de exceção, em que toda a sociedade brasileira queria ver, na Constituição, seus direitos assegurados. Então, é verdade que nossa Constituição é ampla até demais. Por outro lado, como diz V. Ex^a e também o Senador Marco Maciel, muitas coisas faltam ser completadas. Falta uma regulamentação. Tanto é que a própria Constituição previu – e foi, pelo menos, dada a oportunidade – uma revisão constitucional na legislatura seguinte. Infelizmente, essa revisão não aconteceu na dimensão que deveria. Quero citar só um exemplo aqui, Senador Geraldo Mesquita: o art. 231 da Constituição, que trata dos direitos indígenas, nunca foi regulamentado. Aí, em uma recente decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a demarcação da Raposa Serra do Sol, no meu Estado, o tribunal colocou dezenove itens, que são verdadeiras regulamentações do art. 231. Quer dizer, como o Congresso não fez... E, aí, quero dizer: não por falta de iniciativa dos Congressistas, porque eu tenho, por exemplo, uma emenda à Constituição de 99, quando assumi no Senado pela primeira vez, que tenta apenas fazer uma condicionante na questão da demarcação de reservas indígenas, para que essas demarcações, antes da promulgação ou da homologação do Presidente, passem pelo Senado, para que nós, como representantes dos Estados, possamos analisá-las. Nem isso conseguimos. Então, na verdade, o que eu entendo – e concordo com V. Ex^a – é que a próxima legislatura, por exemplo, que será eleita este ano, deveria cuidar, desde o início, de fazer uma grande regulamentação da Constituição e até extirpar aquilo que é objeto de lei complementar ou de lei ordi-

nária e está na Constituição. Então, na verdade, essa revisão, que tinha prazo para ser feita, pode ser feita perfeitamente na próxima legislatura. Seria importante que começássemos, como o Senador Marco Maciel já vem fazendo, a elencar os pontos que deveríamos realmente pensar em regulamentar ou até retirar e botar como lei infraconstitucional. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço muito, Senador Mozarildo, sua contribuição. Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a, como muitos de nós aqui – e V. Ex^a demonstrou isso na prática, com as proposições às quais se referiu –, é daqueles que não desistem do cumprimento dessa tarefa. E tenho certeza absoluta de que, por conta disso inclusive, chegaremos a bom termo, em breve.

Sr^a Presidente, encerrando, eu queria apenas esclarecer que me utilizei, para chegar às conclusões que me trouxeram a esta tribuna, de quatro documentos básicos: a publicação *Leis a elaborar – Constituição de 1988*, do Ministério da Justiça, a que me referi; as Notas Informativas da Consultoria Legislativa do Senado, também a elas me referi, e são duas por sinal; e o documento *Dispositivos Constitucionais Pendentes de Regulamentação*, disponibilizado no portal da Câmara dos Deputados.

Lamentavelmente, não consegui um dos objetivos a que me propunha quando iniciei esta pesquisa: saber exatamente quantas e quais as leis hoje em vigor que regulamentam os dispositivos da nossa Constituição. Mas não desisto. Vou atrás dessa informação porque é parte fundamental dessa tarefa, desse processo ao qual todos nós deveremos nos filiar.

Digo, mais uma vez, Senadora Serys e caros Colegas, que este é daqueles temas que não dizem respeito, talvez, às necessidades imediatas das pessoas. Ontem, por exemplo, ouvi de colegas, funcionários da Casa, que se ressentem profundamente da existência de um restaurante aqui. O corpo funcional desta Casa talvez ultrapasse a população de alguns Municípios brasileiros, Senadora Serys. A verdade é essa. E ouvi, nos corredores, de alguns colegas servidores, que aqui não há um restaurante que permita que eles façam suas refeições. Nós temos um restaurante aqui na Casa ao qual eu nem vou, porque ali – está complicado –, além de ser caro, dificilmente se consegue um assento para fazer uma refeição. E os funcionários, em número bem maior do que o de Senadores, ressentem-se disso.

Portanto, esse é um assunto concreto. Daqui eu não tratei dele, mas é o que eu digo, Senador Adelmir: de certa forma, precisamos, ao lado dos assuntos concretos, trazer essa questão, que é fundamental para todos nós e para o País.

Senadora Serys, desculpe o alongado e muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Geraldo Mesquita.

Passo a Presidência, agora, ao Senador Mão Santa, para que eu possa fazer uso da palavra, pela ordem de inscrição.

A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Tem a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, que é uma Senadora do Partido dos Trabalhadores e que representa o Estado de Mato Grosso. Possui vibrante carreira política, foi Deputada por várias vezes, com presença na Assembleia, e chegou a esta Casa, representando as professoras do Brasil. E aqui chegou mostrando a bravura da mulher. S. Exª venceu um dos maiores líderes da nossa história democrática, Dante de Oliveira, que foi Prefeito e Governador, mostrando sua luta e sua bravura.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos ouvem, hoje, vamos tratar, como quase sempre, da questão da produção em Mato Grosso e também de um tema que estou sempre a falar, que é a questão da mulher, especificamente a mulher na política.

Senhoras e senhores, Senadoras e Senadores, hoje, aqui, quero registrar a abertura em Mato Grosso de mais quinze frigoríficos de pescado. Lá, estamos muito acostumados a falar em frigoríficos de carne especificamente de boi e também de frango e de suínos, mas, agora, o pescado está chegando ali também com toda a vontade. Quinze frigoríficos de pescado em meu Estado de Mato Grosso, que já era reconhecido como um dos maiores produtores...

(Interrupção do som.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, tenho direito a vinte minutos. V. Exª está economizando meus minutos aí.

Meu Estado de Mato Grosso, que já era reconhecido como um dos maiores produtores de carne do País, agora tenta ser conhecido também pelo pescado. Estamos falando, Sr. Presidente, de R\$30 milhões de investimentos diretos no Estado. O Governo Federal deverá dar o sinal verde no próximo mês, garantindo mais e mais recursos para o setor. A bancada federal de Mato Grosso conseguiu destinar R\$21 milhões para o setor pesqueiro de Mato Grosso.

Esses quinze frigoríficos atendem a quinze consórcios intermunicipais nas regiões do Alto do Rio Paraguai, do Alto do Teles Pires, do Araguaia, do Complexo Nascentes do Pantanal, do Médio Araguaia, das Nascentes do Rio Araguaia, do Norte Araguaia, do Portal da Amazônia, da Região Sul, do Vale do Arinos, do Vale do Guaporé, do Vale do Juruena, do Vale do Rio Cuiabá e do Vale do Teles Pires, atendendo a quase todas as regiões do nosso Estado de Mato Grosso.

Acredito que o setor pesqueiro deve ser incentivado, especialmente por ser pautado basicamente pela pesca artesanal, gerando emprego e renda aos pequenos piscicultores, contribuindo para a diversificação da produção rural e gerando alternativas rentáveis para a nossa população, especialmente naquelas regiões onde o solo não permite uma grande produção agrícola.

No ano passado, o Governo do Estado criou o programa Criar N'Água, que tem exatamente a intenção de ampliar a produção em tanques, nas pequenas propriedades, garantindo que a produção seja consumida na merenda escolar, em todos os Municípios de Mato Grosso. Srªs e Srs. Senadores, devo parabenizar a Secretaria de Desenvolvimento Rural, porque esse programa traz benefícios a todos. Ganha o pequeno produtor, que tem sua produção com destino certo, gerando-se sustentabilidade e viabilidade econômica dos pequenos empreendimentos rurais; ganha o Estado de Mato Grosso, que consegue elevar o nível de renda da população rural; e ganha a educação pública, que garante alimentação de qualidade para os alunos.

Temos a ambição de que se produza mais que o necessário para abastecer a rede pública de ensino. Assim, já há a programação para se criarem mecanismos de venda do excedente, inclusive para o exterior.

Investir na pesca, Srªs e Srs. Senadores, principalmente a artesanal, é ajudar a diversificar a já pujante produção mato-grossense. Se temos como carro-chefe a produção de grãos, também temos outros produtos a serem oferecidos no mercado interno e externo. Haverá ampliação da oferta de pescados em Mato Grosso, que hoje é insuficiente.

Além desses quinze frigoríficos, Mato Grosso está atraindo a iniciativa privada, que está vendo no pescado a nova oportunidade de investimentos no Estado. O Estado, em breve, será referência na produção de pescados no Brasil. É a diversificação da produção chegando, a todo vapor, a Mato Grosso.

Até há pouco tempo, a soja era tida como praticamente a única produção de Mato Grosso. Hoje, o Estado, se não é o maior produtor, é o segundo ou o terceiro na classificação da produção de soja, de algodão, de carne de boi, de milho, de arroz, de peixe,

de frango, de suíno, de teca, de eucalipto. Enfim, é a diversificação da produção chegando, a todo o vapor, ao meu Estado de Mato Grosso.

Aproveito também para destacar outro fato que nos orgulha muito, a nós mato-grossenses, que é a questão do financiamento do projeto Minha Casa, Minha Vida. Mato Grosso é um dos três únicos Estados que conseguiu atingir 100% de aproveitamento da verba para aquisição da casa própria. A Caixa aumentou em 94,5% os créditos para financiamento da casa própria. Segundo notícia veiculada, no dia de ontem, pelo jornal *Folha do Estado*, foram R\$687 milhões para a habitação, dos quais R\$235 milhões foram para o projeto Minha Casa, Minha Vida.

Quando falo em *Folha do Estado*, quero saudar realmente todos. Saúdo você, Marisa Batalha, a senhora proprietária da *Folha do Estado*, uma mulher dinâmica, uma mulher valorosa.

(Interrupção do som.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, tenho direito a vinte minutos. V. Exª me deu seis minutos. Dê logo os quinze minutos que estão faltando. (Pausa.)

Obrigada. Do contrário, eu já ia dizer que era discriminação contra a mulher.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Exª tem de ler Maquiavel, que disse: na hora de destruir, acabo de uma vez. Para os amigos, a gente dá gota a gota para saborear. Então, estou dando a riqueza do tempo, mas jamais ousarei tirar a Senadora Serys da tribuna.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador.

Como eu dizia, quero saudar especialmente a Isabela, Srª Diretora Presidente da *Folha do Estado*, já que estou citando esses dados aqui, como também os outros meios de comunicação do meu Mato Grosso, o *Diário de Cuiabá*, a *Gazeta*.

A *Folha do Estado* registrou, no dia de ontem, R\$687 milhões para a habitação, dos quais R\$235 milhões foram para o Minha Casa, Minha Vida. Foram beneficiadas 6.992 famílias com renda de até três salários mínimos, sendo que, no total, foram realizados 14.753 financiamentos. Quer dizer, as famílias com renda baixa foram responsáveis por quase metade de todos os financiamentos.

O sucesso do programa do Governo Federal – um dos programas mais queridos da nossa Ministra Dilma Rousseff –, em nosso Estado, deve-se em parte pela experiência do Estado de Mato Grosso no financiamento habitacional para famílias de baixa renda. Além disso,

não temos problema de espaço para construção nem supervalorização das propriedades.

O programa Minha Casa, Minha Vida destinou treze mil unidades habitacionais para o Estado, sendo que seis mil deveriam ser para famílias com renda de até três salários mínimos, e financiamento de R\$39 mil. Como esse número já foi alcançado, o restante deverá ser remanejado para financiamento a famílias com renda de três a dez salários mínimos. Graças a esse grande êxito, há previsão de que o Governo Federal destine mais R\$1 bilhão para o financiamento habitacional mato-grossense neste ano de 2010. É o Governo do Estado, Governo Blairo Maggi, junto com o Governo Federal, do nosso Presidente Lula, fazendo com que a habitação popular chegue ao nosso Estado de Mato Grosso.

Aqui, eu queria ainda, Srªs e Srs. Senadores, falar de um tema que será tratado daqui até o mês de março – aliás, ele deve ser tratado nos 365 dias do ano. Está se aproximando o Dia Internacional da Mulher. Inclusive, quero registrar que fui convidada a ir a Washington no lançamento do Ano Internacional da Mulher das Américas, feito pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Esse lançamento vai ser feito agora, nos últimos dias do mês de fevereiro. Sou a requerente junto à OEA, em Washington, de que o ano de 2010 se torne o Ano Internacional da Mulher das Américas. Nosso requerimento, protocolado na OEA, em Washington, foi aprovado pelo Conselho da OEA em 2008 – se não me engano, isso se deu no final de 2007, no início de 2008 –, e, agora, a OEA já está ultimando que esse evento se inicie. Como é o Ano Internacional da Mulher das Américas, hoje vou falar um pouquinho também da questão da mulher.

Eu diria que a questão da mulher no poder é cultural. Há pouco tempo, há menos de cem anos, há setenta anos, nós, mulheres, não tínhamos, Sr. Presidente, direito a votar. No início do século passado, não tínhamos direito à instrução, não tínhamos direito a trabalhar fora. Quer dizer, a mulher era considerada um ser de segunda categoria, que não tinha direito a se instruir, a trabalhar fora, a votar. Era aquela que deveria ficar dentro de casa, submetida às lidas domésticas. Temos muita consciência de que somos mães e de que temos competência. Sou mãe de quatro filhos, que já estão hoje todos adultos. Cada nascimento de um filho fazia com que eu tivesse mais energia e mais força para trabalhar, para estudar. Fiz o curso de Direito, o de Pedagogia, o meu mestrado na área de Educação, trabalhando, dando aula na Universidade Federal de Mato Grosso e criando meus filhos com dignidade e com competência.

Realmente, tenho o maior orgulho desses meninos: hoje, a Natacha é médica, o Alexandre é advogado, a Larissa é psicóloga e o Leonardo Filho engenheiro civil, todos com mestrado, dois já a caminho do doutorado, todos profissionais absolutamente independentes.

Então, isso é possível, sim. Nós, mulheres, temos condições de cuidar das nossas famílias, de trabalhar e de fazer política com competência e com compromisso, compromisso claramente determinado, porque eu digo sempre que há grande importância da participação da mulher na política. Mas, não basta ser mulher, tem que ser mulher que realmente defenda causas sociais, causas importantes para o nosso Brasil e, especialmente, para a população brasileira.

O compromisso de homens e de mulheres, em igualdade de condições, nem mais nem menos para um gênero ou outro, nem mais nem menos para os homens ou para as mulheres, igualdade de direitos e igualdade de condições se fazem necessárias, em todos os sentidos: o respeito dentro da família, a consideração, nada de maus-tratos, nada de humilhação; é igualdade de direitos e respeito dentro da família, respeito no trabalho, igualdade de condições no trabalho.

Nós, mulheres, hoje, estamos nos preparando, estamos fazendo curso superior, estamos chegando aos cargos de topo de carreira, num número muito pequeno ainda, mas com competência, realmente em igualdade absoluta com os companheiros homens, nossos filhos, nossos companheiros, nossos esposos, nossos irmãos, nosso pai.

Enfim, a igualdade de direitos se faz necessária em nossa sociedade. Mas, infelizmente, desde o salário, 30% de nós mulheres no Brasil, fazendo o mesmo trabalho que os companheiros homens, recebemos até 25% ou pouco mais do que isso menor do que os companheiros homens. Esta igualdade de direitos se faz necessária no trabalho, na política, e é disso que vou falar um pouco agora.

Fazendo, senhores e senhoras, uma pesquisa simples na Internet sobre a relação mulher e eleições, deparei-me com manchetes no mínimo questionáveis. E aqui peço a atenção de todos que nos vêem, de todos que nos ouvem, dos Srs. Senadores, fazendo uma saudação especial ao Senador Marco Maciel que preside o nosso Conselho da Mulher-Cidadã Bertha Lutz no Senado. Eu presidi, o Senador Marco Maciel sabe disso, por sete anos este Conselho. E agora sou 2ª Vice-Presidente do Senado, uma sobrecarga muito grande; houve uma certa resistência, mas nós passamos com muita honra a Presidência deste Conselho para o Senador Marco Maciel. Alguns dizem: “Mas, Senadora, a presidência de um conselho da mulher para

um homem?”. Eu falei: mais um motivo. É um homem equilibrado, é um homem abalizado, é um homem que tem realmente consciência da importância dos direitos da mulher e, portanto, eu diria que ter um homem na presidência deste Conselho da Mulher-Cidadã Bertha Lutz é tão importante quanto ter uma mulher a presidi-lo. Eu não tinha tido oportunidade ainda, Senador Marco Maciel, de lhe dizer isto: honra-me muito e fico muito satisfeita de vê-lo na Presidência desse Conselho, juntamente com a composição do Conselho como um todo, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores – somos nove membros neste Conselho.

Um aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do apartante.) –Nobre Senadora Serys Slhessarenko, eu gostaria de aproveitar o ensejo para ressaltar um fato, já que V. Ex^a não o fez. Nesse prêmio V. Ex^a teve um papel muito importante. Aliás, foi V. Ex^a talvez a Parlamentar que mais se interessou pela questão de gênero no Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado da República, e tem feito um trabalho que tem recebido um reconhecimento mais do que nacional, internacional, haja vista inclusive o fato de V. Ex^a já estar, junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), trabalhando para o reconhecimento dos direitos da mulher e no tratamento adequado das questões de gênero. Por isso, quero cumprimentá-la pelo trabalho que realiza, não somente como Vice-Presidente do Senado Federal, mas também na questão de gênero que é um ponto que ainda precisamos avançar. O Brasil foi um País que até se antecipou em conferir o voto à mulher, no Código Eleitoral de 1932. Mas, infelizmente, em 1934, veio a Constituinte e, posteriormente, em 1937, o Congresso Nacional foi fechado, Câmara e Senado, e a mulher só veio poder votar um pouco mais adiante. Mas, de toda maneira, no Brasil, nós demos o voto à mulher bem antes de muitos outros países importantes, inclusive países importantes da Europa.

Então, não podemos dizer que não avançamos, mas é necessário avançar mais, pois ainda há muito a fazer nesse campo. Por isso, os nossos cumprimentos ao trabalho determinado, perseverante de V. Ex^a, mesmo porque sem determinação, sem perseverança, não se conseguem grandes vitórias.

A SR^a SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Marco Maciel, nosso Presidente do Conselho da Mulher-Cidadã Bertha Lutz no Senado.

Como eu dizia aqui, Sr. Presidente, fazendo uma pesquisa simples na Internet sobre a relação mulher e eleições, deparei-me com manchetes, no mínimo, questionáveis, tais como: “Fulana é a única candidata

mulher a concorrer às eleições”; “Representatividade pequena de mulheres nas eleições da cidade tal”; “Cota de mulheres não é preenchida”. E muitas outras manchetes. É lastimável, senhores e senhoras, ler esse tipo de notícia em tempo em que as mulheres conquistam espaço na área profissional e familiar. E por que não conquistar também espaço no meio político?

Estamos às vésperas das eleições de 2010 e os partidos começam suas convenções e escolhas de candidatos e candidatas. Quero conchamar mulheres e homens para se conscientizarem que este é o ano feminino na política. Possivelmente, teremos, pela primeira vez, uma candidata mulher ao cargo de Presidente da República. Isso aumenta as chances de vitória do segmento feminino. No entanto, temos que levar esse mesmo quadro para Estados e Municípios. Soa paradoxal que sejamos maioria na hora de votar e minoria na hora de representar e sermos representadas nas diferentes esferas do Poder.

Aliás, eu quero fazer aqui uma modificação. Quando eu disse: teremos, pela primeira vez, uma candidata mulher ao cargo de Presidente da República, não! Já tivemos candidatas à Presidência da República, inclusive, nas últimas eleições, a ex-Senadora Heloísa Helena. Então, já tivemos. Mas é que eu, ao colocar agora, coloquei no momento de hoje.

Algumas pesquisas revelam que as mulheres nem sempre votam em mulheres. O motivo, muitas vezes, senhoras e senhores, é cultural. Não estamos acostumadas a ver mulheres candidatas e, muito menos, no poder. Pode soar até preconceituoso, mas nossa cultura paternalista nos impede de enxergar que a mulher pode comandar, gerir e executar políticas em igualdade, absolutamente, de condições aos companheiros homens. Este é um desafio que costuma mover o segmento feminino, mostrando sua capacidade de superação de limites. Com base nos meus quase quinze anos de vida pública e outros tantos de vida universitária, convivendo com tantas pessoas, posso garantir que a mulher se supera a cada dia.

Nada melhor que uma mulher no poder para entender as necessidades humanas. Afinal, somos mães, mães de todas as mulheres e de todos os homens existentes, sem preconceitos. Conscientizar-se de que somos pouco representadas na vida pública é um começo. Projetos de lei para garantir nossa permanência no poder político do País estão em andamento, mas é preciso que a cultura seja modificada.

Segundo levantamento da ONU, Sr. Presidente, de cada cinco assentos nos parlamentos do mundo, apenas um pertence à mulher. O ideal é que se atinja o equilíbrio: que não menos de 40% e não mais do que

60% das vagas pertençam a um mesmo sexo, seja aos homens ou seja às mulheres.

Mais dois minutos, Sr. Presidente, por favor.

Em outros países, isso já acontece, como em países nórdicos e europeus. Na Suécia e na Noruega, por exemplo, as mulheres participam com 40% das cadeiras do Legislativo e 50% do Executivo. Na Espanha também, ou seja, metade dos ministros é do sexo feminino.

No Brasil, ainda é diferente. Dos 513 Parlamentares da Câmara dos Deputados, 45, só, são mulheres – 8,77%. Nenhuma delas, mesmo em mandatos anteriores, jamais ocupou cargo de titular na Mesa Diretora da Câmara Federal. Isso realmente deixa muito a desejar. Nós, mulheres, queremos espaço, sim, em todas as instâncias de poder.

No Senado não é muito diferente. Somos 81 cadeiras e apenas 11 mulheres – 13,5%. No entanto, conseguimos avanços. Na Mesa Diretora atual, dos 11 cargos disponíveis, o segmento feminino ocupa dois deles. Inclusive, eu ocupo a 2ª Vice-Presidência do Senado da República. Já fui suplente e, agora, eu sou titular na Mesa Diretora do Senado da República. É avanço? É avanço sim, mas nós precisamos mais.

Pequenos avanços diante de um caminho tortuoso e longo, mas que é preciso fazê-lo. Em pleno século XXI, o sexo feminino tem que sair de sua condição secularmente oprimida e marginalizada para entrar na história dos direitos humanos.

Vamos, senhores e senhoras, redesenhar o nosso papel na sociedade. Será a consolidação da democracia.

Quando eu conchamo senhoras e senhores, eu conchamo homens e mulheres a que nós, realmente, de uma vez por todas, reconheçamos que temos de ter direitos absolutamente iguais. Quando conchamamos os homens é porque temos consciência de que nós, mulheres, sozinhas, não vamos conquistar a igualdade de direitos. Nossos filhos, absolutamente todos os homens, nossos filhos, nós precisamos que os senhores nos ajudem nessa conquista, nessa busca, nessa transformação de fisionomia de uma sociedade que, em quase todos os tempos, oprimiu, marginalizou, discriminou a mulher brasileira e a do planeta Terra. Eu costumo dizer que a única coisa que é democrática no planeta Terra é a discriminação e a violência contra a mulher. E o remédio para a violência contra a mulher é a denúncia. Felizmente está sendo superada, mas contra a discriminação é realmente a organização, a mobilização. E, para isso, a gente precisa contar com o apoio determinado de todos,...

(Interrupção do som.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ...absolutamente todos os companheiros homens. Não queremos ser mais do que os homens, de jeito nenhum! Queremos apenas a igualdade, nem mais, nem menos, apenas igual, direitos iguais em nossa sociedade. Só assim a gente vai poder dizer, em alto e bom som, para os senhores e senhoras que nos veem e nos ouvem, às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, que a gente está buscando construir a sociedade do bem, a sociedade da igualdade, a sociedade de todos e para todos.

No Brasil, falei do Parlamento. No Executivo, temos duas grandes mulheres, no Executivo maior brasileiro: a nossa Ministra Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil, mulher forte, mulher determinada, mulher que realmente mostra a competência de nós, mulheres. Às vezes é até criticada por ser forte, dura. Agora, ela é firme, é determinada, toma atitudes, tem decisões, e isso mostra às mulheres do Brasil, tanto Dilma Rousseff quanto Nilcéia Freire, nossa Ministra de Políticas Públicas para as Mulheres, que nós, mulheres, temos competência, técnica e compromisso político com as causas maiores do nosso Brasil, em igualdade de condições com os companheiros homens que estão no Poder Executivo do nosso País.

Muito obrigada, um abraço a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos, agora, para usar da palavra o Senador Adelmir Santana, que representa o Distrito Federal pelo DEM. Recentemente, fez um dos mais belos pronunciamentos, convidando todos os brasileiros a uma reflexão sobre a política do Distrito Federal. S. Exª mostrou muita competência na análise dessa crise que enfrentamos. S. Exª é acostumado a enfrentar crises. Veio do Maranhão ou do Piauí – ninguém sabe ao certo, e ainda disputam sua identidade, seu nascimento, se é piauiense ou maranhense. O Piauí, mais sabido, deu logo a S. Exª o título municipal, pela Câmara de Uruçuí, passou à frente. Mas S. Exª veio para esta cidade, como os candangos – é um símbolo –, acreditando em Brasília, e aqui constituiu família. É um vitorioso empresário, é um dos melhores dirigentes do Sistema S do Brasil, composto por entidades como o Sesc e o Senac. No Piauí, está seu companheiro Valdeci Cavalcante, que também é um empreendedor nota 10, como S. Exª. Daí foi para a política e representa, com grandeza, não só os piauienses, os maranhenses, os nordestinos, mas também todos os brasileiros e brasileiras de Brasília.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já fico lisonjeado com tantos elogios, mas confesso que tenho a minha naturalidade na cida-

de de Nova Iorque, no Maranhão, e um apreço muito especial pelo Piauí, onde eu estudei e morei muitos anos, e ligações familiares com aquele Estado; tenho o título de cidadão piauiense e cidadão municipal de Uruçuí. Então, me honro muito com isso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas o avô de V. Exª soltou foguete no Piauí....

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Eu sou primeiro neto...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Foi questão de cartório. Mandou lá, porque essa cidade do Maranhão era mais velha e tinha um cartório, mas a história, e é uma lenda, que o seu avô... E o seu avô tem uma respeitabilidade, mais do que qualquer cartório. É difícil tirar isso.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Muito obrigado.

Meu avô tinha um rifle...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Piauí abdicar da naturalidade de V. Exª.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Meu avô tinha um rifle 44, papo amarelo, e realmente ele deu três tiros, que era o símbolo do sexo masculino. Aí tinha um outro colega dele, que disse: “É verdade. Se prestasse era homem; se não prestar...”.

Então, tem essas coisas, que são apenas registros folclóricos, mas a minha naturalidade é a cidade de Nova Iorque, no Maranhão,

O meu coração é da cidade de Uruçuí, Piauí. Há muita coisa interessante entre essas colocações que V. Exª faz aqui.

Srªs e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna fazer algumas considerações para reflexão desta Casa neste início de ano. Sabemos que o Brasil tem desperdiçado muitas oportunidades para avançar e conquistar a estabilidade institucional, tão necessária para assegurar a governabilidade.

Agora surge novamente mais uma janela de oportunidade. Devemos, pois, aproveitá-la.

Todo ano em que há eleições gerais no País, têm-se um instante propício à reflexão sobre os nossos principais problemas, aflições e possibilidades, porque geralmente abre-se um espaço amplo para o diálogo democrático.

A sociedade fica receptiva ao debate político, e isso cria o momento ideal para auscultar a população sobre qual projeto de nação ela anseia. Ademais, enseja que a classe política apresente suas propostas em busca de novos caminhos que permitam aperfeiçoar e assegurar o bom funcionamento das instituições.

De fato, torna-se cada vez mais imperativo ao processo de desenvolvimento que almejamos, com melhoria do bem-estar da sociedade, justiça e paz,

que se promova o aperfeiçoamento do ordenamento institucional, de sorte a reduzir os desequilíbrios entre os entes federativos, a aperfeiçoar todo sistema de governo e a melhorar a necessária harmonia entre os poderes.

Eleições também colocam na ordem do dia questões importantes, como a ética e o relacionamento que deve haver entre o eleitor e o candidato. O voto faz a sociedade refletir sobre o futuro e compromete o cidadão com as suas escolhas.

Em pronunciamento recente que fiz desta tribuna – bem lembrado pelo nosso Presidente, Senador Mão Santa –, alertei para o clamor que há no País em torno da ética e dos princípios morais que devem reger a convivência. O povo nas ruas – eu dizia – demonstra toda sua perplexidade, indignação e descrença diante do quadro de impunidade e de falência de algumas instituições.

Alertei que o Senado não pode, de forma alguma, eximir-se de suas responsabilidades e deve enfrentar a questão, fortalecer o debate em torno de ideias que ajudem a aperfeiçoar e a consolidar as instituições democráticas comprometidas com a ética e o bem-estar da população. E assinali que não podemos ser omissos e, assim, pavimentar o caminho que leva à banalização da falta de ética, ensejando o descrédito do povo nas instituições e na política.

A propósito, ainda dentro do tema, gostaria de alertar meus pares para a necessidade urgente de se eliminar ou reduzir o elenco de aberrações que maculam a verdade eleitoral. A propaganda política chega hoje a um patamar no qual as técnicas de *marketing*, Sr. Presidente, só estão acessíveis a quem tem muito dinheiro. E os candidatos são assim transformados em “produtos ofertados ao eleitor-consumidor”.

E ao fim e ao cabo, o que se vê depois da eleição é a frustração do eleitor. E dos eleitos também, porque em geral não puderam aprofundar os debates em torno das questões mais cruciais para o desenvolvimento do País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, aqueles que nos ouvem, este preâmbulo serve para chamar a atenção para a oportunidade de um debate profícuo que deve iniciar-se agora em torno das principais reformas de que necessitamos para fazer com que o Brasil avance.

Friso, desde já, que não me incluo entre os que veem as reformas como panaceia, pois reformar, para mim, é uma atividade permanente, que deve acompanhar a marcha e a evolução da sociedade.

Mas há alguns aspectos de certos temas que cumpre reformar e, entre eles, destaco as reformas política e tributária.

Com relação à primeira, o eminente Senador Marco Maciel já nos advertiu que a proximidade de eleição afeta bastante a reforma política. Com sua notória experiência de legislador, ele assinala que o melhor momento para fazê-la é quando se instala uma legislatura.

Não obstante, diante da oportunidade a que me referi anteriormente, arrisco-me em afirmar que nada impede que iniciemos ainda nesta legislatura o debate dessas duas reformas, visando envolver a sociedade no processo e comprometer os futuros governantes com propostas claras que materializem a sua realização logo no início da legislatura vindoura.

Concedo um aparte ao eminente Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do aparteante.) – Nobre Senador Adelmir Santana, eu desejo, antes de mais nada, cumprimentá-lo pelo discurso que hoje profere e acrescentar que V.Ex^a trata de um assunto que é, a meu ver e penso que de muitos, uma grande prioridade, talvez a prioridades das prioridades, que é justamente concluir a obra não acabada da Constituição de 88.

A Constituição de 88 se caracterizou por ser, diferentemente do que aconteceu com Constituição de 1891, que foi a primeira constituição republicana, uma constituição analítica, e não sintética.

Veja que a Constituição de 1891, que foi a primeira constituição da República, tinha pouco mais de noventa dispositivos. A de 1988, por ser uma constituição analítica, portanto abrigando detalhes e até matérias não constitucionais, fez com que a tarefa de regulamentá-la, de dar-lhe eficácia plena, ainda não se tenha completado. Os constitucionalistas dizem sempre que as constituições podem ser divididas entre sintéticas e analíticas. A Constituição de 1891, como disse, foi uma constituição sintética. A Constituição de 1946 não foi uma constituição sintética, mas não chegou a ser uma constituição analítica, que descasse a muitos detalhes e incorporasse ao texto matérias que não eram constitucionais. Mas a de 1988 foi uma constituição analítica até por brotar de um grande sentimento nacional, que era o retorno ao chamado Estado Democrático de Direito. Daí por que – não quero me alongar em considerações e tirar o tempo destinado a V. Ex^a – eu gostaria de dizer que está na hora de atentarmos para a questão constitucional brasileira, ou seja, para melhorar, como V. Ex^a mencionou, as questões de governabilidade. O Brasil tem tudo para ser um grande país, e já o é; certamente, vai ter um papel muito destacado neste terceiro milênio da era cristã que estamos iniciando. Eu espero que, para que isso ocorra como

nós desejamos, concluamos essa tarefa da Constituição, que é a prioridade das prioridades.

Eu sou otimista com relação ao Brasil e ao seu futuro e sempre me recorro de uma frase de Juscelino Kubitschek, proferida nos idos de 1956, numa entrevista ao jornal *O Globo*, quando disse que, com relação ao Brasil, o otimista pode errar, mas o pessimista começa errando. Nós não temos razões para sermos pessimistas no país que temos; um país que conseguiu, inclusive, realizar uma notável integração étnica, *melting pot* reconhecido internacionalmente. Então eu diria que temos todas as razões para acreditar que o País terá um papel destacado, eu não diria um protagonismo, mas um papel extremamente destacado, na comunidade internacional. Por isso, eu cumprimento V. Ex^a e quero dizer que concordo com a proposta que V. Ex^a acaba de formular e espero que o Congresso Nacional coloque a questão no rol de suas prioridades, assim como fez ainda há pouco o Senador Geraldo Mesquita Júnior, quando também advogou a necessidade de dar um tratamento privilegiado, se assim posso dizer, à regulamentação da Constituição de 88. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Eu é que agradeço a V. Ex^a o aparte, que enriquece meu pronunciamento. Concordo com V. Ex^a quando diz que neste País não podemos ser pessimistas. Se nós fizermos uma avaliação dos últimos trinta anos, teremos clareza de que o País passa por evolução acentuada. Isso nos dá muito orgulho e nos permite acreditar no nosso futuro. Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Sr. Presidente, falava eu sobre a reforma política. Darei continuidade à minha fala.

A importante reforma política, ponto que defendo, não deve ser objeto apenas do reduzido debate no Parlamento e tampouco no seio dos partidos políticos. Acreditem esses estudiosos que a sociedade...

– através de suas entidades organizadas – deve participar ativamente dessa discussão, provendo limites ao legislador a partir de suas aspirações por mudanças.

É necessário, portanto, que se repare, que se prepare o terreno desde já para que, logo adiante, um assunto tão estratégico como é o caso da Reforma Política não permaneça novamente perdido nas gavetas e nos escaninhos do Congresso Nacional.

Esse é um espaço, a meu ver, Sr. Presidente, que pode ser apoiado por esta Casa, à qual compete estimular esse debate com a sociedade. Sem me ater a pontos específicos da Reforma Política – alguns dos quais podem ser votados, aprovados ainda este ano –, que aparecem nas mais diferentes listas de estudiosos da questão, entendo que instituições como a

Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação dos Magistrados Brasileiros e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, entidades que há muito discutem o tema, podem apresentar suas contribuições de forma sistematizada, para que elas sejam examinadas pelos políticos e incorporadas aos programas dos candidatos à Presidência.

Esta pode ser uma fórmula capaz de encurtar a distância que nos separa de sua aprovação. E, ademais, a participação dos movimentos sociais no processo recoloca o tema da democracia direta na ordem do dia, o que certamente trará ganhos para o País.

Concordo e faço minhas as palavras do saudoso Ministro Roberto Campos, que admitia que a Reforma Política não é uma panacéia, pois não há regime político algum capaz de satisfazer a todos igualmente. Aqui e mesmo nas democracias mais consolidadas do que a nossa há sempre alguém querendo mudar o sistema, campo imperfeito e em constante mutação. Em seus comentários, o Ministro Campos afirmava que o Brasil conseguiu fazer o oposto do presidencialismo federativo que nos serviu de modelo, e que foi implantado nos Estados Unidos. Dizia o Ministro Roberto Campos: *“Lá, Estados e Municípios que se dividem têm que se virar sozinhos – aqui, a conta sempre vai para a viúva”*.

Aqui mesmo nesta Casa, muitos sugerem uma profunda revisão no seu funcionamento, deixando de lado as funções de Casa revisora das matérias gerais que tramitam no Parlamento, para exercer com mais propriedade a sua competência concentrada nas questões federativas. São, portanto, muitas as propostas e sugestões já existentes para enriquecer a votação de uma reforma institucional.

Todavia, é no mínimo curioso examinar a batalha que há anos se trava em torno da Reforma Política. Todo mundo é a favor dela, mas a concretização desse projeto nunca ocorre. É de remendo em remendo o assunto que, diga-se, é estratégico para o País vai sendo empurrado para debaixo do tapete. E a Nação é quem paga o preço da falta de vontade política.

Meus caros Senadores, o mesmo se pode dizer também da Reforma Tributária. Ela é urgente, pois hoje esse é um ponto que impede o País de avançar para um nível de crescimento compatível com os anseios e a necessidade da população.

Esta é, indiscutivelmente, uma das mudanças mais esperadas pelo contribuinte brasileiro, especialmente o setor produtivo, sobretaxado em todas as etapas do processo, desde a unidade fabril até a comercialização dos produtos.

O crescimento da carga tributária vem acontecendo a uma velocidade espantosa a cada ano. Atualmente

está em mais de 37% do Produto Interno Bruto brasileiro, segundo estudos da própria Receita Federal, e não há sinais de que deverá abaixar em um curto prazo. Ao contrário, o Governo Federal vem aumentando os gastos públicos, a despeito de uma redução da arrecadação por conta da crise, que é internacional.

Esse aumento de gastos públicos não significa que o contribuinte terá um melhor serviço por parte das instituições federais. O Governo tem mostrado que não sabe usar corretamente o dinheiro arrecadado

dos cidadãos: gasta muito com o custeio da máquina e menos com investimentos. Aumenta salários sem critérios dos mais diversos e incha a máquina pública, mas esquece-se de aplicar em itens básicos para o bem-estar da população, como rede de água e esgoto, investimento em saúde, educação, transporte, segurança, entre outros que são funções precípuas do Estado.

Concedo a palavra ao eminente Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Adelmir Santana. Ouvindo atentamente V. Ex^a, fico feliz que traga esse tema à Casa. Senador Adelmir, andando na rua, sabe qual é o sentimento das pessoas em relação à tão falada reforma política? Já ouvi muita gente dizer o seguinte: esse pessoal – e esse pessoal ao qual eles se referem somos nós, os políticos e parlamentares – esse pessoal dá “pitaco” em tudo que é assunto. Agora, quando se trata de corrigir suas próprias imperfeições, ou seja, o próprio sistema político, cada um sai por uma porta e esse assunto jamais é tratado com a seriedade que ele merece, Senador Adelmir Santana. É verdade. V. Ex^a, provocando mais uma vez essa questão é como se tivesse chamando atenção de todos nós para a nossa grave responsabilidade. A população brasileira, tenho certeza, só vai compreender na sua totalidade o que estamos fazendo aqui, a nossa missão, quando, além de darmos “pitaco” em tudo quanto é assunto da população, a gente se volte para, talvez, até cortar na própria carne. Talvez o aperfeiçoamento do sistema político-partidário brasileiro signifique, por vezes, cortar na própria carne, e nós não podemos fugir mais a essa responsabilidade. Para estarmos à altura da expectativa da população brasileira, dos eleitores brasileiros, precisamos, como eu disse – desculpe a repetição, mas ela é importante –, além de dar “pitaco” nos assuntos, às vezes até domésticos, da população brasileira, precisamos resolver o mais breve possível questões relativas ao sistema político-partidário brasileiro no sentido de aperfeiçoá-lo e colocá-lo à altura das expectativas da população brasileira. Meus parabéns pelo pronunciamento!

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Agradeço ao Senador Mesquita pela sua intervenção e que bem já fez referência, por isso disse que traria uma complementação desse mesmo assunto no seu pronunciamento desta manhã. Muito obrigado, Mesquita, pela sua participação.

Eu peço vênias, Sr. Presidente, para ler duas páginas apenas, uma página e meia, para concluir o meu pronunciamento.

Muitos especialistas, Sr. Presidente, argumentam que mais urgente do que a realização da Reforma Tributária – falei da Reforma Política e falo agora da Reforma Tributária –, o Brasil precisa de qualidade nos gastos públicos. Como eu disse, arrecada-se muito e tem péssimos serviços. Eu acho que as duas coisas são urgentes e devem caminhar juntas.

Se analisarmos a qualidade do ensino público e o atendimento nos hospitais e postos de saúde mantidos pelo Governo,

podemos concluir que a carga tributária brasileira é realmente alta comparando-se a outros países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Dos países emergentes, o Brasil é o que tem maior carga tributária. Dos chamados BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), é o que cobra mais impostos de seus cidadãos. Para se ter uma idéia, na China e na Índia, dois emergentes que têm atuação destacada no cenário mundial, a carga tributária é semelhante: fica em 18%, enquanto na Rússia, apesar de ser também considerada elevada, mesmo assim fica abaixo da cobrada no Brasil. Lá, a carga tributária está em 36%, mas os serviços públicos são considerados de melhor qualidade.

Por isso, volto a insistir que é importante analisarmos o peso da carga tributária em comparação com os serviços públicos prestados pelo Estado aos seus cidadãos. É importante gastar melhor e com qualidade.

É sabido que a pesada carga tributária é um dos principais entraves ao investimento. Devido ao sistema pesado e burocrático, o Brasil tem sido menos competitivo do que os seus semelhantes emergentes. Daí que a racionalização do sistema tributário passa pela redução da burocracia, para tornar o sistema mais aberto e competitivo.

Foi com o propósito de tornar o nosso sistema mais competitivo e menos oneroso para os cidadãos, que apresentei, em abril de 2008, a Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2008, que outorga ao Senado Federal competência para estabelecer limites à carga tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Atualmente, a referida emenda está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Parece-nos essencial que o Senado acompanhe a evolução da carga tributária e conceba mecanismos adequados, técnica e juridicamente, para reduzi-la. Esses estudos e diagnósticos devem servir como diretriz para a elaboração dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no espírito cooperativo que marca o nosso federalismo.

E também neste caso as eleições deste ano abrem a oportunidade para que se estabeleça o debate sério e equilibrado sobre os pontos principais dessa importante reforma. As entidades organizadas da sociedade civil, como as grandes confederações, as federações estaduais, as federações nacionais e sindicatos patronais e trabalhistas, que representam a iniciativa privada, possuem primorosos estudos sobre esse tema, e que devem ser aproveitados.

É necessário reuni-los e também sistematizá-los, de sorte a que se possa iniciar no ano de 2011 imprimindo a velocidade necessária para realizar as grandes mudanças que o País exige para crescer, gerar empregos, redistribuir melhor a renda e ser mais justos com todos os cidadãos.

Sr. Presidente, advirto e chamo a atenção de que este é o momento para essa discussão, pois é ano eleitoral e teremos a oportunidade de debater questões como essa, para tanto os candidatos quanto os eleitores ficarem afinados com essas discussões.

Estou certo – e volto aqui a repetir as palavras sábias do grande legislador Marco Maciel – de que uma reforma política deve ser feita sempre no início de uma legislatura, mas não é por isso que nós deveremos deixar de discuti-la no momento em que estamos passando, no ano eleitoral. Assim é possível o envolvimento do eleitorado, dos candidatos para firmarem os compromissos e essa matéria entrar em discussão nos primeiros dias da próxima legislatura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço a V. Ex^a. Acho que realmente nós temos que chamar a atenção para esses problemas, principalmente da eleição daqui a 239 dias e das outras reformas que são necessárias.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do PSC do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, Parlamentares, brasileiras e brasileiros que estão aqui no plenário do Senado da

República e que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Marco Maciel, com muito orgulho, sou do Piauí.

O poeta Da Costa e Silva:

*“Piauí, terra querida,
Filha do sol do equador.
Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!”*

Na luta, teu filho é o primeiro que chega. Geraldo Mesquita viu o palco da luta lá em Campo Maior, Genipapo. Fomos nós os primeiros brasileiros capazes de fazer uma batalha sangrenta para expulsar os portugueses. Este País grandão deve-se à bravura dos piauienses que aqui represento.

“Filho, coloque esta coroa antes que algum aventureiro a ponha na cabeça”. O aventureiro era Simon Bolívar. Andava derrubando os reis, e o filho ficou com o sul, e o norte ia ficar com Portugal. Era, Marco Maciel, o País Maranhão. E acabamos essa história. Nós fomos os primeiros... Depois, teve outra batalha na Bahia em julho. A nossa foi em 13 de março – março é antes de julho.

Mas, então, gente grande mesmo é do Piauí. Se tivesse um pódio da melhor gente brasileira, seríamos medalha de ouro. Sei que o seu Acre tem muita bravura, Geraldo Mesquita, já foi até República, já foi país, não é? É uma história bonita também.

Pernambuco. E, Marco Maciel, você diz: Mas o Piauí... O Piauí foi dependente de Pernambuco muitos anos, quase 300. Quando nos livramos de Pernambuco, fomos dependentes do Maranhão. É por isso. Somos novos, nossa capital tem 158 anos.

Mas foi a primeira planejada deste País! Davi Caldas é o profeta da República. Ô Marco Maciel, V. Ex^a, que gosta de história, se curve. No Piauí, temos Teresina, primeira capital planejada deste País. A coragem dos piauienses de planejar uma capital no meio do Estado, diferente de todas. Ela que inspirou Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas. Essa é nossa gente.

Mas, Marco Maciel, há um episódio bonito. V. Ex^a, que é bíblico, tem o profeta da República. Dezesete anos, antes de 15 de novembro de 88, havia um jornal cujo nome, Geraldo Mesquita, era *A Ordem*. Um jornalista colocou o nome de *Oitenta e Nove*. Ô Augusto Botelho, *Oitenta e Nove*, nome de jornal. Parece nome de cachaça, não é? *Oitenta e Nove*. Era não! Foi para despertar no Brasil a necessidade da República, que nascera na França em 1789, com o lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Um século depois, 15 de novembro de 1889, nosso retardatário. Mas foi no Piauí que o cara, Davi Caldas, 17 anos, nomeou um jornal

de *Oitenta e Nove* para instigar os brasileiros a terem coragem de fazer a República. Então, somos nós.

E, hoje, venho aqui – quis Deus estar presente Marco Maciel – para lembrar a este País que não é só da história do passado, muito recente.

O mais brilhante de todos os brasileiros, no renascimento da democracia, foi o piauiense Petrônio Portella, e, amanhã, o Brasil completa 30 anos sem Petrônio Portella. Nós estamos aqui, nós somos continuadores dele. No meu gabinete, tem um retrato dele comigo. Vá lá ver: eu, cabeludo, novinho! Petrônio morreu cedo, persuadindo-nos a ingressar na política. Eu, bem novinho, cabeludo, e não querendo; ele, pinçando, e nós, entusiasmados pela Medicina, relutamos em entrar na política, mas fomos pinçados, estimulados e motivados por Petrônio Portella.

Mozarildo, eu me lembro do meu último encontro com Petrônio Portella. Último. Eu, bem novo, lá no Palácio da Alvorada, como Deputado Estadual. Alguns amigos da Parnaíba fizeram o Hospital Santa Edwiges. Um já morreu, o Mário Lage, e o outro foi meu Secretário de Saúde. Eram bem novos. Eles fizeram muitos empréstimos e não conseguiram se credenciar pelo INPS. Eu, então, fui com aqueles jovens buscar esse credenciamento. Aí, Mozarildo, fui até Petrônio às 9 horas da manhã.

Eu entrava com minha Adalgisa e com os dois novos médicos: Dr. Mário Lage, que Deus levou, e Dr. Paulo Lage Gonçalves, que foi meu secretário de saúde. Nove horas da manhã! Ô Mozarildo, aprenda aqui, olha o Petrônio, 9 horas da manhã... Aliás, no elevador, o ascensorista pensava que a gente era da Polícia Federal, porque éramos novos, e tinha acabado o encontro do Petrônio com a Polícia Federal. Aí, ele olhou e disse assim: “Mão Santa, eu faltaria com o João e não faltaria com você.” Eu digo: “Que João?” Era o João Figueiredo. Ele disse: “Eu tomei café – está ouvindo, Marco Maciel? – com o João Batista Figueiredo e deixei para vir atendê-lo. Você é uma das minhas bases.”

Era o dia posterior à votação da anistia, essa anistia na qual os tresloucados querem mexer e fazer uma guerra civil no Brasil, negociata, inspirada, nascida da inteligência de Petrônio Portella. Foi no dia seguinte, Geraldo Mesquita. Ele faltava com João, mas não faltava comigo.

Deixei lá o café e dei a notícia. Ô Marco Maciel, a votação foi por uns sete votos, não foi?

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Exatamente.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Olha aí, ainda me lembro. Mas estou aqui para recebê-lo.

Aí, brincando, eu disse: “Petrônio, esses meninos aqui, esses médicos fizeram um grande empréstimo

– jovens, idealistas – e não têm esse tal de credenciamento para o INPS. Eu, como mais velho,

estou tentando ajudá-los.” Esse era o motivo da visita. Aí, ele disse: “Mão Santa, como vai você?” “Aí, eu disse: “É difícil! O Prefeito lá, o Alberto Silva”... Ele era contra o Petrônio, na minha cidade. E ele disse: “Eu não quero saber dessa gente, eu quero saber de você.” Dedo em riste! Aí, eu digo: “Não, Petrônio, quero agora fazer um pedido para esses jovens, porque eles estavam pensando até em se suicidar. O banco está atrás deles. Eles tiraram um empréstimo e não podem pagar. E eu disse: ‘Vamos ao Petrônio.’” Aí, ele se virou; estava o Antônio Araújo, e eu disse: “Vim aqui, trouxe até a Adalgisa, porque, você sabe, Deputado Estadual fica... Meu futuro é só ali: Piracuru, Piri-piri, Buriti, Teresina, e não vou. Eu vim a Brasília e, então, aproveitei e trouxe a Adalgisa.” “Antônio Araújo, pega a D. Adalgisa e vá mostrar o Palácio.”

Antônio Araújo... Esse Marco Maciel é sabido! É um piauiense ilustre, honrado. Era o Secretário principal de Petrônio. E, Marco Maciel, sabido, herdou. Esta é a verdade: um homem público de bem. Essa é a raça nossa, do Piauí. Quero dar o testemunho.

Mas quero dizer que Petrônio morreu logo depois. Foi o último encontro. Aí, eu digo: “Só vou ficar até Piracuruca.” E ele, dedo em riste, disse assim: “Não, você vai ser tudo o que quiser no Piauí.” Atentai bem, Marco Maciel, ele falava com o dedo em riste: “Você vai ser tudo no Piauí.”

Foi o último encontro. Dedo em riste. Morreu o médico Mário Lage, o Paulo Lage está aí,

a minha mulher Adalgisa, o Antônio Araújo, e o Petrônio, no céu. Esse é o Petrônio da nossa intimidade.

O Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Então, trinta anos, amanhã, de ausência, mas nós representamos o Piauí no lugar dele, nós somos um dos seus herdeiros.

Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do aparteante.) – Nobre Senador Mão Santa, V. Ex^a traz, hoje, à lembrança da Casa, nesta sessão matutina, os trinta anos de falecimento de Petrônio Portella. Ele foi, realmente, um dos grandes políticos do País e uma figura de excepcional valor, que mereceu reconhecimento nacional. Pena que tenha falecido tão cedo; faleceu com 54 anos de idade, quando já exercera a condição de Presidente do Senado Federal, Governador do Piauí, Ministro de Estado da Justiça. Petrônio Portella foi um modelar homem público entre muitos que o Piauí nos revelou. E sinto muito seu falecimento

precoce, mas ele deixou um legado muito significativo de ações políticas e de ações administrativas. Sem querer me alongar, vou recorrer a um livro, chamado *Tempo do Congresso*, que reúne discursos de autoria do Senador Petrônio Portella. No volume 2 desse livro – tenho uma xérox aqui –, há um prefácio do Ministro Golbery do Couto e Silva, que foi, um grande estrategista e exerceu a chefia da Casa Civil da Presidência da República, além de todas as funções que ocupou, de forma digna e correta.

(Interrupção do som.)

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Vou ler o texto do livro de Petrônio Portella, a parte que diz respeito justamente à apresentação do Ministro Golbery do Couto e Silva. Diz o Ministro Golbery na apresentação: “*A Petrônio Portella não lhe foi dado alcançar tais culminâncias. Tinha tudo para isto e sentimento bem generalizado no País é o de que a morte lhe ceifou, inexorável, a plena marcha ascensional à suprema magistratura da Nação.*” O que é que queria dizer Golbery com essa frase curta? Que, não fora seu falecimento, Petrônio Portella, teria sido o candidato a Presidente da abertura, posto que ele já estivesse engajado nesse processo quando tratou de aprovar a Emenda Constitucional nº 11, de cujo trabalho também tomei parte, porque foi fundamental para que nós concluíssemos um processo de abertura política. Mas, além disso, Petrônio Portella percorreu todo o País, explicando, na OAB, CNBB, órgãos de classe, ABI, etc, o sentido da abertura política. Então, ele estava predestinado – se assim posso dizer – a ser o Presidente da República. E diz Golbery:

“No final de sua não tão longa ascensão, mas brilhante carreira, Petrônio Portella foi consultor acatado de dois Presidentes da República nas mais importantes e difíceis decisões, mesmo que desbordantes largamente do campo propriamente político. Mas uma coisa é aconselhar, assessorar; outra, bem diferente a tomada de decisões de Governo. Esta, ato solitário quase sempre dramático, podendo até mesmo ser trágico, e implicando a consciente aceitação de graves e indivisíveis responsabilidades, é sobretudo um ato de vontade, da virtú maquiaveliana, manifestação de caráter e ímpar testemunho de coragem moral, muitas vezes. Enquanto a primeira, faz-se apelo apenas a qualidades de inteligência, bom senso, discricção, confiabilidade e capacidade de persuasão...”

No caso de Petrônio Portella, há o reconhecimento de sua ação no plano não somente do Executivo, como Ministro da Justiça, mas também no campo do Parlamento, quando presidiu o Congresso Nacional, como Presidente do Senado, e quando enriqueceu esta

Casa, trazendo notável contributo ao aperfeiçoamento das nossas instituições. Por isso, quero cumprimentar V. Ex^a por lembrar o passamento de Petrônio Portella e seu legado, num momento extremamente rico da vida política brasileira. Estou certo de que a história vai-lhe fazer justiça, se já não o fez, porque sua enorme argúcia política, posto ser excelente negociador e, em função da experiência de que era dotado, ele conseguia dilucidar os magnos problemas do País, como diz Golbery do Couto e Silva neste livro *Tempo de Congresso*, de autoria do Senador Petrônio Portella. Portanto, quero concluir minhas palavras, felicitando-o pela iniciativa de homenagear a memória de Petrônio Portella por ocasião dos 30 anos de sua morte.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Nós agradecemos. Deus escreve certo por linhas tortas. Quis Deus estar aqui o Marco Maciel, que enriquece e simboliza, hoje, as virtudes do político brasileiro. Então, nós, em nome do Piauí, agradecemos a palavra de V. Ex^a.

V. Ex^a, com sua participação, torna grandioso este pronunciamento que faço pela inspiração que tenho de reviver um nome importante da política brasileira, que foi Petrônio Portella.

Estão, aqui, os dois livros citados por V. Ex^a, mas quero deixar às brasileiras e aos brasileiros aquilo que aprendi mais na intimidade com ele.

Primeiro, a família era ilustre. Seu pai era Eustáquio Portella, político que o motivou a também sê-lo, assim como fez seu pai, Geraldo Mesquita. Todos eram ilustres: Petrônio Portella; Lucídio Portella, que foi Governador, íntimo amigo meu, amigo de antes, porque era médico; Eustáquio Portella, que é um psiquiatra dos mais brilhantes da história do Brasil, no Rio de Janeiro; Nathan Portella, cardiologista que foi reitor da Universidade; e Elói Portella, que também foi Senador. Uma família ilustre, mas eu queria deixar alguns ensinamentos dessa convivência.

Primeiro, Marco Maciel, a frase que mais ouvi Petrônio dizer: “Não agredir os fatos”. Eu não entendia, Geraldo. Era, falando, o profeta, o sábio, o filósofo diante do ignorante discípulo. Ele balbuciava: “Não agredir os fatos”. E, hoje, eu aprendi os fatos.

Ele era Governador quando veio a revolução, ficou do lado da legalidade e depois, aqui, reconhecido pelos militares, o dia mais bonito foi o do corajoso do passado do PMDB, que está afogado no fundo do mar, Ulysses Guimarães, que teve a coragem de se candidatar em 1974. Então, Ulysses fez o seu pronunciamento. Em nome do Governo, defendendo a candidatura de Ernesto Geisel, o seu líder Petrônio Portella. Que duelo! Que beleza para a História! Não agredir os fatos. Ele, que era da democracia, conviveu, e eu entendo hoje.

Outra que eu ouvi ele repetir, daí me inspirar e ter coragem de mudar de Partido... Ele disse, ô Marco Maciel: “Só não muda quem se demite do direito de pensar”. “Só não muda quem se demite do direito de pensar.”

Outra que ouvi e aprendi: “O caminho mais curto do voto é o trabalho”. Que beleza, Geraldo Mesquita! E outra muito para autoridades.

Quis Deus... Deus prepara os homens. Eu estou aqui porque Deus me botou em convivência com Petrônio, com Lucídio, com Chagas Rodrigues, com Wall Ferraz.

Hoje, a avenida maior de Teresina tem dois bustos. Heráclito, quando Prefeito, colocou o de Petrônio e eu, quando Governador, o de Wall Ferraz, o maior líder. Homens exemplares. Esta é a minha inspiração política: homens de vergonha que aqui represento.

Mas o que eu tenho a aprender, Marco Maciel, nunca me esqueço: ele, Ministro, foi a Parnaíba...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Ô Augusto, cinco minutos.

Marco Maciel, Parnaíba toda, a minha cidade, foi esperar o piauiense Ministro. Eu me lembro que tinha um carro, ditador da moda, o carro melhor, eu pedi para ir, eu com o ditador, na minha simplicidade, Petrônio atrás, com Lauro Correia, Presidente da Federação, e meu irmão Antônio José, Secretário da Federação. Aí – olha aí, Paulo Duque, o que é um homem –, eu vi, de repente, natural, chegar o piauiense Ministro, com perspectiva de ser Presidente da República. Ele disse: “Mão Santa, para, para, para! Mão Santa, mande tirar aqueles batedores ali. A autoridade é moral”. Aí, eu fui e disse: “Olhem, rapazes, o Ministro está mandando vocês irem embora”. “Eu não ando, a autoridade é moral.”

Geraldo Mesquita, eu andei com o Ministro Petrônio Portella, sozinho, na praia de sua Copacabana – Ministro da Justiça. A autoridade é moral.

Eu me lembro, Marco Maciel, que Deus me brincou com o maior ensinamento da política.

O Marco Maciel deve ter vivido a época. Este Congresso de bravos Parlamentares fez aprovar uma reforma do Judiciário. Ela contrariou os militares do Governo e Petrônio mandou e fez votar.

Eles mandaram fechar o Congresso, Geraldo Mesquita. Isto foi em 1971. Eu estava no gabinete dele e vi. Aí chegaram os repórteres: “Diga alguma coisa!” “Fecharam o Congresso?” Os militares o cercaram. Vi que a autoridade é moral, e que se tem de respeitar o Senado da República. Geraldo Mesquita, ouvi só uma frase. E os jornalistas: “E aí, o Congresso, veio a or-

dem para fechar”. Paulo Duque, ele só disse uma frase, Geraldo Mesquita: “Este é o dia mais triste da minha vida”. Marco Maciel: “Este é o dia mais triste da minha vida”, e eu estava ao lado dele. Está aí, um discurso simples, mas de um homem de moral. Fez os militares refletirem e reabriram o Congresso.

Esta é a nossa história, a história do Petrônio.

Agradeço a todos. Apenas lembro ao piauiense que amanhã todo o Piauí deve orar, deve meditar, deve inspirar-se naquele nosso filho ilustre que ia ser Presidente da República. O plano: eu, da confiança dele, já era Deputado Estadual. Aí, o seguinte, simples – não era o colégio eleitoral, Geraldo Mesquita? –: ele seria candidato do PDS.

Juntava-se com o PP de Tancredo Neves. Tancredo seria o seu Vice. Já estava acordado, Marco Maciel. Ele me contou na Prefeitura...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – ... de José de Freitas, que é a origem da família de sua esposa Iracema. Juntavam PDS com o PP de Tancredo, ganhariam o colégio eleitoral, e ele seria o primeiro Presidente civil pós regime militar. Deus, Deus, Deus o chamou. Deus gosta dos bons, o chamou precocemente. Mas temos de comemorar os trinta anos, porque o nosso desejo de acertar, as bênçãos de Deus e o exemplo de Petrônio Portella hão de fazer respeitarmos a democracia.

Então essas são nossas palavras....

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Um minuto, um minuto!

Então que nossas palavras cheguem aos céus e a Deus, e sem dúvida nenhuma, como uma forma de súplica, de prece e de oração: Ó Deus fazei com que nunca falte no Brasil a inspiração do exemplo de amor à democracia do piauiense Petrônio Portella!

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senador Mão Santa, peço a V. Ex^a que assuma a Presidência por sou o próximo inscrito, conforme a ordem de inscrição. Aliás, desculpe-me. O próximo orador inscrito é o Senador Marco Maciel, depois serei eu.

Senador Marco Maciel, V. Ex^a é próximo e tem todo o tempo do mundo. Faço questão que seja V. Ex^a. Eu até cederia a minha vez, mas o fato é que V. Ex^a está inscrito antes de mim. Por favor, não vou viajar, fique tranquilo.

O SR. MARCO MACIEL (Dem – PE) – De minha parte, nobre Senador Augusto Botelho, gostaria que V. Ex^a usasse da palavra. E, se for necessário, assumo a Presidência, ou o Senador Paulo Duque, ou o Senador Borges assumirá a Presidência para que V. Ex^a possa fazer o seu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senador Marco Maciel, apenas vi o nome do Senador Valdir Raupp e omiti o nome de V. Ex^a. Sei que V. Ex^a está na frente, porque, na hora de eu me inscrever, vi seu nome na frente do meu. Portanto, não vou passar na frente de V. Ex^a, tenha a certeza disso. V. Ex^a foi colega do meu pai na Casa. Tenho muito respeito pela sua conduta como Senador, assim como todo o povo de Pernambuco tem.

O Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Marco Maciel, senhor virtude da democracia do nosso Brasil, orgulho não do Pernambuco, mas do Nordeste e do Brasil.

Este é o Senado da República que, em seu quadro, tem a riqueza de ter um homem como Marco Maciel. Quase uma centena de vezes assumiu a Presidência da República, todas elas abençoadas por Deus.

Marco Maciel, use da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa, quero agradecer inicialmente as palavras incoiáveis que V. Ex^a produziu a meu respeito.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho falar hoje sobre questões ligadas à diversidade étnica e à importância da educação para que possamos avançar nesse território.

Um grande economista e filósofo inglês, Francis Bacon, disse, certa feita, que *saber é poder*. Com isso ele queria explicitar que educação é fundamental para que uma nação se afirme, porque sem investimentos em educação plena, o país não se afirma e, portanto, não consegue ter um papel mais destacado na sociedade internacional.

Vou aproveitar a oportunidade para mencionar um artigo publicado no *El País*, principal jornal da Espanha, que insere um texto de Jorge Sampaio, ex-presidente de Portugal e ex-altorepresentante das Nações Unidas para Aliança das Civilizações – tive oportunidade de conviver durante quase oito anos com o presidente Jorge Sampaio –, e ele produz lúcidas observações

sobre a educação para a diversidade. Ou seja, a grande questão é – pergunta-se –:

Como conviver quando a diversidade étnica, linguística, religiosa ou cultural incrementa e desassossega, divide as comunidades e submete a crescente pressão as democracias?

Este é um dilema que hoje pervage muitos países do mundo. Daí se falar, inclusive, no choque de civilizações a que se reportou certa feita Huntington, numa obra que se tornou clássica. Mas é bom lembrar que podemos evitar esse conflito de civilizações desde que nos preparemos, através da educação, como pólo indutor, para uma diversidade étnica que seja compatível com as aspirações da vida em sociedade.

Para tanto [chama a atenção Jorge Sampaio], é essencial ativar o diálogo para estender pontes, superar conflitos e promover melhor entendimento entre os povos. Há que buscar a raiz das tensões que dividem as sociedades e culturas, as tensões que inflamam, quando indivíduos ou grupos percebem que estão sendo ameaçados em seus valores, na sua identidade.

E recomenda Jorge Sampaio:

É indispensável promover uma educação para a diversidade, para desenvolver conhecimentos, atitudes interculturais na juventude e aprendizagem durante a vida para fortalecer as bases comuns da convivência.

E conclui Jorge Sampaio – lógico que não vou ler todo o seu artigo *Educación para la diversidad* –:

“Façamos uma frente comum para superar as dificuldades presentes e aproveitemos isso para abrir novas vias até um melhor entendimento e uma cooperação reforçada, ou seja, dar uma oportunidade a um diálogo que vá mais além de meras palavras e que, sobretudo, obtenha resultados”.

Faço essas considerações, e em sequência ao que diz Jorge Sampaio, chamar a atenção para a importância da educação nesse processo de educação para a diversidade étnica.

Vou me valer de uma manifestação de James Heckman, que foi Premio Nobel de Economia do ano 2000. Ele, em recente visita ao Rio de Janeiro, a convite da Fundação Getúlio Vargas, disse que a baixa qualidade do ensino pode limitar o crescimento, destacando:

“Um programa de primeira infância de qualidade para a população carente é uma condição necessária para avançarmos em direção a uma sociedade mais educada, igualitária e, sobretudo, menos violenta.

Dar prioridade à educação básica, secundária e terciária é garantir boa educação desde o início. Assim, haverá menos demandas futuras.

Se as crianças que estão chegando à escola já estão preparadas e com maior motivação, a performance do sistema de ensino no geral será muito mais efetiva.

Do jeito que as coisas estão, se cria uma situação que tornará muito difícil que a próxima geração de brasileiros alcance o sucesso. A política do Brasil e de outros países focaliza demais nos adultos e em colocar crianças na escola, e não reconhece a importância da base que começa antes da escola.

Cuidar das crianças não é suficiente. É preciso desenvolver um programa que cuide das crianças e dos pais. Também tem que ter um currículo focado no desenvolvimento de todas as habilidades. É preciso olhar a questão da saúde, as capacidades cognitivas, os problemas sociais e outras questões. É um portfólio de intervenções que são requeridas conjuntamente.”

Nesse sentido, eu gostaria de lembrar o Presidente Fernando Henrique Cardoso ao criar o Fundef, que permitiu robustecer, inclusive financeiramente, os entes federativos, isto é, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal. Hoje cumpre ao Fundeb, sucessor do Fundef como se sabe, um esforço de continuidade administrativa, pois a educação deve ser a questão prioritária do país, da qual emana a criatividade científica e tecnológica, o que significa dizer que não podemos pensar em grande salto neste campo se não investirmos cada vez mais e continuamente em educação a partir do ensino básico.

Por oportuno, Sr. Presidente, eu gostaria, antes de terminar, de chamar a atenção mais uma vez para a importância da educação em todos os níveis. Vou citar um livro de Monteiro Lobato muito conhecido, intitulado *América*. Leio apenas um pequeno parágrafo. Diz o Monteiro Lobato, e é uma frase já muito conhecida: “um país se faz com homens e livros.” E diz mais adiante Monteiro Lobato:

“Minha visita aos monumentos de George Washington e Lincoln provou-me que a América tinha homens.

Ter homens, para um país, é ter Washingtons e Lincolns, forças tão marcantes que sobre sua obra não pode a morte. Viva quanto viver a América, seus dois heróis viverão com ela, dia a dia mais sublimados.

(...)Com homens e livros. (com homens e livros é que se faz um país.) Nos livros está fixada a experiência humana. É por meio deles que os avanços do espírito se perpetuam.

Mais ou menos na mesma direção, Miguel Reale, em artigo publicado em *O Estado de S.Paulo*, em 1998, diz:

“(...) é a idéia da educação como condição imprescindível para que a história, tal como foi postulado pelo filósofo Benedetto Croce, seja efetivamente a façanha da liberdade, fruto da educação, outrora momento inicial da formação do homem e, já agora, exigência perene que acompanha o homem ao longo de toda a sua existência”.

Por fim, eu citaria, no seu trabalho *Ensinar e Exercício de Liberdade*, Antônio Jacinto Caleiro Palma. Ele diz:

“A educação é a arte de ensinar o exercício da liberdade, pois só é livre quem é capaz de optar entre as diferentes alternativas. O professor é o agente da liberdade. Daí dizer-se que educar é a forma mais nobre de viver, pois transmite o valor da liberdade ensinando o direito de ter direito e de optar.”

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não, com prazer, ouço o Senador Mozarildo Cavalcanti, que, aliás, é professor universitário e uma pessoa também muito preocupada com a causa da educação.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Primeiramente, quero cumprimentá-lo pelo enfoque na educação, V. Ex^a que já foi Ministro da Educação e que, na ocasião, deu, digamos assim, o parecer favorável a um projeto de minha autoria que autorizava a criação da Universidade Federal de Roraima...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – ...e da então Escola Técnica Federal de Roraima. Foram ambos sancionados pelo Presidente Sarney e hoje fazem um diferencial no Estado de Roraima. Quero, portanto, concordando com tudo o que V. Ex^a colocou, dizer que só lamento que o Brasil, embora tenha avançado na questão da universalização, isto é, da oportunidade de as pessoas entrarem na escola, tenha saído, agora, no *ranking* internacional da educação ocupando o 88º lugar, quer dizer, o número 88 na avaliação internacional, e perdendo para países nossos vizinhos, como Paraguai, o Chile, o Uruguai. Então, é preciso realmente que haja um investimento, mas sem preocupação elei-

toral, sem preocupação com quem vai ser o próximo Presidente ou o seguinte, mas um investimento para o futuro. E só com educação vamos mudar esta realidade no Brasil. Não no patamar em que estamos agora, como V. Ex^a colocou, com professor mal qualificado, mal assistido, mal pago, com escolas precariamente equipadas e, obviamente, formando alunos despreparados para enfrentar a competição do mundo atual. Então, a qualidade do ensino deve ser a grande meta desta nova década do século XXI.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, inclusive por lembrar o fato de haver criado, quando Ministro da Educação, a escola em seu nascente Estado de Roraima. E também desejo agora agradecer as referências que V. Ex^a fez à importância da educação na solução dos grandes problemas nacionais.

Ao finalizar, eu gostaria de citar, mais uma vez, Miguel Reale. Diz ele: “A vida não é senão um momento de educação, que não se recebe apenas na escola, mas se recebe em todos os momentos em que entramos em contato com o próximo.”

Daí por que, Sr. Presidente, concluo lembrando Juscelino Kubitschek, que foi o grande apóstolo do otimismo. Juscelino era um otimista por formação, metabolicamente um otimista. Daí a frase clássica dele, nos idos de 1956, com relação ao Brasil: “O otimista pode errar; mas o pessimista começa errando”.

Juscelino Kubitschek, em fevereiro de 1960, quando já se preparava para a inauguração de Brasília, disse uma frase que tem um pouco de profético:

“Nada pretendo, a nada aspiro, senão a que sobre um novo espírito e uma nova esperança por sobre a terra brasileira; e que haja uma nova alma, uma só vontade, um único empenho, o de desenvolver o Brasil e de lhe dar uma posição de relevo no mundo.”

“Não aceitamos, não podemos aceitar uma posição secundária na sociedade das nações. Não aceitamos, não podemos e não devemos aceitar uma posição na retaguarda incomparável. Estamos naturalmente fadados à grandeza. Num país com estas dimensões, ridícula é a pequena ambição, a conformidade com o que é medíocre.”

Portanto, Sr. Presidente, encerro as minhas palavras chamando a atenção para a necessidade de se investir em educação, e aproveito a ocasião para solicitar à Mesa que busque incluir na Ordem do Dia projeto de minha autoria que estabelece a residência educacional, a exemplo do que existe para a residência médica. Esse projeto está sendo apreciado na Comis-

são de Educação do Senado Federal e acredito que, com a sua aprovação, vamos criar mais um novo mecanismo para melhorar a qualidade da educação, porque vai produzir resultados muito positivos para o magistério, assim como a residência médica muito contribuiu para melhor formar nossos médicos e profissionais em áreas ligadas ao campo da medicina.

Portanto, agradeço ao nobre Senador que preside a sessão neste momento...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – ...e encerro minhas palavras.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Convido a assumir a tribuna o Senador Augusto Botelho, que disporá de vinte minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aproveitar esta sessão de sexta-feira para fazer um elogio à Prefeitura de Boa Vista, capital do meu Estado, ao Prefeito Iradilson Sampaio e aos trabalhadores da saúde no Município de Boa Vista.

De acordo com matéria publicada na *Folha de Boa Vista*, principal jornal do meu Estado, Roraima alcançou um ótimo índice de acompanhamento de mulheres gestantes em 2009, superando a média nacional estabelecida pelo Ministério da Saúde. Roraima atingiu 87% das mulheres gestantes, quando o Ministério preconizava apenas 80% das grávidas para serem acompanhadas pelo Ministério da Saúde. O ideal, realmente, é que 100% das mulheres façam o pré-natal, mas nós estamos falando aqui de uma atividade que, no meu Estado, é bem desenvolvida pelos trabalhadores da saúde.

Como médico, posso afirmar que, em Roraima, procuramos promover variadas ações para proporcionar uma boa gestação às mães. Em média, elas chegam a consultar até dez vezes durante uma gestação, com o médico, a enfermeira, o técnico da saúde, a pessoa que trabalha na equipe de saúde, que presta assistência às gestantes.

Somente em 2009, foram feitas 13.899 consultas de pré-natal com enfermeiros e técnicos de enfermagem. Com os médicos, 10.073 consultas. O serviço lá de Boa Vista é oferecido em 30 unidades espalhadas pelo Município. Temos 53 equipes de médicos de Saúde da Família lá em Roraima, na Prefeitura de Boa Vista.

Sr. Presidente, o que vou recomendar agora vale para todas as mulheres grávidas não só de Roraima, mas de todo o Brasil: é fundamental que, assim que descobrir que está grávida, a mãe procure um serviço médico, seja da prefeitura ou particular. Não precisa esperar que a gravidez tenha quatro ou cinco meses para tomar essa providência. Tem que procurar o médico ou o serviço logo no início, porque algumas doenças são mais agressivas ao feto, à criancinha que está sendo gerada, no início da gravidez. Aliás, a maioria das doenças é muito mais agressiva nesse período. A cada semana de gravidez, a mãe e o bebê sofrem transformações importantes e algumas podem gerar complicações e desencadear doenças que podem ser facilmente prevenidas pelo pré-natal.

Na primeira consulta, a equipe médica faz um levantamento da vida da pessoa para ver se ela teve alguma doença, como foram os partos anteriores, se houve partos anteriores, pergunta também sobre doenças na família e solicita alguns exames. A cada consulta, o médico – ou o técnico ou a enfermeira – toma determinadas medidas, como a da pressão, do peso, do aspecto da anemia ou de alguma inchação, e vai anotando numa folha. Essas coisas permitem que se faça um trabalho para ter um bom parto.

Lá em Roraima, os agentes comunitários de saúde também acompanham.

Eu cedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que é médico, obstetra, inclusive meus dois primeiros filhos nasceram nas suas mãos.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Obrigado, Senador Augusto. E foi uma honra cuidar da gravidez e do parto dos seus dois primeiros filhos. Mas quero fazer este aparte, primeiro, para também me alinhar e ressaltar a importância do pré-natal. Dizem que um pré-natal é mais de meio parto garantido. Um pré-natal bem feito, lógico. E quero também aproveitar para ressaltar o trabalho que o Prefeito Iradilson vem fazendo. Aliás, em todos os campos tem feito um trabalho sério. Embora ele não faça estardalhaço de tudo que faz, não esteja toda hora na mídia fazendo propaganda, é um homem que trabalha com seriedade, um homem simples, trabalhador e que, nessa área da saúde, como V. Ex^a vem destacando aí, mostra a eficiência da saúde municipal. Aliás, a saúde está municipalizada, essas ações básicas de saúde são municipalizadas. É dever mesmo das prefeituras fazer um bom trabalho, e o Prefeito Iradilson tem feito esse trabalho, digo até que de maneira silenciosa, porque, ao contrário dos que o antecederam, ele não faz o *marketing* exagerado que foi feito. Ele faz tudo muito bem feito, com seriedade, aplicando bem os recursos, e, por isso mesmo, eu tive a felicidade de que

duas emendas minhas fossem liberadas para o Município de Boa Vista: uma para reforma da Praça da Bandeira, que é uma praça tradicional, histórica para a nossa cidade e, vamos dizer, onde eu sei que eu e V. Ex^a, quando crianças, brincamos;

e também a outra, mais importante até, que é a execução de uma estrada vicinal que vai ligar as comunidades indígenas da Serra da Moça, do Truarú e do Morcego à estrada que vai de Boa Vista ao Passarão, que já é asfaltada, portanto, facilitando a vida daquelas comunidades, que são altamente produtoras de hortifrutigranjeiros e que abastecem muito a feira do produtor em Boa Vista, portanto, abastecem a cidade. Tenho certeza de que o Prefeito Iradilson não só vai executar duas boas obras, como vai aplicar direito o dinheiro. Ao final, quero ressaltar, de novo, e não poderia deixar de fazê-lo como médico – eu, assim como V. Ex^a –, o importante trabalho na área de saúde, porque o que vale é o ser humano em primeiro lugar.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Realmente, nós estamos aqui todos pelo ser humano, para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Para nós, não existe função mais importante que essa.

Concedo um aparte, com muita honra também, ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Augusto Botelho, eu não pretendia interromper o diálogo entre dois roraimenses e dois médicos, um terreno em que não consigo penetrar porque essa não é minha área. Mas eu não gostaria de deixar de cumprimentar V. Ex^a, nobre Senador Augusto Botelho, pelo desempenho com que V. Ex^a exerce o mandato que o povo de Roraima lhe concedeu no Senado Federal e dizer da seriedade, discernimento e espírito público com que V. Ex^a exerce as funções de Senador e de representante do povo de Roraima, um dos mais jovens Estados da nossa Federação, mas um Estado que, embora tendo grandes potencialidades, ainda se debate com limitações de recursos para realizar seu projeto de desenvolvimento.

Espero que isso rapidamente seja corrigido, para que tenhamos uma Federação menos assimétrica, menos desigual, em que todos os Estados tenham o mesmo tratamento e para que, assim, possa haver um desenvolvimento mais homogêneo e mais equilibrado do País. Também gostaria de dizer a V. Ex^a que a tribuna do Senado é muito importante e que V. Ex^a exerce o cargo com seriedade e espírito público. Talvez, por esse caminho, V. Ex^a tenha alcançado algumas conquistas importantes – assim como o fez também o Senador Mozarildo Cavalcanti – em favor do seu Estado, enfim, do seu povo. Então, eu os cumprimento

pelo desempenho de ambos e aproveito a ocasião, para dizer também ao nobre Presidente, o Senador que representa o Estado do Amapá...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Geovani Borges.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – ... o Senador Geovani Borges e formular votos de êxito nas atividades que ele exerce aqui no Senado Federal. Concluo minha manifestação, felicitando-os pelo espírito público e pela dedicação ao País.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador. V. Ex^a não opina diretamente em assuntos de saúde, mas faz um trabalho muito importante para a saúde aqui.

O discurso que V. Ex^a acabou de proferir em defesa da educação é muito importante, porque a saúde não cresce, se não houver educação. Qualquer ação de saúde depende de o povo estar educado. Se melhorarmos as nossas escolas, com certeza, vamos melhorar a qualidade da saúde dos nossos brasileiros.

Para garantir a qualidade do atendimento oferecido às mulheres de Boa Vista, a Prefeitura capacitou, no ano passado, 292 profissionais da rede básica, fez treinamentos na área de pré-natal, que é o período anterior ao parto, e na área de puerpério, que é o período posterior ao parto.

Então, Sr. Presidente Geovani Borges, esse trabalho desenvolvido no meu Estado está de parabéns. Quero aproveitar a oportunidade para fazer um apelo ao Governo Federal: libere logo os recursos disponibilizados para a construção do Hospital Maternidade, Hospital das Clínicas, que atenderá à área mais pobre da cidade de Boa Vista. Que seja liberado, o quanto antes, esses recursos.

Esse hospital é fruto de duas emendas parlamentares minhas. Vai ser um hospital na zona oeste, perto dos bairros mais populosos da cidade de Boa Vista e mais distantes do Hospital Materno-Infantil e do Hospital Geral de Roraima, que são os dois hospitais públicos do Estado que acolhem as pessoas adultas.

Para começar a construção do hospital, já estão disponíveis R\$16 milhões, há 22 meses, no Orçamento da União. O projeto foi concluído no final do ano passado. Só está faltando a liberação do dinheiro, para começar o projeto.

O Governo do Estado vai fazer o hospital neste ano. Ainda coloquei outra emenda de R\$15 milhões, porque no início íamos fazer só uma maternidade pequena, mas, como a população pediu que fosse um hospital, mudamos o projeto. Por isso, demorou esse tempo todo, Senador Duque, para fazer esse projeto.

Tenho tido dificuldades com isso, mas não desisto. Nós vamos conseguir fazer esse hospital bem no meio das pessoas mais necessitadas da minha cidade.

Ele oferecerá 60 leitos para partos, para a área de obstetrícia, e 60 leitos para clínica médica. Terá também seis unidades de terapia intensiva, seis leitos de UTI, e oito leitos para UTI neonatal, para as crianças que nascerem com problemas de imaturidade serem atendidas.

Haverá um banco de leite nesse hospital e possibilidade de realizar os partos humanizados. Nesses 60 leitos, com grande parte das pacientes, com a maior parte, será usada a técnica de parto junto com uma pessoa da família, designada pela mãe, pela gestante. Poderá ser o marido, uma tia, uma prima, uma amiga, para acompanhar o parto – que será feito no próprio local onde a paciente estiver dando continuidade a seu trabalho de parto.

Também haverá serviço de apoio diagnóstico no hospital, para se fazerem exames, radiografia, tudo isso. De acordo com as últimas informações do Ministério da Saúde, que também está em contato com o Governo de Roraima, que é responsável pela execução da obra, o hospital deverá começar a ser construído em breve. Assim, conseguiremos levar o hospital para a zona oeste de Boa Vista, mais próxima dos mais necessitados e onde existe o maior número de pessoas.

Precisamos dar início a essa obra, que vai atender a muitas gestantes e a muitas pessoas que precisam de um serviço médico de qualidade em Roraima.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS NºS 2, 3, 6, 36, 37 E 38, DE 2010

- **Nº 2, de 12 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.143, de 2009, do Senador Gilberto Goellner;
- **Nº 3, de 12 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.140, de 2009, do Senador Jefferson Praia;
- **Nº 6, de 12 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.206, de 2009, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;
- **Nº 36, de 21 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.388, de 2009, do Senador Heráclito Fortes
- **Nº 37, de 21 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº

1.212, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais; e

- **Nº 38, de 21 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.144, de 2009, do Senador Gilberto Goellner.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS NºS 4, 5 E 6, DE 2010

- **Nº 4, de 20 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.468, de 2009, de iniciativa da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas;
- **Nº 5, de 20 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.342, de 2009, do Senador Gilberto Goellner; e
- **Nº 6, de 20 de janeiro último**, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.341, de 2009, do Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 3, de 2010** (nº 7/2010, na origem), de 27 de janeiro último, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referentes ao quarto trimestre de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 6, de 2010** (nº 35/2010, na origem), de 28 de janeiro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de dezembro de 2009, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Sr. Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas do União, o **Aviso nº 25, de 2010**, na origem, de 27 de janeiro último, encaminhando cópia do Acórdão nº 66/2010, proferido nos autos do TC 008.532/2009-1, bem como do Relatório e do voto que o fundamentam, em resposta ao Requerimento nº 144, de 2009, do Senador Alvaro Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/2, de 2010** (s/nº/2009, na origem), da Empresa Jornalística Rede Vale de Comunicação Ltda., comunicando, em cumprimento o art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 10.610, de 2002, a alteração de controle societário ocorrida na referida empresa jornalística.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 487, de 2009**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor do Aviso nº 80, de 2009, e recomendando seu arquivamento.

A matéria vai ao Arquivo.

É o seguinte o Ofício:

OF.487/2009/CAE

Brasília, 15 de dezembro de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 62ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, realizada em 15 de dezembro, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus Membros, por meio do Of. CAE nº 55/2009-Circular, o Aviso nº 80 de 2009 (nº 1.851-Seses-TCU-Plenário, na origem), de 2 de dezembro de 2009, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-023.990/2008-3, na Sessão Ordinária de 2-12-2009. O processo em questão alude à operação de crédito autorizada por meio da Resolução nº 28 de 2008, desta Casa.

Comunico ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência lembra às Senhoras e aos Senhores Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se na próxima segunda-feira, dia 8, às 11 horas, destinada a comemorar o Dia Nacional do Aposentado.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que ao término da 3ª sessão legislativa ordinária da 53ª Legislatura, foram encaminhados ao Arquivo os **Requerimentos nºs 193 e 488 de 2008**, nos termos do art. 76, incisos II e III, do Regimento Interno, referentes, respectivamente:

- Comissão Temporária Externa destinada a verificar, *in loco*, o risco ambiental em que vivem os 31 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu “mapa do desmatamento”; e

- Comissão Temporária destinada a promover o debate e propor adoção de novo pacto federativo no Brasil, ou para aperfeiçoamento do vigente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 7, de 2010** (nº 36/2010, na origem), de 28 de janeiro último, do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 4º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Fe-

deral, relatório sobre as emissões externas de títulos da República, no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2009.

O expediente, juntado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Relatório Final nº 1, de 2010**, da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 569, de 2009, destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), concluindo pela apresentação de dois Projetos de Lei e recomendações que serão encaminhadas aos órgãos competentes.

O Relatório vai à publicação em suplemento ao Diário do Senado Federal desta data.

Tendo em vista que os Projetos apresentados tratam de matérias de competência das Comissões temáticas, o Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2010, vai à Comissão de Assuntos Econômicos; e o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2010, vai às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

São as seguintes as proposições apresentadas:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 2010

Altera o § 2º do art. 30 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer que, em relação à variação cambial, a opção pelo regime de apuração da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para o PIS/PASEP e COFINS e da determinação do lucro da exploração, quando da liquidação da correspondente operação, poderá ser feita a qualquer tempo, dentro do exercício financeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 30 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 30.

.....
.....
.....
§ 2º A adoção do regime de caixa ou de competência poderá ser exercida em qualquer mês do ano, sendo que os seus efeitos aplicar-se-ão a todo o ano calendário em que for feita, mediante ajuste de todos os resultados e bases de cálculo relativamente aos meses anteriores, devendo ser manifestada definitivamente na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica.

.....
...." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória (MPV) nº 2.158-35, de 2001, dispõe no seu art. 30 o seguinte:

Art. 30. A partir de 1º de janeiro de 2000, as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, serão consideradas, para efeito de determinação da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para o PIS/PASEP e COFINS, bem assim da determinação do lucro da exploração, quando da liquidação da correspondente operação.

§ 1º À opção da pessoa jurídica, as variações monetárias poderão ser consideradas na determinação da base de cálculo de todos os tributos e contribuições referidos no caput deste artigo, segundo o regime de competência.

§ 2º A opção prevista no § 1º aplicar-se-á a todo o ano-calendário.

§ 3º No caso de alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias, em anos-calendário subseqüentes, para efeito de determinação da base de cálculo dos tributos e das contribuições, serão observadas as normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal.

Ao estabelecer o direito de o contribuinte optar entre o regime de caixa e o regime de competência, para efeito de apuração dos tributos devidos em decorrência da variação cambial, a MPV evidencia sua intenção de atenuar os efeitos fiscais provocados pela oscilação da taxa de câmbio. Trata-se, sem dúvida, de regra que beneficia o contribuinte, devendo ser interpretada, sempre, nesse sentido. Ou seja, o art. 30 da MPV deve ser interpretado sempre em favor do contribuinte, nunca o contrário.

Entretanto, como a MPV não dispõe sobre o momento de exercício dessa opção, muitas unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil vêm entendendo que ela deve de ser feita no início do exercício fiscal, o que deixaria o contribuinte vulnerável, suscetível aos efeitos imprevisíveis da variação cambial, justamente a situação que a MP se propõe a evitar.

Para que não reste dúvida quanto à intenção do legislador, vale transcrever o seguinte trecho da exposição de motivos da mencionada Medida Provisória:

Justifica-se tal proposição tendo em vista que o reconhecimento, para fins tributários, pelo regime de competência, de receita decorrente de variações cambiais nem sempre representa um resultado definitivo para o beneficiário, vez que a taxa de câmbio pode oscilar em função de diversos fatores econômicos. Assim uma receita produzida por um determinado ativo ou passivo em um primeiro momento pode ser absorvida, total ou parcialmente, em um momento posterior, pelo mesmo ativo ou passivo, em razão da oscilação da taxa de câmbio. Na verdade, em um sistema de taxas flutuantes como o atualmente vigente, o resultado decorrente da variação cambial só será efetivo quando do encerramento da operação que lhe deu origem.

Portanto, resta claro que a intenção do legislador foi neutralizar os impactos da variação cambial na tributação sobre as empresas.



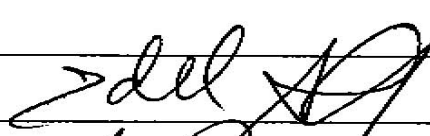
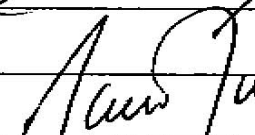

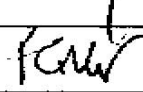
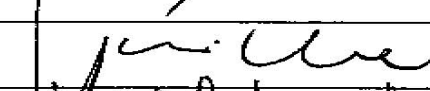

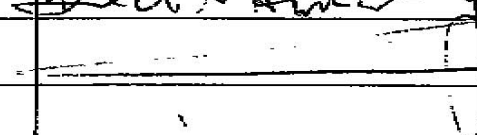
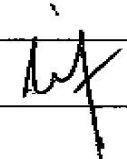
De outra forma, obrigar o contribuinte a fazer a opção pelo regime de competência ou de caixa ainda no início do exercício, deixando-o refém da oscilação da taxa de câmbio, implica mitigar a faculdade conferida pela MPV nº 2158-35, de 2001, tornando-a mero exercício de futurologia.

Importante também descrever o cenário que motivou o legislador a produzir a mencionada medida provisória. Em janeiro de 1999, o Banco Central do Brasil alterou sua política cambial, passando a adotar o regime câmbio flutuante, em lugar do câmbio fixo, após o que houve violenta valorização do dólar frente ao real. Em outubro daquele ano, foi editada a Medida Provisória nº 1.858-10, que, após várias reedições, convolou-se na MPV nº 2.158-35, de 2001, atualmente em vigor.

Esta proposição, portanto, tem o objetivo único de suprimir qualquer dúvida futura em relação à possibilidade de se exercer, a qualquer tempo, dentro do exercício financeiro, a opção de que trata o art. 30 da MPV 2.158-35, de 2001.

Certos de que a proposição contribui para o aperfeiçoamento da legislação penal, pedimos aos ilustres pares que votem pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2009.

SENADORES TITULARES	ASSINATURA
João Pedro, Presidente	
Romero Jucá, Relator	
Antonio Carlos Junior	
Alvaro Dias	
Sérgio Guerra	
Ideli Salvatti	
Marcelo Crivella	
Paulo Duque	
Valdir Raupp	
Fernando Collor	
Jefferson Praia	
SENADORES SUPLENTE	ASSINATURA
Heráclito Fortes	
Tasso Jereissati	
Inácio Arruda	
Delcídio Amaral	
Leomar Quintanilha	
Almeida Lima	
Jim Argello	

Legislação citada anexada pela Secretaria-Geral da Mesa

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.858-10, DE 26 DE OUTUBRO DE 1999.

Reeditada pela MPv nº 1.858-11, de 1999

~~Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.~~

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.158-35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.

.....

Art. 30. A partir de 1º de janeiro de 2000, as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, serão consideradas, para efeito de determinação da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para o PIS/PASEP e COFINS, bem assim da determinação do lucro da exploração, quando da liquidação da correspondente operação.

§ 1º À opção da pessoa jurídica, as variações monetárias poderão ser consideradas na determinação da base de cálculo de todos os tributos e contribuições referidos no caput deste artigo, segundo o regime de competência.

§ 2º A opção prevista no § 1º aplicar-se-á a todo o ano-calendário.

§ 3º No caso de alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias, em anos-calendário subsequentes, para efeito de determinação da base de cálculo dos tributos e das contribuições, serão observadas as normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal.

.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2010

Regulamenta o procedimento licitatório simplificado para contratação de obras, serviços, aquisições e alienações, no âmbito da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras, nos termos do inciso III, § 1º, do art. 173 da Constituição Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei regulamenta o procedimento licitatório simplificado para contratação de obras, serviços, aquisições e alienações, no âmbito da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras e de suas Subsidiárias no território nacional, nos termos do inciso III, § 1º, do art. 173 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Esta Lei se aplica à Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras e suas subsidiárias sediadas no território nacional, sendo todas essas empresas doravante referenciadas simplesmente como Petrobras.

Art. 2º A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de obras, serviços, aquisições e alienações, pretendida pela Petrobras e será processada e julgada com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e igualdade, bem como os da economicidade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Parágrafo único. Esta Lei não se aplica às seguintes contratações, que deverão seguir as práticas adotadas na iniciativa privada:

I – as que caracterizam o exercício de suas atividades operacionais e negociais específicas, conforme definido no Estatuto Social das empresas submetidas à presente lei;

II – para a formação de parcerias, consórcios e outras formas associativas, objetivando o desempenho de atividades compreendidas no Estatuto Social das empresas submetidas à presente lei;

Art. 3º Nenhuma obra ou serviço será licitado ou contratado sem a aprovação do projeto básico respectivo, quando exigível, com a definição das características, referências e demais elementos necessários ao perfeito entendimento, pelos interessados, dos trabalhos a realizar, ou sem a previsão dos recursos financeiros suficientes para sua execução e conclusão integral.

Art. 4º Nenhuma contratação será feita sem a adequada especificação do seu objeto e indicação dos recursos financeiros necessários ao pagamento.

Parágrafo único. As contratações realizadas pela Petrobras deverão ter como balizadores:

I – o princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e de garantia oferecidas;

II – condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

III – definição das unidades e quantidades em função do consumo e utilização prováveis.

Art. 5º Estará impedida de participar de licitações a empresa:

I – cujos administradores ou sócios detentores de mais de dez por cento do Capital Social sejam diretor ou empregado da Petrobras;

II – suspensa pela Petrobras, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

III – declarada inidônea pela União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

Art. 6º Ressalvada a hipótese de contratação integrada, entendida esta, para fins de interpretação deste artigo, aquela que envolva, desde o início, a elaboração do projeto básico ou executivo, não poderá concorrer à licitação para execução de obra ou serviço de engenharia pessoa física ou empresa que haja participado da elaboração do projeto básico ou executivo.

Art. 7º É assegurado à Petrobras o direito de, antes da assinatura do contrato correspondente, cancelar a licitação, ou, ainda, justificadamente, recusar a formalização do contrato com empresa que, em contratação anterior, tenha revelado incapacidade técnica, administrativa ou financeira, a critério exclusivo da Petrobras, sem que disso decorra, para os participantes, direito a reclamação ou indenização de qualquer espécie.

Art. 8º A Petrobras poderá contratar mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo objeto, justificadamente, quando o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado, sendo a múltipla execução necessária ou conveniente para atender a Petrobras.

Art. 9º Na definição das especificações dos bens, serviços e obras adquiridos pela Petrobras poderão ser adotadas exigências de sustentabilidade ambiental.

Art. 10. No processamento das licitações é vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos instrumentos convocatórios, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo ou estabeleçam preferências ou distinções, sem prévia motivação técnica, econômica ou previsão legal.

Art. 11. A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis a todos os interessados os atos de seu procedimento, salvo em relação às informações que contenham sigilo negocial ou operacional.

Art. 12. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, salvo nas hipóteses em que, fundamentadamente, os prejuízos daí decorrentes não se justifiquem, por serem mais gravosos à Petrobras do que a manutenção do contrato.

Art. 13. A Petrobras poderá, desde que técnica ou economicamente justificado, utilizar-se da contratação integrada, compreendendo realização de projeto básico e/ou seu detalhamento, do projeto executivo, do fornecimento de bens e da realização de obras e serviços, montagem, execução de testes, pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, com a solidez e a segurança especificadas.

Art. 14. Sempre que reconhecida na prática comercial, e sua não utilização importar perda de competitividade empresarial, a Petrobras poderá valer-se de mecanismos seguros de transmissão de dados à distância, inclusive para a realização de licitação e contratos, devendo manter registros dos entendimentos e tratativas realizados e arquivar as propostas recebidas, para fins de sua análise pelos órgãos internos e externos de controle.

Art. 15. Com o objetivo de compor suas propostas para participar de licitações que precedam as concessões de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Petrobras poderá assinar pré-contratos,

assegurando preços e compromissos de fornecimento de bens ou serviços.

Parágrafo único. Os pré-contratos conterão cláusula resolutiva de pleno direito, sem penalidade ou indenização, a ser exercida pela Petrobras no caso de outro licitante ser declarado vencedor, e serão submetidos à apreciação posterior dos órgãos de controle externo e de fiscalização.

CAPÍTULO II

DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO

Art. 16. A licitação poderá ser dispensada nas seguintes hipóteses:

I – Nas contratações de serviços, obras e compras de pequeno valor, assim definidos periodicamente pela Diretoria Executiva da Petrobras ou órgão equivalente nas subsidiárias;

II – nos casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública;

III – nos casos de emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ao meio ambiente ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens;

IV – quando não atenderem interessados à licitação anterior, ou quando os licitantes tiverem as propostas desclassificadas e a licitação, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Petrobras, caso em que deverão ser mantidas todas as condições preestabelecidas, ressalvadas as hipóteses em que, justificadamente, não for possível celebrar a contratação nos termos originais;

V – quando a operação envolver concessionário de serviço público e o objeto do contrato for pertinente ~~ao~~ da concessão;

VI – quando as propostas de licitação anterior tiverem consignado preços manifestamente excessivos ou superiores aos praticados no mercado;

VII – quando a operação envolver exclusivamente a Petrobras, suas subsidiárias, controladas ou coligadas, para, entre si, adquirirem bens ou serviços a preços compatíveis com os praticados no mercado;

VIII – quando a operação envolver pessoas jurídicas de direito público interno, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações ou ainda aquelas sujeitas ao seu controle majoritário, exceto se houver empresas privadas que possam prestar ou fornecer os mesmos bens e serviços, hipótese em que todos ficarão sujeitos a licitação; ok

IX – para a compra de materiais, equipamentos ou gêneros padronizados por órgão oficial, quando não for possível estabelecer critério objetivo para o julgamento das propostas;

X – para a aquisição de peças e sobressalentes com o fabricante do equipamento a que se destinam, necessários à manutenção da garantia técnica, bem como a garantia de performance ou de segurança;

XI – na contratação de remanescentes de obra, serviço ou fornecimento, desde que aceitas as mesmas condições do licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

XII – na contratação de instituições brasileiras, sem fins lucrativos, incumbidas regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino, desenvolvimento institucional, da integração de portadores de deficiência física, ou programas baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente, desde que detenham inquestionável reputação ético-profissional, e que o objeto da contratação esteja incluído nas finalidades institucionais da contratada;

XIII – para aquisição de hortifrutigranjeiros e gêneros perecíveis, bem como de bens e serviços a serem prestados aos navios petroleiros e embarcações, quando em estada eventual de curta duração em portos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo ou movimentação operacional, e para equipes sísmicas terrestres.

XIV – nos casos de competitividade mercadológica, em que a contratação deva ser iminente, por motivo de alteração de programação, desde que comprovadamente não haja tempo hábil para a realização do procedimento licitatório, justificados o preço da contratação e as razões técnicas da alteração de programação;

XV – para contratação de obra, serviço e fornecimento, em que a reprodução de unidade industrial, de grande vulto e complexidade, justificadamente, se apresente como diferencial competitivo, considerando, neste contexto, as condições econômicas, técnicas, estratégicas e de mercado existentes à época da contratação, sob prévia comprovação de maior vantagem e eficiência desse procedimento;

XVI – na aquisição de insumos necessários à produção dos bens que comercializam ou à prestação dos serviços que oferecem, que deverá observar as condições de mercado.

§ 1º Na hipótese do inciso XV, a unidade industrial a ser reproduzida deverá ter sido objeto de procedimento licitatório, e a nova contratação celebrada com o mesmo contratado.

§ 2º Para os efeitos do inciso XVI, a definição de insumos não inclui máquinas, equipamentos e instalações.

Art. 17. É inexigível a licitação, quando houver inviabilidade fática ou jurídica de competição, em especial:

I – para a prestação de serviços, compra de materiais, equipamentos ou gêneros com produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a indicação de marca, salvo nos casos de padronização ou quando tecnicamente justificável;

II – para a contratação de serviços técnicos a seguir enumerados exemplificadamente, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização:

a) estudos técnicos, planejamento e projetos básicos ou executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

III – para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

IV – para a obtenção de licenciamento de uso de software com o detentor de sua titularidade autoral, sem distribuidores, representantes comerciais, ou com um destes na hipótese de exclusividade, comprovada esta por documento hábil;

V – para a compra ou locação de imóvel destinado às atividades da Petrobras, cujas características de instalação ou localização condicionem a sua escolha;

VI – para a celebração de “contratos de aliança”, assim considerados aqueles que objetivem a soma de esforços entre empresas, para gerenciamento conjunto de empreendimentos, compreendendo o planejamento, a administração, fornecimento ou aquisição de bens e serviços, construção civil, montagem, pré-operação, comissionamento e partida de unidades, mediante o estabelecimento de preços “meta” e “teto”, para efeito de bônus e penalidades, em função desses preços, dos prazos e do desempenho verificado;

VII – para a proteção de privilégios industriais e para operações bancárias e creditícias necessárias à manutenção de participação da Petrobras no mercado;

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Considera-se como produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, aquele que seja o único a explorar, legalmente, a atividade no território nacional.

Art. 18. Os casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, referidos nos artigos anteriores, com exceção do inciso I do artigo 16, deverão ser comunicados à autoridade superior, via ato de gestão, devendo constar da comunicação:

I – a caracterização da situação justificadora da contratação direta;

II – o dispositivo desta Lei aplicável à hipótese;

III – a razão da escolha do fornecedor ou prestador de serviço;

IV – a justificativa do preço e a sua adequação ao mercado e à estimativa de custo da Petrobras.

CAPÍTULO III DA LICITAÇÃO

Art. 19. A licitação poderá ser realizada por meio eletrônico ou presencial.

Parágrafo único. Os atos realizados por meio eletrônico deverão observar o disposto no artigo 14, podendo ser exigida a forma digital em qualquer dos atos previstos nesta Lei, para a sua validade e eficácia.

Art. 20. Para a contratação de obras, serviços, aquisições e alienações de bens, a Petrobras realizará procedimento licitatório entre pessoas naturais ou jurídicas, do ramo pertinente ao objeto, em número mínimo de três, inscritas ou não no Cadastro da Petrobras e que tenham sido convocadas com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa.

§ 1º A Petrobras adotará qualquer um dos tipos de julgamento previstos nesta Lei, que deverá constar do instrumento convocatório.

§ 2º Para a escolha dos destinatários do ato convocatório serão analisados, dentre outros, os seguintes fatores:

I – avaliação e outros critérios de classificação das empresas no Cadastro da Petrobras;

II – necessidade de atingir o segmento industrial, comercial ou de negócios correspondente à obra, serviço ou fornecimento a ser contratado;

III – participação ampla dos detentores da capacitação, especialidade ou conhecimento pretendidos;

IV – satisfação dos prazos ou características especiais da contratação;

V – garantia e segurança dos bens e serviços a serem oferecidos;

VI – velocidade de decisão, eficiência e presteza da operação industrial, comercial ou de negócios pretendida;

VII – peculiaridades da atividade e do respectivo mercado;

VIII – busca de padrões de qualidade e produtividade e aumento da eficiência;

IX – desempenho, qualidade e confiabilidade exigidos para os materiais e equipamentos;

X – conhecimento do mercado fornecedor de materiais e equipamentos específicos, permanentemente qualificados por mecanismos que verifiquem e certifiquem suas instalações, procedimentos e sistemas de qualidade, quando exigíveis.

§ 3º O critério de escolha dos destinatários deverá ficar registrado na documentação relativa ao procedimento licitatório.

§ 4º A convocação poderá ser feita na forma de correspondência privada, inclusive por meio eletrônico.

§ 5º Qualquer interessado poderá participar de licitação que tenha como objeto a escolha de trabalho.

técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios aos vencedores.

Art. 21. A Petrobras poderá adotar os seguintes modos de disputa:

I – Aberto – com a oferta pelos licitantes de propostas sucessivas de preços;

II – Fechado – com a oferta pelos licitantes de proposta única de preços.

Parágrafo único. Os modos previstos neste artigo poderão ser combinados, conforme definido no instrumento convocatório.

Art. 22. As licitações adotarão os seguintes tipos de julgamento:

I – Melhor preço ou desconto;

II – Maior retorno econômico;

III – Técnica e preço;

IV – Melhor técnica ou conteúdo artístico.

Art. 23. O julgamento tipo melhor preço ou desconto é aquela que adota como critério de julgamento o menor dispêndio, dentro do atendimento de parâmetros de qualidade e expectativas definidos no instrumento convocatório.

§ 1º. O tipo de julgamento melhor preço ou desconto não impede a adoção de uma fase de avaliação técnica, de natureza eliminatória, com base nos critérios definidos no instrumento convocatório.

§ 2º. A Petrobras poderá realizar a avaliação técnica apenas em relação ao licitante que ofertou o melhor

preço, desde que expressamente previsto no instrumento convocatório.

Art. 24. O julgamento por maior retorno econômico adota como critério a melhor oferta ou benefício econômico para a Petrobras, sendo adequado para a venda de bens móveis e imóveis.

Parágrafo único. O tipo de julgamento por maior retorno econômico não impede a adoção de uma fase de qualificação técnica, de natureza eliminatória, com base nos critérios definidos no instrumento convocatório.

Art. 25. O julgamento tipo técnica e preço é aquela cujo critério de julgamento avalia e faz a ponderação entre a proposta técnica e a de preço dos licitantes.

Parágrafo único. Os critérios de avaliação da técnica e do preço das propostas devem ser objetivos e estar previamente estabelecidos no instrumento convocatório.

Art. 26. O julgamento tipo melhor técnica ou conteúdo artístico é aquela que avalia exclusivamente a proposta técnica ou artística dos licitantes com base em critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório, quando houver a necessidade de contratação de bem ou serviço com a melhor técnica ou conteúdo artístico disponível no mercado, podendo ser utilizada para:

I – contratação de serviços técnicos profissionais especializados, científicos ou artísticos; ou

II – serviço de pesquisa ou desenvolvimento que envolva risco tecnológico.

§ 1º A Petrobras poderá fixar no instrumento convocatório o valor máximo da remuneração da contratada podendo negociar condições mais vantajosas de preço.

§ 2º Havendo empate na pontuação técnica, será vencedora a proponente que apresentar melhor preço ou desconto.

Art. 27. Nos casos de licitação tipo Técnica e Preço e Melhor Técnica ou conteúdo artístico, a Petrobras indicará os requisitos de ordem técnica a serem atendidos pelos licitantes.

CAPÍTULO IV

REGISTRO CADASTRAL, PRÉ-QUALIFICAÇÃO e CONSÓRCIO

Art. 28. A Petrobras manterá registro cadastral de empresas interessadas na realização de obras, serviços ou fornecimentos.

§ 1º Para efeito da organização e manutenção do Cadastro, a Petrobras divulgará os critérios e requisitos necessários ao cadastramento de fornecedores de bens e serviços, indicando a documentação a ser apresentada, que deverá comprovar:

- I – habilitação jurídica;
- II – capacidade técnica;
- III – qualificação econômico-financeira;
- IV – regularidade fiscal.

§ 2º A Petrobras poderá exigir o atendimento a outros requisitos, tais como: segurança, meio ambiente e saúde.

Art. 29. As empresas cadastradas serão classificadas segundo a sua especialidade.

Art. 30. As empresas deverão manter seus dados cadastrais atualizados.

Art. 31. Sendo indeferido o pedido de cadastramento, o interessado poderá solicitar a reanálise do seu pedido de cadastramento, desde que apresente novos elementos, atestados ou outras informações que possibilitem o cadastramento pretendido.

Art. 32. Atendidos os requisitos para o Cadastramento, será emitido o Certificado de Registro e Classificação Cadastral – CRCC.

Art. 33. A inscrição no registro cadastral da Petrobras poderá ser suspensa quando o cadastrado:

I – sofrer a penalidade correspondente, na forma desta lei;

II – tiver títulos protestados ou executados;

III – tiver requerida a sua falência ou recuperação extrajudicial ou judicial, ou ainda, deferida esta última;

IV – deixar de renovar documentos com prazo de validade vencido;

V – estiver em mora ou em débito com a Petrobras, FGTS ou Previdência Social Pública.

Art. 34. A inscrição será cancelada:

I – por decretação de falência, dissolução, liquidação ou insolvência do cadastrado;

II – quando ocorrer declaração de inidoneidade do cadastrado;

III – pela prática de qualquer ato ilícito;

IV – a requerimento do cadastrado.

Art. 35. O cadastrado que tiver suspensa ou cancelada a inscrição cadastral não poderá participar de licitações ou celebrar contratos com a Petrobras.

Parágrafo único. Para manutenção de contrato em execução, a Petrobras poderá exigir que o contratado ofereça garantia satisfatória.

Art. 36. A suspensão motivada pelo disposto nos incisos II, III, IV e V do artigo 33 poderá ser cancelada, desde que o interessado comprove a cessação dos motivos que a determinaram.

Art. 37. A Petrobras poderá promover a pré-qualificação de empresas, com vista à participação destas em certames com objetos específicos.

Parágrafo único. O instrumento convocatório indicará, além da(s) obra(s), serviço(s) ou fornecimento(s) a ser(em) contratado(s), os requisitos para a pré-qualificação e o seu prazo de validade.

Art. 38. O instrumento convocatório pode prever a participação de interessados em consórcio, os quais devem cumprir individualmente as exigências ali estabelecidas, sendo vedado a um consorciado, na mesma licitação, concorrer isoladamente ou por intermédio de outro consórcio.

§ 1º As empresas consorciadas deverão apresentar, na licitação, Termo de compromisso de constituição do consórcio, do qual deverão constar, em cláusulas próprias:

I – a designação do representante legal e líder do consórcio;

II – composição do consórcio;

III – objetivo da consorciação;

IV – compromissos e obrigações dos consorciados, dentre os quais o de que cada consorciado responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordem fiscal, administrativa, trabalhista, previdenciária e ambiental pertinentes ao objeto da licitação, até a conclusão do objeto contratual;

V – declaração expressa de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados sob o consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, à eventual contratação;

VI – compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alteradas ou, sob qualquer forma, modificadas, sem prévia e expressa anuência, escrita, da Petrobras, até a conclusão integral dos trabalhos que vierem a ser contratados;

VII – compromissos e obrigações de cada um dos consorciados, individualmente, em relação ao objeto de licitação.

§ 2º A capacidade técnica e financeira do consórcio, para atender às exigências da licitação, será definida pelo somatório da capacidade dos consorciados.

CAPÍTULO V

PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

Art. 39. As licitações serão processadas por Comissões Permanentes ou Especiais, constituída por empregados da Petrobras, em quantitativo mínimo de 3 (três).

Art. 40. A fase interna de licitação deverá conter, no mínimo:

I – a justificativa da necessidade de contratação;

II – a definição do objeto e a especificação das condições de sua execução, que deverão ser precisas, suficientes e claras;

III – a estimativa de custos dos bens, serviços ou obras a serem licitados, que deverá ser sigilosa;

IV – a definição da forma de realização, dos modos de disputa e dos tipos de julgamento;

V – os critérios de aceitação das propostas;

VI – o instrumento convocatório, pelo qual a Petrobras estabelece as regras licitatórias específicas contendo o disposto nos incisos II, IV e V, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como demais informações necessárias;

VII – a minuta do instrumento contratual.

§ 1º Na elaboração do instrumento convocatório deverão ser levados em conta os seguintes princípios básicos de licitação:

I – igualdade de oportunidade e de tratamento a todos os licitantes;

II – publicidade dos atos do procedimento licitatório;

III – fixação de critérios objetivos para o julgamento, classificação das propostas e, quando for o caso, de admissibilidade dos licitantes;

IV – instrumentalidade, como aproveitamento de todos os atos e procedimentos, capazes de atingir aos fins

a que foram propostos, desde que a forma não seja imprescindível à sua eficácia.

§ 2º Na fase interna da licitação poderá ser estabelecido o valor máximo ou o valor de referência, a ser considerado no critério de julgamento e que poderá ser sigiloso a critério da Petrobras;

§ 3º Para a contratação de obras, a fase interna da licitação deverá ser complementada com:

I – o projeto básico, assim compreendido o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou complexo de obras, e que deverá ser elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, de maneira a assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, a possibilidade de avaliação dos custos, a definição dos métodos e o prazo de execução;

II – projeto executivo, contendo o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas técnicas pertinentes;

§ 4º O disposto no parágrafo anterior poderá ser realizado na forma de diretrizes, no caso de contratação integrada, desde que estabelecidos os critérios objetivos para avaliação dos projetos apresentados.

Art. 41. Na aquisição de bens, a Petrobras poderá:

I – dividir a quantidade total a ser adquirida em parcelas menores, tantas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado e ampliar a competitividade;

II – com justificativa técnica, excluir ou indicar marcas ou modelos, quando:

- a) decorrentes de padronização do objeto;
- b) comprovado que tais marcas ou modelos não atenderam a Petrobras em experiência anterior;
- c) comprovado que as marcas ou modelos indicados são os únicos capazes de atender às necessidades da Petrobras; ou
- d) a indicação de marca vier acompanhada da expressão "ou similar".

III – exigir amostra do bem ou produto;

IV – solicitar a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, por instituição oficial competente ou entidade credenciada;

V – solicitar certificação do produto ou do processo de fabricação, em relação às normas ambientais, emitida por instituição oficial competente ou entidade credenciada.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se, no que couber, à prestação de serviços e obras.

Art. 42. As licitações serão convocadas mediante instrumento convocatório expedido pela Comissão de Licitação.

Parágrafo único. O instrumento convocatório será disponibilizado na página da Internet da empresa com antecedência mínima de três dias úteis contados da data fixada para a apresentação das propostas, devendo o regulamento de licitações da empresa prever uma escala de prazos superiores, calculados de acordo com o valor estimado da contratação e a complexidade do objeto.

CAPÍTULO VI

JULGAMENTO DAS LICITAÇÕES

Art. 43. As licitações de melhor preço ou desconto e maior retorno econômico serão processadas e julgadas com a observância do seguinte procedimento:

I – recebimento da documentação atendendo aos requisitos de admissibilidade e sua apreciação, quando houver;

II – devolução dos envelopes de preços fechados aos licitantes que não atenderem aos requisitos de admissibilidade;

III – abertura dos envelopes contendo as propostas dos licitantes admitidos;

IV – verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do instrumento convocatório;

V – julgamento das propostas, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis ou com preços inexeqüíveis ou excessivos, bem como a classificação das propostas aceitas;

VI – divulgação do resultado do julgamento, abrindo-se prazo recursal;

VII – desde que não tenha havido recurso ou esgotada a fase recursal, a Petrobras poderá realizar a negociação prevista no artigo 58;

VIII – declaração do vencedor;

IX – aprovação pela autoridade competente.

Art. 44. O recebimento dos documentos referentes aos requisitos de admissibilidade e as propostas, será realizado sempre em ato público, previamente

designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão de Licitação.

Art. 45. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Art. 46. Não cabe desistência de proposta, sob pena de aplicação das sanções previstas nesta Lei, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

Art. 47. É assegurado a todos os participantes do procedimento licitatório o direito de recurso, na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 48. O critério de julgamento das propostas constará, obrigatoriamente, do instrumento convocatório e na sua fixação levar-se-ão em conta critérios objetivos.

Art. 49. Na análise das propostas não serão levadas em conta vantagens não previstas no instrumento convocatório, nem ofertas de redução vinculando desconto relativo a proposta contendo melhor preço.

Art. 50. As propostas serão classificadas por ordem crescente dos valores ofertados, a partir da mais vantajosa.

Art. 51. Verificando-se absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, a Comissão designará dia e hora para que os licitantes empatados apresentem novas ofertas de preços. Se não houver apresentação de novas propostas, ou caso se verifique novo empate, a licitação será decidida por sorteio entre os igualados.

Art. 52. Em igualdade de condições, as propostas de licitantes nacionais terão preferência sobre as dos estrangeiros.

Art. 53. Nas licitações de melhor preço ou desconto e maior retorno econômico será declarada vencedora a licitante que, havendo atendido as condições estabelecidas no instrumento convocatório, ofertar melhor valor para a realização da obra, serviço ou fornecimento, assim considerado aquele que implicar o menor dispêndio para a Petrobras, ou o maior pagamento, no caso de alienação.

Art. 54. Nas licitações de técnica e preço o julgamento das propostas será feito em duas etapas.

§ 1º Na primeira, a Comissão fará a análise das propostas técnicas com base nos fatores de avaliação técnica previamente fixados no instrumento convocatório.

§ 2º Concluída a avaliação das propostas técnicas, a Comissão divulgará o resultado da 1ª etapa do julgamento.

§ 3º O resultado da avaliação das propostas técnicas constará de Relatório Técnico, no qual deverão ser detalhadamente indicados:

I – as propostas consideradas adequadas às exigências de ordem técnica da licitação;

II – as razões justificadoras de eventuais desclassificações.

§ 4º. Ultrapassada a fase recursal, proceder-se-á à abertura dos envelopes das propostas de preço dos licitantes classificados, em dia, hora e local previamente designados, devolvendo-se, fechados, os envelopes de preços dos licitantes cujas propostas técnicas tenham sido, desclassificadas.

§ 5º Na segunda etapa do julgamento, a Comissão avaliará os preços ofertados e procederá à ponderação entre os critérios técnicos e os de preço, de acordo com os pesos preestabelecidos no instrumento convocatório.

§ 6º. Avaliadas as propostas, será divulgada a classificação resultante da ponderação dos critérios técnicos e de preço.

Art. 55. Nas licitações de melhor técnica ou conteúdo artístico o julgamento das propostas será feito em duas etapas.

§ 1º Na primeira, a Comissão fará a análise das propostas técnicas com base nos fatores de avaliação previamente fixados no instrumento convocatório.

§ 2º Concluída a avaliação das propostas técnicas, a Comissão divulgará o resultado da 1ª etapa do julgamento.

§ 3º O resultado da avaliação das propostas técnicas constará de Relatório Técnico, no qual deverão ser detalhadamente indicados:

I – as propostas consideradas adequadas às exigências de ordem técnica da licitação;

II – as razões justificadoras de eventuais desclassificações.

§ 4º Ultrapassada a fase recursal, proceder-se-á à abertura dos envelopes de preço dos licitantes classificados, devolvendo-se, fechados, os envelopes de preços dos licitantes cujas propostas técnicas tenham sido desclassificadas.

§ 5º Será proclamada vencedora a licitante que obtiver a melhor classificação técnica e que tenha a sua proposta comercial aceita pela Petrobras.

Art. 56. O instrumento convocatório conterà a ressalva de que a Petrobras poderá deixar de celebrar o contrato, quando o preço do licitante que teve a sua proposta tecnicamente melhor classificada for incompatível com a estimativa de custo da contratação.

Art. 57. Qualquer que seja o tipo de julgamento, quando todas as propostas forem desclassificadas, poderá ser fixado aos licitantes o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que resultaram na inabilitação ou desclassificação.

Art. 58. Qualquer que seja o tipo de julgamento, uma vez realizada a classificação, poderá a Comissão negociar com a licitante melhor classificada melhores e mais vantajosas condições para a Petrobras.

§ 1º Exceto na licitação do tipo melhor técnica ou conteúdo artístico, a Petrobras poderá prosseguir a negociação com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação, até a obtenção da proposta que melhor atenda aos interesses da Petrobras.

§ 2º A negociação será feita, sempre, por escrito e as novas condições dela resultantes passarão a integrar a proposta e o contrato subsequente

Art. 59. Qualquer que seja o tipo de julgamento, deverá ser elaborado Relatório circunstanciado, assinado pelos membros da Comissão, indicando, detalhadamente, as razões da classificação ou desclassificação das propostas, segundo os fatores considerados no critério pré-estabelecido.

Art. 60. O Relatório será encaminhado à autoridade competente para aprovação.

§ 1º A autoridade competente poderá determinar diligências, para que a Comissão supra omissões ou esclareça aspectos do resultado apresentado.

§ 2º Mediante decisão fundamentada, a autoridade competente anulará, total ou parcialmente, a licitação, quando ficar comprovada irregularidade ou ilegalidade no seu processamento.

Art. 61. Concluído o procedimento licitatório, a Petrobras comunicará, por escrito, às licitantes, a vencedora da licitação.

Parágrafo único. Dessa comunicação não caberá qualquer recurso.

Art. 62. A Petrobras, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, e sem que disso resulte para os licitantes direito a reclamação ou indenização, poderá:

I – cancelar a licitação, a qualquer tempo, antes da formalização do respectivo contrato, para atender a razões de conveniência e oportunidade;

II – anular o procedimento, se constatada irregularidade ou ilegalidade.

Art. 63. As licitações vinculadas a financiamentos contratados pela Petrobras com organismos internacionais serão processadas com observância do disposto nas recomendações contidas nos respectivos contratos de empréstimos, e nas instruções específicas dos órgãos federais competentes, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições desta Lei.

Parágrafo único. Os instrumentos convocatórios para essas licitações indicarão os requisitos a serem atendidos pelas empresas estrangeiras eventualmente interessadas na participação.

CAPÍTULO VII

CONTRATAÇÃO

Art. 64. A execução de obras e serviços e a aquisição ou alienação de bens serão contratados com a licitante vencedora da licitação correspondente, ressalvados os casos de dispensa e inexigibilidade estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. Os contratos da Petrobras reger-se-ão, além do contido nesta Lei, pelas normas de direito privado e pelo princípio da autonomia da vontade.

Art. 65. É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado, exceto quando permitido em lei específica, bem como, em qualquer caso, proceder a alterações do objeto contratual.

Art. 66. É assegurado à Petrobras o direito de, mediante retenção de pagamentos, ressarcir-se de quantias que lhes sejam devidas pela contratada, quaisquer que sejam a natureza e origem desses débitos.

Art. 67. Os contratos regidos por esta Lei, no curso de sua vigência, poderão ser alterados, mediante acordo entre as partes, em razão de fatos supervenientes ou oportunidades que imponham a revisão das estipulações iniciais, principalmente nos seguintes casos:

I – quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

II – quando necessária a alteração do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu escopo;

III – quando conveniente a substituição de garantia de cumprimento das obrigações contratuais;

IV – quando necessária a modificação do regime ou modo de realização do contrato, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

Art. 68. Constituem motivo, dentre outros, para rescisão do contrato:

I – a inexecução total ou parcial do contrato pela contratada;

I – o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

III – a lentidão no seu cumprimento, levando a Petrobras a presumir a não conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV – o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V – a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Petrobras;

VI – a cessão, subcontratação total ou parcial do seu objeto ou associação da contratada com outrem, sem prévia e expressa autorização da Petrobras;

VII – fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do contrato;

VIII – o desatendimento das determinações regulares do preposto da Petrobras designado para

acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

IX – o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;

X – a liquidação judicial ou extrajudicial, a decretação da falência, a homologação do plano de recuperação judicial ou deferida a recuperação judicial ou a instauração de insolvência civil da pessoa física;

XI – a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XII – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da Petrobras, prejudique a execução da obra ou serviço;

XIII – o protesto de título ou a emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracterizem insolvência do contratado;

XIV – a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Petrobras por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

XV – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XVI – deixar de oferecer garantia satisfatória para manutenção do contrato na hipótese do parágrafo único do artigo 35.

Parágrafo único. A rescisão acarretará as seguintes conseqüências imediatas:

I – execução da garantia contratual, para ressarcimento, à Petrobras, dos valores das multas

aplicadas e de quaisquer outras quantias ou indenizações a ela devidas;

II – retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Petrobras;

III – compensação dos créditos que o contratado fizer jus, com os créditos que a Petrobras fizer jus, em razão das multas por ela aplicadas e de quaisquer outras quantias ou indenizações devidas, em razão de ação ou omissão do contratado na execução do objeto contratual que lhe foi confiado.

IV – a aplicação das sanções previstas nesta Lei.

Art. 69. Não será permitida cessão ou subcontratação com empresa nas condições descritas no art. 5º.

Art. 70. Nas contratações, poderá ser utilizada a arbitragem como forma de solução da controvérsia, na forma e segundo o disposto na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1.996, desde que prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

Parágrafo único. Nas contratações internacionais, redigidas ou não no vernáculo, mas obrigatoriamente traduzidas para o português, admitir-se-á a adoção da arbitragem conforme as regras de Direito Internacional.

CAPÍTULO VIII

DAS SANÇÕES

Art. 71. A Petrobras poderá aplicar as sanções previstas nesta Lei, quando a pessoa natural ou jurídica praticar atos ilícitos ou prejudiciais à Petrobras, tais como:

I – praticar qualquer ato que frustre, impeça ou conturbe o procedimento licitatório;

II – deixar de assinar o contrato ao ser convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

III – apresentar declaração ou documentação falsa;

IV – não mantiver os termos da proposta;

V – fraudar a execução do contrato;

VI – causar danos à imagem da Petrobras.

Parágrafo único. A sanção será proporcional ao ato praticado e sua aplicação observará os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 72. De acordo com a gravidade do ato praticado caberá a aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III – suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a Petrobras, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

§ 1º A suspensão, quando aplicada por prazo igual ou superior a dois (02) anos, poderá ser estendida a todas as subsidiárias, cabendo esta decisão à Diretoria Executiva da Petrobras.

§ 2º O prazo da suspensão poderá extrapolar o limite previsto no inciso III, caso perdurem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a sanção.

§ 3º Excepcionalmente, com a anuência da empresa sancionada, a Petrobras poderá converter a pena de suspensão em multa, desde que constatada a exclusividade do fornecedor ou o prejuízo à competitividade, mantendo-se o registro da suspensão para fins de reincidência.

§ 4º A multa do parágrafo acima deverá ser proporcional à gravidade do ato que deu causa à suspensão e deverá considerar ainda o tempo de suspensão já cumprido.

Art. 73. Os efeitos da sanção aplicada no âmbito de qualquer subsidiária poderão ser estendidos à Petrobras e demais subsidiárias, por decisão da Diretoria Executiva da Petróleo Brasileiro S.A.

Art. 74. A Petrobras poderá solicitar ao Ministro de Estado a que se encontra vinculada, que a suspensão temporária converta-se em declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

Parágrafo único. A declaração de inidoneidade será eficaz enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ou contratado ressarcir a Petrobras pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da suspensão.

Art. 75. O licitante ou contratado que praticar ato passível de sanção poderá ser cautelarmente suspenso da participação em licitações e contratações com a Petrobras, quando houver consideráveis indícios de autoria e culpabilidade e risco de que a demora da aplicação da sanção possa causar prejuízo à Petrobras.

Parágrafo único. No caso da aplicação de suspensão, o período da cautelar será computado para o cumprimento da sanção.

Art. 76. Ocorrendo qualquer conduta passível de aplicação de sanção, a Petrobras enviará notificação à empresa para apresentação de defesa no prazo de, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis.

Art. 77. Encerrado o prazo para a apresentação de defesa, a Petrobras decidirá sobre a aplicação da sanção.

§ 1º Concluído o processo de aplicação de sanção, a empresa será notificada do resultado.

§ 2º Quando a sanção de suspensão for convertida em multa, esta deverá ser paga em prazo a ser determinado pela Petrobras.

§ 3º Não sendo recolhido o valor da multa, no prazo assinado pela Petrobras, esta poderá deduzi-lo dos pagamentos devidos à empresa, decorrentes de qualquer contrato, ou executar garantia, a seu critério.

Art. 78. Os atos de notificação da empresa no processo de aplicação de sanção poderão ser realizados por qualquer meio idôneo, inclusive na forma eletrônica, presumindo-se a ciência do notificado a partir dos endereços declarados ou cadastrados.

CAPÍTULO IX

ALIENAÇÃO DE BENS

Art. 79. A alienação será efetuada mediante licitação, segundo as condições indicadas no respectivo instrumento convocatório, previamente divulgado.

Art. 80. Observado o disposto no Estatuto da Petrobras, a alienação de bens, devidamente justificada,

será sempre precedida de avaliação e licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

I – dação em pagamento, quando o credor consentir em receber bens móveis ou imóveis em substituição à prestação que lhe é devida;

II – doação, exclusivamente para bens inservíveis ou na hipótese de calamidade pública;

III – permuta;

IV – venda de ações, títulos e mercadorias, observada a legislação específica;

V – nos casos em que for demonstrado que a realização do procedimento licitatório é técnica ou economicamente inviável.

Art. 81. Os bens alienados serão pagos à vista ou parceladamente, em moeda corrente.

CAPÍTULO X

RECURSOS

Art. 82. Qualquer licitante, prejudicado por ato de julgamento praticado em procedimento licitatório, poderá interpor recurso perante a Comissão de Licitação.

§ 1º O Recurso será formulado em requerimento escrito, assinado pelo interessado e deverá conter:

I – a identificação do recorrente;

II – a indicação do processo licitatório em que o ato tenha sido praticado;

III – as razões que fundamentam o recurso.

§ 2º O recurso será apresentado à Comissão de Licitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da ciência do ato, instruído com os documentos de prova de que dispuser o recorrente e, quando assinado por procurador, deverá estar acompanhado do correspondente instrumento do mandato, salvo quando este já constar do procedimento licitatório.

§ 3º Quando se tratar de ato divulgado em sessão pública do procedimento licitatório, o prazo para recorrer contar-se-á da data da realização da sessão.

§ 4º Na contagem do prazo de recurso, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, observando-se as seguintes regras:

I – Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair final de semana, feriado ou em dia em que não haja expediente administrativo na Petrobras;

II – Os prazos somente começam a correr do primeiro dia útil após ciência pelo interessado.

§ 5º Mediante o pagamento do custo correspondente, o interessado poderá requerer cópias das peças do procedimento licitatório.

§ 6º Interposto o recurso, a Comissão de Licitação comunicará aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo comum de cinco dias úteis.

§ 7º A Comissão de Licitação decidirá sobre o Recurso, podendo retratar-se ou não.

§ 8º Se houver pedido expresso no Recurso e não sendo reformada a decisão pela Comissão de Licitação, o Recurso será encaminhado à autoridade superior que decidirá, em segunda e última instância.

Art. 83. O recurso terá efeito meramente devolutivo, podendo, entretanto, ser-lhe atribuído efeito suspensivo pela Comissão de licitação ou pela autoridade superior.

§ 1º O recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso interposto.

§ 2º A Petrobras poderá aplicar as sanções previstas nesta lei, no caso de interposição de recurso meramente protelatório.

CAPÍTULO XI


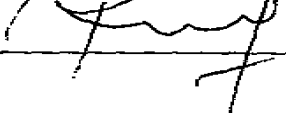
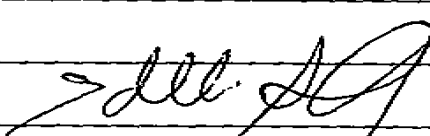
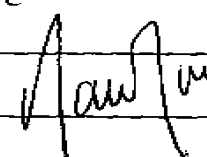
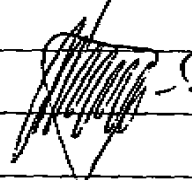
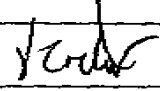
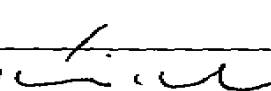

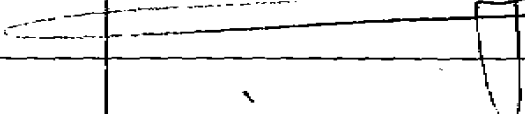
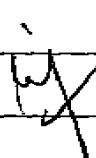
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 84. A Petrobras estabelecerá em manual próprio, os procedimentos a serem observados, de acordo com as disposições desta lei, os quais, após aprovação da Diretoria Executiva da Petróleo Brasileiro S.A., deverão ser publicados na Imprensa Oficial.

Art. 85. Esta lei entra em vigor no prazo de 180 dias contados da data de sua publicação.

Art. 86. As disposições desta lei não se aplicam aos procedimentos licitatórios instaurados e aos contratos celebrados anteriormente à sua vigência.

Sala das Comissões em 17 de dezembro de 2009.

SENADORES TITULARES	ASSINATURA
João Pedro, Presidente	
Romero Jucá, Relator	
Antonio Carlos Junior	
Alvaro Dias	
Sérgio Guerra	
Ideli Salvatti	
Marcelo Crivella	
Paulo Duque	
Valdir Raupp	
Fernando Collor	
Jefferson Praia	
SENADORES SUPLENTE	ASSINATURA
Heráclito Fortes	
Tasso Jereissati	
Inácio Arruda	
Delcídio Amaral	
Leomar Quintanilha	
Almeida Lima	
Gim Argello	

Legislação citada anexada pela Secretaria-Geral da Mesa

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

~~§ 1º — A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.~~

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997.

Mensagem de veto

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996.

Dispõe sobre a arbitragem.

Legislação citada anexada pela Secretaria-Geral da Mesa

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

~~§ 1º A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.~~

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997.

Mensagem de veto

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996.

Dispõe sobre a arbitragem.

(À Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União os seguintes Avisos:

- **Nº 4, de 2010** (nº 20/2010, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 62, de 2010, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente a acompanhamento da aplicação dos recursos provenientes da operação de crédito externo autorizada por meio da Resolução nº 42, de 2008 (TC 033.330/2008-6); e
- **Nº 5, de 2010** (nº 34/2010, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do

Acórdão nº 75, de 2010, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente a acompanhamento da aplicação dos recursos provenientes da operação de crédito externo autorizada por meio da Resolução nº 26, de 2009 (TC 022.708/2009-7)

Os expedientes, juntados aos processados das respectivas Resoluções, vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES NºS 7 E 8, de 2010

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008, (nº 795/99, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo.

PARECER Nº 7, DE 2010 (Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR “AD HOC”: Senador Renato Casagrande

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 141, de 2008, de autoria do Deputado Alberto Fraga.

A proposição contém apenas dois dispositivos. O art. 1º determina que “os tratados, convenções e atos internacionais sujeitos ao referendo do Congresso Nacional, nos termos do inciso VIII do *caput* do art. 84 da Constituição Federal, enviados à Câmara dos Deputados por mensagem presidencial, deverão conter, quando realizados em língua diversa do vernáculo pátrio, além do texto traduzido para a língua portuguesa, a cópia do original na língua predominante para as negociações ou em que se dará o registro no organismo internacional, devendo, como condição de segurança jurídica e validade processual, constar dos autos de tramitação legislativa da matéria cópia do texto internacional devidamente autenticada pelo Ministério das Relações Exteriores”. O art. 2º, por sua vez, trata da cláusula de vigência.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi examinada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Nesta Casa, também será ouvida além desta Comissão, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

II – ANÁLISE

Não há reparos no que tange à constitucionalidade e juridicidade da proposição.

No mérito, a proposição contribui para o aperfeiçoamento da participação do Congresso Nacional no processo de incorporação de tratados ao ordenamento jurídico brasileiro.

O conhecimento, pelos parlamentares, do texto adotado como autêntico pelas partes que negociaram o tratado poderá tornar a participação congressual mais ativa. Vale dizer que não são raros os casos em que o Ministério das Relações Exteriores, ao proceder à tradução, comete equívocos que podem dificultar a interpretação e, por consequência, retardar o trâmite para a aprovação legislativa, bem como para a ratificação, por parte do Poder Executivo, do ato internacional. Em muitos desses casos, a consulta direta à versão autêntica do tratado é suficiente para dirimir quaisquer dúvidas de interpretação geradas por imprecisões a que os tradutores são passíveis de cometer.

Entendemos, contudo, que o texto do PLC merece ajustes. Para tanto, fazem-se necessárias algumas considerações sobre o processo de negociação dos tratados, mais especificamente, no que diz respeito aos idiomas adotados pelas partes.

Findadas as negociações, as partes do tratado elegem em quais idiomas serão lavradas as versões autênticas do texto. Segundo a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969) – que, embora não ratificada pelo Brasil, possui inegável caráter de norma costumeira internacional – *quando um tratado foi autenticado em duas ou mais línguas, seu texto faz igualmente fé em cada uma delas, a não ser que o tratado disponha ou as partes concordem que, em caso de divergência, prevaleça um texto determinado* (art. 33, parágrafo 1).

A partir da versão autêntica, cada Estado contratante produzirá versão oficial para seu idioma. Portanto, as versões autênticas não se confundem com as versões oficiais.

Sendo assim, parece-nos importante que a mensagem presidencial remetida ao Congresso Nacional, que hoje já vem acompanhada da versão oficial do tratado em português, contenha, também, as versões autênticas, em vez de “cópia do original na língua predominante para as negociações”, como mencionado na proposição. Isso porque pode ocorrer, por exemplo, que a negociação seja inteiramente conduzida em inglês e, ao final, o tratado venha a ser lavrado em inglês

e francês que, em princípio, constituem versões igualmente autênticas e de mesmo valor.

Além disso, convém substituir a palavra “referendo” por “aprovação”, uma vez que esta última reflete de forma mais fidedigna o papel a ser desempenhado pelo Congresso Nacional, cujo assentimento prévio é imprescindível para o posterior consentimento definitivo pelo Estado brasileiro por meio da ratificação.

Com vistas a contemplar tais ajustes, sugerimos nova redação ao art. 1º do PLC, nos moldes da emenda proposta.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação PLC nº 141, de 2008.

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 141, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 1º As mensagens presidenciais enviadas à Câmara dos Deputados, para cumprimento do disposto no inciso VIII do *caput* do art. 84 da Constituição Federal, deverão conter, no caso de tratados, convenções e atos internacionais que não possuam versão autêntica em língua portuguesa, a versão oficial no vernáculo e as versões autênticas, mediante cópias autenticadas pelo Ministério das Relações Exteriores.”

Sala da Comissão, 14 de maio de 2009.

Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente em
função

João de Deus, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 141 DE 2005ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14.05.2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>em exercício: Senador Wellington Salgado de Oliveira</i>	
RELATOR: <i>Senador Renato Casagrande</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPPLY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

Atualizada em: 19/03/2009

PARECER Nº 8, DE 2010
(Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

RELATOR “AD HOC”: Senador Cristovam Buarque.

I-RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 141, de 2008, de autoria do Deputado Alberto Fraga.

A proposição contém apenas dois dispositivos. O art. 1º determina que "os tratados, convenções e atos internacionais sujeitos ao referendo do Congresso Nacional, nos termos do inciso VIII do *caput* do art. 84 da Constituição Federal, enviados à Câmara dos Deputados por mensagem presidencial, deverão conter, quando realizados em língua diversa do vernáculo pátrio, além do texto traduzido para a língua portuguesa, a cópia do original na língua predominante para as negociações ou em que se dará o registro no organismo internacional, devendo, como condição de segurança jurídica e validade processual, constar, dos autos de tramitação legislativa da matéria, cópia do texto internacional devidamente autenticada pelo Ministério das Relações Exteriores". O art. 2º, por sua vez, trata apenas da cláusula de vigência.

Na Casa de origem, a matéria foi examinada pela Comissão de Relações Exteriores

e de Defesa Nacional e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Nesta Casa, já houve o pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que aprovou Relatório “ad hoc” do Senador Renato Casagrande, com Emenda ao artigo 1º do projeto.

II – ANÁLISE

Não há reparos no que tange à constitucionalidade e juridicidade da proposição.

No mérito, a proposição contribui para o aperfeiçoamento da participação do Congresso Nacional no processo de incorporação de tratados ao ordenamento jurídico brasileiro. O conhecimento, pelos parlamentares, do texto adotado como autêntico pelas Partes que negociaram o tratado poderá tomar a participação congressual mais ativa e, acima de tudo, precisa. Assinale-se que não são raros os casos em que o Ministério das Relações Exteriores, ao proceder à tradução, comete equívocos que podem dificultar a interpretação e, por consequência, retardar o trâmite para a aprovação legislativa, bem como para a ratificação, por parte do Poder Executivo, do ato internacional.

Foi o caso, por exemplo, da “Convenção Interamericana contra a Corrupção”, negociada no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) e concluída originalmente em Caracas, em 29 de março de 1996. Em 28 de novembro de 1996, o texto original da referida convenção foi enviado ao Congresso Nacional, através da Mensagem nº 1249/96, para a devida apreciação.

Análise mais acurada revelou que o texto original continha impropriedades de redação e de tradução que não podiam ser escamoteadas. Assim, procedeu-se à

revisão do texto da convenção, de forma a se eliminar qualquer ambigüidade ou impropriedade.

Concluído este importante trabalho de revisão, foram enviados para todos os Estados Partes o texto devidamente retificado da convenção e a "Ata de Retificação do Texto da Convenção Interamericana Contra a Corrupção" (em português, espanhol, francês e inglês).

O pior, entretanto, é quando erros de tradução são descobertos após aprovação congressional, o que dificulta a própria ratificação do acordo, convenção ou tratado.

Em muitos desses casos, como aconteceu com a referida "Convenção Interamericana contra a Corrupção", uma consulta direta à versão (ou versões) autêntica (s) do ato internacional é suficiente para dirimir quaisquer dúvidas de interpretação geradas por imprecisões a que os tradutores são passíveis de cometer.

Assim sendo, parece-nos meritório e oportuno que a mensagem presidencial remetida ao Congresso Nacional, que hoje já vem acompanhada, normalmente, apenas da versão oficial do tratado em português, contenha, também, a versão ou versões autênticas no idioma ou idiomas utilizados nas negociações.

Entretanto, na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, foram corrigidas algumas imperfeições técnicas do texto original do projeto. Com efeito, o artigo 1º do projeto menciona que deva ser enviada ao Congresso Nacional "cópia do original na língua predominante para as negociações". Ora, essa expressão não é correta. Na realidade, os atos internacionais são redigidos em "versão autêntica" ou

“versões autênticas”. Este último caso ocorre quando, ao final das negociações, se redigem versões em idiomas diferentes, igualmente válidas, mesmo que a língua predominante nas negociações tenha sido apenas uma.

Dessa forma, foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, a seguinte emenda ao artigo 1º do projeto:

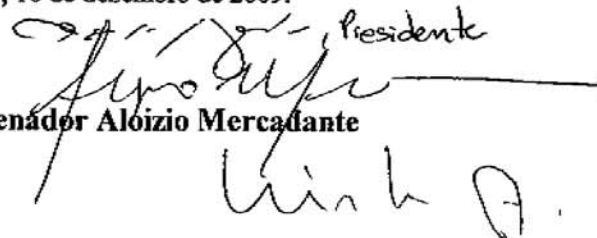
"Art. 1º As mensagens presidenciais enviadas à Câmara dos Deputados, para cumprimento do disposto no inciso VIII do caput do art. 84 da Constituição Federal, deverão conter, no caso de tratados, convenções e atos internacionais que não possuam versão autêntica em língua portuguesa, a versão oficial no vernáculo e as versões autênticas, mediante cópias autenticadas pelo Ministério das Relações Exteriores."

Consideramos que tal emenda aprovada na CCJ corrige as imperfeições do texto original do projeto, tornando-o mais preciso técnica e formalmente, ao mesmo tempo em que mantém o mérito e a oportunidade da matéria em apreço.

III - VOTO

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLC nº 141, de 2008, com a emenda adotada pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania.

Sala da Comissão, 10 de dezembro de 2009.


Presidente
Senador Aloizio Mercadante
A. M.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2008**IV – DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório apresentado pelo Senador Cristovam Buarque, Relator "Ad Hoc", que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008, do Deputado Alberto Fraga, com a emenda nº 1-CCJ.

Emenda nº 1-CCJ:

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 141, de 2008, a seguinte redação:

"Art. 1º As mensagens presidenciais enviadas à Câmara dos Deputados, para cumprimento do disposto no inciso VIII do caput do art. 84 da Constituição Federal, deverão conter, no caso de tratados, convenções e atos internacionais que não possuam versão autêntica em língua portuguesa, a versão oficial no vernáculo e as versões autênticas, mediante cópias autenticadas pelo Ministério das Relações Exteriores."

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Eduardo Azeredo (Presidente), Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Augusto Botelho, Rosalba Ciarlini, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2009.



Senador EDUARDO AZEREDO

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 141, DE 2008.
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/12/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR "AD HOC": SENADOR CRISTOVAM BUARQUE	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) PRESIDENTE	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1 - CRISTOVAM BUARQUE RELATOR

RELATOR

RELATOR: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 141, de 2008, que estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos a seu referendo. O projeto resulta de proposta apresentada na Casa de origem, em 1999, pelo Deputado Alberto Fraga.

O projeto é composto de dois artigos. O primeiro estabelece que os tratados submetidos à apreciação do Parlamento, nos termos do inciso VIII do art. 84 da Constituição, deverão conter, quando realizados em outro idioma, além do texto traduzido para a língua portuguesa, cópia do original no idioma predominante nas negociações ou “em que se dará o registro no organismo internacional, devendo, como condição de segurança jurídica e validade processual, constar dos autos de tramitação legislativa da matéria cópia do texto internacional devidamente autenticada pelo Ministério das Relações Exteriores”. O segundo cuida da cláusula de vigência.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de sua aprovação plenária. No Senado, o PLC passou preliminarmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que o aprovou mediante adoção de nova redação ao art. 1º, nos moldes de emenda oferecida pelo relator, Senador Aloizio Mercadante.

II – ANÁLISE

Não há óbices quanto à regimentalidade. A matéria foi despachada pelo presidente da Casa primeiramente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, segundo o art. 101, inciso I, do Regimento Interno, é competente para opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, para, em seguida, ser analisada por esta Comissão, que tem atribuição para opinar sobre proposições referentes aos atos internacionais, a teor do disposto no art. 103, inciso I do Regimento Interno. Tampouco existe reparo no tocante à constitucionalidade e juridicidade da proposição.

Em relação ao mérito, o projeto objetiva melhorar a participação do Congresso na etapa de aprovação de tratados. Nesse sentido, conhecimento preciso do texto adotado ao final das negociações é de grande relevância para a análise congressional. Assim, considerando que as traduções para idioma português podem conter imprecisões, leitura direta da versão autêntica pode elidir eventuais erros cometidos na versão oficial produzida pelas autoridades competentes.

Ocorre, no entanto, que o texto do projeto, tal como aprovado na Câmara, apresenta equívocos. Dessa maneira, por exemplo, referência a “cópia do original na língua predominante para as negociações”. Há aí evidente confusão técnica entre a denominada versão autêntica, produzida no curso da negociação, e a versão oficial, elaborada pelo Estado que possua idioma distinto daquele lavrado na autêntica. O projeto original menciona, ainda, o registro do documento em “Organismo Internacional”. Confunde-se, de um lado, “organismo internacional” com organização internacional; de outro, a menção é desnecessária.

Os equívocos apontados foram resolvidos com o texto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na forma da emenda proposta pelo relator, que tem a seguinte redação: “*Art. 1º* As mensagens presidenciais enviadas à Câmara dos Deputados, para cumprimento do disposto no inciso VIII do *caput* do art. 84 da Constituição Federal, deverão conter, no caso de tratados, convenções e atos internacionais que não possuam versão autêntica em língua portuguesa, a versão oficial no vernáculo e as versões autênticas, mediante cópias autenticadas pelo Ministério das Relações Exteriores”.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLC nº 141, de 2008, nos termos da emenda proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala da Comissão,

, Presidente

 , Relator

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 7 e 8, de 2010**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2010** (nº 795/99, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Gostaria de convidar para presidir a sessão o Senador Mozarildo Cavalcanti, porque, pela ordem de inscrição, sou o próximo orador inscrito.

O Sr. Geovani Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Valdir Raupp, esse importante Líder do PMDB de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Líder de Rondônia, porque do Brasil é o Senador Renan, que vai falar daqui a pouco.

Sr. Presidente, Senador Mozarildo, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 2 de fevereiro deste ano, o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou a redução do desmatamento na Amazônia em 49%, entre os meses de agosto e novembro de 2009, quando comparados ao mesmo período de 2008.

Em 2008, foram 2.239 quilômetros quadrados desmatados. Em 2009, foram 1.144. Isso significou uma redução de 48,9% na quantidade de floresta destruída. Além disso, Sr. Presidente, há uma aceleração no controle do desmatamento. Outubro e novembro registraram uma queda de 72,4% no ritmo de destruição da Floresta Amazônica.

É preciso frisar, também, que as medições em 2009 foram mais precisas do que aquelas realizadas em 2008.

Em 2008, 31% da área monitorada por satélites estava encoberta por nuvens, e, em 2009, o percentual se reduziu para 17%. Isso significa que os dados do ano passado, em que há menos desmatamento, são mais confiáveis do que aqueles de 2008. Além disso, precisamos observar que o ano de 2009 representou uma retomada da atividade econômica mundial, ou seja,

a recuperação da economia brasileira não se traduziu em maior desmatamento. Na verdade, podemos inferir o contrário: a economia melhorou e a preservação da floresta se fortaleceu.

Eu venho falando, já há algum tempo, há uns dois, três anos, que a população da Amazônia está adquirindo uma consciência ambiental. Isso está muito claro. Meu Estado, o Estado de Rondônia, nos últimos anos, tem desmatado muito pouco. Por quê? Porque essa consciência ambiental vem ganhando corpo cada vez mais.

Mantida essa perspectiva, é possível imaginar que, neste ano, já atingiremos as metas de desmatamento acertadas com as Nações Unidas para 2020, isto é, dez anos antes do prazo, conseguiremos atingir o nosso objetivo de manter as nossas florestas em pé.

Isso é factível, porque 2009 foi o ano com a menor quantidade de área desmatada desde 1988. Assim, não é exagero, quando o Ministro Carlos Minc afirma que, pela primeira vez, podemos dizer que o desmatamento na Amazônia está sob controle.

O Governo Federal, felizmente, não se mostra satisfeito com essas conquistas. Quer seguir adiante na defesa da preservação do meio ambiente.

Isso é atestado pela entrada em operação do satélite japonês, Alô, um satélite de observação de nosso planeta capaz de examinar a floresta Amazônica, ou qualquer floresta do mundo, mesmo com a existência de nuvens. Daqui para frente, mesmo com o tempo encoberto, será possível dizer, com precisão, qual é a área desmatada. O que havia até então era uma dúvida muito grande, era acreditar nos dados que eram apresentados sobre desmatamento.

A notícia sobre a redução do desmatamento é, pois, uma ótima maneira de darmos início ao ano de 2010. Significa que as medidas tomadas pelo Governo Lula, ao longo dos últimos sete anos, tem produzido resultados concretos, palpáveis e significativos, tendo como consequência uma mudança profunda na maneira como nós brasileiros lidamos com o meio ambiente.

E é sempre bom lembrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Brasil é o segundo País do mundo em preservação ambiental. Nós temos a segunda maior floresta nativa do planeta, estamos só atrás da Rússia. Os três países: Rússia, Brasil e Canadá lideram o *ranking* mundial com a maior preservação de floresta nativa do mundo. Então nós temos autoridade para chegar a qualquer fórum, a qualquer discussão mundial de cabeça erguida, de peito aberto para falar sobre meio ambiente. Não podemos admitir que os ambientalistas de plantão, aqueles que muitas vezes vivem a custa das organizações, do dinheiro arrecadado, que não conhecem – Senador Mozarildo, que é

da Amazônia, conhece, os Senadores Augusto Botelho e Geovani Borges, que estão aqui presentes, também conhecem –, esses não têm moral para ficar falando sobre meio ambiente no Brasil, sobre meio ambiente na Amazônia.

Tenho cansado de falar nesta tribuna que o Brasil preserva, na Amazônia, 83% das suas florestas. Apenas 17% das nossas florestas foram derrubadas, foram desmatadas. E essa consciência está ganhando corpo, como já falei, e a tendência é chegar a zero. Aliás, eu tenho uma proposta, aqui no Senado, do desmatamento zero, mas nós queremos as compensações. Por que as compensações? Já que nós estamos preservando 83% da Amazônia, já que em todo o Brasil, quando se joga para o contexto geral, nós chegamos a 46% de preservação, quase 50%, por que não liberar, Senador Geovani, por que não liberar as áreas consolidadas, onde os nossos produtores estão produzindo? Tudo bem que eles derrubaram um pouquinho a mais...

O Sr. Geovani Borges (PMDB – AP) – Se o Senador me permitir, eu gostaria de apartear-lo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com muito prazer, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Geovani Borges (PMDB – AP) – Primeiro, parabenizá-lo pelo tema que V. Ex^a aborda nesta tribuna neste momento, porque, no caso específico, nós, como amazônidas, no Estado do Amapá, temos praticamente 96% de área preservada. No Amapá, as nossas florestas estão praticamente intocadas, mas a que custo? Fica por isso mesmo? E V. Ex^a tem que reivindicar e, com muita propriedade, com muita segurança, uma compensação. A nossa Amazônia não é toda essa coisa que se pinta no mundo inteiro. Não é lá na 5^a Avenida de Nova York que se vai ditar norma de comportamento para a Amazônia. Nós, amazônidas, sabemos o que nós temos, sabemos o que queremos e para onde queremos ir. Precisamos conversar, preservar com responsabilidade e compensar, porque isso não pode ficar a bel-prazer de normas que não atendem à nossa realidade, dos amazônidas. Parabéns pelo discurso. Congratulo-me com V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento que nos proporciona nesta manhã.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Senador Geovani, pela contribuição. Quero que o aparte de V. Ex^a seja incorporado ao nosso pronunciamento.

E essas compensações têm que acontecer como aconteceu no Estado do Amazonas. O Estado de V. Ex^a preserva 96% das florestas, o Estado do Amazonas preserva 98% das florestas. Por quê? Porque tem o polo industrial de Manaus. Isso é uma compensação. Quatrocentas indústrias, inclusive a maioria multinacionais, gerando lá mais de quinhentos mil empregos.

Quem sabe uma Zona de Processamento de Exportação é colocada em Macapá para também criar um polo industrial, já que tem que porto, como no Estado de Roraima também – está ali o Senador Augusto Botelho pedindo um aparte; já concedo um aparte a V. Ex^a. Esse modelo de desenvolvimento do Estado do Amazonas deu certo. Tirou a pressão do campo para o polo industrial de Manaus. O que queremos em nossos Estados? Que liberem as áreas consolidadas, onde nossos produtores estão produzindo para sustentar as suas famílias e também liberem algum modelo de desenvolvimento sustentado, como esse do Estado do Amazonas, que é o polo industrial.

Tenho aprovado em quatro cidades de Rondônia ZPEs – Zonas de Processamento de Exportação: Vilhena, Ji-Paraná, Porto Velho e Guajaramirim. E quem sabe se cria uma Zona de Processamento em Porto Velho e se criam três sub-zonas como modelo da China, nessas cidade do interior, para também diminuir a pressão por desmatamento.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Raupp, nós que somos da Amazônia, realmente, é que temos que falar por ela. Concordo com o discurso de V. Ex^a, mas gosto de fazer aquela observação sempre que V. Ex^a fala em desmatamento zero. Desmatamento zero só pode ser feito quando se der uma alternativa para as pessoas que vivem na beira dos rios, no meio das matas, na ponta dos assentamentos, nas picadas, que eles falam, de sobreviver.

São pessoas que há 500 anos, os seus ascendentes, derrubam, queimam e plantam. Pegam aquele pedacinho e passa três ou quatro anos e muda para outro. Daqui há 10 anos, aquele pedaço que ele queimou já cresceu e os desmatadores que prejudicaram a Amazônia foram os grandes proprietários que desmataram 200 hectares, 500 mil, 2 mil, 3 mil. Hoje, quem desmata três linhas, três linhas e meia, quatro linhas, um hectare, é só para comer. Então, zero tem que ser assim: zero com dimensão, senão os agricultores familiares, que vivem dentro das florestas e que não têm nenhuma assistência técnica, nem luz elétrica – apesar de o Presidente estar querendo colocar luz até fim do mandato dele – não tem luz elétrica, não tem estrada e não tem nada, como é que vão sobreviver? E também desmatar zero com esse negócio de compensação tem que ser compensação clara; não é esmola. O amazônida não precisa de esmola para sobreviver. Ele tem dignidade e disposição para trabalhar, só precisa de meios para poder trabalhar, para se sustentar e para proteger. Quem protege a floresta é o homem que vive lá dentro, não é o ongueiro que vive na beira da praia ou dentro do ar condicionado aqui em Brasília

e por outros lugares, não. Quem protege é quem está lá, quem vive lá. Por isso que aquela MP que definiu a propriedade de até 10 módulos, podendo titular a terra de até 1500 hectares sem licitação, foi um grande passo, porque aí quem cuida bem da terra é quem é dono da terra. Quem vive na terra gosta da terra, ao contrário do que todos dizem. Por isso, gosto de V. Ex^a pelo seu discurso, inclusive reclamo sempre que V. Ex^a tem falado pouco no seu gasoduto. Acho que o gasoduto não está tão importante, mas é importante também, porque o gás de Urucu está sendo jogado fora. Uma parte é jogada fora, queimada e outra parte é reinjetada. Se já tivesse feito o seu gasoduto, não estariam jogando esse dinheiro fora, porque estariam jogando o gás lá e vocês não estariam queimando mais de

um milhão de litros de óleo diesel por dia, que vocês queimam lá em Rondônia, que é um Estado pujante, o 16º do PIB do Brasil. E continue, continue lutando, mas lembre sempre: eu quero uma solução para os pequenos produtores, que não têm como sobreviver com essa história de desmatamento zero.

O SR. VALDIR RAUP (PMDB – RO) – Obrigada a V. Ex^a pela contribuição. Quanto ao gasoduto, vou voltar à carga em breve porque as usinas do Madeira já caminham para o final, em 2011 e 2012, para curar a ressaca do desemprego depois do final das usinas, que vai deixar desempregados 20 mil trabalhadores; aí vamos construir o gasoduto e a ferrovia Transcontinental. Mas vamos falar desse assunto em outra oportunidade.

E V. Ex^a tem absoluta razão quando fala da compensação para os que protegem a floresta. Eu acho que a floresta tem que ser tratada como ativo econômico: aqueles que estão protegendo a floresta devem receber alguma coisa por isso para sobreviver, porque vivem do extrativismo, mas o extrativismo está difícil. O peixe está ficando cada vez mais raro; o extrativismo não é ainda uma atividade rentável que possa dar sobrevivência a essas famílias. Então tem que pagar pela preservação. O Fundo Amazônia criado, que já tem mais de US\$1 bilhão, deve compensar os ribeirinhos, aqueles que protegem a floresta com uma compensação financeira mesmo, para que eles possam ser guardas, para que possam cuidar da floresta.

Eu admito que V. Ex^a tem razão e o meu projeto, que trata do desmatamento zero com as compensações, uma delas é liberar as áreas consolidadas, antropizadas para a produção, preservando apenas as margens de rios, reflorestando as nascentes e as margens de rios para proteger as águas, e tratando a floresta como ativo econômico. Ou seja, aqueles que estão protegendo a floresta têm que receber alguma coisa por ela.

Encerro aqui, Sr. Presidente. Muito obrigado pela generosidade do tempo e um grande abraço a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, nesse momento, ao Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, antes de iniciar a minha fala, gostaria de desejar, mais uma vez, a todas as Senadoras e aos Senadores um ano legislativo de muitos avanços, e avanços importantes, para que a democracia obtenha o seu melhor aperfeiçoamento, como também, Sr. Presidente, todos nós estamos aqui para fazer um permanente aperfeiçoamento das leis, sobretudo daquelas relacionadas à superação da pobreza e ao estímulo ao desenvolvimento no Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a este plenário, com muita satisfação.

Satisfação, Sr. Presidente, por informar que estou apresentando hoje ao Senado Federal um projeto de lei que possibilita a qualificação de estudantes universitários que têm dívidas com o Fies.

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, o Fies, foi criado em 1999 para financiar os estudos de quem pretendia fazer faculdade e não dispunha de recursos para pagá-la.

Com o passar do tempo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Fies acabou se transformando num impasse para os profissionais formados.

Como nem todos, Senador Mozarildo Cavalcanti, conseguem emprego durante e após a conclusão do curso superior, surgem dificuldades para o pagamento das mensalidades dos empréstimos contraídos.

No sistema do Fies, o estudante começa a pagar o financiamento estudantil quando ainda está na universidade. A parcela é de, no máximo, R\$50,00 a cada três meses.

O problema, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que, mesmo com juros baixos ao ano, esse valor não é suficiente para abater os juros, o que resulta no aumento do saldo devedor, infelizmente.

Estima-se que o atual saldo a pagar do Fies seja da ordem de R\$5 bilhões. Já a inadimplência entre os primeiros contratos – a partir de 1999 – chegaria a 28% disso.

Para solucionar o impasse, aprovamos no Senado Federal, em dezembro do ano passado, importante projeto de lei que aperfeiçoa a sistemática do Fies.

Esse projeto aprovado pelo Senado se transformou, Sr. Presidente, Srs. Senadores, na Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010.

Entre outros pontos, a nova lei permite que professores em efetivo exercício na rede pública de educação básica e médicos integrantes das equipes de saúde da família, com atuação em áreas e regiões carentes, possam abater mensalmente 1% do saldo devedor do Fies.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto de lei que ora submeto a esta Casa pretende estender essa possibilidade de abatimento mensal de 1% do saldo devedor para estudantes universitários de quaisquer cursos.

A mudança substancial que fizemos aqui no final do ano que passou permite o abatimento desse 1% apenas para professores em efetivo exercício na rede pública da educação básica e médicos integrantes das equipes da saúde da família. Esse projeto de lei, Sr. Presidente, estende esse abatimento a estudantes e a formados de todos os cursos, para que eles também possam abater esse 1% do seu saldo devedor.

Para que, como eu dizia, possam abater o saldo devedor do Fies, os estudantes deverão prestar serviços aos Estados e Municípios por meio do que chamei no projeto de lei de Bolsa-Qualificação.

O programa de qualificação dos estudantes universitários, nos órgãos dos Estados e nas prefeituras, terá a duração de 12 meses, podendo, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, ser renovado por igual período.

Além do abatimento no saldo devedor do Fies, os estudantes farão jus a uma remuneração que varia de um a dois salários mínimos, dependendo da jornada de qualificação, que poderá ser de 20 ou 40 hora semanais.

No caso dos estudantes de famílias de baixa renda, participação no programa de qualificação ajudará o pagamento de outras despesas como livros, transportes, alimentação etc.

O projeto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também prevê a possibilidade de a União repassar recursos aos Estados e Municípios mais pobres, para que possam arcar com os custos desses programas de qualificação.

Por se tratar de um programa de qualificação de estudantes universitários, voltado para o aprimoramento dos conhecimentos desses jovens, não se confunde com o preenchimento de vagas no serviço público – é bom que se diga.

Em razão disso, o nosso projeto estabelece que o número máximo de estudantes participantes do bolsa qualificação não poderá ultrapassar, e este detalhe é muito importante, 20% do quadro efetivo do Estado ou do Município.

Senhoras e senhores, em suma, o que pretendemos é aliar a possibilidade de pagamento do saldo

devedor do Fies pelos estudantes de todos os cursos a uma experiência de qualificação profissional nos governos estaduais e nas prefeituras municipais.

No Estado de Alagoas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, por exemplo, conversei com vários Prefeitos que manifestaram grande interesse em contar com estudantes universitários prestando serviços à comunidade.

Acredito que a troca de experiência entre o ensino universitário e as administrações estaduais e municipais trará verdadeiramente resultado positivo para ambos.

O Senado fez a sua parte, como eu dizia, aprovando novas regras para o Fies, inclusive, a que permite o abatimento do saldo devedor por meio de prestação de serviços nas áreas de educação e nas áreas de medicina, repito.

O que desejamos, agora, fundamentalmente, é ampliar essa possibilidade de abatimento do saldo devedor do Fies a estudantes de todos os cursos universitários, o que me parece, Sr. Presidente, uma medida justa e também muito equilibrada.

Peço, aqui, portanto, o apoio de todos os Líderes partidários, do Presidente desta Casa, para que esta matéria seja rapidamente aprovada no Senado Federal.

Como todos sabem – e nunca é demais lembrar –, ao longo dos anos, eu tenho tido uma convivência direta com a temática dos jovens no Brasil. Na Constituinte eu tive, Senador Mozarildo Cavalcanti, o prazer de ser o autor do voto aos 16 anos. Defendemos aqui, em várias oportunidades, com a iniciativa legislativa também, estímulos ao primeiro emprego dos jovens. E, agora, estamos trabalhando pela aprovação de um projeto de lei também muito importante, de nossa autoria, que transfere recursos da loteria federal para o Pró-Jovem, que tem cumprido importante papel com relação à formação e ao aperfeiçoamento dos jovens em todo o Brasil. Também é bom dizer que estamos trabalhando – e digo isso também com muita satisfação – para a aprovação da PEC da Juventude, que tem como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior, do Estado de Goiás.

Por enquanto, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Cumprimentando V. Ex^a pelas excelentes iniciativas, quero anunciar a palavra do ilustre Senador Geovani Borges, meu ex-colega Constituinte e Senador pelo Estado do Amapá.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna hoje é o desejo de falar a respeito de uma matéria publicada no jornal *O Globo* de hoje, sexta-feira, 5 de fevereiro, sob o título “Eleição atrasa decolagem. Governo só vai privatizar aeroportos após as eleições.” A matéria diz que obras receberão da União R\$567 milhões. Essa matéria me chamou a atenção por causa da situação dos nossos aeroportos em todo o Brasil.

Soluções vêm sendo providenciadas. Na matéria, os Estados contemplados são mencionados e é feito um balanço de três anos do PAC:

“... o governo informou ter concluído, ao custo R\$250 milhões, sete obras nos aeroportos (Congonhas, João Pessoa, Santos Dumont, Salvador, Boa Vista, Fortaleza e Parnaíba). Três ainda estão em andamento: Galeão (pista, pátio e terminal de cargas e de passageiros), Congonhas (torre de controle) e Recife (terminal de passageiros e pontes de embarque).

Nas obras em andamento, serão investidos R\$ 567 milhões pela União. Receberam sinal vermelho quanto ao andamento das obras três aeroportos: Brasília, Vitória e Macapá (terminal de passageiros) e Guarulhos (pista e pátio).”

Só que o Aeroporto Internacional de Macapá, do meu querido Estado, está parado há praticamente três anos por questão legal, jurídica, intervenção do Tribunal de Contas da União, o TCU. Nesse sentido, queria fazer um apelo desta tribuna.

Antes, porém, quero parabenizar a bancada federal aqui no Congresso Nacional, sob a coordenação do Senador Gilvam Borges, que tem lutado, diariamente, para que essa obra do aeroporto, estratégica para o desenvolvimento do Estado, retome o seu curso normal. Há uma previsão, Senador Mozarildo, de nós retomarmos essa obra ainda este ano.

Aproveito a oportunidade, já que estou falando sobre as grandes obras estruturantes do meu Estado, para mencionar algumas verbas liberadas para o Amapá.

De 2007, nós temos R\$15 milhões do Fundo Nacional de Saúde, a estruturação de unidade de atenção especializada em saúde, reforma e ampliação do Hospital das Clínicas Alberto Lima – R\$ 15 milhões prontos para o pagamento.

Foi uma outra grande vitória, alcançada com muito sacrifício, com muita luta e com muita determinação da bancada federal do meu querido Estado, o Amapá, sob a coordenação do Senador Gilvam Borges.

Quero aproveitar para parabenizar o nosso ex-Deputado Federal Benedito Dias, que foi o autor dessa emenda, que trabalhou muito para que essa obra se concretizasse – praticamente está sendo inaugurada, avançou muito.

Cito também obras de infraestrutura urbana em municípios de médio e grande porte, obras de desenvolvimento urbano na área aeroportuária de Macapá: R\$ 5 milhões prontos para pagamento. Infelizmente, o nosso aeroporto, com 60% de obras já concluídas, está paralisado.

A bancada federal – o Deputado Jurandir Juares, a Deputada Fátima Pelaes, o Deputado Feijão, o Deputado Davi Alcolumbre, a Deputada Lucenira Pimentel, a Deputada Janete Capiberibe, o Senador José Sarney, o Senador Papaléo Paes – realmente tem vestido a camisa do Estado com muito empenho e determinação.

Vejo os resultados aqui. Emendas da bancada, de 2009, estão apenas aguardando a liquidação para pagamento. Esse é o caso da construção de ponte sobre o rio Matapi, entre Mazagão e Santana: R\$ 6 milhões aguardando liquidação para pagamento. Matapi é um rio muito importante que liga Santana a Mazagão, que é o terceiro município mais próximo da capital.

Cito emenda da bancada para apoio à política nacional de desenvolvimento urbano – ações de infraestrutura urbana em Macapá: R\$4,8 milhões aguardam liquidação.

Construção da ponte urbana sobre o rio Jari em Laranjal do Jari, o terceiro município mais populoso do meu Estado: R\$15.977.600 aguardam liquidação para pagamento. Como diz o Senador Gilvam Borges desta tribuna – virou chavão já –, é dinheiro na conta. Do rio Jari, quase R\$16 milhões.

Apoio à implantação de sistema de esgotamento sanitário em Macapá: R\$3.599.000 aguardam liquidação para pagamento.

Urbanização e revitalização da orla fluvial de Vitória do Jari: aguardam liquidação R\$ 2.506.725.

Complexo Poliesportivo do Zerão no município de Macapá, no Estado do Amapá: R\$3 milhões aguardam também liquidação para pagamento.

Eu levantei isso aqui porque reassumi recentemente o Senado e vi o trabalho fantástico que a bancada do meu Estado, independentemente de cor partidária, vem desenvolvendo em prol de obras estratégicas. Queria apenas fazer este registro nesta manhã de sexta-feira, dizer da minha satisfação e me congratular com todos eles.

Em relação a essa privatização dos aeroportos: esse é um tema muito mais profundo, mais complexo. As jornalistas Geralda Doca e Eliane Oliveira fizeram

uma análise com muita profundidade. Quem sabe se o caminho não é esse? Não sei, é um tema muito polêmico, e acho que esta Casa vai debatê-lo, pois é preciso preparar terreno para a Copa de 2014.

A matéria me chamou a atenção, até pelo desejo de verificar a situação do aeroporto do meu Estado. Roraima já está contemplada – V. Ex^a há pouco me informou que estava quase concluída a obra, Senador Mozarildo. O nosso é novo, mas está parado, com 60% da obra já concluída.

Então, Sr. Presidente, muito obrigado pelo espaço. Encerro o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Geovani Borges, cumprimento V. Ex^a e peço-lhe que assuma a Presidência enquanto anúncio a fala do ilustre representante do Rio de Janeiro, Senador Paulo Duque.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – O ilustre Senador Paulo Duque dispõe de vinte minutos e mais o tempo que desejar.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela gentileza.

Há pouco tempo, li uma crônica de um dos maiores jornalistas deste País,

de um dos maiores cronistas políticos deste País, chamado Villas-Bôas Corrêa, ele é do tempo de Carlos Castello Branco, de Carlos Lacerda, Pedro Dantas, que era o pseudônimo de Prudente de Moraes Neto, José Costa, era o primeiro time, ele era do primeiro time, muito jovem ainda e credenciado em um dos grandes jornais do Rio de Janeiro como jornalista na Câmara Federal. Imaginem que estamos aqui, quero falar da época de 1954, talvez V. Ex^a não fosse nem nascido, 1954.

Mês de agosto. Imagine V. Ex^a que no dia 5 de agosto o grande líder da época e um dos maiores oradores que o Brasil já teve em toda sua história, o futuro Deputado Federal e futuro Governador da Guanabara, Carlos Lacerda,

sofreu um atentado ao chegar em casa, vindo de uma conferência no Colégio São José, na Tijuca, mais ou menos, à meia noite e meia. Os sicários, os criminosos o aguardavam na porta de sua residência, em um carro meio na sombra, na Rua Tonelero, em Copacabana, perto do número 200. Mais ou menos, meia noite e meia, oriundo de uma conferência, Lacerda chega acompanhado do Major Rubens Vaz, jovem

major da Aeronáutica, uma das grandes figuras que a Aeronáutica possuía nos seus quadros.

Ao sair, ele e o filho, Sérgio Lacerda, ele é alvejado por um pistoleiro, que erra o tiro, mas acerta o seu acompanhante, Major Rubens Vaz, matando-o na rua; e acerta outro tiro, mas atinge o pé direito do jornalista. Ambos são levados imediatamente para o Hospital Miguel Couto. Há médicos neste Senado que conhecem o Hospital Miguel Couto, um grande hospital.

Lá se consegue fazer um curativo de emergência, ferido que estava, sem poder andar, sendo carregado. O Major Rubens Vaz morre. Aquilo torna-se o maior escândalo nacional. Estou falando, senhores, do ano de 1954, exatamente do mês de agosto, dia 5 de agosto.

O Presidente da República, Getúlio Vargas, no seu segundo mandato, já um pouco envelhecido, bastante atenuado pelas crises permanentes, pelos escândalos, é imediatamente comunicado do fato. Quem teria sido o autor daquele atentado? Chama o seu chefe da guarda, que morava no palácio, Gregório, um gaúcho negro de 1,90 metros, vindo do sul no segundo governo, e o interpela se ele teria alguma coisa a ver com aquele fato.

E o escândalo se espalhou. Os jornais dando a notícia. E o Gregório nega peremptoriamente. Diz que a guarda não fez nada. Que ele está inocente. Que não tiveram participação nenhuma.

Vejam que, nessa altura dos acontecimentos, a Aeronáutica inteira se rebela em termos de ação efetiva e se institui o que se chamou, na ocasião, a República do Galeão. É incrível, mas isso ocorreu. A República do Galeão, na base aérea do Galeão. Não havia Aeroporto Tom Jobim, não havia nada. Havia uma base aérea ali na Ilha do Governador.

Pois bem, estabeleceu a Aeronáutica, logo, uma grande força para descobrir os criminosos, elucidar o crime. Invadem o palácio e, sem dúvida, vão nos aposentos do Gregório, levantam os arquivos. Tudo isso aconteceu na minha cidade em 1954. E nós todos, universitários da Faculdade de Direito, da Faculdade de Medicina, estávamos preocupados com os acontecimentos, porque, na época, Sr. Presidente, o que havia eram os grandes jornais.

Eu até me preocupei em trazer para os Anais da Casa os grandes jornais que funcionavam no Rio de Janeiro e que desapareceram. Não sei por que, mas desapareceram. Olha só: *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Diário de Notícias*, *O Mundo*, *Diário da Noite*, *A Noite*, *A Tribuna da Imprensa*, *O Radical*, *O Imparcial*, *Diretrizes*, *Novos Rumos* – jornal comunista da época – o *Jornal do Commercio*, que ainda existe, mas que a gente sente que está caindo, caindo; *Última Hora*,

O Paiz, Folha Carioca, O Dia, A Notícia, que também já existiam na época. A verdade é que a imprensa do Brasil inteiro, a imprensa falada, a imprensa escrita, rádio e jornais... Porque televisão, nem se falava nisso! Ninguém acreditava em televisão.

No momento, eu sei que V. Ex^a falou para milhares e milhares de pessoas do seu Estado inclusive, e sei que no momento estou sendo ouvido e visto por milhões e milhões de pessoas em todo o País. É assim o progresso. Por isso, quando estou fazendo um discurso desta natureza, é porque não só as dezenas de Senadores estão me ouvindo não,

é porque os milhões de brasileiros estão prestando atenção, sobretudo os brasileiros da nova geração, que não conheceram esses fatos que se passaram na minha cidade, fatos políticos. Os universitários enchem as galerias do Palácio Tiradentes, as galerias do Senado Federal, do Tribunal do Júri, porque era exatamente onde eles podiam aprender política, aprender a fazer política, que é uma condição inata de cada pessoa. Nós todos somos políticos, o homem é um animal político.

Naquela ocasião, Getúlio já tinha passado muitos e muitos anos no poder, já estava no seu segundo mandato, estava preocupado com a sua honra, em defender a sua honra. E, no dia anterior, dia 23 de agosto de 1954, um dia antes... Alguns dias depois desse fato ocorrido em 5 de agosto – estou indo para 23 de agosto –, o Líder da Oposição... Por sinal, ele foi meu professor de Direito Constitucional, era um grande constitucionalista, Afonso Arinos. E – que coincidência! – meu gabinete fica na Ala Afonso Arinos. Toda vez que saio, vejo lá: Afonso Arinos.

Eu estou devendo um pronunciamento ao Afonso Arinos. Foi meu professor, foi um grande Senador, foi Deputado Federal, era mineiro. Eu tenho que fazer esse pronunciamento e escolhi o dia de hoje, nesta sexta-feira, quem sabe em homenagem à juventude que aí está? Quem sabe? Homenageá-lo, ele, que foi meu professor de Direito Constitucional na UERJ.

No dia 23 de agosto, um dia antes do suicídio de Getúlio, ele fez um discurso notável. Eu citei o jornalista Villas-Boas Corrêa porque ele, há coisa de quinze dias, no seu artigo do *Jornal do Brasil*, lembrou que ele era representante do jornal na Câmara dos Deputados, no Palácio Tiradentes, e tinha assistido a Afonso Arinos pronunciar aquele que ele considera o maior, o melhor, o mais retumbante, o mais marcante discurso político brasileiro, na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, e que eu trago aqui. A tese principal, a que sustenta, é que estamos atravessando uma crise constitucional, mas não uma crise da Constituição.

Olha só que beleza. Estamos vivendo uma crise institucional, mas não uma crise das instituições. Essa é a tese fundamental, porque a Constituição está acima disso e tem remédio para isso.

Ele faz um belíssimo discurso pedindo a renúncia, isso no dia 23, do Presidente da República em nome do povo. Chega a citar o Presidente francês Jules Grévy, que, no século anterior, havia feito a mesma coisa quando descobriu que o seu governo estava dilapidado, havia renunciado. Ele estava pedindo a Getúlio Vargas para renunciar o mandato, que era a solução para que a crise brasileira não avançasse, pois o País poderia ter uma guerra civil. Um grande discurso, dia 23. Isso foi de tarde, Palácio Tiradentes.

Mas deixa lá que, de noite, ele reuniu o Ministério, Ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, o general que esteve na Itália, Ministro da Aeronáutica, Epaminondas Santos, e vai por aí.

Ele está ouvindo todo mundo! A secretária particular dele, Alzirinha, da política particular, porque a secretária administrativa era D. Consuelo. Eles estão atentos para ver o que o Ministério diz. Como ninguém apresenta uma solução viável, como nenhum dos generais apresenta uma solução de salvação, ele fecha a agenda dizendo o seguinte: já que os senhores não decidem, eu decido. Eu vou decidir.

Encerra a reunião, sobe para o terceiro andar do Palácio do Catete, onde ele residia no Rio, recebe ainda a visita de um de seus irmãos, estroina, boêmio, gozador da vida, Beijamim Vargas, famoso na crônica social, que diz: “Fui convidado para ir depor no Galeão”. “Amanhã nós tratamos disso”. Assina duas cartas, deixa-as em cima da sua mesa de quarto, manda o contínuo retirar-se, veste o pijama e dá um tiro no coração.

Foi isso que aconteceu no dia 24 de agosto, às 7 horas da manhã. Esse foi o drama.

Depois do discurso de Capanema? Não, depois do discurso de Capanema, não. Depois do discurso de Afonso Arinos, esse professor, ex-senador? Não, também não. Esse discurso é perfeito, é maravilhoso. Ele até tentou renunciar a esse discurso. Ele até tentou dizer: não, esse não é meu. Mas é impossível, é um fato histórico.

Isso foi no dia 23. imediatamente, o fato tornou-se do conhecimento do Brasil inteiro, da América toda, de todo o mundo. E, no dia seguinte, quando Afonso Arinos tentou discursar, a Bancada do PTB se retirou inteiramente do Palácio Tiradentes. Se retirou, recusou-se a ouvi-lo, e ele desistiu de falar.

Em compensação, quem teria que falar em seguida? O líder. O líder dele teria que falar, usar a tribuna, explicar as razões pelas quais ele se matou e

defender a seguinte tese: ele se matou para defender sua honra; matou-se, saiu da vida e entrou na história para defender sua honra. Gustavo Capanema, um mineiro, o que foi Ministro da Educação.

Em seguida também um dos maiores oradores deste País, cuja leitura recomendo, que foi Rui Ramos. Ele é de Itaqui, no Rio Grande do Sul. Sei que o povo de Itaqui deve estar ouvindo o Senado. Ele faz um discurso extraordinário, num linguajar perfeito. Tão nobre discurso que o mostrei, neste pronunciamento, ao ex-Prefeito César Maia, do meu Estado. O César Maia, imediatamente, mandou tirar dez cópias para distribuir para os membros do seu gabinete. Dez cópias!

Por isso é que hoje, nesta tarde alegre,

mas silenciosa, em que estamos falando do passado, que nos deixa essas lições de vida e de comportamento, resolvi fazer este pronunciamento, pedindo ao Presidente que considere lidos esses três discursos, porque essa é a forma que terei de mandar publicá-los pela Gráfica do Senado: o de Afonso Arinos, o de Gustavo Capanema e o de Rui Ramos, pronunciados no Palácio Tiradentes, no dia 24 de agosto de 1954.

Enquanto isso, suicidou-se. Aqueles que já foram ao Palácio do Catete, estiveram no quarto dele, que foi mantido exatamente como no dia do fato. O próprio pijama dele, chamuscado, está lá, em cima da cama. Tudo conservado.

Aqueles que não foram, aconselho ir ao Rio de Janeiro, quando forem ao Rio de Janeiro. Não custa nada! Vão ao Palácio do Catete, terceiro andar, subam, vivam a história, aprendam um pouco sobre sentimento, que a honra está acima da presidência de qualquer coisa; a honra está acima da presidência de qualquer coisa!

Aconselho àqueles que me estão ouvindo. O Levy Fruet, lá de Rio Preto – vou citar dois nomes só –, e o Zequinha, lá de Rio Preto, do fim de Minas Gerais, não perdem um programa da TV Senado. A TV Senado é um veículo sensacional, esse é o termo, porque leva a palavra dos Parlamentares, dos representantes dos Estados a todos os rincões.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Não é necessário vir a Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a, há pouco, pediu que fossem inseridos aqui, nos Anais da Casa, três pronunciamentos, para que fossem considerados como lidos.

V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Isso é muito bom, Presidente, porque é uma peça rara e está incólume, perfeita, no original. Ela revela o que foi a maior tragédia

brasileira. Não conheço uma tragédia brasileira maior do que essa. Maior do que essa! E mais: o povo do Rio de Janeiro – e do Brasil, talvez –, antes do dia 24 de agosto, vituperava, estigmatizava, xingava; os jornais etc; mas o que se viam depois eram lágrimas, tristezas, desolação. Por isso, eu disse, em certa ocasião, que o povo, a multidão flutuava, era volúvel. Exatamente por isso.

Eu compararia até a um time de futebol: está ganhando, ótimo, o técnico é ótimo; está perdendo, vamos liquidar com o técnico. É a psicologia das multidões. Gustave Le Bon explica muito bem isso no seu livro clássico “A Psicologia das Multidões”.

Sr. Presidente, tenho a impressão de que já estou cansando V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a, jamais, com toda esta história de que V. Ex^a é testemunha viva, iria me cansar. Estou embevecido com seu pronunciamento.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Vou concluir, vou concluir, a fim de não exagerar o pronunciamento. Mas vou concluir, dizendo a V. Ex^a o seguinte: a história do Brasil foi toda escrita e vivida na cidade do Rio de Janeiro. Não tem conversa, já sustentei isso aqui, outros não reconheceram isso. Sei que o Brasil é muito grande, são 27 Estados, são 27 unidades da Federação, mas a história, a nossa história do Brasil foi toda escrita na cidade do Rio de Janeiro, as dramaticidades, os gestos heróicos, enfim, tudo aquilo que nos enobrece...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – ...nos orgulha e, às vezes, nos envergonha.

De maneira que quero, neste instante, pedir a V. Ex^a permissão para mandar publicar, em nossos Anais, os três pronunciamentos e enviar, oficialmente, ao jornalista Villas-Bôas Corrêa uma moção de congratulações, porque foi exatamente esse jornalista, muito jovem ainda, que assistiu ao discurso de Afonso Arinos, quando ele era credenciado do Palácio do Catete.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Há coisa de 20 dias – mais ou menos 20 dias –, no seu artigo, ele declarou – e também declaro agora – que este foi o maior discurso político que já se fez em nosso País.

Muito obrigado a V. Ex^a.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PAULO DUQUE EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GUSTAVO CAPANEMA

1900 - 1985

O ORA

Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG) em 10 de agosto de 1900. Transferindo-se para Belo Horizonte, ingressou na Faculdade de Direito, bacharelando-se em dezembro de 1924.

Retornou a Pitangui onde começou a advogar e iniciou-se na política elegendo-se vereador em 1927. Nomeado pelo Governador de Minas para o cargo de Secretário do Interior, após a revolução de 30, manteve intensa atuação entre as forças vitoriosas e os dissidentes de Minas.

Tornou-se político de absoluta confiança de Getúlio Vargas que, em 1934 o nomeou Ministro de Educação e Saúde. Em 1935 sua gestão caracterizou-se principalmente pela retomada das campanhas sanitárias, pelo início e término do Edifício-sede do Ministério e começo dos estudos visando a criação da Universidade do Brasil. Além de prestigiar técnicos nacionais e o grupo de artistas que construíram e decoraram o notável edifício do Ministério, que hoje tem o seu nome, Capanema não se encontrava mais à frente do Ministério quando de sua inauguração em 1945.

No campo da cultura, criou dois órgãos de nome e expressão: o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Nacional do Livro. Ainda como Ministro, em 1939, inaugurou a Faculdade Nacional de Filosofia de enorme influência na formação de professores.

Elegeu-se Deputado Federal em Dezembro de 1945 e na legislatura de 1951-1956 Vargas o indicou líder da Maioria. Ao contrário de Afonso Arinos, na legislatura anterior, Capanema acompanhou a maioria da Câmara ao votar favoravelmente à cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. Durante a agosto de 1954 exerceu com altivez sua função de líder.

Senador por Minas em 1970, tentou ingressar na Academia Brasileira de Letras, sem sucesso, porém.

Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de março de 1985.

SINÓPSE

O DIA 24 DE AGOSTO DE 1954, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

É enorme, incomensurável, a responsabilidade do líder da maioria naquele momento; contudo, desde o 5 de agosto achava-se preparado para o que acontecesse de pior.

Sobre a vida de Getúlio Vargas, diz apenas que foi marcada pelo ideal. Prefere discorrer sobre sua morte _____ antes, definindo, o homem de Estado. Indico as linhas mestras do homem de Estado: "Se a sua vida foi marcada pelo ideal a sua morte foi marcada pela honra".

Pinta o dilema que atormentava o Presidente quando surgiu e cresceu um cortejo de misérias, atormentando a opinião pública. Lembra as palavras do último encontro em que o Presidente, em infinita tristeza: "o principal agora é defender a minha honra".

D _____ sobre o tema; fala com amargura. É um orador eloquente, com voz clara, emocionada. Sabe que está falando para as futuras gerações.

É um discurso sentido, de um homem de Estado falando sobre outro homem de Estado. Uma obra prima de lealdade; numa fase de tanta deslealdade na vida pública brasileira. Vale a pena lê-lo.

Expediente do dia 24 de agosto de 1954

O DIA 24 DE AGOSTO DE 1954, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Discurso do Sr. Deputado Gustavo Capanema.

O Sr. Presidente - Dou a palavra, de início, ao nobre Líder da maioria, Sr. Gustavo Capanema.

O Sr. Gustavo Capanema Sr. Presidente, não é este o momento próprio para tratar da vida do Presidente Getúlio Vargas. Dela direi pouco. Direi apenas que foi marcada pelo ideal.

Conheci de perto o grande Presidente. Conheci a sua inteligência profunda, larga e sutil, inteligência política como nunca vi tão grande, capaz de discernir as melhores soluções nos momentos mais intrincados, capaz de divisar, no plano dos interesses do país, as soluções salvadoras, capaz de encontrar, em todas as circunstâncias em que estivesse em jogo a felicidade, o prestígio, a honra, o destino da Nação, o rumo popular e o rumo histórico, aqueles rumos verdadeiramente cheios de sabedoria. Ele tinha essa inteligência alta e notável.

Conheci-lhe de perto o coração, e nunca vi no seu semblante, em nenhuma circunstância a menor sombra de rancor, de ódio, de antipatia, de aborrecimento para com quem quer que fosse. Conheci-lhe o coração de perto, e posso dizer que era tão grande como o de Salomão. Esse coração que, segundo a palavra da Escritura, era extenso como a areia das praias. Na verdade, ele tinha sempre o coração inclinado para as soluções generosas, para as soluções de entendimento, de conciliação e de paz.

Nunca divisei nele, nem mesmo nas horas em que a ímpeto era justificável, o gesto ou a atitude de vingança. Ao contrário, o que constituía uma preocupação constante do seu coração era encontrar a ponte por onde chegar à alma do adversário ou do inimigo. Certa vez, Emil Ludwig perguntou-lhe se era grande o número de seus inimigos. A resposta é conhecida: "Eu não tenho nenhum inimigo do qual não possa amanhã tornar-me amigo".

Ele tinha, além dessa inteligência e desse coração, uma vontade de ferro. Era espécie desses homens que não querem muita coisa. Para o maior número dos problemas, admitia uma série de soluções. Não era teimoso, não era vaidoso e não se apagava à sua própria deliberação. Para a maioria dos assuntos, aceitava uma sem número de boas soluções. Ele aplicava a sua vontade apenas num pequeno número de problemas fundamentais. E aí tinha uma vontade realmente de ferro.

Neste ponto, é que nele surge o traço fundamental da mentalidade do homem de Estado. Homem de Estado não há de ser aquele que apenas tem um grande coração, não há de ser aquele que apenas tem uma grande inteligência. O homem de Estado tem de possuir uma grande, firme e poderosa vontade, a

vontade própria a fazer, face as situações mais difíceis, é a alcançar os objetivos visados. Era dessa natureza a sua vontade.

Mas dizia eu que a vida do Presidente Getúlio Vargas foi marcada pelo ideal. A grande inteligência, o grande coração e a grande vontade podem ser qualidades de um condutor qualquer de grande categoria. Nele, para conferir-lhe a categoria de homem de Estado, esses atributos foram reunidos para servir a um ideal político. Toda a sua vida foi posta a serviço desse ideal.

Poderíamos ficar aqui longo tempo, a indicar as linhas mestras, desse ideal: a felicidade dos trabalhadores, a unidade nacional, a glória da pátria, um sem número de idéias e objetivos que não de constituir, daqui por diante, vasto campo de pesquisas e trabalhos dos biógrafos e historiadores.

Nessa hora, não cabe falar da vida do Presidente Getúlio Vargas. Delineio, quase que por um dever protocolar, apenas esses traços fundamentais da sua fulgurante figura.

Do que neste momento devo falar é da sua morte. Se a sua vida foi marcada pelo ideal, a sua morte foi marcada pela honra. Isto é o que deve ver, neste doloroso transe, o povo brasileiro. O Presidente Getúlio Vargas morreu pela sua honra. Assisti, nestes últimos dias, a todo o drama da sua alma. Desde aquela madrugada tenebrosa em que sucumbiu o major Ruben Vaz e em que um jornalista do nosso país foi atingido na sua liberdade, desde aquela trágica madrugada, o Presidente não perdeu a inquietação e o sofrimento. Disse-me, à certa altura dos acontecimentos que os seus maiores inimigos já eram os autores do atentado da Rua Toneleros. O Presidente porfiou, a partir dos primeiros momentos, por que os criminosos fossem punidos. Quis assumir pela maneira mais positiva e enérgica, a posição de vingador. Pouco se lhe dava os delinquentes estivessem aqui ou ali. Pouco lhe importava que a suspeita recaísse sobre este ou aquele. O que lhe cumpria era que os criminosos fossem descobertos e a fúria da justiça sobre eles recaísse. Ele precisava defender a Presidência de quaisquer suspeitas, colocando-a a serviço da justiça.

Com o decorrer dos dias, a crise política se desenhou e foi-se agravando. Não era o atentado execrável, não era só a tentativa de homicídio e o homicídio consumado que se atiravam ao rosto do Chefe da Nação. Surgiu um cortejo de miséria, que foram envenenando a opinião pública. Ele sentia, já agora, uma necessidade maior de defender a dignidade da Presidência.

Outro dia desta tribuna, referi-me a um conceito que tem maior cabimento nesta oportunidade. Lembrei-me da lição de Bossuet, segundo a qual o Monarca do Mundo, a Divina Providência, quando confere a um governante o poder de governar, está como que entregando-lhe uma comissão particular. Quem governa está com uma comissão da Divina Providência. Quem governa há, portanto, de ter no governo um tal sentimento de dignidade, que se levante e se enfureça e se arme, e tome a atitude mais áspera e punitiva contra os autores de crimes nefandos, principalmente contra aqueles que maculam o nome e ferem a força do governo.

Vi o Presidente, nestes últimos dias, preocupado exclusivamente com esse lado do problema, preocupado com a defesa e dignidade da Presidência.

Ainda ontem, quando às duas horas da tarde conversávamos pela última vez, disse-me ele que a questão de ficar no governo lhe parecia secundária. A questão estava em defender a sua honra. Eu lhe disse então : “foi a atitude final de D. Pedro I : defender a honra”. Ele prosseguiu : “preciso defender principalmente a minha honra”.

Não posso sair daqui enxovalhado. Não posso sair daqui com a pecha de condescendente com a improbidade e o homicídio. Não posso sair daqui com desonra. Tenho de ficar aqui enquanto for necessário, para defesa do meu nome”.

Insistiu muito neste ponto.

Envoco o testemunho da Divina Providência. Estou relatando a verdade do nosso último encontro. Não sei como as coisas se desenrolaram nas últimas horas. Até agora, conversa aqui, conversa ali, não pude ainda construir o histórico dos acontecimentos da madrugada e da manhã de hoje, mas posso de tudo tirar uma conclusão inelutável : O Presidente sacrificou-se pela sua honra. O seu gesto, tão grave e tão claro, bem denuncia a sua última verdade. A Presidência, essa comissão particular de Deus, não se enxovalhou nas suas mãos. Nas suas mãos não se tingiu de sangue. Nas suas mãos não se manchou com a desonestidade.

O Sr. Lauro Lopes Muito bem.

O Sr. Gustavo Capanema Na verdade, o Presidente se sacrificou para que a sua honra não perecesse.

Que maior Presidente poderá figurar na história do nosso povo ? Quem, dentre os governantes do nosso país poderá ficar acima dele ?

Na manhã de hoje, pela maneira mais trágica, pela maneira mais terrível, pela maneira mais espantosa, pela maneira mais incrível, pela maneira mais surpreendente, ele ergueu-se, ergueu-se sobre si mesmo, e atingiu a culminância dos maiores chefes de Estado da nossa história !

Esta é a homenagem que sinto o dever de prestar-lhe, nesta hora de dor. Não quero descer da Tribuna sem fazer veementes votos por que o Sr. Vice-Presidente da República, que já assumiu a chefia do governo, possa governar em paz, possa atravessar este tremendo momento numa atmosfera segura e tranqüila. Quantos já me disseram hoje que o ambiente poderá envenenar-se, que os acontecimentos poderão tornar-se perigosos, que a autoridade poderá entrar em crise, que os atentados poderão multiplicar-se, que as ruas poderão tingir-se de sangue ! Não posso deixar de erguer daqui a minha voz para conclamar o povo do nosso país para a concórdia, para a atitude generosa e fraterna. É preciso que saíamos da tragédia de hoje sem outros sacrifícios. É bem certo que, por mais pungente que tenha sido a derradeira mensagem do Presidente Getúlio Vargas, por mais cheia que esteja da sua dor e revolta, o que há nela de verdadeiramente central, de verdadeiramente positivo, de verdadeiramente culminante é o gesto pacificador. É a vontade de apagamento das ofensas. Se ele aqui pudesse falar agora, não diria senão palavras de compreensão e harmonia. Sr. Presidente : é com estas expressões, a um tempo de ordem emocional e política, que exprimo o estado de espírito da maioria da Câmara dos Deputados. (*muito bem, muito bem, palmas, o orador é abraçado*).

RUI RAMOS

228/6
1909 - 1962

SINOPSE

O discurso de Rui Ramos explica inicialmente o motivo pelo qual a bancada do PTB se retirara do Plenário, no momento em que o líder da minoria, Deputado Afonso Arinos - que na véspera pedira a renúncia de Vargas - subiu a Tribuna para discursar em homenagem ao Presidente morto. É uma peça notória de extrema emoção e inspirada eloquência. Com a intuição política da gravidade dos acontecimentos, Rui Ramos, pela madrugada de 24 de agosto, conseguiu um lugar em um avião cargueiro e chegou ao Rio às 9 horas da manhã, dirigindo-se imediatamente ao Palácio do Catete, local da tragédia. Descreveu o quadro: "Eu o vi, logo ao chegar, estendido na cama. Ninguém diria que Getúlio Vargas estava morto. Vestido de preto, com a gravata bem atada, sapatos bem lustrados, fisionomia pálida, mas serena e tranqüila." Faz inserir em seu pronunciamento a famosa carta testamento em sua inteireza. Lembra a conceituação de um filósofo sobre o suicídio: suicídio fraqueza e suicídio força; estabelece o simbolismo dessa conceituação com a atitude do comandante de navio na hora trágica do naufrágio, trecho de rara beleza. Recorda os políticos gaúchos oriundos da zona fronteira de seu Estado. Mostra a contradição dos que se diziam democratas de ontem com os raivosos democratas de hoje. Descreve, de forma magistral, a figura do líder nacional da oposição sem citar o seu nome. Enfim, este discurso de Rui Ramos é uma lição de vida, uma aula de história e ressoa até hoje, pela tribuna do Palácio Tiradentes. É uma peça oratória com vigor, talento, emoção, cultura e grande eloquência.

O ORADOR

Rui Ramos nasceu em Itaqui (RS) em 08 de setembro de 1909 e bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1933. Advogado e promotor público em Alegrete (RS) elegeu-se no pleito de outubro de 1950 deputado Federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do antigo Partido Trabalhista Brasileiro. Na eleição de 1954 tentou uma cadeira no Senado sem sucesso porém. Em 1958 elegeu-se novamente Deputado Federal pelo seu Estado e nessa legislatura integrou a Frente Parlamentar Nacionalista, organização intepartidária cujos objetivos eram combater a participação do capital estrangeiro na economia nacional e a remessa de lucros para o exterior, bem como defender uma política de desenvolvimento autônomo para o país.

Foi um parlamentar combativo e defensor permanente do Presidente Vargas. Foi orador dos mais brilhantes sempre marcando presença na Tribuna Parlamentar.

Faleceu juntamente com sua mulher Neite Ramos em desastre aéreo ocorrido no município de Guafba (RS) no dia 21 de setembro de 1962 durante sua última campanha eleitoral.

Expediente do dia 24 de agosto de 1954**O DIA 24 DE AGOSTO DE 1954, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS****Discurso do Sr. Deputado Rui Ramos.**

O Sr. Presidente Tem a palavra o Sr. Rui Ramos.

O Sr. Rui Ramos Senhor Presidente, Senhores Deputados, para um rio-grandense, para um rio-grandense trabalhista, amigo de tantos anos do Presidente Getúlio Vargas, é tarefa sobremodo difícil e espinhosa usar da palavra, nesta oportunidade. Já que tenho o dever de fazê-lo em nome do meu Partido e dos rio-grandenses que represento nesta hora, devo iniciar o meu discurso com uma explicação pessoal, de que me considero devedor ao nobre patricio e eminente colega o Deputado Afonso Arinos. Nós os trabalhistas da bancada nesta Câmara já nos acostumamos a ver na pessoa do ilustre mineiro, uma das figuras mais expressivas da intelectualidade e dos quadros políticos do nosso país. Homem de talento excepcional, de equilíbrio e de tolerância, palavra serena e respeitosa que soube grangear nesta Casa e admiração e o apreço de todos os seus colegas.

O Sr. Afonso Arinos Vossa Excelência me permite um aparte ?

O Sr. Presidente Atenção ! Pediria ao nobre Deputado que não desse apartes, por ter sido previamente acertado que os oradores não seriam interrompidos.

O Sr. Afonso Arinos Peço desculpas a Vossa Excelência, Sr. Presidente e ao orador.

O Sr. Rui Ramos Ao iniciar o seu discurso, poderia Sua Excelência se ter sentido desconsiderado pela atitude que assumiu, naquele momento, a bancada trabalhista na Câmara Federal, retirou-se do plenário para não ouvir a homenagem de que Sua Excelência se fazia portador. Não foi feita, com essa atitude, nenhuma consideração pessoal ao nobre Deputado desejo frisar isto nesta oportunidade; mas Sua Excelência vinha à Tribuna para falar em nome de forças que chocaram profundamente o nosso coração nestes últimos tempos, forças que consideramos arbitrarias e revolucionárias, e que aquela eminente palavra representava. Mesmo sem saber o tom do seu discurso, mas simplesmente, porque ele iria representar uma homenagem de muitos que nós considerávamos hipócritas em face do cadáver do Presidente Vargas (palmas), nós nos furtamos ao prazer e ao privilégio de ouvir mais uma vez a sua palavra iluminada. Agora, meus caros colegas, que dei de público esta explicação ao nobre e eminente colega Sr. Afonso Arinos.

Cheguei esta manhã do Rio Grande do Sul. Quando senti ontem à noite que os acontecimentos se precipitavam e tomavam aspectos desagradáveis de possíveis violências, julgamos do nosso dever pessoal vir, mais uma vez, a esta capital, interrompendo aquelas atividades que nos haviam sido determinadas no nosso Estado, para nos colocarmos ao lado daquele em quem acreditávamos, e em quem depositávamos a nossa fé e a nossa esperança. Cheguei nesta capital tendo saído de Porto Alegre na madrugada deste dia num cargueiro. Já no aeroporto, exatamente às 9 horas, tivemos conhecimento da

tremenda fatalidade. Dirigi-me imediatamente ao Palácio do Governo, já transformado na casa funerária que detinha o corpo inanimado do grande Presidente. Ali passei a ouvir do eminente brasileiro, Sr. Oswaldo Aranha, o relato dos acontecimentos. O líder Gustavo Capanema já fixou este aspecto da tragédia : de que o Presidente Getúlio Vargas se suprimiu para salvar a honra de seu nome. Era exatamente isso que Oswaldo Aranha acentuava na explicação que me dava. Além disso, ele examinava aspectos verdadeiramente comoventes e grandiosos dos últimos instantes do grande brasileiro.

Presidiria a Sessão dos Ministros : discutia, com lógica e serenidade; examinara os problemas que lhe foram submetidos com equilíbrio que caracterizava a sua invulgar personalidade. A essa hora, já havia elaborado documento histórico que transmite de hoje à posteridade, já tinha meditado sobre ele, e consta Oswaldo Aranha que viu o Presidente Vargas reler o documento escrito, cujo conteúdo desconhecia, e que Sua Excelência ainda acrescentara uma vírgula em determinado trecho, a fim de que o seu pensamento ficasse devida e fielmente expresso.

Oswaldo Aranha, a certa altura da palestra que manteve com o Presidente, examinou a possibilidade de providências que poderiam ser tomadas, no sentido de superar a crise e evitar a violência e o derramamento de sangue e ouvir essa expressão do Presidente : “esse problema de sacrificio é só comigo; se alguém precisa se sacrificar, esse deve ser eu”.

Diz Oswaldo Aranha que entendeu que ele se referia à função, mas nunca à vida.

Em certo trecho, também, o Presidente teria dito que daquele palácio não sairia mais um presidente, sairia um cadáver. Ninguém atentou, como era natural, para a realidade daquelas expressões vigorosas, que já definiam, que marcavam uma decisão inabalável. Lá, então, tomei conhecimento do teor dos dois notáveis documentos deixados pelo Senhor Getúlio Vargas, com a sua assinatura, documentos que vão passar à história, um deles, com todos os característicos de um documento evangélico.

Vou ler à Casa esses documentos : que desejo, façam parte integrante do discurso modesto que pronuncio nesta hora. O primeiro é do teor seguinte : “as últimas declarações do Presidente Vargas”.

O Presidente Getúlio Vargas que faleceu na manhã de hoje, deixou as seguintes declarações ao povo brasileiro: “mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram novamente, se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, me insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei um regime de liberdade social. Tive que renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de

garantia do trabalho. A Lei dos Lucros Extraordinários foi deitada no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás, e mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o governo dentro da espiral inflacionária, que destruiu os valores de trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100.000 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma agressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o Povo Brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis a minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e por vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício nos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta.

Cada gota de meu sangue será uma chama imortal de vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio, respondo com perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo, de quem fui escravo, não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço de seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história”.

Além desse documento formal, o Presidente, no seu último momento, escreveu, à mão, num papel qualquer que estava ao seu alcance, mas estas palavras, produtos talvez do seu último solilóquio: “À sanha dos meus inimigos deixo o legado da minha morte. Levo o pesar de não ter podido fazer pelos humildes tudo aquilo que desejava”.

Desejei, Senhores Deputados, fixar estes aspectos para caracterizar bem a grandeza, o heroísmo, a nobreza, a superioridade moral, com que morreu o Presidente Getúlio Vargas.

Os suicídios têm sido objeto de debates inúmeros, através da história, da filosofia, da literatura e da ciência. Há quem considere o suicídio uma manifestação de desespero e de fraqueza. Houve, porém, um filósofo, que para

mim, sobre todos estabeleceu a conceituação mais feliz dessa tragédia do ser humano. Este pensador classifica os suicídios em suicídio de fraqueza e suicídio de força, e mostra como em oportunidades diferentes essas manifestações dos impulsos do ser humano. Se diversificam perfeitamente.

Ele estabelece como ilustração do seu pensamento as atitudes dos comandantes do navio que, em várias ocasiões, em pleno mar, na hora dos naufrágios, tomam a atitude de fraqueza ou atitudes de força. No primeiro caso, tem sido inúmeras as atitudes de comandantes de navios que, ao presentirem a tragédia, quando a água invade o casco do barco e não há mais salvação, fraquejam, se desequilibram na missão árdua que lhes cabe e se suicidam. Não tomam providências, não assumem o comando até a hora derradeira, mas fogem da vida pela porta mais fácil a da morte.

Na hipótese inversa, no suicídio da força, desse mesmo comandante, em face da fatalidade, assume mais do que nunca a direção do seu barco e comanda, e determina, e dá ordens, e estabelece medidas, e lança escaleres e evacua o barco e salva a tripulação. Saem, normalmente, primeiro, as crianças e as mulheres; depois, os velhos e os doentes; a seguir, os casados e, por fim, todos abandonam o barco. Permanece no comando da nave, apenas o capitão, sereno e seguro, na compreensão de sua responsabilidade. Por último, quando a nau afunda, ao ímpeto das ondas, o capitão arruma a farda, se alinha e, quase em continência, num tiro rápido, elimina a vida, preferindo morrer, elegantemente, no comando de um barco que ainda é barco, a fenecer trágica e prosaicamente, ao rolar das águas em nave que afunda.

O suicídio do Presidente Getúlio Vargas é deste tipo suicídio de força. O comandante conservou-se na direção de seu navio e discutiu até o derradeiro momento, presidiu a reunião de seus auxiliares, examinou aspectos jurídicos e constitucionais que lhe eram submetidos, resolveu todos os problemas e só se retirou da mesa redonda quando todas as questões. Para os demais, para seu país, para a tranquilidade de seu povo, todas as providências enfim estavam tomadas. Apenas ele, na sua grandeza, não deveria rolar na desonra do tumulto das ondas. E, então, só, em seu quarto, elimina a vida, na integridade de seu físico e de sua discreta elegância.

Eu o vi, logo ao chegar, estendido na cama. Ninguém diria que Getúlio Vargas estava morto. Vestido de preto, com a gravata bem atada, os sapatos bem lustrados, fisionomia pálida, mas serena e tranqüila. Normalmente estendido, um pouco oblíquo do travesseiro aos pés da cama. Essa era a atitude de quem morria, porque precisava morrer, assim, como uma reação, como um exemplo, como um simbolismo na história de seu país e de suas lutas sociais.

Precisamos de líderes que vivam, o povo precisa de líderes que saibam viver, que tenham dignidade para viver, mas estes líderes que vivem não são os líderes que ficam. Há líderes que vivem intensamente, mas não permanecem na consciência e no coração da história. O líder, para se definir nessa condição, para se caracterizar nessa atitude, precisa saber morrer. O grande líder é aquele que morre e se conserva líder no futuro. O líder é aquele que, na hora extrema da tragédia e do naufrágio, ainda sabe pensar alto e longe para transmitir sua mensagem na estrada do porvir.

Há extraordinária similitude entre a morte heróica do Presidente Getúlio Vargas e a morte evangélica do Nazareno, na cruz.

Neste documento, temos, em várias passagens, admirável coincidência. Cristo disse, vendo aquela massa reacionária e ululante, que ainda lhe cuspiam no rosto e blasfemava de sua tragédia : - “Pai, perdoa-lhes porque não sabem o que fazem”.

E Getúlio Vargas : - “Ao ódio, respondo com o perdão”.

Até no ponto fraco desse documento, Getúlio Vargas se identifica com o grandioso Evangelho de Cristo.

O ponto que me parece de fraqueza, no teor do documento, é aquele em que o imortal brasileiro afirma que suportou em silêncio tudo, esquecendo, renunciando a si mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado.

Pensou o Presidente naquela hora, quando se viu só, no seu quarto, quando se encontrou sozinho, cercado e acuado, por todos os lados, pensou o Presidente que o povo, o seu povo, especialmente os humildes, que o elegeram sempre, que esse povo estava desamparado. Também Cristo, na cruz, teve esta mesma fraqueza, quando, sofrendo as tremendas dores, desejou que Deus fizesse passar dele o cálice e exclamou ao Todo Poderoso : - Pai, Deus meu, Deus meu, porque me abandonaste ? Cristo, o filho de Deus, na hora de sua tragédia, naquele dualismo terrível de ser, ao mesmo tempo, homem e Deus, Cristo se sentiu abandonado. Getúlio Vargas, também nessa hora de tragédia de sua vida, nesse solilóquio que tem feito a imortalidade de poetas e filósofos que fixam esse instante alucinante da psicologia humana, admitiu a hipótese de que ele e seu povo estariam abandonados.... Mal sabia o Presidente, ou bem sabia ou deveria saber, que sua bandeira de reivindicações sociais, que sua luta que dignificou o trabalho do Brasil, nobilitou primeiro a sua vida pública do país, quando lhe deu o voto secreto e permitiu a livre manifestação do pensamento na democracia brasileira. Bem sabia ele que não ficaria desamparado, porque aí estão as leis sociais e, especialmente a consideração, afinal, dada aos trabalhadores do Brasil, a essa massa popular que só Getúlio Vargas começou a transformar em povo, pela consciência dos seus direitos e de suas responsabilidades. E hoje, no Brasil, já há de fato um povo que seguirá pelo tempo dos tempos. Isto que ele disse, que seu nome se transformaria em bandeira, isto há de seguir de fato a trajetória do povo no caminho da história e ninguém quitará nas mãos e no coração do povo brasileiro essa bandeira que Getúlio Vargas ergueu através de toda a sua vida, de sua ação política e social.

Nós, amigos do Presidente Getúlio Vargas, seus correligionários, que acreditávamos nele sinceramente; nós, que o seguíamos, sem precisar dele para nada; nós, que empunhamos também a sua bandeira para servir às suas idéias e não para nos servirmos dela; nós que somos homens de responsabilidade, profissionais independentes, que só temos colaboração e concurso a dar a partidos políticos; nós, que não precisamos de partido político para viver e nos sustentar; nós, que acreditávamos num homem pelo seu valor, pela sua segurança, pela sua intrepidez, pela sua sinceridade; nós que convivíamos com ele, não podemos deixar de sofrer as dores que o abatiam e

que se multiplicaram nesses últimos tempos. E daí resultam as mágoas que nós, trabalhistas, guardamos de alguns partidos políticos, de alguns homens, de algumas correntes de opinião, de alguns setores do País. A primeira mágoa que nós guardamos é o desrespeito com que foi tratada a liderança autêntica do Senhor Getúlio Vargas. Admitimos que as oposições e seus inimigos não respeitassem pessoalmente; mas nós nunca podíamos conformar-nos que as oposições nos desrespeitassem a nós, povo, desrespeitando o grande brasileiro. Se essas forças não se considerassem devedoras de respeito ao seu nome, à sua idade e ao seu passado, nós, esperávamos ao menos que elas se considerassem devedoras a nós, parcela respeitável e majoritária da opinião pública que conseguimos, em pleito memorável e a voto livre, eleger e reeleger o Presidente Getúlio Vargas no comendo do Brasil. Um outro desrespeito que atingiu o profundo das nossas emoções, em relação ao Presidente Getúlio Vargas, foi o tipo da bandeira e da liderança que as oposições no Brasil ergueram para se opor e contrapor à liderança do Presidente Getúlio Vargas. Se as oposições tivessem tomado para o seu comendo um homem da envergadura moral e mental de um Afonso Arinos, de um Raul Pila, de Flores da Cunha, ou de outras figuras desse mesmo quilate e dessa mesma grandeza moral, nós teríamos respeitado essa oposição e esse confronto. Mas aquilo que mais nos doeu nestes últimos tempos, aquilo que representou um tripúdio sobre a nossa consciência e os nossos sentimentos de afeição e identidade política, foi exatamente o tipo de liderança escolhida por essas forças opositoras para contrapor à figura do nosso líder nacional. As oposições tomaram para a sua bandeira um moço meio paranóico, meio iluminado; meio demagogo, meio psicopata, de talento invulgar e por isso mesmo, de periculosidade extraordinária; um homem que tem sido o vento de todas as tempestades que, ultimamente abalam o Brasil; homem que tem usado a arma mais perigosa, que é a arma verbal, porque é uma arma irresponsável, é uma arma incontível, é uma arma cujos efeitos e cujos golpes ninguém pode prever, nem conter e nem deter. Assim, as oposições fizeram deste tipo de liderança irresponsável a bandeira das suas atividades. E houve até um Senador da República, líder católico, homem de grande projeção moral, que declarou, pela imprensa, que esta era realmente, a sua bandeira, o guia do seu pensamento e das suas atitudes políticas. Isto nos doeu sempre, porque não nos podíamos conformar coma enxurrada de desaforos e violências e escândalos e injúrias e infâmias e difamações que se derramou, de extremo a extremo, neste país, como uma onda de veneno que contaminou todas as classes, envenenou a mocidade, e intoxicou grande parte das Forças Armadas, transformou as oposições num foco de animosidades e de ódios e chegou ao cúmulo de penetrar no seio da própria Igreja de cujos púlpitos e de cujos prelados passamos a ouvir também aquelas mesmas ofensas, aquelas mesmas palavras, ditas com o mesmo tom de irresponsabilidade e de ultraje com que aquela bandeira alucinada mantinha acesa a sua campanha de deboches e de atritos. Meus nobres colegas, lamentamos que, nesta hora em que aqui nos reunimos para prantear, sem cores partidárias, a morte trágica de uma grande homem, tenhamos de estar revivendo esses fatos que têm dividido os brasileiros. Mas desejo que todos

compreendam as dores sagradas que sentimos nesta oportunidade, porque, em Getúlio Vargas, nós trabalhistas, não perdemos apenas o Presidente que elegemos pelo nosso esforço e pelo nosso sacrifício; não perdemos apenas aquele amigo sereno e orientador; aquela palavra segura e equilibrada que era o guia das nossas atividades públicas; perdemos também a bandeira das nossas idéias, que esperávamos levar pelo futuro, até a concentração definitiva desse sonho de justiça social no Brasil. Nestes últimos dias a palavra de ordem era uma só no Brasil : primeiro, essa palavra de ordem surgiu em letras garrafais no panfleto da liderança opositora Renúncia ! Esta palavra, alimentada pelo rádio pago, correu célere no Brasil do reacionarismo, e ela, de quebrada em quebrada, de cidade em cidade, quase tomou conta do Brasil, envenenando todas as camadas. Renúncia ! a palavra que se propalava.

Nós, trabalhistas democratas, entendemos sempre que só há um caminho e uma linha reta entre o povo e o governo : o voto popular. O voto livre do povo é a única estrada capaz de conduzir os partidos políticos ao comando da sociedade.

Tudo que for fora disso, tudo que quiser usar a violência, inclusive das armas, que só devem ser utilizadas para a segurança do Povo e a defesa da sua soberania, tudo que não seguir este caminho é desvio arbitrário e imoral do sentido da democracia. O que nos surpreende é que aqueles mesmos elementos que no passado pregavam e bradavam da tribuna e da imprensa contra a ditadura do Senhor Getúlio Vargas, agora, no governo democrático do mesmo, queiram transformar, pela renúncia, o mandato popular numa oportunidade de golpe ditatorial. Esta palavra de renúncia começou primeiro naqueles poucos que estavam possuídos da alucinação opositora e depois foi se esparramando em toda a parte. Chegou até a atingir o próprio equilíbrio e a própria serenidade do Vice-Presidente da República, que se sentiu no dever de ir ao Senado para comunicar ao povo que havia sugerido da sua parte que o Presidente da República renunciasse. E entendeu o nobre cidadão que hoje assumiu a Presidência da República que com isto teria feito um acontecimento extraordinário; dar comunicação ao povo que o elegeu de que havia ele oferecido seu cargo juntamente com o de seu Presidente para, dizia, restabelecer, a harmonia e a tranquilidade na família brasileira. Além dessa, ainda ouvimos da tribuna do Senado o próprio líder de nosso partido se manifestar pela renúncia. O que me surpreendeu é que alguém no Brasil quisesse dar essa lição de renúncia àquele homem que passou sua vida renunciando, que renunciara uma vez e se retirara para a sua fazenda num deserto, donde o povo foi buscá-lo contra a vontade dele para voltar a ser Presidente desta República. O Presidente Getúlio Vargas não precisava de lição de renúncia de ninguém e se alguém teve dúvida no passado, hoje, não poderá mais tê-la, porque ele renunciou agora não ao cargo, mas a vida.

Era preciso a renúncia do cargo para tranquilizar a família brasileira. Ele foi mais além. Não se conformou com a renúncia do cargo, porque a renúncia do cargo não tranquilizaria a família brasileira enquanto ele fosse líder das massas do País, enquanto ele representasse essa bandeira de reivindicações

populares e detivesse na mão esse prestígio inigualável e insuperável que o elegeria toda a vida. Enquanto isso acontecesse, sua renúncia do cargo não satisfaria as forças reacionárias e opositoras e certa imprensa tumultuária e irresponsável que, desta capital, vive a tumultuar e a conturbar a vida deste pobre País.

De modo que o Senhor Getúlio Vargas satisfez mais do que desejavam aqueles que queriam a sua renúncia. Não renunciou apenas o cargo, renunciou a própria vida. Eliminou-se, suprimiu-se do cenário nacional; e, agora, esperamos que eles estejam tranqüilos e satisfeitos depois de atendidos nesse seu reclamo de tranqüilidade nacional. O Presidente eleito pelo voto direto e soberano do povo era a intranqüilidade. Não há mais esse homem, desapareceu o Presidente, e nós estamos aqui para desejar que o Brasil, de agora para diante, entre na sua tranqüilidade absoluta, se restabeleça, se restaure, porque desaparece, no conceito dos inimigos, aquele que representava a discórdia.

O Senhor Getúlio Vargas quando renunciou pela primeira vez escreveu uma frase que vai continuar acompanhando toda a trajetória da sua projeção no tempo. Foi aquela frase imortal em que ele disse: "A história falará por mim". A história, de fato, há de falar por ele. Amanhã, nós rio-grandenses trabalhistas pretendemos levar o seu corpo desta Capital para sepultá-lo em São Borja, a terra natal do Presidente, que o viu criança e que agora vai recebê-lo morto. Vamos recolher o seu corpo ao túmulo nas campanhas rio-grandenses. Daquela mesma região na fronteira do Rio Grande do Sul saíram, no passado, figuras notáveis que influíram no pensamento rio-grandense e depois se transbordaram no país. Da mesma fronteira, de Bagé, saiu o maior tributo do Brasil, Gaspar da Silveira Martins, de São Gabriel saiu Plácido de Castro, que foi exercer a sua liderança no Acre. Da fronteira do Rio Grande do Sul, saiu Assis Brasil filólogo, diplomata, chefe de partido, líder nacional, homem de idéias e de pensamento, que traçou rumos a existência de nosso país. Da fronteira de Livramento, saiu aquela figura iluminada de caudilho que foi David Canabarro, herói da Epopéia Farrroupilha. Das barrancas do Uruguai, para projetar-se no Brasil, saiu o próprio morto, o Presidente Getúlio Vargas. Da minha terra, de Alegrete, partiu Demétrio Ribeiro para a luta da batalha republicana, e recentemente ainda saiu de lá Oswaldo Aranha, que, de Prefeito da nossa cidade, se transformou no Presidente das Nações Unidas.

De modo que a fronteira rio-grandense, que tem, hoje, como símbolo do passado e das suas tradições, essa figura viva do nosso colega Flores da Cunha, que lamento não esteja sentado na sua cadeira cativa; essa mesma fronteira rio-grandense vai abrigar, agora, em seu seio, o Presidente morto. Mas, como aquele mesmo Cristo que ressuscitou na cruz, o homem não vai morrer lá, não vai ficar enterrado na fronteira oeste, na cidade de São Borja. As suas idéias fugirão ao túmulo, às páginas dos seus ensinamentos serão lidas na história das gerações, esses documentos finais da sua tragédia rolarão de mão em mão, de escola em escola, e os filhos desta geração, os filhos e os netos dos seus próprios inimigos, amanhã, no futuro, estarão a cultuar aquele homem que não conheceram e que os seus pais e os seus avós odiaram, mas que a história perpetuou para a eternidade.

Visitei, meus senhores Mout Venon ao lado de Washington. Quis ver, ali a casa

em que viveu o homem injuriado da civilização norte-americana; quis ver de Jorge Washington o seu escritório, a sua biblioteca, o quarto em que dormiu, os galpões dos seus escravos e lá vi a casa transformada em um museu.

Perguntei, na porta, quantas pessoas entravam por ano naquela casa? Informaram-me 500.000 visitantes anuais; gerações inteiras que passam na casa de Jorge Washington, aquele mesmo que a imprensa opositora de seu tempo chamou de um homem que havia transformado a República na maior degradação e na maior imortalidade.

Assim, os grandes homens, de fato, precisam de história! Isso que Getúlio disse, que a história falaria por ele, é uma tremenda verdade. Sobre os grandes homens só há uma palavra que deve ser ouvida no tempo: é a palavra da história. Getúlio Vargas precisa dessa palavra da história. Com o tempo ele ressuscitará para as novas gerações e, desaparecido o ódio e extintas as paixões e a demagogia, então o grande brasileiro será o símbolo de uma época neste país e mais um dos patriarcas da nossa nacionalidade.

Finalmente, meus caros colegas, nós trabalhista, desejamos de público agradecer ao Presidente Getúlio Vargas o sacrifício da sua vida e da sua morte. Nós consideramos do nosso dever dizer-lhe esta palavra final de reconhecimento. Nós, na vida pública, vivemos a nos queixar dos insucessos, das dificuldades, das mágoas, das incompreensões, das calúnias que nós pobres mortais pequeninos colaboradores da obra humana, sofremos na nossa trajetória.

Getúlio Vargas, com seu exemplo de sacrifício total e da renúncia completa, deu aos seus patrícios e aos trabalhistas esta lição de consagração à causa pública de que tanto necessita este país. Se há alguma coisa de que o Brasil necessita agora é exatamente dessa consagração e sacrifício. Se nós nos aglutinarmos com sacrifício e consagração à cauda pública deste país, poderemos transformar o Brasil, em poucos anos, na maior potência, na maior civilização na América e no mundo.

Sirva a renúncia tão solicitada do Presidente Vargas, sirva o sacrifício da sua vida e do seu sangue, da sua carreira que ele mesmo cortou no momento em que entendeu necessário, sirva este exemplo a nós, trabalhistas e à geração que nos há de suceder; sirva este exemplo para nova luta, para novas batalhas em favor do povo que tanto precisa de nós como tanto precisou dele. *(Muito bem, muito bem. O orador é abraçado).*

AFONSO ARINOS

O ORADOR

Quando foi aberta a 109ª sessão, em 23 de agosto de 1954 no Palácio Tiradentes o Presidente efetivo da Casa, Dep. Nereu Ramos achava-se ausente do Rio. Coube ao 1º Vice presidente, Dep. José Augusto, presidir a sessão. Havia grande expectativa sobre o anunciado pronunciamento do Dep. Afonso Arinos, líder da Minória, isto é, líder da oposição.

Os Deputados, inicialmente ausentes, tomaram assento no Plenário, menos os integrantes da bancada do PTB que, embora na Casa, assumiram um papel de repúdio à presença e à palavra do líder da oposição.

Afonso Arinos afirma desde logo, inspirado no seu vasto conhecimento jurídico, que o País atravessava uma crise constitucional mas não uma crise da Constituição; que o País vivia uma crise institucional, mas não uma crise das instituições. Explicou então, a diferença dos conceitos e lembrou a responsabilidade de todos os mandatários do poder que a Nação não poderia naufragar na anarquia, na desordem, no caos. Lembrou os pronunciamentos apreensivos e confiantes de autoridades civis e militares do Brasil inteiro, falou sobre o reconhecimento do povo brasileiro a nova geração das Forças Armadas que hoje detém a Guarda da Bandeira e a honrado País. Discorreu sobre o papel histórico do exército desde o episódio do "Fico". Enfatizou com veemência que ele não era uma voz isolada nem era apenas o líder da oposição mas representava inúmeras correntes da opinião pública dentro e fora da Câmara dos Deputados que esperavam, clamavam e exigiam uma solução seja qual fosse para o País reencontrar a paz e evitar a pior das guerras que é a guerra civil de imprevisíveis conseqüências.

Evoca o episódio ocorrido com o Presidente francês Jules Grevy que em 1887, compreendendo a necessidade de restaurar a paz, de reencaminhar o país em direção da dignidade e da honra, mandou a Rainha Vitória Francesa a carta de sua renúncia.

Quanto ao momento em que pede a renúncia ao Presidente Getúlio Vargas, não quero privar aqueles que lerem o discurso de apreciarem o texto de eza, vigor, angústia e notável eloqüência.

Afonso Arinos de Melo Franco, nasceu em Belo Horizonte no dia 27 de novembro de 1905. Durante a infância, Afonso Arinos morou em Belo Horizonte, passou depois um ano na Europa com a família. Ingressou mais tarde na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, dedicando-se seriamente aos estudos jurídicos e à literatura. Interrompeu o curso para acompanhar o pai em missão diplomática na Europa, convivendo assim com a evolução da política internacional da época. De volta ao Brasil, retomou o curso de Direito, diplomando-se em 1927. Exerceu por curto período o cargo de Promotor de Justiça em Belo Horizonte, onde casou-se com Ana Guilhermina, neta do ex-Presidente da República Rodrigues Alves. Além de competente professor de Direito Constitucional, em cátedras conquistadas por concurso público, ministrou cursos e conferências em Universidades do Brasil e do exterior. A partir de 1945, ingressou na política em Minas e nas eleições de 1947 elegeu-se 1º Suplente. Convocado, iniciou uma brilhante trajetória na política, na diplomacia e na literatura. Foi Deputado Federal várias vezes, Senador, Ministro de Estado e membro da Academia Brasileira de Letras. Sua história é longa e não cabe nesta simples apresentação. Contudo, foi um dos que manifestou-se no segundo semestre do ano de 1947 e nos debates internos de seu Partido a UDN, contra a cassação dos mandatos dos integrantes da bancada do Partido Comunista do Brasil e no ano seguinte, coerente com esta opinião, votou em Plenário contra a medida aprovada em janeiro de 1948 pela maioria dos Parlamentares.

Como Ministro das Relações Exteriores, no Governo Jânio Quadros, o então Ministro da Economia de Cuba, Ernesto Che Guevara, foi condecorado com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, levando a Câmara dos Deputados a convocar Afonso Arinos para prestar esclarecimentos sobre sua atuação no episódio. Mas esta é outra história.

Faleceu em 28 de agosto de 1990 no Rio de Janeiro, em pleno exercício do mandato de Senador.

Discurso pronunciado pelo Deputado Afonso Arinos - Líder da minoria (oposição) em 23 de agosto de 1954, no Palácio Tiradentes.

Sr. Presidente, solicito da generosa bondade dos meus pares, que limitem as intervenções ao meu discurso aquilo estritamente necessário ao seu encaminhamento ou à sua correção, e prossigo, exprimindo o ponto de vista de que nos investimos neste momento, em face da situação política nacional.

O que desejamos, o que pretendemos, aquilo em que insistimos particularmente é em salientar que estamos atravessando uma crise constitucional, mas não uma crise da Constituição; estamos vivendo uma crise institucional, mas não uma crise das instituições. Esta diferença é mais significativa do que poderia parecer. Não é um simples jogo de palavras. O que desejo acentuar aqui, é que qualquer Estado, principalmente qualquer Estado de direito, principalmente qualquer regime político que se moldure e que se reja por determinados princípios jurídicos, deve, invariável e infalivelmente, atravessar crises institucionais e crises constitucionais, abalos, perturbações, vacilações. Mas, Senhor Presidente, é absolutamente injusto e, mais do que isto, extremamente errôneo e perigoso confundirmos, nós outros, aqueles a quem o destino e o mandato do povo entregou uma parte de responsabilidade na vida pública, essas crises que se desenvolvem dentro do funcionamento específico das instituições, com o colapso delas, com o desaparecimento delas, com o naufrágio delas e com a entrega do País à anarquia, ao desgoverno, à desordem e à abolição da autoridade. Não estamos atravessando um colapso da Constituição, e quem o diz não sou somente eu, Senhor Presidente. Quem o declara são as autoridades públicas: quem o repete, são os boletins oficiais emanados de diversas fontes que detêm as responsabilidades do Poder; quem, afinal de contas, o corrobora e o reitera, são as Forças Armadas, nos seus pronunciamentos, nas suas declarações, nas suas manifestações uniformes, convergentes e tranquilizadoras. Devemos - e desejo, antes do mais, exprimir a admiração do povo brasileiro, que acredito sinceramente, no momento fala pela voz deste seu humilde representante - devemos expressar mais uma vez o reconhecimento e a admiração do povo brasileiro para com esta geração das Forças Armadas nacionais, distribuídas nos seus três ramos - Exército, Marinha e Aeronáutica - na afirmação solene e no reconhecimento singelo e confiante de que esta geração que hoje detém nas suas armas a guarda da bandeira e a honra do País, não desmentiu e não contrariou as tradições que constituem mais do que o imarcescível tesouro de guerra das nossas tropas, na frente externa e na vida internacional, o seu permanente tesouro

de paz na frente interna e na vida nacional. O papel das Forças Armadas na vida brasileira, tem sido, desde o despontar de nossa Independência, desde o dealbar de nossa nacionalidade, desde a aurora de nossa emancipação, o papel de desprendimento, vigilantes da lei e o papel de mantenedoras intransigentes do poder civil. Assim foi, Senhor Presidente, antes da Independência, no turbulento, no turvo episódio do "Fico", em que as Forças Armadas sustentaram, contra o incitamento insolente e a provocação inaudita da política portuguesa, a necessidade de manutenção do governo nacional, sem se investirem desse poder e sem se assenhoriarem desse governo.

Continente. Assim foi quando levamos nossas tropas vitoriosas pelas planícies do Uruguai, e pelas ruas de Buenos Aires, aonde derrubamos a ditadura sangrenta de Rosas. Assim foi no decurso da Guerra do Paraguai, aonde a luta, aonde o esforço, aonde a pertinácia, aonde o empenho continuado, aonde o sacrifício sangrento daqueles que se encontravam nos charcos do Paraguai, jamais fizeram esquecer aos detentores do poder militar a necessária soberania do poder civil. Podemos lembrar, aqui, no discurso admirável de Germânico, às legiões da Gália, de que Tácito se faz o intérprete e o preservador, quando o general romano em face de suas legiões alçadas e alvoroçadas, dizia a seus soldados que reclamavam a necessidade do retorno a Roma, para participarem daquilo que eles consideravam os benefícios do poder, chamava a atenção, num modelo de eloquência militar e da declaração política a seus soldados que o poder era o de Roma e que as legiões só se cobriam de glórias, nas fronteiras, à medida que compreendessem a verdade de que o poder estava nas mãos do povo e de seus legítimos representantes. Assim fizeram as tropas brasileiras no Paraguai. Assim fez o Exército, quando, na alvorada de 15 de novembro, exterminou com o decadente regime monárquico e implantou a forma republicana. Assim fez o Exército na Revolução de 1930, em que vieram do Sul, as legiões armadas, em que se desagregou o poder federal e em que se demoliram, em que se derruíram as autoridades estaduais: entregaram as tropas àquele que tinha mais responsabilidades civis e mais possibilidades e mais evidência de ter sido o escolhido do povo. Assim foi, em 1932, assim mesmo, num dos erros de sua história e num dos momentos de transviamento de sua carreira, procederam as Forças Armadas, na triste madrugada de 10 de novembro de 1937. Porque o que é específico, o que é peculiar, o que é inseparável das tradições das Forças Armadas brasileiras é a adesão a certos princípios gerais, a crença* em certas soluções teóricas, sem jamais colocar esses princípios gerais e essas soluções teóricas ao sabor dos interesses

privatistas e ao serviço das cupidezes individuais.

Na verdade, o que levou as classes armadas, em 1937, a destruir o regime da Constituição de 1934, foi a confiança, a crença, a adesão, a convicção de que o mundo entrava numa nova fase histórica, em que a democracia não era a democracia dirigida, mas a democracia dirigente, não era a democracia conduzida pelo povo, mas uma espécie de democracia autocrática que conduzia o povo. Confiantes no exemplo que, sobre esta matéria, nos forneciam alguns dos países mais avançados do mundo, acreditaram as Forças Armadas brasileiras ter chegado o momento de nosso País participar disto que se supunha ser, então, um movimento de renovação histórica. Isto, porém, não alterou, não contrariou, não transfigurou, não modificou, de maneira alguma, a tradição de desprendimento e a tradição de independência de nossas Forças Armadas, visto como o golpe militar foi dado para que se entregasse, se conservasse, se mantivesse o poder entre as mãos das autoridades civis.

Assim foi que, finalmente, em 29 de outubro de 1945, as Forças Armadas Brasileiras, seguindo mais uma vez seus destinos gloriosos, servindo mais uma vez de exemplo, que nos edifica, que nos honra, que nos orgulha, levantando novamente nosso nome e nossa bandeira na História continental, derruíram um Governo que tinha traído os compromissos de sua própria ascensão, destruíram uma situação que se tornou incompatível com os princípios mesmos que o haviam levado ao Poder.

Na hora oportuna, entretanto, no momento exato, no instante crítico, na situação iminente, trouxeram ao Poder as autoridades civis.

Estou em acreditar, estou em afirmar, não me parece insensato dizer que, de todos os povos do Ocidente, o único povo em que as Forças Armadas tem tido influência tão continuada e tão importante nos acontecimentos da vida política, e nunca se serviram desses acontecimentos para o próprio benefício e para o próprio poder, esse povo é o brasileiro, essa História é a nossa, essa Nação é o Brasil. (*Muito bem. Palmas*).

Nestas condições, insisto em dizer que aqui manifesto, em nome do povo brasileiro, que neste momento represento, porque não falo em nome de facções políticas, nem em nome de correntes partidárias ao emitir esta opinião; manifesto, em nome do povo brasileiro, a tranquila confiança do nosso povo na ação das Forças Armadas desta geração, que não desmentirá a invariável ação das Forças Armadas das gerações que nos precederam.

Sr. Presidente, dizia, portanto, que nos encontramos numa crise constitucional, mas não numa crise da Constituição. Crise constitucional é aquela que freqüentemente se deflagra pela desarmonia aparente, pelo choque superficial, pela contradição de primeira vista entre os dispositivos da Constituição: mas a inteligência política, o engenho dos homens públicos se manifestam e se realizam em toda a sua plenitude precisamente nestas horas, porque, se os textos constitucionais tivessem a faculdade de prever e

de regular automaticamente todas as eventualidades da vida nacional, então não necessitaríamos dos corpos políticos que viessem dar enchimento aos vacuos dessa mesma vida politica e aos colapsos da Constituição. O que nos compete é resolver a crise constitucional sem sair da Constituição; o que nos compete é restabelecer o funcionamento das instituições sem demolí-las, sem destruí-las, sem fazer com que elas tombem ao peso do seu próprio esforço.

Não é como membro de um partido político que assim falo. Não é como representante e condutor de uma das correntes políticas em que se divide esta Casa do Congresso que assim me exprimo. Falo, Senhor Presidente, não apenas porque estamos no centro de um torvelinho que envolve toda a Nação, não apenas porque estamos no ponto de convergência de temporais e de tempestades que cobrem toda a vida do País, mas também porque a destruição da Constituição, porque o desaparecimento das instituições não aproveitará a nenhum e nós: **de nada servirá para o País, para os políticos, para as Forças Armadas, para todas as demais forças sociais que compõem o organismo nacional. Ao contrário, vai-nos lançar a todos em uma luta cujo princípio nós desvendamos e podemos lobrigiar muito bem, em uma luta que é como uma comporta que pudéssemos abrir, mas como uma represa que não mais pudéssemos fechar. Esta luta fará, Senhor Presidente, com que este País, que se tem sabido manter íntegro nas suas forças e tranqüilo nos seus direitos, através do engenho dos seus políticos e da honra das classes armadas se afunde na mais tremenda catástrofe da sua História, catástrofe em que todos teremos de tomar posição. Eu aqui digo que já tomei a minha, e digo que, como qualquer um de Vossas Excelências, já tenho pré-determinada minha posição. Mas, Senhor Presidente, uma posição que nos lançará em uma nova Espanha, uns contra os outros e todos contra o País.**

Portanto, quando digo que falo em nome da Nação, ao declarar que o movimento, dentro do qual estamos e para o qual convergem todas as forças da alma nacional e que solução deve ser dada a esta crise, refiro-me a solução que corresponda a todas as possibilidades do engenho do mundo político, e da prudência e honra das Forças Armadas.

Estou dizendo isso, Senhor Presidente, em nome da Nação, que será engolfada nos imprevisíveis acontecimentos que daqui podem decorrer.

Não há desordem? Quem afirma é o Governo. Então, digo, não haverá estado de sítio, porque o Governo não o pode pedir, uma vez que reconhece não haver desordem e porque nós não lhe poderemos dar esta medida, uma vez que sabemos que o Governo tem razão, quando afirma não haver motivo para alarme; não haverá suspensão das garantias constitucionais, porque dentro delas temos de resolver este problema que não criamos, pois foi estabelecido pelo colapso da administração e pela imoralidade do círculo governativo que se veio revelar em face da Nação; não haverá medidas excepcionais, porque o Governo não tem o direito de requerê-las e nós temos o de negá-las.

O Governo é o primeiro a demonstrar que não tem necessidade dessas medidas, uma vez que ele próprio declara formalmente, pelas afirmativas explícitas das suas mais altas autoridades e implicitamente pelos atos de administração que tem praticado, que nenhuma das manifestações até agora ocorridas dentro das Forças Armadas tem o caráter de subversão ou de indisciplina.

Como, Senhor Presidente, poderíamos conceber a existência deste caráter de subversão ou de indisciplina, lendo as palavras que constam no próprio depoimento do Senhor Ministro da Guerra, profusamente publicadas pelos jornais; como sustentarmos que as manifestações até hoje ocorridas tem caráter de subversão e de indisciplina, lendo os textos inequívocos das reuniões oficiais que se tem realizado pelos componentes das Forças Armadas que comungam com o sentimento do povo e com a opinião do povo, no sentido da punição das vergonheiras, no sentido do esclarecimento das misérias e no sentido de uma solução definitiva e tranqüila para a crise nacional?

Não e, portanto, a oposição que está falando; é a voz de um representante da Nação que, aliás, se manifesta de acordo com um dos mais altos representantes do País, o Senhor Vice-Presidente da República. Sua Excelência, eleito em voto igual, em eleição realizada no mesmo dia, em sufrágio idêntico ao do Chefe do Governo atual, no testemunho tranqüilo de sua posição, na manifestação insuperável do acerto de sua orientação, no desprendimento de sua conduta, ofereceu, ontem, e, se não me engano, está neste momento relatando, no Senado, sua mediação no sentido de que seja resolvida a crise constitucional pela renúncia de Sua Excelência e do Senhor Getúlio Vargas.

Estamos neste ponto de vista. Entendemos e não temos motivos para não declarar - e aqui não falo em nome de meu partido, mas exprimindo largas correntes de opinião que se manifestaram através de vozes expressivas e organismos que não foram considerados subversivos - a nossa firme convicção de que a solução da crise constitucional deve encontrar apoio nas reservas de compreensão, de patriotismo e de renúncia do Senhor Getúlio Vargas.

Fatos semelhantes têm ocorrido em muitos países.

O Sr. Augusto Melra - Vossa Excelência possui alto espírito e assume, no momento, grande responsabilidade. Vossa Excelência fala da opinião geral do País, mas, como jurista, precisa encaminhar juridicamente esta opinião nacional. A Constituição tem todos os remédios. Se o Presidente da República, tem responsabilidade criminal, segundo se propala, não custa ao nobre colega, com o seu saber, com a sua distinção, apresentar denúncia contra o Chefe do Executivo brasileiro. O Congresso se manifestará e, de acordo com a sua opinião, ou o Presidente da República será suspenso de suas funções, se assim a opinião nacional se manifestar, apoiando o Congresso, ou, então, o Congresso apoiará o Presidente da República e a crise estará perfeitamente resolvida constitucionalmente. *(Palmas)*.

O SR. AFONSO ARINOS - Senhor Presidente, existem formas constitucionais de se solverem crises perfeitamente idênticas àquela que

agora nos assalta, formas constitucionais não especificamente definidas na Constituição.

Lembro aos nobres Deputados o episódio ocorrido com o Presidente francês Jules Grévy, que se defrontou com grave crise política. No momento em que ficou absolutamente certo e irresponsavelmente provado que a intimidade de sua casa, através da ação deletéria de familiares seus, tinha transformado o Palácio do Eliseu num antro de vergonhosa negociata, o assunto emocionou a Nação, e o genro do Presidente, Wilson, foi denunciado e indiciado como corrupto e corruptor. As provas recolhidas no seu arquivo demonstraram a profundidade do mal de corrupção que avassalava o organismo da presidência. Estabeleceu-se um debate que durou muito tempo - cerca de um mês. O País foi abalado até os fundamentos da sua resistência e honra do regime e a tranqüilidade Vacilava o Presidente em compreender que não era a sua posição individual que estava em jogo, mas a honra do regime e a tranqüilidade de quem nunca jamais se articulara a acusação de ter participado diretamente dos crimes de que eram acusados os seus familiares, em compreender que a crise precisava ter fim e que esse fim só chegaria com o restabelecimento da confiança no Poder Executivo, através de sua própria renúncia. Foi assim, Senhor Presidente, que em novembro ou dezembro de 1887, compreendendo afinal a necessidade de restaurar a paz, de reencaminhar o País na senda da dignidade e da honra, o Presidente Jules Grévy mandou à Assembléia Francesa a carta da sua renúncia.

Assim estamos nós, até este momento, convencidos. Não foi, em qualquer dos pronunciamentos aqui verificados, o Presidente da República retaliado individualmente na sua honra ou jungido pessoalmente ao pelourinho das acusações. O que aqui dissemos foi que o país, provavelmente, não se restauraria; que não era possível a uma autoridade que tivesse chegado aos limites do abandono e da demissão a que chegou a autoridade presidencial reestruturar-se politicamente. E é por isso que nós, sem preocupação de partido - e todas as afirmativas que se fizerem no sentido de que aqui estamos falando em nome de uma corrente política, ou obedecendo a interesses de uma corrente política, são mais do que mentirosas, são torpes, são infames - é por isso, dizia, que, para a situação à que o nosso país assiste hoje estarrecido, não encontro símile senão fazendo apelo às célebres palavras de Miguel Pereira: se, para a saúde física, "o Brasil era um vasto hospital", para a saúde moral, hoje, o Brasil ameaça transformar-se num vasto porão do Palácio do Catete.

Eu me dirijo, portanto, a todos os homens de boa vontade do nosso país, aos homens de todas as classes, a começar pelos parlamentares de todos os partidos, a quem estendo, fraternal e cordialmente, a mão, para apertar as mãos que estejam limpas de sangue, de lama e do azinhavre do dinheiro - eu me dirijo aos brasileiros, aos parlamentares, aos representantes das Forças Armadas, dizendo que ou encontramos uma solução convergente, uniforme e dignificante para a crise nacional, ou muito me arreceio de que caíamos em uma fase, em um período, em uma etapa de tragédia, de sangue e de miséria incomparavelmente pior do que todas a que temos assistido na nossa história. *(Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas. O orador é vivamente cumprimentado).*

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Eu que agradeço a V. Ex^a. Parabênizo o Senador Paulo Duque, do Rio de Janeiro, pelo brilhante pronunciamento que fez nesta manhã.

Convido para assumir a tribuna desta Casa o orador inscrito, Deputado Mozarildo Cavalcanti... Senador Mozarildo Cavalcanti, desculpem-me. Ele foi meu colega, Deputado Constituinte, e transformamos os ex-territórios de Roraima e Amapá em Estados. E é nosso futuro Governador o Senador Mozarildo, por Roraima.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

Convido o Senador Paulo Duque para assumir a Presidência, porque tenho um compromisso marcado para às 13h. Já estou atrasado nove minutos. Se V. Ex^a me der essa honra, ficaria muito grato. Peço-lhe que conduza os trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geovani, que ainda preside a sessão e que transmite a Presidência ao Senador Paulo Duque, quero dizer que é uma honra conviver com V. Ex^a aqui, já que fomos colegas constituintes, quando, entre outras bandeiras, levantamos como prioritária a da transformação de Roraima e Amapá em Estados, já que vivíamos há 45 anos como Territórios Federais, uma anomalia dentro da Federação, porque não elegíamos Governador, não tínhamos Senadores e, portanto, não elegíamos Senadores, e não elegíamos Deputados Estaduais.

Falando em eleição, Sr. Presidente Paulo Duque, que agora assume a Presidência, o tema do meu pronunciamento é exatamente eleições.

Nós teremos, daqui a 239 dias, portanto, no dia 03 de outubro, eleições gerais no País, eleições que vão eleger Deputados Estaduais para todas as vagas, portanto, das Assembleias Estaduais e da Câmara Distrital do Distrito Federal. Todas as vagas da Câmara dos Deputados estarão em disputa, alguns sendo reeleitos e outros novos vindo. Aqui no Senado, a cada quatro anos, há uma alternância: se renova um terço e, na eleição seguinte, se renovam dois terços. Neste ano, haverá eleição de dois terços dos membros do Senado Federal. Portanto, 54 cadeiras, das 81 do Senado Federal, serão disputadas. Quem vai eleger é, justamente, o eleitor.

Eu quero fazer, Sr. Presidente Paulo Duque, uma reflexão sobre esse tema. Eu quero começar, inclusive, dizendo que há uma profunda decepção, desesperança da sociedade, seja do jovem, seja do adulto, seja do idoso, com relação à política. Isso é muito lamen-

tável e muito perigoso, porque, na hora em que não há liberdade no sentido de haver Câmara, Senado, Assembleias Legislativas funcionando, nós substituímos o regime democrático por uma ditadura. E ditadura nenhuma, no mundo, provou ser boa: nem a de Stalin, na Rússia; nem a de Mussolini, na Itália; nem a de Hitler, na Alemanha; nenhuma delas. Seja de direita, seja de esquerda, nenhum regime é melhor que o regime democrático.

Mas eu também quero dizer, Senador Paulo Duque, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, pessoas que nos abrilhantam aqui, na tribuna, que essa desesperança não é de hoje.

O nosso Rui Barbosa, cujo busto encima o nosso plenário, que foi Senador, foi candidato a Presidente da República, foi um ilustre maçom, fez um discurso em 1914 – portanto, há 96 anos, há quase um século –, do qual eu quero extrair uma frase, que, aliás, é muito conhecida e deve ser repetida para que as gerações atuais meditem sobre ela.

O que disse Rui Barbosa? *“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto.”*

Ora, isso foi dito em 1914. Então, vejam que a origem dos males que afligem a sociedade como um todo, o meio político, o meio empresarial, não é de hoje. Aliás, diz-se que no primeiro documento de que se tem notícia na História do Brasil, que foi a carta de Pero Vaz de Caminha, esse escritor, homem que estava a bordo da esquadra de Pedro Álvares Cabral, quando escreveu para o rei dando notícia da descoberta do Brasil, encaixou lá um pedido de emprego para um parente. Então, na verdade, a questão da desonestidade, da malandragem, não é de hoje, não é desta geração de políticos, não é da geração passada.

O Senador Paulo Duque colocou aqui, muito bem, uma história grande sobre a figura de Getúlio Vargas. O que se viu ali? Que havia uma oposição virulenta dizendo que o Governo de Getúlio Vargas estava num mar de lama. Na verdade, o que existia ao redor de Getúlio Vargas era um grupo de pessoas que, agigantando-se nas suas mãos o poder, o usou de maneira maléfica para toldar, vamos dizer assim, o Governo de Getúlio Vargas, o que redundou no suicídio do Presidente.

Mas eu quero dizer que, se por um lado, há essa desesperança, eu, como médico, sou um homem sempre da esperança. Mesmo quando exercia dia e noite a Medicina, eu aprendi, muito cedo, a não perder a

esperança quando via um doente grave, a não perder a esperança quando via um doente politraumatizado ou um doente com uma infecção grave, porque, se eu perdesse a esperança, esse paciente morreria. Então, fazendo uma comparação, se os brasileiros e as brasileiras perderem a esperança na democracia e, portanto, perderem a esperança na escolha dos seus representantes e dos seus governantes...

Eu esqueci de dizer que também haverá eleição para Governadores de todos os Estados e do Distrito Federal, e também eleição para Presidente da República. Então, é muito importante que a peça-chave dessa eleição, que é o eleitor, com a sua grande arma, e é uma arma secreta, que é o voto, possa usar a sua consciência para mudar, mudar o que ele acha que está errado na sua Assembleia Legislativa, no seu Governo do Estado, na Câmara dos Deputados, aqui, no Senado, na Presidência da República. Tenha ele a convicção de que o voto dele – ele pode pensar: “Ah, é o meu voto, um voto.” – é importantíssimo para dar o rumo que o Brasil vai ter após essa eleição.

Não adianta ficar olhando para trás. Se existem aqui, se existem na Câmara dos Deputados, se existem nas Câmaras Legislativas, se existem nos Governos pessoas corruptas, essas pessoas foram eleitas. Eleitas. Se foram eleitas usando corrupção na eleição, o eleitor tem de estar atento.

Se uma pessoa vem oferecer para ele dinheiro, por exemplo, para pegar seu voto, ele tem de ver o seguinte: esse candidato não deve mais nada a ele, não deve mais nada à sua comunidade, porque ele pagou pelo voto. Essa pessoa, portanto, é corrupta, já se sabe que é corrupta. O sujeito vai colocar uma pessoa corrupta para representá-lo, ou para ser o seu Governador ou o seu Presidente da República.

Quero chamar a atenção, porque me preocupo com o que li há pouco tempo, poucos meses atrás, numa pesquisa do jornal *Folha de S. Paulo* feita pelo Datafolha, que é um instituto de pesquisas. Fiquei, realmente, muito preocupado: 79% dos eleitores entrevistados, em vários Estados do Brasil, disseram que consideram que não é possível fazer política sem um certo grau de corrupção. Quer dizer, então, o eleitor já aceita que tem de haver um grau de corrupção para poder se fazer política. E mais: cerca de 60% desses eleitores entrevistados admitiram que, de alguma forma, já venderam o voto: ou por uma troca de favor, ou por um emprego, ou por uma carrada de barro – e está lá, nessa entrevista, “uma carrada de barro” –, algumas telhas, votaram naquele candidato. Como eu disse, eles se deixaram corromper por um corrupto e elegeram um corrupto. E, aí, esse corrupto vem para cá e vai continuar fazendo corrupção – para cá, para

a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas.

Então, quero dizer para cada eleitor, desde o homem e a mulher mais simples, analfabetos, até, mas que votam – e analfabeto pensa, analfabeto sabe raciocinar,

não sabe escrever, mas sabe raciocinar, até o mais ilustre doutor deste País, que temos uma responsabilidade muito grande. Não é só: “Ah, vou cuidar de mim”. Não. Cuide da sua vizinhança, se você não puder cuidar do bairro todo; cuide da sua cidade, se você for capaz disso; movimente a área onde você está: se você é estudante, no meio estudantil; se você é um comerciante, na sua área; se você é profissional liberal, médico, advogado, etc. Mas, também quero fazer um chamamento às instituições organizadas deste País: a OAB, os conselhos profissionais, os sindicatos, às instituições como Lyons, Rotary e Maçonaria, às religiões, que façam um trabalho permanente, daqui até as eleições, de esclarecimento, de convencimento do eleitor. Porque não pense o ouvinte ou a ouvinte que é apenas o pobre que se deixa corromper não. Ao contrário. O rico muitas vezes vai votar fazendo já corrupção, propondo já corrupção. É o cara que chega e diz assim: “Tenho tantos mil votos; eu sou capaz de dar tantos mil votos, mas preciso disso aqui; só dou em troca disso aqui”. Então, a corrupção não está numa determinada camada, não está numa determinada condição social não, está como um vírus espalhado pela sociedade toda. Coloquei aqui o exemplo do nosso Pero Vaz de Caminha, coloquei a fala de Rui Barbosa, e quero dizer que é preciso que nós tomemos consciência de que não há regime melhor do que a democracia. A democracia que pressupõe um Presidente da República eleito pela maioria da população, para isso, inclusive no Brasil, instituíram-se dois turnos, para que o que for eleito realmente represente a maioria da população,

Os governadores também são eleitos em dois turnos, e os Deputados Estaduais, Federais e os Senadores eleitos pelo voto também direto e secreto. É o mais importante. O voto é secreto. Ninguém tem de ter medo e nem de pensar que alguém que pressiona de uma forma ou de outra o eleitor vai saber em quem você votou. Até porque o Brasil chegou ao ponto de ter um dos sistemas eleitorais, em termos de urna, mais aperfeiçoado do mundo. Não há como um candidato saber como é que você votou. Antigamente, isso era possível. O camarada marcava uma cédula, a botava na urna, e o mesário podia até controlar. Agora, não. Não há essa possibilidade. Então, não há por que ter medo de pressão, de coação de patrão ou de chefe ou disso ou daquilo. Nós temos de fazer essa grande

revolução pelo voto. Então, a partir daí, começar, efetivamente, uma mudança para valer.

O resultado das eleições, que – repito – daqui a 239 dias vão se realizar no Brasil todo, depende de você, meu caro eleitor, minha cara eleitora, depende de você o resultado delas. Às vezes, vê-se um candidato que é candidato a um cargo, a esposa é candidata a outro cargo, o filho é candidato a outro cargo, como se fosse uma monarquia. O fulano, vamos dizer, é candidato a Senador; a mulher é candidata a Deputada Federal; o filho é candidato a Deputado Estadual, e aí se forma uma dinastia dentro do Estado.

Da mesma forma, não se pode pensar em reeleger ou eleger pessoas que se preocupam, por exemplo, quando estão aqui ou na Câmara ou na Assembleia, em colocar a mulher em um cargo X, o filho em um cargo Y, a filha em outro cargo, o primo, etc, e aí ainda disfarçam, porque botam a mulher no Ministério A; o filho em uma instituição B da Administração Indireta; a filha em um Secretaria de Governo, e aí nem há ilegalidade do ponto de vista da questão do nepotismo, porque ele espalha por lugares diferentes seus parentes. Então, é bom que o eleitor preste atenção. Não preste atenção somente no programa eleitoral em que o corrupto vai aparecer muito bonitinho, mostrando que fez isso e aquilo, ou então que quer fazer isso e aquilo, e depois o seu voto é dado para um cara que não presta. Ficar esperando que a Justiça corrija isso é muito mais complicado. Voltando à medicina, é muito mais facilmente fazer a prevenção da doença, evitar que a pessoa adoça, do que depois querer curá-la de uma infecção grave ou de uma doença grave.

Nessas eleições, o voto é uma medida preventiva para evitar que tenhamos corruptos no comando desta Nação. Repito: isso não é de hoje. Em 1914 Rui Barbosa já dizia a célebre frase, que vou mandar imprimir e fazer uma distribuição onde puder.

Lá em Roraima, estamos fazendo uma mobilização no PTB jovem indo às escolas, no PTB Mulher e de todas as categorias, mexendo com o sentimento das pessoas, porque precisamos moralizar a política.

Algumas vezes, já ouvi, para mim mesmo, alguém dizer assim: “Fulano, você é besta. Você já teve dois mandatos de Deputado Federal, dois mandatos de Senador e não tem nada, enquanto o fulano de tal é isso e aquilo”. Eu digo que tenho, sim. Tenho uma grande riqueza de ser um homem que tem todos os filhos formados. Dois são juízes, portanto são concur-

sados, são vitalícios. Uma é funcionária pública de um cargo comissionado fora do Senado, fora da Câmara e fora do meu Estado. E tenho a tranquilidade de que eles não terão nunca, nunca, o desprazer de ter vergonha do pai que têm. Esse é o tesouro e a grande herança que quero deixar para eles e um exemplo de que é possível, sim.

A grande maioria dos Senadores e Deputados são pessoas honestas. Agora, existe um grupo, minoritário, mas influente, que comanda, desde as assembleias, Câmara Federal, Senado, Presidência da República, Ministérios, a corrupção. E como é fácil de saber isso? É só fazer uma análise do noticiário dos últimos anos. É só buscar. Não precisa fazer lei do “ficha suja” ou “ficha limpa”. É só olhar a ficha deles. Hoje, na Internet, você acessa qualquer Tribunal e sabe quem é quem.

Ao terminar, Senador Paulo Duque, quero pedir a cada cidadão e a cada cidadã que faça essa mobilização, principalmente às instituições organizadas, as quais já mencionei aqui e que agora repito: a Ordem dos Advogados do Brasil, os conselhos profissionais, os sindicatos, o Lyons, o Rotary, a Maçonaria, as religiões, qualquer instituição,

as associações de moradores de bairro, vamos fazer essa mobilização pela moralização do voto e pela conscientização da importância de eleger pessoas de bem para qualquer cargo que esteja em disputa daqui a 239 dias apenas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Geovani Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Duque.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 1, de 2010**, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação de Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2004**.

Com referência ao expediente mencionado, a Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2004, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

É o seguinte o ofício:

OF. nº 1 /10 - PRES/CAS

Brasília, 03 de fevereiro de 2010.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2004, que “Altera os artigos 17 e 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre operadoras dos referidos planos e seus prestadores de serviços”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,


Senadora ROSALBA CARLINI
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004** (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que *define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ) – O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por ampla maioria, de 40 votos a favor e 7 contra, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou, dias atrás, a legalização dos bingos e de outros jogos de azar, como máquinas caça-níqueis e de videopôquer no Brasil. A legalização, argumentam seus defensores, permite o retorno de uma atividade econômica importante para muitos municípios, especialmente os situados em regiões turísticas, além de criar, segundo a Força Sindical, 320 mil empregos diretos e indiretos.

Deixemos de lado o fato de que até agora ninguém explicou de maneira convincente como seria gerado tamanho número de empregos. O fato é que, em tese, mecanismos reguladores eficientes até podem evitar, em parte, as conseqüências indesejáveis da liberação do jogo.

Ou seja, os apostadores deveriam saber com antecedência suas as suas possibilidades reais de ganho e o destino dos valores arrecadados precisaria ser indicado com clareza – preferencialmente reservando um percentual significativo, e não os 5,1 por cento de tributação previstos no projeto, para ações sociais. Além disso, seria preciso proibir a instalação de máquinas caça-níqueis em qualquer tipo de local público, como padarias, lan houses e lanchonetes.

O projeto toma cuidados, como o de prever que as casas de bingo devem ficar em local discreto, sem letreiros que chamem a atenção. Também não poderão explorar outros serviços, a não ser os de restaurante, bar e realização de shows artísticos. As máquinas precisarão ser homologadas pelo Ministério da Fazenda e os jogos serão acompanhados via Internet pelos computadores da Receita Federal, onde os nomes dos ganhadores serão inseridos.

Impostos serão descontados na fonte e repassados no dia seguinte à Receita. Donos das casas de bingo só poderão abrir 3 estabelecimentos cada um, e precisarão contratar 50 funcionários para cada 350 cadeiras de jogadores. Nenhum bingo poderá ser instalado em distância inferior a 500 metros de escolas e igrejas.

Tudo parece perfeito, com as devidas cautelas tomadas para a proteção de menores e jogadores compulsivos, entre outros. Mas a liberação de jogos de azar encerra muitos efeitos nocivos. A maior parte do lucro das casas de apostas não vem, ao contrário do que querem fazer crer os defensores da liberação, das senhoras idosas que passam as tardes jogando nas cartelas de bingo. Quem proporciona dinheiro são aqueles que consomem boa parte do dia apostando nas máquinas de videopôquer e nos caça-níqueis, controlados por uma verdadeira máfia, como já ficou provado em investigações realizadas pela Polícia Federal.

Dois anos atrás, os policiais descobriram, no Rio e em Mato Grosso do Sul, uma quadrilha que negociava decisões da Justiça Federal para favorecer donos de casas de bingo e de máquinas caça-níqueis. Um juiz, 3 desembargadores, 4 advogados, um integrante da Procuradoria da Fazenda Nacional e uma funcionária da Receita Federal integravam o esquema.

Poucas semanas atrás, a mesma Polícia Federal interrompeu as atividades de um bando que explorava jogos de azar pela Internet, manipulando os resultados: se o valor do prêmio obtido por um jogador ultrapassava a margem de lucro determinada, a conexão era cortada, anulando o jogo. Programados para ficar com 80 por cento dos valores apostados, os jogos eram difundidos por sites hospedados nos Estados Unidos, com o objetivo de dificultar investigações policiais.

A quadrilha, que movimentava quase 60 milhões de reais por ano e agia em 12 Estados, era chefiada por donos de casas de bingo e de máquinas caça-níqueis. Um dos delegados participantes da operação diz que gravações telefônicas comprovaram que havia disputas por pontos de jogo, corrupção de servidores públicos e até indícios de ligações com assassinatos.

O jogo atrai o crime, como comprovam as notórias ligações de mafiosos com a exploração de cassinos nos Estados Unidos, pelo menos até o final da primeira metade do século 20. E o jogo vicia. Para tratar de jogadores patológicos, dispomos de poucos especialistas e centros de atendimento, concentrados em São Paulo. O projeto de lei prevê a criação de um cadastro de viciados, com objetivo de limitar suas apostas. Não é difícil prever que esta será uma tarefa impossível, já que não há como identificá-los, nem como estabelecer critérios confiáveis para determinar quem é viciado em

jogo ou não. Além disso, uma vez cadastrados, onde encontrarão tratamento, e como serão convencidos a buscá-lo?

Estão em pleno curso campanhas contra o fumo em locais públicos e contra motoristas irresponsáveis que dirigem depois de ter ingerido bebidas alcoólicas. Leis federais e estaduais apertam o cerco contra os fumantes e aqueles que insistem em tomar o volante de um veículo, apesar de embriagados. Não se fala, entretanto, nos riscos associados ao jogo, uma atividade que tem alto potencial para criar dependência e arruinar não só o viciado como também sua família.

É preciso exercitar o máximo de cautela quando se debate a liberação dos jogos de azar. Como diz uma nota divulgada há poucos dias pelo Conselho Episcopal da Pastoral da CNBB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a legalização dos bingos eletrônicos e outros jogos “possibilita o retorno a um mal já supe-

rado, colocando em risco a segurança e o bem estar das famílias, submetendo à exploração tantas pessoas, tornando-as dependentes”. Mais grave ainda, assinala a nota, “abre-se um novo campo para a prática de diversos crimes, entre estes a lavagem de dinheiro”. Liberar uma atividade que tem sido utilizada com frequência alarmante pelo crime organizado é uma atitude arriscada, da qual poderemos nos arrepender num futuro bem próximo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ)

– Não havendo mais oradores inscritos, vou encerrar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Duque. PMDB – RJ)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 28 minutos.)

Ata da 5ª Sessão Especial, em 8 de fevereiro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Mão Santa e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 5 minutos, e encerra-se às 13 horas e 24 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há número regimental. Senado da República do Brasil. Estamos aqui na quinta sessão especial, para comemorar o Dia Nacional do Aposentado, por requerimento do nosso Senador Paulo Paim.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão especial do Senado Federal destinada a homenagear o Dia Nacional do Aposentado, nos termos do **Requerimento n° 11, de 2010**, do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores e Srs. Senadoras.

Convidamos para compor a Mesa de honra o primeiro signatário do requerimento da presente sessão, Exmº Senador Paulo Paim, Senador do Partido dos Trabalhadores, que representa o Rio Grande do Sul e amado por todo o Brasil. Ele é o defensor perpétuo do trabalhador e do aposentado brasileiro. *(Palmas.)*

Convidamos o Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – Cobap, Sr. Warley Martins Gonçalves. A vida me proporcionou receber alguns títulos, mas um que eu guardo mais carinhosamente foi o que recebi desta instituição, a Cobap.

Convidamos o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, Sr. José Calixto Ramos. *(Palmas.)*

Convidamos o Presidente do Instituto do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas – Mosap, o Sr. Edison Guilherme Haubert.

Convidamos o Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), Sr. José Augusto da Silva Filho, e o nosso querido Deputado Zonta. *(Palmas.)*

Convidamos todos, meus senhores e encantadoras senhoras, a, de pé, cantar o Hino Nacional Brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, com grande satisfação, sentados, mas vibrando e emocionados, ouviremos o Hino da COPAB, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

(Procede-se à execução do hino da Cobap.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É uma satisfação para todos nós ouvir o Hino da Cobap, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. Senador Paulo Paim, essa manifestação nos faz pensar no livro de Deus, no encanto e no louvor a Deus, que estão nos Salmos, mostrando-nos a música. O Salmo é uma música. Davi dedilhava a harpa. Por exemplo, ele dizia: “Deus é meu pastor, nada me faltará.” Isso é forte como foi forte o hino.

Pedimos aos executivos da Mesa que peçam à Polícia Legislativa para permitir que os aposentados entrem, mesmo que fiquem de pé, mas que dê uma demonstração de que esta é a Casa do povo do Brasil. Esse é o sentido da democracia. Nós somos o povo. A democracia não é mais, como na Grécia, direta. Com a evolução do mundo, na Itália, em Roma, ela passou a ser representativa, como é o nosso modelo, importado. O Senador Paim daqueles tempos, o Cícero, dizia: “O Senado e o povo de Roma”. Então, nós temos de dizer: “O Senado e o povo do Brasil”.

Então, que se permita entrar todo o povo para esta grande festividade.

As minhas primeiras palavras, meus senhores e minhas encantadoras senhoras, são para agradecer a Deus por estar presidindo esta solenidade muito importante, em que o País, o povo do Brasil, através de nós, nascidos do povo, da força do povo, das liberdades democráticas, do voto, faz esta homenagem de gratidão ao trabalho que realizaram pelo nosso Brasil. Queremos, então, agradecer a Deus por estar representando o Presidente da Casa, Presidente Sarney, nesta festa de gratidão do povo do Brasil aos nossos aposentados, que construíram a nossa amada Pátria.

A aposentadoria é criação razoavelmente recente na história humana. Podemos lembrar que a ideia surge na segunda metade do século XIX, na Europa, especialmente na Alemanha.

No Brasil, País onde as desigualdades são muito mais acentuadas do que naquele continente, apenas na década de 1920 surge a primeira lei – conhecida como Eloy Chaves – criadora da caixa de aposentadorias e pensões para os empregados de empresas privadas das estradas de ferro – em 1920, quer dizer, esse é um reconhecimento muito novo, que nós temos, cada vez mais, de aperfeiçoar e fortalecer.

Posteriormente, o direito à aposentadoria foi sendo ampliado para outras categorias profissionais, atingindo parcelas muito maiores da população a partir do Governo de Getúlio Vargas, gaúcho como o nosso Paulo Paim, até abranger todos aqueles que contribuem para a Previdência Social.

Apesar do caráter positivo da aposentadoria – afinal de contas, é uma retribuição por serviços prestados –, ela é vista, muitas e muitas vezes, de forma negativa. Para os desinformados, é entendida como a inação, a inatividade, o tédio, o afastamento do mundo, da família e dos amigos.

A aposentadoria, no entanto, não é isso. Ela é, sim, uma recompensa, um prêmio pelos muitos e muitos anos dedicados a uma atividade profissional. A aposentadoria não representa um fim, um término, uma conclusão.

Ela é, na verdade, o início de uma nova fase da vida. É um novo início, em que a energia é posta a serviço de outros interesses da pessoa.

A aposentadoria pode significar inúmeras coisas: a satisfação de estar mais tempo com a família, de poder viajar, fazer novos amigos, aprender coisas novas, realizar um novo curso, participar de atividades voluntárias, eventualmente, iniciar uma nova atividade profissional. Enfim, aposentar-se significa apenas o início de uma nova fase da vida.

A aposentadoria não é hora de lamentação; é a hora da satisfação pessoal. Lamentação não serve para nada além de atrapalhar a nossa existência. A aposentadoria não é aborrecimento ou sofrimento; é o momento em que a força interior deve ser utilizada para usufruir a vida e aproveitá-la, ao máximo, no que ela oferece de melhor para todos nós.

Por outro lado, é possível, também, que o medo da aposentadoria esteja ligado ao medo da velhice e da morte.

Mas a velhice não é um mal em si mesma. Está no Livro de Deus. Deus chama aqueles a quem devota mais amizade, que são os bem-aventurados, e a quem Ele dá uma longa vida, em que, até o fim, os últimos dias, eles têm plenitude para exercitar a vida em busca da felicidade. O Pai nos colocou no mundo para sermos felizes.

Antes, a velhice é apenas um mero estado da natureza, um estado que todas as criaturas vivas estão destinadas a alcançar, se não tiverem o seu fim abreviado por algum acidente ou doença.

Atingir uma certa idade não significa que o indivíduo esteja acabado. O acúmulo de anos, na verdade, significa que ele está pronto, enfim, para exercer certas atividades da vida. Basta ver que o Senado é composto, desde a sua origem em Roma, por cidadãos acima

de uma determinada idade, cidadãos que, por meio da experiência, obtiveram o conhecimento necessário para poder ter uma atividade de aconselhamento para o resto da sociedade. Nesse sentido, o Senado, posso dizer com orgulho, é uma casa de velhos, não os velhos da inutilidade, mas os velhos da experiência.

Segundo a história, o grande líder escolhido por Deus para libertar seu povo foi Moisés. Depois de receber as leis para que o mundo fosse melhor, o povo não as compreendeu e desviou-se das leis. Foi em rumo dos bezerros de ouro, das facilidades, e Moisés quis desistir. Contam as Sagradas Escrituras que Deus conversava diretamente com os líderes. Moisés quebrou aqueles leis, as tábuas, quis desistir e ouviu de Deus: “Busque os mais velhos, os mais experimentados e eles te ajudarão a carregar o fardo do povo.” Aí nasceu a ideia de Senado na civilização em que hoje vivemos e que chega até nós.

Portanto, neste momento em que o Senado da República presta suas justas homenagens aos aposentados brasileiros, eu gostaria de lhes trazer uma palavra de otimismo, de esperança, dizendo que a aposentadoria representa uma vitória na vida, um degrau a ser alcançado – degrau esse que muitos não logram obter.

Aposentar-se é entrar em um novo período da vida: mais focado na análise, na sabedoria, na experiência. Não é momento de lamentação, mas de satisfação e de crescimento pessoal. Que essa esperança e esse otimismo possam também ser refletidos em termos salariais para todos os aposentados deste País, é o que, sinceramente, desejamos neste momento.

Por fim, felicito o eminente Senador e companheiro Paulo Paim, pela iniciativa de propor essa sessão especial e por sua incansável luta em prol dos aposentados do Brasil. Quero também dar um quadro real hoje – um quadro vale por dez mil palavras. Surgiu um líder no mundo democrático – o Paim dos Estados Unidos –, e, de repente, a esperança daquele povo o fez presidente da república. Ele escreveu um livro contando a sua história. Atentai bem para a responsabilidade dos aposentados, dos avós! Atentai bem Brasil! Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo para refletirmos o que eles significam em uma sociedade. Atentai bem! Barack Obama diz que ele não é um maconheiro hoje por causa de seus avós. (*Palmas.*)

É essa a reflexão.

Os nossos avós, os nossos aposentados é que vão garantir, pela sua experiência, pelo seu amor, pela sua dedicação, pela sua obstinação, a maior instituição do mundo, que é a família. A família é fortalecida, é assegurada pelos avós.

Quero dizer aqui que sou melhor avô do que fui pai. Quando pai, eu tinha de trabalhar tanto, operar tanto, por isso me ausentava bastante. A mãe, a mulher, a companheira Adalgisa foi quem educou nossos filhos. Hoje estou mais atento e posso orientar mais os netos.

Então, que o País veja isso. Por isso essa barbárie, por isso essa violência pela falta de respeito que estamos dando àquele que é o teto, o cobertor do lar e da família.

Muito obrigado pela presença de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos o Deputado Odacir Zonta para a sua mensagem. (*Palmas.*)

O SR. ODACIR ZONTA (PP – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todas e a todos aposentados e pensionistas presentes. Gostaria de cumprimentar o Presidente desta sessão, o Senador Mão Santa; bem como o Senador Paulo Paim, requerente desta sessão especial, e os Senadores Augusto Botelho e Adelmir Santa aqui presentes.

Registro a presença do Colega Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá, ilustre defensor dos trabalhadores e dos aposentados. S. Ex^a já está aqui à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Peço permissão para interrompê-lo, Deputado Odacir Zonta, para dizer que os meus aplausos se somem aos de V. Ex^a em homenagem a esse extraordinário Deputado de São Paulo, que valoriza o trabalhador e os aposentados do Brasil. (*Palmas.*)

Também gostaria de homenagear a D. Dalva Nascimento. Melhorou! Graças a Deus, temos a presença de uma mulher. Eu tenho muito medo de mesa que só tem homem. Olhem Jesus! Só eram homens.

O SR. ODACIR ZONTA (PP – SC) – Cumprimos também a D. Dalva Nascimento, com seus mais de 92 anos, que está à mesa, e é o símbolo dessa luta do aposentado; o Presidente da Cobap, Warley, que se mobilizou – parabéns pelo trabalho; também o Presidente da CNTI, José Calixto Ramos; o Presidente do Mosap, Edison Haubert; e ainda o Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto da Silva; senhoras e senhores, cumprimento a todas as Federações na pessoa do Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina, Iburici Fernandes. Sintam-se todos, portanto, cumprimentados.

Senador Mão Santa e Senador Paulo Paim, obrigado pela permissão de, como Deputado, na sessão especial do Senado, trazer aqui a nossa homenagem também, junto com o Deputado Arnaldo Faria de Sá, não só em nome dos catarinenses que compõem o

Congresso Nacional, mas também em nome dos Países da Câmara dos Deputados.

Parabenizo pelo dia, pela homenagem, pelo reconhecimento daquilo que representam todos e todas, sejam de cabelo branco, sejam já sem cabelo, mas de fisionomias ainda autênticas, que podem simbolizar aquilo que é o Brasil. Se o Brasil é o que é, se alcançou os degraus que alcançou, nós o devemos a essa gente que trabalhou, que perseverou, que continua a trabalhar e que merece a nossa homenagem e o nosso respeito. Desde aqueles que vêm da roça, àqueles que trabalharam nas fábricas, os profissionais liberais, os professores, enfim, trabalhadores de todas as profissões, todos, enfim, merecem a nossa homenagem, porque o exemplo que o Senador Mão Santa citou vem lá dos primórdios, porque não encerrou, aposentando-se, a tarefa, mas iniciou um novo caminho. E é sobre esse novo caminho que temos o compromisso de não só reconhecer o que estão fazendo nessa homenagem mas de assumir novos compromissos para ser permitido esse novo caminho, porque, ao contribuir com o trabalho e com a Previdência, conseguiram o direito da aposentadoria. Todavia, como já o fez o Senado – e esta Casa já cumpriu a sua missão –, como Deputados, temos de cumprir a nossa missão lá na Câmara e aprovar o PL nº 01, de 2007, ainda este ano. Vamos trabalhar para isso, ou seja, para que haja a sensibilidade de aprovar esse PL, para que haja sensibilidade para os demais projetos. Não se trata de nenhum favor; é um direito. O Governo não pode reclamar que faltam receitas. É colocar a contrapartida da contribuição já havida e que continua, e teremos condições de garantir esse direito do aposentado. Brigar, sim, para um plano de saúde adequado para o aposentado, porque só depender do SUS, lamentavelmente, não se recebe o tratamento digno que merecem todos os aposentados.

(*Interrupção do som.*)

O SR. ODACIR ZONTA (PP – SC) – Este, o compromisso que fazemos nesta manhã ao homenagear os aposentados desta tribuna.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Queremos sugerir às senhoras e aos senhores aposentados, que não estão acomodados, que podem utilizar o salão anexo, o do nosso cafezinho, a sala especializada. No Salão Negro desta Casa há um telão. Fiquem à vontade. Podem tomar o cafezinho se quiserem. Liberamos o serviço fotográfico de quem desejar fazê-lo.

Convidamos, com muita satisfação, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB de Getúlio Vargas. (*Palmas.*)

Senador Paulo Paim, uma das honras que tive na minha vida foi, recentemente, receber uma homenagem, um título, de uma organização criada por Ulysses Guimarães. Eu, como Senador, e o reconhecimento do povo paulista, ele como Deputado Federal.

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Palmas.)*

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Quero, publicamente, ao cumprimentar o Senador Mão Santa, dizer que, em conversa com o Senador Paulo Paim, S. Ex^a falou que o Senador Mão Santa está ajudando demais a nossa luta no Senado. Então, peço a todos os aposentados e pensionistas que, neste momento, rendêssemos a justa homenagem ao Senador Mão Santa, grande lutador pelo trabalho dos aposentados e pensionistas. *(Palmas.)*

Queria cumprimentar aquele que, desde Deputado na Câmara, como companheiro da Frente Parlamentar em defesa da Previdência pública e, hoje, no Senado, tem feito um trabalho maravilhoso, um trabalho que poucos podem deixar de reconhecer, com a sua luta, a sua garra, a sua determinação: Senador Paulo Paim. *(Palmas.)*

Quero cumprimentar o Deputado Zonta, meu companheiro na Câmara; cumprimentar o Presidente de uma das entidades mais importantes nessa luta de aposentados e pensionistas, o Edison; cumprimentar o Calixto também, na nova central sindical, por essa luta; o Zé, a D. Dalva e o nosso Presidente Warley Gonçalves, da Cobap. *(Palmas.)*

Eu sei que vocês vieram aqui ao Senado numa sessão de homenagem convocada pelo Senador Paulo Paim, mas eu acho, lamentavelmente, que os aposentados e pensionistas não têm que comemorar nada, só têm que lamentar o que tem acontecido nestas Casas do Congresso Nacional. *(Palmas.)*

O Senador Paim travou uma grande luta aqui no Senado, junto com o Senador Mão Santa, conseguiu aprovar o fim do fator, conseguiu aprovar o PL 01/07, conseguiu aprovar o projeto da recuperação das perdas, mas está tudo parado na Câmara. Tudo parado na Câmara por quê? Parado porque existe um jogo, as Lideranças do Governo não deixam votar esses projetos.

Vocês sabem que o projeto de recuperação das perdas e o projeto do fim do fator ficaram parados quase um ano na Comissão de Finanças e Tributação, ficou parado porque não queriam votar nada, queriam empurrar com a barriga, queriam impedir a votação desses projetos.

Regimentalmente nós tiramos esses projetos da Comissão de Finanças e foram para a CCJ. O Senador Paulo Paim ainda comentava comigo, na semana passada, numa reunião da Anfip, que, graças a Deus, a gente conseguiu tirar esses projetos da Comissão de Finanças, porque lá estava armado o seguinte: na Comissão de Finanças, se um projeto receber parecer contrário, o projeto morre. E era esta a intenção: queriam matar o projeto na Comissão de Finanças. Tiramos de lá, foi para a CCJ, na qual fui o Relator do fim do fator e já está no plenário da Câmara para ser votado, como também o da recuperação das perdas já está na Comissão de Constituição e Justiça e queremos levá-lo para o plenário. Mas, infelizmente, não adianta tapar o sol com a peneira.

Nós já ouvimos, na semana passada, as Lideranças do Governo dizerem que esses projetos não serão votados este ano. E por que é que eles não querem que seja votado? Porque é ano eleitoral. Eles sabem que, se for para voto, vão perder, e não querem perder e querem que o aposentado continue a perder e o pensionista também. Essa é a grande verdade! *(Palmas.)*

Nós temos de denunciar isso. Temos de pressionar. O Warley sabe disto: é só na pressão que será votado o fim do fator. E aqui, no fim do fator, temos de abrir um parêntese: tem muito de culpa, nisso daí, das centrais sindicais. Algumas centrais sindicais fizeram um acordo com o Governo para manter o fator previdenciário. Nós não queremos o fator. Fim do fator já e agora! É isso o que todos nós queremos. *(Palmas.)*

E o projeto de recuperação das perdas não quebra a Previdência nada! Na recuperação das perdas, o Paim foi muito feliz quando fez a proposta: vai pagar a recuperação a partir do momento da aprovação, daí para a frente, em cinco anos, para ser amortizado suavemente pela Previdência. Nós não queremos quebrar a Previdência...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Vou concluir, Senador. Apenas mais um minutinho para concluir.

Tenho certeza de que essa luta é pelo jogo marcado. E qual é o jogo marcado? Querem vender o déficit da Previdência, a inviabilidade da Previdência pública, para fazer o jogo da previdência privada. É isso que eles querem fazer. Mas não vamos deixar isso acontecer de jeito nenhum! *(Palmas.)*

Nós queremos a Previdência Social pública porque o exemplo que tivemos na época da revolução, GBOEx, Capemi, Montepio disso e daquilo foi tudo para o buraco. E agora, com a grande crise econômica? Uma

das maiores seguradoras de previdência americana, a Washington Mutual, quebrou. A AIG não quebrou porque o governo jogou muito dinheiro lá dentro.

Nós não queremos previdência privada não. Queremos previdência pública que garanta o aposentado e o pensionista. É isso que nós queremos! (*Palmas.*)

E para desmentir todos esses falsos profetas de que a Previdência está quebrada – eles é que têm que quebrar a cara quando falam disso. A Previdência paga hoje R\$27 milhões em benefícios, R\$15,5 milhões em benefícios previdenciários, aposentadorias e pensões; os outros R\$11,5 milhões são benefícios assistenciais, LOAS, renda mensal vitalícia e Funrural. Quem recebe tem todo o direito de receber, mas não é a Previdência que tem que pagar, é o Tesouro que tem que pagar isso. E aí vai sobrar dinheiro para aposentados e pensionistas. (*Palmas.*)

Aposentados e pensionistas, para encerrar – sei do meu tempo limitado e quero cumprimentar mais uma vez os Senadores que estão presidindo esta sessão, Senador Mão Santa, Senador Paulo Paim, autor de um dos maiores projetos em defesa dos aposentados e pensionistas –, vamos ficar espertos, vamos ficar atentos, vamos cobrar, vamos exigir, porque o jogo está armado. Eles não querem votar o PL nº 01, não querem votar o fim do fator, não querem votar a recuperação. Só vão votar se for na marra. Vamos invadir Brasília e exigir votação e respeito a aposentados e pensionistas.

Parabéns! À luta, hoje e sempre! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após brilhante e contundente pronunciamento do Deputado Arnaldo Faria de Sá em defesa dos aposentados, convidamos uma mulher, Senadora Rosalba Ciarlini, do DEM, que está inscrita. (*Pausa.*)

Chamamos, então, o Senador Papaléo Paes. (*Palmas.*)

Papaléo Paes representa o Estado do Amapá e o PSDB. É uma figura extraordinária, plena de virtudes, que enriquece a democracia.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr. Senador Paulo Paim, autor do requerimento que traz para esta segunda-feira uma beleza de evento, porque está presente a representatividade das senhoras e dos senhores aposentados e das senhoras e dos senhores pensionistas; isto é inédito numa segunda-feira, senhoras e senhores. Então, neste dia, temos realmente não de comemorar as vitórias, mas celebrar a esperança de que as vitórias virão pela luta dos senhores e das senhoras e que faremos, se Deus quiser, nossa parte para contribuir com o dia da vitória, que virá brevemente.

Srs. Deputados, representantes de instituições dos aposentados e pensionistas, quero fazer uma saudação toda especial – disponho de cinco minutos –, uma referência ao discurso do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que fez um pronunciamento claro, evidente e realista do que se passa nesta questão da votação dos projetos, que todos esperamos com muita ansiedade, porque o Senado Federal aprovou por unanimidade. (*Palmas.*)

Por isso, homenageando o Deputado Arnaldo Faria de Sá, estou homenageando todos os Deputados que estão compondo hoje esta luta.

Senador Paim, a V. Ex^a quero destacar sua luta permanente, inclusive contrariando seu Partido. V. Ex^a sempre demonstrou ser um homem partidário sim, mas, na hora de lutar pela justiça, V. Ex^a luta a favor da justiça, e não da injustiça, que muitas vezes nossos Partidos nos levam a praticar. (*Palmas.*)

Srs. Senadores e Deputados, Sr^{as} Senadoras e Deputadas, senhores aposentados e aposentadas, jovens e crianças presentes, o Senado Federal presta mais uma vez uma bela homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros pelo Dia do Aposentado. Esta homenagem, além de gratificante, é sempre oportuna. Gratificante, porque sempre faz bem à alma expressar os sentimentos de reconhecimento e gratidão àqueles que, por tanto tempo, contribuíram para o bom funcionamento da sociedade brasileira; oportuna, porque esta ocasião se revela propícia para o reexame das condições em que vivem os aposentados e os pensionistas brasileiros, sobrevivendo com poucos recursos e, ainda, muitas vezes, garantindo a subsistência de suas famílias após uma vida inteira de dedicação ao trabalho.

Como se sabe, o dia 24 de janeiro foi escolhido para homenagear o Dia dos Aposentados. Nesta data, em 1923, ocorreu a assinatura da Lei Elói Chaves, que criou a Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados de todas as empresas privadas de estradas de ferro então existentes.

Anteriormente à vigência da citada lei, a Previdência Social atendia exclusivamente aos servidores do Governo Federal, o que evidencia o alcance da medida, que passou a representar um marco no nosso sistema previdenciário.

O Brasil tem hoje, segundo o Ministério da Previdência Social, mais de 27 milhões de aposentados e pensionistas que recebem pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, o INSS. A maioria recebe apenas um salário mínimo, o que é muito pouco para a sua própria manutenção e muito menos para a manutenção de suas famílias. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas (Sintap) lembra que

a desvinculação entre o salário benefício e o salário mínimo, ocorrida em 1991, deixou desprotegido esse segmento, que tem reduzido a cada dia o seu poder de compra. Assim, benefícios que antigamente eram razoavelmente superiores ao salário mínimo vão sendo arrojados e só não se situam em patamares inferiores porque a Constituição não permite.

Aqui, senhoras e senhores, quero registrar que foi mais um dos muitos calotes que o atual Governo deu nos aposentados e pensionistas. Muitos de nós testemunhamos pessoas fazendo sacrifício, tirando da sua família, da boca dos filhos, para dar uma contribuição para ter, na sua aposentadoria, a tranquilidade de receber, por exemplo, oito ou dez salário mínimos, e que hoje recebem apenas um ou dois salários.

A preocupação com esta categoria, senhoras e senhores, se justifica. Estima-se que, até 2020, mais de 26 milhões de aposentados do INSS passarão a ganhar o salário mínimo, caso ainda vigore a atual legislação. E, para o Sintap, “é preciso considerar a Previdência...”

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Já vou concluir, Sr. Presidente: (...) “é preciso considerar a Previdência como um importante mecanismo de distribuição de renda e de minimização dos efeitos da exclusão social”.

Eu teria mais três páginas para ler, mas considero que seria cansativo. Deixo meu discurso como lido.

Mas quero fazer o registro aqui, senhoras e senhores, e reiterar, reconfirmar o que disse o Deputado Arnaldo Faria de Sá: as senhoras e os senhores servem de brinquedo político nas mãos daquela Casa de Leis que é dominada pelo Poder Executivo. Lá, é o Executivo que diz para quem acompanha a base de apoio ao Governo de que forma vai votar, quando vai votar e como vai votar. Então, o prejuízo das senhoras e dos senhores é evidente lá. Aqui não; aqui nós temos a nossa independência do Executivo; lá, vão protelar, vão deixar perdermos as oportunidades...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – (...) o direito dos aposentados e dos pensionistas, e, de repente, isso vai passar, vai passar, não votando contra, vem as eleições, o Governo não sofre o impacto do voto negativo, e depois eles votam contra, e acabou o anseio, acabou aquela esperança que as senhoras e os senhores terão.

Os senhores não duvidem muito que venham fazer das senhoras e dos senhores massa de manobra eleitoral, como estão querendo fazer com os pobres miseráveis que ganham o Bolsa Família. Quando

se fala na propaganda da Bolsa Família todos pensam que quem ganha uma Bolsa Família ganha R\$500,00, R\$600,00, R\$1.000,00 por mês. Não pensem isso! Vocês precisam saber quanto ganha uma família para ser sustentada com a Bolsa Família.

O máximo que pode ganhar é R\$150,00. E ficam fazendo por aí...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – (...) me-tendo medo nessas pessoas, dizendo que, se não votarem em candidato A, B ou C, vão perder esse valor que eu iria chamar de miserável, mas que é muito útil para essas famílias, porque, para quem não tinha nada, passar a ter R\$150,00 nas mãos é muito, mas só que esse muito, esses R\$150,00, não dá para sustentar três dias uma família com uma boa alimentação, com uma boa moradia.

Então, senhoras e senhores, nós temos que reagir a esses oportunistas, aos políticos oportunistas que fazem do sofrimento do povo uma forma de ganhar voto, de vencer eleição e de fazer um populismo barato que nós não aceitamos de forma nenhuma.

Sou médico, sou um homem socialista, e não aceito esse tipo de manobra perversa em cima daqueles que têm necessidades, como a maioria dos brasileiros tem.

Muito obrigado.

Sejam felizes! *(Palmas.)*

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAPALÉO PAES.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal presta, mais uma vez, uma bela homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros pelo Dia do Aposentado. E essa homenagem é, além de gratificante, sempre oportuna.

Gratificante, porque sempre faz bem à alma expressar os sentimentos de reconhecimento e de gratidão àqueles que por tanto tempo contribuíram para o bom funcionamento da sociedade brasileira.

Oportuna, porque essa ocasião se revela propícia para o reexame das condições em que vivem os aposentados e os pensionistas brasileiros, sobrevivendo com poucos recursos e ainda, muitas vezes, garantindo a subsistência de suas famílias, após uma vida inteira de dedicação ao trabalho.

Como se sabe, o dia 24 de janeiro foi escolhido para homenagear os aposentados. Nessa data, em 1923, ocorreu a assinatura da Lei Elói Chaves, que criou a caixa de aposentadorias e pensões para os empregados de todas as empresas privadas de estradas de ferro, então existentes.

Anteriormente à vigência da citada lei, a Previdência Social atendia exclusivamente aos servidores do Governo Federal, o que evidencia o alcance da medida, que passou a representar um marco no nosso sistema previdenciário.

O Brasil tem hoje, segundo o Ministério da Previdência Social, mais de 27 milhões de aposentados e pensionistas que recebem pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, o INSS. A maioria recebe apenas um salário mínimo, o que é muito pouco para a sua própria manutenção e muito menos para a manutenção de suas famílias. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas (Sintap) lembra que a desvinculação entre o salário benefício e o salário mínimo, ocorrida em 1991, deixou desprotegido esse segmento, que tem reduzido a cada dia o seu poder de compra.

Assim, benefícios que antigamente eram razoavelmente superiores ao salário mínimo vão sendo arrojados e só não se situam em patamar inferior a este porque a Constituição não permite.

Aqui, senhoras e senhores, quero registrar que esse foi mais um dos muitos calotes que o atual Governo deu nos aposentados e pensionistas. Muitos de nós testemunhamos pessoas fazendo sacrifício, tirando da sua família, da boca dos seus filhos, para dar uma contribuição para ter, na sua aposentadoria, a tranquilidade de receber, por exemplo, oito ou dez salários mínimos, e que hoje recebem apenas um ou dois salários.

A preocupação com esta categoria, senhoras e senhores, se justifica. Estima-se que até 2020, mais de 26 milhões de aposentados do INSS passarão a ganhar o salário mínimo, caso ainda vigore a atual legislação. Para o Sintap, “é preciso considerar a Previdência como um importante mecanismo de distribuição de renda e de minimização dos efeitos da exclusão social”.

Há alguns anos, grande parte dos 5.561 municípios brasileiros tinham como principal recurso econômico as aposentadorias e pensões. Esses benefícios além de sustentarem os aposentados, sustentavam também indiretamente 55 milhões de pessoas, aproximadamente 45% da população brasileira.

Essas observações contestam a idéia muitas vezes disseminada de que os idosos não contribuem para a sociedade e demandam muitos gastos públicos.

E aqui, Sr^{as} e Srs. aposentados presentes a esta sessão, não podemos esquecer que nenhuma das senhoras e nenhum dos senhores podem ser considerados culpados de o Governo fazer mau uso do dinheiro público, destinado única e exclusivamente à manutenção do futuro das pessoas que tantos serviços prestaram ao Brasil.

O Governo deveria tomar a sua responsabilidade, principalmente o Presidente Lula, que em seus pronunciamentos, em suas diversas candidaturas, usou o discurso em favor do aposentado. O Senhor Presidente da República não está cumprindo com o seu papel perante os aposentados e pensionistas brasileiros.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a situação dos aposentados e pensionistas brasileiros, e em especial aos cidadãos amapaenses, tem sido uma das minhas preocupações ao longo de minha vida pública. Por ocasião dos debates e da votação da Reforma da Previdência, fui sempre solidário com essa categoria, tendo destacado naquela ocasião o papel da Previdência Social como instrumento de distribuir renda.

Além disso, Sr. Presidente, sempre me preocupou o fato de que os aposentados e pensionistas, em função de sua idade mais elevada, têm gastos extraordinários com medicamentos e planos de saúde, os quais, freqüentemente, são reajustados em índices superiores aos da inflação.

Todas essas circunstâncias justificam o pleito que há muito vem sendo feito por essa categoria, de reposição das perdas acumuladas ao longo de tantos anos.

Junto com as reposições e com as mudanças no cálculo dos benefícios, sugiro crescer outras medidas de inclusão dos aposentados e dos idosos em geral, como programas de educação permanente, programas de recapacitação profissional, promoção da saúde e combate ao preconceito etário.

Só assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, poderemos festejar o Dia dos Aposentados com dignidade e alegria. Só assim, estaremos retribuindo a sua abnegação e a sua disposição de lutar pela família e pela sociedade brasileira.

Sr. Presidente, tendo em vista que me referi ao Presidente da República como membro do PT, que usou muito nos palanques a questão dos aposentados e pensionistas para se eleger, quero aqui fazer justiça ao Senador Paulo Paim. V. Ex^a é um orgulho para todos nós brasileiros e para esta Casa, porque é um verdadeiro defensor do trabalhador brasileiro e do aposentado.

Não estamos aqui, senhoras e senhores, fazendo demagogia com este tema, como insinuou o Presidente Lula em mais de uma ocasião no final do ano passado. Estamos aqui, isso sim, defendendo aqueles que dedicaram suas vidas ao exercício de suas profissões acreditando que teriam o devido reconhecimento no momento de sua aposentadoria.

Agradeço essa oportunidade de me posicionar a favor de todos os aposentados, em especial ao aposentados do Estado do Amapá. Tenham certeza de

que a luta das senhoras e dos senhores também é a nossa luta. E a luta continua!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após brilhante pronunciamento do brilhante Senador Papaléo Paes, convidamos para usar da palavra o Senador, também médico, Augusto Botelho, que representa o PT e o Estado de Roraima. (*Palmas.*)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Exm^o Senador Paulo Paim, que foi quem arrebanhou e começou o requerimento, que foi assinado também pelo Geraldo Mesquita, Osmar Dias, Inácio Arruda e por este que vos fala aqui também; Sr. Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Warley Martins; Presidente da CNTI, José Calixto; Presidente do Instituto Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas, Sr. Edison Guilherme; Coordenador Nacional do Fórum dos Trabalhadores, José Augusto; Sr^a Dalva Nascimento, dos Aposentados do Distrito Federal; Deputados Zonta e Arnaldo de Sá, Sr^s e Srs. Senadores, quero aproveitar esta ocasião especial de hoje para fazer uma homenagem aos homens e mulheres que já contribuíram com sua força de trabalho e dedicação para o crescimento do nosso País. Fico muito feliz de o Senado não deixar passar em branco o Dia do Aposentado, comemorado no dia 24 de janeiro passado, graças ao Senador Paulo Paim, que solicitou esta sessão.

Gostaria de cumprimentar especialmente os aposentados e pensionistas do meu Estado de Roraima, que são muitos. Lá, o contingente é grande, porque nosso Estado é novo, começou como Território, e temos bastante pessoas aposentadas em nosso Estado.

O Dia do Aposentado, instituído em lei, é comemorado também como o Dia da Previdência Social. Segundo dados do Ministério da Previdência Social, o Brasil tem hoje mais de 27 milhões de aposentados e pensionistas, regidos pelo Regime Geral da Previdência Social; ou seja, recebem sua aposentadoria pelo INSS.

Nossos aposentados e aposentadas, Sr. Presidente, infelizmente não têm muito a comemorar. Apesar do esforço do Governo Federal para diminuir as desigualdades sociais e aumentar o poder de compra da nossa população – no que tem tido muito sucesso –, quem recebe apenas um salário mínimo por mês encontra muitas dificuldades para manter seu poder aquisitivo. Mais de 18 milhões de aposentados estão nesta condição: recebem apenas um salário mínimo por mês. Salário mínimo que, diga-se de passagem, quan-

do começou este Governo, era de apenas US\$60,00; hoje está em US\$280,00.

Quando cheguei aqui no Senado – foi a primeira vez em que exerci um cargo público –, eu já conhecia o Paim por sua luta pelo trabalhador e pelo aposentado. Comecei a conversar com ele. Eu disse que vinha para cá sonhando com um salário mínimo de US\$100,00. Era um sonho que nós tínhamos e que eu tinha, desde jovem, de US\$100,00. Mas, aí, rapidamente, chegamos aos US\$100,00. Agora, já estamos começando a falar em um salário mínimo de US\$1000,00, não é Paim? (*Palmas.*)

E quero que o País cresça e tenha condições de fazer isso.

Em relação ao Bolsa Família, o companheiro Papaléo falou do valor estipulado, mas esse valor do Bolsa Família, que não parece nada, é muito para quem não tem nada. Cem reais dá para comprar uma comida, um rancho para manter uma família de duas pessoas, simples, sem exageros. E nós tínhamos muitos brasileiros que estavam nessa linha de não terem nada, sem saber o que vão comer amanhã.

Então, nós temos que respeitar e honrar o Presidente Lula em relação ao que ele fez. Foram 20 milhões de brasileiros que saíram da linha de extrema pobreza para viver com mais dignidade com o Bolsa Família, que é muito criticado, porque não abre uma outra porta. Mas não podemos abrir a porta. Quem está com fome quer comida agora, quer comer hoje. Foi isso que o Presidente Lula fez. (*Palmas.*)

Foi isso que nós fizemos também, porque participamos dessas decisões. Então, acho que temos que continuar lutando, para defender os direitos. Não é justo que vocês, que construíram, que permitiram que estivessemos aqui dentro... Foram vocês que permitiram que eu cursasse uma universidade pública – meu pai era médico no interior e vivia do salário dele de médico – e me tornasse médico, chegasse aqui onde estou e educasse meus filhos. Meus filhos já estão todos formados, graças a Deus! Foram vocês, foi o trabalho de vocês que fez isso. Então, é justo que vocês sejam lembrados e respeitados nos seus direitos. Não é justo que vocês...

Vejam, a idade vai passando, a gente vai ficando com dificuldade e incapaz de ganhar dinheiro de novo, para melhorar, para repor as perdas. Temos que achar uma fórmula, uma fórmula justa em que o Governo Federal e nós, os aposentados – já estou entrando na fila dos aposentados também; logo, logo vou aposentar-me –, possamos discutir e achar uma solução. Aqui nesta Casa se discute isso, se propõem soluções, mas infelizmente as soluções são amarradas, amarradas e amarradas e andam devagar, mas tem que sair uma

solução, principalmente porque agora os brasileiros estão vivendo mais.

Vamos ter dificuldade logo, logo, porque o número de aposentados vai aumentar mais ainda. A vida média do brasileiro já está em quase 75 anos. Vocês, que estão aqui presentes, são privilegiados por Deus, porque muitos dos companheiros de vocês, como meus também, já tomaram, por doença, por outros problemas, já ficaram para trás. Mas temos que trabalhar justamente para que os próximos que vierem mais à frente não tenham dificuldades. O regime de Previdência tem que ser equilibrado. Como muitos analistas falam – sou médico apenas; estou aqui representando o povo da minha terra, do meu Estado... Dizem que os Governos não fazem a sua parte no recolhimento da Previdência.

Talvez isso seja uma forma, mas nós, os trabalhadores, recolhemos. Todos os senhores aqui têm, no seu contracheque, a parte de recolhimento da Previdência dos senhores. Se aquele dinheiro, aquela caixinha que juntaram não foi bem administrada, a culpa não é dos senhores. Então, acho que a Nação brasileira tem realmente que achar um recurso para repor essa má administração que houve com os recursos que os senhores recolheram. (*Palmas.*)

(*Manifestação do plenário.*)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Neste momento... Neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Vamos... Vou pedir... Vamos ouvir o orador da tribuna, por favor.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Estamos em um ano eleitoral. Fazer uma CPI da Previdência, talvez ela não tenha a repercussão que teria se fosse feita em outra ocasião. Talvez deixemos isso para o nosso próximo mandato, se soluções não forem... Já existem soluções prontas aqui dentro da Casa. Se essas soluções forem adotadas, vai ser corrigida a injustiça que está sendo feita com os aposentados do meu País.

(*Manifestação do plenário.*)

Para termos uma idéia da grandeza dos números que se discutem na Previdência, e sei que esses dirigentes todos sabem, mas esta sessão está sendo transmitida para todo o Brasil... Lá em Roraima tem gente, dentro de uma vicinal, que leva três horas para chegar ao local em que há condução, mas que está vendo, porque a parabólica se tornou um objeto mais popular. Todos têm. Estão vendo.

Então, para termos uma idéia da grandeza dos números, a primeira folha de benefícios paga aos aposentados do INSS e pensionistas com o novo salário

mínimo de R\$510,00 totalizou R\$17,1 bilhões. Esses benefícios foram pagos entre 20 de janeiro e 5 de fevereiro de 2010, de acordo com o número do cartão dos segurados.

Desse total de R\$17 bilhões, R\$13,6 bilhões foram pagos aos aposentados e pensionistas das regiões urbanas. Os demais, R\$3,4 bilhões, para os que moram na área rural. O contingente da área urbana é 18,9 milhões de aposentados e pensionistas, enquanto na área rural é de 8,1 milhões de aposentados do INSS.

Por isso, Sr. Presidente, é mais do que urgente que nos debrucemos sobre essa questão, encontrando alternativas viáveis e justas tanto para o Governo Federal, como para os aposentados e pensionistas, que merecem o respeito e a consideração deste nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Depois de ouvirmos o representante do Partido dos Trabalhadores, Senador Augusto Botelho, vamos chamar o Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas – Cobap, o Sr. Warley Martins Gonçalves. (*Palmas.*)

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Boa tarde a todos e a todas! Boa tarde ao Presidente Mão Santa. Temos um grande honra em anunciar o seu nome, pela defesa que você faz da nossa causa, a causa dos aposentados e pensionistas. Também, o nosso querido Senador Paulo Paim; o pessoal da Mesa, o Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá, que sempre está aí; o Calixto e o José Augusto, nossos companheiros de luta.

Eu queria agradecer também... Se não fosse o nosso companheiro Benedito Marcílio, hoje não ocorreria esta sessão em comemoração do Dia Nacional dos Aposentados. (*Palmas.*) . Foi ele que criou a lei dos aposentados e pensionistas nacional. Eu também queria agradecer às caravanas que estão aqui, às caravanas de todas as associações lá de São Paulo, a todas que vieram e também ao companheiro Pimenta e ao Sr. Domingos, aqui de Brasília, que estão aí fazendo um grande movimento e trazendo os aposentados para a luta.

Eu queria dizer poucas coisas para os companheiros aposentados e pensionistas. Começamos o movimento, neste ano, muito bem. Nós, da Cobap, junto com as federações e as associações, não vamos parar. Vamos continuar. Vamos fazer movimento, movimento e movimento. Hoje, há aquele ditado que todos tiramos no Congresso Nacional: na era Collor de Mello, eram os “caras pintadas” nas ruas; na era Lula, são os “caras enrugadas”, defendendo os seus direitos e

saindo atrás dos direitos que temos. (*Palmas.*) Então, esse é o que estamos considerando.

O que nós, dirigentes da Cobap, achamos? Achamos que temos que fazer os movimentos, hoje, nos Estados. Hoje, vamos começar a fazer os movimentos nossos nos Estados, porque os Deputados são dos Estados. Então, temos que pressionar os Deputados. Inclusive, temos dois Deputados no nosso Estado, principalmente o Vacarezza, que é o Líder do Governo, que já está “saindo fora”, pois não quer aprovar nada neste ano.

Então, este ano é o ano nosso, pessoal. A única vantagem que temos é o nosso voto. Nós temos de votar. Não podemos ficar criticando muito se não fizermos alguma coisa. Temos que fazer alguma coisa. Temos que ir para as ruas, temos que mostrar que estamos revoltados.

O próprio Presidente da República fala: sem movimento, não vamos conseguir nada. Então, temos que fazer movimento. Nós temos que fazer movimento. Temos que sair; temos que mostrar, porque, queiramos ou não, não podemos criticar o Governo que está aí. Se ele aceitar o direito dos aposentados, ele tem 100% do povo votando nele. Ele só não arrumou para nós – até hoje, só não arrumou para os aposentados. Então, nós temos que cobrar. Temos que sair e falar para ele: não é um País de todos, mas um País de quase todos. Falta o aposentado. Ele tem que estar conosco, tem que receber os aposentados, para mostrarmos que não estamos contentes.

O Senador falou, agora há pouco, aqui, que ele está querendo tirar da miséria aquele pessoal que ganha o salário mínimo. Mas será que não quer colocar os 8,2 milhões na miséria também? (*Palmas.*)

Então, pessoal, nós temos que sair. A Cobap está aí para defender os aposentados, junto com as federações. As federações também estão trabalhando, estão unidas, e nós temos mais é que nos unirmos.

Nós, hoje, no País, somos 8,3 milhões de aposentados que ganham acima do salário mínimo, mas atrás de nós há mais 18 milhões que ganham o salário mínimo. Nós temos que estar todos juntos. Recentemente, no ano passado, em São Paulo, vocês viram a união dos *gays* que levou três milhões de *gays* para a avenida. Parou tudo, e conseguiram o que queriam.

E nós somos 27 milhões e não conseguimos levar um milhão às ruas?! Então, como é que vamos reclamar do Governo, pessoal? Nós temos de nos unir. Se nos unirmos ninguém vai segurar os aposentados. Falta união entre nós. Muito obrigado. Fiquem com Deus. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nós estamos encantados com o pronunciamento do

líder, Sr. Warley Martins Gonçalves, que representou com muita firmeza a Cobap.

Agora, convidamos outro líder, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, CNTI, Sr. José Calixto Ramos. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Exmº Sr. Senador Mão Santa, que preside esta sessão solene, Exmº Sr. Senador Paulo Paim, demais Senadores, Srs. Parlamentares, companheiras e companheiros aposentados, nós queríamos, nesta oportunidade, trazer as nossas homenagens da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e da Nova Central Sindical de Trabalhadores, que têm demonstrado um zelo muito especial com aqueles que já deram toda sua força de trabalho para o engrandecimento da nossa Nação.

Na verdade, não podemos comemorar esta data, porque poucas vitórias, ou quase nenhuma, foram alcançadas, mas é importante que reverenciemos esta data, por termos a convicção de que ela é muito importante para os aposentados e pensionistas do nosso Brasil.

Nós queríamos dizer e reafirmar a todos vocês que as duas entidades que dirigimos estão dispostas a engrossar fileiras com vocês, conforme têm feito nesses últimos tempos, para que a vitória seja alcançada, se não agora, em qualquer tempo. (*Palmas.*)

Nós queríamos também lhes dizer que a nossa central assumiu uma responsabilidade muito grande quando teve que se manifestar contrariamente ao acordo que estava sendo sugerido pelo Governo e que três centrais haviam aceito peremptoriamente. A nossa dificuldade foi muito grande, porque todas as críticas vieram em cima da Nova Central, exatamente porque nós não tínhamos acedido às propostas que o Governo queria, de todas as formas, convencer os aposentados e pensionistas a aceitarem. (*Palmas.*)

E devo lhes dizer que o fizemos com respeito a uma classe que nós também respeitamos. Nós o fizemos também por compreender que o que estava sendo oferecido pelo Governo não correspondia aos interesses maiores e às reivindicações maiores de tantas outras classes trabalhadoras, que, com certeza, teriam mais dificuldade de auferir as suas aposentadorias, como, por exemplo, os trabalhadores da construção e do mobiliário, como os condutores rodoviários, que transportam vidas e ainda não têm sequer a sua categoria regulamentada.

Nós trabalhamos em torno dos compromissos que assumimos também com os comerciários, que, em que pese serem milhões e milhões de trabalhadores, também não têm a sua categoria reconhecida.

Nós trabalhamos exatamente em prol daqueles que ainda precisam, mesmo na atividade, de um

suporte importante e fundamental das organizações sindicais, que tentam de alguma forma influir nas decisões maiores do Brasil, nas decisões que envolvem interesses gerais, não apenas de uma determinada categoria profissional, mas também da sociedade e da própria Nação.

É exatamente com este propósito que aqui estamos: para nos congratular com vocês e reafirmar a nossa disposição de, juntos, empreendermos essa luta, até que os aposentados e pensionistas possam ser também respeitados como uma categoria que já deu todo o suor e sangue para o benefício e para o engrandecimento da Pátria.

Quero terminar, agradecendo ao Senador Paulo Paim pelo requerimento apresentado para esta solenidade, e também ao Senador Mão Santa, que abriu este plenário para que vocês pudessem estar aqui, sem medo de que a polícia pudesse, de qualquer forma, impedi-los.

Que, com esses gestos, esses dois Parlamentares, juntamente com tantos outros, não apenas do Senado como também da Câmara Federal, possam, juntamente conosco, continuar essa luta para que possamos ter a vitória que todos nós necessitamos, que todos nós desejamos e que o Brasil tanto espera.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Sr. José Calixto Ramos, convidamos a usar da palavra a Senadora Rosalba Ciarlini, que representa o DEM nesta solenidade.

Peço permissão para repetir, porque a repetição, segundo nosso patrono Rui Barbosa, é a base do aprendizado. Aqui, prenda muito sobre a história do Brasil. Vi, aqui, os caras-pintadas. Foi citado que, agora, é a vez de os caras-enrugados chegarem às ruas. Aprenda também – e vimos todos nós – que este País era de todos, mas aqui foi dito que ele é de quase todos. Os aposentados são excluídos. Ouvi aqui – é uma repetição para todos aprendermos – a respeito dos aposentados; foi o que disse nosso último orador.

Tem a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini. (*Palmas.*)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Quero, inicialmente, cumprimentar o Exm^o Senador Mão Santa, que preside esta sessão e que é nosso 3^o Secretário da Mesa do Senado; o signatário da presente sessão, o Exm^o Sr. Senador Paulo Paim; o Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap), Sr. Warley; o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Sr. José Calixto Ramos; o Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal, Sr. Paulo

Antenor de Oliveira. Em seus nomes, cumprimento os demais representantes de todas as entidades que, por este Brasil afora, estão defendendo aquilo que é um direito deles, o direito ao reconhecimento da sua luta, o direito ao reconhecimento de uma vida de trabalho, de dedicação e de contribuição, para, quando chegar o momento dos rostos enrugados e dos cabelos prateados, poderem ter um pouco de tranquilidade e de dignidade, com o reconhecimento do quanto fizeram e ainda fazem por suas famílias e por este Brasil.

O aposentado ainda está contribuindo, sim. E contribui muito mais hoje com sua experiência, com suas ideias e com o apoio familiar. Sabemos disso, sim. Mas ele não está sendo reconhecido. Estão tirando-lhes o direito de estar tranquilamente em sua casa, podendo comprar seu remédio e ter atividades que lhes dão expectativa maior de vida. Isso está sendo negado, porque sua aposentadoria não está sendo respeitada no valor que eles merecem.

Quero cumprimentar o Sr. Silbertto Silva, meu conterrâneo, do Rio Grande do Norte. (*Palmas.*) Ele é Vice-Presidente de Cultura e Planejamento da Confederação Brasileira de Aposentados.

Com muita emoção, cumprimento cada um de vocês. É com entusiasmo, minha gente, que subo, mais uma vez, à tribuna para falar aos aposentados e às aposentadas presentes nesta sessão especial, que, a cada ano, se repete. Continuamos batendo na mesma tecla. Se existe algo de que não vamos desistir, é exatamente dessa luta. Não podemos, de forma alguma, desistir dessa luta, porque é um sonho de cada um de vocês. E nossos sonhos não os abandonamos na estrada da vida; queremos vê-los realizados. E esse sonho é mais do que um direito.

Então, falo a vocês também com o sentimento da resistência, porque muito mais é a resistência. Quantas e quantas ações e mobilizações já foram feitas? Sou Senadora do meu primeiro mandato e, logo ao chegar a esta Casa, acompanhei todo esse trabalho que já se vinha desenvolvendo, tendo à frente o Senador Paulo Paim na defesa dos aposentados. Fizemos vigílias, encontros, debates, sessões, audiências públicas, tentando sensibilizar de todas as formas aqueles que podem, sim, e devem – e já deveriam ter feito isso –, mais do que nunca, reconhecer a luta e o direito de cada um de vocês.

Já disse algumas vezes e volto a repetir que conheço essa realidade de perto. Penso que é a realidade de cada um dos brasileiros. Quem não tem na sua casa hoje um aposentado? Quem não vê, no dia a dia, as dificuldades que enfrenta um aposentado, seja o pai, a mãe, a tia ou alguém que realmente sofre as dificuldades de não ter realmente a manutenção daquilo por que pagou, por que contribuiu?

É isso que dói. Nenhum de vocês está aqui para pedir esmola ou favor, não! Vocês contribuíram durante

anos e anos da sua vida, retirando dos seus salários para a previdência, exatamente para ter este direito de chegar aqui e agora com mais dignidade, com mais força e com mais tranquilidade e de poder continuar a contribuir para engrandecer nosso País.

E, hoje, neste dia de comemoração, dia 24 de janeiro, em que estamos fazendo esta homenagem ao Dia Nacional do Aposentado, quero, mais uma vez – repito –, homenagear as ações. Não foram apenas de ações, de mobilizações, de vigílias que participei, mas também do convencimento de cada Senador, principalmente daqueles que estavam sendo conduzidos a não contribuir com seu voto para a aprovação dos projetos que aqui passaram. Mas, graças a Deus, os projetos, no Senado, foram aprovados. Agora, estão na Câmara dos Deputados, para que possamos, em breve – é o que espero; não vou descansar, não vamos, de forma alguma, desistir, vamos continuar realmente reacendendo essa força da esperança e do nosso otimismo, não do otimismo daquele que acha que tudo cai do céu, mas daquele que pensa que tudo é resultado das nossas lutas –, obter um resultado positivo naquela Casa. Mas, de nada vai valer o projeto ter sido aprovado no Senado e na Câmara se não houver a aprovação por parte do Governo, do próprio Presidente, que também é um trabalhador. (*Palmas.*)

Aqui, quero fazer um apelo especial. O Presidente é um trabalhador, conheceu de perto a luta dos trabalhadores mais simples, mais humildes, as lutas mais difíceis. Então, nada mais justo que coroar sua Presidência dando esse valor e esse reconhecimento à luta de resistência e de dedicação dos trabalhadores. Hoje, são vocês que estão aqui. Amanhã, serão aqueles que estão na ativa. Amanhã, seremos todos nós. Então, estamos numa luta não somente por vocês, não, mas, sim, por todos os trabalhadores brasileiros.

Apresentei um projeto de lei exatamente em defesa dos trabalhadores: é o de nº 521/2009, que protege os trabalhadores que estão próximos da aposentadoria com a estabilidade. Hoje, o que acontece com frequência? Se o trabalhador está próximo de se aposentar, muitas vezes, em qualquer crise, quem é que primeiro perde o emprego? É aquele que está próximo de se aposentar, para dar a vez a um jovem. Esse projeto de lei do Senado visa exatamente a dar essa proteção.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senadora Rosalba, concedo-lhe mais um minuto para concluir, porque há aqui muitos líderes sindicais, e estamos alternando.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Eu queria anunciar para todos vocês e para o Brasil que estamos na luta de dar estabilidade de dezoito meses àqueles que estão próximos da aposentadoria. Que eles não sejam demitidos, porque, demitidos, eles não conseguem outro emprego, Senador Mão Santa, e aí

deixam de contribuir. Contribuindo, já é difícil. Imaginem sem contribuir!

Outra proposta também que tem sido motivo de nossa luta é a Proposta de Emenda Constitucional nº 55, que apresentei, extinguindo a contribuição previdenciária que foi estabelecida para os aposentados brasileiros, em especial para os do setor público. Essa PEC nº 55 é voltada exatamente para que deixe de haver esse desconto, para que seja extinta essa contribuição previdenciária que foi estabelecida para os aposentados do setor público a partir da iniciativa do Governo Lula. Essa contribuição é uma perversidade que merece todo o nosso repúdio. Ela foi criada no ano de 2003 pela Emenda Constitucional nº 41. Os aposentados do Regime Geral de Previdência estão livres dessa contribuição injusta, e a PEC nº 55 precisa logo ser aprovada para isentar também os...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senadora Rosalba, já liberamos o cafezinho, mas não temos como fazê-lo quanto ao almoço.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Já estamos concluindo, Sr. Presidente. É que eu não poderia deixar de, aqui, apresentar para cada um de vocês esses dois projetos, por meio dos quais estamos trabalhando em defesa do trabalhador e do aposentado.

Finalizando, quero aqui, mais uma vez, reafirmar nossa disposição e nosso entusiasmo para continuarmos juntos nessa luta de resistência. Vamos, sim, persistindo, insistindo, jamais desistindo, chegar à vitória, se Deus quiser! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após brilhante pronunciamento da Senadora Rosalba Ciarlini, que representa o DEM nesta sessão, faremos uma alternância entre os oradores e chamaremos um líder.

E o líder convidado a usar da palavra é o Sr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Instituto Mosap – Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas. (*Palmas.*)

Com muita honra, anuncio a presença em nossa sessão da Presidente da Anfip – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Assunta Di Dea Bergamasco .

Ressalto também a presença dos aposentados de Volta Redonda e Barra Mansa, representando o Rio de Janeiro. Está representado também o Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Eu não poderia deixar de dizer que o Piauí também está presente!

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Sr. Presidente Senador Mão Santa, a quem agradecemos por esta oportunidade e também por estar presidindo esta sessão, o que para nós é uma honra muito grande; Exmº Sr. Senador Paulo Paim, autor do requerimento

para a realização desta sessão juntamente com outros Senadores; Srs. Senadores que compõem a mesa; Sr^{as} e Srs. Dirigentes de Entidades; Srs. Presidentes de Entidades que compõem a mesa; senhores e senhoras, o Instituto Mosap – Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas, do serviço público portanto, está aqui hoje para também se solidarizar com a luta de todos os trabalhadores brasileiros, sobretudo os aposentados e pensionistas, que depositam suas esperanças numa ação efetiva, numa ação justa da Câmara dos Deputados. O Senado já concluiu, já fez o seu dever de casa. Agora, a Câmara dos Deputados precisa fazer o seu.

Então, nós, do serviço público, aposentados, pensionistas e também servidores ativos – o Mosap é constituído de entidades de servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas –, além da nossa solidariedade com todos vocês, estamos aqui dizendo que também os aposentados e pensionistas do serviço público têm as suas justas demandas, necessárias e justas demandas, de vez que também nós fomos atingidos em muitos de nossos direitos adquiridos, não privilégios, mas direitos adquiridos durante a nossa vida laboral.

Serei breve, mas quero dizer que temos algumas demandas importantes. Uma delas está na Câmara dos Deputados sob a forma da PEC nº 555, que tem o mesmo conteúdo da PEC nº 55/2009, do Senado Federal, aquela a que a Senadora Rosalba Ciarlini se referia, que trata da extinção da contribuição previdenciária por parte de quem já está aposentado e por parte de quem venha a se aposentar, porque entendemos ser essa uma injustiça, uma violação de direitos humanos, de direitos adquiridos, que fere, portanto, as garantias individuais.

Esta PEC está pronta para ser analisada numa Comissão Especial desde novembro de 2008, mas, por problemas ou por pressão ou por interesses políticos, ainda não pôde ser instalada. Quero, portanto, fazer um apelo neste momento para que o Deputado Federal Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, se digne a assinar a autorização para o funcionamento dessa Comissão Especial.

Temos também a PEC nº 270, que diz respeito aos servidores ativos: garante paridade a quem se aposentar por doenças graves. É também um assunto muito grave e de muita urgência para que possamos fazer justiça àquelas pessoas que têm de se aposentar por doenças graves, não importando o tempo de contribuição nem o tempo que tenham cumprido no serviço público.

Eu queria alertar ainda para o fato de que há uma outra PEC na Câmara dos Deputados, na CCJ. É a PEC nº 341, de março de 2009, do Deputado Regis de Oliveira, que desconstitucionaliza todos os nossos direitos, todas as nossas garantias. E isso diz respeito a todos nós: servidores, trabalhadores brasileiros, aos

nossos concidadãos da sociedade civil, porque retira todas as matérias que estão reguladas na Constituição e as joga para uma lei ordinária. Vejam o alcance de uma proposta desse teor, votada e aprovada no Congresso Nacional: simplesmente perderemos a segurança jurídica que tanto precisamos resgatar.

Portanto, para não me alongar, quero cumprimentar uma vez mais a Mesa e chamar a atenção de todos para os perigos dessa situação. Como disse o Presidente da Cobap: sem luta não conseguiremos chegar onde precisamos!

Não estamos pedindo privilégios, estamos pedindo justiça, estamos solicitando os nossos direitos, tão somente isso. Ou seja, pedimos o resgate da nossa dignidade, pedimos isso como cidadãos, como trabalhadores brasileiros e como servidores públicos.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após as palavras firmes do líder Edison Guilherme Haubert, vamos chamar um Senador para fazer uso da palavra. O Senador é José Nery, do PSOL e do grandioso Estado do Pará.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Mão Santa; o Senador Paulo Paim, primeiro signatário do requerimento para a realização desta sessão comemorativa do Dia Nacional do Aposentado; o Sr. Warley Martins Gonçalves, Presidente da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas); o Sr. José Calixto Ramos, Presidente da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria); o Sr. Edison Guilherme Haubert, que acabou de se pronunciar, que representa o Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas); a Senadora Rosalba Ciarlini; o Sr. José Augusto da Silva Filho, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores. Também estendo esses cumprimentos a cada um de vocês, aposentados, aposentadas e pensionistas que aqui representam, neste momento, os mais de 25 milhões de aposentados e pensionistas do Brasil.

Reúne-se nesta sessão comemorativa, neste plenário, o coração do Poder Legislativo nacional, o Congresso Nacional, para, além de comemorar o Dia do Aposentado – e da aposentada e dos pensionistas –, lembrar e celebrar as lutas que vivenciamos ao longo das nossas vidas, também para reafirmar aqui, nesta sessão, que a luta por novas conquistas continuam na ordem do dia, porque os aposentados e aposentadas deste País precisam continuar sobrevivendo com dignidade, já que, justiça seja feita, há a contribuição de cada um e de cada uma ao desenvolvimento do nosso País. Não haverá um Brasil justo, soberano e demo-

crático sem o atendimento fundamental aos direitos e garantias fundamentais de cada cidadão e cidadã, desde as nossas crianças, nossos adolescentes, nossos jovens, os trabalhadores e trabalhadoras adultos, até os idosos e os aposentados.

Daí a importância da presença de vocês aqui, com a experiência de cada um, de cada uma, com a consciência do dever cumprido naquela atividade que exerceu durante a sua vida profissional e laboral, tendo a certeza de que é parte constitutiva da luta para transformar o Brasil em um país realmente de todos, onde possamos ter a garantia de dias melhores.

Portanto, participar da luta em defesa dos aposentados e pensionistas aqui no Congresso Nacional, especialmente no Senado Federal, é ter a certeza de que o Senado Federal como instituição, Senador Mão Santa, cumpriu o seu papel nas três principais reivindicações dos aposentados e pensionistas do nosso País. Esta Casa aprovou o fim do fator previdenciário, a recomposição das perdas dos aposentados brasileiros e também o reajuste igual ao percentual do salário mínimo para os que percebem mais do que o salário mínimo. De alguma forma,...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ... o Senado vem procurando cumprir o seu papel. E, neste mesmo plenário, realizou três grandes vigílias, com a participação de um número expressivo de Senadores e das entidades representativas da categoria. Aquelas vigílias eram, nada mais nada menos, do que a reafirmação do nosso compromisso com os aposentados e pensionistas do Brasil.

Em novembro último, lembro que, ao encerrar uma sessão no Senado que ia para mais de meia-noite, eu, o Senador Paulo Paim, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador João Pedro e outros Senadores fomos à Câmara dos Deputados para prestar...

(Interrupção de som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ... solidariedade à manifestação que os aposentados realizavam e, pela primeira vez, incomodavam de forma muito clara aqueles que dirigem a Casa, porque era a primeira vez que os aposentados dormiam, acomodados nos corredores e nos salões próximos ao plenário da Câmara dos Deputados, para dizer que ali estavam em vigília, exigindo a votação dos seus projetos que estão na pauta e nas Comissões da Câmara, mas que não têm tido a celeridade que nós achamos que podem ter.

Por isso, esta sessão de hoje tem que ser inscrita em mais um capítulo da mobilização social...

(Interrupção de som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ... pela busca e pelo apoio político necessário para fazer valer o direito dos aposentados do nosso País.

Esta não é uma questão menor. Vamos lembrar que, em 2003, no início do Governo do Presidente Lula, foi votada no Congresso a reforma da Previdência. Quanta polêmica gerou por limitar direitos constitucionalmente garantidos e por retirar conquistas, fruto de muitas lutas!

O combate aqui no Congresso pela garantia do direito dos aposentados e pensionistas fez com que, naquele contexto, fossem expulsos do Partido dos Trabalhadores a ex-Senadora e hoje Vereadora em Macaé, Heloísa Helena, o Deputado Babá, a Deputada Luciana e o Deputado João Fontes. Vejam que não é uma questão menor, pois até gera um tipo de atitude como esta: a da expulsão do quadro de uma instituição política de militantes da causa em defesa do direito dos trabalhadores do nosso País.

Lembro que, entre as reformas que eram necessárias fazer naquele momento, estava a reforma agrária, que não sai da pauta política do País pelo menos há mais de um século. No entanto, trabalhadores ainda são chacinados, violentados na luta pelo direito a um pedaço de terra.

Lembro o papel de um militante da causa da reforma agrária, o ex-Deputado...

(Interrupção de som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ... Plínio de Arruda São Paulo, Plínio de Arruda Sampaio, de São Paulo – é porque a bancada paulista, há pouco, reivindicou aqui lembrando o seu nome e fez com que eu dissesse Plínio de Arruda São Paulo. Plínio de Arruda Sampaio, de São Paulo, ex-Deputado Federal e presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, dizia, lá em 2003: “Em vez de fazer a reforma da Previdência, que vai retirar direitos dos trabalhadores brasileiros, por que não aproveitar o momento e investir, nos quatro primeiros anos do Governo do Presidente Lula, R\$25 bilhões do nosso Orçamento, R\$6 bilhões e pouco por ano, para fazer a reforma agrária em nosso País? No entanto...”

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador José Nery, um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Nós vimos que a reforma da Previdência foi feita seguindo os conselhos do Fundo Monetário Internacional, do consenso de Washington, daqueles que decidem contra nossa vontade, os destinos do nosso País (*Palmas.*), quando deveria, o dinheiro, os recursos, em vez de ir para o pagamento da impagável dívida pública, interna e externa... Quase a metade da receita do País hoje é para pagar a dívida pública brasileira. Mas se diz por aí que o Brasil não tem mais dívida, uma inverdade que o Brasil não pode aceitar, porque os banqueiros internacionais enchem os bolsos...

(Interrupção de som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço dois minutos para encerrar.

O dinheiro que vai para os banqueiros é dez vezes mais do que suficiente para atender às reivindicações dos aposentados e pensionistas do Brasil, para garantir a aposentadoria integral sem esse fator famigerado, chamado fator previdenciário, para garantir a recomposição das aposentadorias, porque, ano a ano, elas foram corroídas e desvalorizadas pela inflação de modo a que quem se aposentou com cinco salários, há cinco ou oito anos, hoje recebe a metade disso. Então, recursos para os aposentados para garantir nossas conquistas!

Eu queria também dizer...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador José Nery, desejamos aumentar as aposentadorias e diminuir seu tempo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Um minuto para encerrar, dizendo o seguinte: na crise econômica mundial que atingiu o Planeta, vimos como o discurso do Estado mínimo dos neoliberais foi para a lata do lixo. E os Estados Nacionais tiveram de colocar recursos para salvar bancos, empreiteiras e grandes grupos econômicos. No Brasil mesmo, nós também mandamos dinheiro para esses setores, quando era possível aplicar esses recursos nas políticas sociais de desenvolvimento e também garantir o direito dos aposentados.

Por isso, estamos unidos numa mesma luta a favor do direito dos aposentados, reafirmando nosso compromisso não só aqui e dizendo a vocês todos que, no meu Estado, o Pará, a Federação e as organizações dos aposentados têm feito muitas lutas inclusive para garantir o direito ao passe livre dos aposentados. Tem sido uma guerra para garantir esse direito fundamental. Vocês sabem o quanto significa poder viajar com esse direito garantido.

Por último, e encerrando mesmo, Sr. Presidente, até para o senhor não precisar me cortar mais uma vez e porque entendo que todos precisam falar, quero convidar a Confederação dos Aposentados, a Cobap, para nos irmarmos numa luta que é também civilizatória em favor do Brasil, comandada igualmente neste Senado pelo Senador Paulo Paim: a luta contra o trabalho escravo! *(Palmas.)*

Também na Câmara dos Deputados, está dormindo, há cinco anos, a PEC que o Senado já aprovou: a PEC do trabalho escravo, que confisca as terras daqueles que submeterem trabalhadores à condição análoga de escravos em pleno século XXI.

O Senador Paulo Paim, símbolo das lutas libertárias neste País, do salário mínimo, dos direitos trabalhistas e dos aposentados, foi o autor do requerimento que criou, na Comissão de Direitos Humanos, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo.

Eu queria convidar a Cobap, o Fórum Sindical de Trabalhadores e todas as entidades para somarmos força na campanha nacional pela aprovação da PEC contra o trabalho escravo na Câmara dos Deputados, que está guardada há cinco anos. Peço o apoio de V. Ex^a para, no dia 13 de maio, levarmos um abaixo-assinado com um bilhão de assinaturas dos brasileiros, pedindo o fim do trabalho escravo no Brasil e a aprovação da lei que vai confiscar as terras dos escravagistas contemporâneos.

Parabéns à Cobap! Parabéns às entidades dos aposentados. À luta e avante até a garantia de todos os nossos direitos!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos agora o último líder que representa essa luta pelos aposentados do Brasil, o Sr. José Augusto da Silva Filho. Ele é o Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST). V. S^a dispõe de cinco minutos.

Aproveito para passar a Presidência, pois depois, o último orador – está escrito que os últimos serão os primeiros – será o Senador Paulo Paim. Vou passar a Presidência a ele para que fale da Presidência, simbolizando todo o Congresso Nacional.

Agradeço a Deus por ter sido o seu Cirineu. Ele faz leis que melhoram e dão esperança de uma vida melhor para todos os brasileiros, principalmente os aposentados. Algumas vezes, fui relator de seus projetos de lei. Cabe ao relator defender o projeto, porque quem faz a lei não pede. Saio defendendo a lei do Paim com muita emoção. Depois de muita luta nas audiências, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de Direitos Humanos, de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais, o projeto veio para este plenário. Por unanimidade, o Senado da República aprovou as leis do Paim que beneficiam os aposentados. A ele a Presidência e os nossos aplausos! *(Palmas.)*

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra o Sr. José Augusto da Silva Filho, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST).

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Obrigado, Senador Paulo Paim. Bom dia a todos!

Prometo ser breve. Antes, porém, faço uma saudação a todos os aposentados e pensionistas do Brasil: vivam os aposentados do Brasil! *(Palmas.)*

Senador Paulo Paim, muito obrigado pelo convite. E nós enaltecemos a iniciativa dos autores: o senhor, Geraldo Mesquita, Alvaro Dias, Inácio Arruda e Augusto Botelho. Agradeço também ao companheiro Warley

o convite para participar desta sessão solene em homenagem a todos os aposentados e pensionistas e idosos do nosso País. Saúdo os companheiros Calixto, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Presidente da CNTI; o Edison, da Mosap.

O Senador Mão Santa deixou aqui uma frase que fiz questão de anotar, companheiros e companheiras: “Busquem os mais velhos, pois eles ajudarão a levantar o povo”. E isso ou não é? (*Palmas.*)

Então, vamos buscar os mais velhos! É o apelo que nós fazemos, lá na Câmara, para que isso seja votado.

As minhas palavras, aqui, Senador Paulo Paim... Saúdo a companheira Dalva Nascimento – estava esquecendo –, o Senador José Nery, grande aliado e amigo aqui na Casa.

A palavra aqui, Mão Santa, é “encaminhamento”. Acho que tudo: “reajuste”, “bilhões”, “é deficitário”, “não é” etc., eu acho que é “encaminhar”. Eu acho que o papel do movimento sindical, inclusive nesta sessão, é fazer o encaminhamento aqui agora. O que nós vamos fazer, não é? O que nós vamos fazer daqui para frente? Continuar o quê? A pressão dentro da Câmara dos Deputados, companheiros, para que esse projeto seja definitivamente apreciado e votado. Não cabe a nós colocar a culpa neste ou naquele, porque a coisa mais fácil que tem é atirar pedra, não é Miguel, não é Marcílio? A coisa mais fácil é atirar pedra: “Não, é culpado, é culpado, é culpado”. Quer dizer, como se fôssemos verdadeiros magistrados, juízes. Nós precisamos confiar na nossa força, companheiros e companheiras! E o Movimento Sindical tem a identidade definida e também precisa ser solidário definitivamente a esse movimento.

Para comparecer a esta solenidade fui convidado – inclusive, vários Presidentes de centrais me ligaram – para representar o conjunto do Movimento Sindical brasileiro aqui. E devemos também lembrar, Paulo Paim, as deliberações feitas no dia 13 de maio de 2008, que contaram com a sua presença, bem como de Geraldo Mesquita e tantos outros Parlamentares, na Academia de Tênis aqui em Brasília, no encontro nacional do Fórum, que reuniu 3.500 dirigentes sindicais de todo o País. Ouvia, Senador Mão Santa? E lá nós tiramos um encaminhamento que, devido à exiguidade de tempo, não vai dar para ler. Mas, como estou pegando um pouco a prática aqui da Casa – não é, Senador Paulo Paim? –, e vou entregar para a Mesa como se já tivesse sido lido – não é, Calixto? –, para eu ganhar meu tempo aqui. Mas são deliberações em favor dos aposentados naquele 13 de maio de 2008, quando, na verdade, se estava iniciando esse processo de pressão no Senado.

Então, para finalizar, tenho que dar um informe também importante: acho que não podemos perder esta mobilização aqui e agora no Senado. Temos uma

orientação do Presidente de vocês, companheiro Warley: sairmos todos juntos, não dispersarmos – porque a gente estava percebendo que estava saindo um ou outro –, no final desta sessão, em direção a onde, pessoal? À rua? (Pausa.) Para onde vamos? Vamos para dentro da Câmara dos Deputados! E vou pedir a esta Mesa, na pessoa dos Senador Nery, Mão Santa e Paim, que, por favor, não nos agridam lá, Paim! Porque esses velhinhos aqui têm que ser respeitados. Poderiam ser nossos pais ou nossos avós. (*Palmas.*) Velhinhos e com todo o respeito. Quero pedir para a Segurança facilitar a entrada. É um movimento ordeiro, pacífico. Ninguém vai quebrar nada, viu, Senador Mão Santa, Presidente desta sessão? Vamos para lá pacificamente, exigir, fazer nosso papel de cidadão.

São direitos trabalhistas, evidentemente democráticos, dentro de uma conduta que seja em defesa intransigente dos trabalhadores e que sejam sinceros junto ao nosso representado. Este, o papel fundamental do movimento sindical brasileiro. Tanto é, Calixto, que a gente aplaude a sua atitude e a de Wagner Gomes, que, naquela oportunidade, foram os dois que não aceitaram aquilo que estava sendo feito, aquele acordo. Você, inclusive, fez esta declaração aqui, hoje, de que temos que aplaudir a nova central por aquela coragem inicial, que depois se reverteu, não é, Calixto? Foi o contrário: as quatro que não estavam compondo o acordo – as dos trabalhadores – vieram ao nosso encontro.

Hoje, temos, através do Fórum Sindical dos Trabalhadores, 15 confederações nacionais dos trabalhadores afiliadas, temos cinco centrais sindicais e, com muito orgulho também, nossa querida e aguerrida Cobap, que representa todos vocês no Brasil.

Concluindo, quero colocar que esse sempre foi um sonho também e um desejo muito grande de todo o movimento sindical brasileiro... Eu fiz questão de escrever, senão vou correr o risco de esquecer, Senador Paulo Paim, porque não é sempre que a gente tem esta oportunidade. Quero louvar também a iniciativa, Senador Mão Santa, do Presidente José Sarney de ceder esse espaço para nós, porque, antes, pelo Regimento Interno, a gente não podia se expressar; só os parlamentares podiam falar. Então, está de parabéns a Casa. Aí, sim, é fato histórico, para a história do Senado a presença do Movimento Social aqui, expressando-se para todo o Brasil e para este Plenário lindo e maravilhoso. (*Palmas.*)

Ou seja, nosso sonho é ter uma pauta aqui, dentro do Congresso Nacional, não apenas construída pelas centrais, confederações, federações e sindicatos, mas que houvesse comprometimento e cumplicidade por parte dos parlamentares e do próprio Executivo, que tem sua força, gestão política e influência, que sempre

esteve junto ao Congresso Nacional, para conseguirmos nossas principais reivindicações, tanto da classe trabalhadora quanto dos aposentados e pensionistas do Brasil.

O Calixto citou aqui, e vou reforçar: uma delas é a regulamentação da profissão dos comerciários, a profissão mais antiga do mundo; inclusive sou Secretário-Geral da nossa CNTC. Estamos lutando aqui, no Senado, com o apoio dos Senadores – Rosalba, Paulo Paim e Inácio Arruda –, para que a gente consiga também aprovar a regulamentação da profissão dos comerciários. Conselho Federal da minha categoria. Sou homem de prevenção de acidentes. Segurança e saúde no trabalho é uma necessidade emergencial para o País, porque existem aproximadamente 385 a 400 mil mortes causadas por acidentes de trabalho. Isso também é um ataque muito grande à democracia e ao bem social dos trabalhadores deste País.

Quero citar o Projeto nº 248, do Senador Paulo Paim, e o nº 177. O primeiro, da contribuição assistencial para a sustentação financeira do Sindicato; e o nº 177, para parar com as demissões em massa que estão acontecendo em cima dos membros do Conselho Fiscal, eleitos legitimamente no processo eleitoral dos sindicatos. E esses três de vocês, aposentados, principalmente o PL nº 1 e o fim do famigerado fator previdenciário.

Onde teremos dificuldade, pessoal? Temos que continuar com essa pressão. Inclusive...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – (...) amanhã, para quem ficar em Brasília, eu gostaria de fazer um convite a vocês, porque estamos lutando também por um outro projeto, de iniciativa do Senador Paulo Paim e do companheiro Senador Inácio Arruda, que é a redução das 44 horas semanais para 40 horas, da época em que os Senadores Inácio Arruda e Paulo Paim eram Deputados.

Amanhã, virão companheiros de várias localidades do Brasil para continuarem com essa pressão na Câmara dos Deputados pela redução da jornada de trabalho. Vocês também têm que ser solidários. Se o movimento sindical é solidário a essas bandeiras de vocês, companheiros, inclusive os aposentados bancários, também precisamos da força, da compreensão e da solidariedade de vocês nessa luta também pela redução da jornada de trabalho no Brasil.

Muito obrigado, pessoal, e boa sorte! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos e minhas amigas, deixem que eu, primeiro, antes de cumprimentar a Mesa, possa fazer um cumprimento a cada um de vocês. Sem sombra

de dúvida, vocês vieram de quase todos os Estados. Deslocaram-se muitos de ônibus, alguns de carro, outros de avião, mas estão aqui.

Quando propus a sessão, Warley, algumas pessoas me disseram: “Mas, Paim, numa segunda-feira, às 11 horas da manhã, tu achas que vai lotar o plenário do Senado?”. Quebraram a cara, o plenário está lotado, nas galerias, nos corredores, no cafezinho, demonstrando que os aposentados e pensionistas estão vivos, muito vivos, e sabem muito bem o que querem. *(Palmas.)*

Permitam-me, vocês: eu tinha preparado, no início da minha fala, uma homenagem a um ex-Deputado, hoje aposentado, que foi quem criou a lei que estabelece o dia 24 de janeiro como o Dia Nacional dos Aposentados. Mas me parece que ele teve que se retirar. Assim mesmo, eu queria que déssemos uma grande salva de palmas ao Benedito Marcílio, ex-Deputado, aposentado, líder dos aposentados. *(Palmas.)*

Se ele estivesse aqui, eu o convidaria a compor a Mesa, e ele faria, inclusive, uma saudação. Infelizmente, ele teve que se retirar, mas eu tinha combinado com o Warley, e não o tinha avisado. Teria que ter combinado com ele também, não é, Warley?

Mas, Marcílio, sei que você teve que se retirar, mas aceite um abraço forte de todos nós.

Eu queria também, neste momento, dar, se eu pudesse, um grande abraço nela. Pela distância, vou pegar na mão dela. Que todas as aposentadas e pensionistas vejam na minha fala, porque ela pediu que eu falasse por ela, a Dona Dalva do Nascimento. *(Palmas.)*

Noventa e dois anos! Ela não falta a uma atividade de mobilização dos aposentados e pensionistas, mostrando a luta e quão guerreiras são as mulheres do nosso País! *(Palmas.)*

Eu queria também... permitam-me, rapidamente, pois me pediram que eu falasse das bancadas. Posso falar de todas as bancadas, e o equívoco é deixar de fora uma ou outra entidade. Então, eu diria o seguinte, rapidamente: algumas bancadas me pediram para registrar a presença, com todas as suas entidades. Vou começar por ela, não sei por quê: bancada do Rio Grande do Sul. Uma grande salva de palmas a toda a bancada do Rio Grande do Sul. *(Palmas.)*

À bancada de São Paulo. *(Palmas.)*

À bancada do Rio. *(Palmas.)*

À bancada de Goiás. *(Palmas.)*

À bancada de Brasília. *(Palmas.)*

À bancada do Piauí. *(Palmas.)*

À bancada da Paraíba. *(Palmas.)*

Enfim, de Santa Catarina. *(Palmas.)*

Do Paraná. *(Palmas.)*

Do Rio Grande do Norte. *(Palmas.)*

De Minas Gerais. (*Palmas.*)

Do Ceará. (*Palmas.*)

De Sergipe. (*Palmas.*)

Do Pará. (*Palmas.*)

De Mato Grosso. (*Palmas.*)

De Mato Grosso do Sul. (*Palmas.*)

Enfim, sintam-se como se todos tivessem sido abraçados e cumprimentados.

Confesso a vocês que, pelo carinho e respeito que tenho por cada um, quando venho a um ato como este, minha assessoria me fornece dados e números que quero resumir no seguinte: quem fala que a Previdência está falida está mentindo. É uma farsa! Peguem os dados, se quiserem, aqui. Não preciso ler todos os dados. Mas ficam à disposição. Vão ficar aqui e quem quiser cópias que as pegue. (*Palmas.*)

Eu só queria dizer para vocês que o Brasil está num momento muito bonito, muito bonito, no campo econômico. Que bom! Que bom! Eu acho que é o melhor momento dos últimos 50 anos.

Eu só vou dar alguns dados importantes. Há dez anos, as reservas internacionais do Brasil não chegavam a 50 bi, 49,3 bilhões. Hoje, são 239 bilhões de reserva! Que bom! Então, dá para pagar os aposentados. (*Palmas.*)

Quero dizer para vocês que, há mais ou menos dez anos, o número de trabalhadores com carteira assinada, neste País, que estavam pagando à Previdência, era de 29,5 milhões. Que bom a gente poder dizer que, hoje, temos exatamente 41 milhões – 11,5 milhões a mais – com carteira assinada! É dinheiro na conta da Previdência! É dinheiro na conta da Previdência! Que bom a gente poder dizer isso. (*Palmas.*)

Eu tive um incômodo quando eu era Deputado, porque eu quis derrubar um projeto que queria flexibilizar o direito dos trabalhadores. Nós o derrubamos quando eu cheguei ao Senado. Agora, recebo dados – não estou inventando os dados, esses dados estão na parte de economia do *Correio Braziliense* – que dizem o seguinte: nos países do mundo que flexibilizaram o direito dos trabalhadores, aumentou o desemprego e, nos países como o Brasil, em que derrotamos, há sete anos, o projeto que queria flexibilizar, aumentou o número de empregos.

Só vou dar alguns dados. O desemprego no Brasil, de 2002 até hoje, diminuiu para 6,8%. Na época, o desemprego era de 10,5%. Hoje, diminuiu para 6,8%. De 10,5%, nós caímos para 6%.

Outros países: na Espanha, depois que flexibilizou, o desemprego, que era de 8,5, hoje é de 19,4; nos Estados Unidos, o desemprego era de 4,6 e, depois que flexibilizou, é de 10%; na França, era de 9,3 e, depois que flexibilizou, é de 10%; na Irlanda, era de 4,4, agora, 12,9; na Itália, 6,8 e, hoje, 8,3. Está aqui, no *Correio Braziliense*, o que significa que, no Brasil, nós estamos acertando – 11,5 milhões de pessoas a

mais com carteira assinada, pagando a Previdência –, porque aqui nós não flexibilizamos. Nós queremos, sim, é mais gente com carteira assinada e pagando a nossa Previdência. É isso que nós queremos. Isso tudo é positivo. (*Palmas.*)

O Brasil foi o último País a entrar na crise e o primeiro a sair. O Brasil, do Grupo G20, foi o único País em que os trabalhadores tiveram aumentos reais de salários, na faixa de 4,5. Que bom! E por que não dizer? De todos vocês, aposentados e pensionistas que estão aqui, à Mesa e nas galerias, e que estão assistindo à TV Senado, quem não participou de caminhadas, dizendo “Fora! Fora o FMI”? Quantas vezes nós dissemos isso? Hoje, o Brasil se dá ao direito de ser credor de US\$15 bilhões junto ao FMI! (*Palmas.*)

É sinal de que a economia está dando certo. Isso tudo é positivo. Que bom! Que bom, porque isso mostra... O que mostra? Mostra que estamos certos, que tem dinheiro, sim, para pagar os aposentados e pensionistas.

Viva o PL nº 1, o fim do fator previdenciário! (*Palmas.*)

Temos de mostrar o que é bom e não ficar só no negativo. Que mostrem o que é bom, o que mostra que temos razão. Ninguém, aqui, é inconsequente, ninguém é irresponsável. Se a economia estivesse ruim, nós íamos dizer: “Tudo bem. Mais uma vez, o trabalhador e o aposentado têm de pagar a conta”. Mas, graças a Deus, a economia está bem. E, aí, é a hora de olhar aqueles que produziram, que construíram este País. Por isso, tem-se, sim, que dar aumento real para os aposentados e pensionistas. Viva o PL nº 1! (*Palmas.*)

É claro que eu não poderia deixar de dizer para vocês... eu, que briguei tanto, junto com outros companheiros, eu que eu falava num salário-mínimo de US\$100 – fizemos greve de fome na Câmara dos Deputados – e, hoje, o salário-mínimo vale em torno de US\$270. Que bom! Só que quero isso também para os aposentados e para os pensionistas! (*Palmas.*)

Isso é bom, mas também para os aposentados. (*Palmas.*)

Eu podia falar, aqui, de inúmeros investimentos importantes e dizer que é um momento bonito. Por isso, não estamos errados.

Tenho tomado nota, aqui, e permitam-me que eu diga isso a vocês: eu fiquei muito feliz, porque eu falava há um tempo atrás... Eu gostaria de pegar os jornais de outros países, como o *Le Monde*, que é francês, ou o *El País*, por exemplo, que é espanhol, e ler o que está escrito. Diz o jornal francês *Le Monde*: “Lula é a personalidade do ano”. E ele diz, na justificativa: “A economia do País avança”. Diz, também, o jornal espanhol *El País*, e isso eu vou ler para vocês:

“O Brasil foi o primeiro país a sair da recessão provocada pela crise econômica. Os índices de crescimento são superiores às últimas duas décadas anteriores. Saiu da extrema pobreza, em torno de 35%, para 24%. O Presidente Lula fecha esse período com taça e medalha de ouro.”

Daí, a frase, que é minha: com taça e medalha de ouro se atender, também, à reivindicação dos aposentados e dos pensionistas! (*Palmas.*)

É isso que eu estou fazendo aqui, falando tudo que é bom, mas dizendo que nós temos de atender, também, aos nossos aposentados e pensionistas.

Eu queria dizer para vocês que eu sei que existe uma vontade do Governo de encaminhar para cá um projeto chamado Consolidação das Leis Sociais. Eu já pedi, aqui, que se forme uma comissão mista de 11 Deputados e 11 Senadores, mas eu vou ficar muito triste se nessa Consolidação não tiver, também, uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas. (*Palmas.*)

Eu quero essa chamada CLS, mas eu vou ter muito orgulho – porque eu vou estar entre os 11 Senadores – de um dia pegar a CLS e assinar embaixo. E vou assinar com letras garrafais, porque eu quero que, ali dentro, estejam contempladas as mudanças profundas no famigerado fator previdenciário e a garantia de que o aposentado há de receber, sim, reajustes reais, acompanhando o crescimento do salário-mínimo, como propõe o PL nº 1. Isso nós vamos construir juntos, meus amigos e minhas amigas!

Sei que vocês viajaram dos seus Estados. Eu sei que muitos estão cansados, mas podem ter certeza de que a luta de vocês não é em vão. Se nós temos hoje um debate no Congresso Nacional sobre o fim do fator, sobre a recuperação de perdas e, também, o reajuste real para os aposentados, é porque vocês se mobilizaram, é porque vocês fizeram vigília. Eu, que viajo tanto por este País, Estado por Estado – a Paraíba sabe, a Bahia sabe, Minas sabe, Goiás sabe, enfim, os Estados sabem, pois a quase todos eu já fui –, o que mais ouço? “Paim, acho que estamos fazendo um grande Governo, mas vocês não responderam, ainda, à questão dos aposentados e pensionistas.”

Nós queremos responder a essa questão, aprovando os projetos de vocês. É isso o que temos de assumir aqui! (*Palmas.*)

Vou encerrar a minha fala, dizendo que o Warley e os companheiros do movimento sindical estiveram comigo, hoje, e me pediram que eu marcasse uma reunião com o Presidente Lula. Neste momento, em que o Senador Mão Santa me passou a Presidência – ele, que foi Relator do fim do fator –, Senador José Nery, quero assumir que vou fazer todos os esforços para que tenhamos uma reunião

com o Presidente Lula para discutir, especificamente, a questão do reajuste dos aposentados e pensionistas. Fica o compromisso assumido aqui, nesta reunião, com a presença das entidades! (*Palmas.*)

Permitam-me que eu diga que canso de ouvir as pessoas dizerem o seguinte: “Não, mas não dá para votar porque o Senado aprovou; se a Câmara votar, pode ser vetado”. Meus amigos, isso é a democracia. Nós temos é que, neste momento, de forma tática e estratégica, dizer: Senhores Deputados e Deputadas, votem, façam a sua parte, depois a gente vai conversar com o Executivo! É isso que os Deputados têm que fazer.

Deputado, repito aqui, agora: Presidente Michel Temer, coloque as matérias em votação. Votem! Votem como o Senado votou, e os Deputados e Senadores terão cumprido a sua parte. Se vai ser vetado ou não, nós vamos dialogar.

Concluo dizendo a todos vocês: não joguem a toalha, não esmoreçam, não se entreguem por ser ou não ano eleitoral. Essa mobilização que vocês fizeram aqui, com 800 ou 900 pessoas, em Brasília, no dia de hoje, é um marco, mais uma vez, na história e apenas mais um passo na mobilização.

Essa mobilização vai continuar. Vocês podem ter certeza: eu, que fui autor dos três projetos – muitos Senadores aqui foram relatores –, mais que ninguém, tenho o mesmo sonho de cada um de vocês. O meu sonho é ver esse famigerado fator previdenciário cair e poder dizer que, no governo de que participei, nós garantimos os reajustes reais para os aposentados e pensionistas.

O que depender deste parlamentar, tenham certeza vocês, e de tantos outros Senadores e Deputados comprometidos, isso vai acontecer. É ano eleitoral. Que seja ano eleitoral! E que bom que é ano eleitoral! Faz parte do processo democrático. Vamos todos continuar pressionando até que se resolva de forma definitiva esse – permitam que eu diga – fator previdenciário, que considero o maior crime cometido contra os trabalhadores do nosso País.

Muitos que não estão aqui, que ficaram nas suas casas e estão assistindo à minha fala têm de entender que estes homens e mulheres de cabelos brancos aqui estão lutando por vocês, que serão os aposentados de amanhã. Quando vocês se aposentarem, vão perder de 40% a 50%, como vai ser o caso da mulher professora celetista, que perde até 51%. Então, esta luta destes homens e mulheres heroicamente aqui é para defender a juventude, é para defender aqueles que estão hoje nas atividades na fábrica, no banco, no comércio ou na área rural, como trabalhadores. É a vocês que queremos assegurar o mesmo direito que têm o Executivo, o Legislativo e o próprio Judiciário. Esses não têm fator previdenciário, e seu limite de aposentadoria chega a R\$27 mil. Quanto a vocês, a grande parte não se aposenta com mais de R\$2 mil, R\$3 mil. Eu diria

que 90% ficam com um a três salários-mínimos. O que estamos pensando é uma questão de isonomia. Se o Executivo não tem fator, o Legislativo – de que faço parte – não tem, nem o Judiciário, por que somente o trabalhador que ganha pouco tem de ter? Abaixo esse fator previdenciário! (*Palmas.*)

Direitos iguais para todos!

No Senado, fizemos a nossa parte. Agora, é na Câmara. Os Deputados têm de assumir sua responsabilidade. Não há essa de dizer: “Não. Mas é orientação de sicrano ou de beltrano”. Cada Deputado é senhor da sua vontade e, na hora de pedir o voto, pede individualmente. Então, não existe essa de dizer que é orientação de Pedro ou de Paulo. Cada um vota com sua consciência. Como, no Senado, todos os Senadores, de todos os partidos, votaram pelo fim do fator, pela reposição das perdas e também pelo PL nº 1, que é a garantia igual para os aposentados? Ora, qual é o problema? Não há um parlamentar mais valente do que outro. Todos são iguais. Então, assumam a responsabilidade e votem! E vamos conversar depois dessa etapa vencida.

Enfim, meus amigos, o que posso dizer ao encerrar esta sessão é a frase que repito sempre: minha vida é a luta em defesa dos trabalhadores da área pública e da área privada, dos aposentados e de todos os discriminados. Essa luta está no meu sangue, na minha alma e no meu coração. Contem com a gente hoje e sempre!

Vivam os aposentados e pensionistas do nosso País! Um abraço a todos vocês! (*Palmas.*)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAPLÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a sessão especial que realizamos a partir de agora é em homenagem aos aposentados brasileiros que tem sua data máxima no dia 24 de janeiro, considerado o Dia Nacional do Aposentado.

Esta sessão está sendo realizada, neste dia 8 de fevereiro, porque em janeiro estávamos em recesso. Ela coincide com o início das votações no Congresso Nacional. Queremos reafirmar aqui e agora, que a melhor forma de homenagear os nossos “cabeças prateadas” é aprovarmos os três projetos que beneficiam toda a categoria: o PL 3399/2008, que acaba com o fator previdenciário; o PL 4434/2008, que recompõe o valor das aposentadorias e pensões; e o PL 01/2007, que reajusta as aposentadorias e pensões com a mesma política de valorização do salário mínimo. Esses três projetos já foram aprovados, por

unanimidade, no Senado, e estão prontos para votação na Câmara dos Deputados.

Senhoras e Senhores, o Brasil vive o seu momento mais importante dos últimos 50 anos. O verdadeiro espírito republicano e federativo foi resgatado. E isto foi uma decisão política e de governo que nasceu no ano de 2003.

Creio ser de suma importância citar alguns dados, para exemplificar, sobre o atual momento do nosso país, tanto econômico como social:

Crise Mundial

– A média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 4,1%, mesmo com a crise econômica mundial (obs.: Entre 1995 e 2002, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, este percentual foi de 2,3%)

– No final do governo anterior as reservas internacionais eram de US\$ 49,3 bilhões e em 2009 alcançaram a marca de US\$ 232,9 bilhões.

– Saltamos de 29,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada em 2003, para 41 milhões este ano. Ou seja, foram gerados 11,5 milhões de novos empregos.

– O desemprego no Brasil, em dezembro 2002, era de 10,5%, em dezembro de 2009 caiu para 6,8%. Enquanto que em países que flexibilizaram a legislação trabalhista, como a Espanha, que saiu de 8,5% para 19,4%; EUA, de 4,6% para 10%; França de 9,3% para 10%; Irlanda 4,4% para 12,9%; Itália 6,8% para 8,3%.

– O Brasil foi o último país a entrar na crise e o primeiro a sair, confirmando a “marolinha”!

– No grupo do G20 o Brasil foi o único país em que os trabalhadores tiveram aumento real durante a crise, segundo DIEESE um aumento real de 4,5%.

– Cansamos de exigir a saída do FMI daqui, hoje somos credores do FMI de mais de 15 bilhões de dólares.

Salário Mínimo

– Salário mínimo recebeu um reajuste nominal de 133%, o que correspondeu a um percentual de 64% acima da inflação

– Em relação ao dólar o salário mínimo hoje é 4,8 vezes maior que o de 2003.

– Em 2003 o salário mínimo representava US\$ 56 e hoje (2010) com o salário mínimo de R\$ 510,00 representa US\$ 270.

Luz Para Todos

– Ligação de mais de 2,1 milhões novos pontos elétricos beneficiando mais de 10,7 milhões de brasileiros que passaram a ter energia elétrica em suas casas

Habitação

– Os investimentos em habitação saltaram de R\$ 7,9 bilhões em 2003 para R\$ 43,2 bilhões em 2008 e já beneficiaram 4,6 milhões de famílias, sem considerar o Programa Minha Casa, Minha Vida que entrou em vigor em 2009.

Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania)

– O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência.

– O Pronasci é composto por 94 ações que envolvem a União, estados, municípios e a própria comunidade.

– Nós aprovamos no Orçamento do governo federal para 2010 o valor de R\$ 1,4 bilhão para o Pronasci, sem cortes no programa.

Aposentados

– Apesar das perdas das aposentadorias em relação ao salário mínimo houve aumento real.

– O Presidente Lula deu reposição da inflação integral para os aposentados e pensionistas.

– Este ano o reajuste de 5,92% representou a inflação mais 50% do crescimento do PIB.

– A média dos reajustes das aposentadorias de 2003 a 2010 foi de 12%; enquanto que a média da inflação no mesmo período ficou em 5,7% pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)

– Este ano o Orçamento Geral da União garantiu R\$ 3,5 bilhões para o reajuste das aposentadorias para quem ganha acima de 1 salário mínimo.

– Se a cada 1% que é dado de aumento para os aposentados significa 1 bi, então, precisamos de mais 2 bi, para chegarmos aos 100% do PIB.

Previdência Social

– A nossa Previdência não é quebrada e muito menos deficitária. Quando se fala em déficit só é usada a contribuição de empregado e empregador. Esquecem das contribuições, PIS PASEP, jogos lotéricos, Confins, tributação sobre lucro e faturamento, entre outros.

Fator

Estamos travando um bom debate no Congresso Nacional para acabar com o Fator Previdenciário, obra do governo anterior que retira até 41% do salário do trabalhador no ato da aposentadoria.

Escolas Técnicas

O que a elite não fez em 100 anos, o presidente Lula fez em 8 anos. Crise Mundial. Até o final do ano, o país terá 380 escolas técnicas com mais de meio milhão de vagas disponíveis.

Centrais Sindicais

– Neste governo legalizamos as Centrais Sindicais e eu fui o relator do projeto no Senado Federal.

Estatuto do Idoso

– O Estatuto do Idoso ficou engavetado 7 anos.

– Aprovamos a lei no Governo Lula e no 6º ano da sua aprovação ele atende a 26 milhões de brasileiros.

Bolsa Família

– Este programa beneficia mais de 12 milhões de famílias.

Consolidação das Leis Sociais

– Estou muito entusiasmado com a proposta do governo Lula que visa consolidar em um único documento todos os programas sociais do seu governo. No intuito de acelerar a votação da proposta do governo apresentei no Congresso Nacional, requerimento de criação de uma Comissão Mista.

O meu sonho é fazer com que a política de recuperação dos salários dos aposentados e pensionistas esteja na Consolidação das Leis Sociais.

Senhoras e Senhores,

Segundo o jornal francês Le Monde e o espanhol El País, Lula é a personalidade do ano...

...Dizem eles para justificar tal homenagem que Lula acordou o Brasil que parecia como diz o hino de nossa pátria, ser um gigante adormecido. Hoje o Brasil olha para longe, para uma imensidão e para o mundo.

“O Brasil foi o primeiro país a sair da recessão provocada pela crise econômica mundial. Os índices de crescimento são superiores aos das duas décadas anteriores e a pobreza extrema caiu de 35% em 2001 para 24,1% em 2008”.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode fechar este período de 8 anos com taça e medalha de ouro. Basta sancionar os projetos que beneficiam os trabalhadores, aposentados e pensionistas que serão, se Deus quiser, aprovados pela Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O Sr. Roberto Cavalcanti enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Em primeiro lugar, quero me congratular com o incansável Senador Paulo Paim, pela proposição desta Sessão Especial, destinada a homenagear os aposentados pelo transcurso do Dia Nacional do Aposentado.

Quando eu digo que o Senador Paulo Paim é incansável, quero com isso homenagear o seu trabalho diuturno em defesa dos interesses dos aposentados e pensionistas. O Senador Paim não tem medido esforços, ao longo da sua vida parlamentar – e disso todos nós aqui somos testemunhas –, na luta pelas causas dos aposentados e pensionistas deste País.

O Dia Nacional do Aposentado foi instituído pela Lei nº 6.926, de 30 de junho de 1981, proposta pelo então deputado federal Benedito Marcílio. A data escolhida foi a da assinatura da Lei Eloy Chaves, um dos primeiros e mais importantes marcos da instituição do sistema previdenciário no Brasil. Não é por outra razão que, nessa mesma data, comemora-se o Dia da Previdência Social.

A Lei Eloy Chaves iniciou a criação de um sistema previdenciário que, a despeito de todos os aperfeiçoamentos por que

passou, ainda deixa muito a desejar. Isso ocorre não apenas por suas falhas intrínsecas, como também pelo aumento da expectativa de vida da população no Brasil, com o conseqüente crescimento do contingente de aposentados e pensionistas e a extensão do tempo pelo qual usufruem os direitos da aposentadoria.

O Brasil tem, hoje, mais de 27 milhões de aposentados e pensionistas que vivem sob a égide do Regime Geral da Previdência, ou seja, são pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Esse número representa algo como 14% da população brasileira e 27% da população economicamente ativa.

Estima-se que a primeira folha de benefícios paga a esse contingente de aposentados e pensionistas na vigência do novo salário mínimo tenha chegado a 17,1 bilhões de reais, um número realmente impressionante.

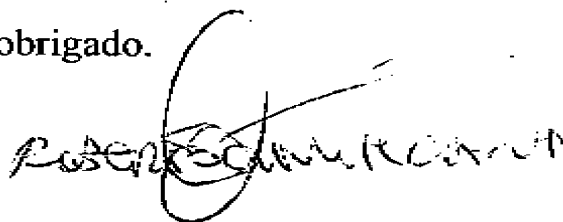
Contudo – e aqui vamos tratar do que talvez seja o problema mais sério que eles enfrentam –, aposentados e pensionistas vêm perdendo poder aquisitivo. Segundo dados da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, divulgados pelo Senador Paim através da Agência Senado, nos últimos 15 anos quatro milhões e meio de aposentados e pensionistas do INSS, que recebiam mais de um salário mínimo, passaram a receber apenas o piso. Com isso, 18,3 milhões de aposentados e pensionistas no País recebem, hoje, apenas o salário mínimo.

Trata-se, portanto, de questão relevante da vida nacional equacionar o sistema previdenciário, de modo que as pessoas possam ter aposentadoria digna. Ademais, é crucial procurar assegurar aos atuais aposentados e pensionistas a manutenção de seu poder de compra, já que é na idade mais avançada que se precisa de mais recursos para, por exemplo, tratar da saúde. E, como se sabe, pessoas de idade não têm a mesma condição de trabalho que os mais jovens, o que as torna menos aptas a complementar renda.

Além desse, há muitos outros problemas a serem adequadamente solucionados. Mas não pretendo me alongar no seu exame. Desejo apenas, para encerrar, cumprimentar os aposentados e pensionistas de todo o Brasil pelo dia de hoje.

Quero também reafirmar meu compromisso com todas as iniciativas que objetivem resolver os problemas que eles enfrentam, não apenas pelo seu bem, mas, igualmente, pelo bem do País. É certo que o tratamento dispensado aos aposentados espelha bem a condição de desenvolvimento econômico e social de uma nação. Se lograrmos êxito nessa tarefa, estaremos, com certeza, conseguindo construir um Brasil mais rico, mais justo e mais fraterno.

Muito obrigado.



Ata da 6ª Sessão não Deliberativa em 08 de fevereiro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti e Sadi Cassol.

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos,
e encerra-se às horas e 18 e 49 minutos)*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Brasília, 14h4. Esta é a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado da República do Brasil.

A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o período do Expediente da sessão deliberativa ordinária do dia 10 do corrente, quarta-feira, será destinado a marcar a mobilização e as atividades do primeiro dia e I Semana Nacional do Combate

ao Trabalho Escravo, nos termos do Requerimento nº 35, de 2010.

Declaramos aberta a sessão do Senado da República do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos desta sessão de segunda-feira, 8 de fevereiro.

Esta sessão é não deliberativa.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 9, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2007 (nº 206/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tucunaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso.

RELATOR: Senador VALTER PEREIRA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 358, de 2007 (nº 206, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Tucunaré Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

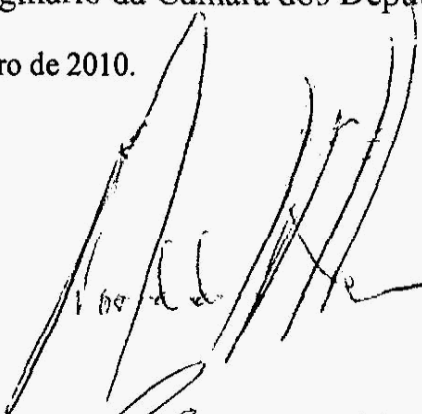
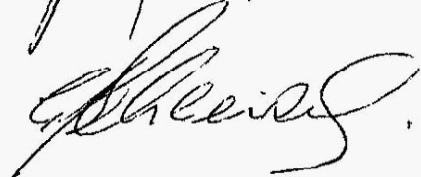
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 358, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rádio*

Tucunaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

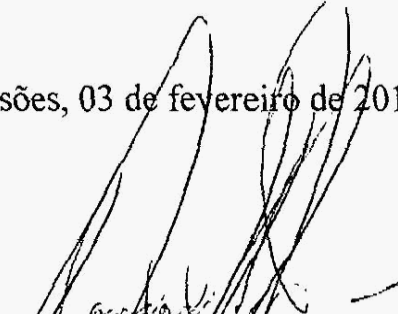
, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 358 de 2007.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 358 de 2007 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

[Handwritten signature] SENADOR FLEXA RIBEIRO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA <i>RELATOR</i>
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP SEM VOTO	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
-----------------	--------------------

PDT

ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE
--------------	----------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 358 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/02/2010

[Handwritten Signature]
 SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 10, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2008 (nº 489/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poconé, estado de Mato Grosso.

RELATOR: Senador VALTER PEREIRA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 75, de 2008 (nº 489, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Difusora Colíder Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poconé, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

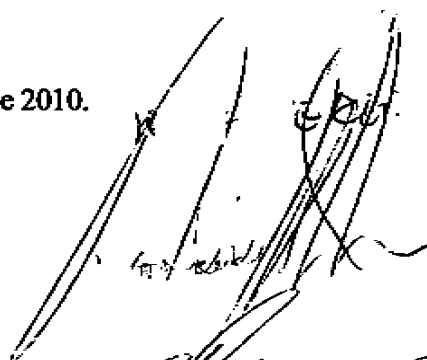
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 75, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação do ato** que outorga permissão à *Rádio Difusora Colider Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poconé, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.



, Presidente



, Relator

IV. – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 75 de 2008.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 75 de 2008 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

[Handwritten Signature]
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

[Handwritten Signature]
Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

RELATOR

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES (Licença)

VALDIR RAUPP

SEM VOTO

4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

[Handwritten Signature]
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

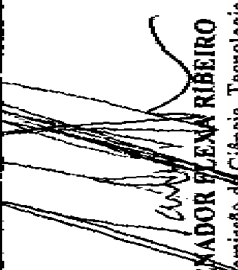
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 75 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC, DB, B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC, DB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA	X			
LOBAO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP					LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
GIGERO LUCENA	X				EDUARDO AZEVEDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM; 10 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/02/2010


SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 11, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2009 (nº 1.219/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe.

RELATOR: Senador MARCO MACIEL

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 329, de 2009 (nº 1.219, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Rádio Comunidade FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos artigos 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 329, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

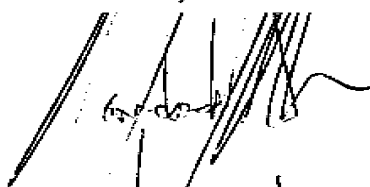
III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 329, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa,

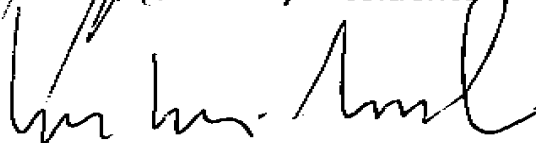
opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Rádio Comunidade FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.



Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.



, Presidente

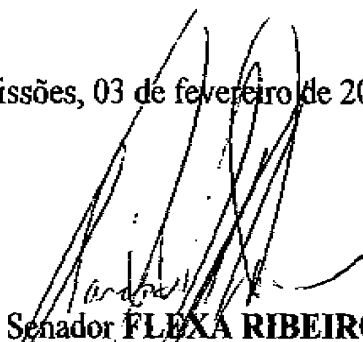


Senador Marco Maciel, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 329 de 2009.

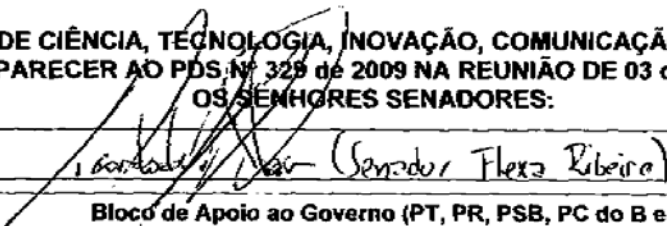
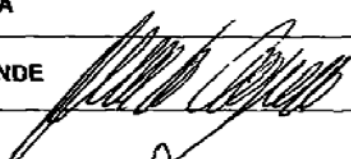
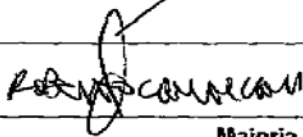
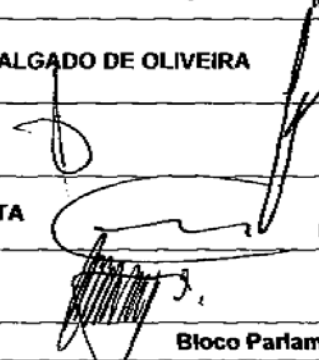
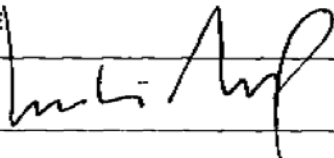
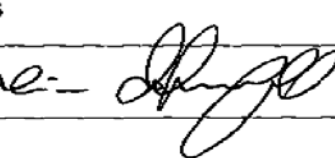
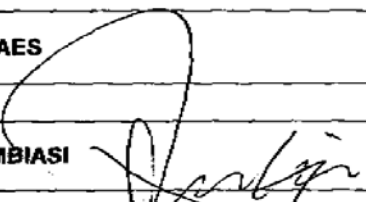
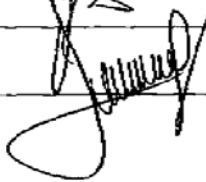
Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 329 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:**

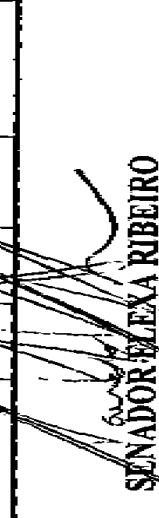
PRESIDENTE:  (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE 	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL  RELATOR
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 329 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
BENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MAGIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GUERGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: SIM: 10 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01


SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

PARECER Nº 12, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2009 (nº 1.428/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Rio Acimense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Acima, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador ELISEU RESENDE

RELATOR "AD HOC": Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 586, de 2009 (nº 1.428, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural Rio Acimense* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Acima, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 586, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

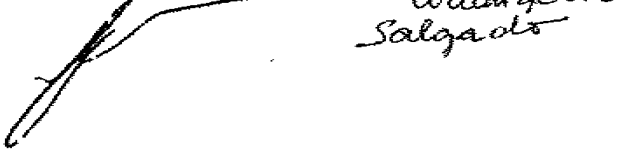
III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 586, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural Rio Acimense* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Acima, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 03 de fevereiro de 2010.


_____, Presidente


_____, Relator AD Hoc.


Senador
Wellington
Salgado

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 586 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010


Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 586 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	
<i>Senador Marco Ribero</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>AD HOC</i>	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE <i>RELATOR</i>
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 586 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERÓ JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM; 10 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

Publicado no DSF, de 9/2/2010.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática.

PARECER Nº 13, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 607, de 2009 (nº 99/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ACITOL – Associação Comunitária Independente de Toledo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

RELATOR: Senador FLÁVIO ARNS

RELATOR “AD HOC”: Senador SÉRGIO ZAMBIASI

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 607, de 2009 (nº 99, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *ACITOL - Associação Comunitária Independente de Toledo* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 607, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 607, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *ACITOL* -

Associação Comunitária Independente de Toledo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão


3 de fevereiro de 2010.



Senador **FLEXA RIBEIRO**, Presidente



Senador **FLÁVIO ARNS**, Relator



RELATOR AD HOC
Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 607 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro 2010

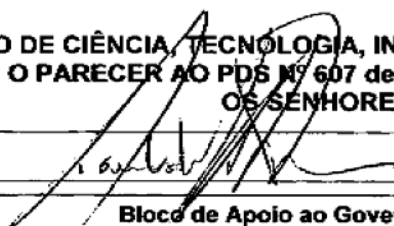


Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 607 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 (Senador Flexa Ribeiro)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE 2. FLÁVIO ARNS
RELATOR

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES ROBERTO CAVALCANTI 

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA 

3. GILVAM BORGES (Licença)

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL 

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

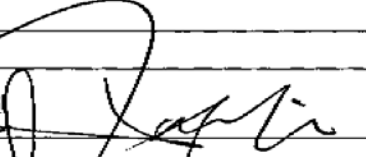
FLEXA RIBEIRO 

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIAS 

RELATOR AD HOC

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ 

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 607 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAJORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAN BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
ERRAÍM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEVEDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALDO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: SIM: 11 NÃO: 7 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1



SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro 2010

PARECER Nº 14, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 633, de 2009 (nº 1.523/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística de Rádio Livre e Jornal Comunitário Vitória dos Moradores do Bairro Cachoeira do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **ELISEU RESENDE**

RELATOR “AD HOC”: Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 633, de 2009 (nº 1.523, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Artística de Rádio Livre e Jornal Comunitário Vitória dos Moradores do Bairro Cachoeira do Vale* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e elaborado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 633, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 633, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo

reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Artística de Rádio Livre e Jornal Comunitário Vitória dos Moradores do Bairro Cachoeira do Vale* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.



, Presidente



, Relator *Ad Hoc*

Senador
Wellington Salgado de Oliveira

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 633 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 638 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Flexa Ribeiro (Senador Flexa Ribeiro)
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Roberto Cavalcanti
 Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES (Licença)

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

Valdir Raupp
 Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 633 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA		X			DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO COELLNER				
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: NA SIM: 10 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

 SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 15, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 655, de 2009 (nº 1.197/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Santana do Paraíso Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Paraíso Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador ELISEU RESENDE

RELATOR “AD HOC”: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVIRA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 655, de 2009 (nº 1.197, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural Santana do Paraíso Radiodifusão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o

parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versam sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

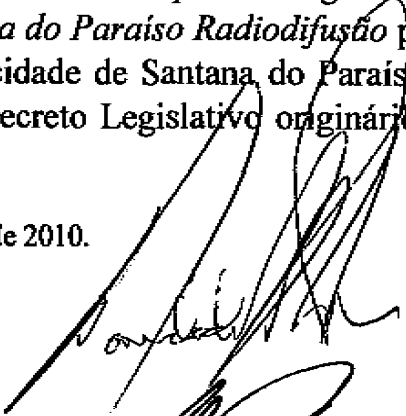
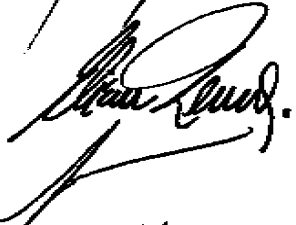
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 655, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 655, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica

legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural Santana do Paraíso Radiodifusão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

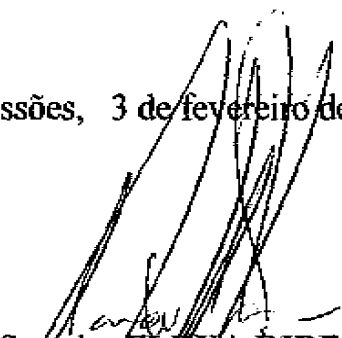
Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

 , Presidente
 , Relator
(Senador Wellington Salgado de Oliveira, relator ad hoc)

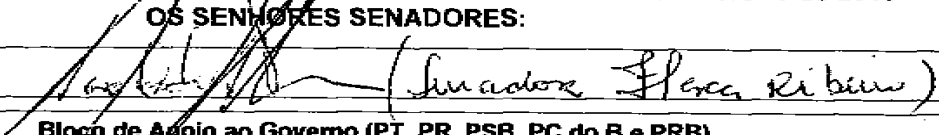

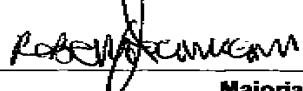





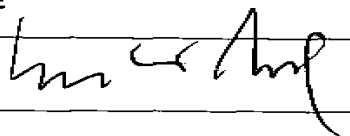
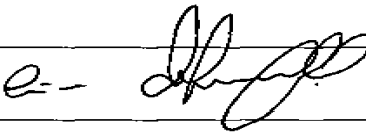
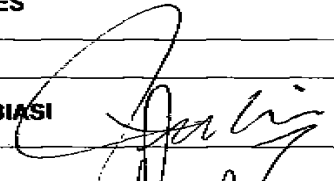
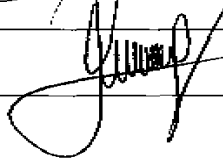
IV.- DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 655 de 2009.

Sala das Comissões, 3 de fevereiro de 2010


Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 655/de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  (Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE 	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO 	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP 	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ 	1. CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 655 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCÓ MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALDO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: M SIM: 16 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010


SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER Nº 16, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 732, de 2009 (nº 1.609/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à RCI – Rádio Comunitária de Iaciara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaciara, Estado de Goiás.

RELATOR: Senador **DEMÓSTENES TORRES**

RELATOR “AD HOC”: Senador **LOBÃO FILHO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 732, de 2009 (nº 1.609, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *RCI - Rádio Comunitária de Iaciara* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaciara, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o

parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição Federal e aos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 732, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 732, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, voto pela aprovação do ato que outorga autorização à *RCI - Rádio Comunitária de Iaciara* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaciara, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão

3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

Ad Hoc.

Sen. Lobão Filho

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 732 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 732 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

[Handwritten signature] (Senador Flexa Ribeiro)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO
AD HC

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES (Licença)

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 732 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MANUELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: SIM: 10 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 17, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 802, de 2009 (nº 1.543/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araras, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

RELATOR “AD HOC”: Senador **RENATO CASAGRANDE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 802, de 2009 (nº 1.543, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araras, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 802, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Depreende-se dos autos (fls. 165 a 172) que as entidades concorrentes vencidas no processo de seleção pediram explicações ao Ministério das Comunicações sobre os critérios adotados para sua desclassificação. Infere-se que propuseram à vencedora um acordo de associação, não tendo encontrado receptividade, uma vez que ela contava com expressiva superioridade no quesito de representatividade junto à comunidade, evidenciada pelas cartas de apoio apresentadas quando do processo licitatório.

Diante do desinteresse da vencedora em associar-se às demais, foram seus processos arquivados no Ministério das Comunicações.


Consta ainda ofício em que o Ministério responde à concorrente *Instituto de Programação Social, Cult. e Relig. São Francisco de Assis*, informando que sua prévia inabilitação se deu com base no art. 4º, inciso IV c/c art. 11, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que disciplina o serviço de radiodifusão comunitária. A causa da inabilitação foi, de acordo com o ofício em comento, o fato de a entidade “manter fortes vínculos de subordinação e orientação à Paróquia São Francisco”, manifestando relações religiosas com a Igreja Católica Apostólica Romana, vínculos esses patenteados em artigos do Estatuto Social da entidade.

Tais fatos, entretanto, não foram objeto de questionamentos ou denúncias posteriores, nem à Câmara dos Deputados nem ao Senado Federal, inexistindo razão, portanto, para questionamento das decisões tomadas pelo legítimo Poder Concedente.


III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 802, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araras, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Salada da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.



, Presidente



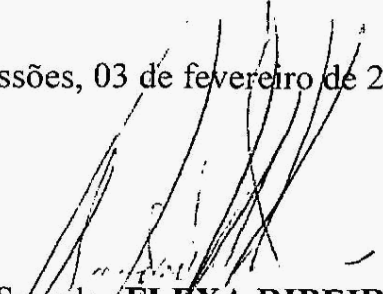
, Relator

(Relator Ad Hoc: Senador Renato Casagrande)

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 802 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 802 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:  (Senador Flexa Ribeiro)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA <i>RELATOR</i>	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE (ad hoc)	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO

Majoria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
-----------------	--------------------

PDT

ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE
--------------	----------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 802 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAJORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBAO FILIIO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUUP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EPRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER Nº 18, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 809, de 2009 (nº 1.725/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores de Palestina de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina de Goiás, Estado de Goiás.

RELATOR: Senador **DEMÓSTENES TORRES**

RELATOR “AD HOC”: Senador **LOBÃO FILHO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 809, de 2009 (nº 1.725, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Moradores de Palestina de Goiás* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina de Goiás, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição e aos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

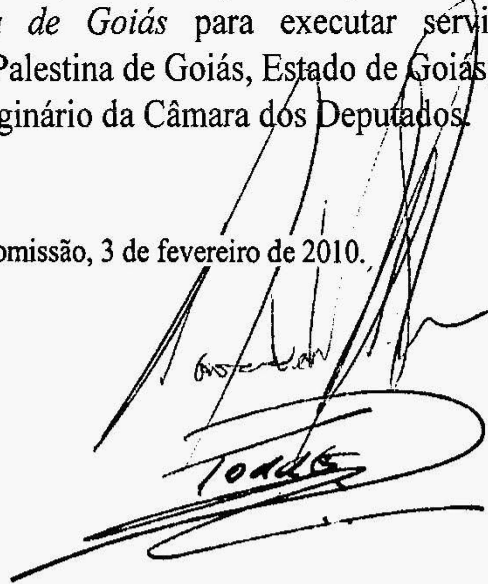
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 809, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 809, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica

legislativa, opino pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Moradores de Palestina de Goiás* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina de Goiás, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.



, Presidente

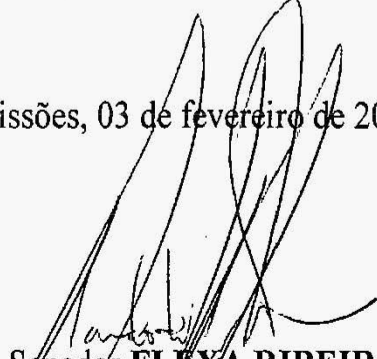
, Relator *Ad Hoc.*

Senador Leobas Filho

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 809 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 809 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

[Handwritten Signature] (Senador Flexa Ribeiro)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI *[Handwritten Signature]*

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO
(ad hoc)

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES (Licença)

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES
[Handwritten Signature]

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL *[Handwritten Signature]*

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA *[Handwritten Signature]*

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI *[Handwritten Signature]*

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ *[Handwritten Signature]*

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 809 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABRÉU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 02 / 2010

[Handwritten Signature]
SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 19, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 822, de 2009 (nº 1.712/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Clube de Natércia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natércia, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador WELLINGTON SALGADO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 822, de 2009 (nº 1.712, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Rádio Clube de Natércia* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natércia, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

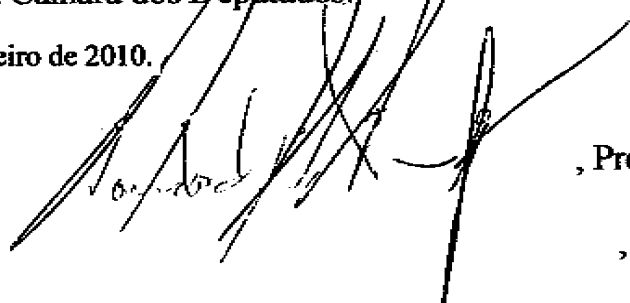
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 822, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 822, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Rádio Clube de Natércia* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natércia, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.



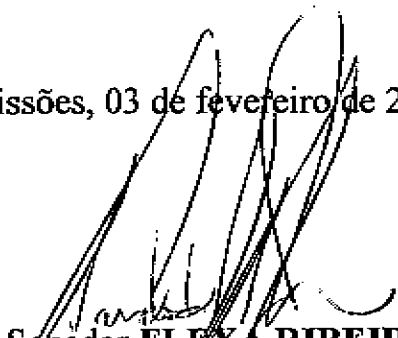
, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

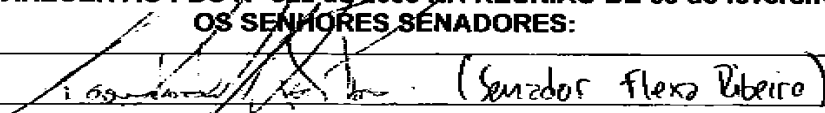
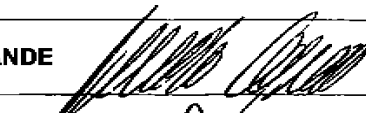
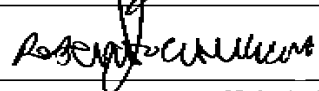

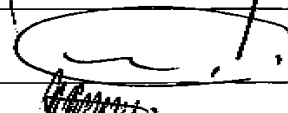
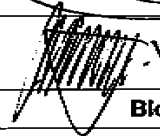
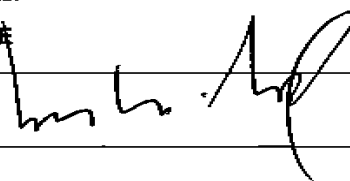
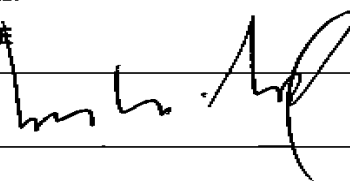
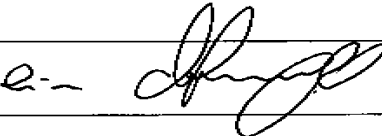
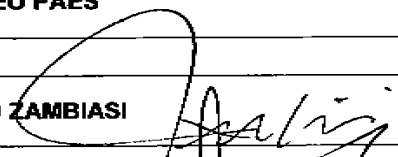
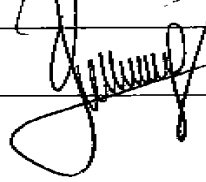
A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 822 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 822 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE 	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA NEUNTON	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO 	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP 	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 822 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DOMESTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
ALEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

DTAL: || SIM: | 0 NÃO: | ABS: | AUTOR: | PRESIDENTE: M

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR ALEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER Nº 20, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 823, de 2009 (nº 1.714/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Planalto de Itapiúna para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiúna, Estado do Ceará.

RELATOR: Senador ROBERTO CAVALCANTI

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 823, de 2009 (nº 1.714, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária Planalto de Itapiúna* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiúna, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de

Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 823, DE 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 823, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo

reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária Planalto de Itapiúna* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiúna, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.



, Presidente



, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 823 de 2009.

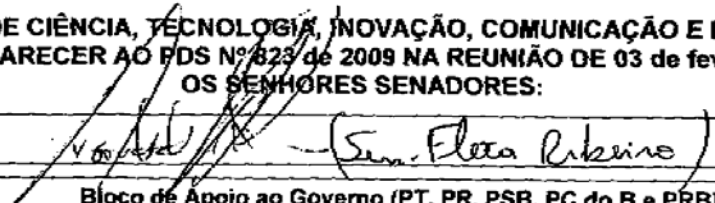
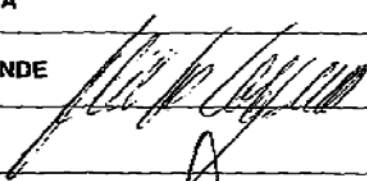
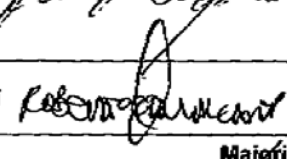
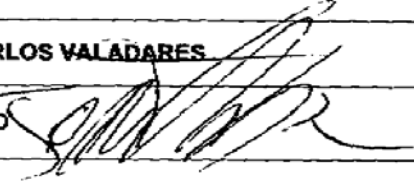

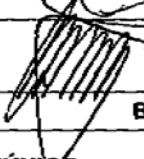
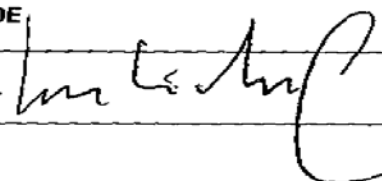
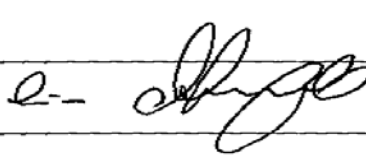
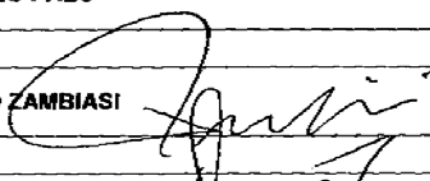
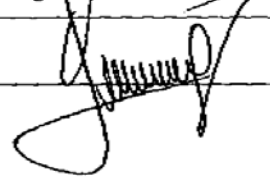
Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 823 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  (Sen. Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE 	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI ELIADOR 	4. JOÃO RIBEIRO 
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO 	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP 	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 823 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA		X			DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
BERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUFF	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
ERAIM MORAIS					KATIA ABREU				
OCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO	X				SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM; 11 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE.

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 21, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 829, de 2009 (nº 996/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária a Voz do Povo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Maranhão.

RELATOR: Senador **LOBÃO FILHO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 829, de 2009 (nº 996, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária a Voz do Povo* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Maranhão. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons

e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

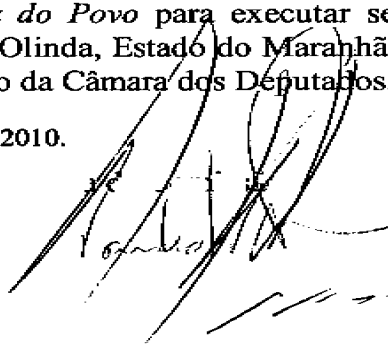
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 829, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 829, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária a Voz do Povo* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.



, Presidente

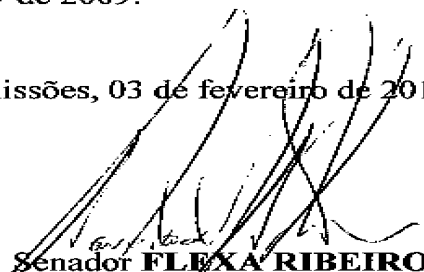


, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

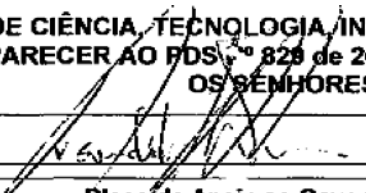
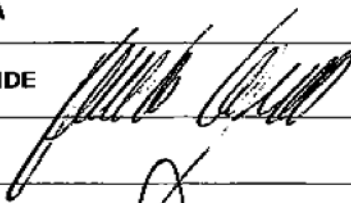
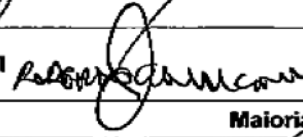
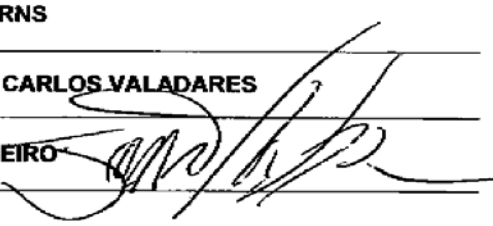
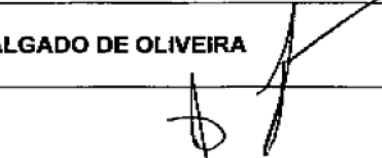


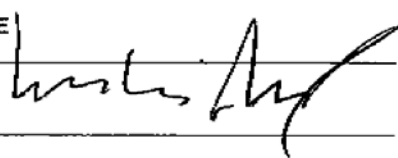
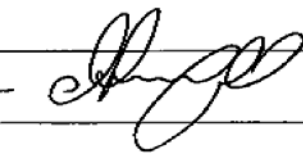

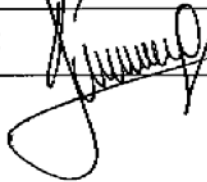
A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 829 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS, nº 826 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE 	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO 
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO RELATOR	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP 	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 829 de 2009.

TITULARES: BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PP, PSB, PG do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PP, PSB, PG do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO	X			
TITULARES: MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES: BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR: PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR: RDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE: PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: SIM: 11 NÃO: 11 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER Nº 22, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 830, de 2009 (nº 997/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Matões do Norte - MA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matões do Norte, Estado do Maranhão.

RELATOR: Senador LOBÃO FILHO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 830, de 2009 (nº 997, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação de Matões do Norte - MA* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matões do Norte, Estado do Maranhão. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 830, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 830, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação de Matões do Norte - MA* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matões do Norte, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 03 de fevereiro de 2010

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

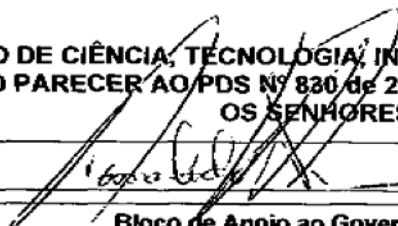
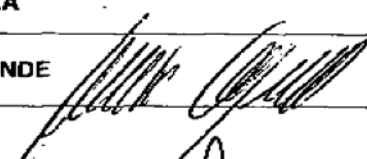
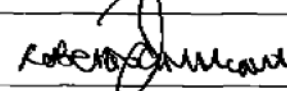
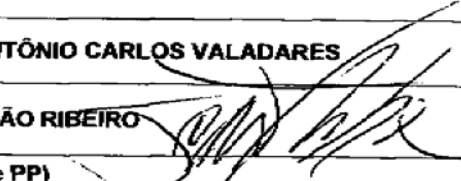

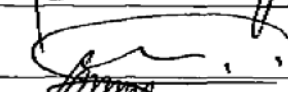
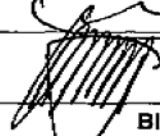
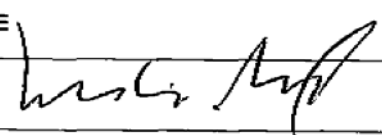
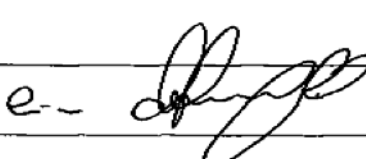
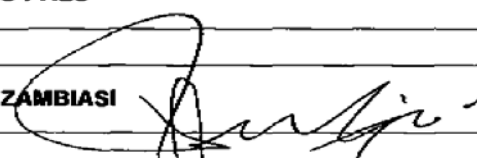
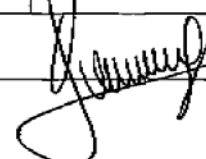
A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 830 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010


Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 830 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:  (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE 	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO 
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO RELATOR 	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP 	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 830 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCEIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
JOÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PPD	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPD	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER Nº 23, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 831, de 2009 (nº 1.002/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Entre Rios de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador WELLINGTON SALGADO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 831, de 2009 (nº 1.002, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural de Entre Rios de Minas* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

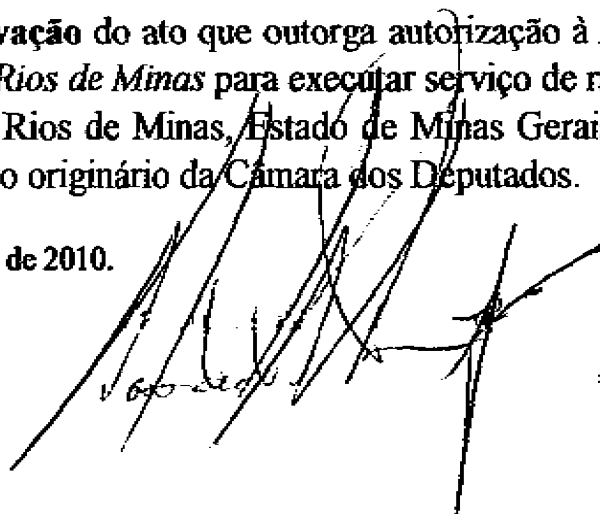
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 831, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 831, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica

legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural de Entre Rios de Minas* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.



, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 831 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

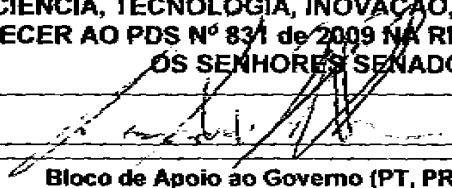


Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 831 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 SENHOR FLEXA RIBEIRO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO


Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

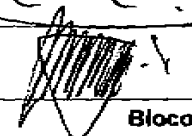
2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES (Licença)

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)


Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE


COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 831 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPE	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIAZI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM; 10 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010


SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática.

PARECER Nº 24, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 832, de 2009 (nº 1.014/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Habitacional de Alfenas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador WELLINGTON SALGADO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 832, de 2009 (nº 1.014, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Habitacional de Alfenas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 832, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 832, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Habitacional de Alfenas* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 03 de fevereiro de 2010

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 832 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 832 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

[Handwritten signature] - **SENADOR FLEXA RIBEIRO**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE <i>[Handwritten signature]</i>	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI <i>[Handwritten signature]</i>	4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>[Handwritten signature]</i>	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO <i>[Handwritten signature]</i>	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA <i>[Handwritten signature]</i>	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP <i>[Handwritten signature]</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL <i>[Handwritten signature]</i>
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA <i>[Handwritten signature]</i>	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Handwritten signature]</i>	1. FERNANDO COLLOR
------------------------------------------------	--------------------

PDT

ACIR GURGACZ <i>[Handwritten signature]</i>	1- CRISTOVAM BUARQUE
---------------------------------------------	----------------------

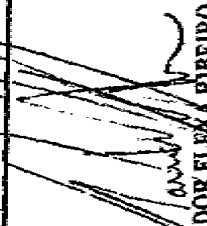
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 832/2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASA GRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBAO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PPD	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPD	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/04/2010


 SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 25, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 833, de 2009 (1.097/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção Artística e Cultural de Novo Oriente de Minas – APACNOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente de Minas, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador WELLINGTON SALGADO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 833, de 2009 (nº 1.097, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Promoção Artística e Cultural de Novo Oriente de Minas - APACNOM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente de Minas, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

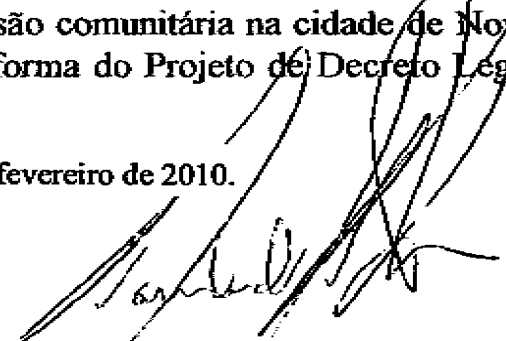
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 833, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

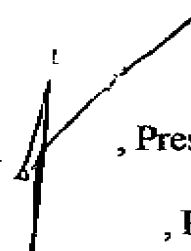
III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 833, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Promoção Artística e Cultural de Novo Oriente de Minas - APACNOM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.



, Presidente



, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 833 de 2009.

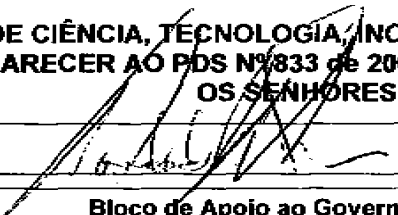

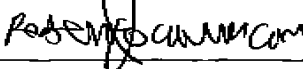
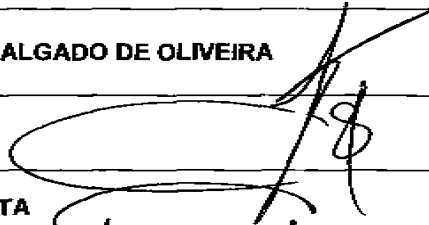
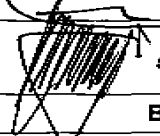
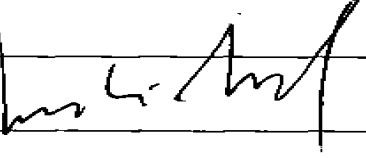
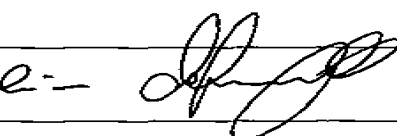
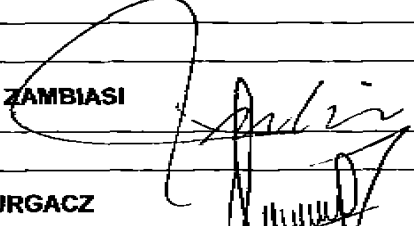

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ÀSSINAM O PARECER AO PDS Nº 833 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:  SENADOR Flexa Ribeiro	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE 	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  <i>RECA-TOP</i>	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP 	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 833 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
TENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SAIGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01



SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática.

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

PARECER Nº 26, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 835, de 2009 (nº 1.243/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *AMCAR – Associação dos Moradores do Canto do Rio* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO

RELATOR “AD HOC”: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 835, de 2009 (nº 1.243, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *AMCAR - Associação dos Moradores do Canto do Rio* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

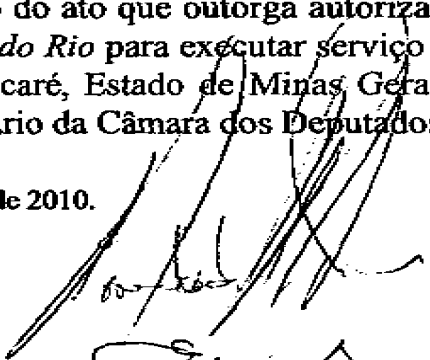

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 835, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 835, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *AMCAR - Associação dos Moradores do Canto do Rio* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

 , Presidente
 , Relator
SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA,
RELATOR AD HOC.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 835 de 2009.

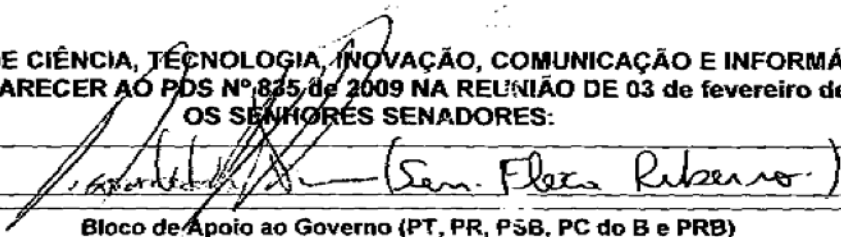
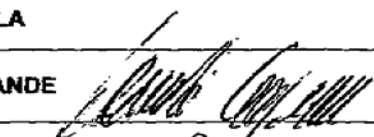
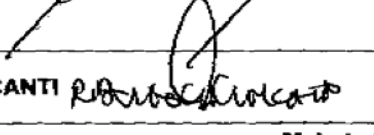
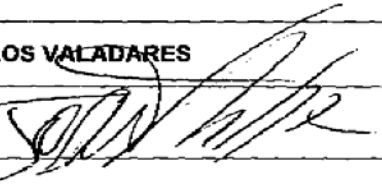
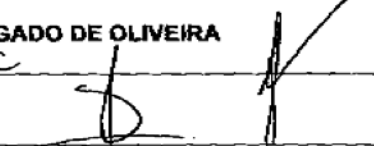
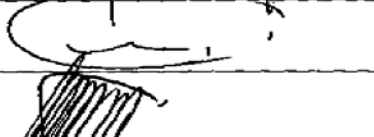
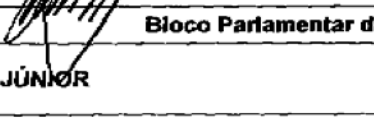
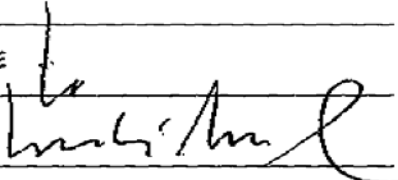
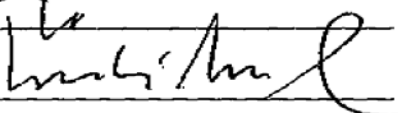
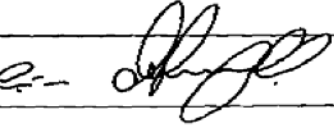
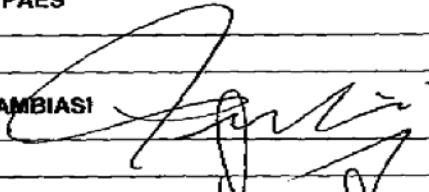
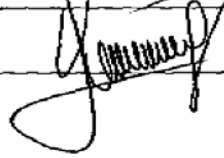
Sala das Comissões, 3 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 835 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:  (Sen. Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE 	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO 
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA RELATOR AD HOC	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO 	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP 	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO RELATOR
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 835 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 27, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 856, de 2009 (nº 1.597/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

RELATOR "AD HOC": Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 856, de 2009 (nº 1.597, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons

e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

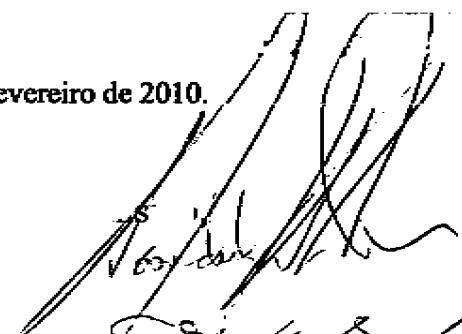

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 856, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 856, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

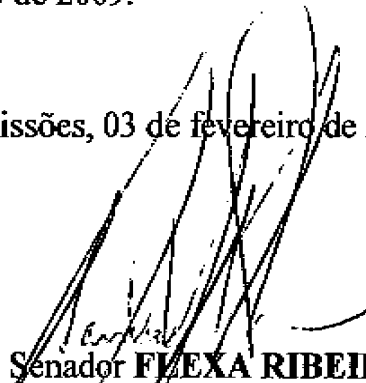
Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

 , Presidente
 , Relator
SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA,
RELATOR AD HOC.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 856 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 856 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Sen. Flexa Ribeiro
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Ribeiro Cavalcanti
 Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
 RELATOR AD HOC

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES (Licença)

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

Valdir Raupp
 Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 856 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO IUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPE	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 2

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

Caros Senhores
SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 28, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2009 (nº 1.636/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Centro Social de Monte Grave para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará.

RELATOR: Senador **EFRAIM MORAIS**

RELATOR "AD HOC": Senador **CÍCERO LUCENA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 859, de 2009 (nº 1.636, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Centro Social de Monte Grave* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

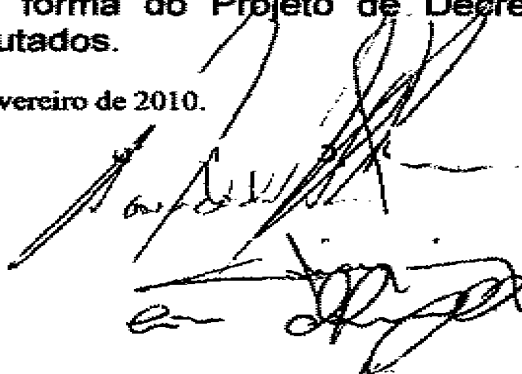
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 859, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 859, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Centro Social de Monte Grave* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.



, Presidente

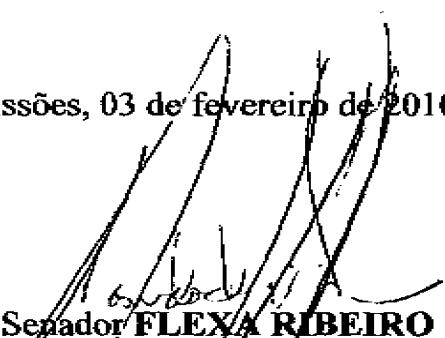
, Relator

RELATOR "AD HOC": Senador CÍCERO LUCENA

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 859 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 859 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

Flexa Ribeiro
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Roberto Cavalcanti
 Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES (Licença)

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

Valdir Raupp
 Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 859 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC (B e PRB))	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC (B e PRB))	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCEIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABRU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010


SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 29, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 878, de 2009 (nº 1.687/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Paraíso dos Balneários para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaara, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador SÉRGIO ZAMBIASI

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 878, de 2009 (nº 1.687, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Comunicação Comunitária Cultural Paraíso dos Balneários* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaara, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 878, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 878, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica

legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Comunicação Comunitária Cultural Paraíso dos Balneários* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaara, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

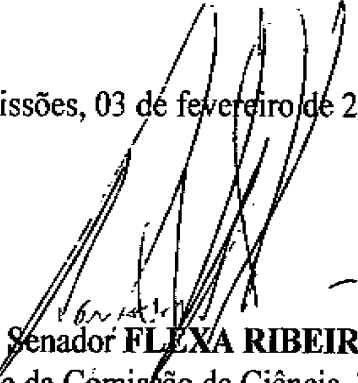
 , Presidente

 , Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 878 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010


Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 878 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Senador Marco Felício
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, C do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO AIRNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES (Licença)

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 878 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISBU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática.

PARECER Nº 30, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 881, de 2009 (nº 1.699/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pão de Açúcar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco.

RELATOR: Senador MARCO MACIEL

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 881, de 2009 (nº 1.699, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária de Pão de Açúcar* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos artigos. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 881, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

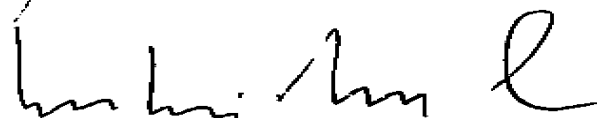
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 881, de 2009, não evidenciou violação da

legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária de Pão de Açúcar* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.



, Presidente

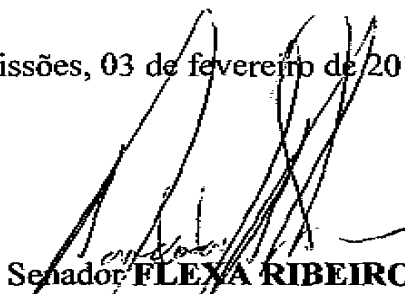


Senador Marco Maciel, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 881 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 481 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

[Handwritten signature] (Senador Flexa Ribeiro)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES (Licença)

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 881 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (DEM, PSB, PSC, PPS, PRT, PR, PSE, PSL, PUSC, PVB, PPSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (DEM, PSB, PSC, PPS, PRT, PR, PSE, PSL, PUSC, PVB, PPSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBAO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PSE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER Nº 31, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 885, de 2009 (nº 1.719/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Isabel Ernestina Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte.

RELATOR: Senador JOSÉ AGRIPINO

RELATOR “AD HOC”: Senador VALDIR RAUPP

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 885, de 2009 (nº 1.719, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Beneficente Isabel Ernestina Bezerra* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 885, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 885, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Beneficente Isabel Ernestina Bezerra* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 03 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator AD HOC

J - Senador
Valdir Raupp

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 885 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 885 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

[Handwritten signature] (Senador Flexa Ribeiro)
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

[Handwritten signature]

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

[Handwritten signature]

3. GILVAM BORGES (Licença)

VALDIR RAUPP

AP. POC

4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

RELATÓRIA

3. MARCO MACIEL

[Handwritten signature]

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

[Handwritten signature]

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

[Handwritten signature]

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 885 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCEIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBAO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 0/1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

 SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER Nº 32, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2009 (nº 1.732/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Praia Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Norte, Estado do Tocantins.

RELATOR: Senador JOÃO RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 886, de 2009 (nº 1.732, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão de Praia Norte* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Norte, Estado do Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 886, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 886, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão de Praia Norte* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Norte, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

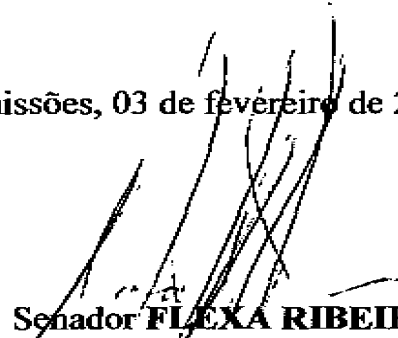

Senador **JOÃO RIBEIRO**, Relator

, Presidente

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 886 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010


Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 386 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	
<i>Flexa Ribeiro</i> SENADOR FLEXA RIBEIRO	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto Cavalcanti</i>	4. JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA <i>Cícero Lucena</i>	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ <i>Acir Gurgacz</i>	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 886 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				DELÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBAO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/02/2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

PARECER Nº 33, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 888, de 2009 (nº 1.760/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Educadora de Itanhaém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador RENATO CASAGRANDE

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 888, de 2009 (nº 1.760, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural Educadora de Itanhaém* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 888, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 888, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural Educadora de Itanhaém* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 888 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 888 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

[Handwritten signature] (Sen. Flexa Ribeiro)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES (Licença)

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 888 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PGOB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PGOB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: SIM: 11 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

[Assinatura]

SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática.

PARECER Nº 34, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2009 (nº 1.767/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Gazeta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

RELATOR: Senador **GILBERTO GOELLNER**

RELATOR "AD HOC": Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 891, de 2009 (nº 1.767, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *TV Gazeta Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

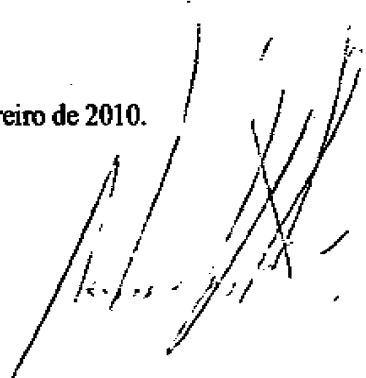
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.


III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 891, de 2009, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *TV Gazeta Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

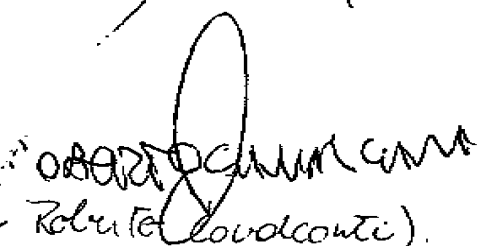
Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.



, Presidente



, Relator

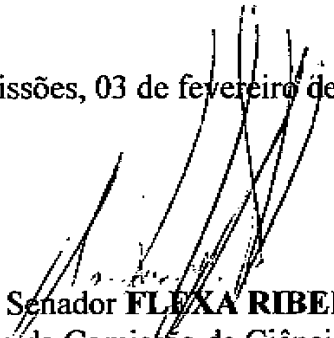


(Relator Ad Hoc: Senador Roberto Louvelcontti).

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

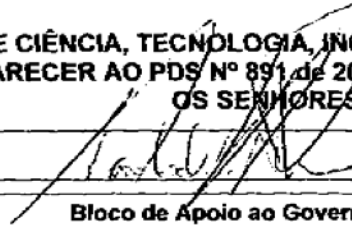

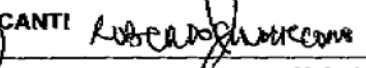
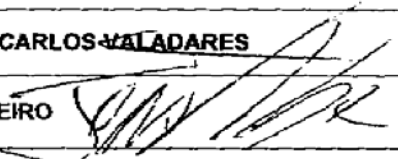
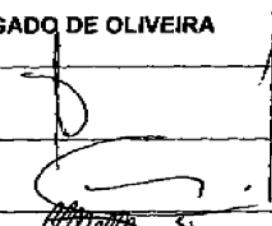
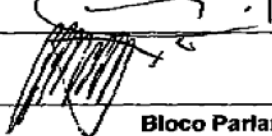
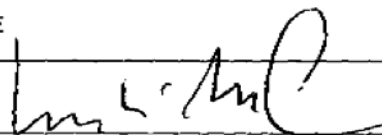
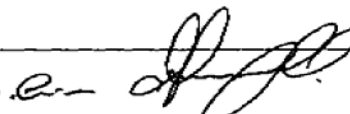
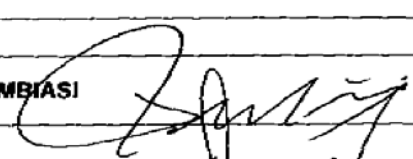
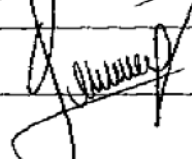
A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 891 de 2009.

Saída das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 891 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE 	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI (Ad Hoc) 	4. JOÃO RIBEIRO 
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO 	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP 	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER <i>REVOTAR</i>
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 891 de 2009.

TITULAR - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBAO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 22 SIM: 11 NÃO: 11 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER Nº 35, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2009 (nº 1.771/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Exitus Sistema de Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajati, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO

RELATOR “AD HOC”: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 892, de 2009 (nº 1.771, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Exitus Sistema de Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajati, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

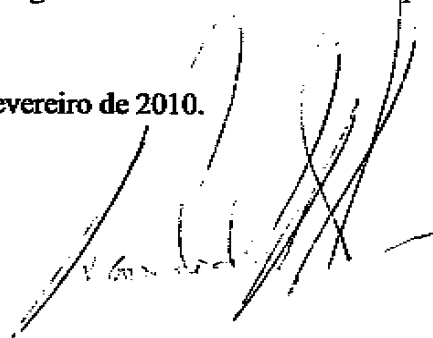
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 892, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo

reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Exitus Sistema de Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajati, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.



, Presidente



, Relator

(Relator Ad Hoc: senador Wellington Salgado de Oliveira)

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 892 de 2009.


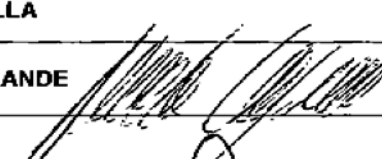
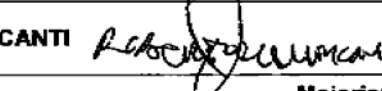


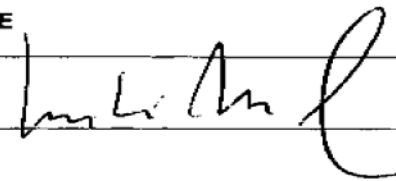
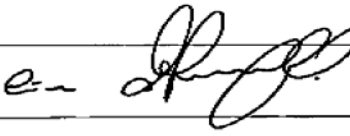
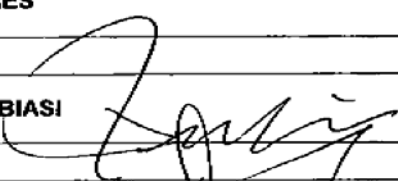

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 892 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:  (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE 	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO 
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (Ad Hoc)	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO 	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP 	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO PARECER
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 892 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				DELCLÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; - ABS; - AUTOR; - PRESIDENTE; 01

Artes

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática.

PARECER Nº 36, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 897, de 2009 (nº 1.783/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação do Município de Itupiranga – Sociedade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga, Estado do Pará.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 897, de 2009 (nº 1.783, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Comunicação do Município de Itupiranga - Sociedade FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.


A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 897, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 897, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Comunicação do Município de Itupiranga - Sociedade FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão



(FLEXA RIBEIRO)
Presidente, no
exercício da Presidência

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 897 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 897/2009 NA REUNIÃO DE 03/10/2010
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: *Marcelo Crivella* (Sen. Lobão Filho)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO (Vice-Presidente, no exercício da Presidência)	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
ALEXA RIBEIRO RELATOR	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
-----------------	--------------------

PDT

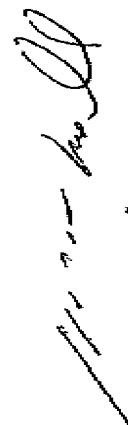
DIR GURGACZ	1. CRISTOVAM BUARQUE
-------------	----------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 897 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO	X				SÉRGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GUERGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01



SENADOR LOBÃO FILHO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/02/2010

PARECER Nº 37, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 898, de 2009 (nº 1.787/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Saraiva Leão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.

RELATOR: Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 898, de 2009 (nº 1.787, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Fundação Saraiva Leão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

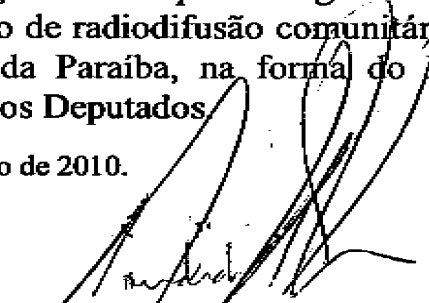
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

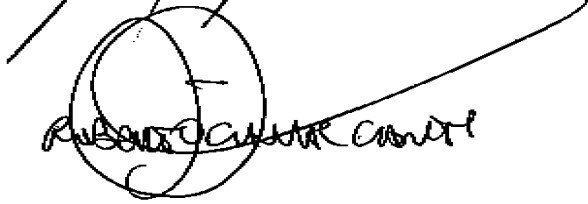
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 898, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 898, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Fundação Saraiva Leão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

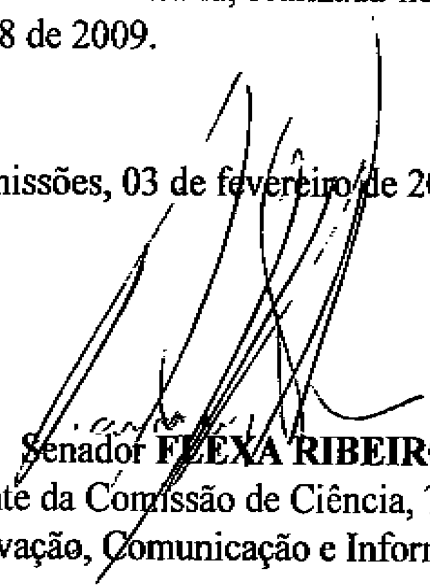

_____, Presidente


_____, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

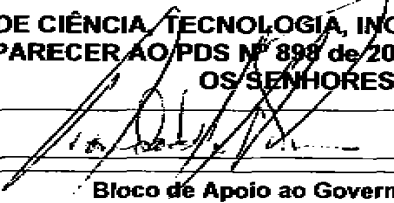
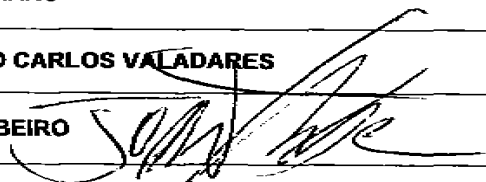
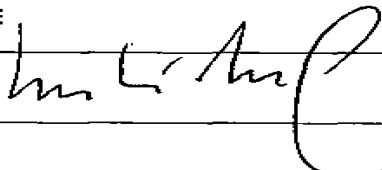
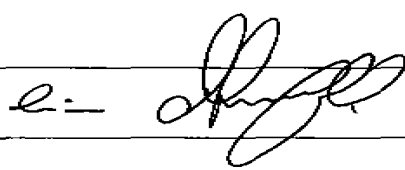
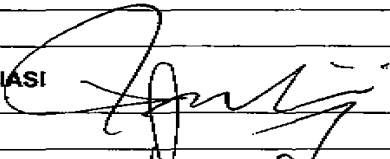
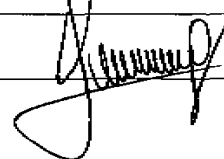
A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 898 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 898 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:  Sen. Flexa Ribeiro	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI <i>RESENDE</i>	4. JOÃO RIBEIRO 
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 898 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAJORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPE	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTÓVAM BUARQUE				

TOTAL: SIM: 11 NÃO: 11 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

Handwritten signature
SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 38, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 903, de 2009 (nº 1.694/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portel, Estado do Pará.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 903, de 2009 (nº 1.694, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *Beija-Flor Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portel, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o

parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o///

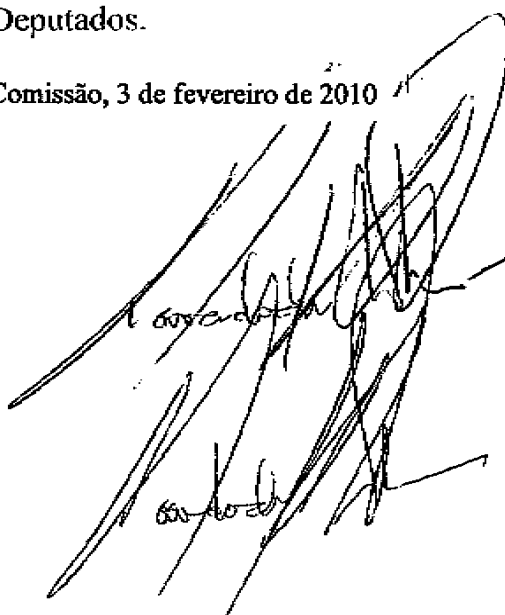
referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 903, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga concessão à *Beija-Flor Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portel, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010



(Seu Lobão Filho)
Vice-Presidente, no
Exercício da Presidência

. Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 903 de 2009.

Sala das Comissões, 3 de fevereiro de 2010



Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 903/2009 NA REUNIÃO DE 03/10/2009
OS SENHORES SENADORES:**

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

[Handwritten signature] *Senador Roberto Filho*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO
(Vice-Presidente, no exercício da Presidência)

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

RELATOR

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 903 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					RÔMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO	X				SÉRGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: SIM: 10 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0



SALA DAS REUNIÕES, EM 03/02/2010

SENADOR LOBÃO FILHO
 Vice-Presidente, no exercício da presidência,
 da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
 e Informática

PARECER Nº 39, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 908, de 2009 (1.726/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marau para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador SÉRGIO ZAMBIASI

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 908, de 2009 (nº 1.726, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marau* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária e contra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

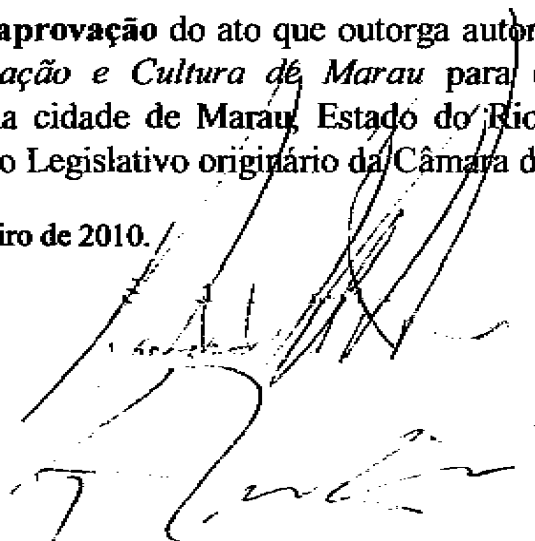
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 908, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 908, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica

legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marau* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.



, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 908 de 2009.

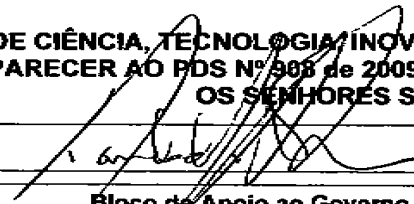
Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 988 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	
 (Senador Flávio Arns)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL FDS Nº 908 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC de B e PRB)	TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC de B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA				DELCÍDIO AMARAL								
RENATO CASAGRANDE	X			FLAVIO ARNS								
MAGNO MALTA				ANTONIO CARLOS VALADARES								
ROBERTO CAVALCANTI	X			JOAO RIBEIRO					X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			VALTER PEREIRA								
LOBAO FILHO	X			ROMERO JUCA								
GERSON CAMATA	X			GILVAM BORGES (Licença)								
VALDIR RAUPP	X			LEOMAR QUINTANILHA (Licença)								
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR				SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)								
DEMOSTENES TORRES				GILBERTO GOELLNER								
JOSE AGRIPINO				ELISEU RESENDE								
EFRAIM MORAIS				MARCO MACIEL					X			
CICERO LUCENA				KATIA ABREU								
FEIXA RIBEIRO	X			EDUARDO AZEREDO								
PAPALEO PAES				SERVIO QUEIROGA								
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X			ARTUR VIRGILIO								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB							
ACIR GURGACZ	X			FERNANDO COLLOR								
				SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
				CRISTOVAM BUARQUE								

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

 SENADOR FEIXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER Nº 40, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 922, de 2009 (nº 1.722/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Laurentino para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino, Estado de Santa Catarina.

RELATOR: Senador **SERGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 922, de 2009 (nº 1.722, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Laurentino* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 922, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 922, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Laurentino* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.


, Presidente


, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 922 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010

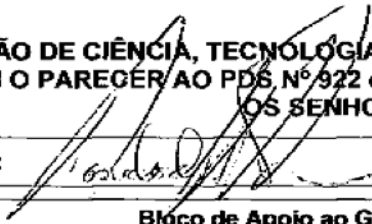


Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 922 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:



(Senador Flexa Ribeiro)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES (Licença)

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 922 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBAO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GIL VAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

Senador Flexa Ribeiro
SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática.

PARECER Nº 41, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 932, de 2009 (nº 1.254/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Arco-Íris FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pardo. Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador SÉRGIO ZAMBIASI

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 932, de 2009 (nº 1.254, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Arco-Íris FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o

parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

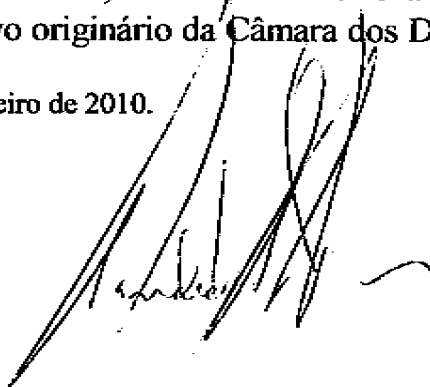
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

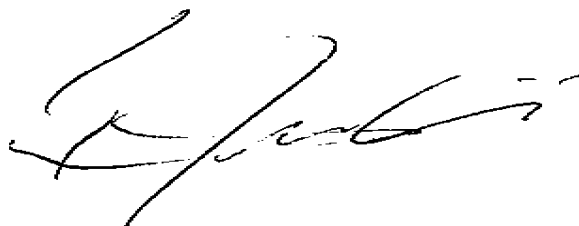
III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 932, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rádio Arco-Íris FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 03 de fevereiro de 2010.



, Presidente



, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 932 de 2009.

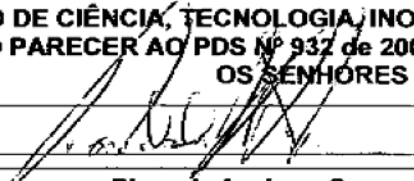
Sala das Comissões, 3 de fevereiro de 2010



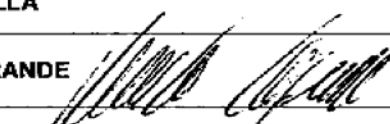
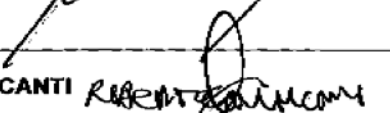
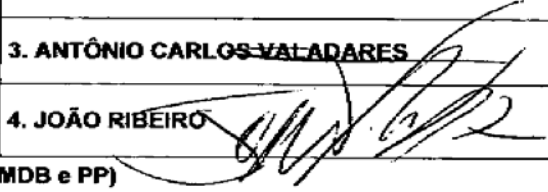
Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.



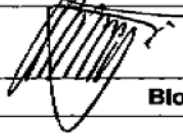
**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 932 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:  (Senador Flávio Arns)

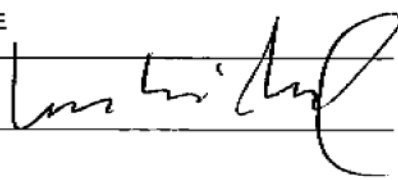
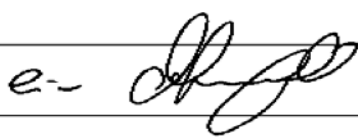
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE 	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO 

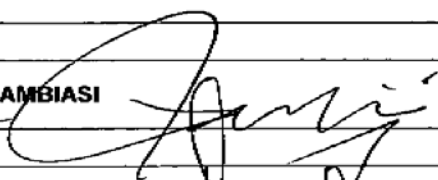
Majoria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO 	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP 	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

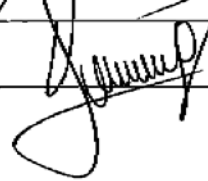
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI  <small>recurso</small>	1. FERNANDO COLLOR
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------

PDT

ACIR GURGACZ 	1- CRISTOVAM BUARQUE
--------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 932 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PGC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PGC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPE	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

160
SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 42, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 933, de 2009 (1.318/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à EZR Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador SÉRGIO ZAMBIASI

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 933, de 2009 (nº 1.318, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *EZR Comunicações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

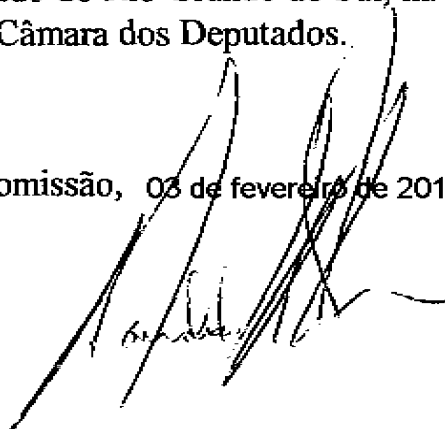
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

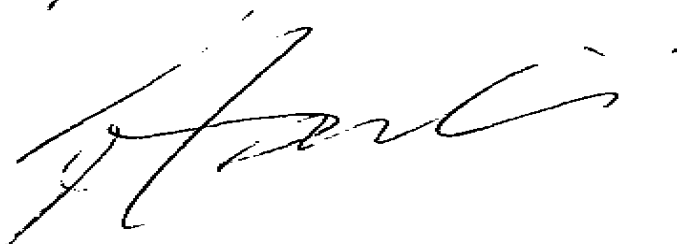
III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 933, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *EZR Comunicações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 03 de fevereiro de 2010



, Presidente



, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 933 de 2009.

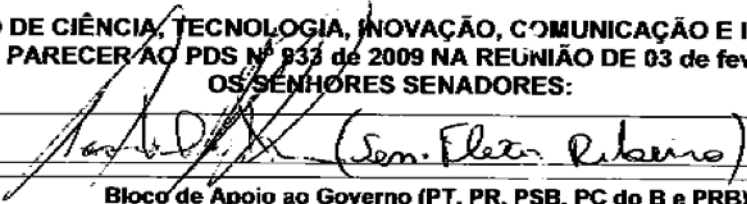
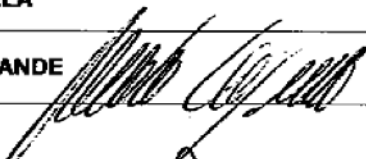
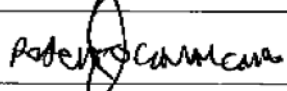
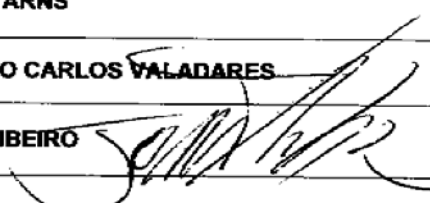

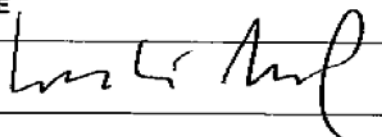
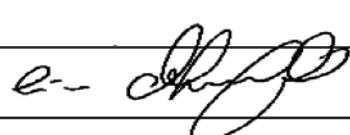
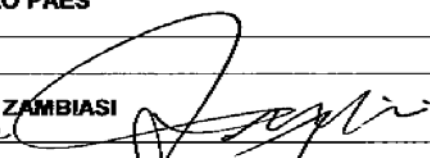
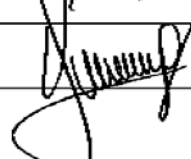
Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 933 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  (Sen. Eleteo Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE 	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO 
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI  RELATOR	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 933 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO LUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DENOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EPRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GUARACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: SIM: 11 NÃO: 11 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 43, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 934, de 2009 (nº 1.633/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 934, de 2009 (nº 1.633, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem

sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, ~~incumbe-lhe~~ ~~pronunciar-se~~ também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 934, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 934, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 934 de 2009.

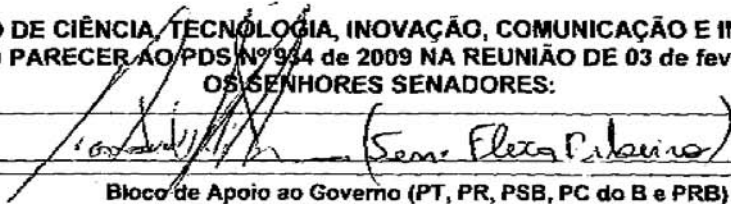
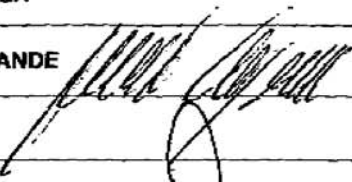
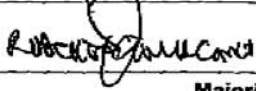
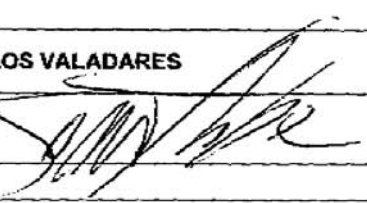

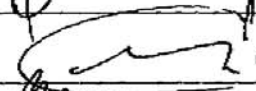

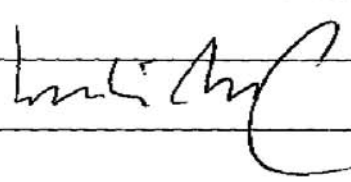

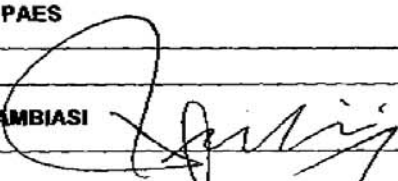
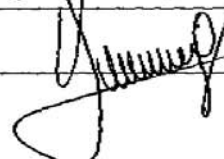
Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 944 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:  (Sen. Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE 	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO 
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO 	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP 	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI  <small>refusou</small>	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 934 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	<input checked="" type="checkbox"/>				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	<input checked="" type="checkbox"/>				JOÃO RIBEIRO	<input checked="" type="checkbox"/>			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	<input checked="" type="checkbox"/>				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	<input checked="" type="checkbox"/>				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	<input checked="" type="checkbox"/>				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	<input checked="" type="checkbox"/>				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	<input checked="" type="checkbox"/>			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA	<input checked="" type="checkbox"/>				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	<input checked="" type="checkbox"/>				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	<input checked="" type="checkbox"/>				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE;

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010.


SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 44, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2009 (nº 1.747/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.

RELATOR: Senador **RENATO CASAGRANDE**

1- RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 941, de 2009 (nº 1.747, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Rádio e Cultura* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e para a distribuição em caráter exclusivo, incumbendo-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 941, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 941, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Rádio e Cultura* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

 , Presidente

 , Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 941 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010


Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 941 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

[Handwritten signature] (Senador Flexa Ribeiro)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES (Licença)

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 941 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: SIM: 10 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

Senador Flexa Ribeiro
SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 45, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2009 (nº 1.310/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Conselho Cultural Educativo Comunitário (CONCEC) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 945, de 2009 (nº 1.310, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Conselho Cultural Educativo Comunitário (CONCEC)* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de

proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 945, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 945, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Conselho Cultural Educativo Comunitário (CONCEC)* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 945 de 2009.

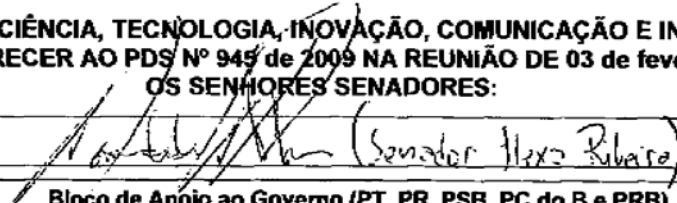
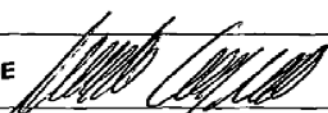
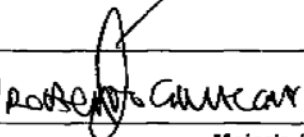
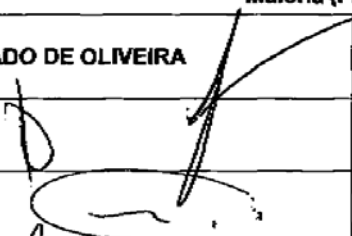



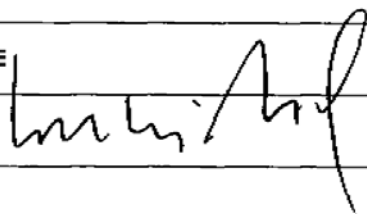
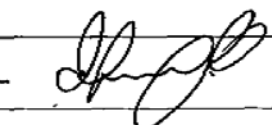
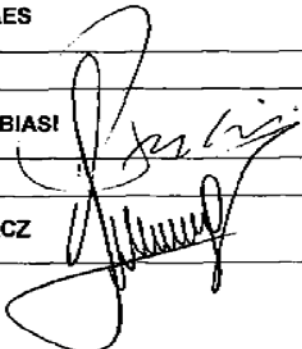
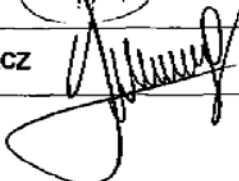
Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 945 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:  (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE 	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO 	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP 	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI SENADOR 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 945 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	X				DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPE	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU	X			
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TO TAL: 11 SIM; 10 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 01 PRESIDENTE.

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 46, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2009 (nº 1.329/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Radiofônica. Com Marketing Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador SÉRGIO ZAMBIASI

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 946, de 2009 (nº 1.329, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *RADIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

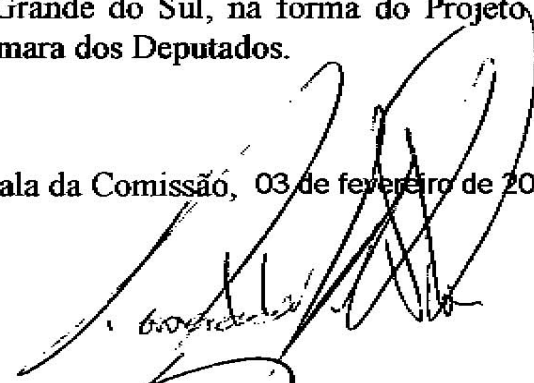

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 946, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à **RADIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 03 de fevereiro de 2010

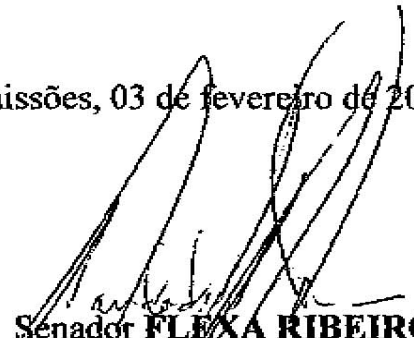
, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 946 de 2009.

Sala das Comissões, 03 de fevereiro de 2010



Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 946 de 2009 NA REUNIÃO DE 03 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:**


PRESIDENTE:	
<i>(Assinatura)</i> Senador Flexa Ribeiro	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES (Licença)
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA (Licença)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI <i>RELATOR</i>	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 946 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC 00 B, PPSB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC 00 B, PPSB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LORAO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GILVAM BORGES (Licença)				
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA (Licença)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER				
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM; 10 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 01


SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática.

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 de fevereiro de 2010

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 3, de 2010**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 358, de 2007; 75, de 2008; 329, 586, 607, 633, 655, 732, 802, 809, 822, 823, 829, 830, 831, 832, 833, 835, 856, 859, 878, 881, 885, 886, 888, 891, 892, 897, 898, 903, 908, 922, 932, 933, 934, 941, 945 e 946, de 2009**.

Nos termos do art. 91, inciso III, do Regimento Interno, combinado com a Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 3/2010 – CCT

Brasília, 3 de fevereiro de 2010

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nºs: 358, de 2007; 75 de 2008; 329, 586, 607, 633, 655, 732, 802, 809, 822, 823, 829, 830, 831, 832, 833, 835, 856, 859, 878, 881, 885, 886, 888, 891, 892, 897, 898, 903, 908, 922, 932, 933, 934, 941, 945 e 946 de 2009. – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 37, DE 2010

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2009, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Papaléo Paes**.
(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 8, de 2010** (nº 1/2010, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 16/2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, proferido nos autos do processo TC 000.239/2008-1, sobre pedido de reexame interposto pelo Secretário Municipal de Saúde de Campo Grande – MS, em razão do Acórdão nº 908, de 2009, referente ao relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC – 007.823/2007-8).

Foi encaminhada cópia do Aviso nº 8 de 2010, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O Aviso nº 8, de 2010, vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Marco Maciel.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, o Senador José Nery, que falou com muita contundência na reunião, que acaba de encerrar, em defesa dos aposentados do Brasil, já que é a sua data. E ele foi mais além: fez uma advertência contra o trabalho escravo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É para solicitar a minha inscrição para falar em nome da liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Dr^a Cláudia Lyra está fazendo a sua inscrição.

Então, convidamos o Senador inscrito, Senador Marco Maciel. Ele é do DEM, do Estado de Pernambuco. Uma das carreiras de maior brilho na história da política e da democracia de nosso País. Ele, sozinho, já dá muita grandeza ao Senado da República do Brasil.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa.

Sr. Senador José Nery, Senador Papaléo Paes, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, há um provérbio latino que diz que *historia est magistra vitae*, ou seja, a história é a mestra da vida. Nenhuma civilização, a meu ver, conseguirá sobreviver se não buscar construir sua própria identidade.

Faço essas observações por insistir num fato que considero significativo para o Brasil, que é a cir-

cunståncia de celebrarmos, em 2022, a passagem do bicentenário de nossa independência.

Apresentei sobre esse assunto Projeto de Resolução para que constituíssemos uma Comissão – Senado Federal e Câmara dos Deputados – para celebrarmos conjuntamente a passagem de data tão marcante para a busca da nossa identidade. Apresentada em 2004 e aprovada no Senado ano passado, foi a proposição encaminhada à Câmara. Espero que aquela Casa, em breve espaço de tempo, aprove-a e possamos começar a preparar uma série de eventos que deverão ser realizados para que o bicentenário de nosso País não passe despercebido por parte do seu povo e de sua gente.

As efemérides são muito importantes para a vida dos nossos povos. Ao celebrar uma efeméride, é forma de refletir sobre nossas identidades através da preservação da nossa memória. No Brasil, infelizmente, não temos o hábito de trabalhar com a devida antecedência a programação desses eventos de significação, de grande potencial histórico, diferentemente do que ocorre em outros países do mundo.

Recordo-me de que, quando os Estados Unidos completaram os seus 200 anos de existência, fizeram grandes celebrações. E poderia citar outros exemplos.

Quando ocorreram no Brasil a passagem dos 100 anos da Republicam e também dos 100 anos da primeira Constituição republicana, de 1891, a celebração dos 500 anos do nosso descobrimento ou desse encontro de culturas, para dizermos talvez melhor, a passagem desses 500 anos do nosso descobrimento, não houve a repercussão que deveria ter. E acho que deveríamos trabalhar, para recuperar o tempo perdido e tratar de avançar nessa programação.

É lógico que quando me refiro a celebrações, a festejos, isso não quer dizer que devam ser apenas eventos festivos; pelo contrário, diria que deverão ter um caráter de reflexão crítica sobre a nossa evolução histórica e representar também uma forma de fazer com que a sociedade deles possa tirar lições importantes para o nosso evoluir histórico.

Essas celebrações, de alguma forma, representam um exercício de pedagogia cívica, e considero que, para esse fim, o tempo já está ficando curto.

Agora, já estamos vendo que países, alguns dos quais nossos vizinhos, estão prestes a celebrar os 200 anos de emancipação. E eles já começaram a trabalhar de forma concreta e com um roteiro previamente estabelecido.

Vou-me referir aqui ao que acontece no que diz respeito aos 200 anos do fim do império espanhol na América, que estão sendo comemorados ao todo por

dez países, que, na melhor da tradição ibérica, elaboraram um extenso calendário oficial, com 18 anos de festejos, de 2009 a 2026, e um número interminável de comissões para coordená-los.

Desses 10 países, apenas o Peru não criou comissão. Mas todos os demais estão trabalhando programas sobre a passagem do bicentenário relativo ao fim do império espanhol na América.

A Espanha está associada a esses países. São dez países: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Equador, El Salvador, Venezuela, México e Peru.

O título desses encontros é “Somos todos negros”, querendo com isso a Espanha e – por que não dizer – os países que se associaram mostrar que se busca a identidade, inclusive ultrapassando-se políticas colonialistas que foram adotadas por nações que tinham certo protagonismo na história desses 200 anos que estamos celebrando.

A matéria publicada no caderno *Prosa & Verso*, do jornal *O Globo*, de 16 de janeiro passado, de Miguel Conde, diz, referindo-se à Espanha, que é desejo desses países, na celebração de sua independência:

“...coincidindo com o nascimento e a difusão das ideias do liberalismo. Esperamos que a data signifique um novo impulso na comunidade iberoamericana em direção a governos democráticos, à coesão social e ao acesso ao conhecimento – diz a primeira vice-presidente de Governo [da Espanha], María Teresa Fernández de la Vega, que preside a Comissão Nacional para a Comemoração dos Bicentenários.”

E acrescenta Miguel Conde:

“*Dentro do próprio Governo espanhol, porém, há visões diferentes. Em Madri, o Museu Rainha Sofia se prepara para receber o seminário ‘Todos somos negros’, cuja intenção é ‘impugnar a noção dominante das comemorações’[...]. O historiador brasileiro e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Francisco Carlos Teixeira lembra que as visões sobre o passado colonial se alteram de país para país e o pesquisador Walter Miolo diz que os indígenas do continente ainda lutam pelo protagonismo político, [ou seja, pela sua total emancipação enquanto Estado nacional].*”

Devo salientar, por oportuno, que o título “Somos todos negros” faz referência ao art. 14 da Constituição haitiana, de 1805 – “Todos os cidadãos, de aqui por diante, serão conhecidos pela denominação genérica de negros, para lembrar que as independências na

América Latina começaram antes de 1809, com reivindicações de liberação racial”.

Feitas essas observações, Sr. Presidente, volto, então, a falar sobre os problemas que dizem respeito aos objetivos traçados pela Comissão que, instalada no Congresso Nacional, venha a fazer com que o Brasil se prepare, oportuna e adequadamente, para refletir sobre os 200 anos de sua Independência, e, aproveitando a ocasião, pense sobre o passado que venha a iluminar o futuro, revisitando a nossa história, fazendo uma avaliação daquilo que constitui fatores positivos em nosso processo de integração nacional e, ao mesmo tempo, criando condições para que possamos corrigir rumos com relação ao futuro.

Concedo o aparte ao Senador José Nery.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Marco Maciel, sem dúvida, para me somar a essa importante preocupação que V. Ex^a manifesta, quando faz referência à necessidade de nos prepararmos adequadamente na elaboração e na realização da programação para celebrar os 200 anos da Independência do nosso País. E, quando V. Ex^a fala em visitar a nossa história, sobretudo a história política, econômica, social, que os desafios que vencemos e enfrentamos ao longo dos 200 anos da Independência nos possam servir – a cada um e a cada uma dos quase 200 milhões de brasileiros e brasileiras – como uma oportunidade ímpar, para refletirmos sobre o significado desse período em que vivenciamos a possibilidade de uma maior participação política da sociedade, em que convivemos com graves problemas que ainda hoje se reproduzem, em pleno século XXI. Eu faria menção a uma questão à qual me tenho dedicado e que é parte constitutiva da nossa história: a luta contra a escravidão em nosso País, que, em pleno século XXI, ainda estamos a tratar. Cento e vinte e dois anos após o fim oficial da escravidão, que serão completados no dia 13 de maio de 2010, no entanto, nós, o Parlamento, o Governo brasileiro ainda estamos, junto com a sociedade brasileira e suas organizações, discutindo formas de enfrentamento dessa chaga social. Também é uma oportunidade para reafirmar, nas comemorações dos duzentos anos de independência, os feitos da sociedade brasileira, os avanços também que conseguimos e, sobretudo, o comprometimento a trabalhar, a cada dia, com a construção da cidadania, de um futuro de felicidade para todos os brasileiros e brasileiras, onde ninguém seja discriminado, onde ninguém deixe de ter acesso aos bens fundamentais para garantir uma vida digna. Portanto, essa preocupação e esse empenho que V. Ex^a manifesta para que possamos elaborar uma programação que tenha um cunho festivo, cívico e civilizatório, justamente no sentido de fazer os grandes

debates, que possam ser realizados, da universidade às instituições da sociedade civil, nos parlamentos em todas as esferas, para que justamente possamos encontrar, revisitando a nossa história, como V. Ex^a bem mencionou, os melhores caminhos que afirmem todos aqueles princípios pelos quais lutamos, de justiça, de dignidade, de bem-estar de todos, que é o que motiva a nossa luta permanentemente em prol de um Brasil mais justo. Portanto, quero cumprimentar V. Ex^a por essas preocupações e pelo empenho para que a comissão organizadora, nas tarefas que couber ao Executivo, ao Legislativo e às diversas organizações da sociedade brasileira possam ser vitoriosas no sentido de fazer esse encontro de cada brasileiro e brasileira com a nossa história e com o nosso destino, que, esperamos, seja cada vez mais um destino de felicidade, de bem-estar para todos e todas. Parabéns a V. Ex^a por essa preocupação permanente. Desejo me incorporar, de alguma maneira, a esse debate, a essas proposições, no sentido de podermos comemorar, celebrar os 200 anos da independência do Brasil. Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador José Nery, líder do PSOL no Senado Federal, gostaria de manifestar minha total adesão às palavras que V. Ex^a acaba de proferir com relação à necessidade de iniciarmos, o quanto antes, os preparativos para celebrar essas efemérides.

Volto a lembrar que, quando ocorreram os 500 anos do “nosso descobrimento” – entre aspas – de nossa afirmação como Nação, enfim, como sociedade que se integrava ao mundo novo que surgia, observei que as celebrações foram pouco significativas. O mesmo se repetiu, podemos dizer, com relação à celebração dos 100 anos da vida republicana, da proclamação da República. Foram feitas algumas publicações, reconhecemos, inclusive a reedição do livro de João Barbalho Uchoa Cavalcanti sobre a Constituição de 1891, nossa primeira Constituição após a proclamação da República, e poucas outras providências foram tomadas com o objetivo de pensar o futuro do Brasil a partir do seu passado, mesmo porque o futuro tem sempre um coração antigo.

Estamos nos aproximando de 2022 e alguns eventos já passaram sem uma merecida reflexão. Talvez o único que ressaltou nesse calendário foi o que dizia respeito à vinda da família real para o Brasil. De fato, saíram alguns livros em 2008 sobre o significado da transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e quanto isso precipitou o processo de nossa emancipação.

Todos os historiadores brasileiros, com pouquíssimas exceções – talvez apenas um que conheço que firmou bem sua posição; aliás, um historiador pernambucano Oliveira Lima, que divergiu desse ponto de

vista –, entendem que a vinda da Família Real para o Brasil precipitou nosso processo de independência e, conseqüentemente, da afirmação nacional.

Sabemos que muitos outros eventos estão ocorrendo. Inclusive, louvei-me num trabalho de Rio Branco, as chamadas “Efemérides Brasileiras”. Rio Branco fez um trabalho muito interessante, destacando, em nosso valor histórico, os fatos mais importantes. É lógico que ele morreu antes de concluir seu trabalho – “Efemérides Brasileiras” –, concluído, por indicação de Capistrano de Abreu, sobretudo por Rodolfo Garcia, também um grande historiador. Rio Branco deu uma contribuição para que fizéssemos um levantamento daquilo que foi nossa evolução histórica.

Acredito que, com relação agora ao bicentenário da nossa Independência, razão maior talvez exige que pensemos nele. Portanto, considero decisivo que instalemos logo essa comissão e possamos refletir sobre nossa história.

Desse modo, Sr. Presidente, antes de encerrar minhas palavras, faria um apelo à Câmara dos Deputados para que aprove a proposta já acolhida no Senado para que possamos, a partir de então, começar a trabalhar para que esses eventos não ocorram sem uma reflexão crítica da sociedade brasileira, sobretudo num momento em que o Brasil se prepara para ter uma inserção cada vez maior na comunidade internacional.

Desejamos que isso aconteça – creio que isso é um sonho possível. Certamente, muito vai depender de esforço que fizermos por meio de comissão dessa natureza que venha a suscitar um debate vivo e palpitante sobre as grandes questões do nosso passado, que nos ajudem, portanto, na construção do futuro.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Senador Mão Santa, que preside a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esse é o Senador Marco Maciel, que representa Pernambuco e o DEM.

Estamos alternando, e há um Líder inscrito. Depois, sou eu, mas vou ceder meu lugar para Papaléo Paes. Como Líder, está inscrito José Nery, que há pouco fez brilhante e contundente pronunciamento em defesa dos aposentados.

E foi muito além: ele advertiu que há no Brasil o trabalho escravo.

Quero adverti-lo, ainda, para outra coisa, na nossa visão. Além disso, Papaléo, a mais grave escravização da vida moderna é a dívida, aquela na qual Abraham Lincoln, Martin Luther King e a nossa Princesa Isabel avançaram. A pior dívida hoje, a moderna, a que nos preocupa, que escraviza o povo, é a dívida. Ensinou-se o brasileiro a dever. O Governo foi muito bom para os

pobres, disse que foi pai dos pobres. Deu o Bolsa Família, mas foi mãe dos banqueiros, ouviu, José Nery? Está todo mundo endividado com esse empréstimo consignado. Enganaram os velhinhos com esses contratos. Então, V. Ex^a tem de incluir também esta escravatura da vida moderna: a dívida.

Com a palavra o Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, inicialmente quero agradecer a referência de V. Ex^a à sessão que realizamos nesta manhã em homenagem ao Dia do Aposentado, que contou com a participação expressiva de aposentados e pensionistas de todo o País e com a representação de todas as organizações que lutam em defesa do direito dos aposentados e pensionistas do nosso País.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em especial os que se encontram no plenário, neste momento, os Senadores Papaléo Paes, Marco Maciel e Alvaro Dias.

Na semana passada, o Ministério do Meio Ambiente divulgou os novos dados sobre o desmatamento na Amazônia relativos aos meses de outubro e novembro de 2009. A divulgação desses dados recebeu uma repercussão muito positiva junto à opinião pública, sobretudo na grande imprensa, que registrou, com animação, a diminuição do desmatamento em cerca de 70% em todo o País em comparação com os mesmos meses do ano anterior.

De minha parte, me somo àqueles e àquelas que analisam as ações oficiais como resposta direta à crescente cobrança dos movimentos sociais da região e de combativos membros do Ministério Público Federal, no sentido de reduzir o desmatamento e a utilização predatória dos recursos naturais de toda espécie na região amazônica.

Cabe destaque ainda a relação entre a queda nos índices de desmatamento e a ação do Ministério Público Federal, MPF, no que garantiu o boicote comercial à carne produzida em áreas de desmatamento a partir de exitosa articulação dos procuradores federais e da organização não governamental Greenpeace.

Contudo, não podemos nos deixar levar pela euforia. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Inpe, foram desmatados 247,6km², apenas na região amazônica.

São números ainda alarmantes, principalmente quando verificamos que o Estado do Pará como o líder de desmatamento na região, respondendo por 40km² de desmatamento, segundo os dados divulgados na semana passada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Além disso, preocupa-me que, entre os 10 Municípios mais devastados da região, cinco sejam do meu

Estado do Pará, bem como a constatação de que a região sul do Amazonas, que era considerado como um Estado ainda relativamente intacto, também apareça na lista com 15km² de desmatamento. Além do Pará, apresentaram altos índices de desmatamento os Estados do Maranhão e Mato Grosso.

Mesmo com a aplicação de R\$170 milhões em multas e um embargo de 50 mil hectares em áreas com desmates ilegais ou onde se impedia a regeneração natural da floresta, os criminosos seguem explorando de forma predatória os recursos naturais da Amazônia e colocando em risco o sustento de milhares de famílias que vivem daquilo que a floresta lhes oferece.

Como registrei recentemente neste plenário, esteve presente acompanhando, no final do ano passado, a Conferência Mundial sobre Mudanças Climáticas, organizada pela ONU, em Copenhague, onde o aquecimento global foi tratado nos seus mais variados aspectos, incluindo o papel do desmatamento nesse processo. É importante registrar que o nosso País se comprometeu com a redução de 80% do desmatamento na Amazônia até 2020, algo que está definido, Senador Mão Santa, no âmbito da política nacional de mudanças climáticas, inclusive aprovada pelo Congresso Nacional.

Na Amazônia, vivem e se reproduzem mais de um terço das espécies existentes no Planeta. Ela é um gigante tropical de 4,1 milhões de quilômetros quadrados. Porém, apesar dessa riqueza local, o ecossistema local é muito frágil. A floresta vive do seu próprio material orgânico, em meio a um ambiente úmido, com chuvas abundantes. É bom lembrar que nos últimos anos, apesar das chuvas sempre abundantes, elas começam a escassear, tendo algumas regiões da Amazônia, especialmente nos Estados do Amazonas e do Pará, começado a conviver com um período de seca que tem levado ao desespero milhares de amazônidas, vítimas também da seca, fruto de todo um conjunto de ações que têm levado as mais completas implicações a esse ecossistema frágil, no qual, infelizmente, não temos tido as ações necessárias para combater os efeitos dessas mudanças climáticas.

É bom dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a menor imprudência pode causar danos irreversíveis ao equilíbrio do nosso ecossistema amazônico.

Assim, aclamado como o país de maior diversidade biológica do mundo, o Brasil tem sua riqueza natural sob constante ameaça. Ameaças que vão do desmatamento, passando por queimadas, conversão de terras para a agricultura e a pecuária, com novos assentamentos feitos em áreas ainda preservadas, além de obras viárias e outras de grande porte, como barragens e usinas, que causam profundo impacto ambiental na região.

O Governo, em relatório elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, ligada à Presidência da República, reconhece que 80% da produção madeireira da Amazônia provém da exploração ilegal. Existem 22 madeireiras estrangeiras conhecidas em operação na região. E há fiscalização, só que ainda ineficiente para acompanhar a produção e a exploração das áreas preservadas e que acabam sendo vítimas do descontrole desse processo de desmatamento.

Embora o Brasil tenha uma das mais modernas legislações ambientais do mundo, ela não tem sido suficiente para bloquear a devastação da floresta.

Os problemas mais graves são a insuficiência de pessoal dedicado à fiscalização, as dificuldades em monitorar extensas áreas de difícil acesso, a fraca administração das áreas protegidas e a falta de envolvimento das populações locais. Solucionar essa situação depende da forma pela qual os fatores político, econômico, social e ambiental serão articulados. É esse o legado extraordinário de décadas de luta popular, que se encontra no presente momento sob risco de desmantelamento por parte das forças mais retrógradas da sociedade brasileira.

Na condição de Senador pelo Estado do Pará, gostaria de utilizar esta tribuna para registrar a minha preocupação com essa situação, já que, até o momento, não foram encontradas soluções capazes de enfrentar a questão do desmatamento com vistas a preservar nossas riquezas naturais e, ao mesmo tempo, garantir o bem-estar e a qualidade de vida para todos os povos da Amazônia, com real distribuição de renda e efetiva justiça social em equilíbrio com a natureza.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso estarmos alertas...

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador José Nery, V. Ex^a me concede um brevíssimo aparte?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Com satisfação, concedo aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do aparteante). – Gostaria de em um brevíssimo aparte me solidarizar com a manifestação de V. Ex^a. De fato, a questão ambiental brasileira continua a nos preocupar. Os dados não são positivos. Pelo contrário, diria que não avançamos o que esperávamos em uma política ambiental que viesse a preservar os nossos biomas, através de políticas ambientais adequadas. Devo também acrescentar que algo que contribuiu para um certo pessimismo com relação ao nosso futuro nesse tema foi o Encontro de Copenhague, que, a meu ver, não alcançou nenhum avanço. Isso frustrou a expectativa de todos quantos esperavam, sobretudo o Brasil, que pudessemos ter políticas adequadas a preservar os

nossos diferentes biomas, alguns ainda expostos ao desaparecimento. Citaria dois que são, para mim, muito importantes: um, a caatinga, que é o único bioma existente no mundo e se situa no semiárido nordestino; o outro, o cerrado. Já aprovamos aqui, em primeiro turno, a emenda constitucional, cujo primeiro subscritor é o Senador Demóstenes Torres, que contempla a inclusão desses dois biomas, dentre os que deveriam merecer a proteção da nossa Constituição, portanto, do Estado brasileiro. Ainda não concluímos o segundo turno dessa PEC. Subscrevi-a também com muitos outros colegas que aqui estão. É hora de darmos um enfoque maior à questão ambiental, para que o Brasil possa desempenhar o papel que lhe está assegurado pela História, de ser uma Nação que terá uma presença cada vez maior na sociedade internacional. Portanto, os meus cumprimentos a V. Ex^a. Exorto-o a que continue nesta luta, posto que é algo de interesse genuinamente nacional.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Meus agradecimentos ao Senador Marco Maciel pela intervenção, que incorporo com enorme satisfação ao meu pronunciamento e aproveito como deixa para brevemente me pronunciar sobre os resultados da conferência da ONU realizada em Copenhague.

Infelizmente vimos ali, mais uma vez, as nações mais ricas fazerem valer seus interesses no sentido de impedir um acordo que permitisse a obtenção de compromissos em caráter planetário, mundial, quanto a uma questão fundamental, que diz respeito à sobrevivência de todas as espécies de vida no planeta.

Impressionou a atuação de nações ricas – particularmente os Estados Unidos, parte da Europa e, em alguma medida, a China – no sentido de dificultar um acordo que possibilitasse o compromisso, por parte de todas as nações, de, nos próximos vinte anos, reduzir os índices de emissão de gases que comprometem a vida no planeta, gases que produzem o efeito estufa, muito estudado pela comunidade científica internacional.

Os estudos realizados pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas das Nações Unidas foram um trabalho brilhante. Inclusive, quando da realização da Conferência de Copenhague, esse painel formado pelos mais renomados cientistas do planeta, pela maldade de alguns que continuam insistindo na devastação e na poluição, teve questionada a qualidade dos estudos apresentados, que mostram que os governos, os cidadãos e os países têm de se comprometer com a política de mudanças climáticas, de adaptação e, ao mesmo tempo, de mitigação dos efeitos dessas mudanças que vivenciamos hoje – aliás, podemos comprovar essas mudanças mesmo no território nacional:

são enchentes, vendavais, destruição de toda forma. Parece que não se faz ecoar o clamor que vem da própria natureza, Senador Mão Santa, para que todos nós adotemos atitudes e compromissos para enfrentar esse grave problema, que não é apenas ambiental, mas de toda a civilização humana.

Portanto, devemos trabalhar para que a próxima conferência sobre mudanças climáticas, que ocorrerá no México, seja preparada no sentido de ali obtermos o acordo que não foi possível em Copenhague.

No entanto, Senador Marco Maciel, eu quero assinalar um aspecto da Conferência de Copenhague que, a meu ver, representa uma contribuição qualitativa da sociedade civil de todo o mundo que ali se fez presente em um encontro paralelo à conferência oficial e realizou importantes debates e manifestações. Ressalto, Senador Mão Santa, manifestação pelas ruas de Copenhague que contou com mais de 150 mil pessoas, evento que não teve a devida repercussão no mundo, a não ser pelas prisões de mais de setecentos participantes daquele evento.

Esse encontro de Copenhague que registramos como um fracasso, motivou, porém, a participação expressiva de governos e da sociedade. O encontro oficial teve mais de 35 mil participantes e o encontro paralelo teve quase dez mil participantes. Portanto, o tema desperta a atenção de vários segmentos em vários cantos do planeta, de modo que a próxima conferência, a se realizar no México em 2010, deverá acontecer sob vigilância ainda maior porque o debate de Copenhague permitiu que o tema fosse mais amplamente difundido em todos os países, porque o debate de Copenhague permitiu que o tema fosse mais amplamente difundido em todos os países, fazendo com que essa preocupação deixe de ser apenas uma preocupação dos governos, dos parlamentos, das instituições públicas, da academia, do cientista, e passasse efetivamente a ser uma preocupação de todos seres humanos em qualquer lugar que estejam.

Portanto, a Conferência do México se realizará, sem dúvida, no âmbito de um processo global de mobilizações sociais e de cobranças, para que os governos assumam os seus compromissos, especialmente os países ricos, que devem, sim, financiar as políticas de adaptação às mudanças climáticas, porque sem esses recursos, recursos que devem ser de alguns bilhões de dólares como forma de compromisso de mitigar os efeitos das mudanças climáticas, perceptíveis em qualquer lugar... O Brasil, que teve um papel importante em Copenhague – era a maior delegação entre os diversos países participantes –, tem o compromisso de continuar essa mobilização em prol da vida, em prol de um futuro digno, justo, ambientalmente equilibrado, para todas as pessoas, em todos os cantos do Planeta.

Assim, Sr. Presidente, ao lutar contra o desmatamento na Amazônia, ao lutar contra a poluição dos nossos rios, ao lutar contra os grandes projetos que se implantam em nossa região

sem nenhuma preocupação com os efeitos danosos ao meio ambiente e à sociedade que é atingida por esses projetos, precisam...

(Interrupção de som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ... precisam continuar organizados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a está fazendo um pronunciamento tão forte que nem o Al Gore. O tempo encerrou e V. Ex^a conseguiu se igualar em preocupações ao Al Gore.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, a sua generosidade é tão grande que V. Ex^a faz comparações, às vezes, que deixam os oradores e seus colegas meio encabulados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Al Gore perdeu a Presidência para o Bush, e V. Ex^a poderá ganhar facilmente da Dilma.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Mais uma vez V. Ex^a se supera em suas comparações, porque não almejo a disputa da Presidência, e V. Ex^a, que há pouco, quando eu comentei que poderíamos apear do poder aqui na Presidência do Senado, disse:

– Não, eu prefiro que seja em outro Poder, um Poder maior, a Presidência da República.

Então...

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Seria bom para o seu Partido e para o País, Brasil. Eu colocaria o povo para estudar e trabalhar...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – O senhor pode ainda...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Se for para lançar a minha candidatura, eu dou mais tempo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, V. Ex^a ainda pode se inscrever, representando o seu novo Partido, o PSC, para a eleição presidencial. V. Ex^a é conhecido em todo o País e aqui defende causas de interesse do povo brasileiro.

Então, seria um fato que colocaria mais novidade nesse processo da disputa presidencial, mais debate, para evitar aquilo que alguns estão querendo: uma disputa nas eleições de 2010, uma disputa plebiscitária entre o ontem e o hoje. O Brasil merece muito mais do que isso. O Brasil merece respeito e a nossa democracia também. Por isso, vejo como alvissareiro o fato de outros partidos, entre os quais o PSC e o meu Partido, o PSOL, lançarem candidatos à Presidência da República para trabalhar,

para apresentar alternativas à sociedade brasileira que, a meu ver, se encontra muito empobrecida em termos de visões, compromissos e programas que representem efetivamente a possibilidade da realização do sonho da garantia das condições básicas de sobrevivência, de cidadania de cada brasileiro e brasileira.

Senador Mão Santa, não é porque estou fazendo esse comentário sobre a tarefa que V. Ex^a pode cumprir nesse debate presidencial, não é por isso que quero mais dois minutos da parte de V. Ex^a, mas é porque acho...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – ... que V. Ex^a pode oferecer essa colaboração e essa contribuição à disputa democrática de 2010, quando o Brasil estará escolhendo os seus rumos ao eleger o novo ou nova Presidente da República, porque há homens e mulheres disputando essa grandiosa tarefa de melhorar os rumos do nosso País, em direção ao verdadeiro modelo de desenvolvimento que garanta que nenhum brasileiro tem que morrer de fome, que nenhum brasileiro será escravizado por conta do trabalho indecente, do trabalho escravo, que nenhuma criança ficará fora da escola, que nenhum aposentado deixará de ter os seus direitos fundamentais.

Sendo assim, se V. Ex^a se dispuser a essa tarefa, o debate democrático e a democracia brasileira agradecem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após brilhante discurso de José Nery, que representa o PSOL de Heloísa Helena...

José Nery, está valendo a proposta: se V. Ex^a conseguir que a Heloísa Helena componha uma chapa comigo, nós ganharíamos a eleição.

Convidamos para usar da palavra agora, por permuta, o Senador Papaléo Paes, que, desde cedo, está aqui e brilhantemente saudou dando esperança aos aposentados. A uma certa altura, ele citou que já tivemos os caras-pintadas, agora temos os caras-enrugadas, que são os velhinhos aposentados sofrendo para a recuperação de seus salários.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, Sr^s e Srs. Senadores, tivemos realmente uma reunião muito importante hoje de manhã, com a presença de um grupo enorme de aposentados e pensionistas. Quero parabenizar V. Ex^a pela condução dos trabalhos, o Senador Paulo Paim pelo requerimento que fez e que gerou a nossa reunião, logicamente, e o resultado político disso tudo foi a marcação deste dia como um dia que possa fazer com que todos

aqueles que estão envolvidos no processo de resgate dos direitos dos aposentados e pensionistas realmente sejam sensibilizados para não se esconderem da realidade, que é exatamente resolver essas questões. Estou me dirigindo especificamente ou mais claramente à Câmara dos Deputados, que está emperrando um projeto já aprovado no Senado por unanimidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já era minha intenção, neste início de ano legislativo, fazer um pronunciamento sobre a importância do Tribunal de Contas da União no controle e na fiscalização dos recursos públicos.

Propunha-me a isso, Sr. Presidente, porque estou absolutamente convencido de que os enormes benefícios que a atuação daquele Tribunal traz para a sociedade brasileira não são, via de regra, devidamente reconhecidos e valorizados.

Pois bem, os recentes acontecimentos – e estou falando, evidentemente, do veto presidencial a artigos da Lei Orçamentária de 2010 para retirar várias obras da lista de projetos com indícios de irregularidades – fazem com que a defesa da entidade se torne ainda mais necessária e urgente.

A que ponto chegamos, Sr^{as} e Srs. Senadores! O Tribunal de Contas, que zela pela correta aplicação dos recursos públicos em nosso País, chega à conclusão de que nas obras A, B e C existem irregularidades muito graves, tão graves que justificam a sua paralisação. É obrigação e dever do Tribunal de Contas.

E o que faz o Governo, Senador Mozarildo? Em vez de dar graças a Deus por ter à sua disposição um aliado deste nível, um aliado que, sem dúvida alguma, pode ajudá-lo a investir melhor o suado dinheiro dos contribuintes, o que faz o Governo? Joga as recomendações do Tribunal de Contas da União no lixo, dizendo que as obras terão continuidade independentemente dos problemas constatados.

Na prática, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso significa um sinal verde para a corrupção. Ignorar as valiosíssimas informações coletadas e processadas pelos 2.500 técnicos daquela instituição e, criteriosamente, avaliadas por seus Ministros é a mesma coisa que dizer aos corruptos que eles não têm o que temer, que podem seguir atuando com total liberdade.

Ainda agora, Senador Marco Maciel, no último mês de janeiro, uma reportagem publicada pela revista *Veja* ilustrou muito bem o tipo de trabalho que faz o Tribunal de Contas da União no combate ao desvio dos recursos públicos, um trabalho, volto a dizer, que não é suficientemente enaltecido.

Das milhares de obras fiscalizadas pelo Tribunal, Sr. Presidente, a reportagem selecionou quinze obras cujos contratos somam nada mais, nada menos

que R\$7,65 bilhões. Sabem, as Sr^{as} e os Srs. Senadores, o tamanho do sobrepreço identificado somente nessas quinze obras de R\$7,65 bilhões? É de R\$1,35 milhões, um valor que representa 17,6% no total contratado.

É dinheiro público, dinheiro do povo, desviado das mais diversas maneiras, com os mais diversos truques. Truques como a elaboração malfeita do projeto executivo básico, que dá desculpas para a elevação do valor contratado. Truques como os indefectíveis adiantamentos de recursos que aumentam o valor total da obra. Truques como as fraudes nos processos licitatórios. Truques como a apresentação de um orçamento irreal, que é questionado pela própria empreiteira depois da vitória na concorrência. Truques como as medições inexatas. Truques, enfim, que embora surrados, embora desprovidos de qualquer imaginação, são aceitos pelos representantes do poder público por conta de incompetência ou mais provavelmente de má-fé.

Com muita honra, concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Papaléo, V. Ex^a aborda um assunto que deveria ser tratado todos os dias tanto no Senado quanto na Câmara: a ameaça que o Presidente da República faz ao Tribunal de Contas da União. O autoritarismo, Senador Papaléo, é um verdadeiro veneno para a democracia. E esse autoritarismo geralmente surge quando algum líder, especialmente os dirigentes das nações, no caso do nosso Presidente da República, atinge patamares de popularidade muito altos. Eles começam realmente a ficar cegos ou a enxergar demais e começam a usar os mecanismos da própria democracia para liquidar com a democracia. O Presidente da República já fez declarações do tipo que precisava abrir a “caixa preta” do Poder Judiciário. Várias vezes fez comentários jocosos e até ofensivos ao Poder Judiciário. Ao Poder Legislativo nem se fala. Já vem da origem dele, quando foi Deputado Federal, e disse que na Câmara havia 300 picaretas. Com o Poder Legislativo ele faz o que para dominar? Usa as medidas provisórias quando quer aprovar algo que tenha alguma resistência aqui e, do outro lado, manipula as emendas e os cargos que ele oferece a partidos aliados para poder manter uma maioria. Portanto, mantém o Poder Legislativo submisso. E aí quando ele encontra um obstáculo de um órgão independente, como é o Tribunal de Contas da União, ao qual ele deveria dar o maior apoio e exigir, inclusive, que ele fosse até mais ágil, para que, como bom representante do povo, eleito pelo povo para presidir o País, não gastasse dinheiro do povo à toa, ou melhor, não deixasse que roubassem o dinheiro do povo... Mas não, quando o Tribunal fiscaliza e encontra indícios ou comprovações de irregularidades nas obras que são executadas pelo

Governo Federal, pelo Presidente da República – as estatais, como a Petrobras e outras –, ele começa a atacar sistematicamente. São várias e várias declarações do Presidente da República e agora esse ato concreto de vetar o Orçamento, no que tange a essa questão das obras irregulares da Petrobras. Então, nós estamos no limite de um momento em que se pode realmente sair da democracia para uma democracia adjetivada, porque democracia adjetivada nós temos na Venezuela, em Cuba, tivemos no passado na Alemanha, com Hitler, na Itália, com Mussolini e, lá na Rússia, com Stalin. Então, nós não podemos ter democracia adjetivada. A democracia pressupõe primeiro, respeito às leis; segundo, alternância do poder. E o que nós estamos vendo é que, na verdade, existe um projeto de – não sei nem como dar um nome – um regime que, com certeza, não é democracia. Isso porque, quando passa uma pessoa só, no caso do Presidente da República, a ser o dono da verdade, uma espécie de colega de Deus e a não aceitar qualquer tipo de crítica ou de ações que possam atrapalhar os seus sonhos e os seus planos, mesmo que seja dizendo “Presidente, estão roubando ali”, ele fica muito bravo. Não precisa ir nem longe. Basta ver o que está acontecendo com a reforma do Palácio do Planalto.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Um absurdo!

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Mais de R\$200 milhões, está passando de R\$300 milhões. Reforma feita com uma série de irregularidades, e que o Presidente não dá bola. Realmente chegou a esse ponto. Porque tem muita aprovação popular, ele acha que pode passar por cima da lei. Eu acho que é chegado o momento em que, como V. Ex^a está dizendo hoje, houvesse todos os dias a defesa do Tribunal de Contas da União.

E aqueles que pensam, alguns até de boa fé, pensam que o Tribunal de Contas possa ter atitudes politizadas, é bom que entendam que lá existem profissionais de carreira, lá está o Ministério Público representado, auditores treinados, portanto, bastante especializados e que não fazem um trabalho talvez mais célere porque lhes falta melhores estruturas, tanto de pessoal quanto de equipamentos. Mas na verdade é um trabalho louvável que vem sendo feito. Eu quero me aliar às palavras de V. Ex^a e, portanto, dizer que nós temos que defender de maneira fervorosa o Tribunal de Contas. É aquela história: já falou mal do Poder Judiciário, trata o Poder Legislativo como se não existisse, não dá bola para partidos porque ele coopta todos; quer dizer, compra de qualquer maneira, de uma forma ou de outra. Então nós estamos naquele ponto em que no primeiro dia engolimos uma coisa, depois engolimos outra. Isso fica igual àquele poema que diz

assim: No primeiro dia eles vêm, pisam a grama do nosso jardim, e não dizemos nada. No segundo dia, vêm e roubam a rosa do nosso jardim, e não dizemos nada. No terceiro dia, eles vêm, matam o nosso cão, e não dizemos nada. E, no outro dia, eles vêm, cortam a nossa garganta, e não podemos mais dizer nada.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Nada!

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Então é preciso, portanto, que nós reajamos enquanto podemos dizer o que podemos ver e principalmente ver o que está acontecendo de errado neste País.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo, e em cima do que chama a atenção, nós temos que ter muito cuidado. Exatamente essas últimas frases que V. Ex^a colocou é aquilo que realmente eu penso. Eu distingo o Hugo Chávez do Lula, porque o Hugo Chávez é pela truculência e o Lula pela malícia, até de certa forma pela irresponsabilidade como age como age, de maneira a tentar desmoralizar os Poderes. E, no caso, esse autoritarismo que ele tenta impor ao Tribunal de Contas da União, nunca vi isso na minha vida! É um crime gravíssimo, porque é um crime que alimenta a corrupção, e nós não podemos deixar isso acontecer.

Quando vejo ele se deleitar nos oitenta e tantos por cento de popularidade... Assim, poder-se-ia até fazer uma comparação: ele aceita que Deus criou o mundo, mas sob a orientação dele. Então, isso está dando uma falsa expectativa de que ele está acima do bem e do mal.

Não sei como é que pode a Justiça Eleitoral não enxergar algo como isso! Vou eu ao Amapá, participar de alguma atividade pré-eleitoral, e vou ser cassado, impugnado. E o Presidente da República põe a Sr^a Primeira Ministra lá, debaixo do braço, e sai fazendo propagandas explícitas, agressivas a todos os brasileiros, contrariando o processo democrático de igualdade de condições nas disputas eleitorais. Isso é muito grave, Senador Mozarildo!

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Posso complementar um raciocínio?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pois não.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – É bom que o Presidente Lula também se lembre que maiorias ocasionais não significam a verdade verdadeira. A maioria que estava lá, no julgamento de Cristo, frente a Pôncio Pilatos, – a maioria, quase a unanimidade, não me lembro de constar que alguém se insubordinou –,

a maioria toda votou pela crucificação de Cristo e pela absolvição de Barrabás. E era maioria. Isso nem sempre quer dizer que maioria represente a verdade

verdadeira. Então, é preciso que o Presidente Lula aprenda e até agradeça o fato de ter hoje a aprovação da maioria e saiba ler exatamente o que isso significa para o País. Ele está acabando o mandato dele. Ele precisa deixar o País nos trilhos, e não deixar o País completamente desnordeado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Concedo, com muita honra, um aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre e estimado Senador Papaléo Paes, eu gostaria, inicialmente, de dizer que V. Ex^a faz um discurso extremamente oportuno sobre a realidade política que estamos vivendo. E vou mais além: quando se adjetiva a democracia, é sinal de que ela desapareceu. A democracia é, a democracia prescinde de adjetivos. Ou o regime é democrático, ou não o é. O Presidente Geisel, certa feita, disse, reconhecendo, que, na época do regime militar, o Brasil vivia sob uma democracia relativa. Ele mesmo reconheceu que isso não significava uma democracia plena. Então, o que estamos vendo no Brasil é, de alguma forma, o desconhecimento da democracia em sua inteireza conceitual, em sua definição doutrinária. Entre os pressupostos de uma definição de democracia está não somente a rotatividade, mas também a alternância do poder, que é algo distinto, diferente da mera rotatividade.

E, por isso, penso que devemos estar cada vez mais atentos à necessidade de que continuemos como estamos, praticando desde a eleição de Tancredo Neves o aperfeiçoamento democrático. Isso é uma tarefa de todos, e não devemos abrir espaço para que esse processo de vertebração institucional se interrompa através da adoção de políticas que não correspondem, que não redundarão no fortalecimento da democracia. Por isso, cumprimento V. Ex^a pela atualidade do seu discurso e acho que ele será, certamente, ouvido pelos brasileiros responsáveis e interessados no nosso processo de afirmação institucional.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel. Com o conhecimento, com a cultura, com a experiência que V. Ex^a tem neste País, incorporo seu aparte ao meu pronunciamento com muita honra. Tenho certeza absoluta de que ele virá, sim, a fortalecer o pensamento que estamos expondo agora.

Ainda vou conceder um aparte, daqui a pouco, ao Senador Antonio Carlos Valadares, porque quero citar alguns dados a V. Ex^a, alguns números, ainda da revista *Veja*. Chamo a atenção pela exuberância e pela desfaçatez da notícia.

Na construção da BR 163, no Estado do Pará, Sr. Presidente, numa obra contratada por R\$ 664 milhões, o sobrepreço detectado, Senador, pelo Tribunal de Contas da União foi de R\$ 334 milhões. Ou seja, a metade da obra foi, de uma forma ou de outra, desviada para alguma outra finalidade que não a da obra.

No metrô de Salvador – contrato de R\$ 401 milhões –, o sobrepreço, quer dizer, o valor acima do que deveria ser gasto, foi de 100 milhões. Ou seja, 25% a mais. São dois governos do Partido dos Trabalhadores.

Na terraplanagem da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, obra contratada por R\$ 429 milhões, o sobrepreço foi de 94 milhões, equivalente a 22% do valor total.

E por aí vai. A certeza da impunidade parece tão grande que, em alguns itens, a distorção entre o que o Governo aceita pagar e os valores de mercado chega às raias do absurdo.

Voltemos às três obras citadas. Na primeira delas – construção do trecho paraense da BR 163 –, a escavação e movimentação de terra foi paga à base de R\$ 5,3 por metro cúbico, e o preço médio de mercado é de 0,76 centavos por metro cúbico. Ou seja, sete vezes menos! A obra foi paga sete vezes mais por metro cúbico.

No metrô de Salvador, cada metro cúbico de brita foi adquirido por R\$ 180, embora o preço médio de mercado seja de R\$ 25. Já na Refinaria Abreu e Lima, impressiona o valor pago pela drenagem...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – ...de areia.

Minha prorrogação regimental, parece-me, são de 2 ou 5 minutos, em sessão não deliberativa, para completar, Sr. Presidente. É regimental. Fora a amizade, só o Regimento!

No metrô de Salvador, cada metro cúbico de brita foi adquirido por R\$ 180, embora o preço médio de mercado esteja na faixa dos R\$ 25. Já na Refinaria Abreu e Lima, impressiona o valor pago pela drenagem de areia: R\$ 176 por metro cúbico, quando o preço médio de mercado não passa de R\$ 42.

São distorções como essas, Sr. Presidente, que o Tribunal de Contas da União identifica e denuncia, para que os recursos públicos mal despendidos sejam recuperados e, principalmente, para que se feche a torneira do desperdício, evitando que ainda mais verbas continuem a ser despejadas...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. *Fora do microfone.*) – ...em obras irregulares.

Mesmo assim, Sr. Presidente, vejam só que o trabalho do Tribunal de Contas da União vem sendo questionado, certamente porque mexe com alguns interesses poderosos, impedindo a obtenção de lucros que mal podemos imaginar. Um bom exemplo desse trabalho são as ações que levam ao Acórdão 2101, de 2008, de Plenário, referente aos dispêndios feitos pela União para a realização dos Jogos Pan-Americanos. O acórdão, Sr. Presidente, é um calhamaço de mais de 100 páginas, que poderia muito bem servir como um compêndio de todas as irregularidades passíveis de serem cometidas em obras públicas.

Sr. Presidente, eu teria duas laudas para ler, mas quero obedecer ao Regimento. Lamento muito não poder ler o complemento do meu discurso, que é realmente extremamente importante para o País...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – ... principalmente por se tratar de desperdícios de recursos públicos em cima, aí, dessa sigla que o Governo criou como se fosse a salvação da lavoura, que é o tal PAC, que nada mais é que obras normais que o Governo trata de executar no seu dia a dia.

Senador Antonio Carlos Valadares e, em seguida, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a, como legislador, como Senador, cumpre o seu papel, que é o de manifestar uma determinada preocupação em razão dos vetos que foram feitos, apostos à Lei Orçamentária pelo Presidente da República, de acordo com a Constituição. Pelo relato de V. Ex^a, nós estamos vendo que as instituições estão funcionando a contento em nosso País: o Tribunal de Contas está evidenciando irregularidades que foram apontadas durante auditorias que foram realizadas em órgãos do Governo. O Presidente da República, que tem a responsabilidade de dirigir e de comandar a administração, tem uma preocupação que nós temos de levar em conta. Determinadas obras não podem sofrer qualquer paradeiro, de vez que algumas delas, 90%, já foram consolidadas, concretizadas do ponto de vista físico, e estão aí o Tribunal de Contas, o Ministério Público e todos os demais órgãos do nosso País, inclusive o Congresso Nacional, para identificar alguma responsabilidade que possa ter causado prejuízo ao nosso País. O veto é uma ação política do Presidente da República, é um direito constitucional que é garantido. Também, a apreciação do veto é uma obrigação, um dever e uma atribuição

específica do Congresso Nacional. O veto presidencial será objeto de tramitação nesta Casa – já está sendo objeto de tramitação nesta Casa. Possivelmente, teremos um resultado e os debates irão demonstrar, de forma cabal, que o Presidente da República cumpre o seu papel e que sempre agiu com a maior honestidade, o maior critério. É um homem que não se lhe aponta nenhum deslize, sob o ponto de vista moral, ético e de cumprimento dos deveres de um Presidente da República, que deve zelar pelos interesses da Nação sem comprometer a ética e a decência. Portanto, acho que esse é um episódio em que todos merecem atenção e respeito: o Tribunal de Contas da União, o Presidente da República, V. Ex^a, que está cumprindo o seu papel, e o Congresso Nacional. Vamos, então, apreciar esses vetos com a lupa da democracia, com a transparência de que se deve revestir essa nossa decisão a partir de amanhã. Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Valadares. Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Papaléo Paes, não pretendo abusar do tempo e do Regimento, mas queria cumprimentá-lo. Esse assunto é oportuno e V. Ex^a o traz à tribuna com muita competência. Ao final, fazia referência às irregularidades ocorridas durante a realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro. A indagação que fica no ar: qual foi a atitude do Presidente da República? Qual foi a providência do Governo? O Tribunal de Contas comprova todas as irregularidades. Elas são gritantes. Elas extrapolam os limites do admissível em matéria de aplicação dos recursos públicos, e não há nenhuma providência, não há nenhuma resposta. Se o Congresso Nacional não reagir a esses vetos do Presidente da República, estará compactuando com esse comportamento de complacência com a corrupção. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador. Eu tive a oportunidade de denunciar todas as irregularidades do Pan e eu não chamo aquilo de...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Não chamo de desvio do dinheiro público, eu chamo de uma verdadeira roubalheira do dinheiro público. O que se caracterizou na execução das obras do Pan, Senador Mozarildo, foi uma roubalheira generalizada. E aqui vem.

Eu sou criador de raposas. O Senador Mozarildo é meu vizinho e é criador de galinhas. Se eu solto as minhas raposas para comer as galinhas do meu vizi-

nho, eu tenho culpa nisso. Eu tenho de cuidar direitinho das minhas raposas.

Então, o Senhor Presidente não pode olhar isso como sendo... Ele é o Presidente da República.

Se está vendo que o dinheiro que ele administra está sendo desviado, roubado, ele tem obrigação absoluta de tomar as providências, porque no exemplo...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – ... de falta de providências, Senador Mozarildo, o povo é que é punido.

No meu Estado, o nosso aeroporto, hoje, está funcionando precariamente. É terrível, dá vergonha vermos o nosso aeroporto. Estava sendo construído um aeroporto novo quando detectaram desvio do dinheiro público. Estamos há cinco anos com as obras paradas.

Então, o que o Presidente da República deveria fazer? Punir, rigorosamente, os ladrões e não punir o povo com a obra parada.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após o Papaléo Paes, que usou a palavra na minha inscrição, consultando a lista de oradores inscritos, está na vez de Mozarildo Cavalcanti.

Cumprimentamos Papaléo Paes pelo papel de fiscalizador aqui. O Tribunal de Contas foi uma criação de Rui Barbosa. Então, é triste aquela inspiração de Rui Barbosa, aceita por todos os Presidentes da República que estudaram. Por isso é que se tem de estudar, e eu acredito em quem estuda.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A administração tem de planejar, designar, orientar, coordenar e ter o controle de Henri Fayol. Esse é o controle.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, eu só pergunto a V. Ex^a se eu sou o próximo orador inscrito ou devo-me inscrever pela Liderança do PSDB, porque pretendo analisar o artigo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em nome do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pode-se inscrever pela Liderança, porque o próximo sou eu.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não, não, pela Liderança será o próximo, porque está alternando.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, ele está como orador inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. *Fora do microfone.*) – Peço a minha inscrição.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. *Fora do microfone.*) – E a minha inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A sua inscrição, aqui, é a número nove, mas é a décima, na realidade, a nota do povo do Distrito Federal.

Mozarildo Cavalcanti é o legítimo continuador de Getúlio Vargas no seu PTB.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, que preside a sessão neste momento.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhores telespectadores e senhoras telespectadoras da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, Sr. Presidente, se tem uma coisa que creio que um representante de um Estado no Senado faz com desprazer, com desconforto, é trazer notícia ruim do seu Estado. Em mais de 90% das vezes que vim à tribuna, o fiz para defender o meu Estado, para reclamar dos maus tratos que o meu Estado tem recebido do Governo Federal, para cobrar providências e para apresentar e defender projetos em favor do meu Estado. Mas também faz parte do trabalho do Parlamentar fiscalizar, denunciar e cobrar providências a respeito dos interesses do povo do seu Estado.

Eu leio hoje, com tristeza, no jornal *Folha de Boa Vista*, que o Tribunal de Contas do Estado – isso é a manchete – suspendeu licitações do Estado por suspeita de irregularidades. E aí tem, na manchete menor: “Empréstimo da Companhia Energética de Roraima”.

Diz o jornal que o Tribunal suspendeu a licitação, considerando uma representação feita ao Tribunal de Contas pelo Deputado Flamarion Portela, que alegou possíveis irregularidades nos Editais de Concorrência Pública n^{os} 34 e 35, no ano passado, abertos pela Secretaria de Infraestrutura. As obras em questão são a revitalização das linhas de transmissão de energia elétrica no trecho Boa Vista a Caracaraí e da Hidrelétrica de Jatapu, com recursos oriundos de empréstimo contraído junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social da ordem de R\$114 milhões.

É isso, Sr. Presidente, o que realmente me deixa indignado. Quer dizer, o Governo do Estado está contraindo empréstimo para o povo de Roraima pagar. Quando se fala que o Governo vai pagar, vai pagar com o dinheiro do imposto que recolhe da população. Então, vai pagar R\$114 milhões de empréstimo ao BNDES, e já há suspeita nas licitações feitas.

O Tribunal de Contas do Estado, em boa hora, determinou a suspensão das licitações porque, conforme o parecer do Conselheiro Marcus Hollanda, havia claramente indícios muito veementes de irregularidades.

Dias atrás, Sr. Presidente, eu fiz um expediente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para saber quais empréstimos já tinham sido feitos ao Governo do Estado de Roraima e recebi a resposta de que nenhum, nenhum. Agora, vejo aqui que o Tribunal de Contas do Estado suspende a licitação que visa aplicar recursos de empréstimos do BNDES, portanto recursos federais, em revitalização da rede de energia elétrica. Aí eu pergunto: onde está a verdade?

Por isso mesmo, pretendo não só reforçar junto ao Tribunal de Contas do Estado pedido de providências para que isso se esclareça, mas junto à direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, e ao Tribunal de Contas da União – porque é recurso federal. Portanto, se já existe, no início, suspeitas de irregularidades, isto é, de desvio do dinheiro, é preciso que se apure com muita clareza. Assim, sem afirmar ou negar, eu vou querer investigar esta questão.

Existem muitos sintomas no Governo do Estado que me deixam preocupado, e por isso mesmo venho acompanhando-o no dia a dia. Agora mesmo, no recesso, fiquei lá quarenta dias direto, passei meu recesso no meu Estado, ouvindo as pessoas, as entidades, e comecei a fazer uma análise de todas as coisas que vêm acontecendo desde a posse do atual Governador José de Anchieta Júnior, no dia 14 de dezembro de 2007, que, portanto, está no terceiro ano de Governo.

Há uma sucessão de coisas que vêm me preocupando, Senador Marco Maciel: greve dos policiais militares; greve dos trabalhadores da educação; greve de aluno das escolas públicas; obrigatoriedade, por parte do Governo, de que os funcionários abram conta só no Banco do Brasil. Eles só podem receber dinheiro no Banco do Brasil porque o Governo teria contraído empréstimo no Banco do Brasil e estaria pagando, portanto, à custa da movimentação das contas dos funcionários públicos, com isso, causando um transtorno horrível aos funcionários que têm compromissos em outros bancos pelos quais recebiam.

Então, é um contrassenso. Há atraso no pagamento de fornecedores, do funcionalismo público, do décimo terceiro salário. E aí vejo que, além disso tudo, ainda há dinheiro público, R\$114 milhões, do BNDES, sob suspeita para obras de revitalização da rede de energia elétrica do meu Estado.

Não posso, evidentemente, ficar aqui calado, fazendo-me de surdo e agindo como mudo, diante das evidências que estou vendo e ouvindo. Por isso mesmo,

vou acionar os órgãos competentes, o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Estado, que já está analisando. Vou também pedir ao Ministério Público, tanto Federal quanto Estadual, que faça um acompanhamento bem eficiente, como é do seu costume, para que amanhã... Um Estado que em dezembro de 2007 tinha dinheiro em caixa é hoje um Estado endividado. Não temos notícia de nenhuma obra estruturante e importante que tenha sido realizada no Estado. Esse desequilíbrio financeiro no Estado, hoje, afeta as famílias ao ponto, Senador Marco Maciel, até de haver atraso no pagamento dos fornecedores do equivalente ao Bolsa Família lá no Estado, que é o Vale Solidário.

Então é realmente uma situação preocupante. Vemos que isso só tende a se agravar em um ano eleitoral. Aí é que está o papel importante desses órgãos de fiscalização como o Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal de Contas da União. Repito: são recursos federais que estão injetados lá. E pior, através de empréstimos e também do descontrole completo das finanças no que tange à questão dos policiais, dos trabalhadores em educação, dessa coisa não muito bem explicada de obrigar o funcionalismo a ter conta só no Banco do Brasil.

Quero realmente ter o esclarecimento de tudo isso, Senador Mão Santa, porque essa também é uma função do parlamentar que tem realmente compromisso com o Estado que representa. Sou um Senador da República, mas um Senador que é sobretudo de Roraima. Portanto, não posso, mesmo constrangido, deixar que essas coisas não fiquem aqui registradas, para que amanhã alguém não diga: “Não, ele era Senador e não falou nada sobre isso, não tomou nenhuma providência, deixou isso passar em branco por conveniência dessa ou daquela ordem.” Não. Estou aqui fazendo este registro e informando que vou tomar providências junto a esses órgãos que mencionei.

Não é possível, Senador Marco Maciel, que após tantos anos – foram quatro décadas e meia como território federal – em que tivemos uma sucessão de governadores mandados para lá por acordo... Um período por um acordo político com o Senador Vitorino Freire, do Maranhão, que é quem indicava os Governadores daquele então Território Federal. Depois, no período militar, os três Territórios foram divididos pelas três Forças Armadas. Em Roraima, quem indicava era a Aeronáutica. E não quero dizer que essas pessoas indicadas tenham sido nocivas ao Estado de Roraima não. Não quero dizer nada disso não. Mas posso dizer que a exceção foram justamente aqueles que se dedicaram a pensar no desenvolvimento de Roraima. São a exceção, a grande exceção. A grande maioria encarava aquela nomeação não como uma espécie de premiação, mas de castigo ou de missão a cumprir. E, na verdade, eu acho que governar

uma população é não só uma missão, mas, acima de tudo, uma honra que a pessoa deve sentir.

E, depois dos 45 anos de território, conseguimos transformar Roraima em Estado na Constituinte. O primeiro Governador foi Otomar Pinto, que já tinha sido Governador do Território. Ele fez um trabalho estruturante, como Governador do Território, para justamente ter condições de ser Estado. Depois, como Governador, implantou as instituições todas do Estado. Foi novamente Governador do Estado em outro momento e reeleito em 2006. Infelizmente, tomou posse no dia 1º de janeiro de 2007 e faleceu no dia 14 de dezembro de 2007, porque já estava realmente bastante enfermo. Mas deixou, Senador Marco Maciel, Senador Mão Santa, um plano de Governo completo para realmente tirar Roraima daquela situação em que vinha patinando, um plano que incluiu – e ele fez ainda em vida – a criação e instalação da Universidade Estadual de Roraima, quer dizer, a Universidade do Estado, a Universidade Virtual do Estado de Roraima. Poucos Estados da Federação têm uma universidade virtual, e Roraima tem, atendendo a todos os Municípios do Estado.

Estava, como eu já disse, batalhando para a construção da Hidrelétrica do Cotingo, logo no início do seu mandato, quando ele assumiu, devido ao afastamento do Governador Flamarion, porque ele antevia que nós não podíamos ficar dependentes da energia da Venezuela, que hoje está atravessando apagão pela estiagem e pela falta de manutenção das turbinas.

Eu tenho inclusive aqui o registro de um documento em que o Governo brasileiro está tentando ajudar a Venezuela a resolver a questão do apagão. Inclusive já foi lá um grupo da Eletronorte, da Eletrobrás, reuniu-se com o pessoal da Venezuela, e depois um grupo da Venezuela, uma delegação, veio ao Brasil.

Inclusive o título é o seguinte: “Debate Brasil-Venezuela sobre apagão é adiado. Delegação venezuelana se atrasa por falta de vaga em vôos, e reunião é remarçada para hoje...”. O jornal é de sexta-feira, dia 5. Portanto, espero que tenha acontecido.

Inclusive ele diz aqui:

“A ajuda técnica brasileira foi acertada em Caracas [a ajuda técnica brasileira; portanto, não é por causa do apagão] pela comitiva liderada pelo assessor internacional do presidente Lula, Marco Aurélio Garcia, conforme a Folha revelou no último sábado. A assessoria de Garcia diz que a intenção não foi prestar apoio político ao presidente Hugo Chávez, mas oferecer auxílio disponível para qualquer vizinho sul-americano nas mesmas circunstâncias.

A Venezuela adotou medidas de racionamento de eletricidade desde dezembro. Devido à má repercussão política, previsões de cortes

de luz na capital foram canceladas, e um novo plano de racionamento anunciado.

A causa imediata da escassez foi a falta de chuvas devido ao fenômeno El Niño, que esvaziou os reservatórios das hidrelétricas, mas foram apontados problemas de falta de investimento e de gerência.

O próprio Garcia disse [nosso ilustre assessor do Presidente Lula para assuntos internacionais, que dispensa o Itamaraty], depois da reunião com os venezuelanos, que “o sistema está um pouco deteriorado” [está um pouco deteriorado]. “Há muita coisa que pode ser resolvida exclusivamente com operações de manutenção”.

Quer dizer, o próprio assessor do Presidente Lula reconhece que o Presidente Hugo Chávez não vem cuidando, porque vem dando prioridade a outras coisas que não é manter a Venezuela em pé.

“A Venezuela exporta energia para Roraima em parte do ano.” Aqui, a história está furada. A Venezuela exporta energia para Roraima o ano todo, todo dia. É a única fonte que nós temos, infelizmente, porque durante todo esse Governo do Sr. José de Anchieta não foi tomada uma providência para nós termos uma alternativa interna.

E quando o Presidente Lula foi a Roraima, foi anunciar que vai construir uma usina hidrelétrica na Guiana, outro país vizinho. Quer dizer, Roraima realmente não está na agenda do Presidente Lula.

E aí, para concluir aqui a notícia, diz o seguinte – repetindo, embora esteja equivocada –:

“A Venezuela exporta energia para Roraima em parte do ano [não é, é todo o ano], e, na semana passada, a cidade fronteira de Pacaraima também chegou a ficar sem luz em virtude da crise energética do país vizinho.”

Então, veja que o meu Estado está em uma situação deplorável. Por um lado, o Governo Federal, que trata realmente Roraima como se fosse o quintal do País, como se lá existissem apenas cidadãos e cidadãs de terceira categoria, porque, como são apenas 250 mil eleitores, não adianta nada... Nem adiantou para a eleição dele. Em nenhuma das campanhas dele, nem no primeiro mandato, nem no segundo mandato, ele foi lá pedir voto. Agora, ele foi lá, com a Ministra Dilma, anunciar isto: que ia construir uma usina na Guiana e reinaugar...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– ...inaugurar, pela terceira vez, uma ponte que une justamente o Brasil à Guiana, sobre o rio Tacutu, no Município de Bonfim.

Então, Sr. Presidente, quero, ao terminar, para não repetir o que já disse, dizer que vou tomar providências quanto a essa questão das licitações que o Tribunal de Contas do Estado mandou suspender e também sobre esses outros pontos em relação aos quais vou me dirigir aos órgãos competentes (Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, e também ao BNDES), porque esse dinheiro do BNDES não é dos diretores do BNDES, é dinheiro recolhido de impostos que cada cidadão e cidadã pagou. Portanto, dizer que é dinheiro federal é apenas uma questão de

técnica, mas é dinheiro do povo. Como é dinheiro do povo, também é do Estado de Roraima.

Portanto, Sr. Presidente, ao terminar, solicito a transcrição das duas matérias que aqui mencionei como parte integrante do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Jornal Folha de Boa Vista



Boa Vista, Roraima, Brasil, 03 de fevereiro de 2010

FOLHA
DE BOA VISTA

Edição 5577

Um Jornal Necessário

Boa Vista - RR, segunda-feira 03 de fevereiro de 2010

Política

**EMPRÉSTIMO DA CERR
TCE suspende licitações do Estado por suspeita de
irregularidades**

Fonte: a A A A

Em decisão monocrática, o conselheiro Marcus Holanda, suspendeu temporariamente dois processos licitatórios da secretaria estadual de Infraestrutura e da Companhia Energética de Roraima (Cerr). A determinação considerou uma representação feita ao Tribunal de Contas pelo deputado Flamarion Portela (PTC) que alegou possíveis irregularidades nos editais das concorrências públicas 34 e 35, do ano passado, abertos pela Seinf. As obras em questão são a revitalização das linhas de transmissão de energia elétrica no trecho Boa Vista a Caracará e da Hidrelétrica de Jatapu, com recursos oriundos de empréstimo contratado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), da ordem de R\$ 114 milhões.

Marcus Holanda: "Medida visa evitar possível malversação do dinheiro público" - Conforme o relatório do conselheiro, que cuida das contas das duas instituições, após uma análise minuciosa a equipe técnica do Tribunal, foi constatado que os editais possuem vícios capazes de prejudicar o certame. Um dos tópicos citados diz respeito ao fato dos editais não contemplarem no projeto básico a composição dos custos unitários das obras, nem exigirem a discriminação dos participantes do certame, em desobediência ao que estabelece a Lei de Licitações.

Além disso, ele comentou também que durante uma inspeção feita pela Cerr entre os meses de outubro e novembro do ano passado, nas linhas de transmissão do trecho Boa Vista-Caracará, acompanhada inclusive por analistas fiscais do TCE, que no trecho entre Boa Vista e Mucajaí, parte da rede encontra-se comprometida devido a furtos, mas que daí até Caracará a rede foi considerada em bom estado, necessitando, apenas, de limpeza e conservação.

Na opinião de Marcus Holanda, devido à ausência de detalhamento do projeto básico, não foi possível efetuar uma aferição minuciosa da pretensa revitalização da linha e, por fim, da destinação do recurso. "Assim, a evitar possível malversação do dinheiro público, quicá até tentativa de fraude, especificamente a par da possibilidade de justificar o gasto com realização de obra que encontra-se praticamente finalizada e, ainda, considerando a impressionante cifra do montante previsto na realização das obras, que ultrapassa R\$ 100 milhões, outra solução não resta senão a atuação desta Casa", diz o texto.

Entre as determinações do conselheiro está a de que os responsáveis pelas licitações retifiquem os editais em até dez dias, formulando a planilha de custos do projeto básico nos termos determinados pela Lei de Licitações, e apresentação de justificativas em torno das irregularidades apontadas. O andamento dos processos fica condicionado as alterações e será fiscalizado in loco pelo Tribunal.

OUTRO LADO - Procurado pela equipe de reportagem da Folha, o Governo do Estado disse por meio da secretaria de Comunicação que a Procuradoria Geral se pronunciaria. A Folha contou o procurador geral, Chagas Batista, que informou estar em uma reunião, mas que retomaria a ligação. Até o fechamento dessa edição, não houve retorno.

FOLHA DE S. PAULO | ÍNDICE GERAL

Debate Brasil-Venezuela sobre apagão é adiado

Delegação venezuelana se atrasa por falta de vaga em voos, e reunião é remarcada para hoje em Brasília

DA SUCURSAL DO RIO

A Venezuela atrasou o envio da equipe que discutirá com especialistas brasileiros do Ministério de Minas e Energia possíveis ações para conter a crise energética que o país atravessa desde dezembro.

A reunião, prevista inicialmente para quarta, será realizada hoje de manhã, informou a assessoria do ministério. O secretário-executivo da pasta, Márcio Zimmermann, que foi a Caracas na semana passada, tinha viagem marcada e não estará presente.

Será um encontro de técnicos -além de pessoal do ministério, foram convocados especialistas do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) e da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Do lado venezuelano, serão cinco representantes. De acordo com o Itamaraty, que mediou o encontro, o motivo apresentado pelos venezuelanos para o atraso foram problemas de lotação nos voos entre as duas capitais.

A ajuda técnica brasileira foi acertada em Caracas pela comitiva liderada pelo assessor internacional do presidente Lula, Marco Aurélio Garcia, conforme a **Folha** revelou no último sábado.

A assessoria de Garcia diz que a intenção não foi prestar apoio político ao presidente Hugo Chávez, mas oferecer auxílio disponível para qualquer vizinho sul-americano nas mesmas circunstâncias.

A Venezuela adotou medidas de racionamento de eletricidade desde dezembro.

Devido à má repercussão política, previsões de cortes de luz na capital foram canceladas, e um novo plano de racionamento anunciado.

A causa imediata da escassez foi a falta de chuvas devido ao fenômeno El Niño, que esvaziou os reservatórios das hidrelétricas, mas foram apontados problemas de falta de investimento e de gerência. O próprio Garcia disse, depois da reunião com os venezuelanos, que "o sistema está um pouco deteriorado": "Há muita coisa que pode ser resolvida exclusivamente com operações de manutenção".

A Venezuela exporta energia para Roraima em parte do ano, e, na semana passada, a cidade fronteiriça de Pacaraima também chegou a ficar sem luz em virtude da crise energética no país vizinho.

(CLAUDIA ANTUNES)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, será atendido de acordo com o Regimento.

Agora, está aqui inscrito, como Líder do PSDB, Alvaro Dias, na ausência do grande Líder Arthur Virgílio. V. Ex^a é o vice-Líder. Um partido que tem um vice-Líder da sua altura é um partido rico e forte. Aliás, eu acho que nesse imbróglio ali não deveria ser nem São Paulo, nem Minas. Esse negócio de café com leite já passou. Deveria sair candidato Alvaro Dias. Eu seria seu vice-Presidente, e nós ganharíamos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela liderança. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Srs. Senadores, primeiramente, quero aplaudir o Senador Mão Santa, que lidera todas as pesquisas no seu Estado do Piauí para o Senado Federal. Eu creio que é um prêmio à sua atuação, à sua presença, à sua dedicação e à sua importância no Senado Federal.

Meus parabéns a V. Ex^a. E certamente será homenageado com uma vitória expressiva nas urnas no seu Estado do Piauí.

Mas, hoje, Sr. Presidente, tenho o dever de repercutir da tribuna do Senado Federal – e faço em nome do meu Partido, o PSDB – o artigo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Antes de tudo, eu gostaria de dizer que incluo Fernando Henrique Cardoso no seleto clube dos estadistas de todo o mundo. Com defeitos e muitos acertos, mais acertos do que erros, o Presidente mudou o Brasil. Com a estabilização da economia e com a responsabilidade fiscal plantou os pressupostos básicos indispensáveis para que o País pudesse avançar.

Eu vou fazer a leitura deste artigo e comentar. Mas, antes, dizer que o que motivou o Presidente Fernando Henrique Cardoso a escrever este artigo foi exatamente a insistência com que se procura, há tanto tempo, desconstruir a fantástica imagem que deixou ao governar o País.

Ora, o Presidente não poderia ficar passivamente assistindo os ataques a que tem sido submetido, muitas vezes, por uma irresponsabilidade retórica sem precedentes neste País.

Não é o Presidente Fernando Henrique Cardoso quem provoca esse debate. Ele foi convocado a esse debate. E como homem de conceito intelectual inquestionável, não poderia deixar de dar a devida resposta a todos os questionamentos a que tem sido submetido, mesmo sem desejar.

Mas, antes de iniciar a leitura deste artigo, eu, com prazer, concedo o aparte a quem pode, com muita autoridade, falar sobre Fernando Henrique Cardoso, que é o Senador Marco Maciel, que foi o seu leal vice-Presidente durante as duas gestões à frente do

Governo deste País. E é uma figura que honra o Senado Federal, pela sua dignidade, pela sua cultura e pela sua honestidade.

Por isso, com muito prazer, concedo, inicialmente, o aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do aparteante.) – Estimado Senador Álvaro Dias, Sr^s e Srs Senadores, pedi de plano o aparte posto que gostaria, secundando as palavras de V. Ex^a, exaltar a obra do Senador Fernando Henrique Cardoso, nos 8 anos em que, com muita lisura, espírito público e visão de estadista, governou o nosso País. Foi graças ao governo Fernando Henrique Cardoso que o Brasil realizou o mais bem sucedido plano de estabilidade fiscal que o País conheceu. Nada se compara com os planos adotados durante o Império, inclusive durante o período inicial da República. Nada se compara ao Plano Real. Ele realmente criou condições, para que o País pudesse livrar-se da inflação e, mais que isso, adotar providências que permitiram fazer com que o Brasil começasse a ter um processo de crescimento continuado, sem sobressaltos. É um acervo tal, que, em poucas palavras, não poderíamos dizer tudo que foi feito. Gostaria de lembrar que, entre muitas providências adotadas, há a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vem assegurando ao País a continuidade desse esforço, que é muito mais do que um programa de estabilidade fiscal, visto que atua no campo social, econômico e também da política externa. Por outro lado, é bom notar que o Proer, editado em um momento difícil que atravessava o País, ofereceu resultados que estão bem à mostra de todo o povo brasileiro. Na realidade, o Proer deu ao País um sistema bancário sólido, que hoje está interagindo com instituições financeiras do exterior. Isso tem permitido fazer com que o Brasil assegure, em que pesem muitas vicissitudes, a continuidade do seu processo de crescimento econômico. Não poderia esquecer que foi no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso que se deu fim à chamada indexação da economia. A indexação da economia, que gerava inflação e perturbava o processo econômico, foi outro passo que não podemos deixar de mencionar. Além disso, como o Presidente Fernando Henrique Cardoso mencionou no seu artigo extremamente oportuno e igualmente muito bem escrito, as medidas que adotou com relação ao Banco do Brasil, que ficou capitalizado com mais de R\$6 bilhões, e também a recuperação da Caixa Econômica Federal. Não podemos deixar de recordar tudo isso. Também, não posso deixar de mencionar o que se fez numa área extremamente estratégica que foi no campo da privatização. A privatização da Telebrás, à época, nos assegurou cerca de US\$23 bilhões e nosso Sistema

de Telecomunicações é um dos mais bem sucedidos do mundo. O Brasil já tem uma integração feita por esse Sistema de Telecomunicações, sem contar o fato de que, cada vez mais, nós avançamos no sentido de melhorar as nossas comunicações. É importante lembrar que, além da privatização da Telebrás, outra privatização muito importante foi a da Vale do Rio Doce. Não esqueço que Presidente Roger Agnelli, o atual presidente da Companhia do Vale do Rio Doce, disse uma frase, para mim emblemática, quando chegou à Bolsa de Valores de Nova Iorque: a Vale está na Bolsa de Valores de Nova Iorque porque no Brasil houve a privatização. Sem ela, a Vale não teria dado esse salto e, mais, certamente teria perdido o protagonismo que ela exerce em setores estratégicos da economia. Os avanços no campo político, tanto no campo da lei partidária quanto na lei eleitoral quanto na busca também de uma maior estabilidade institucional para o país, são dignos de nota. Isso se deve ao fato de gozar Fernando Henrique Cardoso de um grande conceito no exterior por ser um intelectual acatado, um homem público respeitado e por sua dedicação ao desenvolvimento do país e de suas instituições. Por isso, digo ao Senador Alvaro Dias que em nome do PSDB, que, aliás, é o Partido do Presidente Fernando Henrique Cardoso, assoma à tribuna para fazer considerações que certamente vão deixar mais uma vez claro o papel decisivo do octoênio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, cujos resultados foram tão expressivos que asseguram ao país um status privilegiado, com grande reconhecimento da comunidade internacional. Por isso, Senador Alvaro Dias, cumprimento V. Ex^a pela oportuna intervenção que está fazendo da tribuna do Senado Federal e que espero que as palavras de V. Ex^a possam servir para um debate que venha o Brasil a responder, de forma consistente e articulada, às grandes demandas da sociedade brasileira. Não fora o período dos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso à frente da Presidência da República, o Brasil não estaria nos patamares que se encontra hoje e, portanto, felicitamo-nos por esse período áureo do Governo de Sua Excelência, o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Parabéns a V. Ex^a, nobre Senador Alvaro Dias, que tão bem representa o PSDB, no Senado Federal.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

V. Ex^a sintetiza a obra que a história haverá de reconhecer. O Presidente Fernando Henrique tem sido injustiçado, mas, certamente, a história reconhecerá a sua obra administrativa, que proporcionou profundas mudanças no País. V. Ex^a sintetizou, com competência, que essa obra significa a estabilização da economia, a

responsabilidade fiscal, a sustentabilidade financeira e a recuperação da competitividade da economia nacional – uma obra que temos de reconhecer, sob pena de praticarmos um ato de desonestidade intelectual.

Faço a leitura e comento, em alguns momentos, o artigo intitulado “Sem medo do passado”, escrito pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Diz ele:

“O presidente Lula passa por momentos de euforia que o levam a inventar inimigos e enunciar inverdades. Para ganhar sua guerra imaginária, distorce o ocorrido no governo do antecessor, autoglorifica-se na comparação e sugere que, se a oposição ganhar, será o caos.

Por trás dessas bravatas está o personalismo e o fantasma da intolerância: só eu e os meus somos capazes de tanta glória. Houve quem dissesse “o Estado sou eu”. Lula dirá: “o Brasil sou eu! Ecos de um autoritarismo mais chegado à direita.

Lamento que Lula se deixe contaminar por impulsos tão toscos e perigosos. Ele possui méritos de sobra para defender a candidatura que queira. Deu passos adiante no que fora plantado por seus antecessores. Para que, então, baixar o nível da política à dissimulação e à mentira?

A estratégia do petismo-lulista é simples: desconstruir o inimigo principal, o PSDB e FHC (muita honra para um pobre marquês...). Por que seríamos o inimigo principal? Porque podemos ganhar as eleições. Como desconstruir o inimigo? Negando o que de bom foi feito e apossando-se de tudo que dele herdaram como se deles sempre tivesse sido. Onde está a política mais consciente e benéfica para todos? No ralo.”

Comento, Sr. Presidente.

Há, sim, uma ignorância absoluta em relação aos feitos dos seus antecessores. Na verdade, valem-se dos feitos dos que os antecederam e desdenham deles. Combateram as inovações propostas pelos governos que os antecederam e foram derrotados. Hoje tentam apropriar-se indebitamente daquilo que outros fizeram.

Não há dúvida de que os avanços alcançados no atual Governo, que o sucesso do Presidente Lula só ocorreu porque antes dele houve um governo da competência do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Por que ignorar esse passado? Por que desprezar esse feitos? Por que tentar apropriar-se deles? Isto é

honestidade intelectual? Isto é respeito à sociedade que preside?

E prossegue Fernando Henrique:

Na campanha haverá um mote – o governo do PSDB foi “neoliberal” – e dois alvos principais: a privatização das estatais e a suposta inação na área social.

Ora, agora pergunto eu, Senador Mão Santa: se foi neoliberal o Governo Fernando Henrique Cardoso, o que é o atual Governo? Afinal, o atual Governo não manteve a mesma política econômica? E os programas sociais? Quais são os programas sociais do atual Governo? São os mesmos programas administrados pelo governo passado, idealizados e administrados.

Ora, a única inovação conhecida do atual Governo, em matéria de programa social, chamou-se Fome Zero. O que foi feito do Fome Zero? O Fome Zero morreu, morreu da fome e da incompetência. Ele não se sustentou.

Os programas que estão implementados – e aplausos para o Governo Lula pela implementação desses programas – tiveram origem, praticamente todos eles, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Foi uma herança bendita, recolhida pelo Presidente Lula.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso responde à questão do neoliberalismo, da privatização das estatais e da suposta inação na área social. Diz ele:

Os dados dizem outra coisa. Mas os dados, ora os dados... O que conta é repetir a versão conveniente. Há três semanas, Lula disse que recebeu um governo estagnado, sem plano de desenvolvimento. Esqueceu-se da estabilidade da moeda, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da recuperação do BNDES, da modernização da Petrobras, que triplicou a produção depois do fim do monopólio e, premiada pela competição e beneficiada pela flexibilidade, chegou à descoberta do pré-sal.

Esqueceu-se do fortalecimento do Banco do Brasil, capitalizado com mais de R\$6 bilhões e, junto com a Caixa Econômica, libertados da politicagem e recuperados para a execução de políticas de Estado. Esqueceu-se dos investimentos do programa Avançar Brasil, que, com menos alarde e mais eficiência que o PAC, permitiu concluir um número maior de obras essenciais ao País.

É bom repetir: o PAC não é o Avançar Brasil. O PAC é uma sigla para publicidade oficial, e o PAC se transformou em um paraíso da corrupção, com obras superfaturadas em praticamente todos os setores dos investimentos em obras de infraestrutura no País.

Esqueceu-se dos ganhos que a privatização do sistema Telebrás trouxe para o povo brasileiro, com a democratização do acesso à Internet e aos celulares, do fato de que a Vale privatizada paga mais impostos ao Governo do que este jamais recebeu em dividendos quando a empresa era estatal, de que a Embraer, hoje orgulho nacional, só pôde dar o salto que deu depois de privatizada, de que essas empresas continuam em mãos brasileiras, gerando empregos e desenvolvimento no País.

Esqueceu-se de que o País pagou um custo alto por anos de bravata do PT e dele próprio; esqueceu-se de sua responsabilidade e da de seu Partido por temor que tomou conta dos mercados em 2002, quando fomos obrigados a pedir socorro ao FMI – com aval de Lula, diga-se – para que houvesse um colchão de reservas no início do Governo seguinte. Esqueceu-se de que foi esse temor que atíçou a inflação e levou o seu Governo a elevar o superávit primário e os juros às nuvens...

(Interrupção de som)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço condescendência em relação ao tempo, para que possa concluir a leitura do artigo do Presidente.

Esqueceu-se de que foi esse temor que atíçou a inflação e levou o seu governo a elevar o superávit primário e os juros às nuvens em 2003 para comprar a confiança dos mercados, mesmo que à custa de tudo o que haviam pregado, ele e o seu Partido, nos anos anteriores.

Os exemplos são inúmeros para desmontar o espantalho petista sobre o suposto “neoliberalismo” peessedebista. Alguns vêm do próprio campo petista. Vejam o disse o atual Presidente do Partido, José Eduardo Dutra, ex-Presidente da Petrobras, citado por Adriano Pires no Brasil Econômico: “Se eu voltar ao Parlamento e tiver uma emenda propondo a situação anterior (monopólio), voto contra. Quando foi quebrado o monopólio, a Petrobras produzia 600 mil barris por dia e tinha seis milhões de barris de reservas.

Dez anos depois produz 1,8 milhão por dia, tem reservas de 13 bilhões. Venceu a realidade que, muitas vezes, é bem diferente da idealização que a gente faz dela” [disse o atual Presidente do PT].

O outro alvo da distorção petista refere-se à insensibilidade social de quem só se

preocuparia com a economia. Os fatos são diferentes: com o real, a população pobre diminuiu de 35% para 28% do total. A pobreza continuou caindo, com alguma oscilação, até atingir 18% em 2007, fruto do efeito acumulado de políticas sociais e econômicas, entre elas o aumento do salário mínimo.

De 1995 a 2002, houve um aumento real de 47,4%; de 2003 a 2009, de 49,5%. O rendimento médio mensal dos trabalhadores, descontada a inflação, não cresceu espetacularmente no período, salvo entre 1993 e 1997, quando saltou de R\$800 para aproximadamente R\$1.200. Hoje se encontra abaixo do nível alcançado nos anos iniciais do Plano Real.

Por fim, os programas de transferência direta de renda (hoje Bolsa Família), vendidos como uma exclusividade deste governo. Na verdade, eles começaram em um Município (Campinas) [administrado à época pelo PSDB] e no Distrito Federal [à época administrado pelo Senador Cristovam Buarque], estenderam-se para Estados (Goiás) e ganharam abrangência nacional em meu governo. O Bolsa Escola atingiu cerca de cinco milhões de famílias, às quais o governo atual juntou outras seis milhões, já com o nome de Bolsa Família, englobando em uma só bolsa os programas anteriores.

É mentira, portanto, dizer que o PSDB não olhou para o social. Não apenas olhou como fez e fez muito nessa área. O SUS saiu do papel à realidade; o programa da Aids tornou-se referência mundial; viabilizamos os medicamentos genéricos, sem temor às multinacionais; as equipes de Saúde da Família, pouco mais de 300 em 1994, tornaram-se mais de 16 mil em 2002; o programa Toda Criança na Escola trouxe para o Ensino Fundamental quase 100% das crianças de 7 a 14 anos.

Foi também no Governo do PSDB que se pôs em prática a política que assiste hoje a mais de três milhões de idosos e deficientes (em 1996, eram apenas 300 mil).

Eleições não se ganham com o retrovisor. O eleitor vota em quem confia e lhe abre um horizonte de esperanças. Mas, se o lulismo quiser comparar, sem mentir e sem descontextualizar, a briga é boa. Nada a temer. Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Alvaro Dias...

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu concedo ao Senador Mão Santa um aparte para depois,

Senador Mozarildo, com a gentileza de V. Ex^a, fazer mais alguns comentários antes de concluir este pronunciamento.

Senador Mão Santa, com satisfação.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Alvaro Dias, descii ali da Presidência, mas nós vamos subir porque vamos apresentar para o Brasil uma verdade. Primeiro, o Presidente Mozarildo ficou no meu lugar. Eu aprendi de um filósofo: quem tem bastante luz não precisa diminuir a luz dos outros para poder brilhar.

Tem-se que fazer uma reflexão sobre isso. Eu era do PMDB e agora estou no Partido de Jesus, o Social Cristão. Mas nem votei no Fernando Henrique. Era do PMDB, dos poucos de vergonha que tinham lá. Votei no Quércio. Poucos votaram. Depois não tiveram mais candidatos, e desde lá não têm mais candidatos. Mas eu quero dizer que governamos juntos; eu, no Piauí, e o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso. V. Ex^a começou muito bem. Ele é um estadista, é um estadista, e ele foi mais, Alvaro Dias – do mundo, um grupo muito seletivo. Convivi, mas quero dizer o seguinte... Vamos dizer, eu governei o Piauí. Este País era uma zorra, uma zorra, uma zorra! Vocês se esqueceram da inflação? Eu fui Prefeito antes de Fernando Henrique, de Parnaíba – está ouvindo, Alvaro Dias? – prefeitinho. Aquilo era uma loucura. Todo mês, Mozarildo, eu pedia lá ao Dr. Roberto, estatístico, matemático, para atualizar os salários, todo mês. E eu ficava a noite toda ajeitando aqueles pequenos... Era inflação de 80% ao mês! Era uma zorra, era uma zorra. O operário trabalhava e, no fim do mês, se ele ganhasse R\$500, como hoje, só valiam R\$200. Era capado. Não tem monstro pior do que a inflação.

Aquilo só era bom para quem estava no banco – dinheiro a juros, a correção. E eu vou dizer o seguinte: zorra. Não tem aquele programa de televisão? Eu não gostei não. Foi brabo, foi duro. Olha, este País deve muito ao Ministro Malan. Nunca mais o vi. Ô homem! Rui Barbosa está ali porque foi Ministro da Fazenda. Eu entendo que o melhor Ministro da Fazenda deste País foi o Malan. Eu entendo, entendo bem. Isso era uma zorra. Olha, essa Lei de Responsabilidade Fiscal, vou dizer como funcionava isso. Atentai bem, Alvaro Dias. Tinha uma tal de ARO, Antecipação de Receita Orçamentária. Então, hoje tem 5.564 Municípios. Atentai bem. O Prefeito perdia, Mozarildo, e ia ao banco. E ser banqueiro. Lá no Nordeste era um BIC – já mandava. A gente tirava o dinheiro que queria. Aí ele perdeu a eleição em outubro, ia embora. Antecipação de Receita Orçamentária – deixava hipotecada lá a receita que iria ter. O Prefeito que entrava, todo atolado, enforcado. Esse era o País. ARO, Antecipação de Receita, foi o Malan. E eu quero confessar aqui: eu fui o último

que tirei o ARO do Brasil. E fui dizer para o Fernando Henrique Cardoso. “Mas, Mão Santa, então você está contrariado?” Porque ele deu um mês para acabar. E eu fui lá e tirei US\$5 milhões, porque naquele tempo era casado. Aí, bebendo um uisquezinho lá com ele, disse: “Mas, Governador Mão Santa...” Eu digo: “Olha Fernando Henrique, eu fui logo, para depois não haver história; eu tirei mesmo”.

Tirei para fazer uma ponte.” Hoje, eu quero ensinar aos que estão aí. “Eu tirei, porque Cristo... Você não acredita em Deus, não?” Ele riu, aquela história. “Porque Cristo, Fernando Henrique, falou bem, mas a gente segue Cristo. Ele só ficou líder porque fez obras, não é? Cego ver, aleijado andar, morto falar, surdo... Então, eu estou lascado, porque peguei um Governo sete meses atrasado”. Sabe o que é, Mozarildo, pegar sete meses atrasado? E aí, o povo, então... “Quero dar um impacto: vou fazer uma ponte lá na Ilhotas, no Poty. Tirei o dinheiro e vou fazer.” Não tinha mais jeito. Já tinha tirado. Eram US\$5 milhões. Terminei a ponte em 87 dias! Esse Governo que está aí há oito anos mexe com uma ponte no mesmo rio. Oito anos! E convidei o Fernando Henrique para bailar. Ele não deu o dinheiro lá, não. E botei o nome do tucano de maior moral que já teve na história desse País, Professor Wall Ferraz. Por isso, eles ganham a capital lá, os tucanos, por essa liderança bem respeitada ainda hoje na história. Mas, em 87 dias. Então, tinha esse ARO. Todo o mundo tirava. Seriam 5564 tirando dinheiro aí. Olha a dívida externa. Esse Malan pegou... E a gente sabia quanto ganhava e fez o cálculo. O Piauí tinha de pagar 11% da dívida. Por isso, está paga. Isso aqui que está dizendo foi a inteligência do Malan e a seriedade. “É o FMI.” Ora, sim, fomos nós que assinamos o contrato. A receita do Piauí era 11% para pagar a dívida da zorra e irresponsabilidade que tinha esse Brasil. Essa é a verdade.

Atentai bem. Entendeu como foi? Não é bom pagar não, mas era o jeito. Eles tiraram e os outros governadores – variava de 11% para 13%. Eu me lembro da briga, quando queriam colocar o Piauí em 13%. Aí São Paulo era 11% – eu não assinei. Foi o maior pau do mundo com os tecnocratas. Eu disse: “não dá, o filho não é mais doente, mais deficiente”. E eles acederam, o Malan e tudo, para ficar 11%, e fizemos a estrada. Mas isso é o que foi pago; é o povo, a receita por um contrato sério, e nunca abriu não. Às vezes, eu não podia pagar, ia lá, aí eles mexiam assim num canto. “Está certo, daqui a 60 dias.” Jogavam para adiante. Não tinha irresponsabilidade. Por isso, quem pagou foi antes, foram governadores como nós – está entendendo? –, que fizemos um contrato e se pagou. Foi o povo, foram os sacrifícios dos Estados. O ARO,

ele acabou com esse negócio de ARO. E programa social. Olha, eu quero lhe dizer o seguinte: esse Brasil só tem um santo, não é? O Frei Galvão, não é? Essa Ruth Cardoso é uma santa. Eu não fui do Partido dela não, mas eu governei com ela, Dona Ruth Cardoso. Ela nunca quis foi aparecer. O essencial é invisível aos olhos. Ô Mozarildo, ela fez o programa social melhor deste País: Solidariedade.

Eu sei! Por acaso, eu... O melhor! O resto é demagogia, é mentira. Sabe o que era o Solidariedade? Vou exemplificar aqui. Nunca apareceu não! Ela não queria aparecer não. Ô mulher decente! Resumindo, Mozarildo, sabe o que era? Nas piores cidades do Brasil – e no Piauí havia muitas –, nas que tinham o IDH mais baixo, que tinham o maior número de analfabetos, ela entrava. Sabe qual era a primeira coisa que faziam, Mozarildo? Reformavam, transformavam, modernizavam todas as escolas dos pobres – o Piauí era o que tinha mais cidades pobres –, todas as escolas. Era muito dinheiro, porque mesmo sendo pequenas... Até se provocava ciúme, porque às vezes a vizinha.... E naquelas cidades onde o IDH era baixo, onde as crianças eram analfabetas, todas as escolas era, reformadas, e não era reforma de arapuca, era reforma de moral, com dignidade, modernização. Isso é que é um programa, e ela não fazia demagogia não. Agora, eu digo: é mais fácil você tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade. Todas – e eram umas quarenta escolas numa cidade –, todas federais. E esse Ministro da Educação? Também não tenho nada com ele não, mas ô pai-d’égua aquele Paulo Renato! Eu conheço isso. Vou dizer como foi que ele fez... Professor Ubiraci, aquela coisa. Olha aqui, não funcionava, não tinha escola, ninguém aprendia. Sabe o que ele fez, Mozarildo?

Foi o seguinte. Aliás, depois eu fiz isso nas escolas do Estado. A primeira experiência foi no Piauí. Eu andei com o Secretário de Educação e com aquele que era secretário dele – foi o de Saúde; hoje é Prefeito de São Paulo... Mozarildo, era dar dinheiro para as diretoras. Então, ele incorporou todas... O que adiantava ser diretora de uma escola se não tinha dez mil réis? Quebrava uma telha, faltava um papel higiênico... Era uma burocracia enorme para vir a Brasília. Ele instituiu isto: transferia diretamente para as diretoras. Aí, esse ensino passou a ter vergonha! Não tinha nada não, eu tinha sido prefeitinho... O que podia fazer uma diretora quando quebrava uma telha, quebrava o banheiro, quebrava um sifão? Vir a Brasília? Então, elas passaram a ter dinheiro. Eu fiz isso nas escolas do Estado. Na época, havia as federais e as do 2º grau eram do Estado – antigamente chamávamos o 1º grau de ensino primário. Todas! Isso é que fez avançar... E o Fundef?

E a universidade? Havia poucas faculdades no Brasil. Foi esse... Eu sou médico, assim como o Mozarildo. O melhor Ministro da Saúde da história deste País foi José Serra. Que besteira, quem está falando aqui sou eu! Ninguém sabe mais de medicina e pode falar mais que eu não! Jatene já passou, eu fui discípulo dele, e ele andou por lá como Ministro. Olha, o José Serra... Aids: nós ensinamos o mundo. Da Aids, há dez anos, todo mundo corria com medo. Os remédios eram caros. Os genéricos...

Eu sou médico e vi a resolubilidade. Havia mutirões de próstata – vai operar hoje lá... – e de catarata. Chegavam no interior e mandavam dinheiro para todos os velhos fazerem. Ainda hoje... De varizes, em mulheres... O Serra foi um extraordinário Ministro da Saúde. Então, foi com o governo Fernando Henrique que se avançou, que isso se consolidou. Digo isso ainda que não seja PSDB. Agora, isto é muito comum: ele plantou, plantou, e o nosso Presidente Luiz Inácio está colhendo. Ele foi duro. Quem quer pagar? Nós pagamos a dívida. Foram os governadores e por isso está aí... Mas foi um arrocho... A visão, a moeda... Esse cruzeiro... A gente ia viajar por aí e ninguém aceitava o cruzeiro para nada. Então, eram essas as nossas palavras, mas eu quero dizer um grande ensinamento – um minuto, só para terminar – sobre a democracia. Eu, aqui, vou dar o testemunho... Aprenda aqui, ô Mozarildo. Eu era do PMDB, nasceu esse negócio de reeleição – e eu lá do Piauí. Um candidato extraordinário do PSDB, homem de bem, engenheiro, Francisco Gerardo, ex-prefeito. Ora, Mozarildo, se ele quisesse usar a máquina, não ganhava a eleição. No Piauí, se ele desse aí como estão dando aloprados...

Comprometendo até TSE, Justiça e TRE... Eu ganhei as eleições do PSDB, fui reeleito – e era um candidato bom, eles tinham a capital –, porque o Fernando Henrique foi digno, foi decente, foi correto, foi um magistrado. Como é que o Piauí poderia resistir? E tinha candidato no partido dele. Esse foi um grande ensinamento para o nosso Presidente Luiz Inácio. Olhem os outros, o comportamento dos outros. O próprio Presidente Sarney teve vontade fazer o Alvaro Dias, que está aí, Presidente. Foi. Muitos candidatos... Ficou como magistrado, como juiz, e os candidatos dele perderam. Quem ganhou foi o adversário, Fernando Collor. Essa foi a beleza desse quadro. Fernando Henrique permitiu porque foi correto, foi decente ...

(Interrupção do som)

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) ... respeitou o desejo do povo, a alternância do poder. Então, o Fernando Henrique tem o nosso respeito e a nossa gratidão.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Eu até pretendia aparteá-lo, mas V. Ex^a estava tão empolgado em seu discurso que eu não quis interrompê-lo. Quero agradecer o apoio e a solidariedade de V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Adelmir Santana, que representa o Distrito Federal nesta Casa.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a faz hoje, com muita propriedade, uma análise do artigo do Presidente Fernando Henrique publicado no *Estadão*, *O Estado de S. Paulo*, e no *Globo*, análise muito apurada e muito cuidadosa que foi compartilhada pelo Senador Mão Santa em seu discurso. Mas eu não poderia deixar de aparteá-lo para lembrar – V. Ex^a até já fez referência a isso – que o governo Fernando Henrique teve como um de seus colaboradores importantes uma figura de destaque dos Democratas, o hoje Senador Marco Maciel, que foi Vice de Fernando Henrique por oito anos. Todos os pontos que V. Ex^a levantou aqui foram, naturalmente, a parte boa desse governo, a continuidade de alguns pontos deixados como herança dos oito anos do governo Fernando Henrique-Marco Maciel. Ressalto também o processo de privatização, que foi feito com muito cuidado, com a criação das agências reguladoras, que eram exatamente os instrumentos que fariam uma grande mediação entre consumidores e empresas privatizadas. Esse projeto teria de ter avançado mais. No entanto, o que se vê é que houve um desvirtuamento das agências reguladoras. Havia a intenção de fazer com que os mandatos de seus dirigentes nem mesmo coincidisse com os mandatos eletivos do Presidente, para que fossem instrumentos efetivos de defesa dos consumidores. Um aspecto a que V. Ex^a também faz referência é a questão dos medicamentos genéricos. Foi um grande avanço.

Poderia ter avançado mais, naturalmente no Governo subsequente. Faltou uma perna, exatamente a vinculação desses medicamentos com o programa do SUS, para atingir as populações de baixo poder aquisitivo, porque quem não tem trinta também não tem cinco e, às vezes, fica esse turismo de doentes na busca de consultas em cidades-polo. É o que tenho falado sempre aqui: é preciso que avancemos nessa questão dos genéricos e na assistência de medicamentos aos segurados do SUS. Então, são análises que V. Ex^a traz nesta tarde de um artigo extremamente comentado e que foi também amplamente analisado por Marco Maciel – por Marco Maciel não, por Mão Santa –, o que nos deixa sem fazer mais nenhum complemento. Mas quero parabenizar a V. Ex^a e dizer que nós, os Democratas, somos felizes inclusive por continuarmos nessa possível coligação do futuro, aliados aos tucanos,

como foi no Governo de Fernando Henrique, na figura de Marco Maciel. Nossos cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Adelmir Santana.

Pretendo concluir em mais alguns minutos, Sr. Presidente, porque devo comentar também reações que ocorreram como consequência do oportuno e competente artigo escrito pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A Ministra Dilma afirma que insistirá em comparações: é o que a imprensa destaca no dia de hoje. A questão não é a comparação. Eu também sou adepto das comparações. Entendo que comparar é preciso até para que a população possa ter noção da realidade.

Agora, não se compara com desonestidade. Não se compara com a manipulação das informações. Não se compara com o desonesto manejo dos números. É preciso se comparar honestamente e se o debate se estabelecer no patamar do respeito à verdade, evidentemente, como diz o Presidente Fernando Henrique Cardoso, a briga é boa. Não há por que temer. Aliás, quando se compara também não se apropria indevidamente. Comparar somando feitos que a outros pertencem não é honesto. Enfim, essa questão da comparação deve ficar num segundo plano, até porque, eu repito, nada tem o PSDB a temer em relação ao passado, como diz Fernando Henrique Cardoso.

O que diz a candidata do PT é que o nosso caminho é melhor. Mas qual é o caminho? Na verdade, o Governo Lula percorreu os caminhos abertos pelos seus antecessores. Amplas avenidas para que pudessem os governantes de hoje promover avanços que significam a continuidade de programas idealizados e executados pelos seus antecessores e aqui já referidos.

Que caminho novo? Eu não o vejo. O que vejo é um deplorável itinerário de corrupção durante esses últimos sete anos.

Novo foi o mensalão, novo foi o valerioduto, novo foi o escândalo dos cartões corporativos. Novidade foi esta relação de promiscuidade do Executivo com o Legislativo, que desmoralizou a instituição parlamentar no Brasil.

Enfim, poderíamos acrescentar outras novidades que não somam favoravelmente ao atual Governo, mas o depreciam, sobretudo porque tem sido um Governo conivente com a corrupção.

As ações comandadas pelo Presidente da República, nos últimos tempos, tiveram o objetivo de amadurecer CPIs para evitar investigação, de limitar a capacidade de fiscalizar do Tribunal de Contas da União, escancarando as portas do Governo à corrupção e à impunidade e transformando o Brasil no paraíso da desonestidade.

São esses os caminhos que querem percorrer? Não! Entendo que o povo brasileiro, nas urnas, haverá de dar importância às questões que, para o atual Presidente, importância não possuem. Afirmou ele que a Oposição perderia tempo com o discurso da ética porque isso não leva a lugar algum.

Não é um bom exemplo, não é uma boa retórica para o Presidente da República, que tem a responsabilidade de corresponder às expectativas da Nação, especialmente porque o seu partido, durante muitos anos, empalmou a bandeira da ética como se fosse o único proprietário dela.

Portanto, Sr. Presidente, não quero abusar da bondade de V. Ex^a e vou concluir, afirmando: Fernando Henrique Cardoso mudou o Brasil com a estabilidade econômica, a responsabilidade fiscal, a sustentabilidade financeira e a recuperação da competitividade da nossa economia e plantou os alicerces básicos para a construção de um novo País, que, certamente, o povo brasileiro merece.

Desejamos que, no debate desta campanha eleitoral, prevaleça a agenda de futuro para os brasileiros sobre os deploráveis resquícios de ignorância que atormentam alguns e que fazem com que priorizem o debate mesquinho da retaliação e do desconhecimento do que se passou no País. Espero que a agenda de futuro para o povo brasileiro seja a razão essencial do debate nesta campanha eleitoral e que o projeto de cada um não seja apenas um projeto de poder, mas seja, acima de tudo, um projeto de Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, anuncio a palavra do Senador Mão Santa, do PSC do Piauí.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me informasse quais são os próximos oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Estão na ordem, após o Senador Mão Santa, o Senador Adelmir Santana, a Senadora Rosalba Ciarlini, o Senador Paulo Paim e o Senador Antonio Carlos Valadares. Como não estão presentes os que

mencionei após o Senador Adelmir Santana, V. Ex^a será o próximo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a preside esta reunião de segunda-feira e traduz a grandeza deste Senado. Hoje, fizemos uma sessão especial homenageando – em defesa – os aposentados. Foi uma beleza de sessão. Agora, estamos aqui desde às 14 horas.

Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, o Senado, nesta nossa democracia... E temos de entender, Senador Antonio Carlos Valadares, que nossas instituições são muito débeis ainda, daí termos conflitos, confrontos. Elas são ainda muito novas. Senador Adelmir Santana,

Elas têm um pouco mais de um século e, mais ainda, esse modelo democrático de divisão de poder, que exige alternância, foi importado da Europa. As instituições, Mozarildo, foram importadas da França, da Inglaterra. Rui Barbosa está aí porque ele foi lá e trouxe-as. Mas são novas, têm pouco mais de cem anos. Então, nós temos que aperfeiçoá-las a cada instante com a nossa vivência, com o nosso sofrimento. Daí esses conflitos, esses confrontos entre poderes, que são muito normais, ouviu, Mozarildo, para aperfeiçoar as instituições para que tenham futuro.

E quero dizer que o objetivo primeiro do Senado é fazer leis boas e justas. O segundo, Adelmir Santana, é fiscalizar seu contrapoder. O terceiro eu vou abordar. Nós é que garantimos a equidade dos Estados. A outra Casa – por isso é bicameral – é diretamente proporcional à população. Quanto mais gente tem mais representantes, os Deputados. Então, bastaria dizer que, se juntassem São Paulo, Minas e Rio de Janeiro – eles são a maioria –, eles ficariam com todo o Orçamento, com toda a riqueza. Aqui, não. Aqui, a Federação é garantida. Aqui está o nosso Piauí: eu, Heráclito e outro igual, os três representantes. Está aí Roraima hoje, esse bravo Senador Mozarildo, que já esperneou e gritou para não ficar reduzido à pobreza. Então, a gente tem que defender o nosso Estado. Isto eu faço com muito amor: defender o nosso Piauí.

E quis Deus... Está ali o outro bravo companheiro, Heráclito Fortes. Então, democracia é isto mesmo: crença e descrença, esperança e desespero.

Eu mesmo votei, em 1994, no Partido dos Trabalhadores, do Luiz Inácio, e no Governador do Piauí. Foi. Mas eu já pedi perdão ao povo do Piauí, do Bra-

sil, não é? E cheguei até a rezar e a ensinar que três coisas a gente só faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT.

Mas anuncia-se que Sua Excelência o Presidente da República, Luiz Inácio, vai ao Piauí lançar candidatos. Então, eu aproveito desde já, com um mês de antecedência – dizem que é cinco de março –, para dizer realmente que ele não tem culpa, não. O que faltou foi visão, visão. Ele foi muitas vezes, mandou muito dinheiro para lá, pelo que a gente vê dos jornais, viu, Adelmir Santana? Mas os aloprados de lá não aparecem. Tanto que os índices do Piauí decaíram todos. Quando eu governei aquele Estado, nós passamos todos os índices do Maranhão, alguns da Paraíba, do Rio Grande do Norte.

Então, desde já aqui no meu dever de reivindicar e acreditando ainda que, neste ano, o Presidente possa recuperar aquele sonho de todos nós, piauienses... Realmente, como foi discutido aí, o Governo Fernando Henrique Cardoso foi mais profícuo do que o dele, embora ele não tinha tido culpa. Faltou visão ao Governador.

Mas eu queria lembrar as coisas que poderíamos ainda neste último ano... Último ano não, agora já não temos mais ano não. Nós já estamos em fevereiro, faltando só dez meses. Mas temos tempo e nós mesmos somos médicos, fazemos nascer até uma criança – não é, Mozarildo? –, então vamos ver se nascem essas obras, Antonio Carlos Valadares.

Primeiro, o porto de Luís Correia. O Piauí tem 68 quilômetros de litoral, e eu e o Heráclito fizemos renascer, através de audiência pública, lá na Comissão de infraestrutura, dirigida pelo ex-Presidente Collor, a necessidade desse porto, que é secular.

Antonio Carlos Valadares, ele foi iniciado por Epitácio Pessoa, há quase cem anos. Mas eu, como sou cirurgião, Mozarildo, simplifico as coisas e, às vezes, dá certo. Juscelino Kubitschek era um médico-cirurgião, como eu, de Santa Casa. E, às vezes, a gente rapidamente... O médico cirurgião é muito rápido.

Enquanto o Henri Fayol ensinou ao mundo os princípios de administração, unidade de direção e unidade de comando – planejar, dar orientação, coordenar e fazer o controle –, o cirurgião resumiu isso em três itens, que é a sua vida. Isso está no livro *Taylor, O Mago da Administração*.

Mozarildo, o pré-operatório, o transoperatório e o pós-operatório. O pré-operatório é o planejamento. O transoperatório é a obra em si. O pós-operatório é o controle. Então, está em cada gesto e na visão de um cirurgião. Por isso que dá certo a administração de muitos cirurgiões.

Mas eu queria dizer e ajudar o Luiz Inácio, que ele esquecesse um pouco os aloprados e nos ouvisse – nós que somos Senadores da República. Primeiro, transporte marítimo é um transporte de carga pesada, para longa distância. Não tem. Porque o Sarney foi Presidente, antes de mim, ele fez logo ali no Maranhão. Se fosse eu, tinha feito no Piauí. E, no Ceará, já vale por dois. Então, o Piauí está no meio, é equidistante.

Mas já está há 100 anos. Então, nós temos que tirar o lucro do prejuízo. Temos que terminar esse porto. Primeiro, é muito fácil ele fazer um terminal de petróleo. Em Paracuru, que é uma cidade perto de Fortaleza – eu fui lá e quando você for, é uma cidade balneária –, rapaz, a obra é muito simples.

São uns canos. O petroleiro fica distante. Entra e reserva de combustível.

Adelmir Santana, então, o petróleo do nosso litoral... Por isso o turismo lá vai mal, a indústria pesqueira... Ele sai de Fortaleza, vai para Teresina, no meio do Estado, e volta para o litoral, para Parnaíba. Ou então sai de São Luiz e vai para Teresina. Então é o mais caro. Os turistas penam. E a indústria do pescado, os barcos pesqueiros... É o petróleo.

Então, com um simples disso aí seria um avanço. No terminal petróleo vinha um porto pesqueiro, um porto misto para levar as cargas para esses portos maiores. Como Itaqui hoje é um dos maiores portos do Brasil, tem uma linha, um transatlântico que vai lá de São Luiz para Holanda, não é? E o Piauí teria uma perspectiva. Em vista disso, ressurgiria a estrada de ferro, acabada.

Alberto Silva foi apoiá-los porque eles prometeram que iria reativar. Dois meses, Parnaíba-Luiz Correa, 14 Km, e Parnaíba-Teresina, em quatro meses. Mentiram... Mentiram... Mentiram... Enganaram o nosso bom velho, o nosso Alberto Silva, engenheiro político, como ele dizia, e não trocaram nenhum dormente. Viu, Adelmir Santana? Por isso, o Alberto deu apoio a ele. Ele queria essa oportunidade para o Piauí. Mas ele está lá no céu, Adelmir Santana. Ninguém está livre de ser enganado, não é, Antonio Carlos Valadares?

As ZPEs... Heráclito Fortes, só conversa essa ZPE. Já pedimos juntos, acabou o prazo e eu e o Heráclito, por várias vezes, prorrogamos, mas não tem nem o terraço. Só conversa. Só mentira.

Uma Universidade do Delta, que o Heráclito sabe muito bem que tem um *campus* muito avançado, com estrutura, e que foi construído por João Paulo dos Reis Velloso. O nome é dele. Transformar numa universidade é rápido. E foi aprovado. Eles não fazem porque não querem, porque o projeto foi nosso, ouviu, Heráclito? Foi o Paulo Renato; do Senado, foi o Alvaro Dias, que deu o parecer favorável. Aprovamos aqui e foi para a

Câmara; e o PT, lá, com inveja, inveja, inveja, à falta de luz, não faz! E o Paulo Renato – teve Deputados do PT que foram contra – pegou, defendeu e foi aprovado.

Então, defendemos essa Universidade do Delta como uma Faculdade de Medicina Federal, porque as que têm lá, Heráclito, a mensalidade é de R\$ 3 mil, essas privadas. Então, quando governei, fiz as universidades do Estado, difundi, porque R\$ 3 mil para um estudante nordestino não é mole, para um pai de família, viu, Adelmir Santana? Só a mensalidade. Os livros são muito caros, a manutenção, viu, Mozarildo?

Então, queríamos isso. E está toda aprovada, toda feita, toda legalizada. E foi o Paulo Renato, que é uma figura ímpar, Ministro da Educação do Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Então, era isso. Não vá na onda desses aloprados, não, Luiz Inácio! Eu quero é ajudá-lo!

Não tem nada, não. Mas ele fica lá, com os bichos miúdos, com inveja. Aí, não sai!

Pontes! O Heráclito tem ajudado muito essa de Luzilândia. Tem a do sesquicentenário. Era para 150, em Teresina; está em 158. O Heráclito fez uma ponte em 100 dias, no mesmo rio, e eu fiz em 90 dias.

Eles passam anos e anos, e é uma ladroagem! Como é que pode! Nunca vi se roubar tanto na história do mundo! No mesmo rio, fiz uma ponte em 87 dias! É o rio Poty, viu, Adelmir Santana? Essa está com mais 8 anos.

Luiz Inácio não tem culpa, mas ele tem que saber as verdades.

Outra: voo. A verdade é que estão um caos as linhas aéreas no País. Só um dado, Adelmir Santa. V. Ex^a é empresário, é o que está ajudando. Havia no Brasil uns 400 aeroportos. Hoje, só há 100 funcionando. Aquelas linhas pequenas que os americanos chamam de “linhas mamárias”, para ligar as pequenas às grandes, subsidiadas pelo grande... Na minha cidade, Parnaíba, que eles dizem ser internacional, não tem nem teco-teco! O Secretário de Cultura de lá, Professor Alcenor, fez um versinho que vou aprender, dizendo que lá só serve para pousar urubu, andorinha, esses bichos.

Em São Raimundo Nonato, só foi construído no computador. Só há no computador uma imagem.

Então, é tão grave, Adelmir Santana! E esse pessoal é despreparado mesmo. Estou aqui querendo ajudar. Isso aqui eu sei mesmo. Adelmir Santa, você, que é de lá – ele está sendo disputado se é piauiense ou maranhense –,

para ir de São Luís a Teresina –, a Medicina de Teresina é muito avançada. Faz-se transplante cardíaco. Coloquei aquele Estado na era dos transplantes.

Então, Adelmir Santana, se ele vai de São Luís para Teresina – olhe o mapa, Adelmir –, ele sai de São Luís, vem para Brasília, passa aí três horas no aeroporto e volta para Teresina. Se é um comerciante, que quer comercializar em São Luís, ele sai de Teresina – olha o voo –, vem de lá para Brasília, fica por aí e vai para São Luís. Antigamente, havia essas linhas mamárias. Isso é fácil. Fortaleza tem uma empresa...

Estou ensinando, quero ajudar, viu, Mozarildo? Como você. Mas eles são despreparados mesmo. Nunca vi! Olhe o tripé: mentira, corrupção e incompetência. Aí, deu no que deu no Piauí: o atraso.

Então, bem aí, em Fortaleza – Fortaleza é do lado, ali –, tem uma empresa: a Transporte Aéreo Fortaleza (TAF), do Ariston. É bom de negócio. Outro dia, eu e o Heráclito conseguimos a Ocean Air, mas o Governador andou, foi lá, usou e não pagou. Aí, o caboclo tirou a linha, Entendeu, Mozarildo? Eles não pagam, não. Os aloprados lá são ruins mesmo! Aí, tirou. Agora, pega essa TAF, que faria uma linha bem ali: Fortaleza-Sobral-Parnaíba, minha encantadora; Teresina-São Luís. Aí, voltava. Fiz isso, quando Governador. Agora, tem que ir lá, tem que ter credibilidade, que eles não têm mais, viu, Luiz Inácio? Por isso, estou fazendo esse apelo ao Governo Federal. Está bem ali a empresa.

É fácil resolver. Eles não têm mais é credibilidade.

Nunca deixou de passar avião na minha cidade. E isso não é só desde o meu Governo, não. Em todos, antes, havia avião. Agora, segundo o Professor Alceonor Candeira, tem um versinho: é só urubu, andorinha, mentira. E diz que é internacional!

A Companhia Energética foi um caos. Foi um caos! Ô Luiz Inácio, Vossa Excelência mandou que me entregassem, e eu recebi, mas vi que aquilo ia para o caos, porque a roubalheira estava grande. Aí, não tenho nada com esse José Dirceu. Daqui, eu disse: Zé Maligno! No segundo Zé Maligno, ele mandou tirar o meu, mas eu queria era isso. Agradeço a José Dirceu, porque está uma roubalheira tão grande, entrou no caos, acabou, e ninguém nunca viu. É apagão todo dia, e o normal é apagão. Vi porque governei o Estado.

Primeiro, eles não deixavam colocar o negócio do PCPR, dinheiro lá, porque isso é para ONG, para roubarem. Eles não deixavam o homem que botei cobrar dos colégios, dos prédios do Governo. Nunca tirei o ICMS; deixava lá, para fazer subestações e investir na empresa, porque aprendi com Juscelino que governar é energia e transporte.

E eu, vendo que ia dar essa desgraça, só tinha um jeito: eu tinha colocado um cara, tinha até mesada lá, um rolo. Daqui, fui o primeiro a chamar, quando Zé Dirceu era forte, quando era o “superzé”. E eu, daqui:

“Zé Maligno!” No segundo Zé Maligno, o Mercadante disse: “Você é doido? O homem vai te tirar.” E eu, opa! Quando ele tirou, agradei, porque, agora, fiquei com minha honra. Todo mundo sabe que com Mão Santa não tem nada disso. Ele botou, mas o Zé Dirceu... Então, tenho é que agradecer.

Luiz Inácio, a companhia energética está falida, está falida. É apagão. Estou falando aqui. Quero o líder do PT. Então, um mês pra isso! Ele nos premia antes de sair. Ele é muito votado, é querido. Votei, em 94, nele.

Outro: o Governador de lá chegou... Sabe por que eu o larguei? Porque, na primeira vez em que fui a uma solenidade, ele disse que ia fazer cinco hidrelétricas – cinco! – no rio Parnaíba. Estava ao meu lado o Presidente do PMDB hoje, Deputado Marcelo Castro. Aí, pensei: rapaz, mentir assim não dá! O Piauí tem uma banda de hidrelétrica. Como é que disse que ia fazer cinco? Cinco! E, depois, para agradar o Alberto Silva, ele disse que ia fazer uma no rio Castelo. Nada! E nós só temos uma banda da hidrelétrica, que serve ao Maranhão e ao Piauí, porque falta eclusa.

Então, Luiz Inácio, vamos terminar essa eclusa! Aí, o rio Parnaíba volta a ser navegável.

Agora, o Governador do Piauí, o “Sr. Mentira”, disse que ia fazer cinco hidrelétricas e já está de saída. Uma no rio Parnaíba e uma no Poti, no Ceará.

Então, Presidente, por amor à verdade de Deus, pelo Piauí – você não tem culpa –, vamos ao menos terminar o que tem lá, a eclusa, para o rio ter navegabilidade. Já foi navegável no passado.

Outro: hospital universitário. Rapaz, lutei muito: Trindade. Essa era uma lida boa, era a melhor que tinha. Essa era mulher de vergonha. Ela morreu aqui, de pedir comigo e está lá. Não tem hospital universitário

Aí, enrolaram, fizeram só um ambulatório. É preciso isso, e oncologia. O Magnífico Reitor tem esse projeto.

Estrada do cerrado. O Piauí tem 11 milhões de cerrado, hein, Adelmir Santana? Você é o rei de lá, da região, não é?

Então, os gaúchos foram para lá, os de Santa Catarina, do Paraná, pessoas ricas que tinham tradição de agricultura, e foram os netos, não tinham mais terra, compraram e desenvolveram. Não é verdade, ô Adelmir? Levamos para lá, para Uruçuí, a Bunge, mas as estradas, nada. E os homens já estão voltando.

E outra: o Governador do Piauí, com pouca luz, míope, tem um projeto arrojado, está ouvindo, Adelmir Santana? Não se fala em refinaria, porque o Piauí não... Isso está na Petrobras. Presta atenção, Adelmir, que você entende das coisas, você é de lá.

Paulistana, sabe onde é, não é? Perto de Picos. Então, uma refinaria lá, porque a ferrovia levaria. Por que Paulistana? Porque o petróleo refinado é carente nas capitais do Norte e Nordeste. Então, Paulistana, que é no sul do Piauí, é equidistante de Boa Vista, em Roraima, do Mozarildo, do Botelho, equidistante ...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – ... de Belém, equidistante de Manaus.

Vinte e dois. Foi bom, em dois minutos, dá para... Hein? Mas vou ser breve.

É equidistante de São Luís, de Fortaleza, de Teresina, de Natal, de João Pessoa e de Sergipe.

Então, realmente: “Não, mas no porto sai mais barato!” Sai.

Uma capital, em qualquer outro lugar, era mais barato ter ficado em Salvador, no Rio de Janeiro, mas Juscelino teve a ousadia e a visão de gastar mais e construir Brasília no coração do País, que se desenvolveu todo.

Então, isso aqui vindo, ô Luiz Inácio, é esse projeto que nós queremos, ver o time lá da mentira, da corrupção e da incompetência...

É uma fábrica de leite. O Piauí tem uma bacia leiteira considerável. Então, fazia-se uma bacia lá. A bacia do Delta tem uma indústria, tem um projeto. Quando eu era Governador, eram dois milhões. O Governo já tem lei aprovada, daria 40%. O Banco do Nordeste eu não consegui porque tinha problemas, mas isso pode ser resolvido com outra coisa ou com uma nova direção dessa Delta, que agora tem um administrador muito competente, José de Lima e Silva, e nós realizaríamos uma fábrica de pó. Imperatriz do Maranhão, ô Adelmir Santana, tem e beneficiaria a bacia leiteira, porque eles têm de vender logo o leite porque estraga, o leite em pó.

Então, são essas as palavras que nós tínhamos para pedir ao Luiz Inácio, para que veja isso aqui.

Quem é o Líder do PT aqui? Augusto Botelho, está aqui. Eu passo às mãos de V. Ex^a as reivindicações sérias do Piauí para o PT, para o nosso Luiz Inácio, porque ele vai daqui a um mês. Quero passar a V. Ex^a. Só diga que ele estude, que mande os técnicos. Aqui não tem nada de aloprado, picaretagem, negócio de corrupção, não.

É o Piauí sério que nós representamos.

Mas para terminar mesmo: Associação Brasileira de Imprensa, Rua Araújo Porto Alegre, Centro, Rio de Janeiro.

Estou com um documento, aqui, que recebi em meu gabinete:

“Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2010.

Caro Zózimo Tavares” – é aquele jornalista, o nosso Carlos Castelo Branco, que escreveu aquele livro que é um sucesso mesmo, *Atentai bem! Assim falou Mão Santa*. Ele recebeu esta carta da Associação Brasileira de Imprensa:

Caro Zózimo Tavares,

Atentai bem!, caro Zózimo, que recebi e agradeço o envio do exemplar de sua preciosa biografia do Senador Mão Santa, feita com rigor de dados e permeada de ponta a ponta pelo bom humor e pela irreverência, talvez, até, por influência do biografado, um dos mais singulares homens públicos do País.

Além de agradecer, quero cumprimentá-lo pela obra, feita, como diria Camões, com engenho e arte.

Abraço afetoso do

Maurício Azêdo

Presidente [da Associação Brasileira].

Então, aquela obra, Adelmir Santana, eu quis comprar hoje, mas não tem mais no aeroporto. Eu tenho recebido muitos convites para lançá-la em Fortaleza, no Recife, em Mossoró, nas capitais do Nordeste. Aqui, foi um êxito, os Senadores compareceram. Em Teresina, eu tinha compromisso aqui e não fui, mas na minha cidade, Parnaíba, eu sou da Academia de Letras, foi uma festa boa. Em Oeiras, que é a ex-capital do Piauí, foi na Câmara Municipal, e na cidade do Zózimo, que é Água Branca, o Prefeito e o povo promoveram.

Então, nós queremos cumprimentar o jornalista, que, sem dúvida nenhuma, hoje, é um dos *best sellers* da nossa literatura.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sadi Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após o pronunciamento do Senador Mão Santa, convidamos para fazer uso da palavra o Senador Adelmir Santana, pelo tempo regimental.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Sadi Cassol, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho, hoje, falar de um assunto que tem me incomodado bastante nos últimos tempos: o desenvolvimento econômico e social do País.

O Brasil talvez tenha sido o País que mais tarde entrou na crise econômica e está entre os que primeiro saíram dela. Essas são afirmações que ouço, com muita frequência, de vários analistas. Mas isso significa que estamos prestes a entrar na lista de países em franco desenvolvimento? É a pergunta que faço.

Em artigo publicado neste domingo, no jornal *Folha de S. Paulo*, sob o título “Faltam Trilhos”, o Pre-

sidente da Fecomércio de São Paulo, Abram Szajman, tece importante diagnóstico a respeito das evoluções e retrocessos que o Brasil enfrenta. Reproduzo-o em partes, neste momento, e peço que se o inclua, na íntegra, para que fique nos *Anais* da Casa este artigo de Abram Szajman, publicado na *Folha de S. Paulo* do dia 7.

Após comentar a passagem incólume do Brasil pela crise, a previsão de crescimento do PIB brasileiro de 5% ao ano e o prestígio brasileiro que resultou em destaque dos Brics e do G20 na escolha da sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas, em 2016, Abram Szajman diz:

“Em contraste com esse cenário idílico, porém, somos surpreendidos por imagens na televisão que por vezes parecem nos mostrar que ‘o Haiti é aqui’, como diz a canção de Caetano Veloso. São famílias inteiras soterradas sob os desmoronamentos causados pelas chuvas do verão, enquanto outras carregam, com água pela cintura, eletrodomésticos comprados à prestação e ainda não pagos, em desesperada tentativa de salvar das enchentes um patrimônio que é pequeno, mas fruto de tanto esforço.”

Continuando, ainda, Abram Szajman:

“Longe de serem obras do acaso, essas e outras ocorrências – como o blecaute que escureceu vários Estados no ano passado, os constantes atrasos aéreos, as estradas esburacadas, as ferrovias sucateadas e os portos saturados – são heranças de décadas de falta de planejamento, execução e manutenção da infraestrutura urbana, energética e de transportes.”

Abram Szajman, meu companheiro da Fecomércio de São Paulo, instituição que também presido aqui no DF, está certo. Estamos estacionados em todos esses itens indispensáveis para garantir o desenvolvimento de um país. As tragédias que nos levam a pensar nessas falhas nos chocam, mobilizam a opinião pública, motivam o Governo a falar em mudanças, melhorias, maiores investimentos, mas quando saem do foco da mídia, os problemas acabam esquecidos. E se repetindo meses depois.

Temos os últimos desastres aéreos, as enchentes em São Paulo, no Paraná, os deslizamentos em Ilha Grande e a seca no Nordeste para comprovar. Como diz Abram, em seu artigo, “já na década de 1940, o previdente líder empresarial Roberto Simonsen advertia que nenhum país cresce e aparece sem uma base que dê sustentação à sua produção e ao seu comércio externo.” E nós continuamos como os mesmos gargalos identificados por Simonsen: fornecimento de energia elétrica, organização dos transportes, mobilização de várias fontes de combustíveis e criação de uma indústria de base.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo de mais de sete décadas, só conseguimos avançar na indústria de base e no aumento das fontes de combustível.

Nenhum governante investiu em fortalecer o transporte sobre trilhos. Temos centenas de quilômetros de estradas férreas enferrujadas e sendo aos poucos abandonadas em todo o País. As cidades e estradas estão congestionadas, desgastadas pelo excesso de carros, ônibus, caminhões, e pela absoluta falta de planejamento e manutenção.

Ferrovias como a Norte-Sul, a Transnordestina e o trem-bala entre São Paulo e Rio permanecem no planejamento.

Programas como o PAC chamam a atenção porque dão visibilidade eleitoral ao governo, demonstram uma intenção de mudar, mas é preciso fazer muito mais para que nossas cidades tenham adequados serviços públicos; para que a população deixe de estar entregue à própria sorte.

É preciso uma educação de qualidade desde o ensino básico até o final da educação fundamental. É por isso que sou a favor da PEC do ensino integral. Temos, atualmente, três PECs sobre isso tramitando no Congresso Nacional: duas na Câmara dos Deputados, uma aqui no Senado.

Na Câmara dos Deputados, a PEC nº 317, de 2008, do Deputado Felipe Maia (DEM – RN) e a PEC nº 134, de 2007, de Alcení Guerra (DEM – PR), tramitam apensadas, aguardando prazo de emendas na Comissão Especial criada para avaliar a criação do atendimento integral no ensino fundamental.

Atualmente, a Constituição garante a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino fundamental, mas não especifica a jornada de estudos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a famosa LDB (Lei nº 9.394, de 1996), estabelece jornada de pelo menos quatro horas em sala de aula para o ensino fundamental, mas prevê que esse ensino seja ministrado progressivamente em tempo integral.

Por isso mesmo, aqui no Senado, o Senador Cristovam Buarque, meu colega aqui da representação do Distrito Federal, tenta dar a sua contribuição, sugerindo uma alteração à Constituição Federal para garantir a nacionalização e a qualidade da educação básica.

Na prática, a PEC 74, de 2005, de autoria do Senador Cristovam, restabelece o atendimento integral para o ensino básico, torna obrigatório o ensino gratuito até o ensino médio, o que engloba brasileiros com até 17 anos, e cria a Poupança Educacional do Brasil.

Tenho a honra de ser o Relator dessa proposta na CCJ. Já apresentei meu relatório favorável com quatro emendas que apenas tentam aperfeiçoar a proposta.

As alterações envolvem diversos aspectos que estão diretamente relacionados à melhoria da qualidade da educação básica em todo o território nacional e a uma maior equalização das oportunidades educacionais entre as diferentes regiões do País.

A educação é luz; ignorância é a escuridão. A quem interessa uma má educação? É incompreensível perceber que ela ainda não é a prioridade dos governos. Somente a educação permite ao cidadão ter a oportunidade de escolha do seu destino, sob todos os aspectos: político, social e econômico.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Às vésperas do evento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, vemos como uma boa educação faz falta. Nossos jovens não estão preparados para recepcionar turistas do mundo todo. Temos uma tarefa inglória: recuperar, em poucos anos, falhas do ensino de décadas.

Em países de menor importância que o Brasil, jovens falam até três idiomas, antes mesmo de entrar na faculdade. É lei no Líbano.

A necessidade de adotar um amplo conjunto de medidas para induzir à melhoria da qualidade da educação básica pública é indiscutível, é urgente.

É por isso que defendo o ensino integral. Com ele, será possível garantir alterações de conteúdo programático, dar maior eficiência ao ensino público, educar o nosso povo. Não devemos implantar a escola integral apenas objetivando manter o aluno no ambiente escolar...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – ... mas aproveitar para revolucionar os conteúdos escolares e a própria profissão de professor.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Adelmir Santana...

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Se o senhor me permitir, Senador Mão Santa, vou só concluir esse raciocínio e darei a palavra a V. Ex^a.

É por isso que defendo o ensino integral, como eu disse. A educação formal será complementada por atividades culturais e educacionais desenvolvidas no chamado contraturno, atingindo a maioria dos alunos de baixa renda, que carecem dessa oportunidade.

Precisamos fazer da educação uma das lutas principais do nosso País. Penalizar os educadores que não cumprem suas metas de educação, mas principalmente conscientizá-los da sua importância. Assim, criamos um ciclo virtuoso:

administrador educado e consciente, educação com prioridade e qualidade. Bom para o País e bom para a democracia brasileira!

Outro setor que merece atenção de todos nós é o empreendedorismo. Temos lutado por melhorias para os empreendedores brasileiros. Garantias para impedir a estagnação, diminuir o número de empresas que fecham as portas e para acabar com a informalidade.

Prova disso é o Empreendedor Individual. Uma vitória conquistada em uma das alterações da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, da qual eu fui relator aqui no Senado, e que contou com apoio dos Srs. Senadores, Deputados, sociedade civil organizada, as entidades ligadas ao empreendedorismo, como Sebrae, a Fenacon, para citar apenas essas duas.

Juntos, criamos essa nova figura que garante a formalização de todo o trabalhador por conta própria, que, assim, passa a ter a inclusão de auxílio-doença, pensão, enfim, todos os benefícios da Previdência.

Não estou aqui, vejam bem, Srs. Senadores, apresentando nenhuma novidade. Estou falando de algo que já está em funcionamento desde julho do ano passado, mas que hoje, finalmente, alcança o País inteiro, que é a questão do Empreendedor Individual. Depois de muitos gargalos, muitos problemas, conseguimos colocar o novo Portal do Empreendedor no ar e podemos continuar a meta de alcançar um milhão de trabalhadores de maneira formalizada em todo o País, no primeiro ano.

Concedo aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Adelmir Santana, V. Ex^a faz um pronunciamento muito feliz, porque relembra a necessidade de educação. E nós sabemos que este é um País novo, as instituições são novas.

E nós fomos colonizados pelos portugueses. Só uma elite, para aprender, tinha que ser lá. Ia para Portugal para ser doutor, e depois... É limitada. Enquanto isso, os espanhóis mandaram ali para Lima, em um mil quinhentos e tanto, para V. Ex^a ter uma noção, a primeira universidade. É lá no Peru, a de São Marcos. E nós somos tão retardatários, tão retardatários... Agora, essa verdade, que é oportuna, a gente tem que levar com seriedade. Porque a Grécia é grandiosa por isto: Péricles, na democracia fez a constituição, na praça, a ágora, com o povo, e lá a constituição dizia que o ensino era obrigatório. E aí você vê que a Grécia é que deu a luz. Foi lá que surgiu o Pai da minha Medicina, o Hipócrates; foi lá que surgiu o Sófocles, o Pai do Meio Ambiente – se hoje nós estamos falando e cobrando, ele já dizia que há muitas maravilhas na natureza, mas a maior maravilhosa é o ser humano –; então, foi lá o da farmácia – e V. Ex^a é um empresário

brilhante –, o Galeno; foi de lá o Platão, com os fundamentos da política; o Aristóteles, e tudo... Mas é na educação. Então, V. Ex^a... Rui Barbosa ficou célebre na nossa educação porque ele dizia: oração e trabalho, e V. Ex^a diz: educação e empreendedorismo. Quer dizer, V. Ex^a repete, com outras palavras, aquele anseio, aquela inspiração e aquele sonho de Rui Barbosa. Ele foi... Oração e trabalho, ele empregava, ele ensinava. Daí o livro *Oração aos Moços*, que foi um dos últimos discursos que ele fez. V. Ex^a cria, alerta e revive este sistema básico: educação e empreendedorismo.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, queria dois minutos, para concluir.

Falando ainda em empreendedores individuais, o Distrito Federal foi a primeira unidade da Federação que conseguiu formalizar esses trabalhadores e já alcançamos mais de 75 mil formalizados somente nos Estados que conseguiram entrar no sistema.

Senhoras e Senhores, vejam bem, estou falando de pessoas que são feirantes, costureiras, vendedores, pipoqueiros, centenas de atividades que antes estavam abandonadas, esquecidas pelo Governo Federal. Isso é mudança, isso é luta. É disso que precisamos.

Com bem diz Abram, em seu texto:

“O trem do desenvolvimento econômico e social não se move por meio de discursos. Para isso faltam trilhos, tanto no sentido figurado como no sentido literal.”

Vamos construir esses trilhos. Depende de nós, representantes da população no Congresso, desobstruir nossos caminhos para o crescimento, pressionar nossos governantes por políticas públicas mais justas. Os brasileiros precisam de nós.

Portanto, Sr. Presidente, peço que seja incluído nos Anais da Casa, de forma integral, o artigo de Abram Szajman, Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Presidente dos Conselhos Regionais do Sesc e do Senac de São Paulo, Presidente do Conselho Regional do Sebrae de São Paulo, meu companheiro, já que sou também sou Presidente da Confederação do Comércio aqui, do Sesc e do Senac.

Fiquei muito orgulhoso do seu artigo e por isso peço que conste dos Anais da Casa, como integrante do meu discurso nesta tarde.

Não estou aqui, vejam bem, mais uma vez, para alardear desesperos, mas para chamar a atenção para o fato de que é preciso que estejamos focados no processo de inovação, para que o País avance.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ADELMIR SANTANA EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Faltam trilhos

ABRAM SZAJMAN

A PÓS PASSAR incólume pela crise financeira internacional, o Brasil é apontado pela unanimidade dos analistas como um dos principais líderes na retomada do crescimento da economia mundial.

Internamente, a previsão é de que o PIB volte a crescer em ritmo superior a 5% ao ano, mantendo o processo de redução da pobreza e inclusão de milhões de pessoas nos mercados de trabalho e de consumo.

Por essas conquistas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não apenas desfruta de índices inéditos de popularidade entre os brasileiros como também recebe prêmios e homenagens internacionais. Todo o prestígio acumulado pelo país contribuiu para que se destacasse no âmbito dos Brics e do G20 e ainda fosse escolhido como sede da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016.

Em contraste com esse cenário idílico, porém, somos surpreendidos por imagens na televisão que por vezes parecem nos mostrar que “o Haiti é aqui”, como diz a canção de Caetano Veloso. São famílias inteiras soterradas sob os desmoronamentos causados pelas chuvas do verão, enquanto outras carregam, com água pela cintura, eletrodomésticos comprados à prestação e ainda não pagos, em desesperada tentativa de salvar das enchentes um patrimônio que é pequeno, mas fruto de tanto esforço.

Longe de serem obras do acaso, essas e outras ocorrências — como o blecaute que escureceu vários Estados no ano passado, os constantes atrasos aéreos, as estradas esburacadas, as ferrovias sucateadas e os portos saturados — são heranças de décadas de falta de planejamento, execução e manutenção da infraestrutura urba-

Se por um lado já está definido aonde o Brasil pode e quer chegar —ao topo da liderança mundial—, resta saber como iremos até lá

na, energética e de transportes.

Veza por outra, quando há uma tragédia que apenas evidencia o descabimento, como os grandes desastres aéreos, as autoridades vêm a público anunciar que vão fazer e acontecer para organizar o setor. Passa o tempo, a imprensa esquece o assunto e os passageiros continuam martirizados em bancos estreitos no interior das aeronaves e fora delas, nos poucos e defasados aeroportos que não conseguem atender com qualidade um movimento sempre crescente.

Já na década de 1940, o previdente líder empresarial Roberto Simonsen advertia que nenhum país cresce e aparece sem uma base que dê sustentação à sua produção e ao seu comércio externo. Dos gargalos que ele identificava —fornecimento de energia elétrica, organização dos transportes, mobilização de várias fontes de combustíveis e criação de uma indústria de base—, só os dois últimos foram razoavelmente desobstruídos ao longo de mais de sete décadas.

Na questão dos transportes, tanto urbano como de carga, estamos na situação oposta a que se encontrava o governo de Washington Luis (1926-1930), para quem “governar era abrir estradas”.

Naquela época, o país inteiro tinha menos de 100 mil automóveis. Hoje,

com nossas cidades e estradas congestionadas pelo transporte sobre pneus, poderíamos dizer que governar é assentar trilhos, sejam de metrô, de trens metropolitanos ou de carga.

Porém, enquanto ferrovias como a Norte-Sul, a Transnordestina e o ansiado trem-bala entre São Paulo e Rio permanecem como miragens, o metrô paulistano avança a passos de cágado, com a implementação de apenas 1,5 km por ano desde o início de sua construção, em 1968.

Inexiste uma ação coordenada entre os três níveis de governo, responsáveis pelas questões de infraestrutura, para o equacionamento dos problemas mais agudos, o que se verifica tanto no episódio das enchentes que assolam o Sul e o Sudeste como na crônica seca do Nordeste.

Para além da visibilidade eleitoral que possam ter programas como o PAC, é preciso fazer muito mais para que nossas cidades —onde efetivamente vivem as pessoas e onde acontecerão os jogos da Copa e da Olimpíada— deixem de parecer acampamentos medievais, sem lei e sem adequados serviços públicos, com a população entregue à própria sorte.

Esse é o debate que precisa prevalecer na campanha eleitoral que se avizinha. Se por um lado já está definido aonde o Brasil pode e quer chegar —ao topo da liderança mundial—, resta saber como iremos até lá. O trem do desenvolvimento econômico e social não se move por meio de discursos. Para isso faltam trilhos, tanto no sentido figurado como no literal.

ABRAM SZAJMAN, 70, empresário, é presidente da Fecomércio-SP (Federação do Comércio do Estado de São Paulo), dos conselhos regionais do Sesc (Serviço Social do Comércio), e do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e do Sebrae-SP (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após o pronunciamento do Senador Adelmir Santa, convidamos para fazer uso do palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, pelo tempo regimental. Logo após, o Senador Augusto Botelho, pela inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, eu cheguei aqui neste Senado no ano de 1995, eleito através de uma coligação de Partidos de esquerda, onde constavam, dentre outros o PT, o PSB, o PDT e o PCdoB.

O nosso candidato, o Presidente Lula, em 94, perdeu as eleições, e quem ganhou foi Fernando Henrique Cardoso. Por isso que, em aqui chegando, mantive a minha coerência, como sempre fiz ao longo da minha vida.

Passei a fazer, neste Senado, uma oposição construtiva, uma oposição destituída de qualquer radicalismo contra o então Presidente Fernando Henrique Cardoso. No Governo, ele aparecia como um Presidente cordial, tendo os seus erros e os seus acertos. Nos erros, ele era tenazmente combatido aqui. Tratava os seus adversários com urbanidade, sem irritação, sem menosprezos. Tanto isso é verdade que durante todo o seu Governo, em oito anos, eu só fui ao Palácio do Planalto uma vez. Eu participava da Mesa do Senado e, ao lado de Ramez Tebet, que era o Presidente desta Casa, fomos fazer uma visita a Fernando Henrique Cardoso, já ao apagar das luzes do seu Governo. Estava ali um Presidente da República que eu havia combatido durante oito anos seguidos e mantive, naquele contato, uma conversa totalmente amistosa. E tive a melhor das impressões sobre a figura ilustre do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mas hoje, Sr. Presidente, talvez levado pela emoção de uma prévia eleitoral, o Presidente Fernando Henrique Cardoso saiu das estribes, saiu do normal. Perdeu, num determinado instante, a tranquilidade que Sua Excelência sempre transpareceu ao longo da sua carreira política, principalmente respeitando os seus adversários.

Eu li na imprensa, decepcionado e frustrado, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso havia chamado a pré-candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff, de boneco e que o Presidente Lula era um verdadeiro ventríloquo, através do qual falava a sua pré-candidata.

Eu acho que isso é uma falta de respeito. E eu não esperava isso do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, como eu disse, sempre foi um homem cordial, respeitoso. Mas que emoção o teria levado a

esse equívoco? Por que mudou a sua cabeça, de um dia para o outro, e passou a fazer uma agressão intempestiva a uma sua adversária política que o trata com o maior respeito e consideração? O fato de haver uma comparação entre governos?

O fato de haver uma comparação entre governos? Ora, se entre companheiros de um mesmo partido há uma comparação, o que considero salutar, até para melhorar a vida do cidadão, a evolução da sociedade, imagine um comparativo entre governos adversários, entre políticos adversários. Tem de haver. Essa comparação é mais do que democrática, é necessária ao aperfeiçoamento da gestão de governo, à melhoria da qualidade de vida da nossa população e a novas conquistas que precisam ser conseguidas pelos nossos governos. De modo que o fato de que o Presidente Lula, a Dilma Rousseff ou qualquer um de nós venha a fazer comparativos entre o Governo atual e o Governo passado, de Fernando Henrique Cardoso, não constitui nenhum desdouro. Antes, pelo contrário. Quando fazemos um comparativo, estamos também ajudando o adversário naquilo que atacamos como erro que fora cometido no passado.

Por exemplo, é sabido, é público e notório, e aí não vai nenhuma ofensa ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que ele mergulhou por um caminho que considere totalmente equivocado. Quando o seu Governo estava já no apagar das luzes do primeiro mandato, ele resolveu empunhar a bandeira da sua própria reeleição.

Esse é um histórico que não podia fazer parte da carreira política de um homem como Fernando Henrique Cardoso. No entanto, todos os meios suasórios possíveis e imagináveis foram utilizados para a obtenção da reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi, eu sei que foi. O seu segundo mandato, que poderia não ter acontecido, e ele passaria para a história como um Presidente que preservou uma tradição brasileira de quatro ou cinco anos de mandato sem reeleição; hoje ele seria realmente uma figura, do ponto de vista histórico, intocável.

Entretanto, quando ele não mais exerce o mandato, mas é um dos mais lídimos atuantes do PSDB, vem a público, para jogar ofensas a torto e a direito, sem avaliar as consequências e os efeitos de suas palavras, já que se trata de um homem vivido, experimentado e que tinha e tem o respeito de todos nós.

Também S. Ex^a não vai ofender-se, se nós falarmos que foi durante o seu governo que o Brasil quebrou.

Em 1999, o Brasil atingiu o clímax de sua debacle financeira. Quem não se lembra de que as reservas do Brasil caíram de US\$70 bilhões para quase US\$30

bilhões? O Brasil só não quebrou mesmo, de verdade, porque, como dizem os brasileiros, Deus é brasileiro.

O Brasil ficou, então, totalmente desguarnecido com a sua economia, sem reservas e com a credibilidade lá embaixo, com os investidores correndo do nosso País. Se compararmos hoje, temos reservas internacionais que atingiram US\$240 bilhões, mais de oito vezes as reservas de 1999, quando Fernando Henrique Cardoso era Presidente da República.

Foi durante o seu Governo, Presidente, o governo de Fernando Henrique Cardoso, que aconteceu um fato inusitado: o Senado Federal aprovou a famosa CPI dos Bancos, porque bilhões de dólares sumiram do Brasil em virtude de

fraudes acontecidas em bancos como o Econômico, o Nacional. E eu propus uma CPI, para apurar aquelas irregularidades, aquelas fraudes. Sabe o que aconteceu? O Sr. Fernando Henrique Cardoso tudo fez para derrubá-la, mas a CPI aqui foi aprovada. Foi aprovada no Plenário, foi instituída, eleito o Presidente, eleito o Vice-Presidente, e o Presidente da República entrou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, para impedir o funcionamento da CPI. Nós queríamos saber as mazelas que aconteceram com o beneplácito do Banco Central e do Governo Federal com relação aos escândalos financeiros que foram denunciados pela imprensa, por meio dessa CPI.

E o que aconteceu? O Senado perdeu por um voto: Maurício Corrêa. Por um voto, repito, perdeu a realização de uma CPI, para investigar os bancos no Governo Fernando Henrique Cardoso, um equívoco cometido por ele. Quem sabe, a regularização do sistema financeiro do Brasil teria acontecido muito mais rápido, se essa CPI tivesse sido realizada e as investigações feitas na forma da lei e do Regimento Interno do Senado Federal.

Também acho que o Presidente não vai ofender-se, nem chamar mais ninguém de boneco, se eu disser que ele empreendeu um sistema de depredação do patrimônio público nacional. Foi durante o seu Governo que se vendeu a Vale do Rio Doce a preço de banana, uma das maiores companhias do Brasil.

Só não vendeu a Petrobras... Não foi por nada, não, Sr. Presidente. Quase que seria vendida. Quando veio para o Senado a emenda à Constituição da quebra do monopólio, eu apresentei uma emenda à Constituição que foi aprovada pela Comissão de Justiça, e ela já estava no Plenário para ser aprovada, proibindo-se, terminantemente, a venda da Petrobras. Foi então que Fernando Henrique Cardoso, com receio de a própria queda do monopólio ser derrubada aqui no Senado ou mesmo de o projeto voltar para a Câmara dos Deputados, retardando os seus planos de privatização,

mandou uma carta para o então Presidente do Senado e para todos os Senadores – inclusive recebi essa carta –, comprometendo-se a não vender a Petrobras, enquanto fosse Presidente da República.

Bem, aí quero fazer justiça: o Presidente Fernando Henrique Cardoso cumpriu a palavra, não vendeu a Petrobras, mas ameaçou; teve vontade, mas não conseguiu, assim como fez o governo da Argentina mais ou menos na mesma época.

Eu gostaria também que o Presidente não se ofendesse com o fato de as taxas de juros no Brasil teriam ido para a estratosfera no seu governo, passado de 22% para 34% ou 35%. Não foi no Governo do Presidente Lula; foi no dele.

Isto é, o Brasil, no governo passado, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi o campeão de juros do mundo inteiro, empunhou a bandeira da quebra de empresas que passaram a encontrar dificuldades no mercado para tomar empréstimos. Em comparação, hoje, as facilidades de crédito são tremendas no BNDES, no Banco do Brasil, no Banco do Nordeste. O Pronaf funciona a contento, a agricultura familiar. Milhões e milhões de empregos são gerados hoje por meio do quê? Do crédito bancário baixo, ou seja, taxas de juros baixíssimas, uma das menores taxas de juros que o Brasil já obteve. Isso aconteceu no Governo do Presidente Lula.

Portanto, Sr. Presidente, para não tomar o tempo dos oradores que vão falar depois de mim, eu gostaria de dizer aquilo que Senador Alvaro Dias falou: vamos fazer uma campanha equilibrada. E que haja comparações; que ninguém seja proibido de comparar, porque, do contrário, não estaremos vivendo em uma democracia.

É o regime do eu sozinho? Só um lado pode falar? Os predicados estão só de um lado e os defeitos, do outro? Não. Reconhecemos que há falhas no nosso Governo, mas as virtudes superam os defeitos. O Governo que se diz democrático tem de aceitar com galhardia, elogiando, até aplaudindo os seus críticos, porque estes servirão de balizamento para a melhoria das atividades governamentais.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Sadi Cassol, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o Senador Antonio Carlos Valadares, de vida política brilhante. Foi ex-Prefeito, ex-Governador e um dos mais brilhantes Senadores da República.

Convidamos, agora, para uma comunicação inadiável, o Senador Augusto Botelho, que representa Roraima e é do Partido dos Trabalhadores.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última sexta-feira, o Ministério Público de Roraima chegou à maioria: completou 18 anos de existência. A comemoração oficial do aniversário acontecerá no dia 26 de fevereiro, em Boa Vista, mas quero aproveitar a sessão de hoje para prestar uma homenagem aqui do Senado ao órgão que tanto contribui para o crescimento do nosso Estado.

Sr. Presidente, o Ministério Público de Roraima foi criado em 5 de fevereiro de 1992, com o objetivo de atender aos anseios da sociedade roraimense e de todas as classes sociais existentes em nosso Estado, das pessoas que procuram os serviços oferecidos por essa instituição, na defesa dos direitos dos cidadãos.

Sabemos que o Ministério Público, com fundamento na Constituição Federal, é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais, individuais e indisponíveis.

Foi graças à Constituição de 1988, que consolidou o regime democrático no Brasil, que a luta pelos direitos humanos passou ser a luta pela efetiva implementação dos direitos adquiridos através da nova Carta.

A partir daí surge um novo perfil no Ministério Público, como importante defensor dos direitos do cidadão. Está lá no art. 127 da Constituição Federal:

“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais, individuais indisponíveis”.

Em outras palavras, o Ministério Público é o fiscal da lei e do cumprimento da lei pelo governo, o representante dos cidadãos no Judiciário, a instituição que atua para defender a democracia. E também os interesses sociais e individuais indisponíveis são, por exemplo, o meio ambiente, o patrimônio público, o direito à vida, à educação, à saúde e à educação.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, também de Roraima.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Augusto, eu quero me associar às palavras de V. Ex^a, parabenizando o Ministério Público do nosso Estado e quero dizer que, como Constituinte, fiquei muito feliz de ver primeiro a transformação de Roraima em Estado, depois a implantação dos órgãos próprios,

como, no caso, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Tribunal de Contas, o Ministério Público. Muita gente pode não perceber, mas quem se atentar ao que era Roraima antes como território e vê hoje Roraima como Estado vê a diferença, por exemplo, na atuação do Ministério Público, que é atuante, vigilante e, portanto, defende esses direitos que V. Ex^a bem especificou, e é indispensável para que, de fato, se faça justiça e se tenha a fiscalização da boa aplicação da lei. Parabéns, portanto, pela iniciativa do pronunciamento. E, por intermédio de V. Ex^a, quero me associar aos cumprimentos ao Ministério Público do Estado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Nós, que somos de Roraima e sabemos como eram as coisas antes no Estado, vimos a importância do nosso Tribunal de Justiça. A justiça agora chega às pessoas. Ainda estamos lentos. Queremos melhorar a qualidade, a agilidade da justiça, mas está muito diferente. Pode-se dizer que está 10 mil vezes melhor do que era na época em que éramos território.

Com a Carta de 1998, o papel do Ministério Público foi significativamente alterado. A instituição passou a ter vida própria. Ganhou, por exemplo, o direito de propor na Justiça a ação civil pública, que serve para defender os direitos e interesses da coletividade. O MP deixou de ser o advogado do Estado para se tornar o advogado da sociedade.

Também conseguiu independência e autonomia.

Sr^{as} Senadoras, Sr. Senador Mão Santa, Presidente, Senador Mozarildo, Senador Cassol, passados 18 anos, já foram realizados sete concursos públicos para o provimento de cargos de promotores e três para servidores do Ministério Público Estadual de Roraima. No último concurso, realizado em julho de 2008, o MPE empossou sete novos promotores para atuar junto às comarcas de Boa Vista, Caracaraí, São Luiz do Anauá, Mucajaí, Rorainópolis, Alto Alegre e Pacaraima. Hoje o Ministério Público é composto por 41 membros, dentre eles sete procuradores e 34 promotores de Justiça.

Outro grande passo foi a inauguração do novo prédio da Instituição Ministerial denominado “Espaço da Cidadania”, criado para abrigar todas as Promotorias de Justiça com demandas tipicamente sociais, entre elas a Promotoria de Defesa da Infância e Juventude, a Promotoria de Defesa do Consumidor e Cidadania, a Promotoria do Meio Ambiente e a Promotoria da Família. Temos também uma promotoria para defender os Portadores de Necessidades Especiais e Idosos e a Promotoria de Defesa do Direito à Educação. Desde que abriu suas portas, foram atendidas no Espaço da Cidadania mais de sete mil pessoas.

Durante todo o ano de 2010 serão promovidas várias atividades alusivas ao aniversário, como: audiências públicas com temáticas relevantes à sociedade, palestras para os acadêmicos e operadores do Direito, eventos de lazer visando à integração do Ministério Público Estadual com a sociedade roraimense. Farão também uma *blitz* educativa e anda uma ação social comunitária no encerramento das comemorações.

Por tudo isso, quero parabenizar o Ministério Público de Roraima pelos seus 18 anos de existência, na figura da atual Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, a doutora Cleonice Andrigo Vieira. Quero parabenizar também todos os servidores e servidoras do Ministério Público Estadual pelos bons serviços prestados à população roraimense – a nossa chefe do Ministério Público é uma procuradora.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer, para não deixar passar o dia da maioridade do nosso Ministério Público em branco aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos para usar da palavra o representante do Estado de Tocantins, do Partido dos Trabalhadores, Sadi Cassol.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Estimado Presidente Mão Santa, demais Senadoras e Senadores, nesta segunda-feira, eu venho à tribuna para fazer um registro de uma festa muito bonita que aconteceu no sábado lá em Palmas. Mas, de um lado, também um pouco triste, porque a festa era destinada à despedida do Primeiro Arcebispo da nossa capital, o Primeiro Arcebispo do Estado de Tocantins, Dom Alberto Taveira Corrêa.

A sociedade toda de Palmas, do Tocantins, vai sentir muito essa transferência pelo trabalho bonito do Dom Alberto. Quando ele chegou, Presidente, em Palmas, há 14 anos, só tinha um padre.

Veja o trabalho de implantar todo um serviço da igreja, da comunidade, onde não tinha a mínima estrutura, não tinha uma igreja sequer – apenas alguns locais se definiam para as orações e a celebração da missa. Dom Alberto chegou como primeiro arcebispo do Tocantins. Em 14 anos, hoje tem mais de 20 paróquias a capital, Palmas, e mais de 50 padres, inclusive com seminários também. Ele foi transferido para Belém do Pará. Vai assumir a diocese de Belém do Pará.

Quero fazer esse registro de agradecimento a Dom Alberto pelo trabalho desenvolvido na nossa capital, no Estado do Tocantins, um trabalho silencioso, muito humilde, muito competente, muito persistente.

Ele marcou profundamente a sua estada em nossa capital. Tive oportunidade, há cinco anos, quando era Vereador da capital, de dar um título de cidadão palmense a Dom Alberto pelo trabalho brilhante que vinha e vem desenvolvendo na nossa capital.

Portanto, quero que fique registrado nesta Casa esse nosso reconhecimento, em nome da comunidade tocantinense, pelo brilhante trabalho de Dom Alberto na nossa capital. Desejar a ele todo sucesso possível na nova diocese de Belém do Pará, onde, com certeza, com a mudança de 200 mil habitantes de Palmas para dois milhões em Belém do Pará, terá muito trabalho também. Aquela comunidade, com certeza, vai precisar muito do trabalho de Dom Alberto, porque ele é muito competente, muito operante.

E, com certeza, aquela comunidade também vai sentir o reflexo do bom trabalho que será implantado lá.

Então, quero parabenizar o povo do Pará, especialmente de Belém, por estar recebendo uma figura tão importante da Igreja Católica, mas não só por ser da Igreja Católica, uma figura tão importante para a sociedade lá de Belém e do Pará, que, com certeza absoluta, em pouco tempo irá movimentar aquela sociedade, cada vez mais em benefício da própria comunidade.

Então, os nossos agradecimentos a Dom Alberto por tudo o que fez na nossa capital, no nosso Estado, desejando sucesso e bem-estar na nova missão a que foi conduzido lá em Belém do Pará. Portanto, deixo este registro nesta Casa, para que fique registrado o nosso reconhecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há dois oradores inscritos. Peço informação aos secretários executivos aqui, que são muito eficientes, José Roberto e João Pedro. Estão inscritos Valdir Raupp e Heráclito Fortes – se eles pretendem usar da palavra.

Tem algum expediente para lermos enquanto eles chegam?

Este é o Senado da República do Brasil. Esta é a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs Senadores que o período do Expediente da sessão deliberativa ordinária do dia 10 do corrente, quarta-feira, será destinada a marcar a mobilização e as atividades do primeiro dia e da primeira Semana Nacional do Combate ao Trabalho Escravo, nos termos do Requerimento nº 35, de 2010.

Hoje, às 11 horas, houve uma sessão especial em que o Senado da República comemorou o Dia Nacional do Aposentado. Às 14 horas, foi iniciada esta sessão não deliberativa, em que usaram da palavra

os seguintes Senadores: Marco Maciel, José Nery, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, Alvaro Dias, Mão Santa, Adelmir Santa, Antonio Carlos Valadares, Augusto Botelho e Sadi Cassol.

Nada mais havendo a tratar... A não ser que alguém chegue e dê alguma informação, se ainda quiserem usar da palavra os oradores inscritos...

Senador Paulo Paim. Depois de grande esforço de ter feito uma bela reunião, comemorando o Dia do Aposentado, volta ao plenário o Senador Paulo Paim, que representa o Partido dos Trabalhadores. Ele é do Rio Grande do Sul, mas, sem dúvida nenhuma, a sua dedicação fez com que ele não fosse uma figura querida e amada somente pelos gaúchos, mas por todo o Brasil.

Pode usar da palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Senador Cassol, Senadoras e Senadores, de fato, Senador Mão Santa, V. Ex^a presidiu, hoje pela manhã, uma sessão histórica para uma segunda-feira. Muitas pessoas duvidavam que, numa segunda-feira, os aposentados e pensionistas de todo o Brasil estariam aqui em Brasília. Acho que foi a sessão mais concorrida em matéria de presença dos interessados: galeria lotada, plenário lotado, aqui, o espaço dos convidados, mesmo a tribuna da imprensa, o cafezinho, os corredores.

Eu diria que cerca de novecentos homens e mulheres de cabelos brancos, representando suas respectivas entidades, estiveram aqui: Sindifisco, Anfip, Fenafisp, Centrais Sindicais, Confederações, Sindicatos, Cobap. Muitas delegações vieram de ônibus, outros vieram de carro, alguns são daqui de Brasília, outros vieram em aviões com um único objetivo: demonstrar ao Congresso Nacional que os aposentados e pensionistas reconhecem, meu amigo Senador Cassol, que o Presidente Lula está fazendo um grande Governo.

Eu mesmo, daqui, mostrei dados sobre ações governamentais que sei que eles conhecem e respeitam. Mostrei a importância do Luz para Todos; mostrei a importância do Bolsa-Família, que hoje beneficia mais de doze mil famílias; mostrei que, no campo do emprego, no Governo Lula geramos 11,5 milhões de novos empregos: tínhamos em torno de 29,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada e hoje temos 41 milhões de trabalhadores com carteira assinada; mostrei que, entre os países do G-20, somente o Brasil concedeu aumento real para os trabalhadores, e foi da ordem de 4,5%; mostramos aqui que, no ensino técnico, o que o Presidente Lula fez não foi feito em cem anos pela elite brasileira – saiu de algo em torno cento e poucas escolas técnicas para, até o fim do governo, mais de

trezentas escolas técnicas, um crescimento em torno de 100% até o fim do governo em matéria de escola técnica neste País; mostramos aqui o que crescemos no campo das universidades; mostramos aqui os investimentos na área de habitação; mostramos aqui o que vai ser o Minha Casa Minha Vida, um milhão de casas; falei aqui de uma obra cuja inauguração tive a alegria de acompanhar ao lado do Presidente Lula e da Ministra Dilma neste fim de semana lá no Rio Grande do Sul, que é o Ceitec, obra que está concluída – é a maior fábrica, a única fábrica aliás, de *chips* de toda a América Latina, com condição, lá em Porto Alegre, de produzir até cem milhões de *chips* por ano –; falei da importância do investimento na rede de esgoto – participamos de evento na cidade de São Leopoldo; falei aqui também de um grande evento do Dante Baroni com a Ministra Dilma, com o Ministro Tarso e outras personalidades, com a presença de prefeitos, vereadores e sindicalistas, um evento suprapartidário no qual, após a exposição sobre o PAC – o Ministro Tarso falou de seu trabalho no Ministério da Justiça –, a Ministra Dilma foi aplaudida de pé. Falei tudo isso, Senador Cassol e Senador Mão Santa, fiz esses relatos e apresentei os números que aqui descrevi.

No fim, eu disse que avançamos, que demos um pequeno passo na questão dos aposentados. Se aumento correspondente a 50% do aumento registrado no PIB se reflete no salário dos aposentados a partir de 1º de fevereiro, isso foi fruto dessa grande mobilização. Queremos, e naturalmente estamos trabalhando para isso, chegar aos 100% do PIB, queremos mudanças profundas no Fator Previdenciário. O que quis com isso demonstrar é que os aposentados e pensionistas do Brasil reconhecem...

E falei, inclusive, que o jornal *Le Monde* e o *El País*, um da França e outro da Espanha, consideraram o Presidente Lula o homem do ano. Eu terminei dizendo que, resolvendo essa questão ainda encerrada dos aposentados e pensionistas, com o equacionamento da questão do Fator e do não-reajuste integral, o Presidente Lula encerra o seu mandato, na minha avaliação, ganhando taça de ouro, medalha de ouro, com certeza absoluta.

Então, Senador Cassol, é um movimento justo, um movimento que não é contra ninguém e nem merece esse belíssimo governo que o Presidente Lula está fazendo junto com a Ministra Dilma. É um justo movimento daqueles homens que já caminham de forma lenta, daqueles homens que gastam o seu salário com remédios – nem o plano de saúde conseguem pagar. É justo o que eles estão reivindicando nesse movimento em nível nacional. Eu me comprometi aqui a tentar uma audiência com o Presidente ou com a Mi-

nistra para buscarmos uma solução que garanta uma política definitiva para os idosos do nosso País.

Antes de passar a palavra para V. Ex^a, lembro que terminei dizendo que sou um apaixonado pela ideia da consolidação das leis sociais e gostaria muito de aprovar essa consolidação ainda este ano, mas queria que, dentro dessa consolidação das leis sociais, estivesse uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas e mudanças profundas no Fator Previdenciário.

Senador Cassol, por favor.

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – V. Ex^a, Senador Paim, é um verdadeiro defensor das classes mais necessitadas do País. O Brasil todo conhece e reconhece o seu trabalho. Eu fico muito feliz em ouvir essas explicações, inclusive porque, na semana passada, eu trouxe alguns números referentes às contas sociais bancárias do Governo Lula a este Senado. Essas contas trazem dignidade a mais um segmento social, um segmento que começa a fazer parte de uma sociedade da qual era excluído até então. Mesmo com o Bolsa-Família, não tinha conta bancária e, consequentemente, tinha de ir ao caixa para sacar o seu dinheiro e, de lá, às vezes eram roubados na rua, logo após a retirada do dinheiro. Além disso, muitas vezes – e isso a imprensa já cansou de divulgar, não estamos inventando nada aqui –, mães de família que recebem o benefício do Bolsa-Família chegavam em casa e os maridos lhes tomavam aquele dinheiro e as deixavam sem poder comprar arroz, feijão ou óleo. Com essa conta social bancária, essas mesmas donas de casa vão ao banco, sacam R\$10, compram o arroz e deixam R\$90 guardados. Então, essa foi mais uma das grandes atitudes do Governo Lula em favor dos mais necessitados que queremos parabenizar. Queremos também nos associar a esse trabalho de V. Ex^a junto às comunidades mais necessitadas. Parabéns, continue assim Senador, porque, com certeza, o Estado do Rio Grande do Sul, ao qual V. Ex^a se apresenta novamente como pré-candidato a Senador, vai reconhecer isso sob a forma de uma votação expressiva. Que os gaúchos possam atestar para o resto do Brasil o seu trabalho, dando-lhe uma das maiores votações da história do Rio Grande do Sul. Parabéns, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cassol. V. Ex^a sabe do carinho e do respeito que tenho por sua história e por sua vida. Ainda que tenha pouco tempo de Senado, V. Ex^a já conquistou não só os Senadores e Senadoras com suas posições: com certeza, o Estado de Tocantins também está vendo o trabalho que V. Ex^a está fazendo aqui.

Por isso, uma saudação de sua parte, falando um pouco do nosso trabalho e do trabalho do próprio

Presidente Lula, é um momento de muita alegria e de muita satisfação para mim. Muito obrigado pelo aparte, ele vai ser inserido no meu pronunciamento.

Mas, Senador Mão Santa, eu aproveito este momento também para, rapidamente, informar a Casa que esse debate sobre a redução de jornada de 44 para 40 horas está avançando. Eu confesso que vejo com simpatia a posição assumida nos últimos meses pelos trabalhadores e por um setor do empresariado. Eles estão fazendo uma discussão que pode caminhar no sentido de uma vitória.

Eu não vou entrar em detalhes aqui, mas acredito que a redução poderá ser alcançada, ainda que seja de uma hora por ano. E por que digo isso? Estou sendo fiel ao projeto que apresentei na Câmara e no Senado. Na Câmara, junto com o Senador Inácio Arruda, ambos Deputados, apresentamos uma PEC propondo a redução de jornada de 44 para 40 horas semanais. Aqui no Senado, eu apresentei uma outra e nela digo o seguinte: num primeiro momento, de 44 para 40 e, depois, redução de uma hora por ano até se chegar às 36 horas.

O que percebo? Entre o ideal e o possível, há uma distância, mas caminha-se para uma composição das duas PEC, composição que pode significar a redução de uma hora por ano e um limite que pode ser construído mediante entendimento.

Acho que o bom senso está prevalecendo. Claro que eu prefiro a proposta original. Se me perguntassem, 44 para 40 e, daí para frente, reduziria uma hora por ano, sem redução de salário. Espero que se construa um grande entendimento e que isso possa gerar outros milhões de empregos para toda nossa gente.

Ainda hoje eu dizia: quando falo 11,5 milhões de novos postos de trabalho, significa que 11,5 milhões de pessoas passaram a contribuir para a Previdência. Consequentemente, isso aumenta. É aquilo que chamo de superávit da Previdência para garantir um salário decente para os nossos aposentados.

E eu falava aqui: que bom, Senador Mão Santa, que não temos mais nenhuma dívida com o FMI. Eu dizia, hoje pela manhã, que fui daqueles... Completo 60 anos no dia 21 de março. Estão todos convidados. O Senador Mão Santa já confirmou que vai, em Porto Alegre, a um grande evento. O Senador Sadi Cassol está vendo a sua agenda.

Nesses meus longos anos, no mínimo 40 anos, de atividade sindical e política partidária, cansei de andar com as faixas “fora daqui o FMI”. Hoje, podemos dizer que o FMI é que nos deve US\$15 bilhões. Isso mostra que a economia está bem, que nós estamos avançando.

Quando eu falo de tanta coisa positiva no campo econômico e social, é porque entendo que estamos vivendo, eu diria, o melhor momento dos últimos 50 anos. Por isso, temos que olhar para os nossos queridos aposentados e pensionistas. Temos que olhar mais para os nossos idosos. É claro que temos que olhar para as crianças, para os adolescentes, para os novos postos de trabalho, mas nós temos que olhar também para aqueles que dedicaram a sua vida para este belo momento acontecer.

Se hoje estamos neste momento que aponta que seremos, rapidamente, a quinta maior economia do mundo... Todos os indicadores apontam nesse sentido. Neste momento, nós temos o pré-sal, que, conforme os entendidos, daqui a dez anos, pode gerar em torno de US\$15 trilhões para a nossa economia, lucro líquido em torno de US\$5 trilhões. Ora, isso mostra que estamos no caminho certo para atender ao conjunto da nossa gente.

Como foi bom eu pegar hoje o *Correio Braziliense*. Pela manhã, eu o mostrei aqui da tribuna, Senador Sadi Cassol. O que diz o *Correio Braziliense*? Nos países que flexibilizaram os direitos dos trabalhadores, o desemprego dobrou. Citei aqui uma série de países. Eu me lembro da Espanha. Eu tinha a tabela comigo. No Brasil, que não flexibilizou, o desemprego diminuiu pela metade. Antes do Governo Lula, a taxa era de 10,5 de desempregados; hoje a taxa é de 6,2. São mais ou menos esses os dados. Mostrei que, nos Estados Unidos, na França, na Espanha, na Itália, enfim, nos países que flexibilizaram os direitos, o desemprego aumentou. Nos países que mantiveram os direitos mínimos...

Eu falei, com orgulho, que, quando eu era Deputado Federal, o dia em que decidi vir para o Senado foi quando, na Câmara, perdi da tribuna. Lembro-me como se fosse hoje. Eu estava na tribuna e disse: "Vocês estão arrancando a Constituição se flexibilizarem os direitos". Puxei e daí, efetivamente, saiu o corpo da Constituição. Daí começou uma guerra no plenário porque acharam que eu estava ferindo a Carta Magna. Eu disse: "Vocês é que estão ferindo, vocês é que estão arrancando os direitos sociais quando estão flexibilizando".

Perdi aquela votação depois de duas horas de pauleira, saí quase no tapa no plenário. Quase não, saí no tapa. Voou Constituição para todos os lados. Eu disse: "Vou ao Senado com o único objetivo de derrubar esse projeto lá". Felizmente, o primeiro projeto que nós derrubamos aqui – e queremos fazer justiça – com a ajuda do Governo eleito, do Presidente Lula... Naquela época, o Ministro do Trabalho era Jacques Wagner. Foi a primeira coisa que a gente fez. Fiz um

requerimento e, baseado no requerimento, conseguimos arquivar aquele projeto flexibilizado. Que bom que conseguimos derrubar aquele projeto que iria flexibilizar os direitos dos trabalhadores. Que bom, Senador Sadi Cassol – e agora vou terminar – que podemos dizer hoje... O Senador Amir Lando, se não me engano, está aqui. Estou olhando, devagar e longe, pela idade. V. Ex^a, que esteve tanto tempo junto conosco nas sessões, lembra-se também da luta para ultrapassarmos os US\$100. Que bom que hoje podemos dizer que o salário mínimo ultrapassou os US\$270! Que bom! Um crescimento de quase cinco vezes. Na época era em torno de US\$56. Este é o momento que estamos vivendo neste País.

Por fim, Senador Mão Santa, os aposentados e pensionistas estão, como disse pela manhã, estão muito, muito vivos. Eles continuarão nessa mobilização. Virão a Brasília quantas vezes forem necessárias. Vão realizar o Congresso dos Aposentados no meu Rio Grande, provavelmente na cidade de Caxias do Sul, um evento que deve reunir em torno de três mil aposentados. Qual o objetivo?

Fazer com que esse evento se repita em todos os Estados, mobilizando os Deputados Federais para que eles votem a favor de um projeto de entendimento que garanta uma política permanente de reposição.

E V. Ex^a, Senador Mão Santa, que foi Relator do fim do fator, faça com que essa conquista definitivamente seja assegurada para aqueles que vão se aposentar. Porque os que vão se aposentar é que são atingidos com o fator. Alguns se enganam e dizem o seguinte: "Se no cálculo do fator eu não tiver ainda 60 anos de idade, poderei me aposentar com salário integral?" Não, porque ali está vinculado a idade. Porque o fator trabalha com idade, tempo de contribuição e expectativa de vida. Ali está cravado também a idade. E no nosso projeto do fim do fator basta que você tenha o tempo de contribuição para ter direito à aposentadoria integral.

O Senador Valdir Raupp chegou. Eu estava esperando S. Ex^a chegar para poder concluir minha fala.

Senador Mão Santa, muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu queria lembrar que, hoje, um dos líderes falou sobre as preocupações com a previdência privada. Então, esse tema foi muito importante. Foi um dos líderes. Quero dizer que eu tenho um irmão aqui com uma previdência privada que eu fiz, a Aplub, no seu Rio Grande do Sul. E eu que sou Senador da República... O contrato seria cinco salários mínimos com 25 anos de trabalho e mais. Estou aqui com o documento com

o valor que foi creditado no último dia do mês de abril de 2008: R\$161,40. Seria assim: R\$161,40.

Atenciosamente.

Fernando Pinto de Rosa,

Então, é contra isso que temos que lutar. E fortalecer a Previdência do nosso País, que, como foi ressaltado hoje aqui, é uma das preocupações que eu considero muito real. Estamos na justiça para ver se eu consigo reaver, mas é muito difícil...

Então, isso é uma das provas de que as preocupações dos líderes sindicais são justas.

Convidamos agora para usar da palavra o Senador Valdir Raupp, brilhante político, que ontem foi eleito Vice-Presidente do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu sempre tenho lamentado desta tribuna o fato de o Presidente Mão Santa ter saído do PMDB, das fileiras do nosso grande Partido – mas eu sei que continua no coração –, por uma questão local, uma questão regional. Senão V. Ex^a estaria ainda no PMDB e seria eleito Governador ou Senador pelo PMDB. Não tenho nenhuma dúvida disso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu saí de coração partido. E um dos momentos mais felizes da minha vida foi ser o primeiro a assinar a lista para que V. Ex^a fosse líder do PMDB, que cresceu muito sob sua liderança. Tanto é verdade que, atraído por sua Liderança, adentra aqui o nosso Presidente José Sarney, com certeza para ouvi-lo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – É uma honra muito grande receber, neste momento, para assumir a Presidência do Senado, o Presidente Sarney. Estivemos juntos no sábado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Presidente Sarney cumpre à risca o que o Pe. Antonio Vieira disse: “Palavra sem um exemplo é como um tiro sem bala. O exemplo arrasta”. E ele é o maior exemplo de trabalho nesta Casa.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AC) – Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O Presidente Sarney é um grande conciliador, um grande democrata, tanto é que fez uma transição serena e tranquila da ditadura para a democracia. E hoje o Brasil experimenta um dos melhores momentos, uma das melhores fases da sua história, com a plena democracia. O Presidente Sarney, com certeza, teve um papel fundamental no comando do País, como Presidente da República, na transição democrática.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – No último sábado, tivemos também mais um exemplo do exercício pleno da democracia, que foi a convenção do PMDB. Foi uma convenção bonita, com um plenário cheio, lotado, com a participação de mais de 80% dos convencionais de todo o Brasil, onde o Presidente Sarney, nosso Líder Renan e tantos outros Senadores e Deputados Federais tiveram um papel fundamental para a unificação do Partido.

E eu, com muita honra, atendendo a um apelo e a um pedido da Bancada, inclusive do Presidente Sarney, aceitei a indicação como Vice-Presidente na chapa do Michel Temer. Então hoje, estou eleito, mas ainda não empossado – será no dia 10 de março a posse da nova diretoria – como Vice-Presidente Nacional do Partido. E quero, junto com Michel Temer e todos os demais quadros do Partido, trabalhar pela unificação cada vez maior do PMDB, para que o PMDB possa também entrar forte nas eleições deste ano.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, queria ainda agradecer a presença do meu 1º suplente, Senador – assim que ele é chamado na região dele e eu faço questão de chamá-lo aqui da tribuna – Tomás Correia. Ele foi prefeito de Porto Velho, Deputado Estadual-Constituinte, Procurador de Justiça já aposentado, mas prestou e continua prestando relevantes serviços ao povo do meu Estado, Rondônia. Muito obrigado, Tomás, pela sua presença.

Também ao seu lado, o Leandro, membro do nosso Diretório Regional e Delegado do Diretório Nacional. Estava há pouco aqui o Senador Amir Lando, que teve que se retirar. Agradeço a presença do Senador Amir Lando.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a oferta de crédito para micro e pequenas empresas tem-se mostrado um instrumento poderoso para estimular o desenvolvimento econômico e social nos países menos industrializados.

No Brasil, devemos destacar, no financiamento de micro e pequenas empresas, o papel desempenhado tanto pelas cooperativas de crédito e outras instituições de microcrédito, quanto pelas empresas estatais. Entre estas, quero referir-me, em especial, à atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Social, o BNDES.

Mas também não poderia deixar de citar aqui o papel fundamental do Banco do Brasil, esse orgulho do nosso País, a Caixa Econômica Federal, também orgulho do nosso País, o Banco da Amazônia, o Basa, orgulho da nossa região, que, junto com outras instituições, se tem destacado no financiamento, no crédito para micro e pequenas empresas.

Sr. Presidente, é mais do que notória a importância das micro e pequenas empresas para a vida econômica do País. A participação dos micro e pequenos empreendimentos se traduz em cerca de 25% do PIB e em mais da metade dos empregos de carteira assinada no País. Vale notar que seu papel, quer na geração de empregos, quer nas exportações, vem se ampliando a cada ano.

Isso também se observa com nitidez na Região Norte, onde o crescimento do número de micro e pequenas empresas foi, no período de 2000 a 2004, o maior entre as regiões brasileiras,

ficando, de acordo com o Sebrae, em um crescimento de 29%, ante uma média nacional de 22%.

Por sua capilaridade, por seu dinamismo e sua criatividade, não há dúvida de que o caminho para o desenvolvimento do País passa pelo incentivo, determinado e sistemático, às micro e pequenas empresas.

Houve muita apreensão, Sr. Presidente, relativa à sobrevivência das micro e pequenas empresas brasileiras quando se estabeleceu, no final de 2008, a crise econômica global. Observamos, contudo, que os empreendimentos de menor porte foram os que melhor superaram as condições adversas. A ampla oferta de crédito, em condições satisfatórias, teve uma notável influência para que as micro e pequenas empresas pudessem reagir à crise e crescer!

O BNDES, ao comprometer-se, na última década e meia, com o apoio sistemático às micro e pequenas empresas, buscou ampliar o leque de empreendimentos a serem atendidos. Privilegiando o foco em sua sustentabilidade econômica, preocupa-se não só com a garantia de pagamento, mas com o retorno concedido à sociedade na forma de geração durável de renda e emprego.

Os dois mandatos do Presidente Lula assinalaram um crescimento dos mais expressivos tanto no volume de recursos emprestados pelo BNDES para as micro e pequenas empresas, como no número de empresas desse porte contempladas com financiamentos.

A prioridade concedida aos pequenos negócios ficou patente também na criação de novos instrumentos e de novas linhas de crédito.

Se, em 2007, o BNDES aprovou cerca de 86 mil operações de crédito para micro e pequenas empresas, este número pulou, em 2008, para 122 mil operações. Em 2009, que deveria ser um ano de séria crise econômica, de acordo com a maioria das previsões, os desembolsos do BNDES para as micro e pequenas empresas aumentaram em 23%, em relação a 2008, alcançando os R\$16,5 bilhões.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador Cassol, do Estado do Tocantins.

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Senador Valdir, quero também participar de seu pronunciamento, dizer que eu já fui Secretário de Indústria e Comércio, por duas vezes, na capital do Tocantins, Palmas, e...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – ...desde os 20 anos de idade que eu sou empresário. Portanto, sei muito bem como funcionava os financiamentos às pequenas empresas, aos microempresários, em que se tinha que ser muito amigo do gerente do banco e dar umas quatro a cinco vezes a garantia em patrimônio daquilo que se pleiteava, para ter algum tipo de financiamento para a pequena e para a média empresa. Era quase impossível ter uma taxa de juros razoável, porque o pequeno sempre entraria na taxa de risco; por ser pequeno sempre traria risco ao banco. Então, eu conheço muito bem a trajetória disso tudo. E hoje, com a nova política econômica do nosso País, a política do Governo Lula, os pequenos empresários têm o seu cartão de crédito do BNDES e outros grandes bancos, com os juros já pré-estabelecidos para pequenos empresários, como possibilidade de investimento maior. Vai-se no próprio auto-atendimento dos bancos oficiais e faz-se a pré-proposta e quando não, contrata-se lá, sem ter que correr atrás de avalista, garantias e outras dos bancos. Então, quero parabenizar V. Ex^a por estar levando tema tão importante para a sociedade brasileira e mostrar que é fácil o pequeno empresário ter os seus recursos por meio de financiamentos, coisa que não acontecia há 7, 8, 10 anos. Parabéns pelo tema, é de importância. Os empresários estão usando isso, estão crescendo, estão se desenvolvendo. É uma política moderna do Governo Lula, deixando para trás aquelas tratativas arcaicas do passado, em que o pequeno não tinha vez para nada. Parabéns e obrigado pelo aparte.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu agradeço a V. Ex^a, que é de um Estado novo, o Tocantins, sabe muito bem que as micro e pequenas empresas são as responsáveis pela geração de mais de 80% dos empregos e também da renda do Estado, como é no meu Estado de Rondônia.

Concedo um aparte ao nobre Senador gaúcho, Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Valdir Raupp, também quero cumprimentar V. Ex^a. Eu tenho dito que, nessa crise internacional, a partir da quebradeira do sistema financeiro e imobiliário. Que bom que, aqui, no Brasil, temos a Caixa Econômica Federal! Que bom que, aqui, no Brasil, temos o Banco do Brasil! Digo isso, porque tenho, claro, viajado, principalmente durante o recesso de janeiro, e, por onde

tenho andado, os agricultores, os micros e pequenos, falaram-me: “Paim, pode chegar a Brasília e, na tribuna do Senado [estou aproveitando este aparte a V. Ex^a], pode dizer que o dinheiro está chegando aqui, à ponta.” Graças a esses três bancos, pela forma integrada como estão trabalhando, atendendo principalmente aos pequenos. Eu queria somente dar esse depoimento, cumprimentando V. Ex^a pelo discurso.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigada a V. Ex^a.

Os bancos regionais, como o Basa e outros bancos espalhados pelo Brasil, são agentes também do BNDES. Como o BNDES só tem escritório em Brasília e no Rio de Janeiro, ele distribui os recursos para que os bancos, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco da Amazônia e outros, possam fazer esse trabalho de distribuição dos recursos.

Obrigado pelo aparte, nobre Senador Paim.

Contribuiu de modo decisivo para esse resultado a criação de novas linhas de crédito, como o Programa de Sustentação do Investimento (BNDES–PSI), com foco em exportação, inovação e aquisição de bens de capital, alcançando em apenas seis meses um montante de 37,1 bilhões em sua carteira de empréstimo.

O Cartão BNDES, sobre o qual o nobre Senador Cassol acabou de falar, principal linha de crédito, voltado especificamente para as micros, pequenas e médias empresas, teve desembolsos de R\$ 2,47 bilhões, mostrando um crescimento de 193% em relação a 2008.

Podemos atestar, ademais, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o BNDES tem se preocupado em contribuir

para atenuar as desigualdades regionais, concedendo financiamentos para as Regiões Norte e Nordeste, proporcionalmente superiores às respectivas participações no PIB nacional.

Eu pediria mais três minutinhos, Sr. Presidente, para que eu possa concluir.

Muito obrigado.

Exortamos, assim, os micros e pequenos empresários de Rondônia e dos demais Estados do Norte a analisarem com atenção as opções de crédito e financiamento oferecidas pelo BNDES.

No que se refere às cooperativas de crédito, é amplamente conhecida sua atuação no financiamento das empresas de menor porte em nosso Estado. Cerca de 60% dos Municípios de Rondônia têm a presença de cooperativas de crédito numa forma de economia solidária que apresenta notáveis resultados práticos. O cooperativismo de crédito vem dinamizando a economia desses Municípios ao converter o dinheiro movimentado na conta dos cooperados em novos investimentos e na

geração de renda e empregos. Também se observou, no Brasil inteiro, um crescimento das cooperativas de crédito diante da crise que abalou o sistema financeiro tradicional. Esse crescimento apresenta perspectivas ainda mais favoráveis de se estabelecer de forma duradoura, com a edição da Lei Complementar n^o 130, de abril de 2009, que regulamenta o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, trazendo a segurança jurídica necessária ao desenvolvimento do setor.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o País tem amadurecido ao reconhecer, de modo concreto, a importância de suas micros e pequenas empresas para a promoção de um desenvolvimento que alcança as diversas camadas sociais e as diferentes regiões e localidades brasileiras. Viabilizar uma ampla oferta de crédito para essas empresas, em condições que estimulem sua sustentabilidade e seu crescimento, significa construir um caminho que conduzirá ao desenvolvimento almejado para toda a Nação.

Sr. Presidente, esse era o registro que eu queria fazer, enaltecendo aqui o papel das nossas micros e pequenas empresas de todo o Brasil, sobretudo do meu Estado, Rondônia, e o apoio que as instituições financeiras têm dado a esses empreendimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Mão Santa, 3^o Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Obrigado a V. Ex^a. Nossas congratulações pela sua eleição para 1^o Vice-Presidente do PMDB.

Tem a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Mão Santa encontra-se no plenário e tem testemunhado o que vem acontecendo no Piauí com relação às famosas caravanas de comemoração dos trinta anos do PT.

Sabem os militantes contrariados com nossas denúncias que não nos move nenhum sentimento nem de inveja, nem do que quer que seja. O que nos move é o sentimento de tristeza, por vermos recursos públicos serem usados em período fora do período eleitoral por militantes do Partido dos Trabalhadores, que, pelo fato de exercerem funções no Governo Estadual ou de serem detentores de mandatos eletivos, acham-se no direito de usar a estrutura do Governo para esses deslocamentos.

Quando eu disse aqui, Senador Mão Santa, semana passada, que o Partido tinha mudado de perfil, de estrutura, e que aqueles carros modestos de an-

tigamente foram transformados em carros de última geração e de alto luxo, isso não significa que sou contra aqueles que adquirem esses veículos com seu esforço próprio e fazem uso dele como bem quiserem. O que protesto é o uso de carros, na sua grande maioria, alugados... Aliás, eu queria solicitar, sugerir ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí que faça um levantamento sobre este item, que é escandaloso no Estado: os famosos alugueis de carros pelas locadoras; o preço, quantos e a utilização. E não adianta eles estrebucharem porque algumas dessas passeatas foram fotografadas, as carreatas foram fotografadas, as placas estão aí e mostram. É muito fácil se examinar o que se está dizendo. Há denúncias, Mão Santa, inclusive de que algumas dessas placas foram trocadas e são placas frias para dificultar a apuração dos fatos. Mas são fatos graves.

Não sou contra quem usa avião. O uso de avião privado, o uso de avião particular é um direito de cada um. Agora, o que não se pode é usar avião à custa do Erário. É só fazer um levantamento de quanto vem sendo gasto no Piauí, nos últimos dois, três anos, com aluguel de táxi aéreo. Veja-se o preço do quilômetro rodado. É muito fácil, Senador Mão Santa! Vamos inclusive encaminhar um ofício ao Departamento de Aviação Civil para pedir exatamente esse levantamento: as horas de voo, as decolagens, que são feitas em aviões privados de companhias de táxi aéreo, que saem e chegam ao hangar do governador do Estado. É uma maneira, inclusive, de se mascarar o uso. Hoje, eles não pegam mais os aviões nas companhias, não! Eles vão pegá-los lá no hangar do governador, exatamente para se pouparem, para não ter exposição.

O PT precisa entender que a moralidade administrativa que ele tanto pregava quando era oposição precisa ser posta em prática agora. Desse fato que está sendo denunciado aqui, eu assumo a responsabilidade. Não me vou dobrar à bravata de dois ou três prestadores de serviço, desses “trapizumbas” de plantão, que servem a qualquer Governo e que, agora, por ser o PT o partido do Governo, estão a seu serviço. Eu não vou recuar, não. Eu tenho uma vida pública, eu tenho uma história e não me conformo com o que vem sendo feito no Piauí.

Eu fiquei muito satisfeito por ouvir o Procurador da Justiça dizer que vai fazer uma apuração e fiquei atônito quando vi Deputados do Partido dos Trabalhadores contestarem a Justiça, colocarem em dúvida a ação da Justiça, como se a Justiça estivesse perseguindo. Não é, não, Senador Mão Santa. A coisa no Piauí é séria. Se você chegar em qualquer roda, se você chegar em qualquer lugar, os comentários serão esses.

Eu já não falo nem da compra ou da aquisição de imóveis de luxo, apartamentos, casas, terrenos, chácaras, sítios, não falo mais nem disso. Eu estou falando do uso de veículos. Vamos ver, na Junta Comercial, a quantidade de locadoras, Senador Mão Santa, que foram registradas. Agora! Vamos ver quantos carros são alugados por mês. Vamos ver a Secretaria da Saúde, a Emgerpi, quantos carros essas secretarias têm.

No Piauí, parece que a prioridade da Secretaria da Saúde não é o doente, mas o carro. É uma quantidade monstruosa!

Eu quero sugerir que seja feito um levantamento, inclusive, do uso abusivo desses carros. Qualquer coordenador político de campanha que defenda a candidatura de A, B ou C, tem direito ao uso de um carro desse.

Eu nunca vi, Senador Mão Santa, no Piauí, a coisa tão frouxa, tão irresponsável, como estou vendo agora. Eu tenho certeza de que V. Ex^a, nas suas andanças, recebe, também, esse tipo de observação. São as pessoas do povo: “Fulano, meu amigo, não tinha nada. Entrou neste Governo, agora, e tem carro de luxo, dois carros, um dele e da mulher, outro do filho, mudou de endereço, mudou de...” Não sou contra, pelo contrário, quem melhora de vida. Não. Eu quero que melhore, mas não vamos fazer isso com recurso público e, depois, ficar fazendo pregações moralistas, porque não cola.

V. Ex^a sabe, melhor do que ninguém, que o Governador prometeu a escolha de candidato dele ao Governo, oficial, a quatro pessoas. Ele terá quatro candidatos. E o Piauí transformou-se, Senador Papaléo, em um balaio de gato. O Governador está com um saco na mão e quatro estão dentro. Ele só pode escolher um.

Quando mete a mão, vem todo mundo com as unhas. Só cabe um! Não sei como ele vai se sair desse imbróglio. E, daí, ele a fazer caravana pelo Estado todo, a prometer candidatura. Em cada lugar, ele promete uma candidatura. É um político hábil, personalista como ele só, que quer se sair bem do episódio. O resto que se lixe, o resto que se dane, mas a gente vê que esse pessoal está começando a ficar nervoso.

Dizem até, Senador Mão Santa, no item aviação, que uma empresa que tem atuação discutida lá no Piauí, com relação à preservação ambiental, adquiriu um avião moderno para atender candidaturas proporcionais, lá no Estado, de pessoas que defendem os seus interesses. Essas coisas precisam vir a claro, para ver se são verdade, para ver se não são. Nós não vamos, tenho certeza de que V. Ex^a não vai ficar acuado e nem eu também vou ficar acuado com

as bravatas desse pessoal. Nós temos compromissos com o Estado.

Senador Sarney, V. Ex^a presidiu este País e sabe do peso e da responsabilidade de quem se senta naquela cadeira. Pois bem, na semana passada, um jornalista de Brasília reproduziu uma notícia que recebeu, de que o Presidente Lula estaria empenhado na minha derrota e na do Senador Arthur Virgílio para o Senado, para a reeleição ao Senado. Imagine V. Ex^a o Presidente Lula se preocupando com o futuro de um Senador do Piauí! Mas estão lá a notícia dada e um alarme danado.

Veja bem, se eu não fosse Senador, se eu não fosse um ser humano e fosse uma multinacional ou uma grande empresa, eu estaria com as ações super valorizadas na Bolsa. Imagine o Presidente da República preocupar-se, Senador Mão Santa, com a minha eleição! Mas está lá, o boato é esse, de que ele não aceita e que deve ter uma lista maior. Eles, agora, estão com essa mania. Estão fazendo como o Figueiredo fazia quando tinha crise: “Eu vou chamar o Pires.” Lá no Piauí, dizem que vão chamar o Lula para resolver.

Outro dia, o candidato a Governador deles, Antônio José, disse que recebeu um recado de que o Lula ia mandar ele retirar a candidatura. Ele foi para a televisão e disse: “Olhe, só se ele vier aqui e fizer uma intervenção no Diretório.”

Para tudo estão chamando o Lula. Estão usando o nome e a imagem do Presidente à toa. Já bastam as promessas que eles fazem, lá, de construção, em nome do Lula: “O Lula vai fazer barragem. O Lula vai fazer isso. O Lula vai fazer aquilo.” E não tem nada. A gente fica com uma inveja danada, porque tudo está sendo feito no Ceará, tudo está sendo feito no Maranhão.

De forma, Senador Papaléo, que é lamentável. É lamentável o que nós estamos vendo, mas é uma amostra do desespero dos que estão governando o Piauí neste momento. Eu quero dizer que não vou me calar. Essa denúncia dessas caravanas às custas do Erário vai ser feita.

Lá, é o seguinte: o Governador não usa o avião do Governo. Ouviu, Senador Mão Santa, preste bem atenção a isto: o Governador do Estado não usa o avião do Governo, um avião Xingu. Usa um avião alugado. Agora, ninguém sabe quando o avião está alugado para os voos do Governo do Estado e ninguém sabe quando o avião está alugado para o Partido dos Trabalhadores. É uma conta única, ao que me parece. Essas coisas precisam ser esclarecidas, o avião mesmo. Essa mistura de contas e de atividades nunca foi boa conselheira.

De forma que eu faço este registro e quero dizer que não vamos recuar, não nos vamos intimidar com

as ameaças. Há alguns prestadores de serviço que são contratados, mesmo, para desempenhar funções públicas, até são prestigiados e custam caro aos cofres do Estado, mas que têm de se prestar a esse papel sujo de ficar batendo nos outros. Eu não vou cair nessa. Agora, que vou continuar defendendo o Piauí, isso vou. É minha obrigação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, reunidos na Alemanha na segunda-feira desta semana, os líderes mundiais dedicaram-se a lembrar um dos acontecimentos mais importantes do século 20, a queda do Muro de Berlim, ocorrida há duas décadas, na noite de 9 de novembro de 1989. As celebrações têm um significado que vai além da reunificação de uma cidade dividida.

Os quilômetros de concreto e arame farpado que serpenteavam por Berlim, e que separaram seus cidadãos durante 28 anos, simbolizaram uma demarcação entre dois universos, nos quais prevaleciam concepções radicalmente diferentes de organização econômica e das liberdades individuais.

Vivemos sob o regime da Guerra Fria desde o fim da Segunda Guerra Mundial. De tal maneira nos acostumamos à permanente ameaça de um holocausto nuclear, ao confronto entre duas potências, que parecia destinado a ser eterno, que demoramos um pouco a estabelecer uma conexão entre a visão das picaretas derrubando o muro e o fim de uma era. Caía o muro e, com ele, desmoronava o mundo comunista, desmantelava-se a União Soviética, libertavam-se seus países-satélites.

Foram momentos de euforia e, como sempre ocorre na história da humanidade, de ilusões destinadas a perecerem tão rapidamente como nasceram. Uma delas era a de que entraríamos numa era de paz, livre de conflitos, sem arsenais nucleares prontos a serem utilizados. Um pensador norte-americano chegou a proclamar o Fim da História, o começo de um período em que os conflitos seriam mera lembrança de outros tempos e a concórdia e a prosperidade prevaleceriam no mundo.

Demorou pouco para que a fantasia se desfizesse. Surgiram conflitos étnicos no Leste europeu, em que os antagonistas se esmeraram em atos de crueldade, cometendo massacres de populações inteiras. Países

pobres empregaram fortunas no desenvolvimento de artefatos nucleares, à custa do bem-estar de seus habitantes. E, num prazo relativamente curto, de 12 anos, um elemento novo apareceu, algo que nem o pensador americano nem historiador algum fora capaz de prever: o fundamentalismo islâmico, berço de organizações terroristas como a Al-Qaida, autora dos atentados que abalaram o mundo, em 11 de setembro de 2001.

A queda do Muro de Berlim expôs o colapso do comunismo, escancarou as portas de um sistema que vinha há muito tempo sofrendo um processo de degradação e decadência. Tornou o mundo melhor por proporcionar liberdade a milhões de cidadãos de países em que prevalecia o controle do Estado sobre todas as suas atividades, em que a economia centralizada sujeitava a população a conviver com a escassez e os racionamentos de bens essenciais. Livrou-nos, pelo menos, de uma ilusão, a de que o objetivo do regime comunista era a justiça social.

Assim, a data merece ser festejada. Mas com realismo: neste mundo imperfeito, sempre que nos livrarmos de algum tipo de totalitarismo, logo aparecerá outro, pronto a instalar-se no vácuo que surge. Vinte anos depois, devemos extrair do fim do Muro a lição de que não estamos livres dos inimigos da democracia, mas que precisamos defendê-la a todo custo. Como dizia Winston Churchill, “ela é a pior forma de governo, com exceção de todas as outras”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 469, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 469, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais, para os fins que especifica.*

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009)

Relator revisor: Senador Geovani Borges
(Sobrestando a pauta a partir de: 20.11.2009)

Prazo final prorrogado: 15.03.2010

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que *constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).*

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello

(Sobrestando a pauta a partir de: 28.11.2009)

Prazo final prorrogado: 23.03.2010

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.*

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. (Sobrestando a pauta a partir de 19.12.2009).

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que *altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.*

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009) Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 17.02.2010)

Prazo final: 03.03.2010

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº

413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.*

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a*

Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.*

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.*

14

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Meres), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.*

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.*

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.*

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas tripliques do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.*

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (nº 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).*

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos)*.

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente)*.

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Ma-

bel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências*.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica*.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz)*.

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina*.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços)*.

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos*.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Moraes, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social*.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados*.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer*.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito*.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci),

que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Ruscimanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso

XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.*

41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.*

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao*

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.*

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria

da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363 e 381, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegi-

bilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

49

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar, 341, de 2004-Complementar; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

50

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316, de 2004-Complementar; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990*

(Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

51

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que *altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.*

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar, 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei

Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141 e 231, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de*

condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 684, de 2007-Complementar; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epiácio Cafeteira, que *acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390; de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265, de 2007-Complementar; e 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-

Complementares; e 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 184, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.*

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador

Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 209, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que *altera a alínea ç gç do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 ç CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363,

381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que *altera a redação da alínea ç bç do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.*

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as

Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 209 e 236, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do

Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.*

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

-de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

-de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

74

REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).

75

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

76

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

77

REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

78

REQUERIMENTO Nº 1.313, DE 2009

Requerimento nº 1.313, de 2009, do Senador Flávio Arns, solicitando voto de rejúbi-lo ao embaixador da República Federal da

Alemanha no Brasil, e ao Instituto Goethe de Curitiba, por ocasião do centésimo octogésimo aniversário da primeira imigração alemã recebida no Estado do Paraná, comemorado em 30 de setembro de 2009.

Parecer favorável, sob nº 2.772, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares.

79

REQUERIMENTO Nº 1.443, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).*

80

REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).*

81

REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2009, do Senador Alvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, por regularem a mesma matéria (regularizar a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas).*

82

REQUERIMENTO Nº 1.516, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.516, de 2009, do Senador Lobão Filho, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 355, de 2004; 8 e 18, de 2005; 45, de 2006; 42, de 2007; 54, de 2009; e com os Projetos de Lei da Câmara nºs 106, de 2007; 55 e 75, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (prestadoras de serviços públicos).*

83

REQUERIMENTO Nº 1.549, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.549, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 465, de 2008; e 194, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; 138, de 2008; e 115, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (deduções na base de cálculo do imposto de renda de pessoas físicas).*

84

REQUERIMENTO Nº 1.576, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.576, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 318, de 2003; e 64, de 2005, por regularem a mesma matéria (reintegração de posse).*

85

REQUERIMENTO Nº 1.580, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.580, de 2009, do Senador João Tenório, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 86, de 2004; e 345, de 2006, por regularem a mesma matéria (inseção de impostos sobre instrumentos musicais).*

86

REQUERIMENTO Nº 1.582, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.582, de 2009, do Senador Roberto Cavalcanti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, além da*

Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera o art. 192 da CLT para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade).

87

REQUERIMENTO Nº 1.590, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.590, de 2009, do Senador Efraim Moraes, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 149, de 2008; e 251, de 2009, por regularem a mesma matéria (denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará).*

88

REQUERIMENTO Nº 1.591, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.591, de 2009, do Senador Efraim Moraes, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (utilização de recursos arrecadados pela União das indústrias que exploram o fumo e as bebidas alcólicas para utilização na saúde).*

89

REQUERIMENTO Nº 1596, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.596, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, *solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2009, a fim de aguardar documentação prevista na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal (outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada).*

90

REQUERIMENTO Nº 1628, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1628, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi, *que solicitando a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008 (permissão de*

porte de arma de fogo a carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal).

91

REQUERIMENTO Nº 1629, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1629, de 2009, do Senador Renato Casagrande, *que solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 201, de 2003; 475, de 2007; e 342, de 2008; por regularem a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).*

92

REQUERIMENTO Nº 1630, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1630, de 2009, do Senador Antonio Carlos Valadares, *que solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 158 de 2002; nº 201 de 2003; e nº 475 de 2007, com o de nº 107 de 2009, por versarem sobre a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).*

93

REQUERIMENTO Nº 1.631, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.631, de 2009, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (arrendamento das retransmissoras de televisão na Amazônia Legal).*

94

REQUERIMENTO Nº 1.633, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.633, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (divulgação de lista de material escolar antecipada).*

95

REQUERIMENTO Nº 1.635, DE 2009

Votação do Requerimento nº 1.635, de 2009, da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando a*

tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 2004; 123, de 2007, e 252, de 2008, que já se encontram apensados por regularem a mesma matéria (práticas de telemarketing).

96

REQUERIMENTO Nº 1641, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.641, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 131, 142 e 304, de 2007; e 34, 64, 65 e 78, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (incentivo fiscal pela preservação florestal).

97

REQUERIMENTO Nº 1643, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.643, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro por meio eletrônico).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 49 minutos.)

ATA DA 1ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE FEVEREIRO DE 2010

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 003**, de 3 de fevereiro de 2010)

RETIFICAÇÃO

**No Sumário, 2ª coluna, item 4.1 – DOCUMENTOS E
CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À
PUBLICAÇÃO, subitem 4.1 – Diretoria Geral,**

Onde se lê:

Convênio nº 15, de 2009

Leia-se:

Convênios nºs 15 e 16, de 2009



SENADO FEDERAL

- 3 FEV 11 11 2010

PARLAMENTO LATINO-AMERICANO
GRUPO BRASILEIRO

Ofício nº06/2010- PLA

Brasília, 3 de fevereiro de 2010

Exmo. Sr.
Senador José Sarney
Presidente
Senado Federal

SENADO 001778/10-2

1001778102

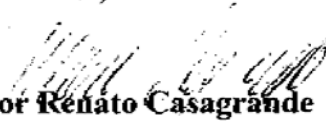
A Publicação

Senador Mão Santa
3º Secretário

Senhor Presidente,

Encaminho, para conhecimento de Vossa Excelência, o Calendário de Reuniões do Parlamento Latino-Americano para o ano de 2010.

Atenciosamente,


Senador Renato Casagrande
Presidente do Grupo Brasileiro
Parlamento Latino-Americano



PARLAMENTO LATINO-AMERICANO
GRUPO BRASILEIRO

CALENDÁRIO DE REUNIÕES – 2010

MÊS	DATA	LUGAR	EVENTO
MARÇO	04 e 5	Buenos Aires Argentina	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ENERGIA E MINAS • REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E TURISMO • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DEFESA DO USUÁRIO E DO CONSUMIDOR • 122ª ASSEMBLÉIA DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR
	27 a 1 de abril	Bankok Tailândia	
ABRIL	1 e 2	Quito. Equador	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE EQUIDADE DE GÊNERO, INFÂNCIA E JUVENTUDE (REUNIÃO DA SUB-COMISSÃO DE JOVENS dia anterior) • REUNIÃO DA COMISSÃO DE POVOS INDÍGENAS E ETNIAS • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DÍVIDA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (Reunião das Sub-Comissões de Renda básica e de Dívida Externa – dia anterior) • REUNIÃO DA JUNTA DIRETORA DO PARLATINO
	26	Cid do Panamá	
MAIO	6 e 7	Lima Peru	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS TRABALHISTAS, PREVISÃO SOCIAL E ASSUNTOS JURÍDICOS • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE CIDADÃ, COMBATE E PREVENÇÃO AO NARCOTRÁFICO, AO TERRORISMO E AO CRIME ORGANIZADO



**PARLAMENTO LATINO-AMERICANO
GRUPO BRASILEIRO**

JUNHO	24 e 25	Rep. Dominicana	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS JUSTIÇA E POLÍTICAS CARCERÁRIAS (Reunião da Sub Comissão de Denúncias - dia anterior) • REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO (se reunirá no dia 24 a tarde) • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS POLÍTICOS MUNICIPAIS E DA INTEGRAÇÃO • ENCONTRO INTERNACIONAL VIRTUAL EDUCA SOBRE EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
	A definir	A definir	
JULHO	3 e 4	Guatemala ou Aruba	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA AGROPECUÁRIA E PESCA • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE
AGOSTO	24 e 25	Cid do México México	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ENERGIA E MINAS • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE CIDADÃ, COMBATE E PREVENÇÃO AO TERRORISMO, AO NARCOTRÁFICO E AO CRIME ORGANIZADO • REUNIÃO DA COMISSÃO DE EQUIDADE DE GÊNERO, INFÂNCIA E JUVENTUDE (III Encontro de Jovens da América-Latino e Caribe)



**PARLAMENTO LATINO-AMERICANO
GRUPO BRASILEIRO**

SETEMBRO	a confirmar	Venezuela ou Paraguai Nova Iorque	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO ASSUNTOS ECONOMICOS, DÍVIDA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (Reunião da Subcomissão de Dívida Externa e Renda Básica) • REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, JUSTIÇA E POLÍTICAS CARCERÁRIAS (Reunião da Subcomissão de Denúncias – dia anterior) • REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E TURISMO • SESSÃO DA ASSEMBLÉIA DOS PAÍSES MEMBROS DA CORTE PENAL INTERNACIONAL NA SEDE DAS NAÇÕES UNIDAS
OUTUBRO	A definir	Chile	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE POVOS INDÍGENAS E ETNIAS • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS TRABALHISTAS, PREVISÃO SOCIAL E ASSUNTOS JURÍDICOS • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS POLÍTICOS, MUNICIPAIS E DA INTEGRAÇÃO
NOVEMBRO	A definir	Uruguay	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DEFESA DO USUÁRIO E DO CONSUMIDOR • REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E PESCA • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE • UNIÃO INTERPARLAMENTAR
OUTUBRO	30 a 4 de dezembro	Nova Iorque EUA	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DÍVIDA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS TRABALHISTAS, PREVISÃO SOCIAL E ASSUNTOS JURÍDICOS. • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE
OUTUBRO	1 e 2	Havana Cuba	<ul style="list-style-type: none"> • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DÍVIDA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL • REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS TRABALHISTAS, PREVISÃO SOCIAL E ASSUNTOS JURÍDICOS. • REUNIÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE



PARLAMENTO LATINO-AMERICANO
GRUPO BRASILEIRO

NOVEMBRO	5 e 6	Buenos Aires Argentina	<ul style="list-style-type: none">• REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA CIDADÃ, COMBATE E PREVENÇÃO AO NARCOTRÁFICO, TERRORISMO E CRIME ORGANIZADO.• REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO• REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS POLÍTICOS, MUNICIPAIS E DA INTEGRAÇÃO
DEZEMBRO	A decidir	Panamá	<ul style="list-style-type: none">• DIRETIVA DE COMISSÕES

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
PTB - Osvaldo Sobrinho** (S)

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Moraes*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
 (Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,19)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
VAGO ^(5,28)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁸⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,21)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁴⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14.17.26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303-3514
Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

* Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

** Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

*** Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽¹⁾	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) ^(5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF/GSFA/0898/2009).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.581, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.581, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
- *. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
- ** . Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
- ***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
- ****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2009.
- *****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ⁽¹⁾	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Shessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,3,4)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

Notas:

1. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
2. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
3. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI N° 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
 2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
 3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
 4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
 5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
- *. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽¹⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PSDB) ^(4,6)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ^(3,5,7,8)
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)
Delcídio Amaral (PT) (34)	2. Renato Casagrande (PSB) (36)
Aloizio Mercadante (PT) (31)	3. João Pedro (PT) (11,28)
Tiãõ Viana (PT) (32)	4. Ideli Salvatti (PT) (33)
Marcelo Crivella (PRB) (41)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (35,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (29)	6. Sadi Cassol (PT) (4,30,81,82,83,84,87)
César Borges (PR) (37)	7. João Ribeiro (PR) (38)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (55,57)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,68)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (64,67)	2. Gilvam Borges (PMDB) (56,59)
Gerson Camata (PMDB) (69,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,63)
Valdir Raupp (PMDB) (60)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,63,80,85,86)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,54)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,58,71)
Pedro Simon (PMDB) (61,66)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,63)
Renan Calheiros (PMDB) (65,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (65,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) (52)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,42)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,47)
Efraim Morais (DEM) (44)	3. Heráclito Fortes (DEM) (51)
Raimundo Colombo (DEM) (50)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (42)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,45)	5. Kátia Abreu (DEM) (43)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (13,46,76,79)	6. José Agripino (DEM) (5,49)
Cícero Lucena (PSDB) (26)	7. Alvaro Dias (PSDB) (22)
João Tenório (PSDB) (25)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,27,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (26,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (23)
Tasso Jereissati (PSDB) (26)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (24,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (48)	1. Sérgio Zambiasi (12,48)
Gim Argello (48)	2. Fernando Collor (48)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de comprar a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
23. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
27. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
31. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.

32. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
34. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
37. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
47. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
48. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,81)	1. VAGO (26,78)
Augusto Botelho (PT) (31)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (27)	3. Eduardo Suplicy (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (33,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (32,35)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,60,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,59,63)	7. José Nery (PSOL) (36,64,65)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,72)	1. Lobão Filho (PMDB) (55)
Gilvam Borges (PMDB) (9,50)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) (48)
VAGO (52,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (54,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (43,70,73)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,82,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
73. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).
82. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
- Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
- Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
- O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF./GSFA/0801/2009).
- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
- Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. VAGO ^(2,11,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício n° 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/n° lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Serys Shessarenko (PT) (38,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,35)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (31)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,70)
Ideli Salvatti (PT) (38)	5. César Borges (PR) (39,40)
João Pedro (PT) (32,40,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,30,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,69)
Almeida Lima (PMDB) (60,68)	2. Renan Calheiros (PMDB) (57,65,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (56,68)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,67,78)
Francisco Dornelles (PP) (58,68)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,64,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,68)	5. Valdir Raupp (PMDB) (51,61,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,59,63)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,68)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (49)	1. Efraim Morais (DEM) (47)
Demóstenes Torres (DEM) (52)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (41,82,85)	3. Raimundo Colombo (DEM) (42)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,45)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (43)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (27,73)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (29)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (24,71,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (26,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,75,90,92)
PTB (7)	
Romeu Tuma (44)	1. Gim Argello (46)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
31. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
40. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
41. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
46. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
52. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

-
70. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
71. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Osmar Dias	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽⁹¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ^(73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,81,90,93,94)	1. João Pedro (PT) (1,38)
Augusto Botelho (PT) (36)	2. Gim Argello (PTB) (35,95,100)
Fátima Cleide (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,33)
Paulo Paim (PT) (36,50,66)	4. José Nery (PSOL) (34)
Inácio Arruda (PC DO B) (30)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (32,67,94,96)
Ideli Salvatti (PT) (31,76,78,80,95)	6. João Ribeiro (PR) (32,71)
Sadi Cassol (PT) (37,85,86,87,98,101)	7. Marina Silva (PV) (32,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (62)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,53,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (62,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (61)	3. Pedro Simon (PMDB) (62)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (59)	4. Neuto De Conto (PMDB) (54)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (63)
VAGO (5,9,56,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,58)
VAGO (60,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (57)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,40)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Marco Maciel (DEM) (45)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,49)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,51)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) (48,77,82)
Heráclito Fortes (DEM) (52)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,44)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,47)
Adelmir Santana (DEM) (41)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (25,69,75,84,89,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,92)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (24,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (22)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,46)	1. João Vicente Claudino (46)
Romeu Tuma (46)	2. Mozarildo Cavalcanti (46)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
36. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
42. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
45. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
47. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
90. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
91. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB)
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 159/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (39,47,48,49)	1. Romero Jucá (PMDB) (39)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Gilvam Borges (PMDB) (40)	3. Almeida Lima (PMDB) (39)
Valter Pereira (PMDB) (39)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (39)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (33)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (34)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,31)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) (9,30,44,46)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,15)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (17)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque (12,36,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (6,7,8)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽⁶⁾

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(3,7,8)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
**. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(1,5,6)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
 3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
 4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
 5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- * Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
** Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,60,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (23)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,26,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,20,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Gilvam Borges (PMDB) (34)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (36,55,63,66)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (2,29)	1. Heráclito Fortes (DEM) (32)
Rosalba Ciarlini (DEM) (30)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (31,51,54)
Eliseu Resende (DEM) (4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (25)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,27)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,59,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (15)	1. Jefferson Praia (14)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
26. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
60. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(15,17,18)	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,7)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,4,9)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹²⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹⁴⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shlessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

** . Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (9)	
Eduardo Suplicy (PT) (43)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,71,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,74)	2. Marina Silva (PV) (47,83,84)
João Ribeiro (PR) (41,67)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,73)
João Pedro (PT) (40)	4. Magno Malta (PR) (38)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,54,66,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,44,49,70)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,63)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,72,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,65)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) (58)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,53)
Demóstenes Torres (DEM) (57)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50)
Marco Maciel (DEM) (18,29,56)	3. José Agripino (DEM) (23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) (8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) (35)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,69)
Flexa Ribeiro (PSDB) (36)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (37)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti (48)
PDT	
Patrícia Saboya (31,59,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,32,60)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
36. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
37. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
38. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
41. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
44. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofzio Mercadante.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
70. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
73. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

-
78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shessarenko (PT) (16)	1. Marina Silva (PV) (23,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (16,29,60)	2. Paulo Paim (PT) (18,29,55)
Ideli Salvatti (PT) (16)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	4. VAGO (24,71,72,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	5. Eduardo Suplicy (PT) (17)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (20)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (50,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) (49)	2. Lobão Filho (PMDB) (26,52)
Paulo Duque (PMDB) (44)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45)
Mão Santa (PSC) (5,9,53,70,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (43)
Valdir Raupp (PMDB) (54,59)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,58,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (31)
Eliseu Resende (DEM) (32)	2. Efraim Morais (DEM) (33)
Heráclito Fortes (DEM) (38)	3. Adelmir Santana (DEM) (35)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (34,67,69)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (30)
Kátia Abreu (DEM) (7,28)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,36)
Arthur Virgílio (PSDB) (42,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,56)	7. Mário Couto (PSDB) (13,57,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Alvaro Dias (PSDB) (15,62)
Marconi Perillo (PSDB) (41)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (14)
PTB (4)	
Fernando Collor (37)	1. Gim Argello (37)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
17. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
18. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
19. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofizio Mercadante.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
37. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
38. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
42. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

43. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
59. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
60. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
71. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (28)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,24)
Serys Shlessarenko (PT) (2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (33,41,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (45)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (46)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,43)	3. Valdir Raupp (PMDB) (48)
Almeida Lima (PMDB) (42)	4. Gerson Camata (PMDB) (47,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (36)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,52,53)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,32)
Adelmir Santana (DEM) (34)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,31)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (19)
Marconi Perillo (PSDB) (20)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,22)
Papaléo Paes (PSDB) (17)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (21)
PTB (5)	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,40)	1. João Durval (15,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
Sadi Cassol (PT) (23,62,67,70)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,63,65)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Shessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,44,47,59,68,69)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (41,42)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Oswaldo Sobrinho (PTB) (8,10,30,57,58)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,64,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI N° 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO ^(5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (18)	2. Flávio Arns (PSDB) (19,52,54)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (20,43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (20,41,44)	4. João Ribeiro (PR) (20,47)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)	1. Valter Pereira (PMDB) (36)
Lobão Filho (PMDB) (35)	2. Romero Jucá (PMDB) (38)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,39)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,34,42,48)
Valdir Raupp (PMDB) (40,46)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,53,56,58)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (27)
Demóstenes Torres (DEM) (3,23)	2. Eliseu Resende (DEM) (25)
José Agripino (DEM) (6,12,29)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (24)	4. Kátia Abreu (DEM) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (16,31)
Flexa Ribeiro (PSDB) (16,31)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (17,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,16,45)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (28)	1. Fernando Collor (28)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).

43. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
45. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	3. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	4. VAGO ⁽¹⁰⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 02/10/2009

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJIRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009

3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽⁴⁾

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTB

Oswaldo Sobrinho (MT) ^(2,11)

PDT

Patrícia Saboya (CE) ^(5,7,8)

PR

Magno Malta (ES) ^(1,6,9)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹⁰⁾

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 01/12/2009

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
10. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
11. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) ¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) ¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS) ¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II/Nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGMP, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/II/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

ug – 00001
gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ADELMIR SANTANA		orientar os agricultores no sentido de um melhor manuseio da terra..... 10	
Aparte ao senador Geraldo Mesquita Júnior.	122	Aparte à senadora Serys Slhessarenko.....	23
Reflexão a respeito do papel do eleitor em época de eleições, bem como sobre a democracia e a necessidade de reforma política e tributária no Brasil.....	128	Aparte ao senador Sadi Cassol.	118
Aparte ao senador Alvaro Dias.	468	Elogios ao serviço médico do Município de Boa Vista, em especial o alto índice de acompanhamento de mulheres gestantes em 2009 e a proposta de se construir um grande hospital para a população.	138
Registro da matéria intitulada “Faltam trilhos”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 7 de fevereiro de 2010.	473	Aparte ao senador Valdir Raupp.	201
ACIR GURCACZ		Homenagem e felicitações aos aposentados e pensionistas pelo Dia Nacional do Aposentado, bem como indignação pelo baixo salário para o sustento de suas famílias e defesa do aumento do salário mínimo.	242
Alerta quanto ao crescimento do número de pessoas acometidas pela dengue, causada pelo mosquito <i>Aedes aegypti</i>	97	Felicitações ao Ministério Público de Roraima pelos seus 18 anos de existência.....	480
ALVARO DIAS		CÉSAR BORGES	
Aparte ao senador Papaléo Paes.	456	Avaliação da atuação parlamentar de Sua Excelência, com base em alguns projetos importantes criados para contribuir com o desenvolvimento do País, principalmente o Estado da Bahia.....	2
Leitura de artigo com críticas ao governo do presidente Lula, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.....	463	CRISTOVAM BUARQUE	
ANTONIO CARLOS VALADARES		Questionamentos sobre a falta de proteção à criança e ao adolescente e sobre a negligência das autoridades no caso do desaparecimento de seis garotos em Luziânia, Estado de Goiás, explicitando a importância da criação de uma Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente.	6
Aparte ao senador Papaléo Paes.	456	Parecer nº 8, de 2010 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional) sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008 (nº 795/99, na Casa de origem), que estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo.	192
Críticas ao governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, analisando os erros cometidos durante seu mandato em comparação com o governo do presidente Lula.	478		
AUGUSTO BOTELHO			
Alerta para a necessidade de mais recursos no combate à grave seca em Roraima e suas consequências, bem como para a necessidade de			

	Pág.		Pág.
DEMÓSTENES TORRES		EDUARDO SUPLYCY	
Parecer nº 6, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Recurso Inominado interposto pelo senador Magno Malta em face da rejeição da indicação do Senhor Paulo Rodrigues Vieira ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas (ANA).....	47	Aparte ao senador Renato Casagrande.	9
Parecer nº 16, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 732, de 2009 (nº 1.609/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária de Iaciara (RCI) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaciara, Estado de Goiás.	293	Saudação especial aos parlamentares da Namíbia presentes no Senado Federal, bem como elogios ao programa de renda básica do referido país.	18
Parecer nº 18, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 809, de 2009 (nº 1.725/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores de Palestina de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina de Goiás, Estado de Goiás.	303	Reflexão a respeito do homossexualismo, questionando a atitude dos dois oficiais gerais candidatos a ministros do Superior Tribunal Militar, sabatinados no Senado, quanto à aceitação de homossexuais nas Forças Armadas brasileiras.	18
EDUARDO AZEREDO		Registro da necessidade de esclarecimentos, por parte dos dois oficiais gerais candidatos a ministros do Superior Tribunal Militar, sobre a possibilidade ou não do ingresso de homossexuais nas Forças Armadas brasileiras.....	80
Parecer nº 26, de 2010 (da Comissão da Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 835, de 2009 (nº 1.243/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Canto do Rio (Amcar) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais.....	342	EFRAIM MORAIS	
Parecer nº 27, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 856, de 2009 (nº 1.597/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.....	347	Parecer nº 28, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2009 (nº 1.636/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Centro Social de Monte Grave para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará.	352
Parecer nº 35, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2009 (nº 1.771/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajati, Estado de São Paulo.	385	ELISEU RESENDE	
		Parecer nº 12, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2009 (nº 1.428/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Rio Acimense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Acima, Estado de Minas Gerais.	274
		Parecer nº 14, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 633, de 2009 (nº 1.523/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística de Rádio Livre e Jornal Comunitário Vitória dos Moradores do Bairro Cachoeira do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais.	283
		Parecer nº 15, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 655, de 2009 (nº 1.197/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autori-	

	Pág.		Pág.
zação à Associação Comunitária Cultural Santana do Paraíso Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais.	288	nacional de Macapá, no Estado do Amapá, com destaque para a apresentação de orçamentos e verbas liberadas para obras no referido estado.....	203
FÁTIMA CLEIDE		GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
Solidariedade às mães de Luziânia, no Estado de Goiás, pelo desaparecimento de seus filhos....	5	Elogios ao trabalho desenvolvido pelos prefeitos do interior do Estado do Acre, com destaque para a instalação de internet gratuita para a população do município de Mâncio Lima.	119
Agradecimento ao ministro José Jarde, presidente do Conselho Nacional de Desestatização, por ter atendido ao pedido de retirada das empresas federalistas do setor elétrico do Plano Nacional de Desestatização (PND).	5	Apelo para que se conclua o trabalho de elaboração e aprovação das leis que regulamentam dispositivos constitucionais ainda pendentes.	119
FLÁVIO ARNS		Aparte ao senador Adelmir Santana.....	131
Parecer nº 13, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 607, de 2009 (nº 99/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Independente de Toledo (Acitol) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado do Paraná.	278	GERSON CAMATA	
FLEXA RIBEIRO		Elogios à iniciativa e persistência dos produtores de vinhos de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo.	106
Parecer nº 36, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 897, de 2009 (nº 1.783/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação do Município de Itupiranga - Sociedade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga, Estado do Pará.	390	Alerta em relação às consequências da legalização dos bingos e outros jogos de azar no Brasil.	233
GEOVANI BORGES		Reflexões a respeito da queda do Muro de Berlim, relacionada às mudanças na configuração dos países, especialmente na Europa.....	489
Parecer nº 38, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 903 de 2009 (1.694/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portel, Estado do Pará.....	400	GILBERTO GOELLNER	
HERÁCLITO FORTES		Parecer nº 34, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2009 (nº 1.767/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Gazeta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.....	379
Homenagem a Macapá, pelos seus 252 anos, e um breve relato histórico sobre a cidade.....	29	HERÁCLITO FORTES	
Aparte ao senador Valdir Raupp.	201	Críticas à atuação do governador do Piauí, Wellington Dias, em função do tratamento dispensado às vítimas do rompimento da Barragem Algodões, bem como registro da correspondência do presidente da Associação das Vítimas e Amigos da Barragem Algodões, Senhor Cocino Medeiros dos Santos.	72
Críticas à paralisação de diversas obras de aeroportos brasileiros, citando o Aeroporto Inter-		Questionamento sobre o suposto desvio de dinheiro público, no Estado do Piauí, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), bem como apelo para que o Tribunal Eleitoral (TRE) do Piauí investigue a questão.	114

IV

	Pág.		Pág.
Críticas ao suposto uso indevido de dinheiro público, no Estado do Piauí, para comemorações promovidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT)..	487	Registro da diminuição do desmatamento na Amazônia, bem como alerta para a necessidade de medidas eficazes para reduzir ainda mais a devastação da floresta e garantir o bem-estar e a qualidade de vida dos povos da região.	449
IDELI SALVATTI		LOBÃO FILHO	
Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2010, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para dispor sobre a alienação antecipada de coisas apreendidas.....	41	Parecer nº 21, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 829, de 2009 (nº 996/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária A Voz do Povo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Maranhão.....	318
JOÃO RIBEIRO		Parecer nº 22, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 830, de 2009 (nº 997/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Matões do Norte - MA, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matões do Norte, Estado do Maranhão.....	322
Parecer nº 32, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2009 (nº 1.732/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Praia Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Norte, Estado do Tocantins.....	371	MAGNO MALTA	
JOSÉ AGRIPINO		Registro da atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico, bem como preocupação com o crescimento do número de usuários de crack e repúdio à possibilidade de legalização do uso de drogas.....	82
Aparte à senadora Rosalba Ciarlini.	91	Solidariedade à família do pastor Silas Malafaia pela morte de seu sogro.	82
Parecer nº 31, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 885, de 2009 (nº 1.719/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Isabel Ernestina Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte.....	367	Repúdio ao Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, que dispõe sobre a criminalização da homofobia.....	82
JOSÉ NERY		Discussão a respeito da situação dos menores infratores e da redução da maioridade penal..	82
Requerimento nº 35, de 2010, que solicita que o Período do Expediente da Sessão Ordinária do dia 10 de fevereiro de 2010, quarta-feira, seja dedicado a marcar a mobilização e as atividades do 1º Dia e 1ª Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, estabelecidos pela Lei 12.064, de 29 de outubro de 2009. Solicita também que sejam convidadas para a referida sessão as autoridades e representantes de entidades ligadas aos direitos humanos no Brasil.....	92	MÃO SANTA	
Homenagem aos aposentados e pensionistas pelo Dia Nacional do Aposentado, bem como saudações aos representantes da referida classe na luta por melhorias na previdência social.....	247	Críticas à conduta do Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente em relação às atitudes dos membros do referido partido em época de eleições.....	24
Aparte ao senador Marco Maciel.....	448	Aparte ao senador Heráclito Fortes.....	115
		Homenagem ao falecido Petrônio Portella, importante figura política e social do Estado do Piauí.....	132
		Aparte ao senador Alvaro Dias.....	466

	Pág.		Pág.
			V
Críticas ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Estado do Piauí.....	470		
Aparte ao senador Adelmir Santana.....	475		
MARCELO CRIVELLA			
Parecer nº 17, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 802, de 2009 (nº 1.543/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araras, Estado de São Paulo.....	298		
MARCO MACIEL			
Aparte à senadora Rosalba Ciarlini.....	89		
Aparte ao senador Heráclito Fortes.....	116		
Aparte ao senador Geraldo Mesquita Júnior.....	122		
Aparte à senadora Serys Slhessarenko.....	126		
Aparte ao senador Adelmir Santana.....	129		
Aparte ao senador Mão Santa.....	133		
Reflexão sobre o investimento na educação e sua importância para sanar muitos dos problemas sociais existentes no Brasil.....	136		
Aparte ao senador Augusto Botelho.....	139		
Parecer nº 11, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2009 (nº 1.219/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristovão, Estado de Sergipe... ..	269		
Parecer nº 30, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 881, de 2009 (nº 1.699/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pão de Açúcar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco.....	362		
Lembrança da passagem, a ocorrer no ano de 2022, do bicentenário da Independência do Brasil.....	446		
Aparte ao senador José Nery.....	450		
Aparte ao senador Papaléo Paes.....	455		
Aparte ao senador Alvaro Dias.....	463		
		MOZARILDO CAVALCANTI	
		Aparte ao senador Valdir Raupp.....	34
		Denúncia das condições habitacionais e da possível expulsão dos indígenas da reserva Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.....	80
		Aparte ao senador Magno Malta.....	83
		Aparte ao senador Geraldo Mesquita Júnior.....	123
		Aparte ao senador Marco Maciel.....	137
		Aparte ao senador Augusto Botelho.....	139
		Aparte ao senador Augusto Botelho.....	480
		Apelo para o voto consciente nas eleições, em função da corrupção existente na política brasileira.....	229
		Aparte ao senador Papaléo Paes.....	453
		Registro da matéria intitulada “Empréstimo da CERR. TCE suspende licitações do Estado por suspeita de irregularidades”, publicada no jornal <i>Folha de Boa Vista</i> , edição de 6 de fevereiro de 2010, bem como da matéria intitulada “Debate Brasil-Venezuela sobre apagão é adiado”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 5 de fevereiro de 2010.....	457
		Aparte ao senador Augusto Botelho.....	480
		PAPALÉO PAES	
		Homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros e felicitações pelo Dia do Aposentado, comemorado em 24 de janeiro.....	239
		Requerimento nº 37, de 2010, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2009, por regularem a mesma matéria.....	446
		Comentários sobre a importância do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como apelo para que se valorize o trabalho e as informações coletadas pelo referido órgão.....	452
		PAULO DUQUE	
		Análise a respeito da importância da Petrobras no contexto da política energética brasileira, bem como homenagem a todas as pessoas que passaram pela presidência da referida empresa desde a sua criação.....	94
		Elogios ao cronista político e jornalista Villas-Boas Corrêa e a grandes figuras políticas institucionalistas: Gustavo Capanema, Rui Ramos e Afonso Arinos.....	205

	Pág.		Pág.
PAULO PAIM		estudantes de todos os cursos universitários, com a Bolsa Qualificação.....	202
Registro da participação de Sua Excelência em eventos de inauguração, acompanhando comitiva do presidente Lula, de obras no Estado do Rio Grande do Sul, bem como registro de investimentos do Governo Federal no referido estado.....	11	RENATO CASAGRANDE	
Análise dos danos causados pelas fortes chuvas no Estado do Rio Grande do Sul, bem como considerações sobre as medidas do governo para a reconstrução das cidades atingidas.....	11	Discussão sobre os altos índices de violência no entorno do Distrito Federal, como consequência do baixo investimento em segurança pública na região.....	8
Considerações sobre o terremoto que devastou o Haiti em janeiro de 2010, com destaque para a demonstração de solidariedade do governo brasileiro para com os haitianos, lembrando o papel importante de Zilda Arns e dos militares que lá morreram.....	11	Homenagem a Dona Zilda Arns, responsável pela Pastoral da Criança e da Pessoa Idosa, e aos dezoito militares brasileiros que morreram no terremoto no Haiti.....	8
Requerimento nº 32, de 2010, que solicita voto de pesar às vítimas fatais das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul.....	45	Apelo ao governo brasileiro para que contribua na reconstrução do Haiti após o terremoto ocorrido em janeiro de 2010.....	8
Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2010, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Vigilante.....	104	Requerimento nº 33, de 2010, que solicita voto de pesar pelo falecimento do professor e ex-vereador Jacinto Catelan Júnior, ocorrido em 29 de janeiro de 2010.....	46
Requerimento nº 36, de 2010, que solicita a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 19 de abril de 2010, destinada a homenagear o Dia Nacional dos Vigilantes.....	105	Parecer nº 7, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008 (nº 795/99, na Casa de origem), que estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo.....	188
Avaliação do governo do presidente Lula, destacando as obras sociais realizadas durante seu mandato.....	482	Parecer nº 33, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 888, de 2009 (nº 1.760/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Educadora de Itanhaém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.....	375
Aparte ao senador Valdir Raupp.....	486	Parecer nº 44, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2009 (1.747/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.....	431
RENAN CALHEIROS		ROBERTO CAVALCANTI	
Registro da atuação parlamentar de Sua Excelência, no que se refere a diversos projetos e medidas importantes para o crescimento do Brasil e para o combate da crise econômica.....	30	Homenagem aos aposentados e pensionistas pelo Dia Nacional do Aposentado.....	256
Análise relativa ao desenvolvimento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), bem como sobre as alianças partidárias nas eleições presidenciais, com a indicação de Michel Temer para o cargo de vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff.....	30	Parecer nº 20, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 823, de 2009 (nº 1.714/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação	
Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010, que dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), pelos Estados e Municípios.....	99		
Apresentação de projeto de lei que amplia o abatimento do saldo devedor do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) a			

	Pág.		Pág.
de Radiodifusão Comunitária Planalto de Itapiúna para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiúna, Estado do Ceará.	313	Aparte ao senador Valdir Raupp.	486
Parecer nº 37, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 898, de 2009 (nº 1.787/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Saraiva Leão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.	395	SÉRGIO ZAMBIASI	
ROMEU TUMA		Parecer nº 29, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 878, de 2009 (nº 1.687/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Paraíso dos Balneários para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaara, Estado do Rio Grande do Sul.	357
Lamento pela morte de brasileiros no terremoto que devastou o Haiti em janeiro de 2010, bem como comentários a respeito da situação social e estrutural do referido país após o desastre.	16	Parecer nº 39, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 908, de 2009 (1.726/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marau para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul.	406
Solidariedade às famílias dos militares falecidos no terremoto que devastou o Haiti em janeiro de 2010.	16	Parecer nº 40, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 922, de 2009 (nº 1.722/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Laurentino para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino, Estado de Santa Catarina.	411
Preocupação com as grandes enchentes nas cidades brasileiras, especialmente São Paulo, com destaque para o problema da ocupação de várzeas do rio Tietê e com a forma com que é tratado o lixo na capital paulista.	16	Parecer nº 41, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 932, de 2009 (nº 1.254/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Arco-Íris FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.	416
ROSALBA CIARLINI		Parecer nº 42, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 933, de 2009 (nº 1.318/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à EZR Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.	421
Pronunciamento sobre a importância do agente comunitário de saúde, com destaque para a promulgação da Emenda Constitucional nº 63, de 2010, que dispõe sobre o piso salarial profissional nacional e as diretrizes para os planos de carreira de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias. Homenagem à Doutora Zilda Arns, que criou a figura do agente comunitário de saúde, por meio da Pastoral da Criança.	88	Parecer nº 43, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 934, de 2009 (nº 1.633/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha para executar serviço de radiodifusão comunitária	
Homenagem aos aposentados e pensionistas pelo Dia Nacional do Aposentado.	245		
SADI CASSOL			
Análise do desempenho e apresentação dos resultados do trabalho do governo do Tocantins na área da saúde.	85		
Elogios ao desempenho do governo do presidente Lula, citando projetos como o de Inclusão Bancária dos Beneficiários do Bolsa Família, ação conjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Caixa Econômica Federal.	117		
Homenagem ao arcebispo Alberto T. Corrêa.	481		
Aparte ao senador Paulo Paim.	483		

VIII

	Pág.		Pág.
na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul.....	426	Apresentação dos índices de redução no desmatamento da Amazônia e controle desse desmatamento, evidenciando que o Brasil é, de acordo com Sua Excelência, um país altamente comprometido com a preservação do meio ambiente.....	200
Parecer nº 45, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2009 (nº 1.310/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Conselho Cultural Educativo Comunitário (Concec) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.....	436	Avaliação da oferta de crédito por parte dos bancos para micro e pequenas empresas, bem como elogios aos trabalhos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia.....	485
Parecer nº 46, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2009 (nº 1.329/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Radiofônica.com Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul.....	441	VALTER PEREIRA	
SERYS SLHESSARENKO		Parecer nº 9, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática) sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2007 (nº 206/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tucunará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso.	259
Apresentação de dados sobre a situação ambiental no Brasil, principalmente em relação ao desmatamento de florestas, bem como alerta sobre a necessidade de medidas eficazes para combater o referido problema.....	20	Parecer nº 10, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2008 (nº 489/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poconé, Estado de Mato Grosso.	264
Discussão sobre a venda de bebidas alcoólicas para menores, destacando o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2009, que dispõe sobre a tipificação do crime de venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes.....	20	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
Comentários sobre a abertura de mais de quinze frigoríficos de pescado no Estado de Mato Grosso.	124	Parecer nº 19, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática) sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 822, de 2009 (nº 1.712/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Clube de Natércia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natércia, Estado de Minas Gerais.	308
Comentários sobre o Dia Internacional da Mulher e apresentação do trabalho de Sua Excelência como gerente junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em que discute o papel da mulher na sociedade.	124	Parecer nº 23, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 831, de 2009 (nº 1.002/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Entre Rios de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais.	327
VALDIR RAUPP			
Discussão a respeito da criação de rodovias federais, principalmente a BR-421, tendo em vista os benefícios para a exportação brasileira, bem como apelo no sentido de viabilização da construção da ferrovia continental.....	33		
Requerimento nº 34, de 2010, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 282, de 2006, de autoria de Sua Excelência.	46		

Pág.

Pág.

Parecer nº 24, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 823, de 2009 (nº 1.014/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Habitacional de Alfenas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais.....

332

Parecer nº 25, de 2010 (da Comissão da Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 833, de 2009 (nº 1.097/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção Artística e Cultural de Novo Oriente de Minas (Apacnom) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente de Minas, Estado de Minas Gerais.....

337